

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Federal World-Class? Dimensões da Universidade de Brasília (UnB):  
Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores.

Autor: Allan Aroni

Brasília, 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Federal World-Class?  
Dimensões da Universidade de Brasília (UnB):  
Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores.

Autor: Allan Aroni

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia da Universidade  
de Brasília com parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Doutor.

Brasília

2014

2

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

Federal World-Class?  
Dimensões da Universidade de Brasília (UnB):  
Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores.

Autor: Allan Aroni

Orientador: Prof. Doutor Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (UnB)

Banca: Prof. Doutor Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (UnB)  
Profa. Doutora Núria Hanglei Cacete (USP)  
Prof. Doutor José Vieira de Sousa (UnB)  
Prof. Doutor Carlos Benedito de Camps Martins (UnB)  
Prof. Doutor Roberto Muniz Barretto de Carvalho (CNPq)  
Profa. Doutora Maria Isabel (CNPq - SUPLENTE)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Central (BCE)  
Universidade de Brasília (UnB)

Aroni, Allan

Título: Federal World-Class? Dimensões da Universidade de Brasília (UnB): Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores. / Allan Aroni ; Orientador: Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro. Brasília, 2014.

436 f.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2014.

Área de concentração: Sociologia – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

1. UnB 2. Federal World-Class 3. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação 4. Globalização.

255

*Em memória de*  
Adriano Francisco Falossi  
*Amigo, Politizador, Artista*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Marney Ferreira que me recebeu na Colina da UnB por ocasião da minha mudança para Brasília;

Ao meu orientador, o professor Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, pela confiança e autonomia concedidas;

Aos professores que pacientemente responderam a pesquisa;

Ao professor Carlos Benedito Martins pelos estudos compartilhados;

À Soraya Vasconcelos por todo o apoio durante a pesquisa;

À Antonio Guerreiro e Marina Novo pelo acolhimento em Águas Claras;

Às bibliotecárias da Biblioteca Central da UnB (BCE/UnB); da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar); da Biblioteca de Química da Universidade de São Paulo (USP/São Carlos); das Bibliotecas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e do Instituto de Economia (IE) da Unicamp;

À Capes pela concessão de bolsa de pesquisa;

À todos que direta ou indiretamente foram inspiração e/ou propiciaram as condições necessárias para a realização deste trabalho.

*E se não achar meu caminho,  
basta-me crer procurá-lo de coração.*

Honestino Guimarães

## RESUMO

ARONI, A. **Federal World-Class? Dimensões da Universidade de Brasília (UnB): Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores.** 2014. 436 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

Com a presente tese de doutorado apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada com 196 professores da UnB sobre diversos temas, tais como: unidade de vínculo com a universidade; sexo; Estado de origem; o grau de sociabilidade existente entre eles; o estabelecimento de possíveis relações com outros atores, organizações e instituições; opiniões sobre quantidade de publicações, patentes, estudantes, outros professores, expansão institucional, controle das pesquisas; problemas enfrentados; objetivos. Para tanto, elaboramos um formulário eletrônico e o encaminhamos a todos os professores da instituição no final de 2012. Iniciamos o trabalho com um diagnóstico sobre o ambiente organizacional e institucional da universidade, no Brasil e no mundo. Em seguida, realizamos uma análise geral dos dados; depois uma abordagem exploratória relacionando diferentes temas; e, ao final, comparamos 8 diferentes grupos, divididos em grandes áreas do conhecimento. Não partimos de nenhuma hipótese específica, muito embora o trabalho tenha gerado uma série delas, a serem desenvolvidas futuramente. De todo modo, tendo em vista a pluralidade e a diversidade dos valores, das concepções e das práticas observadas entre os professores da UnB, realizamos uma discussão sobre um padrão internacional World-Class de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, procurando compreender a importância da garantia de condições para uma criatividade, autonomia, ética, além do respeito a uma dinâmica própria da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação, tanto no âmbito nacional como nível internacional, considerando porém algumas singularidades das universidades federais brasileiras que denominamos Federal World-Class.

Palavras-chave: UnB; Federal World-Class; Educação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Globalização.

## ABSTRACT

ARONI, A. **Federal World-Class? Dimensions of the University of Brasília (UnB): Between the Citizenship and Cosmopolitanism of Teachers.** 2014. 436 f. Thesis (Ph.D.) – Institute of Social Sciences, University of Brasilia, Brasília, 2014.

This thesis aims at presenting a study involving 196 professors at UnB on various topics such as: the degree of sociability between them; the relationship with different actors in society; reviews of publications, patents, students, other teachers, institutional expansion; problems faced; goals. To this end, we developed an electronic form and forwarded it to all the academics in the end of 2012. To systematize the data collected, we made a diagnosis of the institutional and organizational environment of the university, in Brazil and in the world, then we performed a general data analysis, and an exploratory approach relating to different themes and, finally, comparing 8 different groups divided into great areas of knowledge. Although this study has generated a series of hypotheses to be developed in the future, we haven't worked with any of them. Anyway, given the plurality and diversity of values, conceptions and practices observed among teachers at UNB, we conducted a discussion on a World-Class international quality standard of teaching, research and extension, seeking to understand the importance of ensuring the conditions for creativity, autonomy, ethics and the respect to its own dynamics of education, science, technology and innovation, both nationally and internationally, but considering some peculiarities of Brazilian federal universities that we call Federal World-Class.

Keywords: UnB; Federal World-Class; Education; Science, Technology and Innovation; Globalization.

## RÉSUMÉ

Aroni, A. **Federal World-Class? Dimensions de l'Université de Brasilia (UnB): Entre la citoyenneté et le cosmopolitisme des enseignants.** 2014. 436 feuilles. Thèse (Ph.D.) - École des sciences sociales (ICS), Université de Brasilia (UNB), Brasilia, 2014.

Avec cette thèse, nous présentons les résultats d'une enquête de 196 enseignants à l'UnB sur divers sujets tels que: le degré de sociabilité entre eux; établir des relations possibles avec d'autres acteurs de la société; avis de publications, de brevets, d'étudiants, d'autres enseignants, l'expansion institutionnelle; les problèmes rencontrés; objectifs. À cette fin, nous avons élaboré un formulaire électronique et transmis à tous les enseignants à la fin de 2012. Commencé à travailler avec une évaluation de l'environnement organisationnel et institutionnel de l'université, au Brésil et dans le monde entier. Ensuite, nous avons procédé à une analyse globale des données; après une approche exploratoire concernant différents thèmes; et à la fin, nous avons comparé huit groupes différents, répartis en grands domaines de la connaissance. Ne pas commencer une hypothèse spécifique, bien que le travail a généré une série d'entre eux, à se développer dans l'avenir. Quoi qu'il en soit, compte tenu de la pluralité et de la diversité des valeurs, des conceptions et des pratiques observées chez les enseignants à l'UNB, a mené une discussion sur un niveau de l'enseignement, la recherche et l'extension de classe mondiale de qualité internationale, cherche à comprendre l'importance d'assurer les conditions de la créativité, l'autonomie, l'éthique et le respect de sa propre dynamique de l'éducation, de la science, de la technologie et de l'innovation, à la fois national et international, mais compte tenu de certaines particularités des universités fédérales brésiliennes appel fédérale de classe mondiale.

Mots-clés: UnB; Fédéral World-Class; l'éducation; Science, Technologie et Innovation; Mondialisation.

## LISTA DE TABELAS

### **Tabelas**

Tabela 1. Distribuição dos questionários. ....	49
Tabela 2. Importância do departamento. ....	134
Tabela 3. Importância da ADUnB. ....	136
Tabela 4. Importância da sociedade científica ou associação de área. ....	137
Tabela 5. Importância da ANDES. ....	138
Tabela 6. Importância de outros atores na pesquisa. ....	147
Tabela 7. Proporção da condição real de atividades. ....	152
Tabela 8. Potencial de produto. ....	161
Tabela 9. Potencial de contribuição social. ....	162
Tabela 10. Acesso à equipe técnica. ....	164
Tabela 11. Acesso à instalações físicas. ....	164
Tabela 12. Acesso à recursos financeiros. ....	164
Tabela 13. Importância do salário. ....	167
Tabela 14. Importância da carreira. ....	167
Tabela 15. Importância da saúde. ....	168
Tabela 16. Importância da carga de trabalho. ....	169
Tabela 17. Importância do financiamento. ....	169
Tabela 18. Importância da avaliação da pós-graduação. ....	170
Tabela 19. Importância da aposentadoria. ....	170
Tabela 20. Origem dos recursos. ....	176
Tabela 21. Acesso à equipe técnica e gênero. ....	188
Tabela 22. Acesso à instalações físicas e gênero. ....	189
Tabela 23. Acesso à recursos financeiros e gênero. ....	190
Tabela 24. Potencial de mercado e militância. ....	204
Tabela 25. Potencial de contribuição social e militância. ....	205
Tabela 26. Fraudes e importância de outros professores. ....	207
Tabela 27. Áreas e subáreas – Grupo 1. ....	245
Tabela 28. Importância do departamento – Grupo 1. ....	251
Tabela 29. Importância da ADUnB – Grupo 1. ....	251

Tabela 30. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 1. ....	252
Tabela 31. Importância da ANDES – Grupo 1. ....	252
Tabela 32. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 1. ....	255
Tabela 33. Potencial de mercado – Grupo 1. ....	259
Tabela 34. Potencial contribuição social – Grupo 1. ....	259
Tabela 35. Acesso à equipe técnica – Grupo 1. ....	260
Tabela 36. Acesso à instalações físicas – Grupo 1. ....	261
Tabela 37. Acesso à recursos financeiros – Grupo 1. ....	261
Tabela 38. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 1. ....	262
Tabela 39. Áreas e subáreas – Grupo 2. ....	268
Tabela 40. Importância do departamento – Grupo 2. ....	274
Tabela 41. Importância da ADUnB – Grupo 2. ....	275
Tabela 42. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 2. ....	275
Tabela 43. Importância da ANDES – Grupo 2. ....	276
Tabela 44. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 2. ....	278
Tabela 45. Potencial de mercado – Grupo 2. ....	283
Tabela 46. Potencial contribuição social – Grupo 2. ....	283
Tabela 47. Acesso à equipe técnica – Grupo 2. ....	284
Tabela 48. Acesso à instalações físicas – Grupo 2. ....	284
Tabela 49. Acesso à recursos financeiros – Grupo 2. ....	285
Tabela 50. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 2. ....	286
Tabela 51. Áreas e subáreas – Grupo 3. ....	292
Tabela 52. Importância do departamento – Grupo 3. ....	298
Tabela 53. Importância da ADUnB – Grupo 3. ....	298
Tabela 54. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 3. ....	299
Tabela 55. Importância da ANDES – Grupo 3. ....	299
Tabela 56. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 3. ....	301
Tabela 57. Potencial de mercado – Grupo 3. ....	306
Tabela 58. Potencial contribuição social – Grupo 3. ....	306
Tabela 59. Acesso à equipe técnica – Grupo 3. ....	307
Tabela 60. Acesso à instalações físicas – Grupo 3. ....	307
Tabela 61. Acesso à recursos financeiros – Grupo 3. ....	308

Tabela 62. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 3. ....	309
Tabela 63. Áreas e subáreas – Grupo 4. ....	315
Tabela 64. Importância do departamento – Grupo 4. ....	321
Tabela 65. Importância da ADUnB – Grupo 4. ....	322
Tabela 66. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 4. ....	322
Tabela 67. Importância da ANDES – Grupo 4. ....	323
Tabela 68. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 4. ....	325
Tabela 69. Potencial de mercado – Grupo 4. ....	329
Tabela 70. Potencial contribuição social – Grupo 4. ....	330
Tabela 71. Acesso à equipe técnica – Grupo 4. ....	330
Tabela 72. Acesso à instalações físicas – Grupo 4. ....	331
Tabela 73. Acesso à recursos financeiros – Grupo 4. ....	331
Tabela 74. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 4. ....	332
Tabela 75. Áreas e subáreas – Grupo 5. ....	339
Tabela 76. Importância do departamento – Grupo 5. ....	345
Tabela 77. Importância da ADUnB – Grupo 5. ....	345
Tabela 78. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 5. ....	346
Tabela 79. Importância da ANDES – Grupo 5. ....	346
Tabela 80. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 5. ....	349
Tabela 81. Potencial de mercado – Grupo 5. ....	353
Tabela 82. Potencial contribuição social – Grupo 5. ....	354
Tabela 83. Acesso à equipe técnica – Grupo 5. ....	354
Tabela 84. Acesso à instalações físicas – Grupo 5. ....	355
Tabela 85. Acesso à recursos financeiros – Grupo 5. ....	355
Tabela 86. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 5. ....	356
Tabela 87. Áreas e subáreas – Grupo 6. ....	363
Tabela 88. Importância do departamento – Grupo 6. ....	369
Tabela 89. Importância da ADUnB – Grupo 6. ....	369
Tabela 90. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 6. ....	370
Tabela 91. Importância da ANDES – Grupo 6. ....	370
Tabela 92. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 6. ....	372
Tabela 93. Potencial de mercado – Grupo 6. ....	377

Tabela 94. Potencial contribuição social – Grupo 6. ....	377
Tabela 95. Acesso à equipe técnica – Grupo 6. ....	378
Tabela 96. Acesso à instalações físicas – Grupo 6. ....	378
Tabela 97. Acesso à recursos financeiros – Grupo 6. ....	379
Tabela 98. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 6. ....	380
Tabela 99. Áreas e subáreas – Grupo 7. ....	386
Tabela 100. Importância do departamento – Grupo 7. ....	392
Tabela 101. Importância da ADUnB – Grupo 7. ....	392
Tabela 102. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 7. ....	394
Tabela 103. Importância da ANDES – Grupo 7. ....	394
Tabela 104. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 7. ....	396
Tabela 105. Potencial de mercado – Grupo 7. ....	401
Tabela 106. Potencial contribuição social – Grupo 7. ....	401
Tabela 107. Acesso à equipe técnica – Grupo 7. ....	402
Tabela 108. Acesso à instalações físicas – Grupo 7. ....	402
Tabela 109. Acesso à recursos financeiros – Grupo 7. ....	403
Tabela 110. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 7. ....	404
Tabela 111. Áreas e subáreas – Grupo 8. ....	410
Tabela 112. Importância do departamento – Grupo 8. ....	416
Tabela 113. Importância da ADUnB – Grupo 8. ....	416
Tabela 114. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 8. ....	417
Tabela 115. Importância da ANDES – Grupo 8. ....	417
Tabela 116. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 8. ....	419
Tabela 117. Potencial de mercado – Grupo 8. ....	424
Tabela 118. Potencial contribuição social – Grupo 8. ....	424
Tabela 119. Acesso à equipe técnica – Grupo 8. ....	425
Tabela 120. Acesso à instalações físicas – Grupo 8. ....	425
Tabela 121. Acesso à recursos financeiros – Grupo 8. ....	426
Tabela 122. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 8. ....	427
Tabela 123. Mapa 1. ....	433
Tabela 124. Mapa 2. ....	434

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Local de trabalho principal. ....	110
Gráfico 2. Sexo. ....	112
Gráfico 3. Estados de origem dos Professores. ....	113
Gráfico 4. Idade de ingresso no Ensino Superior. ....	114
Gráfico 5. Intercâmbio. ....	116
Gráfico 6. Pós-Doutorado. ....	117
Gráfico 7. Vínculo atual com a UnB. ....	119
Gráfico 8. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento. ....	122
Gráfico 9. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos. ....	124
Gráfico 10. Trabalho em conjunto com outras instituições. ....	126
Gráfico 11. Pesquisa em conjunto com empresas. ....	128
Gráfico 12. Pesquisa em conjunto com organizações não-estatais. ....	132
Gráfico 13. Conteúdo programático das disciplinas. ....	133
Gráfico 14. Importância do departamento. ....	135
Gráfico 15. Importância da ADUnB. ....	136
Gráfico 16. Importância da Sociedade Científica ou Associação da Área. ....	137
Gráfico 17. Importância da Andes. ....	138
Gráfico 18. Participação como representante fora da UnB. ....	140
Gráfico 19. Participação de grupos informais fora da UnB. ....	140
Gráfico 20. Religiosidade. ....	142
Gráfico 21. Religião. ....	143
Gráfico 22. Filiação partidária. ....	143
Gráfico 23. Participação em ONGs. ....	144
Gráfico 24. Outro trabalho remunerado. ....	145
Gráfico 25. Importância de outros atores na pesquisa. ....	148
Gráfico 26. % da condição real de atividades. ....	153
Gráfico 27. % Ensino. ....	153
Gráfico 28. % Pesquisa. ....	153
Gráfico 29. % Pesquisa pessoal. ....	154
Gráfico 30. % Extensão. ....	154

Gráfico 31. % Administração. ....	154
Gráfico 32. % Eventos. ....	154
Gráfico 33. % Publicações. ....	155
Gráfico 34. Quantidade de publicações. ....	156
Gráfico 35. Publicação com coautoria internacional. ....	158
Gráfico 36. Patentes. ....	159
Gráfico 37. Sobre patentear na UnB. ....	160
Gráfico 38. Potencial de mercado. ....	162
Gráfico 39. Contribuição social. ....	163
Gráfico 40. Acesso à recursos. ....	165
Gráfico 41. Percepções futuras sobre o trabalho. ....	166
Gráfico 42. Preocupações. ....	171
Gráfico 43. Problemas de relacionamento. ....	174
Gráfico 44. Problemas de relacionamento detalhado. ....	174
Gráfico 45. Fraudes. ....	175
Gráfico 46. Origem dos recursos. ....	177
Gráfico 47. Perspectiva sobre a expansão institucional. ....	179
Gráfico 48. Percepções sobre estudantes da graduação. ....	181
Gráfico 49. Percepções sobre estudantes da pós-graduação. ....	183
Gráfico 50. Controle das pesquisas. ....	184
Gráfico 51. Acesso à equipe técnica e gênero. ....	189
Gráfico 52. Acesso à instalações físicas e gênero. ....	190
Gráfico 53. Acesso à recursos financeiros e gênero. ....	190
Gráfico 54. Disciplinas e ingresso no ES. ....	191
Gráfico 55. Percepção dos alunos da graduação e ingresso no ES. ....	192
Gráfico 56. Percepção dos estudantes da pós-graduação e ingresso no ES. ....	193
Gráfico 57. Intercâmbio e Pós-Doc. ....	194
Gráfico 58. Pós-Doutorado e trabalho conjunto no mesmo departamento. ....	194
Gráfico 59. Pós-Doutorado e trabalho conjunto com outros departamentos. ....	195
Gráfico 60. Pós-Doutorado e trabalho conjunto com outras instituições. ....	195
Gráfico 61. Pós-Doutorado e trabalho conjunto com empresas. ....	196
Gráfico 62. Pós-Doutorado e religião. ....	197

Gráfico 63. Professores Titulares e visualização do trabalho. ....	197
Gráfico 64. Professores Titulares e estudantes de graduação. ....	198
Gráfico 65. Professores Titulares e estudantes de pós-graduação. ....	199
Gráfico 66. Professores Titulares e expansão. ....	199
Gráfico 67. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e em outros departamentos. ....	200
Gráfico 68. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e outras instituições. ....	200
Gráfico 69. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e empresas. ....	201
Gráfico 70. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e reuniões informais. ....	202
Gráfico 71. Trabalho com empresas e patentes. ....	202
Gráfico 72. Trabalho com empresas e mudanças no trabalho na UnB. ....	203
Gráfico 73. Envolvimento político e expansão. ....	204
Gráfico 74. Envolvimento político e potencial de mercado das pesquisas. ....	204
Gráfico 75. Envolvimento político e contribuição social das pesquisas. ....	205
Gráfico 76. Envolvimento político e conflitos. ....	205
Gráfico 77. Fraudes e publicações. ....	206
Gráfico 78. Fraudes e importância de outros professores. ....	207
Gráfico 79. Fraudes e controle das pesquisas. ....	207
Gráfico 80. Sexo – Grupo 1. ....	246
Gráfico 81. Estados de origem dos Professores – Grupo 1. ....	246
Gráfico 82. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 1. ....	247
Gráfico 83. Intercâmbio – Grupo 1. ....	247
Gráfico 84. Pós-Doutorado – Grupo 1. ....	248
Gráfico 85. Vínculo atual com a UnB – Grupo 1. ....	248
Gráfico 86. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 1. ....	248
Gráfico 87. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 1. ....	249
Gráfico 88. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 1. ....	249

Gráfico 89. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 1. ....	250
Gráfico 90. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 1. ....	250
Gráfico 91. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 1. ....	251
Gráfico 92. Importância do departamento – Grupo 1. ....	251
Gráfico 93. Importância da ADUnB – Grupo 1. ....	252
Gráfico 94. Importância da Sociedade Científica – Grupo 1. ....	252
Gráfico 95. Importância da ANDES – Grupo 1. ....	253
Gráfico 96. Participação como representante – Grupo 1. ....	253
Gráfico 97. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 1. ....	254
Gráfico 98. Religião – Grupo 1. ....	254
Gráfico 99. Participação em ONGs – Grupo 1. ....	254
Gráfico 100. Outros professores – Grupo 1. ....	256
Gráfico 101. Técnicos – Grupo 1. ....	256
Gráfico 102. Estudantes – Grupo 1. ....	256
Gráfico 103. Agências – Grupo 1. ....	256
Gráfico 104. Empresas e indústrias – Grupo 1. ....	257
Gráfico 105. ONGs – Grupo 1. ....	257
Gráfico 106. Família – Grupo 1. ....	257
Gráfico 107. Mídia – Grupo 1. ....	257
Gráfico 108. Outros – Grupo 1. ....	258
Gráfico 109. Quantidade de publicações – Grupo 1. ....	258
Gráfico 110. Publicação com coautoria internacional – Grupo 1. ....	258
Gráfico 111. Patentes – Grupo 1. ....	259
Gráfico 112. Potencial de mercado – Grupo 1. ....	259
Gráfico 113. Contribuição social – Grupo 1. ....	260
Gráfico 114. Acesso à equipe técnica – Grupo 1. ....	260
Gráfico 115. Acesso à instalações físicas – Grupo 1. ....	261
Gráfico 116. Acesso à recursos financeiros – Grupo 1. ....	261
Gráfico 117. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 1. ....	262
Gráfico 118. Salário – Grupo 1. ....	263
Gráfico 119. Promoção/progressão – Grupo 1. ....	263
Gráfico 120. Saúde – Grupo 1. ....	263

Gráfico 121. Carga horária – Grupo 1. ....	264
Gráfico 122. Financiamento – Grupo 1. ....	264
Gráfico 123. Avaliação – Grupo 1. ....	264
Gráfico 124. Aposentadoria – Grupo 1. ....	264
Gráfico 125. Problemas de relacionamento – Grupo 1. ....	265
Gráfico 126. Fraudes – Grupo 1. ....	265
Gráfico 127. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 1. ....	265
Gráfico 128. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 1. ....	266
Gráfico 129. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 1. ....	266
Gráfico 130. Controle das pesquisas – Grupo 1. ....	267
Gráfico 131. Sexo – Grupo 2. ....	269
Gráfico 132. Estados de origem dos Professores – Grupo 2. ....	270
Gráfico 133. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 2. ....	270
Gráfico 134. Intercâmbio – Grupo 2. ....	271
Gráfico 135. Pós-Doutorado – Grupo 2. ....	271
Gráfico 136. Vínculo atual com a UnB – Grupo 2. ....	271
Gráfico 137. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 2. ....	272
Gráfico 138. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 2. ....	272
Gráfico 149. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 2. ....	273
Gráfico 140. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 2. ....	273
Gráfico 141. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 2. ....	274
Gráfico 142. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 2. ....	274
Gráfico 143. Importância do departamento – Grupo 2. ....	275
Gráfico 144. Importância da ADUnB – Grupo 2. ....	275
Gráfico 145. Importância da Sociedade Científica – Grupo 2. ....	276
Gráfico 146. Importância da ANDES – Grupo 2. ....	276
Gráfico 147. Participação como representante – Grupo 2. ....	277
Gráfico 148. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 2. ....	277
Gráfico 149. Religião – Grupo 2. ....	278
Gráfico 150. Participação em ONGs – Grupo 2. ....	278

Gráfico 151. Outros professores – Grupo 2. ....	279
Gráfico 152. Técnicos – Grupo 2. ....	279
Gráfico 153. Estudantes – Grupo 2. ....	279
Gráfico 154. Agências – Grupo 2. ....	280
Gráfico 155. Empresas e indústrias – Grupo 2. ....	280
Gráfico 156. ONGs – Grupo 2. ....	280
Gráfico 157. Família – Grupo 2. ....	281
Gráfico 158. Mídia – Grupo 2. ....	281
Gráfico 159. Outros – Grupo 2. ....	281
Gráfico 160. Quantidade de publicações – Grupo 2. ....	282
Gráfico 161. Publicação com coautoria internacional – Grupo 2. ....	282
Gráfico 162. Patentes – Grupo 2. ....	283
Gráfico 163. Potencial de mercado – Grupo 2. ....	283
Gráfico 164. Contribuição social – Grupo 2. ....	284
Gráfico 165. Acesso à equipe técnica – Grupo 2. ....	284
Gráfico 166. Acesso às instalações físicas – Grupo 2. ....	285
Gráfico 167. Acesso aos recursos financeiros – Grupo 2. ....	285
Gráfico 168. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 2. ....	286
Gráfico 169. Salário – Grupo 2. ....	286
Gráfico 170. Promoção/progressão – Grupo 2. ....	286
Gráfico 171. Saúde – Grupo 2. ....	286
Gráfico 172. Carga horária – Grupo 2. ....	286
Gráfico 173. Financiamento – Grupo 2. ....	287
Gráfico 174. Avaliação – Grupo 2. ....	287
Gráfico 175. Aposentadoria – Grupo 2. ....	287
Gráfico 176. Problemas de relacionamento – Grupo 2. ....	288
Gráfico 177. Fraudes – Grupo 2. ....	289
Gráfico 178. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 2. ....	289
Gráfico 179. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 2. ....	290
Gráfico 180. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 2. ....	290
Gráfico 181. Controle das pesquisas – Grupo 2. ....	291
Gráfico 182. Sexo – Grupo 3. ....	293

Gráfico 183. Estados de origem dos Professores – Grupo 3. ....	293
Gráfico 184. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 3. ....	294
Gráfico 185. Intercâmbio – Grupo 3. ....	294
Gráfico 186. Pós-Doutorado – Grupo 3. ....	294
Gráfico 187. Vínculo atual com a UnB – Grupo 3. ....	295
Gráfico 188. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 3. ....	295
Gráfico 189. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 3. ....	296
Gráfico 190. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 3. ....	296
Gráfico 191. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 3. ....	297
Gráfico 192. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 3. ....	297
Gráfico 193. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 3. ....	297
Gráfico 194. Importância do departamento – Grupo 3. ....	298
Gráfico 195. Importância da ADUnB – Grupo 3. ....	298
Gráfico 196. Importância da Sociedade Científica – Grupo 3. ....	299
Gráfico 197. Importância da ANDES – Grupo 3. ....	299
Gráfico 198. Participação como representante – Grupo 3. ....	300
Gráfico 199. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 3. ....	300
Gráfico 200. Religião – Grupo 3. ....	301
Gráfico 201. Participação em ONGs – Grupo 3. ....	301
Gráfico 202. Outros professores – Grupo 3. ....	302
Gráfico 203. Técnicos – Grupo 3. ....	303
Gráfico 204. Estudantes – Grupo 3. ....	303
Gráfico 205. Agências – Grupo 3. ....	303
Gráfico 206. Empresas e indústrias – Grupo 3. ....	303
Gráfico 207. ONGs – Grupo 3. ....	304
Gráfico 208. Família – Grupo 3. ....	304
Gráfico 209. Mídia – Grupo 3. ....	304
Gráfico 210. Outros – Grupo 3. ....	304
Gráfico 211. Quantidade de publicações – Grupo 3. ....	305
Gráfico 212. Publicação com coautoria internacional – Grupo 3. ....	305

Gráfico 213. Patentes – Grupo 3. ....	306
Gráfico 214. Potencial de mercado – Grupo 3. ....	306
Gráfico 215. Contribuição social – Grupo 3. ....	307
Gráfico 216. Acesso à equipe técnica – Grupo 3. ....	307
Gráfico 217. Acesso à instalações físicas – Grupo 3. ....	308
Gráfico 218. Acesso à recursos financeiros – Grupo 3. ....	308
Gráfico 219. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 3. ....	309
Gráfico 220. Salário – Grupo 3. ....	310
Gráfico 221. Promoção/progressão – Grupo 3. ....	310
Gráfico 222. Saúde – Grupo 3. ....	310
Gráfico 223. Carga horária – Grupo 3. ....	310
Gráfico 224. Financiamento – Grupo 3. ....	311
Gráfico 225. Avaliação – Grupo 3. ....	311
Gráfico 226. Aposentadoria – Grupo 3. ....	311
Gráfico 227. Problemas de relacionamento – Grupo 3. ....	311
Gráfico 228. Fraudes – Grupo 3. ....	312
Gráfico 229. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 3. ....	312
Gráfico 230. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 3. ....	313
Gráfico 231. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 3. ....	313
Gráfico 232. Controle das pesquisas – Grupo 3. ....	314
Gráfico 233. Sexo – Grupo 4. ....	316
Gráfico 234. Estados de origem dos Professores – Grupo 4. ....	316
Gráfico 235. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 4. ....	317
Gráfico 236. Intercâmbio – Grupo 4. ....	317
Gráfico 237. Pós-Doutorado – Grupo 4. ....	318
Gráfico 238. Vínculo atual com a UnB – Grupo 4. ....	318
Gráfico 239. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 4. ....	319
Gráfico 240. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 4. ....	319
Gráfico 241. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 4. ....	320
Gráfico 242. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 4. ....	320

Gráfico 243. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 4. ....	321
Gráfico 244. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 4. ....	321
Gráfico 245. Importância do departamento – Grupo 4. ....	322
Gráfico 246. Importância da ADUnB – Grupo 4. ....	322
Gráfico 247. Importância da Sociedade Científica – Grupo 4. ....	323
Gráfico 248. Importância da ANDES – Grupo 4. ....	323
Gráfico 249. Participação como representante – Grupo 4. ....	324
Gráfico 250. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 4. ....	324
Gráfico 251. Religião – Grupo 4. ....	324
Gráfico 252. Participação em ONGs – Grupo 4. ....	325
Gráfico 253. Outros professores – Grupo 4. ....	326
Gráfico 254. Técnicos – Grupo 4. ....	326
Gráfico 255. Estudantes – Grupo 4. ....	326
Gráfico 256. Agências – Grupo 4. ....	327
Gráfico 257. Empresas e indústrias – Grupo 4. ....	327
Gráfico 258. ONGs – Grupo 4. ....	327
Gráfico 259. Família – Grupo 4. ....	327
Gráfico 260. Mídia – Grupo 4. ....	328
Gráfico 261. Outros – Grupo 4. ....	328
Gráfico 262. Quantidade de publicações – Grupo 4. ....	328
Gráfico 263. Publicação com coautoria internacional – Grupo 4. ....	329
Gráfico 264. Patentes – Grupo 4. ....	329
Gráfico 265. Potencial de mercado – Grupo 4. ....	330
Gráfico 266. Contribuição social – Grupo 4. ....	330
Gráfico 267. Acesso à equipe técnica – Grupo 4. ....	331
Gráfico 268. Acesso à instalações físicas – Grupo 4. ....	331
Gráfico 269. Acesso à recursos financeiros – Grupo 4. ....	332
Gráfico 270. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 4. ....	332
Gráfico 271. Salário – Grupo 4. ....	333
Gráfico 272. Promoção/progressão – Grupo 4. ....	333
Gráfico 273. Saúde – Grupo 4. ....	334

Gráfico 274. Carga horária – Grupo 4. ....	334
Gráfico 275. Financiamento – Grupo 4. ....	334
Gráfico 276. Avaliação – Grupo 4. ....	334
Gráfico 277. Aposentadoria – Grupo 4. ....	335
Gráfico 278. Problemas de relacionamento – Grupo 4. ....	335
Gráfico 279. Fraudes – Grupo 4. ....	335
Gráfico 280. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 4. ....	336
Gráfico 281. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 4. ....	336
Gráfico 282. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 4. ....	337
Gráfico 283. Controle das pesquisas – Grupo 4. ....	337
Gráfico 284. Sexo – Grupo 5. ....	340
Gráfico 285. Estados de origem dos Professores – Grupo 5. ....	340
Gráfico 286. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 5. ....	340
Gráfico 287. Intercâmbio – Grupo 5. ....	341
Gráfico 288. Pós-Doutorado – Grupo 5. ....	341
Gráfico 289- Vínculo atual com a UnB – Grupo 5. ....	342
Gráfico 290. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 5. ....	342
Gráfico 291. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 5. ....	343
Gráfico 292. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 5. ....	343
Gráfico 293. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 5. ....	344
Gráfico 294. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 5. ....	344
Gráfico 295. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 5. ....	345
Gráfico 296. Importância do departamento – Grupo 5. ....	345
Gráfico 297. Importância da ADUnB – Grupo 5. ....	346
Gráfico 298. Importância da Sociedade Científica – Grupo 5. ....	346
Gráfico 299. Importância da ANDES – Grupo 5. ....	347
Gráfico 300. Participação como representante – Grupo 5. ....	347
Gráfico 301. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 5. ....	348
Gráfico 302. Religião – Grupo 5. ....	348
Gráfico 303. Participação em ONGs – Grupo 5. ....	348

Gráfico 304. Outros professores – Grupo 5. ....	350
Gráfico 305. Técnicos – Grupo 5. ....	350
Gráfico 306. Estudantes – Grupo 5. ....	350
Gráfico 307. Agências – Grupo 5. ....	350
Gráfico 308. Empresas e indústrias – Grupo 5. ....	351
Gráfico 309. ONGs – Grupo 5. ....	351
Gráfico 310. Família – Grupo 5. ....	351
Gráfico 311. Mídia – Grupo 5. ....	351
Gráfico 312. Outros – Grupo 5. ....	352
Gráfico 313. Quantidade de publicações – Grupo 5. ....	352
Gráfico 314. Publicação com coautoria internacional – Grupo 5. ....	353
Gráfico 315. Patentes – Grupo 5. ....	353
Gráfico 316. Potencial de mercado – Grupo 5. ....	354
Gráfico 317. Contribuição social – Grupo 5. ....	354
Gráfico 318. Acesso à equipe técnica – Grupo 5. ....	355
Gráfico 319. Acesso à instalações físicas – Grupo 5. ....	355
Gráfico 320. Acesso à recursos financeiros – Grupo 5. ....	356
Gráfico 321. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 5. ....	356
Gráfico 322. Salário – Grupo 5. ....	357
Gráfico 323. Promoção/progressão – Grupo 5. ....	357
Gráfico 324. Saúde – Grupo 5. ....	358
Gráfico 325. Carga horária – Grupo 5. ....	358
Gráfico 326. Financiamento – Grupo 5. ....	358
Gráfico 327. Avaliação – Grupo 5. ....	358
Gráfico 328. Aposentadoria – Grupo 5. ....	359
Gráfico 329. Problemas de relacionamento – Grupo 5. ....	359
Gráfico 330. Fraudes – Grupo 5. ....	359
Gráfico 331. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 5. ....	360
Gráfico 332. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 5. ....	360
Gráfico 333. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 5. ....	361
Gráfico 334. Controle das pesquisas – Grupo 5. ....	361
Gráfico 335. Sexo – Grupo 6. ....	364

Gráfico 336. Estados de origem dos Professores – Grupo 6. ....	364
Gráfico 337. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 6. ....	365
Gráfico 338. Intercâmbio – Grupo 6. ....	365
Gráfico 339. Pós-Doutorado – Grupo 6. ....	365
Gráfico 340. Vínculo atual com a UnB – Grupo 6. ....	366
Gráfico 341. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 6. ....	366
Gráfico 342. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 6. ....	367
Gráfico 343. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 6. ....	367
Gráfico 344. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 6. ....	368
Gráfico 345. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 6. ....	368
Gráfico 346. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 6. ....	369
Gráfico 347. Importância do departamento – Grupo 6. ....	369
Gráfico 348. Importância da ADUnB – Grupo 6. ....	370
Gráfico 349. Importância da Sociedade Científica – Grupo 6. ....	370
Gráfico 350. Importância da ANDES – Grupo 6. ....	371
Gráfico 351. Participação como representante – Grupo 6. ....	371
Gráfico 352. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 6. ....	372
Gráfico 353. Religião – Grupo 6. ....	372
Gráfico 354. Participação em ONGs – Grupo 6. ....	372
Gráfico 355. Outros professores – Grupo 6. ....	374
Gráfico 356. Técnicos – Grupo 6. ....	374
Gráfico 357. Estudantes – Grupo 6. ....	374
Gráfico 358. Agências – Grupo 6. ....	374
Gráfico 359. Empresas e indústrias – Grupo 6. ....	375
Gráfico 360. ONGs – Grupo 6. ....	375
Gráfico 361. Família – Grupo 6. ....	375
Gráfico 362. Mídia – Grupo 6. ....	375
Gráfico 363. Outros – Grupo 6. ....	376
Gráfico 364. Quantidade de publicações – Grupo 6. ....	376
Gráfico 365. Publicação com coautoria internacional – Grupo 6. ....	376

Gráfico 366. Patentes – Grupo 6. ....	377
Gráfico 367. Potencial de mercado – Grupo 6. ....	377
Gráfico 368. Contribuição social – Grupo 6. ....	378
Gráfico 369. Acesso à equipe técnica – Grupo 6. ....	378
Gráfico 370. Acesso à instalações físicas – Grupo 6. ....	379
Gráfico 371. Acesso à recursos financeiros – Grupo 6. ....	379
Gráfico 372. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 6. ....	380
Gráfico 373. Salário – Grupo 6. ....	381
Gráfico 374. Promoção/progressão – Grupo 6. ....	381
Gráfico 375. Saúde – Grupo 6. ....	381
Gráfico 376. Carga horária – Grupo 6. ....	381
Gráfico 377. Financiamento – Grupo 6. ....	382
Gráfico 378. Avaliação – Grupo 6. ....	382
Gráfico 379. Aposentadoria – Grupo 6. ....	382
Gráfico 380. Problemas de relacionamento – Grupo 6. ....	382
Gráfico 381. Fraudes – Grupo 6. ....	383
Gráfico 382. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 6. ....	383
Gráfico 383. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 6. ....	384
Gráfico 384. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 6. ....	384
Gráfico 385. Controle das pesquisas – Grupo 6. ....	385
Gráfico 386. Sexo – Grupo 7. ....	387
Gráfico 387. Estados de origem dos Professores – Grupo 7. ....	387
Gráfico 388. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 7. ....	388
Gráfico 389. Intercâmbio – Grupo 7. ....	388
Gráfico 390. Pós-Doutorado – Grupo 7. ....	389
Gráfico 391. Vínculo atual com a UnB – Grupo 7. ....	389
Gráfico 392. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 7. ....	389
Gráfico 393. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 7. ....	390
Gráfico 394. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 7. ....	390
Gráfico 395. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 7. ....	391

Gráfico 396. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 7. ....	391
Gráfico 397. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 7. ....	392
Gráfico 398. Importância do departamento – Grupo 7. ....	392
Gráfico 399. Importância da ADUnB – Grupo 7. ....	394
Gráfico 400. Importância da Sociedade Científica – Grupo 7. ....	394
Gráfico 401. Importância da ANDES – Grupo 7. ....	395
Gráfico 402. Participação como representante – Grupo 7. ....	395
Gráfico 403. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 7. ....	396
Gráfico 404. Religião – Grupo 7. ....	396
Gráfico 405. Participação em ONGs – Grupo 7. ....	396
Gráfico 406. Outros professores – Grupo 7. ....	397
Gráfico 407. Técnicos – Grupo 7. ....	398
Gráfico 408. Estudantes – Grupo 7. ....	398
Gráfico 409. Agências – Grupo 7. ....	398
Gráfico 410. Empresas e indústrias – Grupo 7. ....	398
Gráfico 411. ONGs – Grupo 7. ....	399
Gráfico 412. Família – Grupo 7. ....	399
Gráfico 413. Mídia – Grupo 7. ....	399
Gráfico 414. Outros – Grupo 7. ....	399
Gráfico 415. Quantidade de publicações – Grupo 7. ....	400
Gráfico 416. Publicação com coautoria internacional – Grupo 7. ....	400
Gráfico 417. Patentes – Grupo 7. ....	401
Gráfico 418. Potencial de mercado – Grupo 7. ....	401
Gráfico 419. Contribuição social – Grupo 7. ....	401
Gráfico 420. Acesso à equipe técnica – Grupo 7. ....	402
Gráfico 421. Acesso à instalações físicas – Grupo 7. ....	403
Gráfico 422. Acesso à recursos financeiros – Grupo 7. ....	403
Gráfico 423. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 7. ....	404
Gráfico 424. Salário – Grupo 7. ....	405
Gráfico 425. Promoção/progressão – Grupo 7. ....	405
Gráfico 426. Saúde – Grupo 7. ....	405
Gráfico 427. Carga horária – Grupo 7. ....	405

Gráfico 428. Financiamento – Grupo 7. ....	406
Gráfico 429. Avaliação – Grupo 7. ....	406
Gráfico 430. Aposentadoria – Grupo 7. ....	406
Gráfico 431. Problemas de relacionamento – Grupo 7. ....	406
Gráfico 432. Fraudes – Grupo 7. ....	407
Gráfico 433. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 7. ....	407
Gráfico 434. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 7. ....	408
Gráfico 435. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 7. ....	408
Gráfico 436. Controle das pesquisas – Grupo 7. ....	409
Gráfico 437. Sexo – Grupo 8. ....	411
Gráfico 438. Estados de origem dos Professores – Grupo 8. ....	411
Gráfico 439. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 8. ....	411
Gráfico 440. Intercâmbio – Grupo 8. ....	412
Gráfico 441. Pós-Doutorado – Grupo 8. ....	412
Gráfico 442. Vínculo atual com a UnB – Grupo 8. ....	413
Gráfico 443. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 8. ....	413
Gráfico 444. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 8. ....	414
Gráfico 445. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 8. ....	414
Gráfico 446. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 8. ....	415
Gráfico 447. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 8. ....	415
Gráfico 448. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 8. ....	415
Gráfico 449. Importância do departamento – Grupo 8. ....	416
Gráfico 450. Importância da ADUnB – Grupo 8. ....	416
Gráfico 451. Importância da Sociedade Científica – Grupo 8. ....	417
Gráfico 452. Importância da ANDES – Grupo 8. ....	417
Gráfico 453. Participação como representante – Grupo 8. ....	418
Gráfico 454. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 8. ....	418
Gráfico 455. Religião – Grupo 8. ....	419
Gráfico 456. Participação em ONGs – Grupo 8. ....	419
Gráfico 457. Outros professores – Grupo 8. ....	420

Gráfico 458. Técnicos – Grupo 8. ....	420
Gráfico 459. Estudantes – Grupo 8. ....	421
Gráfico 460. Agências – Grupo 8. ....	421
Gráfico 461. Empresas e indústrias – Grupo 8. ....	421
Gráfico 462. ONGs – Grupo 8. ....	421
Gráfico 463. Família – Grupo 8. ....	422
Gráfico 464. Mídia – Grupo 8. ....	422
Gráfico 465. Outros – Grupo 8. ....	422
Gráfico 466. Quantidade de publicações – Grupo 8. ....	423
Gráfico 467. Publicação com coautoria internacional – Grupo 8. ....	423
Gráfico 468. Patentes – Grupo 8. ....	423
Gráfico 469. Potencial de mercado – Grupo 8. ....	424
Gráfico 470. Contribuição social – Grupo 8. ....	424
Gráfico 471. Acesso à equipe técnica – Grupo 8. ....	425
Gráfico 472. Acesso à instalações físicas – Grupo 8. ....	425
Gráfico 473. Acesso à recursos financeiros – Grupo 8. ....	426
Gráfico 474. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 8. ....	426
Gráfico 475. Salário – Grupo 8. ....	427
Gráfico 476. Promoção/progressão – Grupo 8. ....	427
Gráfico 477. Saúde – Grupo 8. ....	427
Gráfico 478. Carga horária – Grupo 8. ....	428
Gráfico 479. Financiamento – Grupo 8. ....	428
Gráfico 480. Avaliação – Grupo 8. ....	429
Gráfico 481. Aposentadoria – Grupo 8. ....	429
Gráfico 482. Problemas de relacionamento – Grupo 8. ....	429
Gráfico 483. Fraudes – Grupo 8. ....	430
Gráfico 484. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 8. ....	430
Gráfico 485. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 8. ....	430
Gráfico 486. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 8. ....	431
Gráfico 487. Controle das pesquisas – Grupo 8. ....	431
Gráfico 488. Mapa 1 .....	434
Gráfico 489. Mapa 2 .....	436

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nuvens de palavras sobre a Greve de 2012. ....	185
Figura 2. Nuvens de palavras sobre o que os professores mais almejam com o trabalho..	186
Figura 3. Nuvens de palavras sobre esta pesquisa. ....	187

## ABREVIACOES E SÍMBOLOS

ABC – Academia Brasileira de Ciências
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AC – Acre
ADUnB – Associação dos Docentes da UnB
AL – Alagoas
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituices de Ensino Superior
ASC – Alcântara Cyclone Space
BA – Bahia
Bco – Biblioteca Comunitária Universitária
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBTE – Centro Brasileiro de Tecnologia de Etanol
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CE – Ceará
CGI – Comitê Gestor da Internet
Ceitec – Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada
CEITEC S.A. - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada
Ceped – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
Cepec – Centro de Pesquisa de Cacau
Cepel – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
Certi – Centro Regional de Tecnologia de Informática
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Cientec – Fundação de Ciência e Tecnologia

CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública  
Citpar – Centro de Integração de Tecnologia do Paraná  
CNB – Comitê Nacional de Biotecnologia  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Conapa – Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas  
CONSUNI – Conselho Universitário  
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
Cpqd – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento  
CRCN-NE – Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste  
CsF – Programa Ciência sem Fronteiras  
CTH – Centro Tecnológico de Hidráulica  
CTI – Centro Tecnológico para a Informática  
CVTs – Programa de Implementação e Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos  
DEG – Decanato de Ensino de Graduação  
DF – Distrito Federal  
DPP – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação  
ECLAC – Economic Commission for Latin America  
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EQF – European Qualifications Framework  
ES – Espírito Santo  
Estr. - Estrangeiro  
EU – European Union  
EUA – Estados Unidos  
FEUB – Federação dos Estudantes Universitários de Brasília  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUB – Fundação Universidade de Brasília  
GATS – General Agreement on Trade in Services  
GNP – Gross National Product

GO – Goiás  
HUB – Hospital Universitário de Brasília  
Iapar – Instituto Agrônomo do Paraná  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICC – Instituto Central de Ciências  
ICS – Instituto de Ciências Sociais  
IDB – Inter-American Development Bank  
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá  
IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
IIE – Institute for International Education  
IMF – International Monetary Fund  
IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada  
INB – Indústrias Nucleares do Brasil  
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais – Anísio Teixeira  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JK – Juscelino Kubitschek  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LNSL – Laboratório Nacional de Luz Síncrotron  
MA – Maranhão  
MARE – Ministério da Administração e da Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação  
MG – Minas Gerais  
MIT – Massachusetts Institute of Technology  
MS – Mato Grosso do Sul  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MT – Mato Grosso  
NSF – National Science Foundation  
NQFs – National Qualifications Frameworks  
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OS – Organizações Sociais  
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSRD – Office of Scientific Research and Development  
PA – Pará  
PACTI – Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional  
PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo  
PAI – Plano de Ação Imediata  
PAS - Programa de Avaliação Seriada  
PB – Paraíba  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo  
PE – Pernambuco  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PISA – Programme for International Student Assessment  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado  
Pós-Sol – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
PR – Paraná  
PRONAP – Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas  
Pronex – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência  
PSECs – Planos Setoriais de Educação e Cultura  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
Rede-Clima – Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas  
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RJ – Rio de Janeiro  
RN – Rio Grande do Norte  
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RS – Rio Grande do Sul  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SC – Santa Catarina  
SIGRA – Sistema de Informação Acadêmica da Graduação  
SIPPOS – Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação  
SRH – Secretaria de Recursos Humanos  
SP – São Paulo  
STI – Secretaria de Tecnologia industrial  
SUS – Sistema Único de Saúde  
Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A.  
TO – Tocantins  
UDF – Universidade do Distrito Federal  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
Upra – Unidade de Produção de Radiofármacos  
USAID – United Agency for International Development  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	Página
I - Introdução. ....	41
II – World-Class ou Federal World-Class? Possíveis contribuições do modelo proposto. .42	
III – Ponto de partida. ....	46
IV – Caminhos Trilhados. ....	47
V – O Formulário Eletrônico Utilizado. ....	52
1. Capítulo 1. Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores. ....	55
1.1. Autonomia científica e tecnológica depois da bomba atômica. ....	59
1.2. A criação da UnB. ....	62
1.3. A ditadura e a UnB. ....	68
1.4. Entidades Representativas e a UnB. ....	74
1.5. Fim da ditadura: Recomeço para a UnB? ....	81
1.6. Inovações recentes em CTI com impacto nas universidades. ....	88
1.7. Internacionalização e Autonomia. ....	95
1.8. Estado e Federal World-Class. ....	100
1.9. Federal World-Class e Criatividade. ....	104
2. Capítulo 2. Dados Gerais e Especificidades dos Professores da UnB. ....	108
2.1. Convite aos professores. ....	109
2.2. 1ª questão ....	110
2.3. 3ª questão ....	111
2.4. 4ª questão ....	112
2.5. 5ª questão ....	113
2.6. 9ª questão ....	114
2.7. 10ª questão ....	116
2.8. 13ª questão ....	118
2.9. 14ª questão ....	119
2.10. 15ª questão ....	123
2.11. 16ª questão ....	124
2.12. 17ª questão ....	126
2.13. 18ª questão ....	129

2.14.	19 <sup>a</sup> questão .....	132
2.15.	20 <sup>a</sup> questão .....	133
2.16.	21 <sup>a</sup> questão .....	135
2.17.	22 <sup>a</sup> questão .....	136
2.18.	23 <sup>a</sup> questão .....	137
2.19.	24 <sup>a</sup> questão .....	139
2.20.	25 <sup>a</sup> questão .....	140
2.21.	26 <sup>a</sup> questão .....	141
2.22.	27 <sup>a</sup> questão .....	143
2.23.	28 <sup>a</sup> questão .....	144
2.24.	29 <sup>a</sup> questão .....	144
2.25.	30 <sup>a</sup> questão .....	145
2.26.	31 <sup>a</sup> questão .....	150
2.27.	32 <sup>a</sup> questão .....	155
2.28.	33 <sup>a</sup> questão .....	157
2.29.	34 <sup>a</sup> questão .....	158
2.30.	35 <sup>a</sup> questão .....	159
2.31.	36 <sup>a</sup> questão .....	160
2.32.	37 <sup>a</sup> questão .....	162
2.33.	38 <sup>a</sup> questão .....	163
2.34.	39 <sup>a</sup> questão .....	165
2.35.	40 <sup>a</sup> questão .....	166
2.36.	41 <sup>a</sup> questão .....	171
2.37.	42 <sup>a</sup> questão .....	175
2.38.	43 <sup>a</sup> questão .....	175
2.39.	44 <sup>a</sup> questão .....	177
2.40.	45 <sup>a</sup> questão .....	179
2.41.	46 <sup>a</sup> questão .....	181
2.42.	47 <sup>a</sup> questão .....	183
2.43.	48 <sup>a</sup> questão .....	185
2.44.	49 <sup>a</sup> questão .....	186
2.45.	50 <sup>a</sup> questão .....	186

3. Capítulo 3. Emaranhamento de Variáveis. ....	188
3.1. Primeiras evidências gerais. ....	188
3.1.1. Diferenças entre homens e mulheres. ....	188
3.1.1.1. Acesso à equipe técnica. ....	188
3.1.1.2. Acesso à instalações físicas. ....	189
3.1.1.3. Acesso à recursos financeiros. ....	190
3.1.2. Ingresso com menos de 18 anos, conteúdo das disciplinas e visão sobre os estudantes. ....	190
3.1.2.1. Ingresso com menos de 18 anos e conteúdo das disciplinas. ....	191
3.1.2.2. Ingresso com menos de 18 anos e percepção sobre alunos da graduação. ....	191
3.1.2.3. Ingresso com menos de 18 anos e percepção sobre alunos da pós-graduação. ....	192
3.1.3. Intercâmbio e Pós-Doutorado. ....	193
3.1.4. Pós-doutores e interação. ....	194
3.1.4.1. Pós-Doutores e trabalho conjunto no mesmo departamento. ....	194
3.1.4.2. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outros departamentos. ....	194
3.1.4.3. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outras instituições. ....	195
3.1.4.4. Pós-Doutores e trabalho conjunto com empresas. ....	196
3.1.4.5. Pós-Doutores e religião. ....	196
3.1.5. Professores Titulares. ....	197
3.1.5.1. Professores Titulares e visualização dos trabalhos. ....	197
3.1.5.2. Professores Titulares e estudantes de graduação. ....	198
3.1.5.3. Professores Titulares e estudantes de pós-graduação. ....	198
3.1.5.4. Professores Titulares e a expansão institucional. ....	199
3.1.6. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento. ....	199
3.1.6.1. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e trabalhos com outros departamentos. ....	200
3.1.6.2. Professores sem trabalho conjunto no mesmo	

departamento e trabalhos com outras instituições. ....	200
3.1.6.3. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e trabalhos com empresas. ....	201
3.1.6.4. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e participação em grupos informais. ....	201
3.1.7. Professores que trabalham com empresas. ....	202
3.1.7.1. Trabalho com empresas e patentes. ....	202
3.1.7.2. Trabalho com empresas e perspectivas do trabalho. ....	203
3.1.8. Envolvimento político, expansão, potencial de mercado, contribuição social e conflitos. ....	203
3.1.8.1. Envolvimento político e expansão institucional. ....	203
3.1.8.2. Envolvimento político e potencial de mercado das pesquisas. ....	204
3.1.8.3. Envolvimento político e contribuição social das pesquisas. ....	204
3.1.8.4. Envolvimento político e conflitos. ....	205
3.1.9. Fraudes, publicações, trabalhos conjuntos e controle das pesquisas. ....	206
3.1.9.1. Fraudes e publicações. ....	206
3.1.9.2. Fraudes e importância de outros professores. ....	206
3.1.9.3. Fraudes e controle das pesquisas. ....	207
4. Considerações Finais. ....	208
5. Referências Bibliográficas. ....	216

## ANEXOS

Anexo 1. Questionário Eletrônico utilizado. ....	232
Anexo 2. Divisão dos Formulários em 8 Grupos. ....	244
1. Grupos.....	244
1.1. Grupo 1 – Ciências Matemáticas e Naturais. ....	245
1.1.1. Grupo 1 – Sistematização dos dados. ....	246
1.1.2. Grupo 1 – Destaques gerais. ....	267

1.2. Grupo 2 – Engenharias e Computação. ....	268
1.2.1. Grupo 2 – Sistematização dos dados. ....	269
1.2.2. Grupo 2 – Destaques gerais. ....	291
1.3. Grupo 3 – Ciências Biológicas. ....	292
1.3.1. Grupo 3 – Sistematização dos dados. ....	292
1.3.2. Grupo 3 – Destaques gerais. ....	314
1.4. Grupo 4 – Ciências Médicas e da Saúde. ....	315
1.4.1. Grupo 4 – Sistematização dos dados. ....	316
1.4.2. Grupo 4 – Destaques gerais. ....	337
1.5. Grupo 5 – Ciências Agrônômicas e Veterinárias. ....	339
1.5.1. Grupo 5 – Sistematização dos dados. ....	339
1.5.2. Grupo 5 – Destaques gerais. ....	361
1.6. Grupo 6 – Ciências Humanas. ....	363
1.6.1. Grupo 6 – Sistematização dos dados. ....	363
1.6.2. Grupo 6 – Destaques gerais. ....	385
1.7. Grupo 7 – Ciências Socialmente Aplicáveis. ....	386
1.7.1. Grupo 7 – Sistematização dos dados. ....	387
1.7.2. Grupo 7 – Destaques gerais. ....	409
1.8. Grupo 8 – Linguagens e Artes. ....	410
1.8.1 Grupo 8 – Sistematização dos dados. ....	410
1.8.2. Grupo 8 – Destaques gerais. ....	431
1.9. Mapa 1. ....	432
1.10. Mapa 2. ....	434

## I - Introdução

Com a presente tese de doutorado – “Federal World-Class? Dimensões da Universidade de Brasília (UnB): Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores” – apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada com 196 professores da UnB sob o contexto de uma forte expansão da capacidade organizacional e institucional da universidade e da construção de um parâmetro internacional de qualidade do ensino superior que vem sendo difundido com a ajuda de instituições internacionais e dos chamados “Rankings Universitários”<sup>1</sup>.

Contando com 4 *Campi*, 5 Decanatos, 26 Institutos e Faculdades e 54 Departamentos, a UnB completou 50 anos<sup>2</sup> em 2012 chegando a ter mais de 2.600 docentes<sup>3</sup>, incluindo substitutos e visitantes, muitos contratados a menos de 5 anos; mais de 2.500 servidores Técnicos-Administrativos, sem contar os prestadores de serviço e terceirizados; cerca de 8.800 discentes de pós-graduação, contabilizados os de especialização; e mais de 30.000 discentes de graduação, presenciais, a distância e de residência médica<sup>4</sup>.

Os expressivos números exibidos pela UnB resultam em boa medida de iniciativas governamentais tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – Decreto 6.096 de 2007, do Ministério da Educação (MEC), apenas para citar o mais recente. No caso da UnB, o REUNI envolveu mais de 57 obras e melhorias, a construção de 3 novos *campi*, mobilizando mais de R\$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais). Destes, cerca de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) tiveram origem nos chamados “recursos próprios”,

---

1 Os chamados “Rankings Universitários” são tentativas de se hierarquizar as universidades a partir de indicadores gerados pela mensuração, por exemplo, da quantidade de prêmios concedidos à professores; das citações dos artigos produzidos nas instituições por outros pesquisadores; do grau de inovação das pesquisas; da internacionalização das instituições; do reconhecimento da qualidade do ensino; que vêm influenciando a escolha dos estudantes, dos professores, dos técnicos.

2 O Artigo 3º da Lei n. 3.998 de 15 de dezembro de 1961 criou a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mas só foi homologado pelo Decreto n. 500, de 15 de janeiro de 1962. Para Darcy Ribeiro (2011, pp. 29-30), “Uma instituição, planejada para funcionar em moldes pioneiros, não poderá ser estruturada na forma de autarquia, como ocorre com as nossas universidades federais. O que se recomendava e foi consagrado no projeto de lei que instituiu a Universidade de Brasília era a estrutura de Fundação, suscetível de assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos.”

3 Fonte: Decanato de Ensino de Graduação (DEG); Sistema de Informação Acadêmica da Graduação (SIGRA); Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação (SIPPOS); em 2010.

4 Fonte: UnB/Secretaria de Recursos Humanos (SRH); Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP); Hospital Universitário de Brasília (HUB); SIGRA; SIPPOS; em 2010.

receitas orçamentárias das universidades, e o restante proveio do REUNI, com mais 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), além de cerca de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) do Governo do Distrito Federal, mais de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) de Emendas Parlamentares, entre outros.

O impacto deste programa na UnB ampliou o total de 63 cursos de graduação existentes em 2006 (61 presenciais e 2 à distância) para 109 cursos em 2013, sendo 99 presenciais (31 de período noturno) e 10 à distância. Na pós-graduação, dos 100 cursos existentes, em 2006, 61 eram de mestrado e 39 de doutorado. Em 2012, o número de cursos de mestrado aumentou para 82 e os de doutorado para 63, totalizando 145; além de 22 cursos de especialização.

É preciso reconhecer que os programas governamentais de expansão das matrículas dos diversos sistemas de ensino no início do século XXI são parte de um esforço e de uma priorização do Estado Brasileiro para estabelecer uma nova relação com as universidades federais e demais instituições, pautados por uma perspectiva de inclusão social no contexto das necessidades e das possibilidades do desenvolvimento econômico vigente<sup>5</sup>.

Todavia, uma dimensão da produção e do desenvolvimento de conhecimento, e, por conseguinte, das próprias universidades, vêm ultrapassando as fronteiras das instituições e dos Estados Nacionais, devido, em boa medida, à atuação dos professores ainda que as suas forças e fraquezas sejam pouco (re)conhecidas.

## **II - World-Class ou Federal World-Class? Possíveis contribuições do modelo proposto.**

O termo World-Class vem sendo utilizado por Instituições Internacionais e pela maioria dos “Rankings Universitários” para caracterizar instituições universitárias que possuem uma determinada qualidade de ensino e de pesquisa, bem como uma determinada autonomia<sup>6</sup> de gestão, capazes de atrair professores altamente qualificados e estudantes

---

5 Conforme Gerard Delanty (2002, p.49), “According to the World Bank, there is a clear correlation between the level of participation in higher education and economic development, the former of which is on average 51 per cent in the OECD countries, compared with 21 per cent in the middle-income countries and 6 per cent in lower-income countries (*apud* World Bank, 1994; Sadlak, 1998:101).”

6 Na ótica do direito, conforme Nina Beatriz Stocco Ranieri (2005), autonomia indica a competência de autonormação, ou seja, a possibilidade de dar-se um ordenamento jurídico, o que consiste em poder funcional

fortemente interessados e envolvidos, produzir trabalhos citados por outros pesquisadores, realizar planejamento, estabelecer parcerias, que não se restringem mais aos limites organizacionais e institucionais, assim como às fronteiras nacionais dos países em que se encontram.

Para Nian Cai Liu (2007, p.65), um dos responsáveis por um dos principais “Rankings Universitários”<sup>7</sup> difundidos no mundo, “World-class universities have an average of 4.4 faculty members winning Nobel Prizes and Fields Medals and an average of 56 highly cited researchers in major academic fields (...) More than 85 percent of the faculty members at world-class universities have doctoral degrees from the top 100 universities in the world”. Para Jamil Salmi,

The few scholars who have attempted to define what world-class universities have that regular universities do not possess have identified a number of basic features, such as highly qualified faculty; excellence in research; quality teaching; high levels of government and nongovernment sources of funding; international and highly talented students; academic freedom; well-defined autonomous governance structures; and well-equipped facilities for teaching, research, administration, and (often) student life (*apud* Altbach 2004; Khoon et al. 2005; Niland 2000, 2007). (SALMI, 2009, p.6).

O aspecto global da dinâmica presente nas instituições World-Class tem representado portanto um desafio também para a própria sociologia ao ultrapassar o campo de atuação da disciplina, tradicionalmente circunscrita aos Estados Nacionais. De acordo com Ulrich Beck (2010, p. 21), “há um sistema de estados-nações e suas respectivas sociologias que estudam uma determinada sociedade definida em termos de estado-nação. O estado-nação constitui o receptáculo da sociedade e os limites da 'sociologia’”.

Não queremos sugerir com isso que um estudo sobre o comportamento e a ação social dos professores, num contexto dinâmico como o atual, deve trocar um nacionalismo

---

derivado, circunscrito ao peculiar interesse da entidade que o detém, e limitado pelo ordenamento geral em que se insere, sem o qual, ou fora do qual, não existiria. Dessa forma, a autonomia não supõe “soberania” ou “independência” na normatização da matéria que lhe é própria, porque é poder derivado, conforme Ranieri (2005). Esse conceito é fundamental para entendermos as contradições das relações existentes entre o Estado, as universidades e a produção e desenvolvimento de conhecimento, ou, até mesmo, da relação entre políticos, empresários e cientistas.

<sup>7</sup> Published by the Institute of Higher Education at the Shanghai Jiao Tong University.

metodológico<sup>8</sup> por um cosmopolitismo<sup>9</sup> sistêmico, mas valorizar características da administração, dos pesquisadores, dos estudantes, enquanto (co)responsáveis pelo cumprimento da finalidade essencial da universidade, ou seja, manter a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais, conforme o artigo 3º do Estatuto da UnB, sem perder de vista a combinação de uma forma de cooperação com uma certa competição no que tange às mudanças constantes das bases conceituais, dos instrumentos de financiamento, das formas de fazer educação, ciência, tecnologia e inovação, nas organizações e nas instituições envolvidas.

The expansion of the domain of universality does not eliminate the domain of particularities. Ulrich Beck admits that cosmopolitanization does not mean uniformization and homogenization. People, their groups, communities, political organizations, cultures, civilizations will (and should) remain different, sometimes even unique. But to put it metaphorically, the walls between them must be primarily erected in human heads, mentalities, imagination ('cosmopolitan vision'), but also in normative systems (human rights), institutions (e.g. energy policy, sustainable development, fighting global warming, war with terrorism) (*apud* Beck, 2006). (PIOTR SZTOMPKA, 2010, p. 27).

Com o termo Federal World-Class procuramos, neste sentido, pautar a importância das universidades federais brasileiras diante de um padrão organizacional e institucional internacional de ensino e de pesquisa que apesar de ser pouco conhecido e debatido no Brasil vem sendo difundido por muitos países nos últimos anos.

Uma universidade como a UnB, enquanto uma instituição pública, gratuita e de qualidade, possui especificidades que não são consideradas pelo modelo World-Class cada vez mais hegemônico no plano internacional, por exemplo, no que diz respeito à importância do acesso e da permanência dos estudantes por processos seletivos constantemente aprimorados, ao invés da restrição das matrículas àqueles que podem pagar

---

8 “Methodological nationalism takes the national state as the unquestioned analytical unit, and runs the risk of overlooking the interdependency between different countries and reifying the equation between nation, state and society. The need to overcome this methodological nationalism does not take place in a historical vacuum. Globalisation challenges the imaginary of the national state as a sovereign unity, with consequences for the role of universities”, conforme Eva Hartmann (2010, p.170).

9 Mesmo porque, conforme Bryan S. Turner (2010, p.7), “The rise of cosmopolitanism – in part through the growth of cosmopolitan city, diasporic global cultures, global migration patterns and ensuing multiculturalism – has also taken place in a context of resurgent nationalism, ethnic cleansing, and the anti-migration policies of right-wing political parties and movements.”

mensalidades<sup>10</sup>; uma carreira docente com uma certa estabilidade, condição fundamental para os professores, principalmente nos períodos de finalização de projetos; uma relativa participação da comunidade nos processos decisórios, ao contrário de um simples controle dos meios utilizados ou dos fins a serem alcançados; uma necessária e constante (re)conquista de uma autonomia institucional dada a complexidade das atividades desenvolvidas no dia-a-dia da produção e do desenvolvimento de conhecimento.

Com esta perspectiva, procuramos contribuir com a discussão que vem sendo feita sobre o ensino superior, consultando os professores da UnB<sup>11</sup>, ressaltando os desafios e as vantagens comparativas que a instituição pode oferecer enquanto uma universidade federal. Para tanto, foi necessário elaborar uma perspectiva multidimensional alternativa que não refletisse apenas as informações usualmente requeridas pelos “Rankings Universitários” ou pelos formuladores de políticas, mesmo porque, em ambos os casos, há sérios problemas na discussão, elaboração e utilizações dos critérios e das metodologias empregadas. Conforme Alma Maldonado-Maldonado (2009, p.89), “The two most popular rankings, one published by the Institute of Higher Education at the Shanghai Jiao Tong University and the other by *The Times Higher Education Supplement* in the UK, have been broadly questioned in their methodologies (*apud* Marginson, 2007; Salmi and Saroyan, 2007).” No caso dos formuladores de políticas, muitos problemas vêm sendo apontados, principalmente pela ciência política, em especial no que tange ao ciclo de políticas públicas, com destaque para as limitações do processo de formação da agenda, elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das iniciativas adotadas (MONTEIRO, 2006; SARAIVA, 2006; SUBIRATS, 2006).

De forma complementar produzimos assim um formulário eletrônico e o

---

10 Há quem alegue que o pagamento de mensalidades é um sistema mais justo, cobrando daqueles que possuem uma renda mais alta e concedendo bolsas para quem não tem, mas não cabe às instituições educacionais fazer distribuição de renda ou promover justiça social e sim à um sistema de impostos progressivos, à taxação de grandes fortunas, ao fim da sonegação fiscal, entre outras. Não obstante, no caso da UnB, considerando que a necessidade de recursos para a manutenção de equipamentos e de instalações corre mais rápido do que a resposta governamental, poderia se pensar, por exemplo, de forma complementar, num fundo para a universidade constituído pela vinculação de parte das receitas do Imposto Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhidos pelo Distrito Federal, tendo em vista que parte dos estudantes e dos professores contribuem com parte considerável destes e de outros tributos. Mesmo assim não se pode diminuir os aportes de recursos federais.

11 Estudos sobre os estudantes da universidade vêm sendo desenvolvidos por professores e estudantes, por isso não abordaremos estas comunidades neste trabalho. Além disso, estudos sobre os servidores da UnB seriam igualmente importantes, mas esta tarefa exigiria um escopo de pesquisa mais aprofundado tendo-se em vista a rotatividade deles nas universidades públicas brasileiras devido, em grande medida, ao baixo salário pago no país como um todo aos servidores técnicos administrativos.

encaminhamos a todos os professores da UnB procurando destacar posturas, atitudes e circunstâncias que têm sido decisivas para o trabalho científico, tecnológico e de inovação, mas que não têm sido adequadamente consideradas na discussão de novas ideias e conhecimentos, na experimentação de práticas inovadoras, na administração de uma multiplicidade de interesses, para além de uma visão uniforme dos gestores, dos Estados e de interesses hegemônicos no plano internacional.

### **III – Ponto de partida.**

Tendo o suporte de um trabalho anterior de dissertação de mestrado na USP sobre políticas para o ensino superior<sup>12</sup>, de estudos realizados na UnB no programa de Pós-Graduação em Sociologia (Pós-Sol), da intensa vivência no *Campus* Darcy Ribeiro em meio a maior expansão institucional da universidade nos últimos anos, dos questionamentos surgidos a partir de uma experiência como servidor público na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e como docente de uma faculdade privada, procuramos complementar uma observação exploratória com o que podemos apreender da teoria na prática.

Com efeito, considerando o escopo do estudo, sem similar, não postulamos ou partiremos de hipóteses ou afirmações peremptórias acerca das mesmas. O entendimento que temos a esse respeito é que a própria pesquisa pode culminar num conjunto de hipóteses sobre o modo como determinadas comunidades científicas<sup>13</sup>, presentes em uma universidade pública do país, atuam e se posicionam diante de um contexto de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação bastante dinâmico, como o que se verifica atualmente.

Em que pese a literatura especializada apontar para a relevância do estabelecimento de hipóteses no desenvolvimento de uma tese, com o que concordamos, isso não significa uma exigência incontornável, a depender do tipo de investigação e de suas peculiaridades,

---

12 Aroni, Allan. “O ensino superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil”. 2008. disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09102008-115646/pt-br.php>. Acesso em maio de 2013.

13 Conforme Fazal Rizvi (2006, p. 194), “The notion of 'communities of reference' needs to be enlarged, because actors in different regions of the world are now able to 'elaborate interests and capabilities in constructing world pictures whose very interaction affects global processes' (*apud* Appadurai, 2001, p.13).”

em termos de sua complexidade e do elevado grau de contingência que a perpassa.

Certamente que poderíamos apresentar especulações relacionadas ao que imaginamos preponderar em termos comportamentos e ações sociais nas comunidades científicas de uma importante universidade brasileira, bem como sobre eventuais diferenças e semelhanças entre elas, ao distinguirmos algumas áreas do conhecimento. Contudo, o próprio conjunto dos dados e as suas várias correlações entre si deixam emergir situações e fatos que poderiam ser considerados pelos próprios pesquisadores, pelos formuladores de políticas da área e pelos demais interessados<sup>14</sup>.

Embora reconhecamos a importância assumida por um determinado modelo de produção e difusão de informações<sup>15</sup>, procuramos superar uma perspectiva uniformizadora dos dados que, apesar de funcional, não tem sido suficiente o bastante para subsidiar de forma adequada os mais diversos empreendimentos na atualidade, tendo em vista a onda de manifestações populares mundo afora e que, no caso do Brasil, envolveu milhões de pessoas e tomou as ruas das principais cidades levantando questões sobre moralidade, justiça e dignidade; reivindicando nas cidades as cidades, uma demanda histórica pela garantia de condições de sobrevivência, principalmente moradia, infraestrutura, acesso à saúde, à educação, conforme Ananda de Melo Martins (2010, p.29).

#### **IV - Caminhos Trilhados.**

Conforme Howard Saul Becker (1999), não há um método clássico com maior ou menor escopo para penetrar um determinado objeto de estudo. Cada caso empírico possui a sua particularidade de observações e desenvolve os seus próprios métodos. Do mesmo modo, para Robert K. Merton (1975, p. 38), “nenhum paradigma começou sequer a demonstrar o seu peculiar poder de convicção para investigar toda gama de questões

---

14 Conforme Hans Joas e Wolfgang Knobl (2009, p.2), “Social scientific research certainly has consequences. Because of this, the discipline cannot be indifferent to what is done with its findings”.

15 Os estudos estatísticos teriam evoluído da seguinte forma, conforme Marina de Souza Sartori (2012): das observações de uma regularidade intrínseca dos dados (regularidades causadas pela própria população constatadas pelos estatísticos, ultrapassando a exclusividade da produção de dados pelos burocratas do Estado); de uma virada cognitiva (que consiste numa transformação do modo de pensar da população, de individualizada para uma média); da lei dos grandes números (que consiste numa regularidade para todos os tipos de acontecimentos); do homem médio (que consiste na constância refletida pela média das características de uma população); e do patológico ao normal (o patológico também poderia ser considerado normal no caso da regularidade do desvio do homem médio também ser regular).

sociologicamente pertinentes”.

A produção e o desenvolvimento de conhecimento sociológico ocorre assim a partir de metodologias e de perspectivas, muitas vezes envolvendo uma discussão sobre critérios de validade dos conteúdos, das evidências, das explicações e do desenho da pesquisa. Dada a importância destes critérios, reunimos em primeiro lugar o máximo de informações sobre a história, o processo de expansão mais recente da UnB e as constantes transformações ocorridas no processo de produção e desenvolvimento de conhecimento. Em seguida elaboramos um formulário eletrônico através de uma das ferramentas disponibilizadas pelo *Google* contemplando proposições diversas, conforme o Anexo 1, tais como: informações pessoais dos pesquisadores; grau de sociabilidade existente entre eles; concepções e estratégias decisórias (relativamente à escolha do problema de pesquisa, ao modo de desenvolver suas investigações, e à comunicação e difusão de seus resultados); relacionamento com diferentes atores da sociedade (empresários, movimentos sociais, setores políticos); importância atribuída aos departamentos e associações; relações com agências de fomento, com outras universidades, inclusive internacionais.

Em novembro de 2012 encaminhamos duas mensagens aos endereços eletrônicos institucionais dos mais de 2600 professores da UnB, apresentando a pesquisa, ao mesmo tempo em que os convidamos à participar dela através de um *link*<sup>16</sup> que conduzia diretamente ao formulário eletrônico.

Num primeiro momento utilizamos o *e-mail* de cada um dos professores que consta na página oficial da universidade, ou seja, um canal de comunicação dos professores com outros pesquisadores e demais interessados. Dois dias depois encaminhamos a mesma mensagem através de uma lista de *e-mails* utilizada pela própria instituição para se comunicar com os professores. Muitos destes *e-mails* retornaram ao remetente por erro de endereço do destinatário ou foram simplesmente ignorados. Assim, a pesquisa deixou de fora uma parte dos professores que estão menos envolvidos com a instituição por problemas técnicos ou mesmo por uma decisão pessoal de não serem incomodados.

De um modo geral, há que se ressaltar a generosidade dos professores que participaram. Após 10 dias do envio dos formulários obtivemos 210 respostas, mas como algumas eram repetidas ou estavam incompletas, trabalhamos com 196 no total. Independentemente do número, vale lembrar que o conjunto dos participantes da nossa

---

16 <https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dGt4MzJZbm5tZmJrYm5Jamt3MUVGd3c6MQ>

pesquisa e o conjunto das comunidades científicas da UnB não são considerados um a extensão ou a fonte de compreensão e explicação do outro, muito embora possuam em comum a forma de conhecimento que produzem e difundem, cada vez mais relevantes para os Estados, empresas e pessoas.

Para facilitar a análise dos dados coletados nós realizamos primeiro um diagnóstico sobre o ambiente organizacional e institucional da universidade, no Brasil e no mundo; depois uma abordagem geral das informações; em seguida, experimentamos associar alguns dados e verificar suas relações. No Anexo 2 nós comparamos os dados gerais com as informações geradas por 8 diferentes grupos de formulários, divididos em grandes áreas do conhecimento, conforme uma proposta da Comissão Especial de Estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da CAPES e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)<sup>17</sup>, da seguinte forma:

Tabela 1. Distribuição dos formulários.

<b>Grupo</b>	<b>Grandes áreas</b>	<b>Quantidade de Formulários</b>
1	Ciências Matemáticas e Naturais	34 (17,35%)
2	Engenharias e Computação	20 (10,20%)
3	Ciências Biológicas	18 (9,18%)
4	Ciências Médicas e da Saúde	33 (16,84%)
5	Ciências Agrônomicas e Veterinárias	11 (5,61%)
6	Ciências Humanas	30 (15,31%)
7	Ciências Socialmente Aplicáveis	35 (17,86%)
8	Linguagens e Artes	15 (7,65%)
Total		196 (100%)

Fonte: Dados coletados pelo autor.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas\\_do\\_conhecimento.pdf](http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf). Acesso em novembro de 2013.

Mesmo estando divididos em 8 grupos não criamos nenhuma amostra estatística dos formulários recebidos e, considerando a diversidade do público-alvo potencial desta tese, procuramos não utilizar conceitos, equipamentos, fórmulas ou programas de computador especializados que não fossem acessíveis à linguagem corrente ou operados livremente. O esforço aqui realizado visou de certa forma garantir a simplicidade, a clareza de ideias e a busca por alternativas viáveis que no conjunto não têm a pretensão de constituir um novo paradigma teórico, mas um exemplo prático do que imaginamos ser um caminho para este tipo de trabalho.

Para Luís de Gusmão (2012), o recurso aos conceitos de senso comum, presentes na linguagem natural, soa, na verdade, inescapável, obrigatório, quando se trata de descrever e/ou explicar casualmente o socialmente real em toda a sua riqueza e concretude. A busca do “rigor” e da “precisão” conceituais numa área do conhecimento humano na qual a linguagem corrente funciona como uma ferramenta intelectual inteiramente satisfatória denuncia apenas um cientificismo tolo e despropositado (GUSMÃO, 2012). Nem por isso podemos negligenciar que os termos da linguagem corrente também mudam ou sofrem transformações semânticas, ganham novos significados. Isso nos força, em certas circunstâncias, a empregá-los com cautela, acompanhados de esclarecimentos, a fim de evitar confusões e anacronismos.

A principal preocupação de Gusmão (2012) é na verdade evitar as armadilhas postas por explicações teóricas nas quais um corpo de hipóteses gerais desempenham um papel decisivo no estabelecimento de laços causais entre os eventos. Evidentemente o curso dos acontecimentos não permanece em aberto, mas há um determinismo conteudístico estabelecido com base no conhecimento erudito, amplo e aprofundado do conjunto das circunstâncias que tornaram praticamente inevitável um determinado acontecimento (GUSMÃO, 2012). Não se trata de negar a utilidade dos conceitos gerais, mas questionar o seu uso e a sua multiplicação abusiva que mais complicam do que facilitam a compreensão dos fenômenos estudados.

Alguns autores consideram, no entanto, que o uso de conceitos especializados são necessários e importantes contanto que sejam explicados e definidos de acordo com a linguagem corrente, ampliando a perspectiva das nossas observações<sup>18</sup>, mesmo porque esta

---

18 “Thus in sociology we have always witnessed a number of different theoretical and methodological orientations, various approaches to the study of society – as described in the textbooks of history of sociology or contemporary sociological theory.” (SZTOMPKA, 2010, p.22).

linguagem é permeada pela teoria ao passo que a teoria também é permeada por ela. Para Hans Joas e Wolfgang Knobl,

Within a community of scientists, empirical observations must be formulated in an observer's language that either draws directly upon everyday language or, if explicitly specialist terminology is used in the process of observation, whose terms can be explicated and defined with the aid of every language. And this everyday language is of course always 'infected' with theory already. Pierce showed that every observation is a generalization and thus an elementary theory: observational languages *inevitably* entail theories already, which direct our attention towards certain phenomena and which help determine how we perceive phenomena. But this also means that we can never describe individual instances without implicit generalizations. (JOAS & KNOBL, 2009, p.9).

Há também alguns autores que consideram que o conhecimento sociológico deve constituir uma construção social oposta ao saber espontâneo. Para Pierre Bourdieu, por exemplo, é preciso empreender uma ruptura epistemológica frente ao senso comum, substituindo-o por novos conceitos que se situam em cima de uma base de constantes, de conhecimentos que se refinam o tempo todo. Conforme explica Carlos Benedito Martins (2002, p.164), “Essa ruptura pode realizar-se por meio das formulações teóricas produzidas pela sociologia, da utilização dos diversos instrumentos de investigação e da criação de uma linguagem artificial, capaz de romper com os automatismos do saber familiar e imediato inscritos na linguagem cotidiana”.

Sem desconsiderar à princípio a importância das mais diferentes perspectivas teóricas com relação a construção e utilização de conceitos, o nosso formulário acabou adquirindo um formato bastante simples, evitando o uso de uma linguagem especializada, ao mesmo tempo que procurou ser abrangente graças ao número de questões que chegam a 50, empregando escalas gráficas, escolhas forçadas, questões abertas.

A utilização de escalas gráficas como uma tabela de dupla entrada onde os fatores de avaliação ocupam as linhas e os graus de medição do desempenho ocupam as colunas pode facilitar a redução dos resultados à expressões numéricas, o que exige um cuidado extra na análise das relações entre os fatores para além de uma lógica matemática simples ou de comparações aritméticas das variáveis.

Por esta razão consideramos importante reforçar o aspecto prospectivo das

informações aqui produzidas, onde o comportamento das variáveis abordadas é meramente probabilístico, provável de acontecer, a partir de um conjunto amplo de fatores que se afetam mutuamente. Assim, procuramos respeitar a incerteza e abrir caminho para a construção de um conjunto de alternativas, captando informações relevantes. Por outro lado, as projeções deterministas geralmente utilizadas pelos formuladores das políticas e mesmo pelos Rankings Universitários frequentemente repetem padrões de iniciativas passadas e apenas ocasionalmente incorporam pequenos incrementos e modificações. Contudo, a possibilidade de prever comportamentos, ações ou o próprio futuro deve incluir a antecipação dos efeitos imaginados pelos atores no curso dos acontecimentos correntes<sup>19</sup>, conforme nos alerta Merton.

As previsões públicas de futuros desenvolvimentos sociais frequentemente não são mantidos porque a previsão tornou-se um novo elemento da situação concreta, tendendo assim a mudar o curso inicial dos desenvolvimentos (...) As outras coisas não permanecerão iguais justamente porque o cientista introduziu uma nova “outra coisa” – a sua previsão (MERTON, 1979, pp. 206-207).

O método da escolha forçada também foi utilizado em algumas questões a partir de um conjunto de afirmações que pudessem representar determinadas situações. Obviamente, esta não é a melhor forma de abordagem, mas ela viabilizou a consulta de alguns temas polêmicos. Além disso, incluímos algumas questões abertas abrindo espaço para opiniões mais gerais.

A elaboração das questões foi sobretudo um passo muito importante e poderia gerar uma série de discussões teóricas a respeito das mesmas, entretanto, cabe lembrar que este trabalho não pretende apresentar uma visão definitiva das questões e dos problemas que engloba, mas possivelmente colocá-los em pauta.

## **V - O Formulário Eletrônico Utilizado.**

A base do Formulário Eletrônico utilizado foi desenvolvido pelo *Google* e tem a

---

<sup>19</sup> A elaboração de cenários, não obstante, como configurações que a realidade pode assumir no futuro podem ser utilizadas, por exemplo, para diminuir o grau de desconhecimento sobre os possíveis comportamentos de variáveis com grande potencial de impacto nas pessoas, organizações e instituições.

vantagem de permitir que o pesquisador tenha uma certa liberdade para criar os campos que quiser pesquisar de acordo com alguns modelos e encaminhar para quem desejar por meio de endereço eletrônico, tendo assim a possibilidade de abranger um maior número de pessoas sem custos financeiros; além de ser de fácil manuseio; apresentar os resultados em uma tabela; e, preservar o anonimato.

Porém, a desvantagem deste tipo de ferramenta é que ela dá mais tempo para os pesquisados pensarem na sua própria resposta e na dos outros, o que hipoteticamente poderia afetar um pouco o resultado final da pesquisa. Este porém é importante pois conforme destacou Erving Goffman determinados comportamentos e ações sociais podem expressar uma forma esperada de representação social, encobrindo a realidade.

Como seres humanos somos, presumivelmente, criaturas com impulsos variáveis, com estados de espírito e energias que mudam de um momento para outro. Quando porém nos revestimos de caráter de personagens em face de um público, não devemos estar sujeitos a altos e baixos. Como disse Durkheim, não permitimos que nossa atividade social superior “siga a trilha de nossos estados físicos, conforme acontece com nossas sensações e nossa consciência corporal geral.” Espera-se que haja uma certa burocratização do espírito, a fim de que possamos inspirar a confiança de executar uma representação perfeitamente homogênea a todo tempo. (GOFFMAN, 2002, p.58)

Não podemos ignorar, desse modo, que as informações coletadas por pesquisas como esta podem espelhar em parte representações sociais previstas, mas nem por isso deixam de ser um ponto de partida para se acessar o que se esconde por debaixo das aparências, mesmo porque, o problema do encobrimento e da performance envolve as relações humanas de uma forma ampla. De acordo com Goffman,

quando uma pessoa chega à presença de outras, existe em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir” (...) Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim (...) Esta forma de controle sobre o papel do indivíduo restabelece a simetria do processo de comunicação e monta o palco para um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas. (GOFFMAN, 2002, pp. 13-17)

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica e documental aqui realizada procurou

adicionar, detalhar ou corrigir algumas informações, para além daquelas soluções estatísticas habituais que estão mais preocupadas com os recursos exigidos para a coleta, a sistematização, a análise e a interpretação dos dados<sup>20</sup>. No nosso caso, procuramos justamente a perspectiva de levantar e simplificar problemas que geralmente permanecem ocultos, numa época em que tanto se enfatiza a importância do conhecimento, principalmente os produzidos e desenvolvidos no âmbito universitário. Para John C. Scott,

According to Bell (1973, p.212), Drucker (1993, p.8), Kerr (1995, p.6), and others, knowledge – not capital, land, or labor – is the basic resource of postcapitalist society. The “information age” and “knowledge society<sup>21</sup>” are terms used to describe this emerging civilization. Consequently, the university is the pivotal institution in the rapidly globalizing, postmodern environment because it produces (research mission) and transmits (teaching and public service missions) the bulk of society’s new information (*apud* Bell, 1973, pp. 245-246; Kerr, 1995, pp. 66, 86). Nevertheless, a hazardous undertow is the aforementioned commercialization of knowledge, influencing the teaching, research, and public service missions. (SCOTT, 2006, p. 30)

---

20 Para Jorge Luiz de Castro e Silva, Maria Wilda Fernandes e Rosa Livia Freitas de Almeida (2010) nem sempre é possível o levantamento de dados de toda a população que devemos analisar. Na maioria das vezes não é conveniente e em outras é impossível porque as informações devem ser obtidas com rapidez, devem ser corretas e o custo deve ser o menor possível no processo de coleta, sistematização, análise e interpretação.

21 Ademais, segundo Giuseppe Cocco (2010, p.56), numa *knowledge based economy*, as mercadorias são produzidas pelo uso do conhecimento como fator primário, fundamental. O conhecimento é usado nos processos de produção como fator autônomo e como conhecimento incorporado nas pessoas, nos objetos e nos serviços que contribuem ao resultado produtivo.

## **1. Capítulo 1. Entre a Cidadania e o Cosmopolitismo dos Professores.**

No Brasil, o trabalho de produzir e desenvolver conhecimento vem se constituindo num desafio para os pesquisadores, principalmente para os professores das universidades públicas, exigindo que estes desdobrem parte dos seus esforços na defesa de diretrizes políticas para a área. Muitas são as tentativas de influenciar os diferentes governos e as agências de avaliação e fomento como a CAPES, o CNPq, o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais – Anísio Teixeira (INEP) e a FINEP, instituições estas criadas depois da Grande Guerra quando o chamado desenvolvimento científico e tecnológico passou a ser prioridade por parte dos governos de diferentes países, sobretudo se considerados os efeitos geopolíticos proporcionados àquelas nações que possuem ou não o domínio da tecnologia necessária à fabricação de uma bomba nuclear ou de hidrogênio.

Antes, porém, de influenciar os governos e as agências estatais, alguns cientistas brasileiros já exerciam uma determinada pressão política sobre a sociedade de uma forma geral, em especial, através de entidades representativas. De acordo com Ana Maria Fernandes (1990), a comunidade científica brasileira fez uma primeira aparição significativa em 1917 quando dez professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro fundaram a Sociedade Brasileira de Ciências, transformada em Academia Brasileira de Ciências (ABC) em 1922. A ABC, desde o início, envolveu personalidades atuantes em atividades de pesquisa e docência, além de reunir interessados no desenvolvimento da “ciência pura” ou da pesquisa desinteressada de objetivos práticos imediatos, conforme Marilda Nagamini.

É importante notar que alguns de seus integrantes tinham entre seus horizontes preocupações mais amplas, como a divulgação dos conhecimentos para o público em geral. Nesse sentido, Henrique Morize e Edgar Roquette Pinto empreharam-se em iniciar, em 10 de abril de 1923, uma atividade pioneira no país, a radiotelegrafia educadora, com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A ABC também realizava debates e seminários com a presença de cientistas como, por exemplo, Albert Einstein, que veio para apresentar e discutir a Teoria da Relatividade com a comunidade científica local e observar o eclipse do sol em Sobral, Ceará, em 1919. (NAGAMINI, 2004, p. 229)

Contudo, apesar dos esforços para ampliar o alcance de uma cultura científica no país, o formato organizacional da ABC continuava restritivo, refletindo os limites das

iniciativas implantadas no contexto de uma sociedade oligárquica. Para ingressar na entidade era necessário atender a rigorosas regras de admissão, pagar altas taxas de inscrição, publicar pelo menos um trabalho científico original por ano. Além disso, a composição de sua diretoria permaneceu a mesma por longos períodos.

Ainda assim, a ABC atuava em diferentes e importantes áreas. Em uma frente, a entidade chegou a elaborar um memorial em 1931 defendendo a criação de um “Conselho Nacional de Pesquisas<sup>22</sup>” com o objetivo de melhorar a ciência produzida e desenvolvida no país. No entanto, a modernização implantada pelos círculos governamentais dominantes não tinha espaço para este tipo de proposta<sup>23</sup>. Conforme Darcy Ribeiro (2011, pp. 16-17), “Quando técnicos eram exigidos para instalar ou movimentar uma usina, fábrica, para construir uma rodovia ou explorar uma jazida, tratava-se de importá-los juntamente com a maquinaria e as normas de procedimento.”

A diretriz política adotada pelo governo a partir da década de 1930 tinha contido uma grande ambição: intervir diretamente nas relações econômicas até então essencialmente privadas para tentar equilibrar o consumo e a produção, regular a exportação e a importação, incentivar a indústria, remodelar a infraestrutura com vistas a industrializar o país. Pareceu à época que a melhor maneira de conduzir este processo seria expandindo a administração indireta<sup>24</sup>. Com esta perspectiva, conforme Olavo Brasil de Lima Junior (1998), de 1930 a 1939, foram criadas 35 agências governamentais. De 1940 a 1945 mais 21.

A ampliação da atuação governamental sobre aspectos importantes da vida social era justificada como necessária ao desenvolvimento do país, mas, por outro lado, incorria

---

22 “Atendendo à reivindicação do Congresso Agrônomo, realizado sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional, em maio de 1936, uma mensagem presidencial – a primeira do gênero – cogitando a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas Experimentais. Pretendia-se formar um órgão de apoio para ciências aplicadas à agricultura. Sua inspiração, mais do que visível, vinha do exemplo norte-americano, cuja riqueza provinha em boa parte da exploração racional das suas potencialidades agrícolas. Mesmo com a credencial de ter sido proposta pelo presidente da República, a mensagem não vingou.” (SHOZO MOTOYAMA, 2004, p. 265).

23 “Cite-se como caso lapidar a polêmica célebre na época sobre a existência ou não de petróleo em solo brasileiro, em que o combativo escritor Monteiro Lobato tomou partido pró-prospecção, sendo 'premiado' por isso com as masmorras do Estado Novo. Mas Lobato deu o troco. Em seu famoso livro Escândalo do Petróleo e Ferro, ele desanca toda a política de subsolo do governo Vargas, colocando dúvidas sobre a honestidade e a competência das pessoas envolvidas. Dessa forma, pela pena do escritor, os nomes de técnicos estrangeiros como Malamphy e Oppenheim e de nacionais como Fleury da Rocha ficaram sob suspeita de escândalo, corrupção e falta de dignidade.” (MOTOYAMA, 2004, p.256).

24 Por administração indireta do Estado podemos entender um conjunto de pessoas administrativas (Fundações, Autarquias, Agências) que tem por objetivo desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada, mas mantendo seu vínculo com a administração direta (Ministérios, por exemplo).

em excessos políticos, a exemplo da forte repressão política ocorrida durante a ditadura varguista; o mesmo para o nazi-facismo no plano internacional.

Os reflexos de uma forte centralização política sob o contexto de nacionalismos exacerbados, apesar da descentralização administrativa em curso, eram observados em todos os campos, sendo no educacional emblemático. De acordo com Edward Shils (2001, p. 43), “Nos países totalitários, os professores eram nomeados por razões ideológicas; muitos foram dispensados por motivos políticos, étnicos e religiosos. Os critérios políticos passaram a regular a admissão dos alunos e o conteúdo dos cursos.”

Para Ernest Gellner (2000), uma versão moderada de nacionalismo vai permitir, entretanto, que uma cultura superior torne-se a cultura difundida, a cultura operacional de toda uma sociedade. Conforme Bourdieu (2002), a cultura apresenta um sistema integrado de referências e padrões identitários que transmitem valores culturais que os intelectuais as vezes ignoram, corroboram ou criticam direta e indiretamente. O sistema de ensino tem evidentemente uma importância de destaque neste processo, contribuindo em grande medida com aquilo que se perpetua entre as gerações. “O acesso à cultura superior apropriada e a aceitabilidade dentro dela são o bem mais importante e valioso da pessoa: ele instaura uma condição de acesso não apenas ao emprego, mas a cidadania legal e moral e a todos os tipos de participação social.” (GELLNER, 2000, p.117). Para Marek Kwiek,

National education systems contributed to the creation of civic loyalties and national identities and become guardians for national languages, cultures, literatures and consciousness. The modern university and the modern nation-state went hand in hand, or were parts of the same wide process of modernisation. (KWIEK, 2005, p.331).

Não obstante, o massacre de milhões de pessoas e a destruição de muitos países com o auxílio de ideologias totalitárias e de artefatos tecnológicos empregados com fins bélicos requeriam uma certa cautela das comunidades científicas que, através de parte de alguns dos seus membros mais influentes, começaram a justificar a necessidade de se distanciarem da aplicação da ciência e a focar no que começou a ser chamado de “ciência básica”. Para Léa Maria Strini Velho,

Movimentos importantes na filosofia da ciência<sup>25</sup> fizeram um paralelo

---

25 “Karl Popper, por exemplo, no seu livro lançado em 1951 – *The Open Society and Its Enemies* – tentou

com e forneceram a justificativa para essa definição da ciência como “básica” e separada da sociedade (...). Essa concepção de ciência, como busca da verdade através da razão e da experimentação, com o objetivo de garantir a extensão do conhecimento verificado (conforme Merton [1938], 1973), também coloca o conteúdo do conhecimento fora dos limites da análise sociológica. (VELHO, 2010, p. 25).

Teoricamente, o uso de um discurso racionalizado e o emprego de toda a potencialidade tecnológica para fins de domínio político colocavam um dilema para o grupo formado pelos cientistas: se estes deveriam apenas produzir conhecimento objetivo e não se submeter aos interesses da indústria e do Estado, ou se deveriam atender aos objetivos imediatos das suas fontes de financiamento, refletir a localização dos seus centros de pesquisa e a abrangência do chamado planejamento estatal. Na prática, para alguns analistas, ceder ao controle governamental parecia inevitável. Conforme Shozo Motoyama,

Na Alemanha, F. Dessauer, conhecido filósofo da técnica, pregava uma economia planificada assentada nos préstimos técnicos e materiais. O governo alemão estabeleceu, em 1936, um plano quadrienal baseado em tecnologia autárquica, isto é, de auto-suficiência. Por seu lado, a União Soviética desenvolvia o seu segundo plano quinquenal desde 1933, planejado segundo princípios marxistas. Quanto aos Estados Unidos, (...) Franklin Delano Roosevelt lançou a política do New Deal, incorporando em boa medida a “utilização planificada de recursos naturais” - uma reivindicação dos tecnocratas. Por intermédio do “desenvolvimento integrado da natureza” e da “administração planejada da sociedade”, essa política conseguiu superar a grande crise dentro dos Estados Unidos (...) Igualmente na Grã-Bretanha, (...) começaram a ganhar força as ideias de John Maynard Keynes expostas no livro *Theory of Employment, Interest and Money* (1936), que advogavam a intervenção estatal no sentido de controlar a moeda e o crédito, aplicar uma política tributária e de seguro social, com o objetivo de fomentar o consumo, e realizar grandes obras públicas. (MOTOYAMA, 2004, pp. 272-273).

A técnica do planejamento passou dessa forma a ser fortemente difundida ainda que, no caso brasileiro, os “programas<sup>26</sup>” destinados à organização dos sistemas de ensino,

---

estabelecer a base filosófica da independência e objetividade da ciência, colocando-a fora do alcance dos governos totalitários e, analogamente, de qualquer outra forma de interferência social” (VELHO, 2010, p.25).  
26 “A mensagem da planificação havia chegado também ao Brasil (...) Como a palavra plano, pela sua conotação comunista, era considerada incompatível com a tradição capitalista do Estado Novo, eufemisticamente usava-se o termo programa em seu lugar. Com uma postura nacionalista, o governo interessava-se por grandes projetos de infraestrutura para viabilizar a modernização do país” (MOTOYAMA, 2004, p. 273).

de pesquisas tecnológicas e de formação profissional não agradassem os meios empresariais. Mas, conforme Velho (2010, p. 10), a “definição de programas nacionais de desenvolvimento econômico foi uma das condições que os países latino-americanos deveriam satisfazer para obter recursos financeiros do governo dos Estados Unidos, no âmbito da Aliança para o Progresso.”

### **1.1. Autonomia científica e tecnológica depois da bomba atômica.**

Um marco na discussão sobre a autonomia dos cientistas pode ser remetido à utilização das bombas atômicas pelos Estados Unidos (EUA) em Hiroshima e Nagasaki no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. Depois do desfecho da Grande Guerra, Vannevar Bush, diretor do Office of Scientific Research and Development (OSRD), produziu um relatório a este respeito, atendendo a um pedido do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, que acabou por influenciar muitas outras agências no mundo todo, conforme Donald E. Stokes.

Antes que Bush tivesse podido apresentar o seu relatório, Roosevelt estava morto e o país ultimando o horrível arremate com que coroaria seu sucesso científico na guerra, explodindo um artefato atômico no deserto do Novo México. Contudo, o relatório de Bush, *Science, the Endless Frontier*, realizou o que Roosevelt havia pedido, estabelecendo uma visão de como os Estados Unidos poderiam manter seu investimento em pesquisa científica quando a guerra tivesse acabado. Meia década mais tarde, a visão da ciência básica e de sua relação com a inovação tecnológica apresentada por Bush tornou-se o alicerce da política científica nacional para as décadas posteriores à guerra. (STOKES, 2008, pp. 16-17).

Em linhas gerais, o relatório de Bush (1995) separa as pesquisas em básicas e aplicadas. As pesquisas básicas deveriam ser realizadas sem se pensar em fins práticos ou em considerações prematuras sobre a sua utilidade. Já a pesquisa aplicada poderia ser incrementada pela pesquisa básica ainda que não fosse por ela imediatamente determinada. Ambas necessitariam ser fomentadas considerando as suas respectivas especificidades, mas o foco estava na “ciência básica”. Desdobramentos desta discussão estão presentes nos dias de hoje, conforme uma definição utilizada pelo Manual Frascati.

A pesquisa básica consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos principalmente com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular. A pesquisa aplicada consiste igualmente em trabalhos originais empreendidos com o objetivo de adquirir novos conhecimentos. No entanto, ela é principalmente direcionada a um objetivo prático determinado. O desenvolvimento experimental consiste em trabalhos sistemáticos com base em conhecimentos existentes obtidos pela pesquisa ou experiência prática, para lançar a fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, para estabelecer novos procedimentos, sistemas e serviços ou para melhorar os já existentes em P&D. (MANUAL FRASCATI, 2013, p.38).

Na área de atuação de Bourdieu (1984, p.162), a aparição de uma demanda pública ou privada de pesquisa aplicada e de um público de leitores atentos aos usos sociais da ciência social, de altos funcionários e de políticos, de educadores, entre outros, favoreceram o sucesso de produção cultural de um gênero novo, cuja presença no campo universitário constituiu uma ruptura decisiva com os princípios fundamentais da autonomia acadêmica e com os valores de desinteresse, gratuidade e indiferença às sanções e às exigências da prática.

A crença de que a pesquisa pura e a pesquisa aplicada constituem empreendimentos separados foi integrada aos arranjos institucionais para a ciência e a tecnologia na Inglaterra e na Alemanha do século XIX, e nos Estados Unidos no século XX. A essas influências somaram-se as motivações políticas, por parte da comunidade científica, para aceitar um paradigma que justificava o contínuo apoio governamental à ciência básica, ao mesmo tempo que restabelecia a autonomia científica que havia existido antes da Segunda Guerra Mundial. (STOKES, 2008, p. 52).

No Brasil, uma discussão sobre o caráter das pesquisas continuou sobreposta por decisões políticas federais, mesmo após o fim da ditadura varguista e da intensificação da descentralização da administração pública. Esta descentralização ocorreu através de uma parte das agências, dos institutos, das autarquias, das empresas públicas e de economia mista que acabaram se transformando em “ilhas de excelência burocráticas”, a exemplo da CAPES e do CNPq<sup>27</sup>, interferindo diretamente na formulação das políticas direcionadas à

---

<sup>27</sup> Paralelamente, o Relatório de J. R. Steelman, presidente do The President's Scientific Research Board, reforçou e ampliou as orientações do relatório de Bush. Conforme Motoyama, ele fazia oito importantes recomendações, fundamentado em um levantamento de dados relativos a C&T no seu país e no mundo. A

educação, à ciência e à tecnologia.

As chamadas “ilhas de excelência burocráticas” têm em comum o fato de não se sentirem obrigadas a prestar contas à sociedade dos diagnósticos que criam, dos meios utilizados e dos objetivos que consideram importantes serem alcançados, ainda que abriguem parte das “comunidades científicas” na sua gestão e cheguem a movimentar boa parte dos recursos públicos, como ocorreu durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Conforme Lima Junior,

entre 1940 e 1955 foram criadas sete autarquias, sete sociedades de economia mista, sete fundos especiais e três outras entidades públicas (*apud* Costa, 1971: 148-9). A administração do Plano de Metas do presidente Kubitschek foi executada, em grande medida, fora dos órgãos administrativos convencionais. Considerando-se os setores essenciais do plano de desenvolvimento (energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação) apenas 5,2% dos recursos previstos foram alocados na administração direta; o restante foi aplicado por autarquias, sociedades de economia mista, administrações estaduais e empresas privadas (*apud* Costa, 1971: 163-4). A coordenação política das ações se fazia através de grupos executivos nomeados diretamente pelo presidente da República. (LIMA JR, 1998, p.10)

Na área da educação, o isolamento e a composição dos grupos que comandam a gestão das instituições acabaram gerando distorções de todo tipo, desde a falta de realização de audiências públicas, a não divulgação de atas de reuniões, ao revezamento necessário dos grupos que dirigem as fundações e autarquias, incluindo dirigentes, diretores, conselheiros. Estes não são renovados de acordo com regras claras, senão por livre indicação, ainda que recebam do público gratificações, adicionais, verbas indenizatórias, *status*, tenham livre acesso ao aparelho do estado, o que inclui o poder de barganhar e distribuir recursos para si próprios e para outros pesquisadores, de acordo com

---

primeira enfatizava a necessidade de aumentar o orçamento nacional em C&T. A segunda falava da importância de conferir prioridade máxima à pesquisa básica e à investigação médica, estabelecendo como meta quadruplicar e triplicar os recursos oficiais respectivamente às duas áreas no prazo máximo de dez anos. A terceira recomendação estatuiu como obrigação do Estado financiar as investigações básicas nas universidades e nas organizações sem fins lucrativos, devendo essa soma atingir a quantia de 250 milhões de dólares da época. A quarta recomendava a criação da National Science Foundation (NSF) para amparar e fomentar a pesquisa básica. As duas seguintes versavam sobre as questões educacionais, tais como a constituição de um sistema de bolsas e a construção de laboratórios. A penúltima reivindicava como imperativo o estabelecimento de um conselho federal para coordenar e efetuar investigações e projetos de desenvolvimento do próprio governo. Por fim, a última recomendação aconselhava um auxílio substancial para a reconstrução de laboratórios de pesquisas na Europa, para atender à conjuntura excepcional de pós-guerra. (MOTOYAMA, 2004, p. 288).

a sua conveniência e alinhamento político. Uma vez indicado, muitos ocupantes de cargos e de funções de confiança procuram não se indispor com os demais, numa tentativa de manterem suas prebendas e alçarem outras mais volumosas, adotando no geral uma atitude de leniência, omissão e conivência em situações em que deveriam agir de modo contrário. Conforme Bourdieu (1984, pp. 118-119), em todas as situações onde o poder é pouco ou não é institucionalizado, a instauração de relações de autoridade e de dependências duráveis repousa sobre a espera como alvo interessado de uma coisa a vir que modifica duravelmente a conduta deste que calcula sobre a coisa esperada, e também sobre a arte de fazer esperar.

## **1.2. A criação da UnB.**

A criação da UnB na década de 1960 não é um fato isolado, mas está associada<sup>28</sup> a um momento de grande euforia para resolver muitos problemas e (re)impulsionar uma modernização do país, sintetizado no sonho de fazer Brasília. Os idealizadores da UnB, entre os quais se destacam Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro<sup>29</sup>, a imaginavam neste contexto como uma instituição necessária ao desenvolvimento da capital federal e do país como um todo.

Anísio Teixeira, de sua parte, começou a se interessar pela educação influenciado pelas ideias de John Dewey de quem foi aluno na Universidade de Columbia em Nova York nos EUA. No Brasil, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no início da década de 1930 juntamente com outros 25 intelectuais que defendiam a renovação do ensino básico público, laico e obrigatório. Quando esteve à frente da diretoria da Instrução

28 Conforme Isamara Martins Vasconcelos (2007), podemos acrescentar ainda a importância do processo de federalização ocorrido a partir da década de 1950 de algumas instituições de ensino superior estaduais criadas nas décadas de 1930 e 1940 e até mesmo de algumas instituições privadas. Com isso se desenvolveu a ideia de que cada Estado da federação tinha direito a ter pelo menos uma universidade federal. O mesmo serviria para o DF. O processo de federalização em curso representava portanto a falência do pacto entre o Estado e a Igreja que vigorava desde de 1931 no que tange a manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior. Agora o Estado (a “União”) assumiria diretamente essa missão e os particulares se concentrariam na oferta de ensino de acordo com as suas possibilidades.

29 “Colaboraram também, desde a primeira hora: Almir de Castro, Alcides da Rocha Miranda, Almeida Júnior, Antônio Cordeiro, Jayme Tiomno, Eduardo Galvão, Jacques Danon, José Leite Lopes, José Goldenberg, Júlio Pudles, Leopoldo Nachbin, Mário Pedrosa, Mário Schemberg, Pompeu de Souza, Roberto Salmeron, entre muitos outros”, conforme Vera Brant (2012). Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/19-noticias/artigos/161-a-ousadia-na-criacao-da-unb>. Acesso em maio de 2013.

Pública do Rio de Janeiro, Distrito Federal, providenciou a construção de 29 escolas. Procurou implantar também, mas sem sucesso, uma educação integral onde as crianças teriam aulas básicas num turno e, no outro, atividades complementares: música, cidadania e meio ambiente<sup>30</sup>. Mais tarde se envolveu na criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) ressaltando a importância desta iniciativa para a difusão da cultura e do conhecimento. Esteve à frente ainda da então Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, depois, da criação da UnB.

Já Darcy Ribeiro tinha uma grande ambição de entender e de interferir no país com ideias e obras próprias, tendo idealizado e fundado o Museu do Índio do Rio de Janeiro, o Parque Indígena do Xingu, a UnB, a Universidade Estadual do Norte Fluminense, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), o Memorial da América Latina, é um dos responsáveis pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, entre outras.

O projeto político de Darcy Ribeiro tinha um forte conteúdo nacionalista: incluía uma tentativa de desfazer o discurso ideológico que considerava como fatores causais do nível de desenvolvimento do país, o clima tropical, a mestiçagem, a religião católica, a colonização lusitana, a juvenildade do povo, uma suposta pobreza do território. Ao invés disso, Darcy entendia que o problema se encontrava nas classes dominantes brasileiras que só atuavam em seu próprio benefício, em especial quando representavam o plano econômico das potências vitoriosas no pós-guerra, ou seja, conduziam uma forma de intercâmbio internacional onerosa para as camadas mais pobres da população. Por isso, para Ribeiro (2010, p.29), “parte substancial de nosso povo, jamais terá acesso aos bens da civilização enquanto nossa economia estiver enquadrada nas diretrizes que as elites nos impõem”.

Para Anísio e Darcy, a UnB vai ser criada portanto como uma tentativa de se problematizar o país e de se pensar em grandes transformações<sup>31</sup>. Com este objetivo

---

30 Porém, no final da década de 1940, criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, como uma escola parque, modelo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e difundido por muitos países.

31 “Decuplica-se, como se vê, o contingente urbanizado, quando a população total do país crescera de duas vezes e meia, passando de 30,6 milhões, em 1920, para 70,9 milhões, em 1960. No mesmo período, a rede metropolitana crescera de seis cidades maiores de 100 mil habitantes para 31. Maior, ainda, foi o incremento das cidades pequenas e médias, que constituíram, em 1960, uma rede de centenas de núcleos urbanos distribuídos por todo o país na forma de constelações articuladas aos centros metropolitanos centrais”

deveria ser instalada justamente no coração do país e conectar diversas formas de saber, implementar uma experiência educadora moderna, colaborar com o desenvolvimento do país através de cientistas, artistas e professores, articulados em torno de uma fundação autônoma, administrativa e financeiramente. Com um projeto integrado, dinâmico, inovador, a UnB constituiu concretamente o que poderia vir a ser uma nova universidade para o país. Conforme o seu Plano Orientador de 1962, a UnB estava organizada por um sistema tripartido relativo à sua estrutura acadêmico-administrativa composto por:

- Institutos<sup>32</sup> (pesquisa e pós-graduação), faculdades<sup>33</sup> (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface campus-cidade e universidade-sociedade);
- Um sistema de ciclos, em que no primeiro ciclo ou sistema básico o estudante de graduação (calouro) teria acesso aos conteúdos básicos e propedêuticos de ciências, humanidades (artes, filosofia e letras) e tecnologia; e
- Uma gestão colegiada (instâncias básicas formadas pelos colegiados, instâncias intermediárias formadas pelas congregações e instâncias superiores formadas pelos conselhos)<sup>34</sup>.

Nas palavras de Darcy Ribeiro (2011, p. 15), “o modelo que se recomenda nada tem de inovador, já que constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia, em todos os países desenvolvidos”. Conforme a Minuta do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, (2011, p.10)<sup>35</sup>,

Diferente do modelo de universidade tradicional então existente, a UnB é

---

(RIBEIRO, 2006, p. 178).

32 “Aos Institutos Centrais compete ministrar:

- cursos introdutórios de duas séries para todos os alunos da Universidade, a fim de dar-lhes preparo intelectual e científico básico para seguir os cursos profissionais nas Faculdades;
- cursos de bacharelado de três séries em qualquer disciplina departamental, para os alunos que desejem seguir a carreira do magistério;
- cursos de formação científica de dois anos mais, após o bacharelado, para os alunos que revelem maior aptidão, para pesquisas e estudos originais;
- programas de estudos pós-graduados de dois anos para os candidatos ao doutoramento.” (RIBEIRO, 2011, pp.22-23).

33 “As Faculdades receberão os alunos já preparados pelos cursos introdutórios e ministrar-lhes-ão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão.” (RIBEIRO, 2011, p. 22)

34 Minuta – Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, 2011, p.10. Disponível em: [http://reuni.unb.br/images/stories/doc\\_geral/pppi\\_cepe\\_2011.pdf](http://reuni.unb.br/images/stories/doc_geral/pppi_cepe_2011.pdf). Acesso em maio de 2013.

35 Minuta. Disponível em: [http://reuni.unb.br/images/stories/doc\\_geral/pppi\\_cepe\\_2011.pdf](http://reuni.unb.br/images/stories/doc_geral/pppi_cepe_2011.pdf). Acesso em maio de 2013.

a primeira no país organizada em institutos e faculdades aos quais eram comuns os dois primeiros anos de formação básica. Os anos seguintes eram cursados em uma faculdade, se a opção do estudante fosse a profissionalização, ou em um instituto, caso a opção fosse por uma carreira científica. Além de evitar a repetição de conteúdos e permitir a mobilidade discente, trata-se, já naquele momento, de um estímulo à interdisciplinaridade e, invariavelmente, as “disciplinas de integração”, como eram chamadas as disciplinas do ciclo básico, contribuíam para uma visão de mundo crítica e problematizadora da realidade vivida pelo país. (MINUTA, 2011).

Existiam diferenças, é claro, entre as experiências institucionais dos diferentes países com destaque para a comparação que se pode fazer entre o modelo norte-americano em contraste com o formato europeu da época. Mais plural e diverso, o modelo norte-americano era controlado pela população local e seus interesses podiam ser representados pelos conselhos diretivos, de composição social. Para Jayme Abreu (2011, p.86), “Esse pormenor, que pode quiçá parecer menos importante à primeira vista, em verdade não o é”. Isso, “não significa o descuidar de aspectos qualitativos, mas apenas a substituição de uma meta aristocrática por uma democrática”. Assim, “em 1958 tinham os Estados Unidos, da população escolarizável em nível universitário, 25% de matrículas contra 5% na Europa Ocidental”, (ABREU, 2011, p.83). O modelo europeu também não possuía a utilidade prática do conhecimento, responsável pela aproximação da indústria, do comércio, da agricultura, como no sistema de ensino norte americano, mas, acima de tudo, servia mais aos interesses dos Estados aos quais se encontrava vinculado. “The american university understood itself to be contributing to the making of a new nation rather than serving the state or expressing an already existing nation”, de acordo com Gerard Delanty (2002, p.34).

The university in the second half of the twentieth century can be seen as part of the development of social citizenship in society more broadly. In his wider social theory of the evolution of modern society, Parsons showed how the expansion of higher education was part of what he called the 'educational revolution', which for him is one of the three main revolutions that have shaped modernity, the others being the democratic and industrial revolutions. The educational revolution followed the democratic revolution which followed the industrial revolution, but whereas the latter coincided with bourgeois society, the educational revolution led to mass society and the dissolution of bourgeois society (DELANTY, 2002, p.48).

O caso do Brasil era um pouco mais complexo. Até então, as poucas universidades existentes no país estavam divididas em faculdades, apenas formalmente unificadas em torno de uma Reitoria como administração comum<sup>36</sup>. Aos professores eram concedidos os direitos de propriedade do ensino de disciplinas através das cátedras vitalícias, loteando o saber. Os estudantes, por sua vez, eram todos obrigados a cursar um currículo comum conforme os seus respectivos cursos.

O desenho inovador da UnB não fazia parte, no entanto, das maquetes de alguns arquitetos de Brasília, ainda que o projeto da universidade fosse generoso para com a cidade e para com o país. Não podemos ignorar que a criação de Brasília, para além de uma euforia modernizadora, é muitas vezes associada a necessidade de se ocupar uma região pouco povoada do país; de afastar o centro do poder político de um local militarmente vulnerável como o litoral (Rio de Janeiro); de manter as pressões populares o mais distante possível dos parlamentares; de abrir novas estradas e novas fronteiras agrícolas, entre outros<sup>37</sup>.

Desde o início, a UnB e a cidade de Brasília terão, sem dúvida, alguns pontos em comum assim como incompatibilidades, afetando ambas as partes, que por pouco não inviabilizaram a universidade e por conseguinte a cidade. Conforme Vera Brant(2012)<sup>38</sup>, Darcy Ribeiro teria “confessado<sup>39</sup>” que a criação da UnB deve muito à apoios como a adesão de Victor Nunes Leal, seu colega de faculdade, e a de Cyro dos Anjos, seu conterrâneo, respectivamente chefe e subchefe da Casa Civil de JK. Estes personagens foram fundamentais diante de resistências como a de Israel Pinheiro, edificador de Brasília, que pretendia criar uma cidade sem universidades e sem fábricas para evitar agitações e greves junto à cúpula do poder. Assim, as ambiguidades e as contradições do bloco político no poder mais do que justificavam a necessidade do projeto inovador da UnB que não poderia ser exercida por nenhuma universidade tradicional pois incluía, conforme Ribeiro (2011, p.20):

---

36 Em Brasília mesmo já tramitavam dois projetos no congresso para criar duas faculdades, uma de Direito, outra de Economia, modeladas segundo nossa tradição de improvisar escolas e professores (RIBEIRO, 2011, p.19)

37 Atualmente Brasília está entre as maiores cidades do país e pode ser considerada um grande empreendimento imobiliário, conforme Rosângela Viana, Gilberto Oliveira Jr. e Ananda de Melo Martins (2010).

38 “A ousadia na criação da UnB.” 2012. Vera Brant. Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/19-noticias/artigos/161-a-ousadia-na-criacao-da-unb>. Acesso em maio de 2013.

39 Citação presente no livro “Confissões” (1997) de Darcy Ribeiro.

- Ampliar as oportunidades de educação<sup>40</sup>;
- Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica, instituindo novas orientações técnico-profissionais;
- Contribuir para que Brasília exerça a função integradora que se propõe assumir;
- Assegurar à Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país;
- Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil;
- Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover; e
- Dar a população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.

Os encontros e desencontros da UnB com a capital administrativa do país devem ser compreendidos ainda dentro de um contexto de crescente radicalização política do país, de aumento da inflação em torno de 30 a 40% ao final dos cinco anos de mandato do Presidente JK<sup>41</sup>, de queda nas exportações, de forte urbanização<sup>42</sup>, de industrialização, de crescimento populacional, de aumento da dívida externa, entre outros<sup>43</sup>. Com isso começaram a ganhar corpo as reivindicações diretas e indiretas em torno do que se chamava na época de reformas de base, principalmente as que defendiam o direito ao ensino superior.

Ao Presidente Jânio da Silva Quadros, sucessor de JK, não restavam muitas

---

40 “em 1957, para cada 100 mil habitantes, os Estados Unidos mantinham 1.773 estudantes em suas escolas superiores, o Japão, 690, a França, 410, a Argentina, 783, o Chile, 237, a Índia, 212 e o Brasil, tão somente, 130” (RIBEIRO, 2011, p.35).

41 Ao mesmo tempo em que tomou emprestado vultuosas somas de recursos para construir a nova Capital, o Presidente JK adotou algumas políticas polêmicas tais como a instrução 113 da Sumoc que autorizava a importação de bens de capital sem cobertura cambial, ou seja, sem o emprego de divisas. Além disso, a emissão de moeda estava sendo balizada pelo déficit corrente sem que o governo desse a devida atenção à inflação que começou a deteriorar a situação econômica do país.

42 Conforme Martins (2010, p.28) “Tendo o Brasil, ao contrário dos demais países da América Latina, uma formação espacial inicialmente fundamentada em assentamentos agrários (desde a colônia), o processo de transição para a conformação urbana em função da industrialização, em meados do século XX, gera conflitos (...) Esses conflitos se referem à forma de regulação espacial que demarca a relação cidade-espço.”

43 Segundo Villela (2005, p.59), de fato, entre 1956 e 1960, as exportações caíram quase 15% e a dívida externa líquida aumentou 50%, chegando a US\$ 3,4 bilhões (ou 2,7 vezes as exportações totais em 1960). O déficit do governo federal, por sua vez, manteve-se em torno de um terço das receitas totais da União no período.

alternativas: logo que assumiu “tratou de lançar um pacote de medidas de cunho ortodoxo que incluía uma forte desvalorização cambial, a unificação do mercado de câmbio (Instrução 204 da Sumoc), a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo”, segundo André Villela (2005, p. 60).

Sem o apoio político que precisava, Jânio renunciou e o Presidente João Belchior Marques Goulart foi forçado a aceitar o regime parlamentarista, a enfrentar a crescente interferência dos militares nas questões políticas, a combater o aumento da inflação. Exaltando ainda mais os ânimos, aprovou a Lei de Remessas de Lucros nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que limitava as remessas de lucros ao exterior sobre o capital registrado em 10%. Com essa medida determinava que os lucros das empresas em excesso ao mesmo limite, quando não remetidos, seriam registrados como capital complementar não dando direito à remessa de lucros no futuro. Como decorrência, o volume líquido de investimos externos a ingressar no país diminuiu, o que dificultou a renegociação de prazos para o pagamento da dívida externa, conforme Villela (2005, p. 62). Além disso, o decreto 53.700 de 13 de março de 1964 declarava de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem. Com o agravamento da crise, o golpe foi efetivado em 31 de março de 1964.

### **1.3. A ditadura e a UnB.**

Nove dias depois do golpe de 1964<sup>44</sup> a UnB foi invadida por tropas do exército e da polícia militar de Minas Gerais, sofreu várias interferências políticas e administrativas e redefiniu o seu projeto político pedagógico, suas estratégias e seus objetivos. Para os ditadores, a efervescência característica do ambiente universitário era tida como incongruente com o comportamento lacônico típico das organizações militares e um

---

<sup>44</sup> Tropas do exército e da polícia de Minas Gerais invadiram as salas de aula na procura de material subversivo e de 12 professores. Depois dessa invasão, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz, foi nomeado no lugar do então reitor Anísio Teixeira.

obstáculo às orientações políticas dos grupos no poder. Conforme a Minuta – Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília (2011, p. 11)<sup>45</sup>,

naqueles tempos a UnB passa a ser gerida de forma centralizada, sem que haja espaços para inovações acadêmicas pedagógicas, nem para manifestações ou questionamentos. O vestibular passa a se realizar por carreiras específicas; o número de disciplinas optativas de caráter geral diminui drasticamente; experiências pedagógicas inovadoras como o Método de Instrução Personalizada – Método Keller – ou a vinculação do curso de Medicina ao Hospital de Sobradinho são extintas, assim como várias atividades de extensão, salvo as conduzidas pelo regime militar, como o Projeto Rondon. (MINUTA, 2011).

A ação rápida do novo regime não representava contudo uma oposição à universidade como um todo, mas sobretudo àqueles setores que não se submetiam facilmente ao seu controle, obrigando a instituição a (re)direcionar o seu impulso criador. A localização da UnB também foi um fator estratégico para o teste de uma repressão policial direta que viria a recair sobre os mais diferentes grupos no país como um todo, expressando uma atitude generalizadora do Estado na sua forma mais acabada.

A ocupação militar da UnB serviu também ao objetivo de (re)instrumentalizar a universidade aos programas de governo. Por esta razão, mesmo sem ter sido contemplado no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), 1964 – 1967, o presidente marechal Castelo Branco decretou que dividendos de um fundo considerável, controlado pelo Tesouro Nacional, seriam destinados à ciência e tecnologia com o intermédio da ABC por 20 anos, conforme Fernandes (1990, p.29). Além dos recursos, Simon Schwartzman (2001) destaca que os militares dispunham também de um discurso nacionalista para atrair o apoio da população em geral e de alguns pesquisadores.

O que fez convergir os intelectuais e cientistas da esquerda com os militares da direita foi o nacionalismo e a crença compartilhada nos poderes da ciência e da tecnologia. Não foi pacífica tal coexistência. Muitos intelectuais perderam seus cargos acadêmicos e se viram forçados ao exílio. A construção de novas instituições científicas e de pesquisas, bem como a participação de cientistas talentosos que não se submetiam facilmente ao autoritarismo militar, exigiam constantes e difíceis negociações com oficiais de segurança, as quais eram realizadas, nem sempre com o êxito desejado, sob a chancela do Ministro de

---

45 Disponível em: [http://reuni.unb.br/images/stories/doc\\_geral/pppi\\_cepe\\_2011.pdf](http://reuni.unb.br/images/stories/doc_geral/pppi_cepe_2011.pdf). Acesso em maio de 2013.

Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, ou por pessoas como Zeferino Vaz. Havia também uma contradição muito clara entre, por um lado, as políticas econômicas que estavam (sic) sendo implementadas pelo Ministério da Fazenda, orientadas no sentido da internacionalização da economia e da admissão de capitais e tecnologias estrangeiros, e, do outro, os projetos voltados para a autonomia tecnológica, sob a égide do Ministério do Planejamento. Devido à essa dicotomia, os investimentos voltados para a tecnologia eram raramente baseados em considerações macroeconômicas de maior escopo, enquanto que as políticas econômicas jamais tomaram em consideração o desenvolvimento de tecnologias nacionais (SCHWARTZMAN, 2001, pp. 3-4).

No caso da UnB, falar em coexistência entre professores e ditadores não reflete a situação instaurada. Muito pelo contrário. Em 1965, após a demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, os demais professores da UnB, com a adesão dos estudantes, entraram em greve por 24 horas. Para reprimir o movimento, o reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou o envio de tropas militares ao campus, impedindo a entrada de estudantes e professores. Uma semana depois, o reitor demitiu quinze professores alegando que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação. Como resposta, 223 dos 305 professores, ou seja, 73% deles, demitiram-se em seguida, constituindo, muito provavelmente, um caso único na história mundial de desestabilização institucional de uma universidade que não tenha sido causada por uma guerra ou por um desastre natural. Conforme Elizabeth Balbachevsky (2010, p.62), as intervenções operadas tinham o objetivo de despolitizar a sociedade, mas produziram também importantes discontinuidades na atividade científica praticada no Brasil.

Alguns dos trabalhos educacionais e científicos que foram interrompidos com a saída de muitos professores deram lugar a um desenvolvimento e a um progresso tecnológico que fosse capaz de mostrar o seu potencial de absorver a maior quantidade possível de mão de obra e de garantir o crescimento do produto, conforme Shozo Motoyama, Francisco Assis de Queiroz e Milton Vargas (2004, p. 327). Como a atividade científica e tecnológica possui um tempo próprio de maturação, o governo precisou promover de imediato um ajuste fiscal, com bases em metas de aumento da receita (via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas) e de contenção de despesas governamentais; um orçamento monetário que previa taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamento; uma política de controle do crédito ao setor privado, pela qual o crédito total ficaria limitado às mesmas taxas de expansão definidas para os meios de

pagamento; um mecanismo de correção salarial que guiaria as revisões salariais “pelo critério da manutenção, durante o período de vigência de cada reajustamento, do salário real médio verificado no biênio anterior, acrescido de porcentagem correspondente ao aumento de produtividade”, segundo Jennifer Hermann (2005, pp. 71-72)<sup>46</sup>. Além disso, o Decreto Lei nº 15 de 1966 determinou que as correções salariais fossem calculadas com base na inflação prevista pelo governo (10% em 1966) e não pela inflação efetiva daquele ano (39,1%). Resultado: a carga tributária do país elevou-se de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967.

Do ponto de vista distributivo, a reforma tributária do governo Castello Branco foi regressiva, beneficiando as classes de renda mais alta (os poupadores) com os incentivos e isenções sobre o imposto de renda. Assim, a maior parte do aumento de arrecadação foi obtida através dos impostos indiretos, que, em termos relativos, penalizam mais as classes de baixa renda. (HERMANN, 2005, p. 75)

Em seguida, o setor de ciência e tecnologia foi incluído no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), 1967, momento<sup>47</sup> em que o Decreto-Lei 200 passou a conceder uma maior autonomia administrativa às autarquias, fundações e empresas estatais, além de procurar incentivar um sistema de mérito na burocracia e simplificar o sistema de compras do Estado, constituindo assim a primeira reforma gerencialista do país<sup>48</sup>.

---

46 O mecanismo de correção pela média, em vez de pelo “pico” do salário real, é coerente como estratégia para conter o conflito distributivo que mantém ativa a espiral preços-salários. A correção pelo pico repõe integralmente a inflação acumulada desde o último reajuste, transferindo renda dos lucros para os salários e gerando novas demandas de correção de preços por parte do setor empresarial, segundo Hermann (2005, p. 80).

47 Por outro lado, as repressões começaram a adentrar a sua fase mais sombria. Honestino Guimarães, aluno da primeira turma de graduação do curso de Geologia da UnB, foi preso duas vezes em 1967, uma vez acusado de participar de pichações de denúncia contra o governo de Costa e Silva e outra como participante de um suposto movimento guerrilheiro em Itauçu (GO). Na prisão foi eleito para a Presidência da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) passou a viver como clandestino em São Paulo, mas continuou coordenando encontros estudantis e lutando contra o regime militar até ser preso no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1973, última vez que foi visto. Em 12 de março de 1996, teve seu óbito oficialmente reconhecido, sendo laureado pela UnB, no ano seguinte, com o Mérito Universitário. Em sua homenagem, a principal organização estudantil da Universidade de Brasília se chama Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães. (Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília, nº 8, dezembro de 2011/janeiro de 2012, p.58).

48 Conforme Luiz Carlos Bresser-Pereira (2001, pp.14-15), “O aspecto mais marcante da Reforma Desenvolvimentista de 1967 foi a desconcentração para a administração indireta, particularmente para as fundações de direito privado criadas pelo Estado, as empresas públicas e as empresas de economia mista, além das autarquias, que já existiam desde 1938. Através das fundações (que antecipavam as organizações sociais criadas na Reforma Gerencial de 1995) o Estado dava grande autonomia administrativa para os serviços sociais e científicos, que passavam, inclusive, a poder contratar empregados celetistas. Através da autonomia dada às empresas de economia mista viabilizava-se o grande projeto de industrialização com base

Para as universidades foi aprovada a Lei 5.540 de 1968, consolidando acordos anteriores entre o Brasil e a United Agency for International Development (USAID) dos EUA. A reforma universitária em curso implantou o sistema de créditos, acabou com o curso seriado, transformou os departamentos nas células das instituições, modificou a carreira docente, entre outras. Coincidentemente neste mesmo ano ocorreria a invasão mais violenta da UnB, quando agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército invadiram a universidade e detiveram mais de 500 pessoas. Ao todo 60 estudantes foram presos e um deles, Waldemar Alves, foi baleado na cabeça permanecendo meses em estado grave no hospital. Dois meses antes, o movimento estudantil tinha suspenso as aulas em protesto contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro. Mas, com os meios de comunicação sob vigilância, as manchetes dos jornais (en)cobriam feitos esportivos, sinistros policiais do cotidiano e iniciativas governamentais como o Plano Trienal (1968 – 1970) que contemplava a ciência como se fosse uma força produtiva, sendo a educação seu mero acessório.

De acordo com Dermeval Saviani, a crescente preponderância de uma perspectiva econômica na definição dos rumos das diferentes áreas, em especial da educacional, científica e tecnológica, representava uma tentativa de implantar uma suposta racionalidade tecnocrática consoante uma concepção tecnicista, neste caso, de educação.

A partir de 1964 o protagonismo no âmbito do planejamento educacional se transfere dos educadores para os tecnocratas, o que, em termos organizacionais, se expressa na subordinação do Ministério da Educação ao Ministério do Planejamento cujos corpos dirigente e técnico eram, via de regra, oriundos da área de formação correspondente às ciências econômicas. (...) Nesse contexto os planos para a área de educação decorriam diretamente dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) recebendo, por isso mesmo, a denominação de “Planos Setoriais de Educação e Cultura” (PSECs). (SAVIANI, 1999, p.128).

Para efetivar os planos governamentais e, em alguma medida, responder à nova

---

em grandes empresas estatais de infraestrutura e serviços públicos que já havia sido iniciado nos anos 40, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e acelerado nos anos 50, com a criação da Petrobrás, da Eletrobrás, e da Telebrás, e do BNDES. Por outro lado, são então criadas ou desenvolvidas novas agências reguladoras, como o Banco Central, que regulam também com autonomia as atividades econômicas, tendo sempre como critério a promoção do desenvolvimento industrial. Algumas dessas agências e empresas, que Luciano Martins estudou em profundidade, transformam-se durante o regime militar em exemplos bem sucedidos de insulamento burocrático.”

dinâmica de produção e de desenvolvimento de conhecimento, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) criado em 1969 se tornou “uma das principais fontes, senão a principal, para o financiamento da investigação científica e tecnológica no país, recebendo, na década de 1970, um repasse anual de aproximadamente 125 milhões de dólares, em média, do Tesouro Nacional”, conforme Motoyama, Queiroz e Vargas (2004, p.329).

Os custos do aumento crescente da intervenção do Estado na sociedade e na economia refletiram, além do aumento da carga tributária e da defasagem salarial, na busca por recursos alternativos, como os empréstimos externos, mais disponíveis à época. As empresas estatais, sem que comprometessem o ajuste fiscal em curso, também aumentaram a sua participação nos investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, visto que, recorreram aos empréstimos e não restringiram a sua atuação apenas aos permitidos pelos recursos orçamentários.

Nos governos Costa e Silva e Médici, as condições favoráveis à atração de capital externo foram indiretamente reforçadas pela política cambial: os ajustes contínuos da taxa de câmbio evitavam expectativas de grandes desvalorizações à frente, o que favorecia o retorno real esperado dos empréstimos externos concedidos às empresas e bancos brasileiros. Assim, a forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também a forte entrada de capital no país: os investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda cresceram continuamente no período (HERMANN, 2005, p. 87).

Conforme Schwartzman (2001), os projetos executados com o padrão de financiamento propiciado pelos recursos externos impressionam: o programa nuclear, as imensas represas hidrelétricas, vários projetos de construção de rodovias e ferrovias; a expansão das fronteiras na região amazônica. Contudo, o chamado “Milagre Econômico<sup>49</sup>” chegou à exaustão em 1974, diante das profundas transformações tecnológicas, produtivas e financeiras que imprimiram uma outra dinâmica ao modo de produção mundial, levando muitos países a reverem os seus investimentos.

O aumento de preço do petróleo, promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973<sup>50</sup>, causou uma grande crise internacional,

49 Denominação atribuída a um período de altas taxas de crescimento econômico.

50 O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PED), 1972 – 1975, pretendia elevar o PIB e fortalecer a empresa nacional, mas o Ministério da Fazenda, sob a direção de Delfim Netto considerava mais importante

fragilizando o câmbio do país, já comprometido com as elevadas importações de bens de capital do período 1970-1974. Como consequência da crise, os países industrializados aumentaram as suas taxas de juros e contraíram a suas atividades econômicas. Paradoxalmente, as receitas provenientes das exportações dos países membros da OPEP começaram a migrar para os países industrializados em busca de retorno financeiro, aumentando os recursos à disposição dos bancos locais, os chamados petrodólares, acabando por financiar os déficits em conta corrente de países endividados como o Brasil.

O primeiro choque de petróleo já tinha sido um sinal de alerta. Contudo, não estancou a possibilidade de crédito externo – este apenas ficou mais caro. E a política econômica conduzida pelo ministro Mario Henrique Simonsen estimulava, de maneira perversa, o endividamento com as entidades financeiras do exterior. (MOTOYAMA, QUEIROZ & VARGAS, 2004, p. 338)

#### **1.4. Entidades Representativas e a UnB.**

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>51</sup>, uma importante entidade representativa dos pesquisadores, vinha passando por amplas transformações, incluindo a admissão nos seus quadros de pesquisadores vinculados às ciências humanas, bem como a adoção de uma postura mais crítica<sup>52</sup> com relação à ditadura militar<sup>53</sup>. Assim, aos poucos, a entidade tornou-se um dos principais fóruns de discussão política no país, a exemplo do que ocorreu na sua reunião anual de 1974 realizada em Recife que se caracterizou como política, ou mais política que as anteriores. Nesta ocasião, o seu

---

atrair capitais estrangeiros, facilitando a tomada de empréstimos do governo e das empresas. Um crescimento econômico baseado em tais diretrizes poderia ruir diante de uma crise externa que elevasse a taxa de juros internacionais. Foi o que aconteceu em 1973 com o primeiro choque do petróleo.

51 Maurício Oscar da Rocha e Silva que tinha descoberto a bradicinina em 1948, no Instituto Biológico de São Paulo, criou a SBPC juntamente com outros nomes da ciência e da tecnologia para defender os interesses dos cientistas e assegurar uma certa liberdade de pesquisa, o direito do pesquisador aos meios indispensáveis de trabalho, a estabilidade para realização de seus programas de investigação, a um ambiente favorável à pesquisa desinteressada.

52 Ao contrário da ABC, de acordo com Fernandes (1990, p.29). “com o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973-1974), o regime afirmou suas intenções de expandir a 'capacidade da Academia como assessora do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia' (...) O II Plano Básico (1975-1979) reafirmou tais papéis para a ABC, pôs alguns programas de pesquisa sob o controle exclusivo dela e deu-lhe poderes para negociar e assinar acordos científicos entre o Brasil e outros países.”

53 A SBPC não teria se tornado combativa somente por causa dos cientistas sociais, mas tornou-se maior e mais ouvida pelas suas críticas mais generalizadas e apresentadas na linguagem das ciências humanas (FERNANDES, 1990, p. 183).

objetivo foi o de avaliar nacionalmente a situação de todas as ciências no Brasil (FERNANDES, 1990, p.192). Já a reunião de 1975, de acordo com Fernandes (1990, p.200), “revelou críticas mais gerais às políticas e instituições governamentais do que especificamente à política científica do governo. A responsabilidade social dos cientistas e seus direitos de participação no processo público de decisões foram enfatizados, assim como os direitos dos cidadãos e de grupos específicos”.

A reunião de 1976 da SBPC se deu em Brasília, com uma ampla participação, chamando a atenção do governo que tentou adiar e depois impedir a realização da reunião anual de 1977<sup>54</sup> em Fortaleza. Esta acabou acontecendo na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com resultados políticos maiores do que os imaginados. As investidas governamentais demonstraram para a SBPC a necessidade de se estabelecer uma independência financeira da entidade<sup>55</sup> para realizar suas próximas reuniões, o que foi possível justamente com o apoio da ampliação da rede de pesquisa no país<sup>56</sup>.

Diante da crescente efervescência política da comunidade científica, o governo intensificou mais uma vez o uso da repressão tomando inclusive o campus da UnB 4 vezes<sup>57</sup> em 1977<sup>58</sup>, numa delas depois que estudantes e professores fizeram um protesto para pedir a demissão do reitor José Carlos de Almeida Azevedo. Essas últimas invasões militares ensejaram a criação da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) em 1978

---

54 Pelo fato de apoiar a SBPC, o governo pensou que sem o seu patrocínio poderia dificultar a realização da reunião além de evitar que os estudantes reorganizassem a UNE neste contexto (FERNANDES, 1990, p. 220).

55 Lição que as entidades representativas nacionais, principalmente estudantis e sindicais, precisam considerar.

56 Em 1965 constitui-se o Laboratório Hidrotécnico Saturnino de Brito no Rio de Janeiro, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer); em 1970, o Centro Tecnológico de Hidráulica (CTH) em São Paulo; em 1971 instalou-se na Bahia o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped) e o Centro de Pesquisa de Cacao (Cepec); em 1972, a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) no Rio Grande do Sul e o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar); em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); em 1974 criou-se o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) subsidiada pelas companhias estatais de eletricidade vinculadas à Eletrobrás; em 1976, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Cpqd) da Telebrás; em 1984, o Centro Tecnológico para a Informática (CTI), o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (Citpar) e o Centro Regional de Tecnologia de Informática (Certi); em 1986 do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; além de muitas outras iniciativas como a criação de muitas universidades, principalmente federais, conforme Motoyama, Queiroz & Vargas (2004).

57 Em 31 de maio, 6 de junho, 27 de outubro e 7 de novembro, conforme Thais de Mendonça Jorge (2012).

58 Em 1977, tropas militares invadiram a UnB, prenderam estudantes e intimaram professores e funcionários. 16 estudantes foram suspensos o que gerou uma greve que exigia o fim das agressões.

apesar do alto custo cobrado dos mais ousados<sup>59</sup>. Para Luiz Motta (2012)<sup>60</sup>, a história de criação da ADUnB poderia ser assim descrita:

Receoso, eu caminhava pelo corredor superior do mezanino do ICC-Sul. De onde estava, podia observar o Anfiteatro 11 e avaliar o clima político no local. Ali deveria acontecer a primeira reunião de docentes no campus da Universidade de Brasília, a fim de criar uma associação de docentes, até então proibida. Todos os pedidos de um local no ICC para fazer a reunião haviam sido negados pela reitoria. O reitor era um capitão-de-fragata da Marinha brasileira, assessorado por um coronel do Exército. Sozinhos, administravam a UnB com mão de ferro, decidiam tudo. Órgãos colegiados não funcionavam. Quando existiam, era só fachada, não detinham nenhum poder. Entidades de classe estavam proibidas, greves eram violentamente reprimidas. Eleições no campus, nem pensar. Eu acabara de defender meu doutorado nos Estados Unidos e fui indicado pelos colegas diretor de minha faculdade. Isso me deixava na corda bamba. Meu ativismo político poderia prejudicar minha unidade. O reitor-capitão era senhor absoluto do campus, apoiado por forte serviço de informação. Ele não tinha nenhum pudor em perseguir quem o contrariava. Sabia de tudo, acompanhava cada passo dos professores, alunos e funcionários. Tinha informações até sobre nossas vidas privadas. Arapongas travestidos de alunos eram misteriosamente ‘transferidos’ para todas as unidades, sem passar pelo vestibular ou colegiados. A presença deles constrangia o ambiente acadêmico.

Havíamos nos reunidos clandestinamente em casas de alguns de nós. Sempre à noite, para não chamar a atenção. Éramos apenas dez ou doze, em uma universidade que naquela época tinha menos de 500 professores. Uma turma corajosa. A primeira reunião foi na casa do prof. João Hirson, da Geologia. A segunda, do pintor Douglas Marques de Sá, do Desenho. A seguinte, na casa do Leandro Amaral, da Economia. E assim as reuniões foram se sucedendo. Combinávamos estacionar nossos carros em quadras diferentes e seguir a pé até o local do encontro, para não

---

59 Em discurso na Sorbone, Ribeiro (2010, pp. 66-67) traduziu assim o seu sentimento: “Outro fracasso meu, nosso, que me dói especialmente rememorar neste agosto recinto da Sorbone – mãe da universidade – foi o de reitor da Universidade de Brasília. Tentamos lá, conjuntamente com o melhor da intelectualidade brasileira, e tentamos em vão, dar à nova capital do Brasil a universidade necessária ao desenvolvimento nacional autônomo. Ousamos ali – e esta foi a maior façanha da minha geração – repensar radicalmente a universidade, como instituição central da civilização, com o objetivo de refazê-la desde as bases. Refazê-la para que, ao invés de ser mais uma universidade-fruto, reflexo do desenvolvimento social e cultural prévio da sociedade que cria e mantém, fosse uma universidade semente, destinada a cumprir a função inversa, de promover o desenvolvimento. Nosso propósito era plantar na cidade-capital a sede da consciência crítica brasileira para que de lá convocasse todo o saber humano e todo élan revolucionário, para única missão que realmente importa ao intelectual dos povos que fracassaram na história: a de expressar suas potencialidades por uma civilização própria. O que pedíamos à Universidade de Brasília é que se organizasse para atuar como um acelerador da história, que nos ajudasse a superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que quanto mais progride mais gera dependência e subdesenvolvimento.”

60 A primeira assembleia a gente nunca esquece. Luiz Motta. 2012. Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/19-noticias/artigos/54-a-primeira-assembleia-a-gente-nunca-esquece>. Acesso em maio de 2013.

deixar pistas<sup>61</sup>. Contando hoje, parece lenda.

Naquela manhã, passei assoviando no mezanino sul, fingindo olhar para o céu. Mas, com o canto dos olhos, verifiquei que outros professores se aproximavam. Na porta do anfiteatro havia um aglomerado de funcionários. Eram todos informantes. Nós conhecíamos alguns, dêramos até apelidos a eles: tinha o Arroz de festa, o Aqui agora e outros. A presença ostensiva deles nos intimidava. Percebi que, como eu, outros professores espiavam disfarçadamente, como quem não quer nada.

Alguém tomou coragem e se dirigiu ao Anf 11. Como uma palavra de ordem, outros fizeram o mesmo gesto. Fomos chegando, nos cumprimentando. Os que espreitavam de longe tomaram coragem. Gente que ninguém esperava, apareceu. Logo, éramos 20, 30, 50 determinados. Como num passe de mágica, aquele ato simples nos revelou que a UnB era nossa casa, nos pertencia. Vencendo o medo, demos então início à primeira assembléia de docentes no campus da UnB, desafiando abertamente o autoritarismo.

Havíamos dado um passo importante para conquistar a liberdade no campus. A partir daquela assembléia, não tínhamos mais receio de mostrar a cara. Da clandestinidade para a liberdade. A associação docente foi criada dois meses depois, em uma assembléia histórica, com mais de 100 professores, na Associação Comercial do Distrito Federal. O colega Fausto Alvim, da Matemática, foi escolhido primeiro presidente.

Mas, na UnB, a repressão continuou ainda por muitos anos conforme mostrou reportagem recente. A minha vida acadêmica se tornou um inferno. Fui impedido de comparecer a eventos no exterior e realizar aqui dois congressos internacionais. Minha unidade passou a ser sistematicamente boicotada. Minha situação acadêmica na UnB ficou insustentável. Acabei me demitindo em 1981 e viajando para o exterior. Outros ficaram e seguiram resistindo. Poucos anos depois, Cristovam Buarque foi o primeiro reitor livremente eleito.

Aquela reunião heróica não sai de minha memória. Lembro-me dela toda vez que busco o fato que mais me marcou nos 40 anos de vida dedicados à UnB. É possível que nomes, dados e datas não sejam precisos, faz muitos anos. Além disso, tudo era primeiro. Como na música de Adoniran Barbosa, ou o anúncio do sutiã, a primeira assembléia, a gente nunca esquece. (MOTTA, 2012).

Com iniciativas corajosas e divergências naturais com relação às diretrizes políticas<sup>62</sup>, muitas universidades e centros de pesquisa por vezes procuraram extrapolar um pouco o influxo de sua instrumentalização aos objetivos econômicos dos diferentes governos, mas o principal problema das universidades persistia: um controle substancial

---

61 Além dos citados, frequentavam as primeiras reuniões clandestinas os professores Vladimir Carvalho, José Caruso Moresco Danni, J. Onildo Marini, Luiz Carlos Coutinho, Mauricio Azeredo, José Carlos Balthazar e mais alguns poucos (MOTTA, 2012).

62 A exemplo do acordo assinado em 1975 com a Alemanha Ocidental a respeito de uma cooperação nuclear para a construção de usinas para fornecimento de energia, e a transferência da tecnologia do urânio enriquecido. “Esse acordo provocou forte oposição dos cientistas brasileiros, porque ele consistia principalmente na transferência da tecnologia de engenharia e não incorporava a competência, adquirida ou presumida, dos cientistas brasileiros”, conforme Schwartzman (2001, p.18).

por parte do Estado e uma falta de autonomia interna na tomada até mesmo de decisões básicas.

Algumas empresas também sentiam as limitações impostas pelo excessivo controle governamental, a exemplo do setor da informática. O governo chegou a promover uma política tecnológica e industrial<sup>63</sup> que reservava o mercado de mini e microcomputadores em 1976, convergindo em 1984 para a aprovação da Lei da Informática, com a qual centenas de empresas nacionais foram constituídas. Entretanto, sem dominar todo o processo produtivo, principalmente o de criação que requer uma certa liberdade, as iniciativas não encontraram o ambiente necessário para prosperar. Além disso, as restrições governamentais impediram diversos setores de se inserirem de forma competitiva na produção e no desenvolvimento de conhecimento sob o contexto de intensificação da globalização, processo este responsável por conectar localidades distantes de tal modo que acontecimentos locais passam a ser configurados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa. Conforme Liliana Esther Olmos e Carlos Alberto Torres,

Held sugere, entre outras coisas, que a globalização é o produto da emergência da economia global, da expansão de vínculos transnacionais entre unidades econômicas que criam novas formas de tomada de decisão coletiva, do desenvolvimento de instituições governamentais e quase supranacionais, da intensificação de comunicações transnacionais e da criação de novas organizações regionais e militares, (OLMOS & TORRES, 2012, p. 105).

Os choques financeiros de 1977-1978 refletiram de forma clara uma forte interconexão entre os países, tornando inviáveis os grandes projetos colocados em marcha no Brasil<sup>64</sup>, principalmente depois que a OPEP decidiu elevar o preço do barril de petróleo

---

63 “Em 1972, o governo criou um órgão destinado a coordenar toda a área de aquisição de computadores e processamento de dados para o setor público, mas com poderes para controlar as importações para toda a indústria. Essa comissão levou à criação da Secretaria Especial de Informática, instituída sob a jurisdição do Conselho de Segurança Nacional, com plenos poderes para decidir sobre qualquer matéria relacionada com computadores e microeletrônica, desde importações até o estabelecimento de firmas manufatureiras ou a aquisição de equipamentos de processamento de dados por universidades ou empresas estatais. Em 1973, foi criada uma empresa *holding* estatal, de nome de Digibrás, baseada em capitais provenientes de empresas estatais, com o propósito de promover a indústria brasileira de computadores. Em 1975, ela deu lugar à firma Cobra S.A. Contando com tais instrumentos, estabeleceu-se uma política de reserva de mercado para a produção de microcomputadores para firmas brasileiras. No que diz respeito aos minicomputadores, a estratégia consistia em estimular a formação de *joint ventures* sob o controle de firmas brasileiras, e na previsão de uma transferência completa de tecnologia. O mercado de grandes unidades [*main frames*] permaneceu aberto para a IBM e outras firmas multinacionais, mas todas as suas ações passaram a ser examinadas e acompanhadas”, conforme Schwartzman (2001, p.20).

64 Em 1976 iniciou-se a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí; a Companhia Hidrelétrica do São

de uma média de US\$13,60 em 1978 para US\$30,03 em 1979 e US\$35,69 no ano seguinte, causando um segundo choque dos preços do petróleo e afetando de vez a disponibilidade de capitais no mercado internacional (HERMANN, 2005, p. 97).

As justificativas para o aumento das taxas dos juros dos empréstimos que tinham financiado muito do crescimento econômico da América Latina estavam dadas. Ao mesmo tempo, considerando a tradição de privatizar ganhos e socializar perdas, os sucessivos governos do país continuaram utilizando sobremaneira a estrutura administrativa do Estado para manter a governabilidade<sup>65</sup> do regime, atendendo alguns grupos políticos com a distribuição de cargos e de funções<sup>66</sup>, sem exigir a aprovação em concurso ou uma qualificação técnica mínima, seja na administração pública ou nas estatais, esquecendo de dar a devida atenção à muitas fundações, autarquias, empresas, que foram obrigadas a recorrer aos aportes financeiros de instituições internacionais como o World Bank e o FMI. Conseqüentemente, a situação política ficou insustentável diante de uma série de incertezas e da descontinuidade de trabalhos das mais diferentes áreas gerando uma crise de governança. Conforme Alma Maldonado-Maldonado,

During the 1980s, a period characterized by economic crises in Latin America, international organizations were particularly active in the region. The International Monetary Fund (IMF), the World Bank<sup>67</sup>, the Inter-American Development Bank (IDB), the Economic Commission for Latin America (ECLAC) were suggesting, and in some cases imposing,

---

Francisco (CHESF) inaugurou em 1979 o aproveitamento de Sobradinho, a montante de Juazeiro; em 1980 iniciou-se a construção de Porto Primavera; em 1984 foi instalada a primeira unidade de Itaipu; além dos grandes projetos para ampliar a malha rodoviária nacional, conforme Motoyama (2004).

65 Para Bresser Pereira (1998, p. 33), “A governabilidade e a governança são conceitos mal-definidos, frequentemente confundidos. Para mim, governabilidade é uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas”.

66 “De 1979 a 1982, a administração pública federal, embora enfrentando problemas crônicos, entre eles a não-profissionalização do servidor público, abre duas novas frentes de atuação: a desburocratização, regulada pelo Decreto no 83.740, de julho de 1979, visando a simplificação e a racionalização da burocracia com forte orientação para o usuário do serviço público, e a desestatização. O Programa Nacional de Desburocratização em cerca de três anos expediu mais de 100 normas regulatórias. No período autoritário militar, para finalizar, foi extremamente acentuada a expansão do Estado, quer no que se refere ao número de agências criadas, quer no que diz respeito ao número de empresas estatais estabelecidas: no primeiro caso, foram 68 agências, de um total de 120, abrangendo o período 1945-1975. Já no caso das empresas públicas, de um total de 440, abrangendo o período 1939-1983, foram criadas 267 entre 1964 e 1983” (DINIZ e LIMA JR, 1986, pp. 2-9).

67 O World Bank foi criado em 1944 e tem atuado no Brasil desde 1949 quando foi firmado o primeiro empréstimo. De lá para cá foram mais de 380 operações de crédito. Um grande problema encontra-se na estrutura decisória da organização. O poder de voto é definido de acordo com a contribuição dos recursos financeiros. Aproximadamente 50% dos votos são controlados por 5 países, dos quais os EUA detém cerca de 20%, a Inglaterra 8%, o Japão 7%, a Alemanha 5,5% e a França 5,5%.

the application of structural adjustment plans, the main goal of which was the reduction of public funding at all levels within the educational systems. (MALDONADO-MALDONADO, 2009, p.77).

A participação de instituições internacionais no financiamento de algumas iniciativas como as educacionais impunha uma série de condições aos países demandantes. Além disso, conforme Marília Fonseca (1995), o processo de negociação de novos projetos com o World Bank, por exemplo, partia sempre de um (re)começo, onde cada projeto constituía um fato isolado sem conexão com as experiências anteriores ou, mais grave: a análise dos resultados financeiros alcançados pelos projetos suscitava a indagação sobre a real necessidade do financiamento, tendo-se em conta as despesas decorrentes dos empréstimos em contextos marcados por uma forte recessão como a que ocorreu no período de 1981-1983, quando o PIB do Brasil encolheu 2,2% ao ano, em média, de acordo com Hermann (2005, p.110).

Em 1975 a percentagem do orçamento do Estado gasta com financiamento de pesquisa<sup>68</sup> atingiu seu ápice; em 1980 ela era quase a metade da percentagem de 1975; e em 1984, quase um sexto (...) em 1983 o efeito do Decreto-lei n.º 2065 sobre os salários, imposto ao governo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), teve o efeito de reduzir os salários reais de muitos cientistas em cerca de um terço. (FERNANDES, 1990, p. 36).

Uma implicação palpável da atuação do World Bank sobre as políticas nacionais pode ser observada em iniciativas como as do CNPq, órgão responsável à época por boa parte das demandas das universidades. Numa delas, foi possível articular e mobilizar muitos centros de ensino e sistemas de pesquisa por todo o país, implementado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) em alguns campos, mas esta alternativa se mostrou bastante limitada.

---

68 No campo educacional haveria outro problema ainda mais grave, conforme o diagnóstico do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10,172 de 2001. “Como apontou Barjas Negri (*apud* Financiamento da Educação no Brasil – MEC/INEP, 1997), 'há uma grande controvérsia sobre o quanto se gasta com educação no Brasil. A partir de 1986 iniciou-se a disseminação de informações que continham grave erro metodológico, ou seja, incluindo-se uma dupla contagem de gastos, sem a devida dedução das transferências intragovernamentais destinadas à educação, do governo federal para os governos estaduais e municipais e dos governos estaduais para os municipais. Isso pode ter elevado indevidamente a estimativa do percentual do PIB, inflacionando os dados da UNESCO' (de 1989, mas que constavam ainda do Anuário Estatístico de 1995).”

o programa era resultado de gestões junto ao Banco Mundial, que estavam sendo discutidas de maneira independente pelo CNPq, pela Capes e pela Secretaria de Tecnologia industrial (STI), do Ministério da Indústria e Comércio (...) Em 6 de fevereiro de 1985, finalmente, conseguiu-se o empréstimo de 72 milhões de dólares a serem despendidos de 1985 a 1989. Para o período de teste, propuseram-se quase 2.500 projetos, dos quais contrataram-se cerca de 360, isto é, em torno de 15% do total, com duração média de dois anos (MOTOYAMA, QUEIROZ & VARGAS, 2004, pp.382-383).

Em contraposição às crescentes limitações governamentais, outras entidades como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), a SBPC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), também vinham se articulando para formular um acordo sobre a reestruturação das universidades brasileiras com base na defesa da manutenção e ampliação do ensino público e gratuito, da autonomia e da democracia nas universidades, da dotação de recursos públicos para o ensino e para a pesquisa nas universidades públicas, entre outras. As discussões foram aprofundadas e aprimoradas resultando na “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira” em 1986, unificando uma intervenção dos docentes no processo constituinte e na discussão de uma proposta da LDB. Ao mesmo tempo, uma série de movimentos de base emergiram com maior visibilidade, como alguns setores da saúde, ligados à defesa do meio ambiente, além de uma mobilização, organização e articulação de diferentes grupos de uma forma mais difusa.

### **1.5. Fim da ditadura: Recomeço para a UnB?**

O fim da ditadura no Brasil em meio a uma crise de governo e de Estado foi acompanhado pelo reestabelecimento da democracia formal no país, como um novo impulso para (re)encaminhar problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, através da participação de amplos setores da sociedade.

Para evitar uma ruptura da ordem, o Presidente José Sarney de Araújo Costa acenou com mudanças, a exemplo do Decreto-lei nº 2.300 de 1986, impactando parte do *rent seeking* operado por grupos que controlam o ambiente social, econômico e político com o intuito de obter renda para si e para os seus aliados. Como este processo se dá através de

licitações fraudadas, superfaturamentos, designação de cargos e funções de confiança em troca de favores, este decreto estabeleceu novas bases para o processo licitador. Ainda em novembro do mesmo ano foram extintos 37 órgãos nos vários ministérios, em geral colegiados, seja porque se tornaram supérfluos ou por perda de funções<sup>69</sup>, conforme Lima Junior (1998, p.16).

Na UnB, as primeiras iniciativas pós-ditadura se concentraram numa tentativa de reverter os estragos causados pela perda de parte do seu projeto inovador. A reestruturação do ensino de graduação proposta pela Resolução 027/1987 do Conselho Universitário (CONSUNI), apesar de representar um relativo sucesso na modernização da gestão acadêmica, foi incapaz de solucionar várias questões pedagógicas presentes no sistema de ciclos Básico e Profissional. Além disso, gerou outros novos e graves problemas, como a estrutura seriada nos currículos de vários cursos, sem espaços para qualquer formação interdisciplinar<sup>70</sup>. A correta condução de tais questões seriam fundamentais principalmente para os novos cursos que estavam sendo criados, principalmente no noturno, sem a contratação de novos docentes<sup>71</sup> e nem a designação de aportes adicionais de recursos às unidades correspondentes. As soluções pareciam decorrer de um aprendizado democrático, campo em que a UnB também apresentava resultados inovadores. Em 1989 foram realizadas eleições para reitor de forma paritária, ou seja, com equivalência dos votos de professores, de estudantes e dos servidores, mesmo sem previsão legal. Antonio Ibañez Ruiz foi o reitor escolhido.

Entretanto, enquanto políticas autônomas eram continuamente experimentadas no país, no campo econômico, velhos manuais continuavam sendo aplicados. Com o presidente Fernando Afonso Collor de Mello foram implantados mais uma vez um novo

---

69 No campo econômico, grupos de economistas se revezavam numa tentativa de conter a inflação com ações pouco eficientes que iam desde a paralisação das operações ativas dos bancos oficiais, corte do orçamento, proibição da contratação de novos funcionários, congelamento dos preços, modificação das fórmulas das correções monetárias e cambiais.

70 As principais mudanças são estabelecidas na Resolução 027/1987 do (CONSUNI), que extingue a distinção formal entre as grandes áreas, Ciências e Humanidades, e decretou o fim do Ciclo Básico Geral. Por outro lado, todos os cursos de graduação da UnB passam a ser estruturados em dois módulos: o Integrante e o Livre. O Módulo Integrante, largamente dominante, é formado pela Área de Concentração, ou de caráter disciplinar específico, e pela Área Conexa. Já o Módulo Livre, correspondendo à pequena parcela do total de créditos exigidos, destina-se ao espaço curricular para o contato do aluno com qualquer área de conhecimento ou campo de atuação, bem como para as atividades complementares. Além disso, são introduzidos fluxogramas de sequenciação curricular para todos os cursos, resultando num sistema acadêmico semi-seriado. (MINUTA, 2011).

71 Somente com a aprovação da Lei nº 8.618 de 1993 é que a UnB iria obter uma autorização para realizar novos concursos visando suprir as carências dos cursos já existentes e de sete novas licenciaturas.

congelamento dos preços de bens e de serviços, outro aumento da arrecadação e dos impostos, a suspensão de benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela Constituição, a extinção de uma série de autarquias, fundações e Ministérios<sup>72</sup>, sob um viés<sup>73</sup> radicalizado do Plano Nacional de Desestatização<sup>74</sup>. Para Lavínia Barros de Castro (2005),

Enquanto o país se debatia em tentativas de combate à inflação, a indústria deixava de acompanhar os avanços tecnológicos e organizacionais em rápida propagação nas economias desenvolvidas. A retração do investimento prejudicaria particularmente a indústria de bens de capital. Se tomássemos, por exemplo, 1980 como base (100), o setor de bens de capital havia regredido, 10 anos depois, para um índice de produção física da ordem de 70. Enquanto isso, um país como a Coréia continuava reduzindo seu atraso relativo face às economias líderes e começava a fazer pesquisa e desenvolvimento intensamente. Enquanto a renda *per capita* da economia brasileira diminuía mais de 0,5% ao ano em média na década, surgiam no cenário internacional o chamado Consenso de Washington<sup>75</sup> e o Plano Brady<sup>76</sup>, ambos em 1989 (CASTRO, 2005, p. 145).

A abrangência da liberalização econômica em curso conduziu dessa forma a uma grande interrupção da ciência e da tecnologia desenvolvida no país cuja dimensão chegou a ser alvo de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em 1991. A atuação governamental nas áreas estratégicas de Ciência e Tecnologia e seus desdobramentos em

---

72 Além disso, todas as aplicações financeiras que ultrapassavam o limite de Ncr\$50.000 foram bloqueadas por 18 meses; foram suspensas as barreiras não tarifárias às compras no exterior; procedeu-se à desregulamentação das atividades econômicas; implantou-se um programa de redução das tarifas de importação.

73 Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas candelantes. Foi também anunciada uma reforma tarifária na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0 a 40%. Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição para uma economia mais aberta (CASTRO, 2005, p.147).

74 Conforme Lima Junior (1998, p.16), foram demitidos ou dispensados “112 mil servidores, entre celetistas não-estáveis, ocupantes de cargos comissionados e de funções de assessoramento superior; além disso, 45 mil servidores optaram por se aposentar (*apud* Santos, 1997:48-9)”.

75 Conforme Castro (2005) por ocasião de um encontro do Institute for International Economics em Washington, o economista John Williamson listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica como por exemplo promover uma disciplina fiscal, promover ampla liberalização comercial e financeira e reduzir o papel do Estado na economia para que entrassem em uma trajetória de crescimento auto-sustentado, o chamado Consenso de Washington.

76 Este Plano visava reestruturar a dívida soberana de 32 países mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplavam abatimento do encargo da dívida (seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros). Essa renegociação alterou fundamentalmente as condições de liquidez para países signatários, mas a oferta abundante de poupança externa estava condicionada à realização de reformas e de um profundo ajuste fiscal, conforme Castro (2005, p. 145).

política de Pesquisa e de Desenvolvimento se mostrava profundamente contraditória, conforme notou Motoyama (2004). De um lado, o governo apresentava uma nova política industrial e de outro cortava verbas necessárias<sup>77</sup>, diminuía o orçamento específico, desmoralizava as funções públicas. Em suma,

Nos governos Fernando Collor e Itamar Franco<sup>78</sup> (1990-94) foram privatizadas 33 empresas federais (as empresas estaduais só entraram no programa posteriormente). Os principais setores foram o de siderurgia, petroquímica e fertilizantes, e o total de receitas obtido foi de US\$8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$3,3 bilhões em dívidas (CASTRO, 2005, p.146).

Em 1993, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), conduziu o Plano Real<sup>79</sup>, criando não somente uma nova moeda, mas uma unidade de conta. Simultaneamente, aprovou o Plano de Ação Imediata (PAI) visando redefinir a relação da União com os Estados e Municípios, introduziu novos tributos, fez um novo acordo com o FMI e com bancos credores, além de aprovar o Fundo Social de Emergência que desvinculava algumas receitas do governo federal, afetando diretamente os investimentos em educação e pesquisa.

Como Presidente, FHC, já no dia de sua posse, criou o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), ainda que o Plano Diretor da Reforma do Estado que o orientaria teoricamente fosse aprovado somente em setembro de 1995, com forte cunho gerencialista. A política educacional, por sua vez, permaneceu centralizada<sup>80</sup> no Ministério da Educação onde os recursos públicos continuaram sendo utilizados como objeto de barganha política da cúpula ministerial, através de programas assistenciais, “de forma a possibilitarem superfaturamentos e desperdícios de verbas, em detrimento dos

---

77 Conforme Motoyama (2004, p.50), em 1975, o FNDCT alcançava a soma equivalente a 253 milhões de dólares. Quinze anos depois, em 1990, ele tinha valor equivalente a 28 milhões de dólares – um total de quase dez vezes menor! Em termos de recursos orçamentários, o campo científico e tecnológico recebia o correspondente a 4,1% no ano de 1985. Em 1991, esse número havia caído para 1,5%.

78 Apesar disso, durante a Presidência de Itamar Franco, “criou-se o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); a Agência Espacial Brasileira; o Departamento Nacional da Produção Mineral; a Secretaria Federal de Controle”, conforme Lima Junior (1998, p.17).

79 O sucesso do Plano Real no combate a hiperinflação deve muito aos sete diferentes pacotes de reformas econômicas implantadas entre 1985 e 1993 que fracassaram devido em grande medida ao caráter inercial da inflação com prejuízo para o conjunto dos trabalhadores.

80 Diferentemente do seu antecessor Itamar Franco que, conforme Menezes (2001, p.70), teria marcado a gestão da política educacional pela ampliação dos mecanismos participativos, “Fernando Henrique Cardoso, teria aprofundado a descentralização do financiamento, mas descuidado do compartilhamento dos mecanismos decisórios”.

beneficiários desses programas”, conforme Raul Miranda Menezes (2001, p.64). Para Fernando Luiz Abrucio,

Embora tenha surgido em governos de cunho neoliberal (Thatcher e Reagan), o modelo gerencial e o debate em torno dele não podem ser circunscritos apenas a este contexto. Pelo contrário, toda a discussão sobre a utilização do *managerialism* na administração pública faz parte de um contexto maior, caracterizado pela prioridade dada ao tema da reforma administrativa, seja na Europa ocidental (*apud* CASSESE, 1989), seja no Leste europeu ou ainda no Terceiro Mundo (*apud* CAIDEN, 1991; KAUL & COLLINS, 1995). O modelo gerencial e suas aplicações foram e estão sendo discutidos em toda parte. Modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos “consumidores”, métodos típicos do *managerialism*, são hoje parâmetros fundamentais a partir dos quais diversos países, de acordo com as condições locais, modificam as antigas estruturas administrativas. (ABRUCIO, 1997, p.50)

Novos formatos de interação entre o Estado, a comunidade científica e as empresas começaram a ser elaborados desde então, a exemplo do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) de 1996 e do Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia do governo federal, 1996 – 1999. “A meta era alcançar, em 1999, um investimento equivalente a 1,5% do PIB para a área. E então a composição ideal seria 50% do setor público (35% do federal e 15% do estadual), 40% do setor privado e 10% de fontes externas de responsabilidade do governo federal”, conforme Motoyama & Queiroz (2004, pp. 432-433). Todavia, descuidou-se mais uma vez do desenvolvimento organizacional e institucional das universidades e do preparo dos seus possíveis parceiros. Com pouco espaço de participação sobre o rumo das diversas políticas e considerando a histórica falta de investimentos das empresas privadas em educação, ciência, tecnologia e inovação no país, além da privatização de muitas empresas para grupos que mantem equipes de pesquisa no exterior, assim como da estrutura precária de muitas fundações estaduais de fomento ao ensino e à pesquisa recém-criadas, as perspectivas continuavam pouco promissoras para o país.

De 1994 a 2002, a Educação Superior sofre o impacto das políticas neoliberais adotadas pelo governo para a Educação, o que resulta em três características históricas que marcam a educação superior pública no período, a saber: o sucateamento das universidades federais (cortes de verbas e não abertura de concursos públicos para as carreiras docente e

técnico-administrativa); a ausência de uma política de assistência estudantil; e a expansão da educação superior privada por meio do financiamento público. (MINUTA, 2011).

A contar quase que exclusivamente apenas com as suas próprias forças para inovar, a UnB criou durante a gestão de João Claudio Todorov o Programa de Avaliação Seriada (PAS) em 1996 como uma alternativa ao vestibular. Através deste Programa, os estudantes do ensino médio realizam uma prova ao final de cada ano, sendo os melhores colocados, ao final das três etapas, automaticamente aprovados para a universidade. Além disso, depois de 5 anos de debates, a UnB também aprovou a instituição das cotas, sob a gestão de Lauro Mohry, como uma ação afirmativa, reservando 20% do total de vagas para afrodescendentes, a primeira universidade federal a fazer isso.

As medidas políticas experimentadas sob o contexto de um relativo avanço democrático nem por isso afetou a correlação de forças existentes no país, sofreu alterações ou ameaçou a hegemonia dos grupos dominantes. A este respeito, na contramão das iniciativas autônomas em curso, encontramos a Lei 9.192 de 1995 que regulamentou a escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, garantindo 70% dos votos para os professores, questão que foi reafirmada pelo substitutivo<sup>81</sup> do Senador Darcy Ribeiro à LDB, contrariamente à proposta que estava sendo elaborada pelos professores através de suas associações ao longo de mais de 8 anos. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172 de 2001, previa a diversificação do sistema, mas não garantiu a ampliação dos recursos vinculados para os diversos níveis de ensino<sup>82</sup>. Conforme Dirce Nei Teixeira de Freitas,

A intervenção normativa do Executivo federal foi intensa, indicando sempre as alterações constitucionais e a edição de leis, ampliando a regulamentação da área e amplificando a regulação normativa federal. Nesse período, acentuou-se, por um lado, a subordinação do órgão deliberativo, normativo e fiscalizador nacional (CNE) ao MEC, que com sua ação normativa, reforçou a regulação federal pela via da avaliação<sup>83</sup>.

---

81 Conforme o Art. 56 da Lei 9.394 de 1996. “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.”

82 A resistência política dos professores foi forte. Numa greve em 2001 estes permaneceram 108 dias mobilizados até o momento em que o governo criou 2 mil vagas para professores e reajustou os salários em até 15%.

83 “Latin American governments have learnt that through evaluative mechanisms they have been able to

Por outro lado, o Inep concentrou poder decisório e operacional, tornando-se o órgão avaliador e mensurador da educação no país. A dinâmica da regulação normativa do período evidenciou uma faceta do regime federativo de colaboração. No caso específico da avaliação, concretizou a centralização, conforme Oliveira (2000). Como evidência da concentração do poder de decisão encontra-se um leque de recursos normativos que, como regulação formal, adentrou o currículo, interferiu na organização escolar, redefiniu a gestão educacional, fixou a qualidade a ser obtida e seus parâmetros. Sobretudo, restringiu a emergência da avaliação pelos caminhos da gestão democrática. (FREITAS, 2004, pp. 682-683).

O perfil concentrador das principais decisões políticas<sup>84</sup> adotado pelo governo federal e pelos seus grupos de apoio inviabiliza muitas das mudanças em curso protagonizadas principalmente pelos professores e por diversos setores da sociedade civil organizada e da economia. Um contraponto político exige assim a defesa de uma compreensão do processo de produção e desenvolvimento de conhecimento e de um poder criador, em especial, dos professores, com a garantia e defesa de direitos, de exercício da cidadania e de participação política. Convergindo neste sentido, encontramos a defesa de um conceito político mais amplo, o de esfera pública, como *locus* de transparência e de aprendizado social, que deve estar presente também na organização interna e institucional das universidades públicas (ABRUCIO, 1997, p. 27).

Com o fortalecimento de espaços como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os Orçamentos Participativos, as Ouvidorias Públicas, as Mídias Independentes, entre outros, informações são compartilhadas, debates e demandas antes ignoradas começam a ser ouvidas. A partir de então, no campo da ciência e da tecnologia foram implantadas uma série de medidas políticas, econômicas, administrativas e tarifárias de incentivo e de estímulo à pesquisa e à inovação, de capacitação de mão de obra, de divulgação científica, principalmente a partir do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)<sup>85</sup> quando se observa o impacto de medidas adotadas, bem como, um

---

reduces institutional decision-making spaces.” (MALDONADO-MALDONADO, 2009, p.84).

84 “Na verdade, o que mostram estudos comparados como os realizados por Hood (1996), Cassese (1989) e Flynn (1996) é que as respostas administrativas dos vários países perpassam por técnicas gerenciais de diversos matizes, democratização da relação entre o Estado e a sociedade e mesmo a manutenção de determinados elementos burocráticos weberianos. Trata-se de um pluralismo organizacional sob bases pós-burocráticas vinculadas aos padrões históricos (institucionais e culturais) de cada nação. Nesta nova situação, o gerencialismo cumpre um importante papel, mas não se transforma num paradigma”. (ABRUCIO, 1997, p.37)

85 Em termos gerais, já em 2003 algumas iniciativas foram adotadas indicando a orientação da política na área, como por exemplo a assinatura de um Tratado entre o Brasil e a Ucrânia visando uma cooperação de

grande rearranjo institucional do sistema de ensino e de pesquisa com destaque para as universidades federais, demandando uma nova postura dos administradores e pesquisadores no seu campo de atuação e fora dele.

esforços foram feitos para aumentar significativamente os recursos para P&D, criaram-se novos mecanismos de financiamento da pesquisa<sup>86</sup>, instituiu-se um novo quadro jurídico e institucional. Foi implantado uma política de fomento inovadora, com a criação dos Fundos Setoriais, feita a reforma dos institutos pertencentes ao MCT, ao lado da criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e dos Novos Institutos do Milênio em áreas estratégicas. Igualmente, para fornecer um arcabouço jurídico a essas atividades, esforços legislativos foram feitos sobre as questões relativas à propriedade intelectual (patentes, novos cultivares, software e topografia de circuitos integrados), às novas leis de informática, ao acesso à biodiversidade, à biossegurança. (MOTOYAMA & QUEIROZ, 2004, p. 435).

### **1.6. Inovações recentes em CTI com impacto nas universidades.**

Com a efervescência de uma nova dinâmica de produção e de desenvolvimento de conhecimento, as economias de alguns países foram estimuladas, mas, no caso brasileiro, muitas distorções continuaram representando severos limites para o desenvolvimento do país. Conforme Ester do Couto Santos (2009), entre o final da década de 1990 e o começo do século XX, o Brasil elevou a participação do setor industrial nas exportações, quando o saldo comercial da indústria de baixa tecnologia saltou de U\$ 10.130,25 milhões para U\$ 40.157,65 milhões, mas o saldo negativo dos produtos de alta intensidade tecnológica foi ampliado de U\$ 8.380,25 milhões para U\$ 21.931,70 milhões no mesmo período.

Dessa forma, com o objetivo de reduzir a concorrência de produtos importados no mercado doméstico e melhorar a competitividade do país no exterior, foram implementadas medidas como a Lei de Inovação nº 10.973 de 2004, regulamentada pelo

---

longo prazo na utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4; o lançamento do satélite sino-brasileiro (CBERS 2); a criação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) RS; a criação do Programa de Implementação e Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) que visa fortalecer a rede nacional de difusão e popularização de C&T e ampliar a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

<sup>86</sup> No caso dos CVTs, por exemplo, houve um crescimento substancial dos recursos financeiros, da ordem de R\$ 4.500.000,00 em 2003 para R\$ 54.738.541,51 em 2008, totalizando R\$ 229.699.102,90 investidos nos seis anos, conforme dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (2010).

Decreto nº 5.563 de 2005, sendo a primeira lei brasileira que trata do relacionamento das Universidades e das Instituições de Pesquisa com as empresas, procurando estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. O objetivo da Lei é estimular as empresas à agregarem valor aos seus processos e produtos com o auxílio das universidades no desenvolvimento de um perfil de profissionais mais adaptáveis às demandas dos mercados na arena mundial. Conforme Carlos Tünnermann Bernheim e Marilena Chaui,

The theme of university/productive sector relations is very much bound up with the relevance of higher education, namely its capacity to provide a response to the needs of all sectors of society, including the world of work or employment. Higher educational institutions undoubtedly have to be very attentive to the changing nature of the world of work, but instead of preparing people for specific jobs they should prepare them for “employability” and analyse the major directions of the world of work. “Employability” requires, as made clear in the document prepared for the World Conference’s Round Table on “The requirements of the world of work”, emphasis on capacities and flexibility in training. This is ultimately reflected in curriculum design: “Clearly, the most outspoken voices claim that graduates should acquire general competencies, should cultivate social and communicative skills, should be prepared for entrepreneurship and, last but not least, should be flexible”. (BERNHEIM & CHAUI, 2003, p. 19)

A importância da Lei de Inovação relaciona-se assim com a busca pelo aumento da competitividade/cooperação do país no contexto da globalização e por isso procura estabelecer medidas de estímulo à inovação científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas a capacitação, a busca de autonomia científica e tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país. De acordo com o Art. 4º da referida lei:

As ICT poderão, mediante remuneração<sup>87</sup> e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos,

---

<sup>87</sup> O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada, como ganho eventual. (BRASIL, Lei n. 10.973 de 2004)

instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.

Parágrafo único. A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo obedecerão às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICT, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas. (BRASIL, Lei n. 10.973 de 2004).

Com esta medida o governo propiciou que as instituições de ensino e de pesquisa financiassem as atividades nelas desenvolvidas, as empresas definissem o que seria pesquisado e ainda recebessem incentivos fiscais por isso<sup>88</sup>. Não foram poucos desde então os casos de grupos de pesquisa e laboratórios que trocaram, por exemplo, anos de estudos sobre doenças tropicais pelo desenvolvimento de cosméticos para indústrias farmacêuticas; ou, estudos sobre a pobreza pelos hábitos de consumo da população; ou, ainda, estudos sobre áreas urbanas de risco pelos trabalhos de *design* de equipamentos automotivos, muito embora seja premente aprimorar processos e produtos, conhecer melhor comportamentos e ações sociais ou desenvolver *know-how* e tecnologias. Além disso, para Andrew Feenberg,

Por gerações, a fé no progresso foi apoiada por duas convicções amplamente defendidas: a primeira é que a necessidade técnica dita o caminho do desenvolvimento, e a segunda, que a procura por eficiência fornece uma base para a identificação deste caminho. Argumentamos anteriormente que ambas as convicções são falsas, e que, além disso, são ideologias empregadas para justificar restrições à oportunidade de participação das instituições da sociedade industrial. Concluímos com a ideia de que podemos alcançar um tipo novo de sociedade tecnológica, que pode dar suporte a um amplo leque de valores. A democracia é um dos valores principais ao qual um industrialismo redesenhado poderia servir melhor. (FEENBERG, 1991, p.90).

O que pretendemos destacar aqui é que esta relação das universidades públicas com empresas e indústrias continua exigindo uma negociação muito criteriosa por parte dos

---

88 “Art. 19. A União, as ICT e as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional. ([Vide Medida Provisória nº 497, de 2010](#))”, (BRASIL, Lei n. 10.973 de 2004).

pesquisadores e das instituições envolvidas, de forma autônoma, ao invés de ser definida no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional ou nos bastidores da política, permeados por interesses políticos e econômicos, via de regra, pouco republicanos. Não fosse por isso, conforme Roger King,

In the UK, a recent report for the Engineering and Physical Sciences Research Council suggests that too close a collaboration with business and industry may be constraining the creativity for UK chemists. There is a shift away from innovation and discovery to more cautious incremental research that may reflect too strong a focus on product-related work (*apud The Times Higher Educational Supplement*, 13, January 2003).” (KING, 2004, p.55).

É preciso considerar ainda, conforme Terry Shinn & Pascal Ragouet (2008, p.21), que enquanto “o debate na ciência acadêmica opõe pares iguais no processo de avaliação, o trabalho na ciência industrial inscreve-se em um sistema autoritário de relações, no qual se supõe que os pesquisadores obedecem a ordens e perseguem objetivos prescritos.” Parece justo reconhecer portanto que as universidades públicas possuem dinâmicas próprias de trabalho que devem ser preservadas ao invés de serem simplesmente (re)adequadas às pressões do mercado ou à uma dentre muitas formas de globalização. Conforme Jane Kenway e Johannan Fahey, para autores como Castoriadis, a globalização pode ser compreendida de muitas maneiras com implicações em formas de participação.

One set of accounts is structuralist. The driving force of globalization is the all-powerful relationships between global capital, markets and digital technology and their associated colonizing imperatives. Another set adopts either a more dialectical view drawing from structuration theory: the relationships between global/local, integration/fragmentation and structure/agency are key concerns here (...) Another set of ideas draws on the notion of complex global connectivity and identifies the modalities of interconnection and interdependence involved, (KENWAY & FAHEY, 2011, p. 117).

Além disso, outros formatos institucionais mais técnicos poderiam representar uma alternativa ao encaminhamento de boa parte das demandas por inovações ao invés de estarem todas problematizadas no âmbito das universidades públicas.

Ao que tudo indica, o fortalecimento dos sistemas nacionais de educação, como ocorreu em outros países, está atrelado a introdução de modelos institucionais

diversificados. Conforme Martins (2000, p.42), “Seria oportuno assinalar que os diversos sistemas de educação superior, existentes em países que ocupam uma posição destacada no processo de desenvolvimento socioeconômico, apresentam uma forte diversidade institucional e desempenham uma pluralidade de funções na formação acadêmico-profissional.”

Com a ampliação do alcance desta percepção, passos foram dados no Brasil desde o fomento do ensino à distância<sup>89</sup> para atuar em praticamente todas as modalidades de ensino (Decreto Presidencial 5.622 de 2005); na constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), (Decreto 6.095 de 2007)<sup>90</sup>; no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), (Lei 12.513 de 2011)<sup>91</sup>; evidenciando uma alocação de recursos<sup>92</sup> propiciada principalmente pelo aumento do preço das *commodities* no plano internacional.

No geral, as novas iniciativas estão redirecionando parte das matrículas, tanto do ensino básico como do superior, para uma orientação mais “técnica” e “aplicada”<sup>93</sup>.

---

89 Atendendo demandas do mercado de trabalho, o Decreto Presidencial 5.622 prevê conforme o seu Art. 2º que a educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto; II - educação de jovens e adultos, nos termos do [art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#); III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes; IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas: a) técnicos, de nível médio; e b) tecnológicos, de nível superior; V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas: a) sequenciais; b) de graduação; c) de especialização; d) de mestrado; e e) de doutorado.

90 No mesmo ano foi lançado o satélite sino-brasileiro (CBERS 2B); regulamentado o FNDCT, Lei 11.540; criado a Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas (Rede-Clima); criado o Sibratec, Decreto 6.259; criada a Comissão Técnica Interministerial MCT/MAPA visando o desenvolvimento do agronegócio, Portaria Interministerial 745; lançada a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e criação do Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB), Decreto 6.041; e foi lançado o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) (2007 – 2010) destacando a importância assumida pela competitividade aliada à uma dimensão social do desenvolvimento ou inclusão social.

91 “São objetivos do Pronatec: I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)”, (BRASIL, Lei 12.513 de 2011).

92 Em 2006 foi regulamentada a Lei 11.196, lançado o primeiro edital de Subvenção Econômica que passou a ocorrer anualmente; foi constituída a empresa binacional (Brasil e Ucrânia) Alcântara Cyclone Space (ACS); inaugurado, nas Indústrias Nucleares do Brasil, a primeira cascata de ultracentrífugas para enriquecimento de urânio.

93 A exemplo do que prevê o §1º do Art. 4º do Decreto 6.095 de 2007 no que tange a vocação institucional do IFET expressa no projeto de PDI a ser orientado pelas seguintes ações: “I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em *estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade*; II - desenvolver a

Seguindo uma tendência internacional, o governo federal brasileiro passou diversificar o ensino com destaque para o superior juntamente com o sistema de pesquisa<sup>94</sup>, numa nova tentativa de atender as necessidade de um desenvolvimento econômico pautado pela disponibilidade de uma ampla base de capital humano suprimindo as demandas da infraestrutura de informações e da criação de um eficiente sistema nacional de inovação. Conforme Jamil Salmi,

According to Constructing Knowledge Societies, the World Bank's latest policy report on the contribution of tertiary education to sustainable economic development (*apud* World Bank 2002), high-performing tertiary education systems encompass a wide range of institutional models – not only research universities but also polytechnics, liberal arts colleges, short-duration technical institutes, community colleges, open universities, and so forth – that together produce the variety of skilled workers and employees sought by the labor market. Each type of institution has an important role to play, and achieving a balanced development among the various components of the system is a major preoccupation of many governments. (SALMI, 2009, p.74),

Abandonando um padrão institucional unitário, principalmente do ensino superior, as políticas governamentais diversificam as modalidades institucionais disponíveis, com consequências na procura dos estudantes, dos professores e dos técnicos; na disponibilidade de recursos; na designação de uma autonomia institucional correspondente; no reconhecimento pessoal e profissional dos que se encontram diretamente vinculados. Às universidades caberiam conquistar as características que podem fazê-las adquirir um

---

educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - *orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais*, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET; IV - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VI - oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; e VII - estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, Decreto 6.095 de 2007, grifos nossos).

94 Em 2008 por exemplo foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o primeiro edital do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia como uma nova dimensão do Projeto Institutos do Milênio, com investimentos de aproximadamente 609 milhões de Reais. No ano seguinte, foi aprovada a Política de Pesquisas em Ciências Antárticas no âmbito do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Conapa), foi inaugurada a Unidade de Produção de Radiofármacos (Upa) do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN-NE) e inaugurado o Centro de Pesquisas e Projetos no Ceitec, em Porto Alegre. Em 2010 foi inaugurada a Fábrica de Circuitos Integrados no Ceitec, em Porto Alegre, e do Centro Brasileiro de Tecnologia de Etanol (CBTE).

*status* reconhecido internacionalmente e com isso participar da produção e do desenvolvimento de conhecimento. Mas, cabe ressaltar que, para participar deste processo, há a necessidade de um comprometimento governamental muito maior do que o atual.

The building of world-class universities involves the economic, political, and cultural development of their countries or regions. Some earlier studies have show that the per capita GDP and GDP for most of the countries with universities among the top 100 universities in the world are higher than US\$210 billion and US\$ 25,000, respectively (*apud* Cheng, Liu, and Liu 2005). A couple of countries with world-class universities did not meet the basic criteria of GDP and GDP per capita linked to world-class universities. These few countries have favorable policies toward higher education, science, and technology. Their investment in higher education, science, and technology is among the highest in the world. (LIU, 2007, p.67).

Quando o orçamento é limitado ou a atuação governamental se concentra em torno das políticas elaboradas pelo circuito fechado das “ilhas de excelência burocráticas”, como a CAPES ou o CNPq, o resultado vem acompanhado de mais problemas. Tomemos como exemplo os investimentos para ampliar a disposição de um contingente maior de doutores capazes de atender as demandas de um mercado de trabalho mais dinâmico. Superado um deslumbramento inicial, mesmo no Brasil que possui uma parcela pequena dos seus jovens no ensino superior, problemas emergiram diante das dificuldades de absorção interna desse pessoal. Entre 1996 e 2007 a concessão de bolsas de pesquisa pela CAPES teria aumentado de 19 mil para 41 mil. No entanto, segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 1,9% dos 26 mil doutores empregados estavam na indústria.

Com o intuito de enfrentar alguns dos motivos pelos quais um crescente contingente de recém titulados passa a procurar emprego em outros países, o edital de número 001/2010 - MEC/CAPES e MCT/CNPq/FINEP trata de um empenho conjunto para absorver, pelo menos temporariamente, jovens doutores que podem atuar em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica. Este edital retoma parte da Portaria Normativa Interministerial MEC-MCT nº746 de 2007 que instituiu o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) como uma ação integrante da política de formação e capacitação de recursos humanos em apoio à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Parte do problema é que não se sabe como nem com quais critérios os Presidentes das três agências que já constituem o Comitê Diretor do

PNPD nomearam uma Comissão Julgadora com controle sobre as propostas de projetos de pesquisa para a concessão de mais de 40 milhões de Reais<sup>95</sup>. Não foram feitas audiências públicas e nem foram divulgadas as atas das reuniões, criando obstáculos à legitimidade do processo.

Dessa forma, problemas históricos sobre a abrangência da transparência, da responsividade e da democracia nos processos de definição de políticas e de escolha de dirigentes da administração direta e indireta e das empresas públicas e de economia mista, sem mencionar das empresas privadas, continuam refletindo efeitos positivos concentrados sobre pequenos grupos em detrimento dos demais setores da sociedade. Conforme Abrucio, o problema continua mais do que atual<sup>96</sup>.

A pior característica do modelo administrativo do governo Lula foi o amplo loteamento dos cargos públicos, para vários partidos e em diversos pontos do Executivo federal, inclusive com uma forte politização da administração indireta e dos fundos de pensão. Este processo não foi inventado pela gestão petista, mas sua amplitude e vinculação com a corrupção surpreendem negativamente por conta do histórico de luta republicana do Partido dos Trabalhadores. Se houve algo positivo na crise política de 2005 é que, depois do conhecimento pelo grande público do patrimonialismo presente em vários órgãos da administração direta e em estatais, tornou-se mais premente o tema da profissionalização da burocracia brasileira. (ABRUCIO, 2007, p.77).

### **1.7. Internacionalização e Autonomia.**

Além da expansão e da diversificação institucional dos sistemas de ensino e de pesquisa, uma forte internacionalização do ensino superior vem avançando rapidamente no Brasil. O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) representa uma importante iniciativa

---

95 Os recursos foram assim distribuídos: MEC/CAPES: R\$ 14.250.000,00 referentes ao primeiro ano de vigência, para concessão de bolsas e custeio, apoio a projetos; MCT/FNDCT/FINEP: R\$ 8.000.000,00 referentes aos vinte e quatro meses iniciais de vigência para concessão de bolsas e custeio como apoio a projetos; MCT/FNDCT/CNPq: R\$ 19.000.000,00 referentes aos vinte e quatro meses iniciais de vigência para concessão de bolsas e custeio como apoio a projetos.

96 Conforme notícia publicada na imprensa, “Nos últimos dez anos, os ministros passaram de 35 a 39. Subordinados a eles, os ocupantes de cargos de livre nomeação no Poder Executivo passaram de 17,6 mil, no final de 2003, para 22,6 mil em outubro de 2013, segundo os dados mais atualizados.” Disponível em <http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2014/01/19/em-10-anos-comissionados-no-governo-passam-de-176-mil-para-226-mil/>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

governamental<sup>97</sup> neste sentido, tendo uma forte preocupação com a formação de mão de obra para sustentar e incrementar o crescimento econômico do país. Alguns estudantes participantes do CsF<sup>98</sup> têm tido destaque, seja ganhando prêmios, participando de projetos importantes, articulando parcerias, entre outras, seja efetivando parte dos objetivos do Programa proporcionando condições favoráveis para que o país participe do contexto internacional da produção e do desenvolvimento de conhecimento com autonomia, o que ocorre quando o foco do programa não se restringe ao viés “aplicado” e “técnico” pretendido, mas o extrapola, por iniciativa das próprias comunidades universitárias. Conforme o Decreto 7.642 de 2011, Art. 2º, o referido Programa tem por objetivos:

I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, *o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil*;

II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para *o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior*;

III - criar oportunidade de *cooperação entre grupos de pesquisa* brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;

IV - promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;

V - promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;

VI - contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;

VII - propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;

---

97 O Programa visa a promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Foram ofertadas 101 mil bolsas em quatro anos destinadas a alunos de graduação e pós-graduação. Busca atrair também pesquisadores do exterior *nas áreas prioritárias definidas no Programa*, além de criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento no exterior.

98 “Of the Latin American students studying abroad, 61% go to other countries in the Americas, 36% to Europe, and only 2% to Oceania and 1% to Asia. The main destinations in the Americas for Latin American students are the US (about 80%) and Cuba 11%. The leading countries in Europe where Latin American study are Spain (32%), France (19%), and UK (14%) (*apud* Didou, 2006:25)” (MALDONADO-MALDONADO, 2009, p. 87).

VIII - contribuir para o *aumento da competitividade das empresas brasileiras*;  
e IX - *estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País*, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação (BRASIL, Decreto 7.642 2011, *grifos nossos*).

Ressalta-se porém, inclusive por não abranger todas as áreas do conhecimento<sup>99</sup>, o CsF não permite um aproveitamento abrangente e disseminado das universidades no que diz respeito à recepção e possível incorporação da bagagem profissional e intelectual que os estudantes adquirem não apenas ao conhecer instituições e laboratórios de ponta, mas também ao trocar ideias e compartilhar pesquisas com outros estudantes e pesquisadores do mundo todo, uma característica das universidades presentes desde as suas origens mais remotas que agora são revigoradas. É preciso dar condições para que oportunidades como essas não se transformem em apenas mais uma experiência a se perder na memória dos estudantes, mas impactem comportamentos e ações sociais, principalmente nas universidades. Conforme John C. Scott,

Historically, the university has stood as a key international organization, from the Middle Ages<sup>100</sup> through today. Illustrating this point, the 19th-century German research universities<sup>101</sup>, as well as 20th-century Britain's Oxford and Cambridge, once imperial universities, drew legions of students from abroad. Similarly, when the American superpower emerged, it attracted international student populations in the millions. Moreover, Sadlak (*apud* 1998, p.100) points out that higher education has already laid important foundations for globalization, knowledge-based human activities, and democratic political systems. (SCOTT, 2006, p.30).

---

99 As áreas contempladas são: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologias Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

100 "Recently, Grendler (*apud* 2002, pp.242-246, 510-511) proves that the Italian Renaissance university, which flourished between 1475 and 1600, was the prototype for the German (Humboldtian) and contemporary universities with a formalized research mission. Star professors presented the results of their original research in lecture courses, and some adopted a problem-oriented approach to teaching and research missions." (SCOTT, 2006, p.13).

101 "Wilhelm von Humboldt led the creation of the neo-humanistic University of Berlin (*apud* Fallon, 1980, pp. 10-11, 14, 19, 28). Serving for a mere 16 months as the Prussian education minister from 1809 to 1810, he succeeded in enacting deep and lasting reforms for higher and secondary education. While setting up the new university, Humboldt established one basic doctrine: "to appoint the best intellects available, and to give them the freedom to carry on their research wherever it leads." (FALLON, 1980).

É preciso destacar ainda que uma dinâmica autônoma das universidades contribui para o desenvolvimento das sociedades e possui dimensões nacionais, regionais e internacionais que se interpenetram quando valorizados tanto o ensino como a pesquisa de um amplo número de disciplinas, a liberdade é assegurada para decidir principalmente o que ensinar, os estudantes são interessados e envolvidos, as faculdades e os departamentos são reconhecidos através de prêmios e publicações. Conforme P. V. Indiresan (2007, p.95), “In other words, no university can become a research university unless it possesses the following qualities: dedicated, brilliant students; internationally acclaimed faculty; international-level financial support; and full academic freedom.”

As pesquisas produzidas e o pessoal formado por uma instituição com nível de qualidade World-Class pode representar assim a possibilidade de aumento da competitividade de algumas economias e por isso sua difusão tem atraído também a atenção de algumas organizações, em especial da União Europeia que pretende desenvolver uma economia dos países membros fundada na produção e no desenvolvimento de conhecimento. Para Peter Scott,

So, in building the European Higher Education Area, we need to look deep inside Europe, to recognize and reflect upon its cultural pluralism and social diversity rather than relying on a rather bland technocratic vision of a “modern” Europe uneasy about its history. But, at the same time, we need to look outside Europe, to wider world, and take equal account of the inevitability (and I would argue, desirability) of globalization. (SCOTT, 2003, p.296).

Conforme Marius R. Busemeyer e Christine Trampusch, outros protagonistas, a exemplo da OECD, também têm desempenhado um papel crucial no campo educacional ao alinhar iniciativas como o Programme for International Student Assessment (PISA), o Processo de Bolonha<sup>102</sup> - 1999, os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, muitos sistemas de ensino nacionais tem sido reformados com uma convivência política interna, a partir de um viés próprio de grupos econômicos que não estão habituados a tratar das demandas educacionais sob uma ótica pública.

---

<sup>102</sup> Ministros da educação de 29 países europeus propuseram a criação de um espaço europeu de ensino superior a partir do processo de Bolonha em 1999, impulsionando um conjunto de reformas para uniformizar a estrutura dos títulos acadêmicos concedidos nos diferentes países, viabilizando a mobilidade de estudantes, professores e profissionais.

The OECD has become an important player, comparing and assessing the performance of education systems, as in the now (in)famous Programme for International Student Assessment (PISA). Although the European Union (EU) is legally prohibited from harmonizing national education systems, its role in national education policy making has expanded considerably since the enactment of the Lisbon Strategy (2000) and the Bologna (1999) and Copenhagen (2002) Processes. While in Lisbon the European Union decided to make the EU 'the most competitive and most dynamic knowledge-based economy in the world by 2010', the Bologna and Copenhagen Processes induced reforms in national higher education and vocational training systems. In higher education, study structures have been reformed with the aim of improving the 'employability' of students (i.e. the introduction of the two-cycle study system consisting of bachelor and master's degrees). In vocational training, initiatives such as the European Qualifications Framework (EQF) and National Qualifications Frameworks (NQFs) are also aimed at increasing labour mobility by making educational qualifications more comparable. Whereas the Bologna Process has already strongly affected European universities with the introduction of new degree structures, the Copenhagen Process is still in progress and currently shaping discourses and the politics of initial vocational training. And finally, education is also included in the General Agreement on Trade in Services (GATS), which might in the long term contribute to a further privatization and liberalization of education. (BUSEMEYER & TRAMPUSCH, 2011, pp. 420-421).

Podemos observar dessa forma que boa parte das iniciativas adotadas por diferentes países estão alicerçadas sobre uma visão de transmissão e de produção do conhecimento que transita entre o aumento da *competitividade* e da *cooperação* científica, tecnológica e de inovação. O pressuposto no Brasil é o mesmo, ou seja, o conhecimento e, por conseguinte, a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação seriam instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e de renda e a democratização de oportunidades. Mas, além de considerar uma nova dinâmica da sociedade do conhecimento que está conectando as economias nacionais à era global, redefinindo o papel da universidade, do Estado e do mercado, é necessário antes, do nosso ponto de vista, (re)conhecer as forças e as fraquezas locais e regionais. Para Scott,

Frequently, internationalist and nationalist goals may conflict due to economic, politic, or cultural differences. Despite the complexities, an apparent convergence of higher education policies is now afoot worldwide (...) This process is stimulated by an apparent convergence of higher education structures and policies worldwide. Despite the profound

economic, scientific, and academic advantages of internationalization or regionalization, there may be costs involved. Most damaging can be the loss of distinctive cultural heritages in the pursuit of universalism. (SCOTT, 2006, p. 30)

Não obstante, apesar de terem incorporado recentemente uma série de diretrizes à dinâmica de uma instituição única como a universitária, os propósitos das diferentes iniciativas governamentais e dos grupos de interesse articulados internacionalmente, com porta-vozes em quase todos os países, continuam se restringindo a um viés financeiro e a algumas demandas dos mercados por um contingente de mão de obra minimamente qualificado. Para oferecer uma perspectiva mais ampla à esta limitação, difundiu-se a ideia de que as demais conquistas sociais seriam uma consequência natural de um crescimento econômico que minimiza o exercício de um poder criativo, autônomo e ético intrínseco à dignidade humana.

Não por falta de uma alternativa viável, forças e oportunidades são subaproveitadas, quando não mal direcionadas; conhecimentos continuam sendo produzidos, desenvolvidos e disseminados desconsiderando as suas implicações; políticas seguem refletindo visões limitadas; grupos se perpetuam no poder; e pouco respeito e sensibilidade são compartilhados entre as instituições, entre as pessoas e entre as instituições e as pessoas. Prevalece em todas as esferas a coerção, a repressão, a reprodução, enfim, a violência.

Com a concentração da manifestação de um poder, a liberdade e a simplicidade da sabedoria e do amor, na política, na ciência, na religião, na vida cotidiana, se transformam em recursos escassos e de pouco serve uma escola ou uma universidade na vida de uma pessoa (tratada como uma coisa) ou de um país (tratado como um ser com vida própria) para além de possibilitar o suprimento das suas necessidades materiais .

### **1.8. Estado e Federal World-Class.**

De acordo com Delanty (2001), mesmo continuando a ser o principal financiador do conhecimento, o Estado está deixando de ser o seu único guardião. Com a sociedade contemporânea cada vez mais dependente do conhecimento em todos os aspectos do seu

dia a dia, informações são disseminadas por múltiplas formas e meios, juntamente com a superação dos tradicionais mecanismos de controle, inclusive das empresas. A produção e o desenvolvimento de conhecimentos superam os limites das fronteiras nacionais e articulam pessoas com propósitos em comum onde quer que estejam. Para Bernheim & Chaui,

It is also fitting to refer to the international character of contemporary knowledge. States have borders and knowledge has horizons. Scientists are increasingly part of the world academy made up of the host of networks using cyberspace as their medium of communication. The emergence of knowledge without frontiers and of the information society, in an ever more globalized world, presents contemporary higher education with unprecedented challenges. (BERNHEIM & CHAUI, 2003, pp.6-7)

Por um anacronismo, o Estado brasileiro continua, no entanto, direcionando politicamente as universidades públicas, gerando um forte desgaste da autonomia que elas poderiam exercer. Apenas para listar alguns exemplos mais recentes, citamos a Lei 12.711 de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico. Com esta lei o governo federal obriga que metade das vagas por curso e por turno destas instituições devem ser destinadas à estudantes que tenham feito o ensino médio em escolas da rede pública. Além disso, no mínimo 50% das vagas reservadas deverão ser destinadas à estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos do salário-mínimo per capita, com proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas da unidade da federação do local de oferta de vagas da instituição segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>103</sup>.

Não pretendemos entrar aqui no mérito da discussão sobre a importância da reserva de vagas e das cotas para a inserção de determinados grupos na “sociedade”, mas apenas destacar que medidas estavam sendo implementadas pelas próprias universidades com a diferença que foram antecedidas por um longo debate; a UnB é um bom exemplo neste sentido com o PAS e com a implementação das cotas. Entretanto, o Estado implanta uma medida com implicações para todas universidades federais e IFETs, a partir de iniciativas legislativas que não levaram em conta uma preocupação em garantir as condições para um

---

103 Para Salmi, (2009, p. 20), “The first and perhaps foremost determinant of excellence is the presence of a critical mass of top students and outstanding faculty. World-class universities are able to select the best students and attract the most qualified professors and researches”.

bom cumprimento dos objetivos das instituições, entre eles o de oferecer ensino, pesquisa e extensão com qualidade, o que só é possível através do debate público e de organização. Mesmo assim, a reserva de vagas e as cotas implantadas pelo governo federal não chegaram a constituir um problema para a UnB, a não ser por representar mais um duro golpe na autonomia da universidade. Além disso, o bom desempenho dos alunos cotistas coloca em questão o “mérito” até então auferido pelos vestibulares.

De forma similar, a Lei 12.772 de 2012, que trata de forma conjunta temas como a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, entre outras, previa em seu Artigo 8º, §1º, a retirada, via instrumento legal, da exigência dos títulos de mestre e doutor nos concursos para professor<sup>104</sup>. Tal iniciativa reflete de maneira equívoca uma demanda constante das universidades privadas com fins lucrativos que querem aumentar seus lucros ao não atender a obrigação de contratar mestres e doutores<sup>105</sup>.

Art. 8º - O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível da Classe de Professor Auxiliar, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido o diploma de curso superior em nível de graduação. (BRASIL, Lei 12.772 de 2012).

Ora, obviamente não estamos sugerindo que o encaminhamento de parte dos problemas então elencados sobre o direcionamento exercido pelo Estado sobre o ensino superior se encontre na fórmula liberal implantada por décadas no Brasil, com efeitos prejudiciais para a maior parte da população devido à redução do papel do Estado em áreas essenciais, nem na defesa da instauração de um comando político único no país.

Trata-se isto sim da proposição de um possível aproveitamento da estrutura de controle do MEC, do MCTI e das suas agências correlatas, construída gradualmente por diferentes governos, para atuar sobre aqueles conglomerados institucionais que são responsáveis por uma das maiores distorções existentes no campo educacional brasileiro:

---

104 Questão que gerou polêmica e foi revista pela Lei 12.863 de 2013.

105 Conforme o Art. 52 da Lei 9394 de 1996, “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.”

os grupos educacionais privados com fins lucrativos que, ao longo de mais de 50 anos, apesar da qualidade duvidosa de seus cursos, da precariedade dos vínculos empregatícios<sup>106</sup> dos professores e dos demais profissionais da educação, da falta de transparência nas suas gestões, nunca sofreram com a invasão de tropas militares, a imposição de reitores, a utilização de suas instalações por interesses alheios, senão um incômodo temporário causado pelo fechamento de alguns cursos ou organizações que são abandonados à própria sorte quando não se mostram rentáveis. Sequer foram ou são de fato obrigadas a cumprir exigências contábeis ou prestar contas à sociedade dos recursos que recebem do público<sup>107</sup>.

Seria fundamental portanto que os ocupantes de cargos e de funções governamentais fossem designados a partir de critérios confessáveis e aproveitassem a estrutura que administram para explicitar à sociedade brasileira o controle que estão exercendo ou não sobre estas instituições privadas<sup>108</sup>, incluindo a divulgação dos nomes e os respectivos valores repassados aos seus acionistas, ao invés de serem aplicados no ensino, na extensão e na pesquisa, além de divulgar a sigla dos partidos políticos que têm parte das suas campanhas eleitorais financiadas por multinacionais educacionais.

Ao que tudo indica, nenhum país que possua um modelo educacional com um padrão de qualidade reconhecido concede tamanha primazia à instituições com fins lucrativos, com tantos benefícios fiscais e tamanha tolerância à falta de qualidade do ensino ministrado, constantemente questionado por sucessivas avaliações oficiais, assim como às fusões que estão chegando ao ponto de oligopolizar as matrículas do ensino superior no país através de grupos cujo centro de interesse se encontra em outro lugar, por assim dizer.

Se os ocupantes de cargos e funções governamentais que interferem avidamente nas universidades públicas despendessem uma parte dos seus esforços para controlar as

---

106 Só para nos atermos a perspectiva docente, as condições de trabalho existentes nestas instituições concentram entre a garantia de condições de sobrevivência, fisiológicas e de segurança. Dada a primazia pela obtenção de lucros nas instituições privadas com fins lucrativos, os professores convivem com uma ameaça diária de demissão.

107 Mesmo estando estes tipos de instituições compreendidas no sistema federal de ensino, conforme o Art. 16 da lei 9.394 de 1996.

108 Conforme o Art. 46 da Lei 9.394 de 1996, “A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#). § 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#).”

instituições privadas cujo balanço não discrimina investimentos para além do mínimo necessário à manutenção de cursos, o Brasil resolveria muitos dos seus problemas neste campo, com reflexos nos demais. Melhor seria colocar na ordem do dia uma discussão sobre o significado da aferição de lucros gerados à custas das mensalidades dos estudantes, de incentivos e das isenções tributárias governamentais.

Certamente, compartilhando parte da interferência ao qual estão submetidas e das crescentes demandas que lhes chegam, as universidades públicas poderiam exercer sua autonomia no que sabem fazer de melhor: ensino, pesquisa e extensão, com vantagens que instituições de ensino superior com padrão World-Class mundo afora<sup>109</sup> não oferecem, mas que devem considerar muito em breve, quando comparadas com uma Federal World-Class. Vale repetir: na UnB, aos estudantes é garantido o acesso e a permanência por processos seletivos méritos e conforme a necessidade, e não pela capacidade de pagar mensalidades; os professores desempenham o trabalho sem um simples vínculo empregatício baseado em uma competição por produtividade sem limites; uma parte crescente das comunidades participa dos processos decisórios da instituição; uma complexidade das atividades desenvolvidas no dia-a-dia da produção e do desenvolvimento de conhecimento não é restringida por uma busca de recursos privados que limitam e muito a liberdade de ensino, de pesquisa e de extensão.

### **1.9. Federal World-Class e Criatividade.**

Numa universidade como a UnB, as mudanças nas relações de autoridade, nos mecanismos de controle, na reestruturação da carreira, na disposição do local de trabalho, na comunicação, na solução de problemas, na recepção de novos valores, entre outros, podem e devem ultrapassar uma previsão de alguns Estados que continuam trabalhando como uma ideia de produção e de desenvolvimento de conhecimento típica do início do

---

109 Darcy Ribeiro já na década de 1950 demonstrava o caráter antidemocrático de muitos sistemas, principalmente do ensino superior nos EUA. “Os junior colleges, em virtude de seu caráter aberto, são as instituições de ensino superior dos pobres; os colleges estatais, que fazem uma seleção por rendimento escolar permitindo o ingresso de apenas 30% do total, constituem a culminação acadêmica da classe média em ascensão; as universidades, por último, nas quais somente ingressam 12 ou 13% dos egressos da escola média e cujos cursos e serviços são extraordinariamente caros, são reservados apenas para pessoas de recursos.” (RIBEIRO, 1969, p. 54).

século XX. Conforme Delanty,

the university is a site where many contradictions are expressed, for instance the conflict between cosmopolitanism and national culture, universalism and particularism, secularism and religion, modernity and tradition, power and culture, intellectuals and experts, democracy and knowledge. The university is, then, more than an institution of knowledge production but has also nurtured the dominant and emergent cultural models of society. (DELANTY, 2001, p.150).

Sendo, entre outros, o *locus* para o desenvolvimento de um modelo de sociedade e de cultura, o dissenso e o debate público são institucionalizados no interior das universidades com um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente, revigorando um pouco a esfera pública, mesmo porque, conforme o caso brasileiro, o aspecto apenas formal da democracia está refletido no enfraquecimento da autonomia da universidade para problematizar questões corriqueiras ou até mesmo as mais amplas. “My overall conclusion is that the central task of the university in the twenty-first century is to become a key actor in the public sphere and thereby enhance the democratization of knowledge” (DELANTY, 2002, p.9).

Promovendo o debate público em virtude de uma difusão da mídia eletrônica, bem como dos efeitos proporcionados pela migração de pessoas, da mobilidade do capital e do trabalho, a universidade nem por isso precisa deixar de contribuir inclusive com as demandas por força de trabalho treinada para servir a um sistema ocupacional em mudança e, em geral, no desenvolvimento econômico nacional, mas não precisa se restringir a isso.

Diante deste cenário, as instituições de nível superior devem exercer uma autonomia prevista como condição fundamental para a imaginação, a criatividade, a troca de ideias, o compartilhamento de sentimentos construtivos, possibilitando um melhor aproveitamento das transformações ocorridas na produção e no desenvolvimento de conhecimento. Para tanto, há a necessidade da universidade tornar-se de fato um espaço aberto ao debate público, de compartilhamento de poder, não por dever ou obrigação, mas por respeito a uma capacidade das pessoas considerarem opções, tomarem decisões e serem responsáveis por elas, ainda que em diferentes proporções, no que tange à imaginação, à autonomia e à ética. Pelo que observamos a partir do questionário apresentado a seguir, atualmente a UnB oferece poucas alternativas neste sentido.

No entanto, Fazal Rizvi (2006) destacou que a imaginação na vida social não sendo propriedade de poucos, está disseminada como um fato social, ou seja, as pessoas se engajam no dia a dia em novas formas de colaboração que não ficam restritas às comunidades locais, mas atravessam as fronteiras nacionais [*apud* Arjun Appadurai (1996)]. “In this way, imagination is not a matter of creative genius, within the aesthetic realm, but it is a 'coletive, social fact' that is at 'work' in a variety of ways with which people define themselves and construct their relations to others, and build a world in and through modernity” (RIZVI, 2006, p. 194).

Em tais circunstâncias, as pessoas criam, interpretam e negociam diferentes imaginários sociais. Mas como poderia ser garantida as condições para disseminar uma autonomia, um respeito, uma sensibilidade, um amor, uma ética, em múltiplas esferas sociais, se os Estados e os mercados possuem toda sorte de recursos para criar um pano de fundo, reproduzir e dar legitimidade às suas tradicionais diretrizes e políticas?

Para alguns autores, uma possibilidade para enfrentar esta questão seria a de criar uma comunidade genuína e democrática de pesquisadores de políticas educacionais que conecte a importância de aspectos nacionais e internacionais às suas discussões superando algumas limitações das universidades<sup>110</sup>. Cornelius Castoriadis, por sua vez, converge neste sentido postulando uma importante consideração sobre este tema.

Conforme Kenway e Fahey (2011, pp.111-112), para Castoriadis a imaginação é em essência radicalmente atrelada à ideia fugacidade, de mudança e contra qualquer forma de determinismo. “He argues that 'a full recognition of the radical imagination is possible only if it goes hand in hand with the discovery of the other dimension of the radical imaginary, the social-historical imaginary, instituting a society as a source of ontological creation deploying itself as history (p.245).”

Contudo, a noção de imaginação radical de Castoriadis não é completa sem a sua noção de o 'imaginário social' ou de 'o social instituindo o imaginário'. “Both his notions of imagination are central to individual, collective and social self-transformation through the project of what Castoriadis calls 'autonomy'<sup>111</sup>. By this he means that all humans and

---

110 There is, however, less convincing evidence that academic values are potentially incompatible with globalization. After all, academic values - by which are meant critical inquiry, disinterested science, intellectual freedom, a commitment to truthful (if not naively objective) knowledge - are universal values, not particular values restricted to particular nations or to particular institutions. (SCOTT, 2003, p.296).

111 Conforme Kenway e Fahey (2009, p. 124), “Castoriadis believes that 'one cannot strive for autonomy without striving simultaneously for the autonomy of others'. His project of autonomy involves both

human formations are potentially involved in self-reflection and deliberative self-creation” (KENWAY & FAHEY, 2011, p.112).

O aspecto reflexivo e criativo da imaginação pode se transformar em transgressivo quando a relação com o conhecimento não se resume a desenvolver faculdades e capacidades individuais, mas trata de propiciar que as pessoas se reconheçam e construam relações com as outras e com o mundo, deliberadamente, com ética. Assim, o aspecto transgressivo da imaginação pode emergir e modificar relações estabelecidas com as autoridades, com as instituições e com tudo o que elas representam como fixo ou determinado.

Além disso, conforme Kenway & Fahey (2011), Castoriadis também considera importante o combate contra os pesquisadores disciplinados e não audaciosos, pois a transgressividade é a verdadeira essência do pensar; o que, na proposta dele, poderia ser feito a partir de comunidades internacionais, principalmente de pesquisadores transgressivos.

No geral, o que podemos apreender destes autores é a importância da unidade dos pesquisadores, pensando juntos os mais diversos problemas na atualidade, tanto no âmbito nacional quanto no nível internacional, apesar dos esforços governamentais e das empresas para controlar a produção e o desenvolvimento de conhecimento. Obviamente, estas são apenas sugestões que não pretendem esgotar a questão da criatividade que, por falta da possibilidade de ser definida e classificada em todas as suas dimensões, oferece inúmeras possibilidades.

Da nossa parte, antes de qualquer coisa, é necessário acrescentar que a imaginação, a autonomia e a ética podem contar com condições favoráveis numa Federal World-Class, por isso a importância dos professores conhecerem um pouco mais as suas forças, fraquezas, oportunidades, bem como as comunidades de que fazem parte e as diferentes maneiras de se conceber e de se fazer educação, ciência, tecnologia e inovação. Obviamente não estamos falando da necessidade de se ampliar um conhecimento disciplinar, cultural, social, mas o que pode ilustrar e problematizar diferentes comportamentos e ações sociais de parte das comunidades científicas da UnB. Este trabalho vai procurar nos auxiliar um pouco neste sentido no capítulo a seguir.

---

philosophy and democracy.”

## **2. Capítulo 2. Dados Gerais e Especificidades dos Professores da UnB.**

Ao que tudo indica, a forte expansão da capacidade organizacional e institucional da UnB, a diversificação dos sistemas de ensino e a internacionalização mais recente do ensino superior e das pesquisas podem oferecer a ocasião para que questões como a introdução de novas maneiras de se conceber e de se fazer educação, ciência, tecnologia e inovação, de se responder singularmente a desafios, além de uma necessária interação democrática com pesquisadores, gestores, sociedade civil organizada, agências nacionais e internacionais, entrem em pauta, ampliando a criação de novas ideias, resultados e oportunidades no conjunto do sistema, expondo valores, concepções e práticas que são significativas para o sucesso ou não de uma instituição na consecução dos seus objetivos.

Para tanto, seria de grande valia delinear os comportamentos e as ações sociais ou o que pensam, sentem e fazem os pesquisadores num cenário como este. Tal empreendimento é à princípio possível no escopo de uma instituição como a UnB, contanto que se leve em consideração uma complexidade crescente das organizações, das instituições, das pessoas e do próprio saber, e que, do nosso ponto de vista, exigem uma avaliação crítica das teorias sociológicas, principalmente dos seus aspectos generalizantes e classificatórios que pouco auxiliam na explicação e compreensão de casos específicos. Neste sentido, abrimos espaço para um possível emaranhamento singular de variáveis.

Com este intuito, iremos apresentar neste capítulo os dados gerais que foram coletados, questão por questão, com alguns comentários que podem auxiliar na interpretação das informações, sem determiná-las. Antes, porém, reproduzimos a seguir a mensagem que encaminhamos a todos os professores da UnB por *e-mail* em meados de 2012.

## 2.1. Convite aos professores.

Prezado(a) Professor(a)

Nos últimos anos a UnB experimentou uma forte expansão da sua capacidade institucional e, ao que tudo indica, importantes questões começaram a ganhar corpo no dia a dia da Universidade. De um modo geral, a expansão do número de cursos e de estudantes, a ampliação do quadro de docentes e de técnicos administrativos, a ampliação e a melhoria de instalações e, principalmente, o incremento orçamentário, trazem à tona mais demandas, dilemas, interesses, perspectivas e a necessidade da tomada de decisões num ambiente cada vez mais diverso e complexo. O encaminhamento destas questões é um desafio para todos nós, no cumprimento da finalidade essencial da universidade, ou seja, manter a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais (artigo 3º do Estatuto da UnB). Neste sentido, com o intuito de caracterizarmos este momento e de conhecermos um pouco mais a comunidade de pesquisadores da UnB, encaminhamos o presente formulário eletrônico como parte de um projeto de pesquisa (Doutorado).

Público alvo: Professores da UnB.

Título do projeto de pesquisa: Valores, concepções e práticas dominantes na comunidade de pesquisadores da UnB.

Orientações:

- 1- Não é necessário se identificar;
- 2 - Para participar é preciso acessar:  
<https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dGt4MzJZbm5tZmJrYm5Jamt3MUUVGd3c6MQ>;
- 3 - Ao final basta clicar em "SUBMIT".

A participação de todos é essencial e não vai tomar muito tempo.

Orientador: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro.

Autor: Allan Aroni

Contamos com a sua colaboração!

Contatos:

Allan Aroni

Email: [aroni@unb.br](mailto:aroni@unb.br)

Tel: 8175-1183

Acesse: <https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dGt4MzJZbm5tZmJrYm5Jamt3MUUVGd3c6MQ>

---

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB - PPG/SOL

ICC Centro, Sala 408

CEP 70910-900

(61) 3107.7325 ou 3107.7317

Fax: (61) 3107.7338

[www.unb.br/ics/sol](http://www.unb.br/ics/sol)

## 2.2. 1ª questão

- 1 – Local de trabalho principal\*  
(Informação essencial)
- Campus Darcy Ribeiro
  - Faculdade UnB Planaltina
  - Faculdade UnB Ceilândia
  - Faculdade UnB Gama
- Departamento, Núcleo, Laboratório\*
- 

Os dados fornecidos pela administração da UnB através de uma solicitação feita por ofício em meados de 2012 revelam que, naquele momento, 2.302 (88,27%) professores estavam lotados no Campus Darcy Ribeiro, 118 (4,52%) na Faculdade UnB Gama, 96 (3,68%) na Faculdade UnB Planaltina e 92 (3,53%) da Faculdade UnB Ceilândia, totalizando 2.608.

Por sua vez, o número dos professores que participaram da nossa pesquisa respondendo aos formulários eletrônicos somam 162 (82,65%) do *Campus Darcy Ribeiro*, 17 (8,67%) da Faculdade UnB Ceilândia, 14 (7,14%) da Faculdade UnB Planaltina e 3 (1,53%) da Faculdade UnB Gama, totalizando 196.

Evidentemente os dados coletados possuem uma representatividade um pouco maior dos professores da Faculdade UnB Planaltina e da Faculdade UnB Ceilândia e uma menor representatividade da Faculdade UnB Gama, o que não será ignorado no desenrolar da pesquisa, embora não tenhamos aqui o objetivo de comparar os *campi*. As 196 respostas foram assim distribuídas:

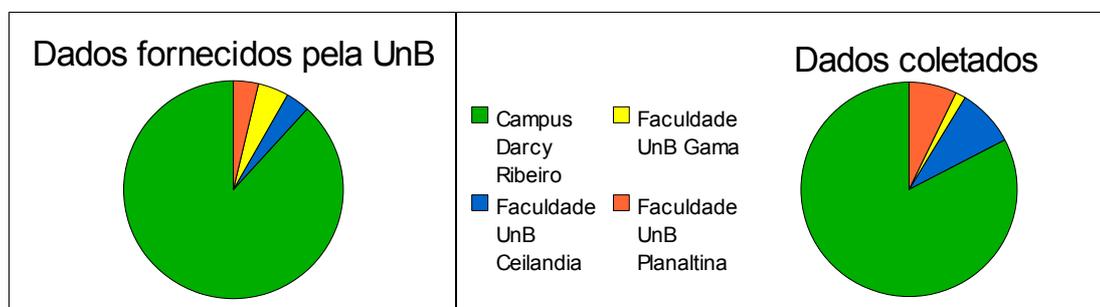


Gráfico 1. Local de trabalho principal.

Algumas informações complementares sobre a unidade de vínculo dos professores, como Departamento, Núcleo, Laboratório, foram fundamentais para a divisão dos questionários em 8 Grupos, divididos em grandes áreas do conhecimento conforme a Tabela 1 apresentada anteriormente e, por esta razão, não serão apresentadas neste momento. Do mesmo modo, a 2ª questão sobre o ano de nascimento dos professores será considerada apenas na análise dos 8 Grupos individualmente para a aferição da idade média dos professores em cada um deles, conforme o Anexo 2.

### 2.3. 3ª questão

3 – Sexo

- Feminino
- Masculino
- Não Especificado

Dos professores que participaram da nossa pesquisa, 99 (51,03%) declararam ser do sexo Feminino e 95 (48,97%) do sexo Masculino. 2 questionários (1,02%) foram deixados em branco.

A proporção dos questionários respondidos é coincidentemente mais próxima dos dados coletados pelo IBGE em 2010, quando 51,08% da população brasileira era do sexo feminino e 48,92% do sexo masculino. No entanto, os dados gerais fornecidos pela UnB revelam que a maioria dos professores da instituição em 2012 eram do sexo masculino (54,68%) enquanto 45,32% eram do sexo feminino.

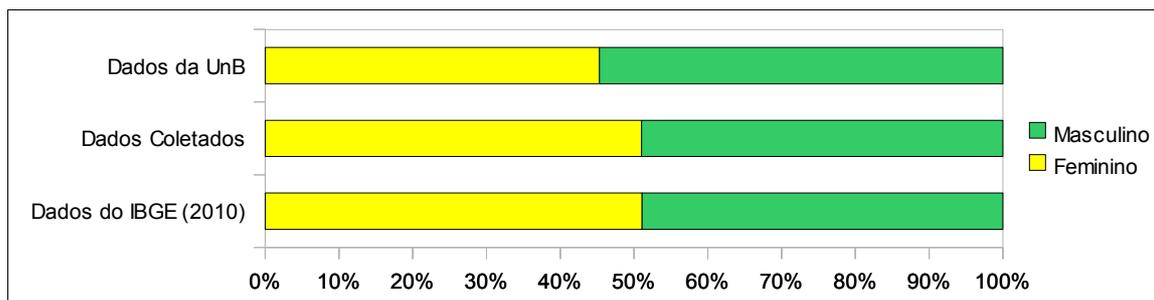


Gráfico 2. Sexo.

## 2.4. 4ª questão

4 - Cidade e Estado de origem

Cidade/Estado

A quarta questão com relação à Cidade/Estado de origem dos professores apresenta um primeiro panorama da universidade no que tange à diversidade e à pluralidade social, cultural, política, econômica da origem de uma parte importante das suas comunidades. Como nem todos os professores discriminaram a cidade de origem, apresentaremos apenas os respectivos Estados.

A maioria dos professores pesquisados, 149 (80,10%), sem considerar 10 respostas em branco (5,10% do total), são provenientes de outros Estados, ainda que o próprio Distrito Federal (DF) tenha o maior número deles, 37 (19,90%), se comparado aos outros Estados isoladamente. Os professores provenientes de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Rio de Janeiro (RJ) vêm logo em seguida com 32 (17,20%), 22 (11,83%) e 20 (10,75%) respectivamente.

Os professores provenientes de Goiás (GO), 15 (8,10%), e do Rio Grande do Sul (RS), 13 (7%), também apresentam destaque nos quadros da universidade. Os provenientes do Paraná (PR), 8 (4,30%); do Estrangeiro (Estr.), 7 (3,76%); da Paraíba (PB), 6 (3,23%); do Ceará (CE), 4 (2,15%); da Bahia (BA), 3 (1,61%); do Pará (PA), 3 (1,61%); do Pernambuco (PE), 3 (1,61%); do Espírito Santo (ES), 2 (1,1%); do Mato Grosso (MT), 2 (1,1%); do Rio Grande do Norte (RN), 2 (1,08%); de Santa Catarina (SC), 2 (1,08%); do Acre (AC), 1 (0,54%); de Alagoas (AL), 1 (0,54%); do Maranhão (MA), 1 (0,54%); do Mato Grosso do Sul (MS), 1 (0,54%); e de Tocantins (TO), 1 (0,54%), têm uma presença

menor ainda que igualmente importante.

No geral os dados coletados refletem a origem dos professores com a predominância do próprio DF e dos Estados mais ricos da federação. Outro destaque deve ser feito com relação a pouca presença de professores provenientes do estrangeiro em meio a crescente internacionalização das instituições de ensino e de pesquisa.

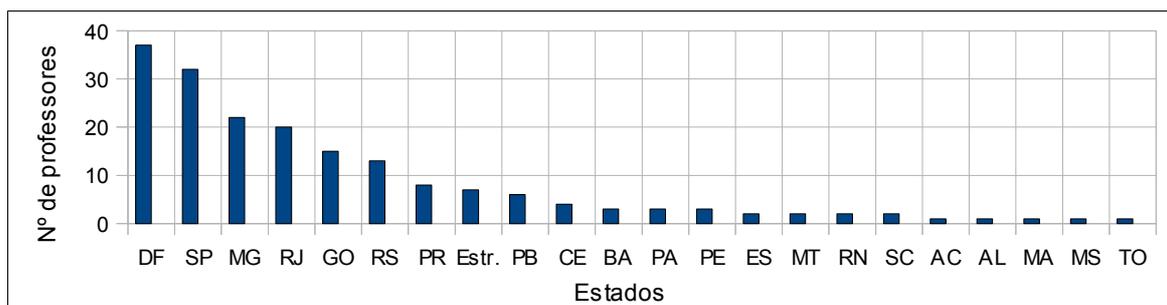


Gráfico 3. Estados de origem dos Professores.

## 2.5. 5ª questão

5 - Ingressou no Ensino Superior com:

- Menos de 18 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Mais de 25 anos

A maioria dos professores pesquisados, 123 (62,75%), ingressou cedo no ensino superior. Destes, 57 (29,08%) começaram a vida acadêmica com menos de 18 anos e 66 (33,67%) com 18 anos. Outros 30 (15,31%) ingressaram com 19 anos, 15 (7,65%) com 20 anos, 15 (7,65%) com mais de 25 anos e os outros 13 (6,63%) entre 21 e 25 anos.

O resultado delineado por esta questão indica, entre outras, a importância de iniciativas ainda muito tímidas no Brasil, como a realização de feiras com a temática das carreiras profissionais, orientando os estudantes do ensino médio a fazerem boas escolhas de qualificação a um emprego ou a um trabalho.

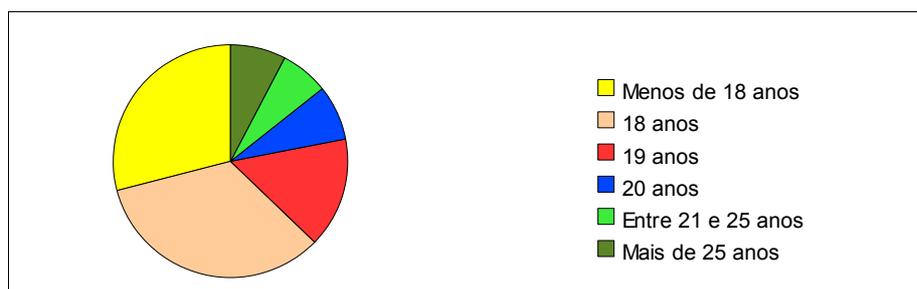


Gráfico 4. Idade de ingresso no Ensino Superior.

As questões, 6 - Curso de Graduação, 7 - Curso de Mestrado e 8 - Curso de Doutorado, não serão apresentadas neste trabalho considerando que esta informação poderia facilitar a identificação de muitos professores, uma preocupação levantada por eles durante a coleta dos dados que consideramos procedente, muito embora, caiba ressaltar, a trajetória de grande parte dos que responderam à estas questões reforçam as credenciais da UnB como uma instituição Federal World-Class. Além disso, a reitoria da universidade poderia coletar, sistematizar e divulgar estes dados para propiciar uma análise da abrangência dos processos de recrutamento dos professores na instituição.

O modelo de universidade que vem sendo difundido como World-Class ressalta a importância da presença de até 20% do seu corpo docente como tendo origem ou pelo menos alguma vivência em outras instituições e países, mas, no caso do Brasil, considerando a relativa qualidade e a abrangência dos programas de pós-graduação, seria mais apropriado apenas evitar a contratação de professores formados pela própria instituição, “oxigenando” os debates nos departamentos e minimizando um problema conhecido como “endogamia”.

No geral, a “endogamia” refere-se a um processo de contratar professores formados pela própria instituição e que muitas vezes resulta de uma disputa política para escolher entre este ou aquele “ex-orientando”, colocando em lados opostos os membros da banca, o que só tende a refletir negativamente nos trabalhos e no “clima” do departamento. Esta questão é fundamental pois, conforme Salmi (2009, p. 21), “A 2007 survey of European universities found an inverse correlation between endogamy in faculty hiring and research performance: the universities with highest degree of endogamy had the lowest research results (*apud* Aghion et al. 2008).”

## 2.6. 9ª questão

9 - Realizou algum tipo de intercâmbio?  
(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim
- Sim, como estudante
- Sim, como professor(a)
- Não

Juntamente com o processo de internacionalização do ensino superior, da ciência e da tecnologia<sup>112</sup> em curso, que pode ocorrer através do estabelecimento de rede de pesquisa, o intercâmbio de estudantes, de professores e de muitos outros profissionais, reforçam, como estamos vendo, uma difícil equação competição/cooperação na produção e desenvolvimento de conhecimento, o que reflete, não obstante, um longo processo de estabelecimento de relações entre diferentes grupos de acadêmicos, de técnicos, de políticos, afetando o ensino, a pesquisa e a extensão de uma forma sem precedentes. De acordo com Wildavsky,

Nearly 3 million students now study outside their home countries, a number that has risen steeply in a short period. From 1999 to 2009 alone, the number of students studying outside their home nations increased by 57 percent, according to UNESCO (*apud* United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) and OECD data reported by the Institute for International Education (IIE). (WILDAVSKY, 2010, p.15)

Na UnB, no entanto, podemos verificar que a maioria dos professores que responderam a esta questão, 101 (52,33%), não realizou nenhum tipo de intercâmbio; as respostas com um simples “Sim” totalizaram 5 (2,59%); outros 37 (19,17%) responderam “Sim, como estudantes”; 32 (16,58%) “Sim, como professores”; 18 (9,32%) responderam sim como professores e estudantes. 3 questionários (1,53%) foram deixados em branco e não foram utilizados nos cálculos.

À princípio devemos ter uma certa cautela para não julgarmos apressadamente o alto percentual de respostas negativas deste quesito em especial, considerando que as

---

112 “Como percebe Schwartzman, embora a ciência e a tecnologia estejam se tornando cada vez mais internacionais, os requisitos essenciais para participar de seus benefícios – educação e capacitação científica – continuam sendo de ordem local e nacional, dependendo de ação deliberada por parte dos governos”. (BARROS, 2005, p.66).

condições favoráveis ao aumento dos intercâmbios é relativamente recente no país e envolve as grandes áreas do conhecimento de formas distintas, conforme o Anexo 2.

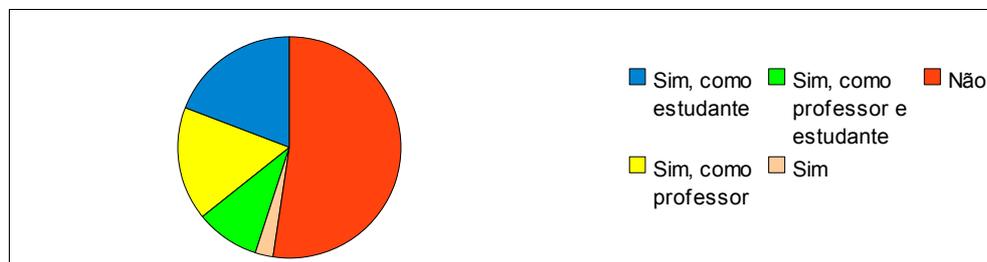


Gráfico 5. Intercâmbio.

## 2.7. 10ª questão

10 - Realizou Pós-Doutorado?

- Sim
- Não

Se sim, qual área/especialidade, trabalhos desenvolvidos/realizados?

Uma outra preocupação com a qualificação constante dos professores da UnB já estava presente no projeto inicial da instituição. Na verdade este tem sido um problema historicamente recorrente no Brasil. Conforme Darcy Ribeiro (2011, pp.41-42), calculava-se que em 1964 teríamos a necessidade de um mínimo de 250 professores para cerca de 1.500 alunos, mas para 1970, quando a matrícula chegasse a 10 mil alunos regulares seriam necessários cerca de 1.650 professores. “Esse dado aproximativo permite avaliar o vulto da tarefa de selecionar e aperfeiçoar tão grande número de professores em um país carente de pessoal qualificado como o nosso.”

Diante desses números se verifica que a mais grave responsabilidade da Universidade de Brasília será a formação de seu corpo docente e que os prazos de três anos para a etapa inicial de instalação e de dez para o

conjunto representam o tempo mínimo necessário para selecioná-lo e prepará-lo em centros de aperfeiçoamento do país e do estrangeiro. Essa tarefa há de constituir o programa principal da Universidade e para levá-lo a cabo será indispensável socorrer-se da ajuda das nossas universidades já amadurecidas, bem como dos organismos internacionais, de fundações estrangeiras que atuam no campo e dos governos que queiram e possam auxiliar nesse empreendimento. Avaliamos que o número de bolsas de aperfeiçoamento no estrangeiro, necessário para formar as diversas equipes quem entrarão em atividade a partir de 1964, será de cerca de mil em dez anos. (RIBEIRO, 2011, pp. 41-42).

Darcy Ribeiro parece ter antecipado assim o que atualmente é conhecido como gestão estratégica e por competências. De uma forma geral, este processo contínuo tem como fase inicial a formulação da estratégia da organização (missão, visão e objetivos estratégicos) e em seguida a definição e atração das competências necessárias para que se implemente o que foi planejado.

Já do ponto de vista institucional, foram fundamentais a expansão dos Programas de Pós-Graduação no país como um todo e dos Programas de Intercâmbio, iniciativas que continuam sendo implementadas<sup>113</sup> e que, como observamos no Capítulo 3, têm um importante impacto no trabalhos dos professores. Mesmo assim, do ponto de vista organizacional, a UnB se mantém aquém do desejado e, por esta razão, deve definir prioridades e implementá-las segundo as suas necessidades mais prementes. O número dos professores que responderam “Não” a esta questão é alto: 135 (69,59%). 59 (30,41%) responderam “Sim” e 2 professores (1,02%) deixaram a resposta em branco.

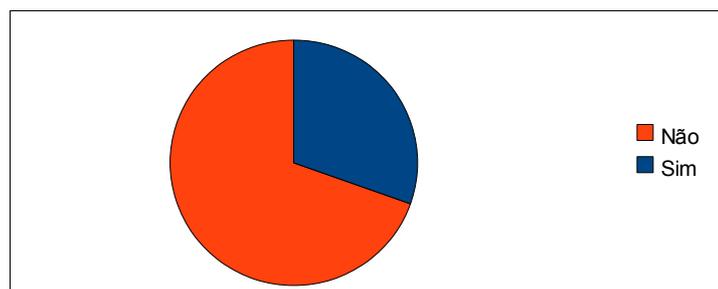


Gráfico 6. Pós-Doutorado.

As informações complementares sobre os trabalhos desenvolvidos no Pós-

113 A exemplo do Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas (PRONAP), do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) que visa financiar pesquisas de doutores recém-formados relacionadas à inovação e ao incremento da cooperação científica com empresas, bem como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD).

Doutorado e a 11ª questão, “Trabalho anterior à UnB: (Atividades desenvolvidas, informações relevantes, motivo da mudança para a UnB)”, reforçam ainda mais a excelente qualificação do corpo docente da UnB, mas, devido à abrangência das respostas, consideramos inviável abordá-las adequadamente neste momento, estimando que possam ser exploradas num trabalho mais detalhado no futuro.

A 12ª questão, “Há quanto tempo é professor(a) da UnB?”, por sua vez, será analisada de forma individualizada em cada um dos 8 Grupos.

## 2.8. 13ª questão

13. Vínculo atual com a UnB:

- Professor(a) substituto(a)
- Professor(a) auxiliar
- Professor(a) assistente
- Professor(a) adjunto(a)
- Professor(a) associado(a)
- Professor(a) titular
- Outro

O vínculo atual dos professores com a UnB também foi analisado considerando que a carreira tem sido uma questão que tem ganhando destaque nas pautas de reivindicações dos professores. No caso em tela, 124 professores (63,92%) são adjuntos, 31 (15,98%) assistentes, 22 (11,34%) associados, 15 (7,73%) titulares, 2 (1,03%) responderam “Outro” e 2 (1,02%) deixaram em branco e não foram considerados nos cálculos. Já os dados gerais fornecidos pela administração da UnB, ainda que não atualizados, estavam assim distribuídos: 1.359 professores (52,11%) eram adjuntos, 345 (13,23%) assistentes, 122 (4,68%) titulares e 6 (0,23%) auxiliares.

Evidentemente há uma defasagem entre os dados fornecidos pela UnB quando confrontados o quantitativo sobre sexo e o quantitativo sobre vínculo institucional dos professores. Muito provavelmente o número dos professores associados não foi

considerado pela reitoria na ocasião em que os dados nos foram repassados.

Vale destacar que, no Brasil, este tipo de inconsistência, ainda que temporária, geralmente está associada à uma mudança de gestão das organizações e das instituições, momento em que também ocorre uma troca das pessoas que normalmente ocupam funções e cargos de confiança. Por coincidência, no momento da solicitação destes dados, uma nova gestão tomava conta da reitoria da universidade. Muitas vezes, durante este processo, equipamentos são inutilizados ou mesmo suprimidos, como HDs ou os próprios computadores, obrigando os servidores recém-chegados a (re)iniciar o trabalho praticamente do zero, resultando na necessidade da universidade rever a forma como os cargos e as funções são distribuídos e como as informações são gerenciadas.

Em todo caso, as informações disponibilizadas e as coletadas pela pesquisa ilustram o pouco espaço ocupado pelos professores Auxiliares e Assistentes que poderiam suavizar um pouco a carga de trabalho dos Adjuntos.

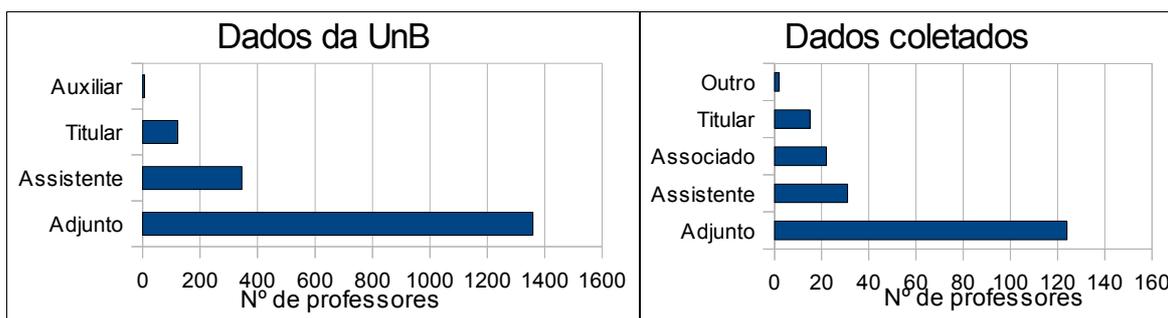


Gráfico 7. Vínculo atual com a UnB.

## 2.9. 14ª questão

14 - Já trabalhou ou trabalha em conjunto num mesmo projeto com outros(as) professores(as) do seu departamento, núcleo, laboratório?

- Sim
- Sim, todo semestre
- Sim, todo ano
- Sim, mais de uma vez, eventualmente
- Não

Numa universidade como a UnB, os diversos atores que têm objetivos comuns ou inter-relacionados não podem presumir que os projetos conjuntos se desenvolvam de modo automático. É necessário trabalhar em equipe, reconhecendo uma atenção focalizada por parte de eventuais lideranças na tomada de decisões, na alocação de recursos, auxiliando no comprometimento dos envolvidos, na prestação de contas.

Este tipo de trabalho é facilitado quando suas operações são claramente definidas, comunicadas e distribuídas; valores, objetivos e estratégias são compartilhados; e uma forte capacidade de negociação e persuasão estão presentes, contribuindo com o desenvolvimento de uma cultura responsável por guiar comportamentos e ações sociais. Por esta razão, são fundamentais a imaginação, a autonomia e a ética, como vimos anteriormente.

Nas diversas comunidades científicas este tipo de empreendimento pode resultar numa eventual institucionalização dos trabalhos, com a constituição de grupos de estudo, de laboratórios, de núcleos de pesquisas, entre outros. Nos EUA, por exemplo, há muito tempo existe a coordenação de trabalho compartilhados, por assim dizer, envolvendo muitas pessoas. No Brasil, porém, poucos passos foram dados neste sentido.

Já no final da década de 1960, por exemplo, a equipe de Luís Alvarez, no Berkeley Radiation Laboratory, nos Estados Unidos, atuando na área de física de altas energias, tinha 204 pessoas entre profissionais com título de PhD (23), assistentes de pesquisa de nível superior (vinte), assistentes técnicos (161) – engenheiros, programadores, operadores de aparelhos, analisadores etc. Em consequência, começaram a ficar cada vez mais frequentes artigos trazendo assinatura de mais de uma dúzia de autores. Adentrou-se, portanto, na fase conhecida como a da *big science* ou da “grande ciência”. No Brasil, isso também vem acontecendo, embora com uma certa defasagem. Casos típicos são o projeto Genoma da Rede ONSA e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNSL), em Campinas. (MOTOYAMA, 2004, p.44).

Para além dos trabalhos conjuntos que se desenvolvem sob uma mesma autoridade científica, existem também outras formas de projetos coordenados, a exemplo das descritas por autores como Thomas Kuhn (2009), quando se observa o papel orientador de um paradigma disciplinar em um dado momento.

Para Kuhn (2009), a dinâmica das disciplinas científicas, seja em momentos de

ruptura com crenças anteriores, seja em períodos de estabilidade<sup>114</sup>, está fortemente ligada ao poder de convencimento de determinados cientistas sobre a factibilidade de um determinado modelo científico. No primeiro caso, trata-se de uma revolução científica que se inicia “com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na explicação de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma” (KUHN, 2009, p. 126).

Já a atividade científica normal ou baseada em algum paradigma, típica de períodos mais estáveis, sucede o momento de revolução científica e pode agregar um número maior de pesquisadores.

A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias (...) No intervalo, entretanto, durante o qual o paradigma foi bem sucedido, os membros da profissão terão resolvido problemas que mal poderiam ter imaginado e cuja solução nunca teriam empreendido sem o comprometimento com o paradigma (KUHN, 2009, p.44-45).

Em ambos os casos, para serem aceitas, as concepções e as práticas de pesquisa, variável no tempo, precisam ser reconhecidas, ao menos inicialmente, por alguma parcela da comunidade científica como modelo ou paradigma. Conforme Kuhn (2009, p.129), “Colocar um paradigma como premissa numa discussão destinada a defendê-lo pode, não obstante, fornecer uma mostra de como será a prática científica para todos aqueles que adotarem a nova concepção da natureza. Essa mostra pode ser imensamente persuasiva, chegando muitas vezes a compelir à sua aceitação.”

Para Bourdieu (1983), no entanto, o desenvolvimento da ciência, diferentemente da concepção de Kuhn (2009), ocorre num campo em permanente movimento, bastante competitivo, onde têm mais importância as estratégias de luta de cada um na obtenção do poder necessário ao desempenho de uma autoridade científica. Bons jogadores entenderiam o processo de acúmulo de capital feito de forma gradual, partindo da escolha do centro de ensino mais vantajoso aos seus interesses; passando por habilidades

---

114 Esta ideia contraria visão mertoniana na qual os avanços científicos ocorreriam de forma cumulativa e sem levar em conta fatores externos à área de atuação.

coerentemente desenvolvidas; além de abranger conquistas profissionais pertinentes. Por conseguinte, o sucesso reconhecido por pares-competidores destacaria os bons jogadores numa situação semelhante a de num mercado. Por outro lado, correntes de pensamento da economia e da ciência política colocam limitações a este tipo de compreensão e explicação da ação social considerando que os indivíduos têm diferenças e limitações na interpretação do mundo, afetando as suas estratégias.

De todo modo, conforme Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (2009), estes autores têm em comum uma compreensão de comunidade científica cujos trabalhos conjugados revelam disposições para alcançar propósitos pelo qual todos acabam sendo coletivamente responsáveis.

A sociologia da ciência, desde os seus primeiros momentos, voltava-se para a compreensão da dimensão social da atividade científica, correlacionando esta atividade a outras esferas da vida social, como a política e a econômica. Nesse sentido, autores importantes como Bernal (1939), Merton (1949), Hagstrom (1965), Kuhn (1970), Ben-David (1971), Crane (1975) e Bourdieu (1983) contribuíram de maneira destacada para esclarecer o entendimento sobre o papel da Ciência nas sociedades contemporâneas e o modo como ela se organiza e se constitui como uma instituição social. Não obstante as peculiaridades, verifica-se, entre esses autores e na tradição dominante da Sociologia da Ciência, uma ênfase comum na noção de "comunidade científica" e nas relações entre os cientistas - nos aspectos normativos internos e nos padrões de conduta e principais motivações desses indivíduos (TRIGUEIRO, 2009, p. 20).

No caso da UnB, os trabalhos conjuntos dos professores do mesmo departamento são relativamente disseminados, ainda que esta célula de organização e de gestão não tenha sido adotada totalmente nos novos *Campi*, remetendo, ao invés disso, à “Fóruns de Cursos”. De todo modo, 74 professores (38,14%) responderam positivamente a esta questão, com um simples “Sim”, 43 (22,16%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, 41 (21,13%) “Sim, todo semestre”, 18 (9,28%) “Sim, todo ano”, 18 (9,28%) “Não” e dois (1,02%) deixaram a resposta em branco e não foram utilizados nos cálculos.

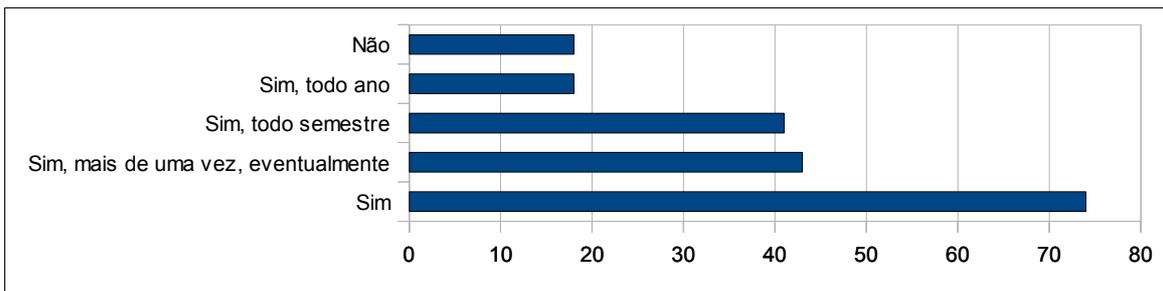


Gráfico 8. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento.

## 2.10. 15ª questão

15 - Já trabalhou ou trabalha num mesmo projeto com professores(as) de outros departamentos, núcleos, laboratórios da UnB?

- Sim
- Sim, todo semestre
- Sim, todo ano
- Sim, mais de uma vez, eventualmente
- Não

Os trabalhos realizados de forma conjunta entre diferentes áreas do conhecimento podem configurar uma possibilidade ampliada para as chamadas comunidades científicas de um movimento que vem sendo caracterizado por muitos especialistas como a terceira revolução científica<sup>115</sup>. Para o Massachusetts Institute of Technology<sup>116</sup> (MIT) esta convergência de projetos afins, principalmente das ciências da vida, da física e das engenharias, coloca questões para a produção e desenvolvimento de conhecimento que envolvem disposições, potenciais e competências dos professores e das instituições envolvidas. Conforme o MIT (2011, p.5),

The convergence revolution is a paradigm shift, but not just, in Thomas Kuhn's terms, a paradigm shift within a discipline. Convergence means a broad rethinking of how all scientific research can be conducted, so that we capitalize on a range of knowledge bases, from microbiology to

<sup>115</sup>A primeira revolução teria ocorrido no campo da biologia molecular, a segunda na questão do genoma e a terceira envolve a convergência de diferentes áreas do conhecimento.

<sup>116</sup>The Third Revolution, disponível em: <http://dc.mit.edu/sites/dc.mit.edu/files/MIT%20White%20Paper%20on%20Convergence.pdf>. Acesso em: maio de 2013.

computer science to engineering design. In other words, the convergence revolution does not rest on a particular scientific advance but on a new integrated approach for achieving advances. (MIT, 2011).

Na UnB, os trabalhos em conjunto de professores de diferentes departamentos, núcleos, laboratórios também podem alavancar avanços com um abordagem integrada, a exemplo do que vem ocorrendo com outras importantes instituições. Não obstante, a universidade ainda enfrenta desafios neste campo. Os dados sobre esta questão foram assim distribuídos: 58 professores (30,05%) responderam “Não”, 56 (29,02%) responderam apenas “Sim”, 45 (23,32%) “Sim, mais de uma vez, eventualmente”, 18 (9,33%) “Sim, todo semestre”, 16 (8,29%) “Sim, todo ano” e 3 (1,53%) deixaram em branco e não foram contabilizados.

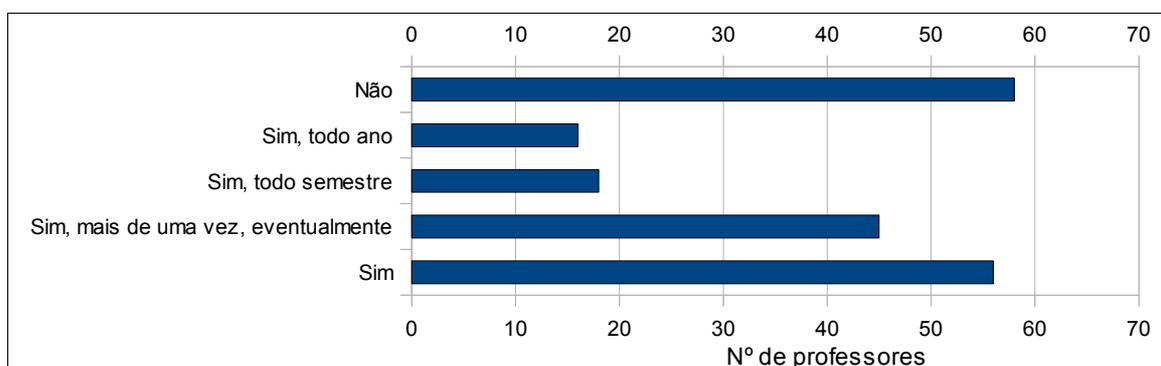


Gráfico 9. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos.

No Anexo 2 em que dividimos os formulários por 8 grandes áreas de conhecimento, poderemos verificar isolada e comparativamente os reflexos desta situação na UnB.

### 2.11. 16ª questão

16 - Já trabalhou ou trabalha num mesmo projeto com professores(as) ou técnicos(as) de outras instituições de ensino ou pesquisa?

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, 4 ou mais vezes
- Não

Os trabalhos dos professores da UnB em conjunto com pesquisadores de outras instituições complementa a questão anterior e remete para próxima cuja discussão conta com uma importante contribuição de autores como “Gibbons (ex-diretor do Departamento de Pesquisa de Política Científica da Universidade de Sussex, Inglaterra, e atual secretário-geral da Associação das Univesidades do Commonwealth), de Limoges (ex-secretária de Pesquisa do Estado de Quebec, Canadá), de Nowotony (diretora do Collegium Helveticum e responsável pela cátedra de Estudos Sociais da Ciência no Instituto Suíço de Tecnologia), de Scott (vice-reitor da Universidade de Kingston, Inglaterra), de Schwartzman (ex-professor da USP e atual diretor do American Institute for Research, Brasil) e de Trow (professor da Universidade da Califórnia)”, conforme Barros (2005, p. 37).

A contribuição mencionada consiste na difusão de um debate sobre a modificação do processo de produção de saberes que estaria sendo empreendida pela proliferação de muitos produtores, principalmente os que têm uma perspectiva de aplicação. Assim, um modo de produzir e desenvolver conhecimento, chamado Modo 1, estaria sendo desafiado por um novo modo, chamado Modo 2.

Dentro desta linha teórica, os dois modos de fazer ciência podem ser assim sintetizados: um modo clássico no qual os problemas seriam definidos e equacionados principalmente no interior das acadêmias e universidades; e um segundo, o chamado modo 2, que seria caracterizado por: i) considerar as práticas científicas como não exclusivas das universidades<sup>117</sup>, ii) possibilitar a interação de muitos atores ao mesmo tempo, iii) valorizar os contextos que influenciam diretamente o que é pesquisado e como seus resultados são aplicados, iv) trabalhar com a transdisciplinaridade dos problemas, além de, v) analisar a formação de redes para desenvolver conhecimentos e gerenciar a produção do

---

117 Para Pestre (2002), esses dois modos não se sucedem cronologicamente; na realidade, eles vêm-se desenvolvendo em paralelo há séculos e descrevem maneiras de praticar ciência que são frequentemente interligadas.

conhecimento num momento em que os critérios de controle, de qualidade e utilidade foram ampliados<sup>118</sup>. Não há dúvidas de que, independentemente do modo operado, o estabelecimento de iniciativas cooperativas entre diferentes instituições é cada vez mais disseminado. De acordo com Wildavsky,

While China, India, South Korea, and Singapore have garnered plenty of attention in their efforts to become heavy hitters in the global academic game, perhaps the most audacious attempt to create a world-class university from scratch is taking place in Saudi Arabia. In September 2009, the King Abdullah University of Science and Technology, or KAUST, opened its doors (...) For evidence of the nation's commitment to KAUST, one need look no further than King Abdullah's personal \$10 billion donation to his pet project (...) But the key ingredient in the KAUST formula is its extensive partnerships with some of the best Western institutions in the world. (WILDAVSKY, 2010, pp. 84-85).

De todo modo, no caso da UnB, apenas 28 professores (14,36%) responderam “Sim, 1 vez” que trabalhavam ou já tinham trabalhado em conjunto num mesmo projeto com outras instituições de ensino ou pesquisa, 30 (15,38%) “Sim, 2 vezes”, 13 (6,67%) “Sim, 3 vezes”, 80 (41,03%) “Sim, 4 ou mais vezes”, 44 (22,56%) “Não” e 1 (0,51%) deixou a resposta em branco e por isso não foi contabilizada.

Uma preocupação com este tipo de interação é fundamental, mas não deve depender exclusivamente da iniciativa dos professores, senão contar com um suporte institucional pois, conforme Trigueiro,

A crescente complexidade cognitiva e social à montante e à jusante do novo modo de produção de conhecimentos, integrando áreas do conhecimento e atividades produtivas, em diferentes ambientes e padrões culturais e de relacionamentos, está a demandar a construção de um novo formato, não apenas curricular, mas de estruturas organizacionais, no interior das universidades e instituições de pesquisa, e nos arranjos formados por estas instituições e outras organizações da esfera da produção. (TRIGUEIRO, 2010, p. 34).

---

118 Conforme Barros (2005), “Os desafios e as situações são de tal complexidade que os cientistas, apesar de continuarem a ter um papel central nesse debate, passam não só a sofrer maiores pressões sociais, como a de ser levado a compartilhar de forma mais direta com a sociedade organizada as tomadas de decisão sobre os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico” (BARROS, 2005, p. 46).

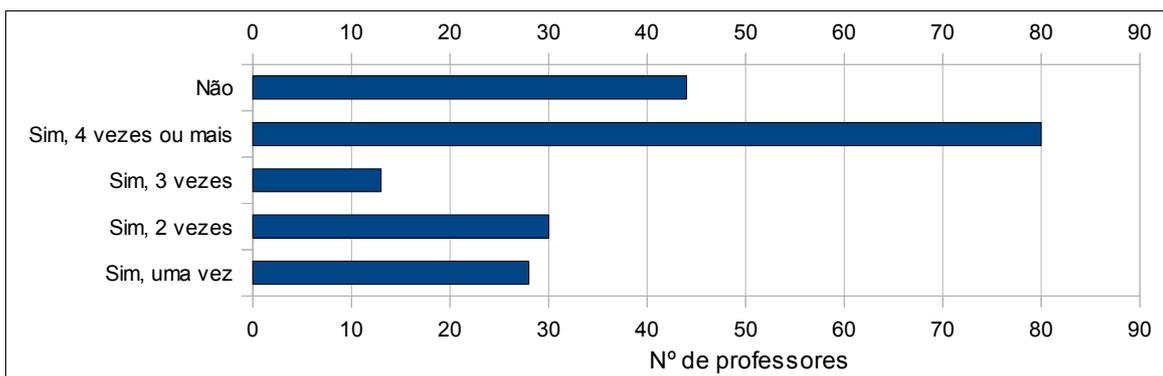


Gráfico 10. Trabalho em conjunto com outras instituições.

## 2.12. 17ª questão

17 - Já pesquisou ou pesquisa em conjunto com empresas?

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, frequentemente
- Não

A temática da relação das universidades com as empresas<sup>119</sup> é cada vez mais debatida no contexto de intensificação da globalização, tendo em vista a importância da inovação para as empresas e para a economia dos Estados, tema abordado há muito tempo por Robert Solow (Prêmio Nobel). “In his work during the 1950s, Solow found that between 1909 and 1949, gains from labor and capital intensity explained only a small portion of growth in U.S. gross national product (GNP), while almost 2/3 of the remainder of GNP growth was the result of what he called “technical change”, (MIT, 2011, p.17).

No Brasil a relação das universidades com as empresas não tem sido muito disseminada<sup>120</sup> devido em grande medida às estratégias adotadas pelas próprias empresas.

Conforme Renato Dagnino (2009), das 30.000 empresas que inovaram no país em 2008,

119 Obviamente a questão poderia abranger relações com importantes empresas não exclusivamente privadas como o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC S.A.), as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP), a Alcântara Cyclone Space (ASC), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outras.

120 “Miragens e neblina na ciência e tecnologia”. Tendências e Debates. Folha de São Paulo. Renato Dagnino – 08/08/2008. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br>. Último acesso em 02 de maio de 2009.

apenas 100 introduziram inovações de produção realmente nova no mercado; os investimentos delas em pesquisa tinham sido quatro vezes menores que a aquisição de máquinas; e somente 7% teve relação com universidades e institutos de pesquisa. Para a maioria destas empresas, (70%), não era importante ter relações com as universidades. Ao que tudo indica, o mundo empresarial brasileiro está pouco disposto a procurar ou mesmo a considerar diversas soluções para um mesmo problema ou mesmo a mudança do problema no curso de sua solução. No entanto, cabe ressaltar, a dificuldade não é exclusiva das empresas. No que tange a formação de pessoal em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), por exemplo, o problema é igualmente senão mais grave, conforme Alessandro Maia Pinheiro e Paulo Bastos Tigre.

Cenário preocupante foi revelado pela pesquisa do Comitê Gestor da Internet (CGI), particularmente no tocante às dificuldades encontradas pelas empresas na contratação de especialistas em TIC. 17,6% das entrevistadas recrutaram ou tentaram recrutar pessoas com habilidades em TIC, ou seja, com capacidade para o uso de ferramentas de softwares comuns e genéricas. 42,3% das firmas afirmaram ter enfrentado problemas, sendo que o principal foi a falta de candidatos com habilidades ligadas ao uso do computador e seus periféricos (hardware) – 59,8% –, seguida pela falta de candidatos com habilidades para o uso de softwares (52%) e pela falta de candidatos capacitados para o uso da internet (44,5%) (*apud* CGI, 2007). (PINHEIRO & TIGRE, 2010, p. 107).

Não podemos ignorar ainda um outro problema relativo às contradições existentes nos limites dos controles estatais para com as universidades. Por isso, um melhor conhecimento das possibilidades apresentadas pelas universidades poderia contar, conforme Balbachevsky (2010), com o estabelecimento de um alto nível de complementaridade cognitiva (transdisciplinar) e institucional para estabelecer um fluxo de informações entre diferentes tipos de dados que são produzidos por diferentes organizações. “Sem cooperação e coordenação entre organizações tão díspares como a academia, hospitais, laboratórios governamentais, agências internacionais, agências regulatórias, e, inclusive, empresas, esses dados não circulam, as competências não se complementam e o conhecimento produzido é de pior qualidade (*apud* Bonaccorsi e Thoma, 2007).” (BALBACHEVSKY, 2010, p.178).

A UnB, mesmo por sua localização numa cidade voltada quase que exclusivamente

à atividades administrativas, de um modo geral reflete um fraco relacionamento com empresas e indústrias, situação que muda um pouco dependendo da área, conforme o Anexo 2. No geral, 136 professores (69,74%) responderam “Não” a esta questão, 12 (6,15%) “Sim, uma vez”, 11 (5,64%) “Sim, 2 vezes”, 13 (6,66%) “Sim, 3 vezes”, 23 (11,79%) “Sim, frequentemente” e 1 (0,51%) deixou em branco e não foi considerado nos cálculos.



Gráfico 11. Pesquisa em conjunto com empresas.

### 2.13. 18ª questão

18 - Já pesquisou ou pesquisa em conjunto com organizações não-estatais? (ONGs)

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, frequentemente
- Não

As pesquisas realizadas com organizações não-estatais poderiam representar uma nova oportunidade para as universidades pois abrangem aquelas desenvolvidas com Organizações Sociais (OS), com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e até mesmo com grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As OS<sup>121</sup> são entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo,

<sup>121</sup> A Lei que introduziu este novo modelo de instituição foi a nº 9.637/98.

obtem autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com este poder e assim ter direito à dotação orçamentária, bens públicos necessários ao seu funcionamento e até servidores do setor público com ônus para o Estado. Entretanto, as OS não conseguiram escapar do “contingenciamento” dos recursos orçamentários, como ocorre frequentemente com os órgãos da Administração Direta e Indireta.

Com autonomia financeira e administrativa<sup>122</sup>, as OS concentram-se nas áreas do ensino, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, da proteção e preservação do meio ambiente, da cultura e da saúde. O termo OS, na verdade, é uma qualificação, por isso estas organizações podem assumir forma de associação ou de fundação.

Como exemplos de entidades geridas por OS, podemos citar o CGEE que busca subsidiar as políticas de CTI e as decisões de longo prazo dos setores públicos e privados em temas correlatos; o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) que desenvolve atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente; o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) que realiza pesquisas em ciências matemáticas e afins e forma pesquisadores; a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que foi criada com o intuito de construir uma infraestrutura de rede internet nacional de âmbito acadêmico e agora visa promover o uso inovador de redes avançadas no Brasil; entre outras.

Já as OSCIPs foram introduzidas pela Lei nº 9.790 de 1999 para desempenhar atividades de interesse público com auxílio do Estado dentro de áreas como: assistência social, promoção da cultura, do patrimônio histórico e artístico; educação gratuita; promoção gratuita da saúde; segurança alimentar; meio ambiente; trabalho voluntário; combate à pobreza; entre outras.

A diferença principal entre as OSs e as OSCIPs reside no fato de que as primeiras recebem delegação para prestar serviços públicos, enquanto as OSCIPs exercem atividade privada com a ajuda do Estado<sup>123</sup>. Além disso, as OS foram idealizadas para substituir

122 Estas organizações não precisariam seguir a Lei 8666/93, Lei de Licitações e Contratos, mas devem estabelecer algum regulamento próprio para a compra de serviços, produtos e contratação de obras com a utilização de recursos públicos e devem prestar contas dos recursos públicos aos órgãos de controle.

123 Ao contrário das Organizações Sociais, que formalizam um contrato de gestão do o Estado, as OSCIPs firmam um termo de parceria que deve conter os objetivos a serem alcançados, as metas e prazos relativos a estes objetivos, os critérios para a avaliação, a previsão de receitas e despesas e as obrigações das OSCIPs. Ao contrário das OSs, que dispõem de recursos inseridos no Orçamento da União, as OSCIPs recebem recursos de forma mais esporádica, através dos termos de parceria. Outro aspecto importante é a possibilidade de uma OSCIP remunerar os dirigentes da entidade, desde que esta remuneração seja realmente uma contraprestação aos serviços efetivamente efetuados e que estejam de acordo com os valores praticados

órgãos do Estado que seriam extintos, ao contrário das OSCIPs.

As ONGs por sua vez se inserem no campo da defesa da cidadania e não necessitam de vínculos com os poderes públicos, podendo muitas vezes atuar contrariamente às iniciativas governamentais.

Tais modelos institucionais derivam em grande medida da atuação do MARE que sob a liderança do ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira procurou reestruturar os aparelhos do Estado Brasileiro. Com o pressuposto de responder a uma crise do Estado, as iniciativas do MARE visavam instituir no Brasil uma administração pública gerencial cujas ideias gerais são a descentralização, a delegação de autoridade e a gestão por resultados, além de definir claramente os setores em que o Estado opera, as competências e as modalidades de administração mais adequadas a cada setor.

Os Estados modernos contam com quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos, e a produção de bens e serviços para o mercado. O núcleo estratégico é o centro no qual se definem a lei e as políticas públicas, e se garante, em nível alto, seu cumprimento (...) As atividades exclusivas são aquelas que envolvem o poder de Estado. São as atividades que garantem diretamente que as leis e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas (...) Os serviços não-exclusivos são os serviços que o Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal. Este setor compreende os serviços de educação, de saúde, culturais e de pesquisa científica. Por fim, o setor de produção de bens e serviços é formado pelas empresas estatais. Considerados estes quatro setores, devem ser respondidas três perguntas: que tipo de administração; que tipo de propriedade e que tipo de instituição devem prevalecer em cada setor, no novo Estado que está nascendo nos anos 90? A resposta à primeira pergunta pode ser direta: deve-se adotar a administração pública gerencial. (BRESSER, 1996, pp.15-16).

As organizações não-estatais inserem-se portanto entre os chamados serviços não-exclusivos do Estado. Para o ex-ministro Bresser a vantagem deste modelo residiria na possibilidade destes serviços serem financiados ou subsidiados pelo Estado com controle da sociedade, diferente do modelo burocrático ou estatal em que as instituições ficam sob o controle do Estado, ou do modelo neoliberal em que os serviços são privatizados.

No entanto, o modelo propugnado por Bresser parece não ter sido amplamente

---

no mercado de trabalho da região. Além disso, após o Decreto nº 5.504/2005, tanto OSs como OSCIPs foram obrigadas a utilizar a modalidade do pregão em suas compras de bens e serviços comuns.

implementado, sendo poucas as OS existentes no país em comparação com o número de OSCIPs que se disseminaram mais, ainda que também enfrentem dificuldades para se consolidar como modelo com o qual possa o aparelho do Estado contratar.

Não por acaso, as pesquisas em conjunto com as organizações não-estatais que poderiam oferecer oportunidades para a UnB também estão um pouco distantes da realidade acadêmica da grande maioria dos professores da UnB. 137 professores (69,90%) responderam “Não” a esta questão, 17 (8,67%) “Sim, uma vez”, 12 (6,12%) “Sim, 2 vezes”, 8 (4,08%) “Sim, 3 vezes” e 22 (11,22%) “Sim, frequentemente”.

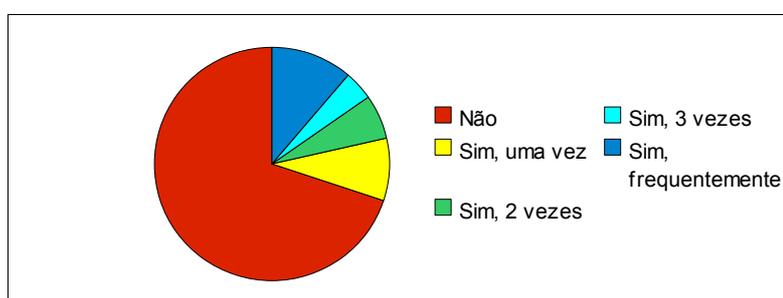


Gráfico 12. Pesquisa em conjunto com organizações não-estatais.

#### 2.14. 19ª questão

19 - Considera o conteúdo programático das disciplinas que ministra:  
(Currículo, ementas)

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

Uma preocupação com o conteúdo programático dos cursos universitários por sua vez relaciona-se com uma tentativa de verificar como os professores da UnB percebem e respondem a um processo apontado por autores como Daniel Suárez que consideram o currículo como um terreno de produção e criação simbólica e cultural, gerando sentidos, significados e sujeitos.

Em princípio, os projetos curriculares podem ser entendidos como *objetos culturais*, produzidos mediante a *tradição seletiva* (apud Williams, 1980) de um dado grupo social que, em função de relações de poder favoráveis, prioriza a inclusão hierarquizada de certos conteúdos e valores (próprios) como se fossem objetiva e universalmente válidos e legítimos, em detrimento de outros (alheios), aos quais desqualifica ou ignora: é aí que o princípio educativo opera, enquanto vontade cultural que se impõe em virtude de certa violência simbólica, de modo criativo e destrutivo. Por isso, o currículo também pode ser entendido como um *instrumento de política pública* e sua formulação pode ser vista como o resultado sintético de um (oculto) processo de debate ou de luta entre posicionamentos pedagógicos, sociais e políticos muitas vezes opostos e antagônicos. (SUÁREZ, 2007, p.265).

Neste contexto, o conteúdo das disciplinas deveria constituir uma preocupação permanente dos professores, mas, devido à sua alta complexidade, enfrenta forte obstruções, em especial nas arenas nacionais, como ficou “evidente na discussão e tentativa de implantação das 'novas diretrizes curriculares', propostas pelo MEC, nos finais dos anos de 1990 (...) O que se verificou, ao final, foi uma grande resistência a mudanças” (TRIGUEIRO, 2010, pp. 26-27).

Uma saída para este tipo de problema poderia ser encaminhada diretamente pelos próprios departamentos ou “Fóruns de cursos”, no exercício da autonomia que lhes competem, visando aprimorar cada vez mais o conteúdo das disciplinas.

Não obstante, neste quesito, a percepção dos professores pesquisados é relativamente positiva, independentemente do envolvimento ou interesse dos estudantes, como veremos adiante. No geral, 55 professores (28,21%) consideraram o currículo que ministram “Ótimo” e 119 (61,02%) “Bom”. Apenas 20 professores (10,26%) consideraram o currículo “Regular”, 1 (0,51%) “Ruim” e 1 resposta (0,51%) foi deixada em branco.

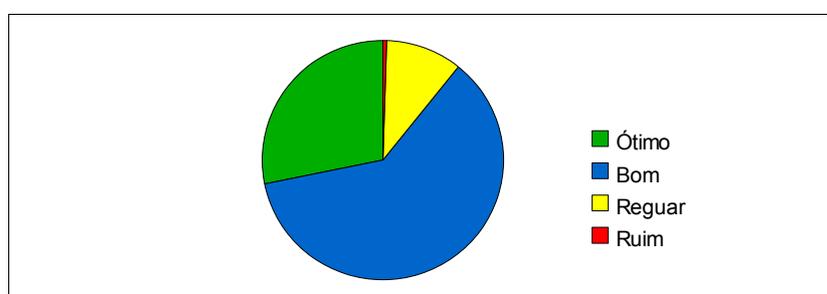


Gráfico 13. Conteúdo programático das disciplinas.

## 2.15. 20ª questão

20 - Qual importância atribui ao seu Departamento?

(Efetividade das deliberações, representação frente à reitoria, canal de comunicação)

1    2    3    4    5

Pouco importante

Muito importante

Com a expansão universitária que vem sendo operada por programas como o REUNI é natural que os “departamentos” sofram um movimento com duas vertentes principais. Primeiro, os professores de disciplinas afins se distanciam do conjunto do demais professores da universidade considerando o tamanho, a distância e a organização própria das faculdades e se aproximem dos professores das suas próprias unidades. Segundo, por outro lado, a expansão abre caminho para novos talentos na universidade com ideias e posturas próprias, a serem compartilhadas em arenas situadas às margens ou fora das estruturas tradicionais da instituição, onde podem ser transmitidas uma ética acadêmica e científica não consolidadas.

Assim, um possível choque de valores, de concepções e de práticas pode emergir num contexto de forte contratação de novos professores e da intensificação do processo de internacionalização das universidades. Ao mesmo tempo, cabe aos departamentos continuar sendo peça chave no reconhecimento dos seus membros, pois fazer parte de um departamento “bem avaliado” pode “abrir portas”. Desta forma, os departamentos podem constituir arenas importantes que atraem e gerenciam os conflitos. Muito certamente, por esta razão, os dados coletados demonstram que esta unidade da universidade continua importante para os professores, mas, cabe lembrar, que os novos *Campi* não estão mais adotando esta estrutura como imprescindível, o que pode ter diminuído um pouco a importância que captamos.

Tabela 2. Importância do departamento.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	10	27	61	46	51	1	196
%	5,13*	13,85*	31,28*	23,59*	26,15*	0,51	

Fonte: Dados coletados pelo autor.  
\* % sem os questionários em branco.

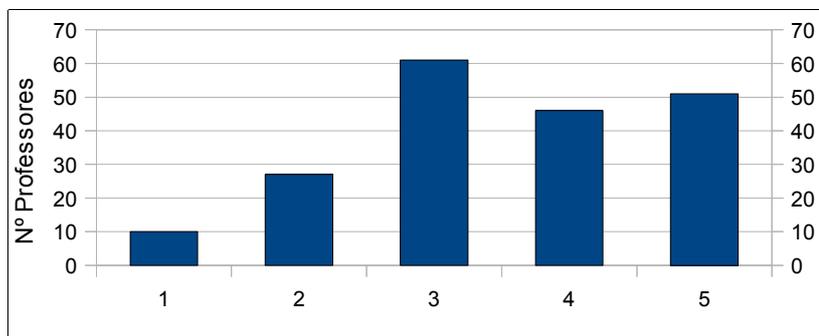


Gráfico 14. Importância do departamento.

## 2.16. 21ª questão

21 - Qual importância atribui à ADUNB?

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

As percepções dos professores com relação algumas entidades representativas também foram abordadas considerando a importância na atualidade da ascensão de grupos tradicionalmente de esquerda ao poder executivo federal, o que poderia refletir nas formas de negociação e de atuação das entidades representativas, tradicionalmente ligadas a tais grupos. Outros países que já tinham passado por esta experiência vivenciaram um processo crise, principalmente de identidade, conforme François Dubet e Danilo Martuccelli (1996, p.39). No Brasil este processo acabou por mostrar os limites de uma correlação de forças próprio de um presidencialismo de coalisção, no qual partidos políticos se aliam para a formação de maiorias no Congresso Nacional em troca de recursos orçamentários, cargos e funções, independentemente das suas plataformas políticas ou programas eleitorais, colocando em questão classificações políticas do século XIX e XX como esquerda, centro e direita.

Nous n'assistons ni à la fin des idéologies, ni au déclin des conflits et des mouvements sociaux (...) Mais la société ne semble plus structurée par un conflit central, par une claire démarcation des enjeux politiques,

culturels et sociaux. Dans une période où la gauche accède au pouvoir de manière régulière, elle connaît une crise d'identité que ne se limite pas à sa seule confrontation avec les contraintes du gouvernement, mais qui relève aussi de l'inadéquation des catégories intellectuelles, culturelles et sociales nées avec la société industrielle, puis évanouies avec elle. (DUBET & MARTUCCELLI, 1996, p.39).

Por outro lado, entidades como a ADUnB têm na sua criação e institucionalização uma história de resistência política que poderia inspirar a organização de esferas públicas de debates, para além da defesa dos interesses corporativos dos seus membros, aumentando a sua importância. No entanto, enquanto isso não acontece, predominou entre os professores pesquisados a atribuição de uma importância média “3” à ADUnB.

Tabela 3. Importância da ADUnB.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	19	35	63	47	32	0	196
%	9,69	17,86	32,14	23,98	16,33	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

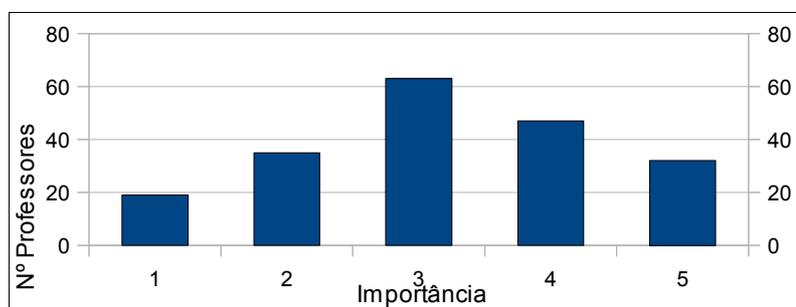


Gráfico 15. Importância da ADUnB.

### 2.17. 22ª questão

22 - Qual importância atribui à sociedade científica ou associação da sua área?

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

A importância das Sociedades Científicas ou Associações da área entre os

professores da UnB teve uma configuração concentrada no extrato superior do gráfico diferente do quesito ADUnB que ficou mais na média. Esta questão está diretamente associada a profissionalização da atividade científica e, conforme Terry Shinn e Pascal Ragouet, refletem a importância de um espaço de socialização específico. Todavia, esta questão tem diferenças marcantes entre os 8 Grupos observados no Anexo 2.

Merton sublinha que a fundação de organismos, tal como a *Royal Society*<sup>124</sup>, promove a ciência na medida em que participa de sua institucionalização. A *Royal Society* permite, com efeito, que os cientistas disponham de um espaço no qual lhes é possível trocar, expor ideias e debater. É no seio desse tipo de instituição que se estabelecem, pouco a pouco, os procedimentos de entrada na comunidade científica, os modelos de excelência e os protocolos de avaliação. (SHINN & RAGOUET, 2008, p. 16).

No caso dos professores da UnB, a configuração deste tema foi a seguinte:

Tabela 4. Importância da sociedade científica ou associação de área.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	11	38	68	72	1	196
%	3,08*	5,64*	19,49*	34,87*	36,92*	0,51	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

% sem as respostas em branco.

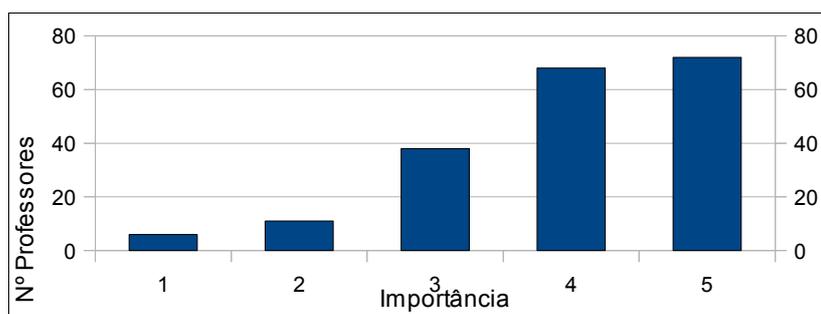


Gráfico 16. Importância da Sociedade Científica ou Associação da Área.

124 Conforme Shinn e Ragouet (2008, p.18), “Na mesma época, em muitos outros países europeus, aparecem academias de ciências (1666, 1700, 1725, 1739 respectivamente para a França, a Prússia, a Rússia e a Suécia). Essas instituições contribuem para organizar e estruturar as trocas científicas nacionais e internacionais. Elas possuem, além disso, um papel regulador para a decisão da avaliação. Decidindo sobre a publicação ou a rejeição de manuscritos, elas se abrem à introdução de critérios de certificação científica e de validação.”



algumas pessoas que não ocupam cargos exercem este papel. O que nós estamos observando também é que, nos casos em questão, uma liderança mais diretamente relacionada ao trabalho docente, no caso dos departamentos e das associações de área, são consideradas em geral mais importantes do que nas situações onde o conflito político é mais acirrado e exige uma liderança mais adaptável aos diferentes contextos.

### 2.19. 24ª questão

24 - Já participou ou participa como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais?

- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 ou mais vezes
- Sim, frequentemente
- Não, nunca participei formalmente

A participação dos professores como representantes de área ou como ocupantes de cargo das agências de fomento, órgãos de pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, tende a refletir um processo de empoderamento de pessoas, de grupos e de equipes, com a ampliação das suas responsabilidades, seja na tomada de decisões, seja na escolha das ações a serem adotadas num ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo. Participando de instâncias burocráticas, os professores podem ser diretamente ouvidos, acabando por se comprometer mais com a resolução de problemas e atingimento de resultados, quando conseguem superar resistências políticas, limitações técnicas ou restrições orçamentárias.

Por outro lado, sem estar dispostos a negociar dentro de certos limites, mesmo em condições contextuais favoráveis, alguns professores podem não acreditar ou acreditar pouco neste tipo de participação, tendo em vista o predomínio de “ilhas burocráticas de excelência”.

Considerando estas possibilidades, podemos observar que, de um modo geral, o

percentual dos professores pesquisados que participaram ou participam dessas instâncias estatais é pequeno, por limitações de empoderamento ou de confiança nestas esferas. Assim, 24 professores (12,24%) responderam “Sim, 1 vez”, 13 (6,63%) “Sim, 2 vezes”, 23 (11,73%) “Sim, 3 vezes ou mais” e 136 (69,39%) “Não”.

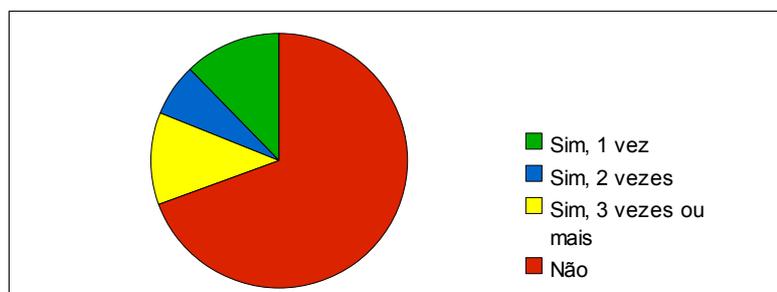


Gráfico 18. Participação como representante fora da UnB.

## 2.20. 25ª questão

25 - Participa de grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB?

- Sim, toda semana
- Sim, todo mês
- Sim, todo ano
- Sim, eventualmente
- Não

Com relação a participação dos professores em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, obtivemos o seguinte resultado: 14 professores (7,18%) responderam que participam “Sim, toda semana”, 21 (10,77%) “Sim, todo mês”, 17 (8,72%) “Sim, todo ano”, 78 (40%) “Sim, eventualmente”, 65 (33,33%) “Não” e 1 (0,51%) resposta foi deixada em branco.



Gráfico 19. Participação de grupos informais fora da UnB.

Se fossemos aplicar aqui a Teoria das Necessidades Adquiridas de David McClelland (1962), que elenca 1) a necessidade de ter *bons relacionamentos* e amizades em certa medida como importante para que algumas pessoas se sintam motivadas, enquanto outras sentem que seria mais importante satisfazer uma 2) necessidade de *poder* que está ligada ao controle e a influência sobre outras pessoas e em relação aos destinos das organizações e instituições, além daquelas que sentem uma forte 3) necessidade de *realização*, ligada aos desejos de sucesso, de distinção, de fazer bem um trabalho<sup>125</sup>, poderíamos dizer que, aparentemente, não há entre os professores pesquisados uma forte necessidade de associação e, conforme a questão anterior nº24 e a questão nº27 a seguir, não há também uma necessidade de poder muito disseminada, sendo portanto mais forte uma necessidade de realização, de um modo geral, o que é reforçado pelos resultados delineados pela questão nº49 que veremos mais adiante<sup>126</sup>.

## 2.21. 26ª questão

26 - Possui alguma religião?

- Sim
- Sim, participo de encontros toda semana
- Sim, participo de encontros todo mês
- Não
- Não, sou ateu
- Não, sou agnóstico

<sup>125</sup> Estas três necessidades existiriam em todos, mas em graus diferentes dependendo das experiências de vida de cada um e de interações com pessoas e ambientes.

<sup>126</sup> Um resumo detalhado sobre o tema que está disponível em: <http://www.fao.org/docrep/w7504e/w7504e04.htm>. Acesso em 12/2012.

A religiosidade entre os professores da UnB é um fator importante que influencia valores, concepções, ações e comportamentos. Não pretendemos fazer aqui uma discussão sobre esta questão, mas apenas apontar a plausibilidade de uma inter-relação corrente entre racionalidades, entre aspectos cognitivos e sociais, entre fatores internos e externos, na produção e desenvolvimento de conhecimento científico, além de outros, que podem se complementar. Para Edward Shils

Elas (as universidades) não conseguiram substituir a fé religiosa perdida para muitos seres humanos, cujas vidas se tornaram mais perturbadas pela incapacidade de adotar confiantemente uma visão do mundo que dê significado e valor à existência cósmica e humana. Isso, contudo, é uma tarefa que as universidades nunca empreenderam. Enquanto as igrejas foram capazes de fazer o que lhes cabia, as universidades trabalharam ao lado delas numa divisão do trabalho que deixava as verdades finais da existência cósmica e humana à religião, enquanto as universidades tentavam compreender e explicar os fatos de acordo com os métodos do conhecimento empírico válido e confiável. (SHILS, 2001, p. 342).

Mesmo tendo sido questionado por muitos professores pesquisados a respeito da relevância desta informação, nos comentários finais ou por e-mail, observamos que muitos deles complementam a sua visão de mundo, assim como o próprio conhecimento científico com o religioso, ou o contrário, de forma bastante intensa. A este respeito, no geral, 84 professores (43,30%) responderam apenas “Sim”, 29 (14,95%) “Sim, participo de encontros toda semana”, 9 (4,64%) “Sim, participo de encontros todo mês”, 51 (26,29%) “Não”, 10 (5,15%) “Não, sou agnóstico”, 11 (5,67%) “Não, sou ateu” e duas respostas (1,02%) foram deixadas em branco.

De acordo com o Anexo 2, os 8 grupos de análise também apresentam diferenças significativas neste quesito ajudando a entender as áreas e a forma como o conhecimento é concebido e produzido em cada uma delas.



Gráfico 20 – Religiosidade.

Visto de uma forma mais simples,

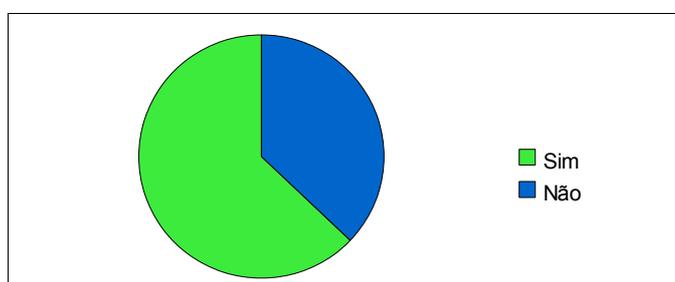


Gráfico 21. Religião.

## 2.22. 27ª questão

27 - É filiado a algum partido político?

- Sim
- Sim, mas participo apenas de momentos importantes como as eleições
- Sim, mas não participo
- Já fui filiado
- Não, nunca fui

Confirmando um baixo interesse por poder político, a filiação à partidos entre os professores pesquisados é bastante baixa, sugerindo uma consideração mais acurada diante da resistência a muitas iniciativas, principalmente àquelas que ferem a autonomia universitária, para além de uma simples oposição política partidária. Apenas 6 professores (3,06%) declararam “Sim”, 1 (0,51%) “Sim, mas participo apenas de momentos

importantes como eleições”, 20 (10,20%) “Já fui filiado” e 169 (86,22%) “Não, nunca fui”. Por esta razão não utilizamos esta informação na análise individualizada dos 8 Grupos.

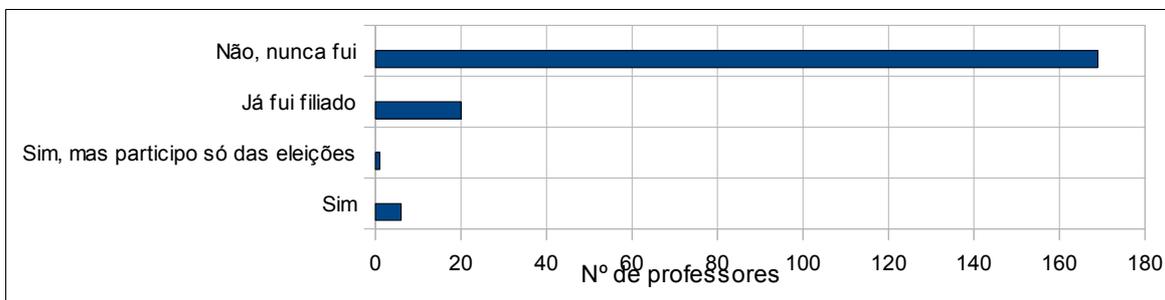


Gráfico 22. Filiação partidária.

### 2.23. 28ª questão

28 - Faz parte de alguma ONG?

- Sim
- Já fiz parte
- Não

Se sim, a organização atua em qual área e tem quais objetivos?

A participação dos professores pesquisados em ONGs se mostrou um pouco acima da filiação partidária, mas também é baixa. Apenas 11 professores (5,64%) responderam “Sim”, 21 (10,77%) “Já fiz parte”, 163 (83,59%) “Não” e uma resposta (0,51%) foi deixada em branco. Após a coleta dos dados decidimos não utilizar a informação complementar sobre a área de atuação das ONGs para não expor os participantes.

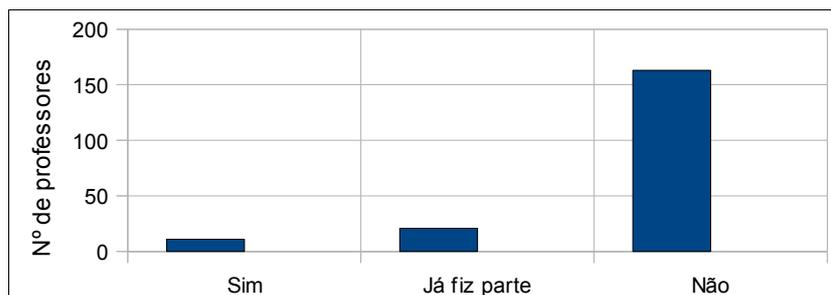


Gráfico 23. Participação em ONGs.

## 2.24. 29ª questão

29 - Realiza outro trabalho remunerado fora da UnB?

(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim, como docente
- Sim, como diretor(a), gerente
- Sim, como técnico(a)
- Sim, como consultor(a)
- Sim
- Não

Com relação a realização de outro trabalho remunerado fora da UnB, 172 professores (87,76%) responderam “Não”, 16 (8,16%) “Sim, como consultor(a)”, 3 (1,53%) “Sim, como técnico (a)”, 3 (1,53%) “Sim”, 1 (0,51%) “Sim, como docente” e 1 (0,51%) “Sim, como técnico(a)” e “Sim, como consultor”. Como a negativa foi alta neste quesito, não iremos abordar estas informações individualmente nos 8 grupos.

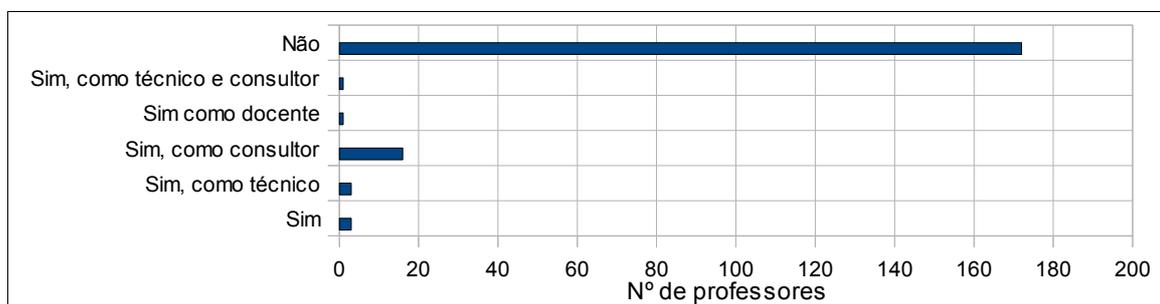


Gráfico 24. Outro trabalho remunerado.

## 2.25. 30ª questão

30 - Nos últimos 12 meses qual importância pode ser atribuída aos seguintes atores na escolha e no desenvolvimento do(s) seu(s) projeto(s) de pesquisa?

Outros(as) professores(as)

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Servidores(as) e técnicos(as)

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Estudantes

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Agências de fomento

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Empresas ou indústrias

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

ONGs

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Família

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Mídia

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

Outros

1 2 3 4 5

Pouco importantes

Muito importantes

A importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa, para além da influência da religião ou de uma participação em “causas sociais ou políticas”, pode indicar a complexidade dos trabalhos realizados na UnB.

Inicialmente é possível destacar que “Servidores(as) e técnicos(as)”, “Empresas ou indústrias”, “ONGs”, “Mídia”, têm claramente pouca relevância entre os professores pesquisados. Esta percepção pode confirmar assim que os servidores e técnicos ficam restritos às atividades burocráticas da universidade, sem exercer um papel complementar observado em outros países; as empresas, indústrias e ONGs compartilham poucas informações com as universidades, sendo o contrário igualmente verdadeiro; e o papel da mídia é pouco considerado ou subestimado diante do poder dos grupos de comunicação no Brasil.

Por outro lado, “Outros professores”, “Estudantes” e “Agências”, têm uma forte importância “5” revelando um reflexo dos trabalhos desenvolvidos de forma complementar. No mais, se somarmos a importância “4” e “5” da importância atribuída aos “Outros professores” chegamos à 60%; aos “Estudantes”, à quase 70%; e às “Agências”, mais de 55%.

A importância da “Família”, uma questão que pode influenciar o desenvolvimento dos trabalhos científicos, dividiu opiniões, mas sobressaiu uma pequena vantagem da pouca importância “1” (36,6%) em comparação aos 26,3% da importância “5”.

Tabela 6. Importância de outros atores na pesquisa.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros professores	16 (8,33%)*	23 (11,98%)*	36 (18,75%)*	61 (31,77%)*	56 (29,17%)*	4 (2,04%)	196
Servidores e técnicos	73 (38,22%)*	31 (16,23%)*	42 (21,99%)*	30 (15,71%)*	15 (7,85%)*	5 (2,55%)	196
Estudantes	7 (3,67%)*	17 (8,90%)*	35 (18,32%)*	56 (29,32%)*	76 (39,79%)*	5 (2,55%)	196
Agências	25 (12,89%)*	18 (9,28%)*	39 (20,10%)*	32 (16,49%)*	80 (41,24%)*	2 (1,02%)	196
Empresas e indústrias	99 (51,83%)*	31 (16,23%)*	27 (14,14%)*	24 (12,56%)*	10 (5,24%)*	5 (2,55%)	196

ONGs	128 (67,37%)*	22 (11,58%)*	21 (11,05%)*	11 (5,79%)*	8 (4,21%)*	6 (3,06%)	196
Família	69 (36,31%)*	20 (10,53%)*	29 (15,26%)*	22 (11,58%)*	50 (26,32%)*	6 (3,06%)	196
Mídia	99 (52,94%)*	29 (15,50%)*	35 (18,72%)*	14 (7,49%)*	10 (5,35%)*	9 (4,60%)	196
Outros	100 (60,60%)*	18 (10,91%)*	29 (17,58%)*	8 (4,85%)*	10 (6,06%)*	31 (15,82%)	196

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

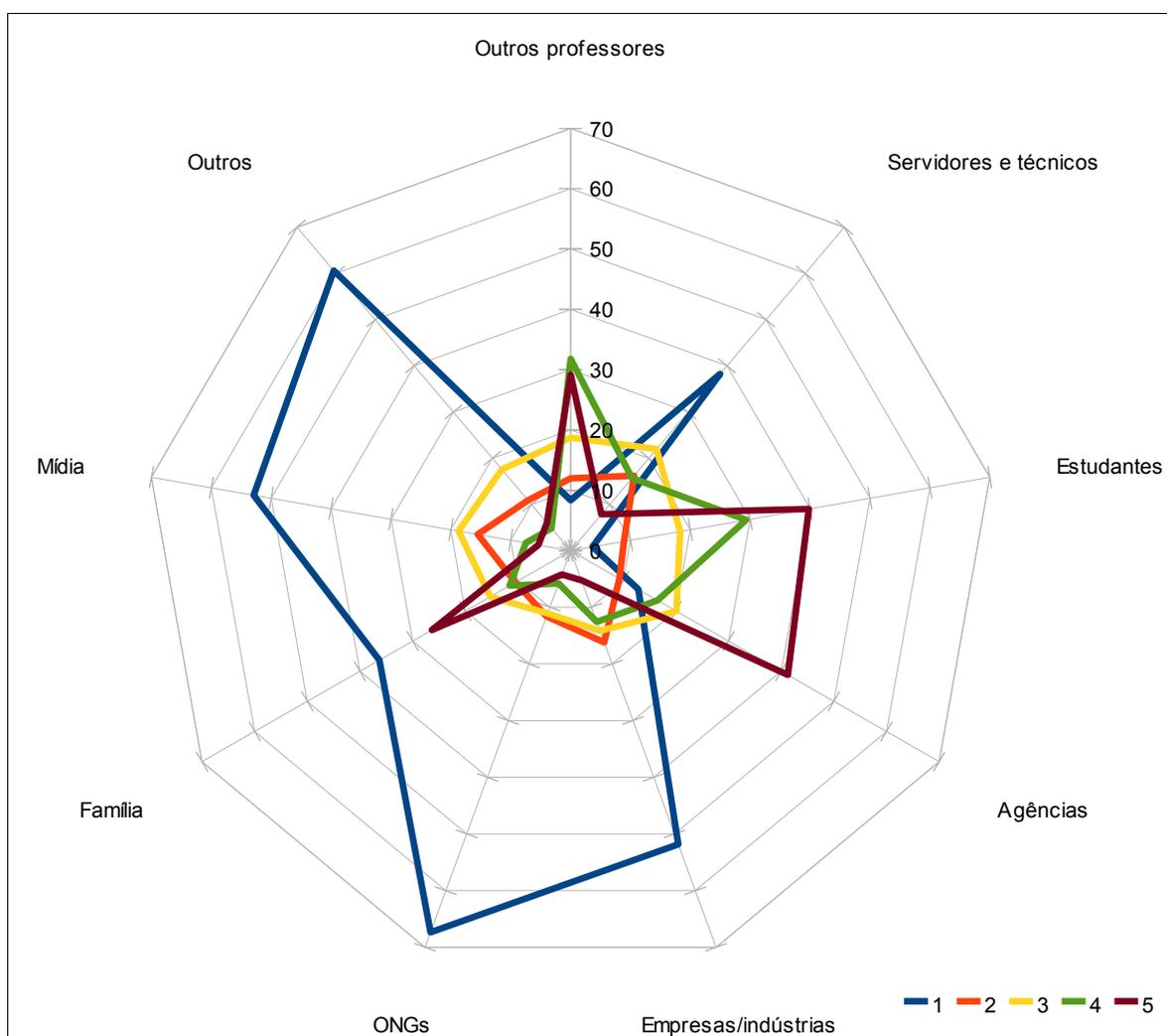


Gráfico 25. Importância de outros atores na pesquisa.

Relacionada a esta questão, encontramos uma discussão sobre a força de fatores internos e externos ao campo científico, conduzida nas décadas de 1970 e de 1980 pelos

chamados marxistas<sup>127</sup> que analisaram a influência de fatores macrossociais na atividade científico-tecnológica. Dentro desta tradição, a tendência dominante é aquela que considera a ciência como uma simples força produtiva. Complementando este ponto de vista, autores como Jurgen Habermas (1980) e Hebert Marcuse (1982), além de outros membros da escola de Frankfurt, enfatizaram a politização e a ideologização da ciência e da tecnologia no contexto de hegemonia capitalista.

Podemos constatar portanto que tanto a perspectiva marxista que limita a autonomia científica, tendo em vista o modo de produção vigente, como outra clássica, que enfatiza a autonomia da ciência, a exemplo da corrente “estrutural-funcionalista” liderada em larga medida pelos trabalhos de Robert Merton, “acabam por restringir os aspectos sócio-culturais e a dinâmica concreta da produção de conhecimentos científicos, na medida em que enfatizam abordagens macrossociológicas e excessivamente generalizantes” (TRIGUEIRO, 2009, p. 23).

Num extremo, tais separações tendem a acentuar a visão a respeito do valor destacado da verdade científica ou de uma racionalidade técnico-científica, o que aponta para a vertente da neutralidade científica, que se consagra na ideia de “ciência pura” (...) No outro extremo, autores como Bourdieu e Kuhn, embora ainda dedicando importância decisiva para as relações entre os pares-cientistas – seja através da noção de “campo científico”, seja mediante a de “comunidade científica”, respectivamente –, como constructos explicativos para a compreensão do modo como se organiza e realiza a atividade científica, apontam para o necessário imbricamento de elementos sociais, culturais e políticos na obtenção dos fatos científicos. (TRIGUEIRO, 2009, p.161).

Dessa forma, uma discussão sobre a influência de diversos elementos na produção científica chegou a questionar a própria autonomia da ciência ao incluí-la como mais uma parte do modo de produção. Já numa perspectiva mais recente<sup>128</sup>, o chamado construtivismo<sup>129</sup> considera que “os fatos científicos são construções sociais e devem ser examinados 'simetricamente', ou 'neutramente'; isto é, tais fatos não devem ser julgados nem como mais nem como menos racionais que outros fatos sociais.” (TRIGUEIRO, 2009,

---

127Entre os quais se destacam: BUKHARIN, 1971; BRAVERMAN, 1977; COHEN, 1978; BURAWOY, 1978; ARONWITZ, 1978; THERBORN, 1980; GOONATILAKE, 1984. (TRIGUEIRO, 2009).

128 Com BLOOR, 1982; LATOUR, 2006; CALLOON, 1988; e KNORR-CETINA, 1982.

129 Conforme Trigueiro (2009, p.165), “o Construtivismo reflete as necessidades de se pensar um desenvolvimento científico-tecnológico 'invadido', não mais por pressões políticas, mas, sobretudo, por interesses e pressões econômicas e sociais, no sentido mais amplo.”

p.164).

Para os construtivistas, “os fatos científicos não são descrições fiéis da realidade, resultados de uma racionalidade técnico-científica estrita” (TRIGUEIRO, 2001, p.64), mas são balizados por interesses econômicos e pressões políticas e sociais. Com esta perspectiva, o núcleo principal de suas pesquisas desloca-se principalmente para os laboratórios, onde poderia ser observado um conjunto complexo de interações durante o processo de produção científica.

Como uma das expoentes desta corrente teórica, K. Knorr-Cetina (1982) considera que no dia a dia de um laboratório é possível observar um conjunto de relações e hierarquias de poder, assim como o direcionamento de pesquisas a partir das restrições de alguns fundos financeiros. Isolados nos laboratórios, os cientistas se assemelhariam a pequenos empresários, acumulando informações, interesses e produtos intercambiáveis. Outro grupo, com uma cota menor de capital científico, seria formado por técnicos, estudantes e pesquisadores sem destaque, motivo pelo qual se submeteriam às lógicas predominantes.

Dentro desta mesma perspectiva teórica, Bruno Latour (2000) introduz alguns conceitos que expressam percepções sobre o entendimento acerca de fenômenos não considerados até então com a sua devida importância como, por exemplo, o entrelaçamento da ciência e da tecnologia e as concepções traduzidas pelos termos tecnociência, traduções, atores não-humanos, entre outros. Conforme Barros,

A base principal do método proposto por Latour para os estudos da área de 'ciência, tecnologia e sociedade' é o acompanhamento de como se constrói socialmente o fato científico. É a observação direta do trabalho de cientistas, de engenheiros e de outros atores nos diversos campos de atuação que levam ao conhecimento de um novo fato, o que geralmente passa por um processo de controvérsias, busca de aliados, testes de força, até tornar-se um fato científico, uma caixa preta da ciência. (BARROS, 2005, p. 37).

A despeito da originalidade dessa abordagem e do seu caráter polêmico, relativamente à abordagem tradicional da sociologia da ciência, críticas relevantes também foram suscitadas ao construtivismo. Como questiona um de seus comentadores, “Como eles próprios se colocam como parte de um processo de construção e interação que envolve múltiplos fatores sociais e não sociais?” (TRIGUEIRO, 2009, p. 31).

## 2.26. 31ª questão

31 - Nos últimos 12 meses qual tem sido o percentual da condição real (não formal ou ideal) das suas atividades e/ou trabalho na UnB?

% Ensino



% Pesquisa



% Pesquisa de interesse a princípio unicamente pessoal



% Extensão



% Administração



% Eventos



% Publicações



Conforme Shinn e Ragouet (2008, p.19), na atualidade, os membros das comunidades científicas assumem quatro papéis sociais básicos na universidade: o de

pesquisador, o de professor, o de administrador e o de “sentinela”, sendo a pesquisa e o ensino considerados como os principais deveres.

Isto posto, as representações da profissão variam segundo a idade e o *status* no seio da comunidade. Muitos jovens cientistas evitam as responsabilidades administrativas ou consideram-nas como um fardo. Inversamente, os pesquisadores *seniors* passam a dedicar-se à administração da pesquisa pois vêm nisso um mecanismo que tem um papel importante na organização e regulação da comunidade. O papel de sentinela é compartilhado por todos e, mais particularmente, pelos cientistas situados no topo da hierarquia. Esse papel consiste em definir a orientação da pesquisa, a avaliação dos seus resultados e assegurar um controle dos atores da comunidade. (SHINN & RAGOUET, 2008, p.18).

A nossa pesquisa confirmou que uma proporção maior do tempo dos professores é dedicada ao ensino. Por outro lado, no gráfico a seguir é possível distinguir à primeira vista que as pesquisas de interesse à princípio unicamente pessoal, as atividades de extensão, a administração e os eventos, ocupam a menor parte do tempo de uma considerável proporção dos professores.

Além do pouco tempo dedicado à atividades não-rotineiras, algumas informações que apresentaremos mais adiante demonstram uma forte preocupação dos professores com carga de trabalho, indicando a necessidade de se pensar numa melhor distribuição do tempo de trabalho na universidade.

Tabela 7 . Proporção da condição real de atividades.

% / Atividades	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	Branco
Ensino	0,52* (1)	3,09* (6)	5,15* (10)	10,31* (20)	12,88* (25)	9,28* (18)	12,37* (24)	18,56* (36)	9,28* (18)	18,5* (36)	1,02 (2)
Pesquisa	4,76* (9)	12,17* (23)	12,70* (24)	8,47* (16)	11,11* (21)	8,47* (16)	16,40* (31)	10,05* (19)	6,88* (13)	8,99* (17)	3,57 (7)
Pesquisa de interesse pessoal	38,69* (65)	11,31* (19)	4,76* (8)	3,57* (6)	11,90* (20)	7,74* (13)	6,55* (11)	7,74* (13)	4,76* (8)	2,98* (5)	14,29 (28)
Extensão	28,33* (51)	15* (27)	8,89* (16)	7,22* (13)	12,22* (22)	3,33* (6)	9,45* (17)	8,89* (16)	2,78* (5)	3,89* (7)	8,16 (16)
Administração	21,79* (39)	15,64* (28)	12,29* (22)	8,94* (16)	11,73* (21)	4,47* (8)	10,06* (18)	7,26* (13)	4,47* (8)	3,35* (6)	8,67 (17)

Eventos	32,56* (56)	14,53* (25)	10,46* (18)	6,98* (12)	12,21* (21)	5,23* (9)	5,23* (9)	6,40* (11)	3,49* (6)	2,91* (5)	12,24 (24)
Publicações	11,80* (21)	12,92* (23)	12,92* (23)	10,11* (18)	11,80* (21)	6,18* (11)	7,87* (14)	10,11* (18)	10,67* (19)	5,62* (10)	9,18 (18)

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

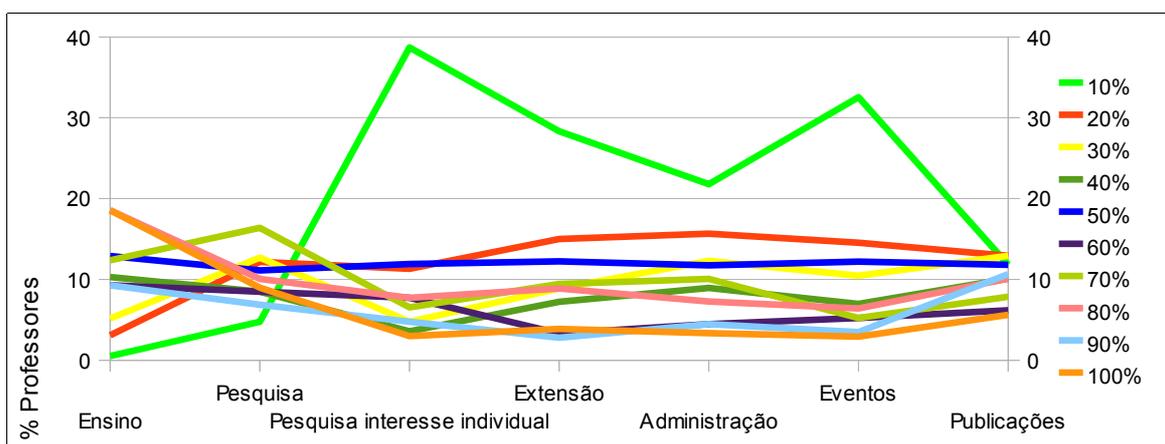


Gráfico 26. % da condição real de atividades.

Como esta questão gerou algumas dúvidas entre os professores, nós não utilizaremos as informações obtidas na comparação dos 8 Grupos de formulários. Apenas para termos uma visualização individualizada geral, a condição real de tempo empregada pelos professores nas atividades foi assim configurada:

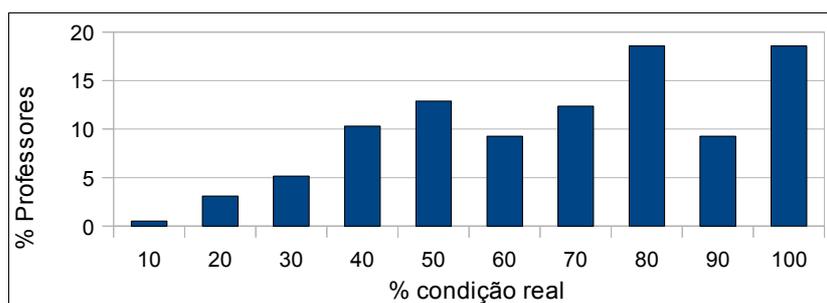


Gráfico 27. % Ensino.

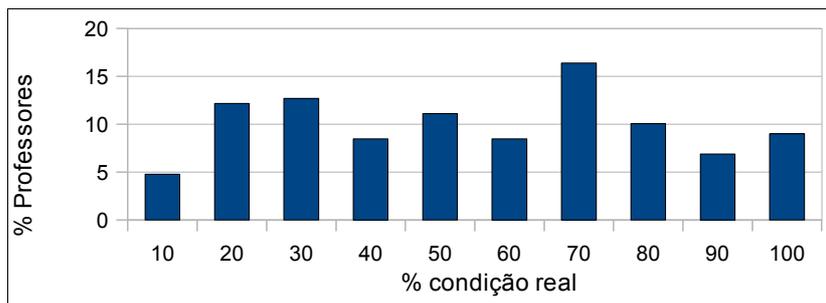


Gráfico 28. % Pesquisa.

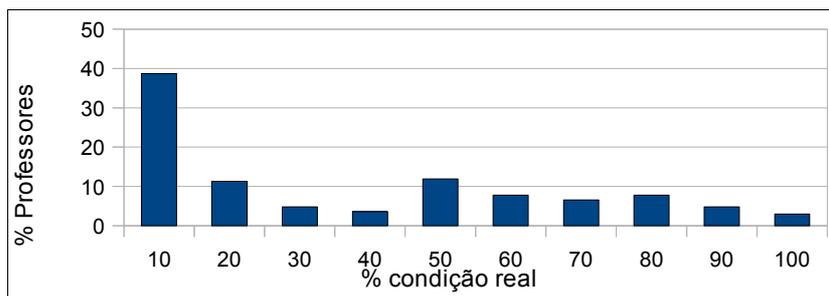


Gráfico 29. % Pesquisa pessoal.

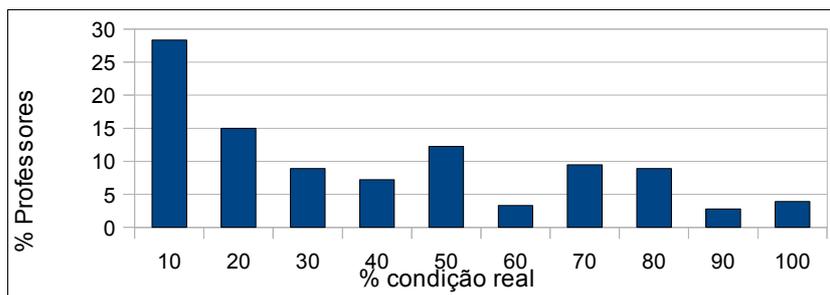


Gráfico 30. % Extensão.

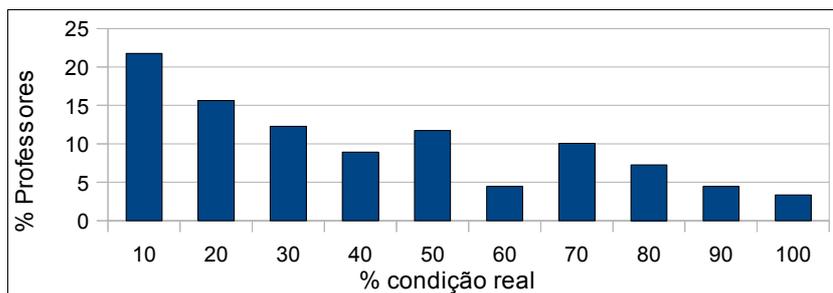


Gráfico 31. % Administração.

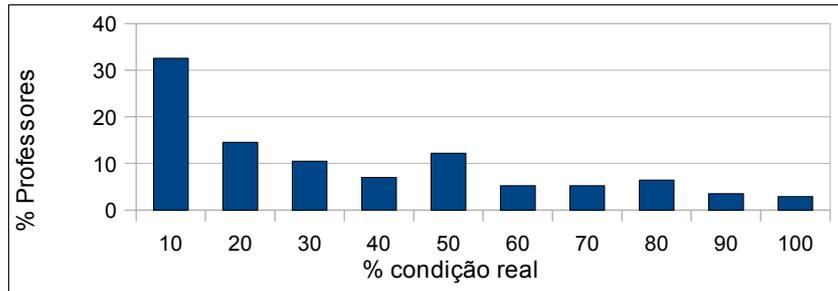


Gráfico 32. % Eventos.

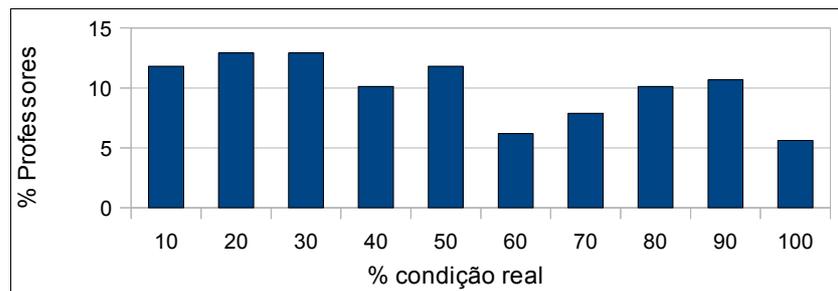


Gráfico 33. % Publicações.

### 2.27. 32ª questão

32 - Considera importante publicar:  
(Não o que efetivamente publica)

- 1 artigo por semestre
- 3 artigos por ano
- Mais de 3 artigos por ano
- Eventualmente
- Não considera importante publicar artigos

Com relação à publicação de artigos científicos podemos verificar que quase a metade dos professores pesquisados, 89 (45,41%), considera importante publicar apenas “1 artigo por semestre”, 38 (19,39%) “Eventualmente”, 35 (17,85%) “3 artigos por ano”, 32 (16,33%) “Mais de 3 artigos por ano” e 2 (1,02%) não consideram importante publicar artigos. Nem por isso pretendemos generalizar a idealização de uma quantidade de artigos a serem publicados pelos professores. Pelo contrário. As grandes áreas do conhecimento

possuem singularidades a este respeito, conforme o Anexo 2. O que podemos apontar é a necessidade de uma gestão mais descentralizada na avaliação desta informação, considerando especificidades.

A importância da quantidade de publicações científicas ganha relevância na atualidade pois é um dos critérios utilizados pela CAPES para avaliar e distribuir recursos para os cientistas e instituições de vínculo. Além disso, tem servido como pré-requisito nos concursos públicos de seleção de professores. Com este tipo de estímulo, o Brasil subiu do 17º lugar na produção mundial de artigos científicos (13.846 publicações) em 2001 para o 13º lugar (49.664 publicações) em 2011.

Apesar da quantidade dos artigos publicados no Brasil estar em aumentando, o impacto dos trabalhos, ou seja, aqueles que são citados por outros pesquisadores dada a sua qualidade, está caindo no geral, ainda que isso se deva em parte ao aumento do número de revistas nacionais nos últimos anos. Novas revistas podem levar um tempo para se consolidarem e serem reconhecidas pela sua qualidade. Enquanto isso não acontece, passamos do 31º lugar mundial para o 40º com relação ao impacto, na comparação com 238 países<sup>130</sup>. Por esta razão, importantes instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) vem tentando estimular aqueles pesquisadores que têm publicação de trabalhos com mais impacto no campo científico.

Sem dúvida, um fator que pesa bastante com relação ao impacto das publicações é a língua em que os artigos são publicados. É notória a difusão do inglês entre pesquisadores de diferentes locais, exigindo uma nova postura das universidades, inclusive na oferta de cursos em língua inglesa para os estudantes, principalmente os de intercâmbio. Para Geoffrey Alderman,

Lectures given in “real time” to students scattered around the globe will invariably be given in English, and seminars conducted in “real time” will invariably be conducted in English. Traditionally, national universities have regarded two of their prime duties as being the preservation and transmission of the national culture. But a university delivering an Internet programme worldwide does not behave in this way. Its activities may indeed be viewed as intrusive and as inimical to national cultural identities. (ALDERMAN, 2001, pp. 48-49).

---

130 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266523-volume-de-publicacao-cientifica-e-criterio-para-distribuir-recursos-a-pesquisadores.shtml>. Acesso em maio de 2013.

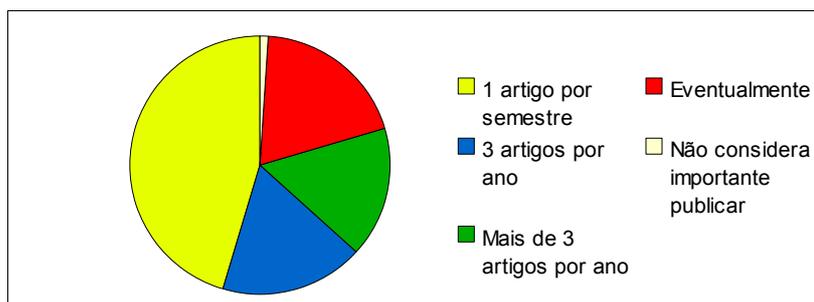


Gráfico 34. Quantidade de publicações.

## 2.28. 33ª questão

33 - Pretende publicar algum artigo com coautoria internacional?

- Sim
- Sim, nos próximos meses
- Sim, no próximo ano
- Eventualmente
- Não

Com uma relevância cada vez maior, as publicações com coautoria internacional inserem-se numa esteira de iniciativas das instituições de ensino e de pesquisa para aumentar a cooperação e a competitividade científica, ampliar a sua autonomia, incrementar os processos de recrutamento de professores e de estudantes no âmbito nacional e, em especial, no internacional. Conforme Schwartzman (2007, p.155), “The best academic departments and institutes are not those that tried to play the roles of the intelligentsia but those that build their competence by keeping in touch with the international community and developing pragmatic links with the surrounding society.” Conforme Wildavsky,

A July 2007 study by Britain’s Office of Science and Innovation, for instance, found that in 2001-5, the percentage of papers by American scientists written with coauthors from other nations rose to 25 percent, up from 19 percent during the 1996-2000 period. The degree of international collaboration rose even more in Britain, growing from 29 to 40 percent

between the two periods. (WILDAVSKY, 2010, p. 29).

Com relação a este tema, na UnB obtivemos uma composição que parece favorável: 45 professores (22,96%) responderam “Sim”, 37 (18,88%) “Sim, nos próximos meses”, 35 (17,85%) “Sim, no próximo ano”, 49 (25%) “Eventualmente” e 30 (15,31%) “Não”.

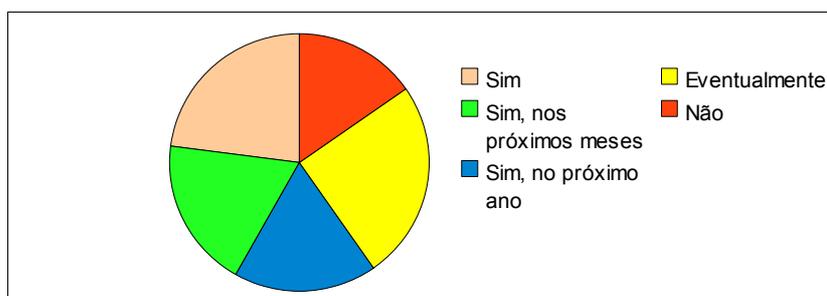


Gráfico 35. Publicação com coautoria internacional.

## 2.29. 34ª questão

34 - Considera que o seu trabalho poderá gerar alguma patente?  
(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim
- Sim, em cotitularidade com outras instituições
- Sim, em cotitularidade com empresas
- Não se aplica

Apesar do país ter alcançado o 13º lugar no *ranking* da produção científica mundial, no *ranking* de registro de patentes, que representa a inovação de produtos e processos, o Brasil apresentou crescimento de 5,1% nas suas solicitações, chegando a 6.603 pedidos em 2012, contra 560.681 da China<sup>131</sup>, 203.410 da Coreia do Sul, 34.803 da Rússia e 18.020 da Índia, conforme o jornal Estado de São Paulo<sup>132</sup>.

Uma patente é um direito de propriedade sobre uma invenção, concedido por departamentos nacionais de patentes. Uma patente dá a seu detentor um monopólio (de duração limitada) sobre a exploração da invenção patenteadada como contrapartida da divulgação (com o que se pretende

131 A China alcançou 27,8% de participação no total de patentes requeridas no mundo em 2012, superando os Estados Unidos, que ficaram com 23,1%.

132 Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,inovacao-chinesa-,1108758.0.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

permitir uma utilização social mais ampla da descoberta). Cada vez mais, as estatísticas sobre patentes são usadas, de várias maneiras, pelos estudantes de tecnologia como indicadores do resultado das atividades de invenção. O número das patentes concedido a uma determinada empresa ou país pode refletir seu dinamismo tecnológico. O exame das tecnologias patenteadas pode dar algumas indicações sobre a direção das mudanças tecnológicas. (MANUAL DE OSLO, 1997, p.27).

Para tentar resolver parte do problema, a avaliação de patentes vai render “pontos” no Currículo Lattes de alguns cientistas brasileiros que participarão do processo de análise de patentes solicitadas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo<sup>133</sup>. Esses pontos serão levados em conta quando o cientista fizer um pedido de financiamento ao CNPq, por exemplo.

A inspiração desta ideia segue uma experiência internacional da Japan Patent Office (JPO), uma similar japonesa do INPI. Esta parceria pode gerar um aprendizado sobre o que pode e o que não pode ser patenteado, pois apenas cerca de 20% dos pedidos que chegam ao INPI são aprovados.

Na UnB este tema merece cuidados especiais tendo em vista que é preocupação de apenas uma pequena parte dos professores. Somente 27 (13,77%) responderam “Sim” à questão, 4 (2,04%) “Sim, em cotitularidade com empresas”, 5 (2,55%) “Sim, em cotitularidade com outras instituições”, 1 (0,51%) sim, em cotitularidade com outras instituições e com empresas, e 159 (81,12%) “Não se aplica”.



Gráfico 36. Patentes.

### 2.30. 35ª questão

133 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/05/1271895-avaliacao-de-patentes-vai-render-pontos-a-cientistas.shtml>. Acesso em 02 de maio de 2013.

35 - Com relação às patentes, considera que:

- O processo é facilitado na UnB
- Há muita dificuldade para patentear
- Não é um objetivo da pesquisa
- Não se aplica

Com relação aos 37 professores (100%) que responderam “Sim”, de alguma forma à questão anterior, 23 (62,16%) assinalaram que “Há muita dificuldade para patentear”, 8 (21,62%) que “O processo é facilitado na UnB”, 2 (5,40%) responderam que este “Não é um objetivo da pesquisa”, 2 (5,40%) “Não se aplica” e 2 (5,40%) deixaram a resposta em branco.

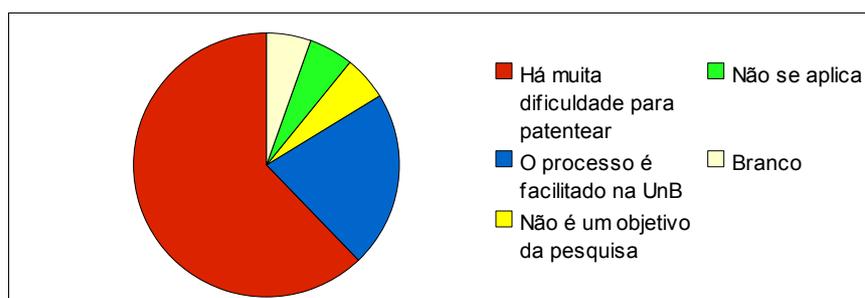


Gráfico 37. Sobre patentear na UnB.

### 2.31. 36ª questão

36 - Há potencial de mercado para um eventual produto final da sua pesquisa?

1    2    3    4    5

Pouco potencial

Muito potencial

Uma discussão sobre o potencial de mercado de eventuais produtos gerados pelas pesquisas pode remeter ao grau de inovação alcançado pelas pesquisas, principalmente no campo da microeletrônica, dos novos materiais, da química fina, da robótica, das biotecnologias, da engenharia genética, entre outros. Este tipo de questão pode ajudar a

medir o grau de “pureza” das pesquisas ou até mesmo o desenvolvimento experimental nas universidades para além da pesquisa básica. Conforme o Manual Frascati (2013, p.100),

- Pesquisa básica pura é executada para avançar os conhecimentos, sem intenção de colher os benefícios econômicos ou sociais a longo prazo e sem esforços para aplicar os resultados desta pesquisa em problemas práticos, ou transferi-los para setores responsáveis de sua aplicação.
- Pesquisa básica orientada é realizada com a expectativa de que ela conduzirá à criação de uma ampla base de conhecimento que permita resolver os problemas e perceber as oportunidades que se apresentam atualmente ou possam vir a se apresentar em uma data posterior. (MANUAL FRASCATI, 2013, p.100).

Neste sentido, conforme Balbachevsky (2010, p.180), “a simples produção do conhecimento, por si só, não é suficiente para gerar uma inovação. Para ter efeitos socialmente relevantes, o conhecimento precisa ser 'praticado', isto é, ser incorporado em práticas, processos ou produtos”. O contrário também é verdadeiro, ou seja, as inovações podem ser convertidas em desenvolvimentos científicos.

Mas a falha mais grave na forma dinâmica do paradigma do pós-guerra é sua premissa de que fluxos como os que soem ocorrer entre a ciência e a tecnologia se dão sempre num mesmo e único sentido, *da* descoberta *para a* inovação tecnológica; ou seja, que a ciência é *exógena* à tecnologia, pouco importando quão múltiplos e indiretos possam ser os caminhos que as ligam. Os anais da ciência sugerem que essa premissa nunca foi verdadeira em toda a história da ciência e da tecnologia. Houve, na verdade, um notável fluxo *inverso*, da tecnologia para a ciência (STOKES, 2008, p.42).

Esta questão está relacionada à outra, do relacionamento das universidades com as empresas e das empresas com as universidades, ainda que o processo de inovação possa ser definido de uma forma mais ampla como um “processo social, predominantemente interativo e que tem como locus específico contextos de aplicação, onde o conhecimento e as competências são mobilizados para alterar uma prática, criar novas competências e também, com certeza, gerar novas oportunidades” (BALBACHEVSKY, 2010, p. 179).

No entanto, no Brasil, de um modo geral, conforme estudos do IBGE de 2013, está ocorrendo uma queda do percentual das empresas que inovam, de um total de 38,1% no triênio 2006-2008 para 35,7% no triênio de 2009-2011.

Na UnB, simplificando esta discussão ao potencial de mercado de um eventual

produto das pesquisas, observamos que:

Tabela 8. Potencial de mercado.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	56	18	38	40	31	13	196
%	30,6*	9,84*	20,43*	21,86*	16,94*	6,63	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem considerar respostas em branco.

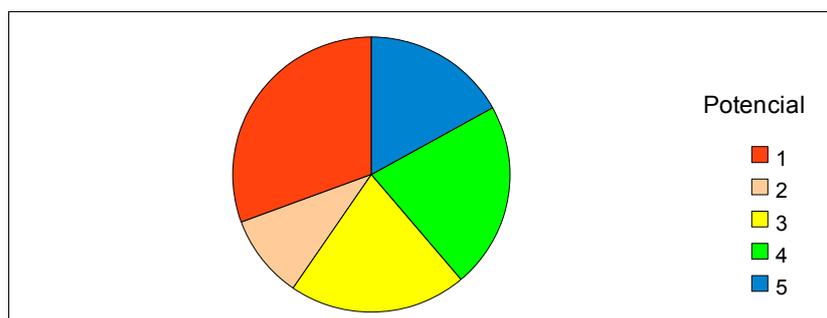


Gráfico 38. Potencial de mercado.

### 2.32. 37ª questão

37 - Há potencial de contribuição social da sua pesquisa?

1 2 3 4 5

Pouco potencial

Muito potencial

Já o potencial de contribuição social das pesquisas foi um pouco maior em comparação com o auferido pelo item anterior. Mas, será que o potencial de mercado de um eventual produto das pesquisas e o potencial de contribuição social delas são mesmo tão diferenciados como supõe a configuração destas duas questões?

its possible to identify trends which, arguably, do challenge if they do not necessarily compromise traditional academic values. Three of these are suggested: (i) the re-conceptualization of higher education and science as elements within a wider “knowledge industry”; (ii) the increasing emphasis on vocationalism, coupled with the emphasis on individual rates of return rather than on social benefits; and (iii) the emergence of new paradigms of research (which emphasize both the commercialization

of research “products” and also the wider social distribution of knowledge production) and also of new patterns of higher education (for exemplo, ICT – delivered courses or work and/or community – based learning). (SCOTT, 2003, p.298).

Tabela 9. Potencial de contribuição social.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	16	10	36	46	83	5	196
%	8,38*	5,24*	18,85*	24,08*	43,45*	2,62	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

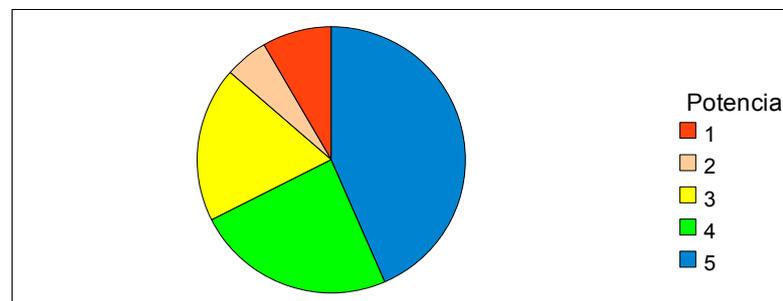


Gráfico 39. Contribuição social.

### 2.33. 38ª questão

38 - Tem acesso facilitado aos seguintes recursos para a realização das suas pesquisas com qual intensidade?

Equipe técnica

1 2 3 4 5

Acesso limitado

Acesso facilitado

Instalações físicas

1 2 3 4 5

Acesso limitado

Acesso facilitado

Recursos financeiros

1 2 3 4 5

Acesso limitado

Acesso facilitado

Com o intuito de ponderar o impacto dos investimentos mais recentes proporcionados por programas governamentais como o REUNI e como os destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação, obtivemos dos professores as seguintes respostas sobre o acesso à equipe técnica, às instalações físicas e aos recursos financeiros para a realização das pesquisas:

I - Uma percepção sobre o acesso à equipe técnica tem revelado limites à realização das pesquisas, tanto por restrições no âmbito administrativo como no propriamente técnico. A exemplo de outras instituições, este problema poderia ser minimizado com a contratação de técnicos especializados, auxiliando diretamente determinadas áreas que são mais afetadas, como veremos adiante.

Tabela 10. Acesso à equipe técnica.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	68	48	54	17	6	3	196
%	35,23*	24,87*	27,98*	8,81*	3,11*	1,53	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

II - A percepção sobre as instalações físicas pode sofrer uma forte modificação muito em breve devido à finalização de boa parte das obras do REUNI, provavelmente em 2014 ou 2015, mas não deixa de refletir um crescimento desordenado da universidade.

Tabela 11. Acesso à instalações físicas.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	57	41	54	26	14	4	196
%	29,69*	21,35*	28,12*	13,54*	7,29*	2,04	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

III - O acesso à recursos financeiros por sua vez possui a mesma tendência de limite com relação ao acesso à equipe técnica e à instalações físicas.

Tabela 12. Acesso à recursos financeiros.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	70	40	49	25	8	4	196
%	36,46*	20,83*	25,52*	13,02*	4,17*	2,04	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

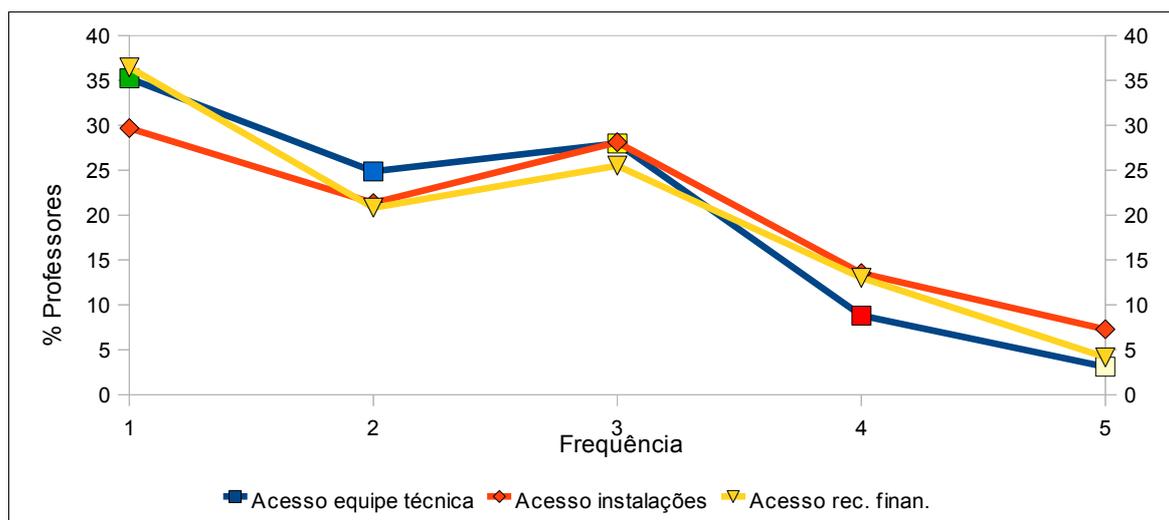


Gráfico 40. Acesso à recursos.

### 2.34. 39ª questão

39 - Consegue visualizar o seu trabalho daqui a 3 anos?

- Sim, continuará seguindo as linhas já delineadas
- Sim, sofrerá pequenas modificações
- Sim, sofrerá mudanças amplas
- Não

Com relação a percepção da dinâmica dos trabalhos desenvolvidos, 89 professores (46,11%) consideram que ele sofrerá pequenas modificações, 71 (36,79%) que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas, 23 (11,92%) que ele sofrerá amplas modificações, 10 (5,18%) não sabem e 3 (1,53%) deixaram a resposta em branco e não foram contabilizados. Ou seja, os professores da UnB têm uma baixa perspectiva de

mudança dos trabalhos realizados na instituição, o que pode ser contraproducente no contexto atual.

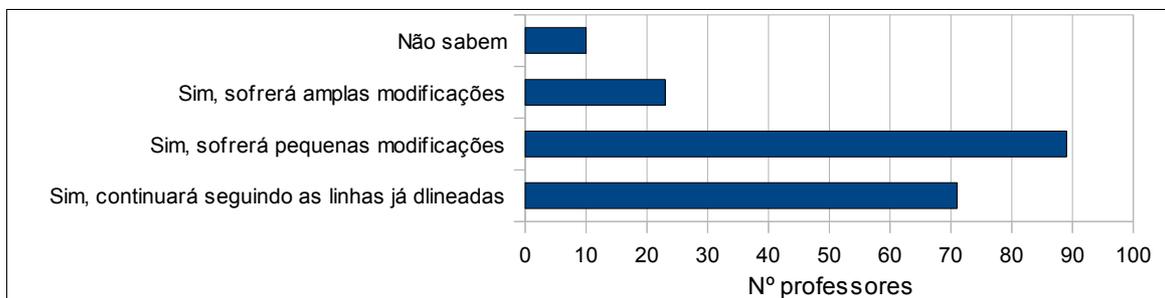


Gráfico 41. Percepções futuras sobre o trabalho.

### 2.35. 40ª questão

40 - Qual importância tem as seguintes questões no seu dia a dia na UnB?

Salário

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

Promoção/progressão na carreira

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

Saúde

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

Carga de trabalho

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

Financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão

1 2 3 4 5

Pouco importante

Muito importante

Avaliação da pesquisa e da pós-graduação

	1	2	3	4	5	
Pouco importante						Muito importante
Aposentadoria						
	1	2	3	4	5	
Pouco importante						Muito importante

Certamente a importância do salário está concentrada nos níveis superiores de importância “4” e “5” e é uma demanda justa considerando a qualificação dos professores pesquisados.

Tabela 13. Importância do salário.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	5	36	54	92	3	196
%	3,11*	2,59*	18,65*	27,98*	47,67*	1,53	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem questões em branco.

O mesmo segue para a importância da carreira que permanece em negociação constante com o governo federal.

Tabela 14. Importância da carreira.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	12	5	32	50	94	3	196
%	6,22*	2,59*	16,58*	25,91*	48,7*	1,53	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem questões em branco.

A saúde, por sua vez, foi o fator de maior importância entre os professores no momento da coleta de dados da pesquisa e merece uma atenção especial. Não pretendemos

apontar as causas do problema, o que demandaria um outro trabalho com escopo similar ou maior, mas registrar uma constatação trazida por Madel Luz sobre alguns adoecimentos que podem ser classificados pela sua similaridade, constância, frequência e quantidade de pessoas atingidas.

ao contrário da tendência do absenteísmo entre trabalhadores em geral<sup>134</sup> (de qualificação baixa, média ou elevada), a presença alarmantemente crescente, entre trabalhadores qualificados (entre os quais incluímos pesquisadores acadêmicos), dos *workaholics*, isto é daqueles trabalhadores incapazes de distanciarem-se das atividades laborais (...) sofrendo do distúrbio, denominado no mundo do trabalho anglo-saxão de “fobia de férias”: a incapacidade de sair de férias, por poucos dias que seja, e perder seu lugar, ou de encontrar um “vazio de sentidos” no lugar para onde dirigem-se. Uma porcentagem não desprezível destas pessoas chega a adoecer e morrer por excesso de trabalho, não detectado a tempo por manter-se organicamente assintomático, por tratar-se predominantemente de trabalho mental. (LUZ, 2008, pp. 209-210).

Tabela 15. Importância da saúde.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	6	10	35	140	1	196
%	2,05*	3,08*	5,13*	17,95*	71,79*	0,51	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

A carga do trabalho também apresentou elevada proporção de importância e, quando elevada, pode obviamente impactar negativamente na saúde dos professores. De acordo com um diagnóstico elaborado pela própria instituição, notamos que:

A maioria das disciplinas tem organização pedagógica que só permite atender grupos relativamente pequenos, em que um único professor é o responsável por todas as atividades da disciplina, inclusive muitas que poderiam ser realizadas por monitores, tutores, ou funcionários técnicos etc. Isto tem um impacto negativo, sobretudo nas disciplinas com elevado número de estudantes, causando sobrecarga de trabalho para o professor e

<sup>134</sup> É importante assinalar esta constatação, pois aparentemente, o regime social do trabalho, em geral, e o ambiente de trabalho, em particular, em todas as frentes da produção (industrial, comercial e de serviços, públicos ou privados), tornaram-se hostil à vida de tal modo que, sempre que tem uma oportunidade, apesar dos riscos implicados, uma boa parte dos trabalhadores evitar comparecer, ou chega depois da hora, ou sai mais cedo, e contorna como pode as normas para sua efetiva presença no emprego no número de horas assinaladas em seu contrato. (LUZ, 2008, p.208).

pouco aproveitamento do potencial deste. Na UnB, assim como na maioria das universidades brasileiras, não tem sido utilizadas as práticas pedagógicas já consagradas na maioria das universidades do mundo, organizadas com atividades diversificadas, como o estudo individual prévio às aulas, aulas expositivas para grandes grupos, estudo individual posterior às aulas expositivas, atividades de fixação de conceitos, práticas e conhecimentos, trabalho em grupo, produção de textos, ensaios, relatórios, trabalhos de laboratório, trabalhos de campo, atividades de pesquisa, atividades de exposição oral, seminários, argüição, atividades de inserção social, integração com atividades culturais, participação em disciplinas de outras áreas e em atividades multidisciplinares. A organização dos cursos em créditos associados a horas-aula presenciais, assim como a precarização paulatina da infraestrutura de apoio pedagógico às práticas docentes, com a extinção de atividades e funções como o professor auxiliar e a dificuldade em manter programas de monitoria eficientes e confiáveis, levou a concentrar todas as atividades das disciplinas em aulas expositivas, com o conseqüente excesso de horas-aula, em detrimento de tempo para estudo, individual ou em grupo, assim como na participação em atividades culturais, sociais e multidisciplinares<sup>135</sup>. (MINUTA, 2011).

Tabela 16. Importância da carga de trabalho.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	8	4	21	45	117	1	196
%	4,1*	2,05*	10,77*	23,08*	60*	0,51	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

A importância do financiamento também se faz fortemente presente entre os pesquisados considerando que os recursos utilizados na UnB são na sua quase totalidade públicos e sofrem constantes contingenciamentos por parte do governo federal, interrompendo muitas pesquisas e investimentos. Mudanças vêm sendo adotadas neste campo, assumindo a forma de incentivos<sup>136</sup>, de contratos<sup>137</sup> e/ou do estabelecimento de

135 Page 19 of 41 <http://simec.mec.gov.br/reuni/reuni.php?modulo=principal/versaoimpressao&acao=C&...>  
16/7/2008

136 Para Balbachevsky (2010, p. 78), através do mecanismo do incentivo, “a agência de fomento justapõe aos recursos alocados por delegação cega, outros recursos que sinalizam áreas e temas considerados prioritários, buscando induzir o interesse da comunidade de especialistas para essa área”. O que se observou muitas vezes neste caso foi uma defasagem entre a agenda temática da agência e a valorizada pela comunidade científica.

137 Por sua vez, na modalidade de delegação por contrato, “os objetivos e resultados esperados da atividade das instituições de pesquisa (e das instituições acadêmicas de um modo geral) são estabelecidas através de uma negociação entre essas instituições e as instâncias públicas responsáveis por seu custeio” (Balbachevsky, 2010, p. 79), o que demandaria uma profunda e ampla modificação institucional das partes.

redes<sup>138</sup>, com a possibilidade de melhorar um pouco a situação.

Tabela 17. Importância do Financiamento.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	7	33	34	111	6	196
%	2,63*	3,68*	17,37*	17,89*	58,42*	3,06	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

A avaliação da pós-graduação já foi uma preocupação muito forte nas universidades, principalmente nos períodos de corte dos recursos federais, mas, devido à falta de flexibilidade dos seus critérios e metodologias, acabou se transformando em mais uma rotina burocrática bastante previsível para as diversas unidades, o que pode explicar o motivo pelo qual sua importância não é das maiores.

É evidente que o modelo adotado pela CAPES é bem sucedido. Mas, e este é o ponto crítico, será sempre e tanto mais bem sucedido, na medida em que o campo ou o tema do conhecimento esteja inserido, predominantemente, no 'modo tradicional de produção do conhecimento', para usar a expressão de Gibbons et al (1994). Assim, o argumento é que, para áreas que se situam, francamente, no novo modo de produção do conhecimento, a exemplo das biotecnologias, das nanotecnologias e as tecnologias de informação e comunicação, o modelo CAPES utilizado até então não é inteiramente adequado às áreas de ponta do desenvolvimento científico-tecnológico, e estão a demandar importantes revisões conceituais e metodológicas. (TRIGUEIRO, 2010, p.30).

Tabela 18. Importância da avaliação da pós-graduação.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	10	13	36	50	84	3	196
%	5,18*	6,73*	18,65*	25,91*	43,52*	1,53	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as repostas em branco.

A aposentadoria é o fator que apresenta a mais baixa importância para os

---

138 E, por fim, o terceiro modelo, a delegação para redes, supostamente articularia “os interesses e a participação de pesquisadores oriundos de diferentes ambientes institucionais, de usuários e de outros interesses sociais. Essas redes estruturam processos de aprendizagem coletiva, cooperação e reflexibilidade” (Balbachevsky, 2010, p.80).

professores, principalmente para os que estão começando a carreira agora, mas alguns projetos de lei que foram apresentados no Congresso Nacional para modificar a sua sistemática podem modificar esta percepção muito em breve.

Tabela 19. Importância da aposentadoria.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	24	14	48	35	70	5	196
%	12,56*	7,33*	25,13*	18,32*	36,65*	2,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

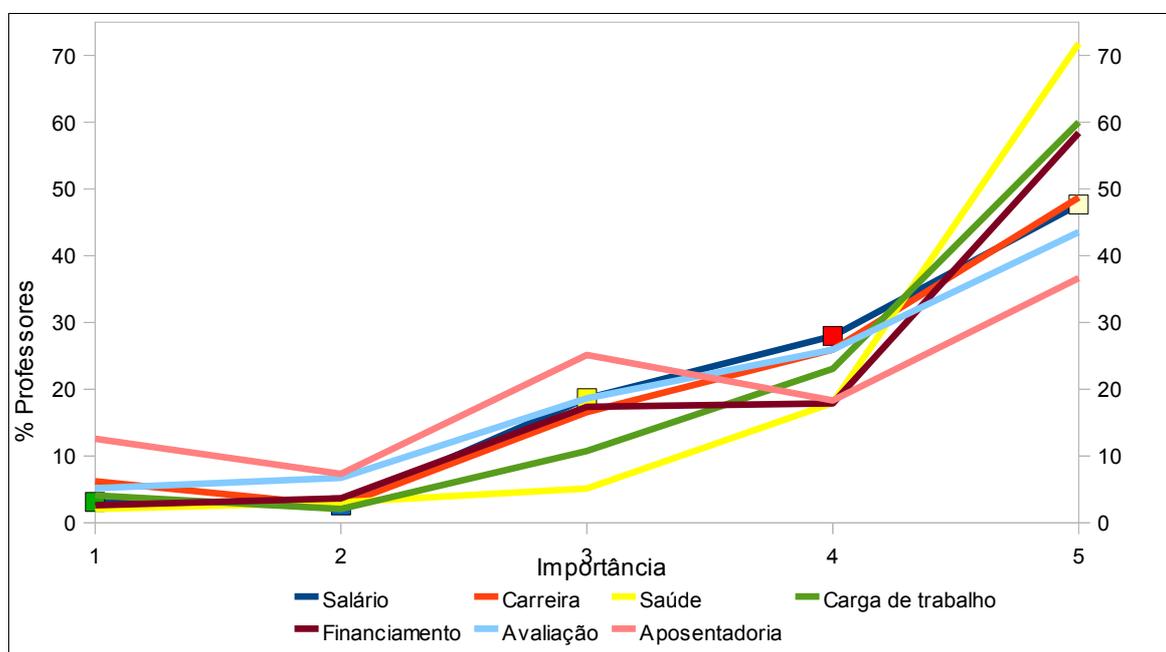


Gráfico 42. Preocupações.

### 2.36. 41ª questão

41 - Já teve algum problema relacional com colegas ou com a administração da UnB?

(Pode assinalar mais de uma alternativa)

- Sim
- Sim, precisei ficar uns dias em casa
- Sim, pensei em mudar de departamento, núcleo, laboratório
- Sim, pensei em mudar de emprego
- Não

As ciências sociais de modo geral tratam os conflitos de uma maneira bastante generalizante, como na discussão sobre luta de classes, elites, campo, laboratório expandido, exigindo portanto que avancemos dialogando com outras áreas de conhecimento que de alguma forma tenham alguma contribuição sobre este assunto.

A teoria da hierarquia das necessidades do psicólogo Abraham H. Maslow (1943), também conhecida como a pirâmide de Maslow, é uma das mais intuitivas teorias de motivação<sup>139</sup> que pode nos auxiliar neste empreendimento.

De acordo com Maslow, o comportamento do ser humano é motivado por diversos estímulos internos ou por necessidades classificadas em uma hierarquia<sup>140</sup>, desde as mais básicas, como as 1) fisiológicas (respiração, comida, água, sexo, sono, homeostase, excreção) e de 2) segurança (segurança do corpo, do emprego, de recursos, da moralidade, da família, da saúde, da propriedade), assim como as de nível superior, 3) amor/relacionamento (amizade, família, intimidade sexual), 4) estima (auto-estima, confiança, conquista, respeito dos outros, respeito aos outros) e 5) realização pessoal (moralidade, criatividade, espontaneidade, solução de problemas, ausência de preconceito, aceitação dos fatos).

Com esta premissa, o trabalho de Maslow gerou uma série de estudos associados como os de Clayton P. Alderfer (1972) que procurou contribuir reduzindo a hierarquia das necessidades à apenas três níveis de necessidades: 1) de existência, englobando os primeiros níveis de Maslow (fisiológico e segurança); 2) de relacionamento englobando o nível social e alguns fatores externos do nível de estima; e 3), de crescimento, englobando os componentes internos de estima e o nível de auto realização. Para Alderfer, se um nível de necessidade superior não for atendido, isso pode levar uma pessoa a aumentar a necessidade de nível inferior. Assim, uma pessoa que não conseguisse status e reconhecimento em seu trabalho poderia aumentar a demanda por melhores salários, por exemplo.

---

139 "Motivation theory is not synonymous with behavior theory. The motivations are only one class of determinants of behavior. While behavior is almost always motivated, it is also almost always biologically, culturally and situationally determined as well." (MASLOW, 1943, p.371).

140 "We have spoken in such terms as the following: 'If one need is satisfied, then another emerges.' This statement might give the false impression that a need must be satisfied 100 per cent before the next emerges. In actual fact, most members of our society who are normal, are partially satisfied in all their basic needs and partially unsatisfied in all their basic needs at the same time." (MASLOW, 1943, p.388).

Numa outra perspectiva, a teoria da expectância de Victor Vroom (1964), contribui com a discussão afirmando que a motivação é um produto das expectativas das pessoas com relação a suas habilidades de atingir determinados resultados e o valor que elas dão às recompensas decorrentes. Portanto o indivíduo primeiro analisa se uma meta estipulada é possível de ser atingida com seus próprios esforços. Se ela for inalcançável, ou não depender do seu trabalho, não irá gerar motivação. Em seguida, o indivíduo analisa se a recompensa é desejável ou atrativa. Dessa forma, Vroom destacou que possíveis diferenças pessoais a respeito de habilidades específicas, desejos e necessidades diferentes, podem eventualmente causar conflitos, conforme Leonina-Emilia Suci, Maria Mortan e Lucreția Lazăr (2013).

Goffman, por sua vez, contribui com a discussão teórica aqui resumida quando atribui uma grande importância à relação de aspectos individuais com sociais na análise da interação entre os atores. Estes, no contexto de diferentes tipos de organizações, transmitem informações, coordenam tarefas e tomam decisões com uma certa uniformidade<sup>141</sup>, principalmente quando se trata de relações face a face, conforme Martins (2008, pp. 139-140).

A sociologia de Goffman procurou acentuar a existência de uma significativa carga emocional que perpassa o processo interacional, na medida em que no seu desenrolar pode surgir, de forma acidental, determinadas situações que criam sentimentos de desconforto, ansiedade, medo, vergonha e humilhação para os atores envolvidos nesse processo. Entre esses sentimentos que podem emergir durante o desenrolar da trama interacional, Goffman privilegiou o de embaraço, que expressa uma sensação de desconforto experimentado eventualmente nas relações interacionais. Em sua análise, o sentimento de embaraço possui relevância social, pois liga os nervos da organização social à conduta do dia-a-dia. A possibilidade latente de sua ocorrência suscita uma atitude de coação nos indivíduos em seus encontros sociais de modo a evitar possíveis ações que possam ser consideradas problemáticas e contribuir para desacreditá-los socialmente. O sentimento de embaraço desempenha, portanto, um papel importante no envolvimento dos atores com valores e convenções existentes na organização social. (MARTINS, 2008, p.140).

---

141 Conforme Talcott Parsons, “The early tendency of psychology was to consider “personality” as largely an expression of genetic constitutor or of unique idiosyncrasy. Study of socialization in a comparative perspective is, however, demonstrating that there are important elements of uniformity in the “character structure” of those who have been socialized in the same cultural and institutional system, subject to variations according to different roles within the system (PARSONS, 1954, p. 233).

Em uma Federal World-Class como a UnB, as relações entre os atores pautadas pelo diálogo e pelo respeito não impedem, obviamente, eventuais constrangimentos e conflitos naturais, dada a diversidade e a pluralidade das suas comunidades, mas podem evitar que uma situação represente um problema de relacionamento mais grave entre os envolvidos. Para a preservação de uma ordem interacional é salutar considerar obrigações morais, rituais de respeito e de deferência, gestos amistosos e pequenas bondades cotidianas, que demandam *locus* apropriados e tempo para se consolidarem, conforme Martins (2008, p.142).

Sem uma alteridade disseminada na cultura ou uma arena adequada para gerenciar conflitos, 48 dos professores pesquisados (24,61%) responderam apenas “Sim”, sobre ter problemas de relacionamento, 15 (7,69%) “Sim, pensei em mudar de departamento”, 14 (7,18%) “Sim, pensei em mudar de emprego”, 4 (2,05%) sim, pensei em mudar de departamento e de emprego, 4 (2,05%) “Sim, precisei ficar uns dias em casa”, 1 (0,51%) sim, precisei ficar uns dias em casa e pensei em mudar de emprego e 2 (1,02%) sim, precisei ficar uns dias em casa, pensei em mudar de departamento e pensei em mudar de emprego. 107 (54,87%) responderam “Não”. 1 (0,51%) resposta foi deixada em branco e não foi considerada nos cálculos.

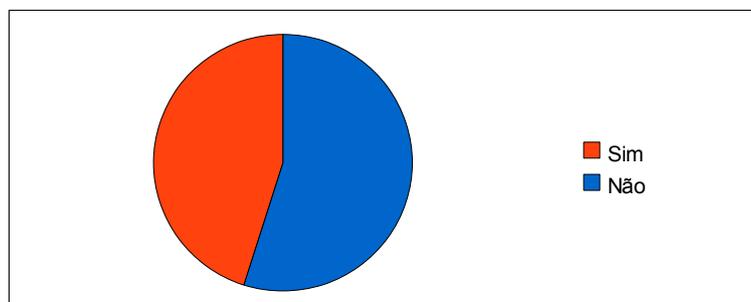


Gráfico 43. Problemas de relacionamento.

Quando consideramos este problema e algumas de suas implicações possíveis podemos observar que um constrangimento mal resolvido pode impactar na disposição dos professores de permanecer no mesmo local e conseqüentemente afetar os trabalhos realizados.

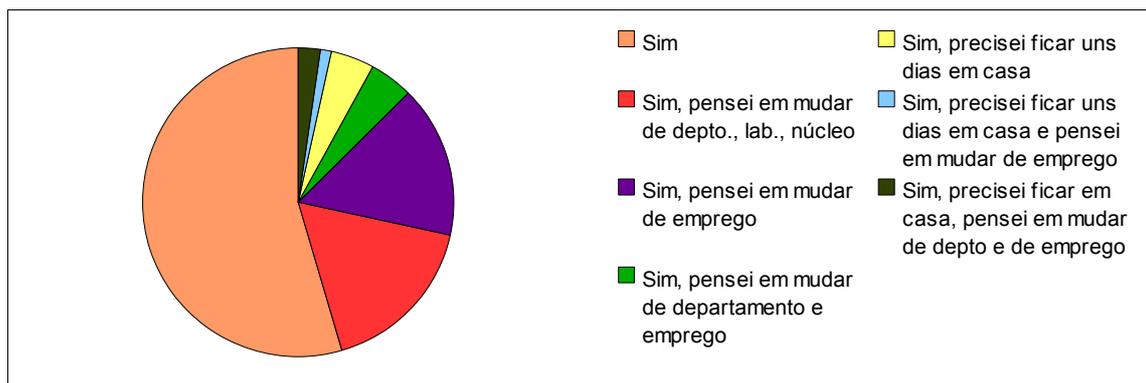


Gráfico 44. Problemas de relacionamento detalhado.

### 2.37. 42ª questão

42 - Conhece ou já ouviu falar de alguma fraude no seu departamento, núcleo ou laboratório?

(Qualquer tipo de fraude, acadêmica, administrativa, financeira)

- Sim
- Já ouvi rumores
- Não

O problema das fraudes nas universidades cada vez mais envolve questões como o plágio nas publicações, o favorecimento de determinados grupos, o desvio de recursos financeiros, entre outros. Dos professores pesquisados sobre este quesito, 34 (17,52%) responderam “Sim”, 35 (18,04%) “Já ouvi rumores” e 125 (64,43%) “Não”. 2 professores (1,02% do total) deixaram a resposta em branco.

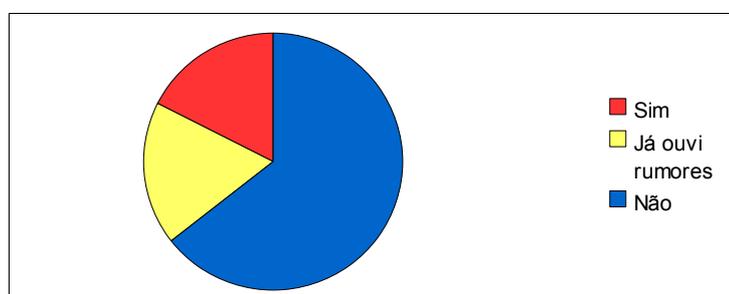


Gráfico 45. Fraudes.

### 2.38. 43ª questão

43 - Entre os recursos utilizados na construção ou reforma do seu departamento, núcleo, laboratório estão:

(Pode assinalar mais de uma alternativa)

- Recursos próprios da UnB
- Oriundos de programas específicos do governo federal ou distrital
- De empresas ou indústrias
- De agências de fomento e/ou pesquisa
- Outros
- Não sei

Com esta questão podemos verificar que cerca de 20% dos professores pesquisados não sabe de onde vem os recursos utilizados na expansão da universidade, ao mesmo tempo que evidencia a baixa participação das empresas nos investimentos realizados nos últimos anos na UnB.

Tabela 20. Origem dos recursos.

Origem dos recursos / Alternativas assinaladas	Recursos próprios	Do governo	De empresas	De Agências	Outros	Não sei	Total	%
						X	39	20,21*
	X						31	16,06*
	X	X		X			25	12,95*
		X					24	12,43*
	X	X					23	11,92*
	X			X			10	5,18*
				X	X		10	5,18*
	X	X	X	X			5	2,59*
	X			X	X		5	2,59*
	X	X	X				3	1,55*
		X		X			3	1,55*
	X	X		X	X		3	1,55*
	X		X	X			3	1,55*
	X		X				2	1,04*
			X	X			2	1,04*

					X		1	0,52*
	X		X	X	X		1	0,52*
		X	X	X			1	0,52*
	X	X			X		1	0,52*
	X	X	X	X	X		1	0,52*
							3	1,53
Total							196	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas deixadas em branco.



Gráfico 46. Origem dos recursos.

### 2.39. 44ª questão

44 - Como observa a atual expansão institucional da UnB [incluindo a ampliação do número de cursos, estudantes, professores(as)]?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Prefiro não opinar

Considerando mais uma polêmica entre a forma como as decisões são tomadas no âmbito governamental e os seus impactos, principalmente nas Universidades Federais, sondamos as opiniões dos professores com relação à expansão da UnB através da adesão ao REUNI.

Esta questão é fundamental pois, no caso da UnB, a forma como o processo foi

conduzido revelou uma falta de sensibilidade do MEC para tratar o assunto, ao impor o programa sem discussão, gerando fortes conflitos dentro da instituição.

Além disso, conforme consta na ata da 333ª reunião do Conselho Universitário da UnB (CONSUNI), realizada em 19 de outubro de 2007, a universidade criou um documento chamado “A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social” como condição para a universidade ingressar no REUNI, mas a administração *pro tempore* da UnB reconheceu que o projeto específico que foi submetido ao MEC em 29 de outubro de 2007 não era o mesmo que tinha sido aprovado pelo CONSUNI. Muito pelo contrário<sup>142</sup>:

- a proposta encaminhada ao MEC estava fundamentada nos chamados “Bacharelados em Grandes Áreas” (BGA’s), estrutura curricular que não havia sido aprovada pela maioria das Unidades Acadêmicas e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da universidade;
- dos 27 cursos novos propostos pelas Unidades Acadêmicas, apenas 10 haviam sido incluídos na proposta final encaminhada ao MEC;
- a proposta não contemplava um acréscimo de vagas de ingresso em cursos de graduação existentes, o que havia sido solicitado por 22 cursos de graduação;
- a previsão de investimentos contida na proposta da UnB privilegiava a construção de grandes auditórios e de centros de convenção nos 4 *campi* e não contemplava a construção e reforma de laboratórios de Unidades Acadêmicas proponentes da expansão no *campus* Darcy Ribeiro;
- a proposta continha equívocos nos dados de pós-graduação e não informava o aumento real do número de cursos de Mestrado e Doutorado, o que estava em desacordo com os dados oficiais da Universidade e a beneficiava nos indicadores finais do REUNI;
- a proposta da UnB continha equívocos na duração de alguns cursos e no número de egressos de graduação, o que também a beneficiava nos indicadores finais do programa;
- o TCU, em 16 de abril de 2008, havia determinado a devolução aos cofres da União

---

142 Conforme consta em [http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc\\_reuni\\_novo.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_novo.pdf). Acesso em 12 de maio de 2013.

de R\$ 30.742.529,30, referentes à parcela de rubrica investimentos estabelecida para 2007 no âmbito do REUNI;

- havia um sentimento de necessidade de maiores discussões sobre o REUNI por parte da maioria da comunidade acadêmica e eventualmente solicitar alteração do projeto.

Pelos motivos elencados, em 29 de maio de 2008, o CEPE aprovou uma proposta e votou a favor da criação de quatro comissões para elaborar as diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes gerais do REUNI, tendo como base os documentos recebidos pelas Unidades Acadêmicas.

Em 6 de junho de 2008 foi realizado o Seminário “O REUNI na UnB: Construção de uma Proposta Coletiva”, com caráter de audiência pública, para a apresentação e discussão dos resultados das Comissões. Em seguida o CEPE aprovou algumas diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes gerais do REUNI e, em 26 de junho de 2008, aprovou os resultados do trabalho da Comissão no que se refere à lista de cursos novos e de ampliação de vagas nos cursos existentes e à estimativa de distribuição de docentes e de recursos financeiros, elaborados com base nas demandas das Unidades Acadêmicas, nos trabalhos realizados pelas Comissões, nas discussões ocorridas no Seminário e no próprio CEPE, no documento Diretrizes para adequação da proposta da UnB às Diretrizes Gerais do REUNI e nas Metas e Diretrizes Gerais do REUNI. No dia 4 de julho o CONSUNI, na sua 339ª reunião, aprovou nova proposta da UnB para o REUNI.

Após esta rodada de discussão, a recepção do programa entre os professores da UnB parece ter superado em parte os equívocos políticos na condução do processo. Para 19 professores (9,95%), a expansão foi “Ótima”, 56 (29,32%) “Boa”, 72 (37,70%) “Regular”, 37 (19,37%) “Ruim”, 7 (3,66%) “Prefiro não opinar”. 5 respostas (2,55%) foram deixadas em branco e não foram contabilizadas.

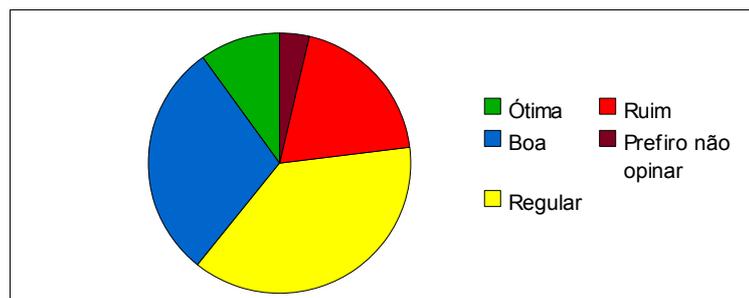


Gráfico 47. Perspectiva sobre a expansão institucional.

#### 2.40. 45ª questão

45 - Como observa o atual interesse e envolvimento dos estudantes da Graduação da UnB em geral?

- São muito interessados e envolvidos
- São interessados e envolvidos
- Cumprem os seus deveres
- São pouco interessados e envolvidos
- Não são interessados e envolvidos
- Nenhuma das anteriores
- Prefiro não opinar

Uma questão de escolha forçada sobre os estudantes de graduação tem evidentemente algumas limitações pois sozinha poderia gerar uma longa discussão principalmente no campo da educação. Contudo, procuramos através dela tão somente delinear uma percepção geral dos professores, servindo de base para a geração de uma eventual série de hipóteses a serem exploradas futuramente.

Existem algumas teorias que tratam deste assunto, mas, para simplificar, destacamos a “Teoria X e Y”, de Douglas McGregor (1957)<sup>143</sup>, que nos descreve duas maneiras antagônicas de se (pre)conceitualizar as pessoas. Uma seria mais positiva e moderna, a teoria Y, baseada na confiança e, a outra, seria negativa e antiquada, a teoria X, baseada na desconfiança<sup>144</sup>.

143 Disponível em: <http://msbmonline.org.uk/campus/onlinelibrary/books/humansideofenterprise.pdf>.

144 Onde as pessoas seriam consideradas como naturalmente preguiçosas, pouco ambiciosas e sem iniciativa própria.

The most scientists does not deny that human behavior in industrial organization today is approximately what management perceives it to be. He has, in fact, observed it and studied it fairly extensively. But he is pretty sure that this behavior is not a consequence of man's inherent nature. It is a consequence rather of the nature of industrial organizations of management, philosophy, policy, and practice. The conventional approach of Theory X is based on mistaken notions of what is cause and what is effect. (MCGREGOR, 1957, p. 6)

Se adaptássemos esta teoria ao contexto universitário poderíamos dizer que um professor que têm uma visão negativa das pessoas tende a ser mais fiscalizador e controlador, pois acredita que quando “virar as costas” o estudante irá parar de trabalhar. Ele deverá tratar a todos de modo mais rígido e será autocrático, decidindo tudo sozinho.

Já de acordo com a teoria Y, o professor acreditaria que seus estudantes são ambiciosos, gostam de estudar, têm capacidade de decidir, têm iniciativa e buscam assumir responsabilidades e desafios. Desse modo, o próprio estudante se controla e não precisa sofrer coerção. As aulas e as pesquisas seriam mais participativas com a delegação de poderes para os estudantes assumirem responsabilidades num ambiente mais democrático. Esta teoria seria mais adequada a uma organização que esteja em um ambiente instável e dinâmico e que busque a inovação nos processos de trabalho.

Obviamente, as percepções dos professores precisam ser consideradas dentro de um contexto interativo onde os comportamentos e ações sociais dos estudantes, dos outros professores e da gestão da universidade também são fundamentais.

De todo modo, os resultados auferidos por esta questão são preocupantes. Para apenas 3 professores pesquisados (1,55%) os estudantes de graduação são “Muito interessados e envolvidos”; para 48 (24,87%) “São interessados e envolvidos”; para 43 (22,28%) “Cumprem os seus deveres”; para 66 (34,20%) “São pouco interessados e envolvidos”; para 18 (9,33%) “Não são interessados e envolvidos”; para 9 (4,66%) “Nenhuma das anteriores”; 6 (3,11%) preferiram não opinar. 3 respostas (1,53% do total) foram deixadas em branco.



Gráfico 48. Percepções sobre estudantes da graduação.

#### 2.41. 46ª questão

46 - Como observa o atual interesse e envolvimento dos estudantes da Pós-Graduação da UnB em geral?

- São muito interessados e envolvidos
- São interessados e envolvidos
- Cumprem os seus deveres
- São pouco interessados e envolvidos
- Não são interessados e envolvidos
- Nenhuma das anteriores
- Prefiro não opinar

A Pós-Graduação vem passando por uma série de transformações no mundo todo em especial desde 1995 com o lançamento do documento “*Reshaping the graduate education of scientists and engineers*”, produzido pela *National Academy of Science* que colocou em debate uma série de insatisfações da sociedade norte americana com relação à pós-graduação. No mesmo ano, “a União Europeia publicou o *Green Paper of Innovation* (1995) que fazia referências ao 'paradoxo europeu', isto é, ao fato de que os países europeus, embora contando com uma ciência de alto nível, apresentavam dificuldades em traduzir esse conhecimento em resultados tecnológicos capazes de imprimir uma vantagem competitiva real para a sua indústria nos mercados mundiais” (BALBACHEVSKI, 2010, p.181).

Entretanto, de lá para cá, o tema da pós-graduação no Brasil tem se mantido como um *tabu* em decorrência de um relativo sucesso do modelo de avaliação da CAPES, cujos

critérios quantitativos tem um grande peso, apesar de inconsistências como o baixo impacto da produção científica, tecnológica e de inovação brasileira em comparação com outros países<sup>145</sup>.

Além disso, as poucas mudanças implantadas neste nível de ensino nos últimos anos não representam grandes progressos, a exemplo da introdução do chamado “mestrado profissionalizante” que, apesar de criar uma divisão artificial entre o “acadêmico” e o “profissional”, tem se mostrado menos profissionalizante do que o “mestrado acadêmico”. Pretendeu-se na verdade criar uma modalidade de pós-graduação mais flexível (inclusive criando a possibilidade de cobrar mensalidades em universidades públicas), num contexto de desvalorização do mestrado pelo Processo de Bolonha, mas que pudesse ser avaliada pela CAPES, ao contrário do que ocorre com a pós-graduação *Lato Sensu* em geral.

O problema é ainda mais grave quando consideramos as condições de trabalho e a *expertise* dos titulados ao final dos cursos. Conforme Luz (2008, pp. 224-225),

Tais recursos humanos acadêmicos aprenderam, prioritariamente, a desenhar um projeto de pesquisa (LUZ, 2005a), capaz de angariar recursos e de gerar produção no estrito prazo da realização de seus cursos (dois anos para o mestrado e quatro para o doutorado), conforme as normas das agências de fomento à pesquisa ou, mais simplesmente, as agências de ciência e tecnologia. São profissionais treinados para competir por recursos e para obterem reconhecimento por sua produtividade sem que uma ética profissional concernido o caráter público da produção científica, o reconhecimento aos seus professores e o respeito aos seus pares tenham-lhes sido transmitida com a mesma urgência e intensidade (LUZ, 2007). Tendem a competir como indivíduos num mercado de empregos (...) Tenderão como seus professores, a adoecer em consequência do excesso de atividades e face ao contínuo estresse gerado pelo regime social de trabalho vigente (com seus valores competitivos característicos) ao qual têm que submeter-se para sobreviver. (LUZ, 2008, pp. 224-225).

Mesmo assim, na UnB a percepção dos professores sobre os estudantes de pós-graduação é um pouco melhor do que a dos estudantes de graduação, mas ainda é preocupante. Para apenas 9 professores (4,64%) os estudantes de pós-graduação “São muito interessados e envolvidos”; para 48 (24,74%) “São interessados e envolvidos”; para 60 (30,93%) “Cumprem os seus deveres”; para 34 (17,53%) “São pouco interessados e

---

145 Uma característica importante das reformas introduzidas em vários países é a criação de Escolas de Pesquisa, onde o treinamento do doutorando acontece em ambientes integrados de pesquisa e formação. (BALBACHEVSKI, 2010, p.183).

envolvidos”; para 5 (2,58%) “Não são interessados e envolvidos”; 29 (14,95%) preferiram não opinar e 9 (4,64%) “Nenhuma das anteriores”. 2 respostas foram deixadas em branco (1,02% do total) e não foram consideradas nos cálculos.

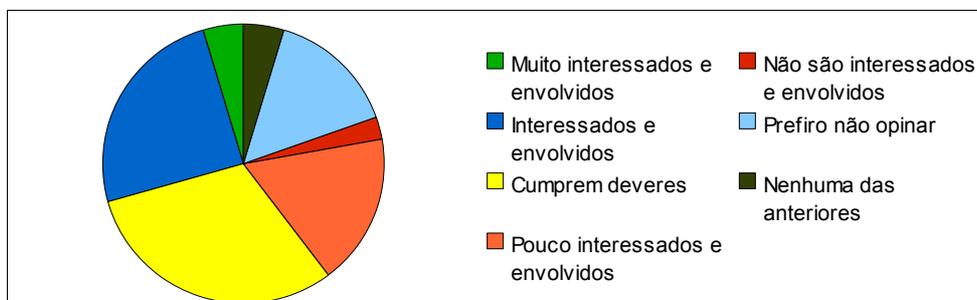


Gráfico 49. Percepções sobre estudantes da pós-graduação.

## 2.42. 47ª questão

47 - Considera importante controlar as pesquisas realizadas pela UnB?

- Sim
- Não
- Em alguns casos
- Prefiro não opinar

O controle da pesquisas realizadas nas universidades é um tema controverso, como veremos na comparação entre os 8 diferentes grupos e por isso merece ser colocado em discussão sem generalizações, devendo ser tratado considerando as singularidades das áreas. De acordo com Trigueiro (2009, p.168), “novos interlocutores dos cientistas, e não só gestores de ciência e tecnologia e indústrias, passam a se imiscuir na ciência, exigindo explicações e um melhor entendimento sobre os novos resultados científicos que passam a interferir na vida dos indivíduos e no planeta, como um todo”.

Atentos a esta questão, 42 dos professores pesquisados, (21,65%), responderam “Sim”, as pesquisas devem ser controladas; 58 (29,90%) “Não”; 70 (36,08%) “Em alguns casos”; 24 (12,37%) preferiram não opinar. 2 respostas, (1,02%), foram deixadas em branco e não foram contabilizadas.

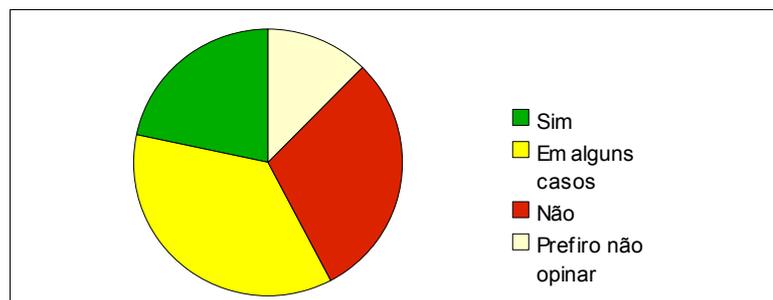


Gráfico 50. Controle das pesquisas.

### 2.43. 48ª questão

48 - Tem algum comentário sobre a greve dos Professores das Universidades Federais no ano de 2012?

(Breve posicionamento pessoal)

Nestas três últimas questões abertas, nós utilizamos uma ferramenta que não é muito utilizada no meio acadêmico, mas que se mostrou bastante profícua aos nossos objetivos. Construimos um “gráfico” conhecido como “nuvem de palavras” presente no *Wordle*<sup>146</sup>, não para mensurar o posicionamento dos professores com relação à questões polêmicas, mas para indicar temas importantes que às vezes podem se perder no meio de uma discussão.

Esta ferramenta em particular identifica as palavras mais citadas, digitadas em um campo específico da página eletrônica e as apresenta em tamanho maior e mais destacado no “gráfico”. Com esta metodologia, as seguintes questões emergiram sobre a greve dos professores das universidades federais em 2012:

146 <http://www.wordle.net/>. Acesso em 12 de novembro de 2013.







### 3. Capítulo 3. Emaranhamento de Variáveis

#### 3.1. Primeiras relações gerais.

Uma análise mais geral das informações sistematizadas no Capítulo anterior nos forneceu um primeiro panorama da UnB com relação à diferentes questões geralmente desconsideradas, principalmente pelos próprios professores e gestores públicos. Para aprofundar um pouco mais o trabalho, procuramos neste 3º Capítulo testar a intensidade de possíveis relações existentes entre os dados coletados, de forma exploratória e sem a pretensão de esgotar as suas possibilidades.

##### 3.1.1. Diferenças entre homens e mulheres.

Uma questão que pode gerar algumas hipóteses a serem desenvolvidas por trabalhos futuros se encontra na relação entre gênero e acesso à equipe técnica, à instalações físicas e à recursos financeiros. De uma forma geral, as mulheres foram excluídas da produção e do desenvolvimento de conhecimento durante muito tempo no Brasil e no mundo, quando não tiveram suas descobertas apropriadas por outros cientistas. Mas será que quando conseguem se estabelecer numa universidade como a UnB a situação muda? Em parte, mas há ainda muito a se fazer nesta área.

##### 3.1.1.1. Acesso à equipe técnica.

Podemos afirmar à princípio que as professoras, ao menos da UnB, têm uma percepção de limitação no que diz respeito ao acesso à equipe técnica um pouco maior do que os professores.

Tabela 21. Acesso equipe técnica e gênero.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade Fem.	37	21	29	9	1	2	99
%	38,14*	21,65*	29,9*	9,28*	1,03*	2,02	
Quantidade	30	27	24	8	5	1	95

Masc.							
%	31,92*	28,72*	25,53*	8,51*	5,32*	1,05	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

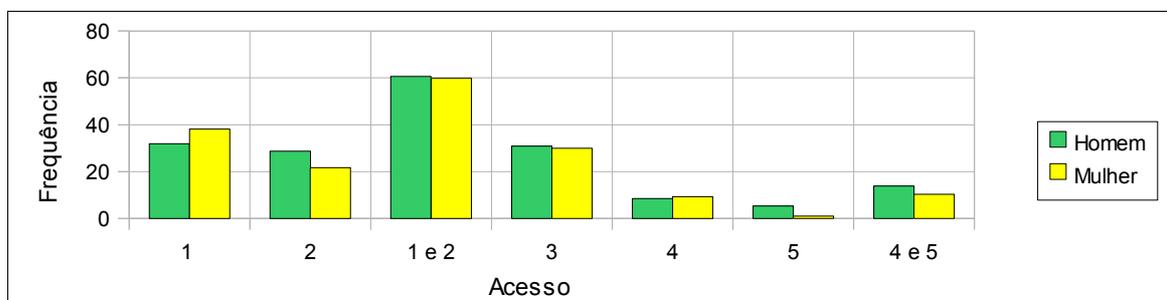


Gráfico 51. Acesso à equipe técnica e gênero.

### 3.1.1.2. Acesso à instalações físicas.

A percepção das professoras no que tange ao acesso às instalações físicas também reflete uma desvantagem comparativa com os professores, o que poderia justificar uma política específica da universidade para este grupo, definindo melhor os critérios utilizados para garantir o acesso de todos à tais recursos.

Tabela 22. Acesso à instalações físicas e gênero.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade Fem.	33	22	26	10	6	2	99
%	34,02*	22,68*	26,8*	10,31*	6,18*	2,02	
Quantidade Masc.	23	18	28	16	8	2	95
%	24,73*	19,35*	30,11*	17,2*	8,6*	2,1	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

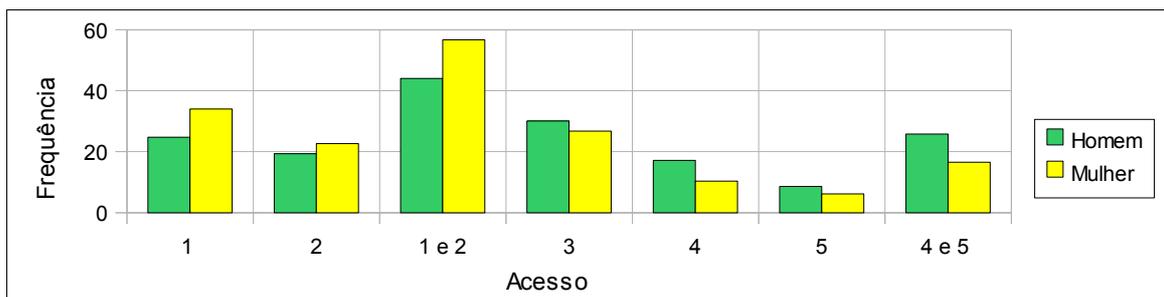


Gráfico 52. Acesso à instalações físicas e gênero.

### 3.1.1.3. Acesso à recursos financeiros.

O acesso à recursos financeiros também é avaliado como mais difícil pelas professoras em comparação com os professores e, neste caso, remete à necessidade da elaboração e implementação de políticas específicas do governo federal.

Tabela 23. Acesso à recursos financeiros e gênero.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade Fem.	40	23	22	11	1	2	99
%	41,24*	23,71*	22,68*	11,34*	1,03*	2,02	
Quantidade Masc.	29	17	27	14	7	1	95
%	30,85*	18,08*	28,72*	14,89*	7,45*	1,05	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

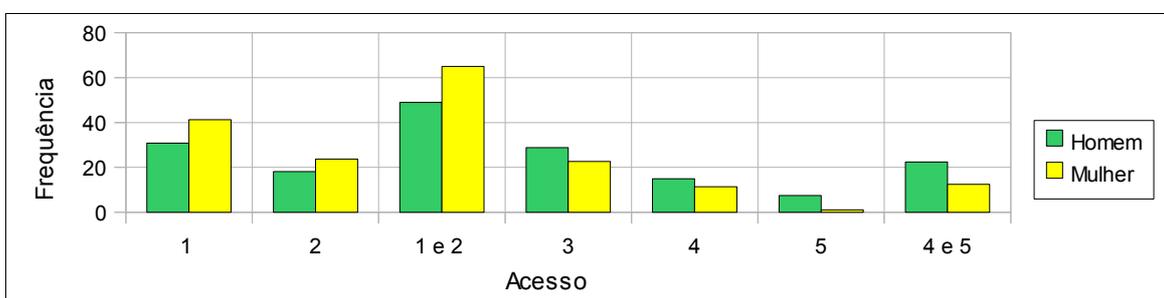


Gráfico 53. Acesso à recursos financeiros e gênero.

### 3.1.2. Ingresso com menos de 18 anos, conteúdo das disciplinas e visão

sobre os estudantes.

Realizamos também um cruzamento das informações levantadas pelos 57 professores que ingressaram no ensino superior antes dos 18 anos com os dados sobre o conteúdo das disciplinas que eles ministram e à visão que eles têm dos estudantes.

### 3.1.2.1. Ingresso com menos de 18 anos e conteúdo das disciplinas.

Dos 57 professores que ingressaram no ensino superior antes dos 18 anos, 24 (42,11%) consideram o conteúdo da disciplina que ministram “Ótimo”, outros 26 (45,61%) “Bom”, 6 (10,53%) “Regular” e apenas 1 (1,75%) “Ruim”. Olhando de uma forma comparativa, estes professores foram mais generosos na avaliação deste quesito, em comparação com os dados gerais da UnB. Mas, o que poderia ter gerado esta diferença? Somente uma análise mais detalhada com estes professores pode levantar hipóteses a este respeito.

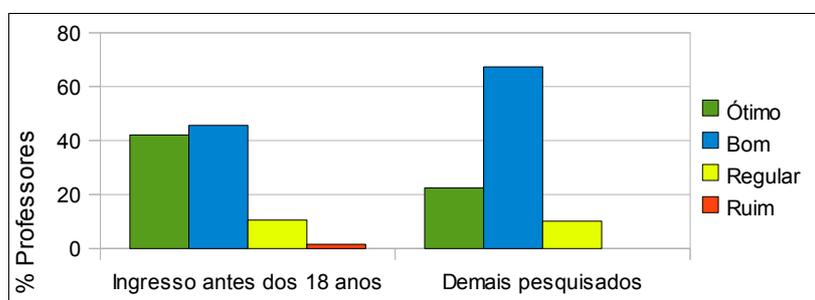


Gráfico 54. Disciplinas e ingresso no ES.

### 3.1.2.2. Ingresso com menos de 18 anos e percepção sobre alunos da graduação.

Para este mesmo conjunto de professores, a proporção dos estudantes de graduação que são considerados pouco interessados e envolvidos é um pouco maior do que na comparação com os dados gerais da UnB. Apenas 3 professores (5,26%) consideram os alunos de graduação “Muito interessados e envolvidos”, 15 (26,32%) “Interessados e

envolvidos”, 13 (22,81%) que eles “Cumprem seus deveres”, 17 (29,82%) que “São pouco interessados e envolvidos”, 5 (8,77%) que “Não são interessados e envolvidos”, 3 (5,26%) “nenhuma das opções” e 1 (1,75%) preferiu não opinar.

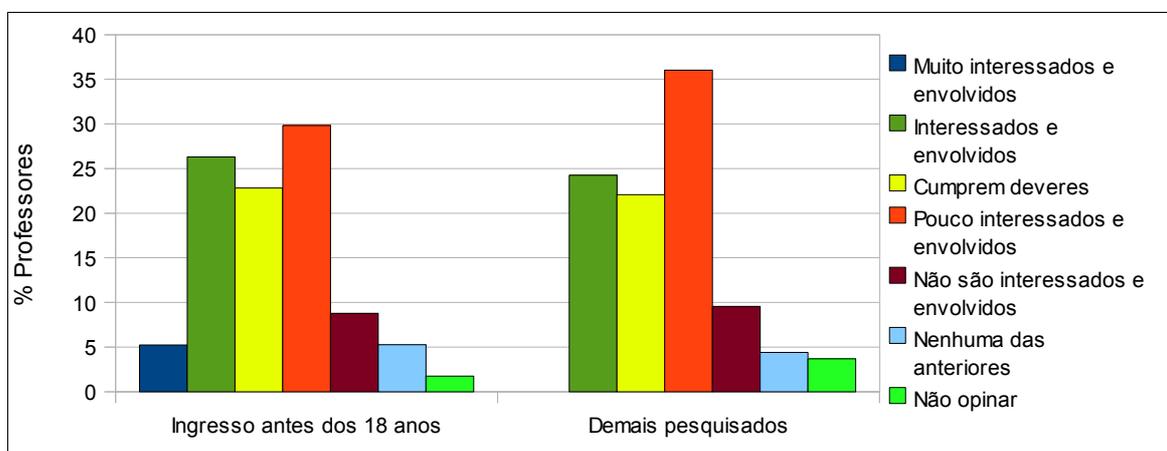


Gráfico 55. Percepção dos alunos da graduação e ingresso no ES.

### 3.1.2.3. Ingresso com menos de 18 anos e percepção sobre alunos da pós-graduação.

Com relação aos alunos de pós-graduação, 3 professores deste mesmo grupo (5,26%) os consideram “Muito interessados e envolvidos”, 19 (33,33%) os consideram “Interessados e envolvidos”, 17 (29,82%) que “Cumprem seus deveres”, 11 (19,30%) que “São pouco interessados e envolvidos”, 1 (1,75%) que “Não são interessados e envolvidos”, 3 (5,26%) preferiram não opinar e 3 (5,26%) “Nenhuma das anteriores”. A principal diferença com os dados gerais da UnB se encontra na proporção um pouco maior dos professores que consideram os estudantes de pós-graduação interessados e envolvidos.

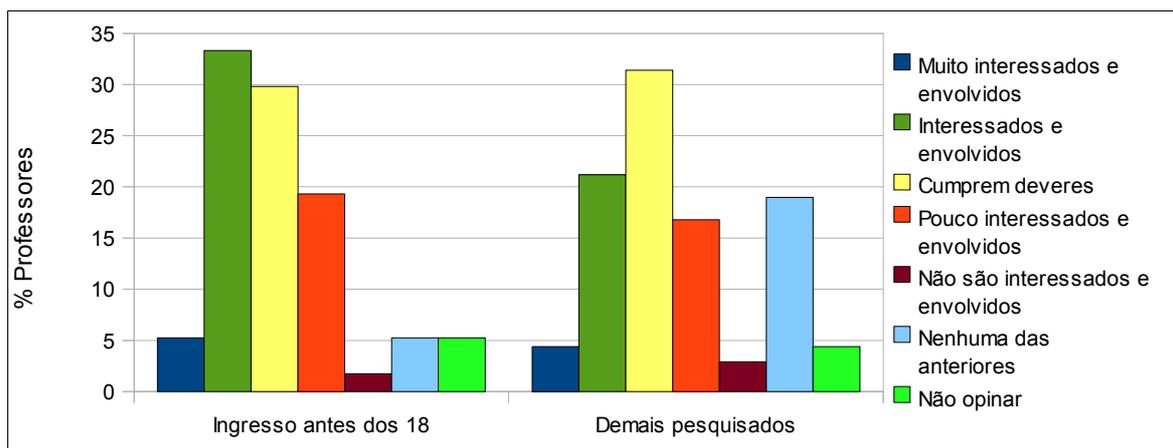


Gráfico 56. Percepção dos estudantes da pós-graduação e ingresso no ES.

### 3.1.3. Intercâmbio e Pós-Doutorado.

Uma outra questão interessante emerge ao correlacionarmos os professores que realizaram intercâmbio como estudantes, como professores e como professores e estudantes.

Constatamos que dos 18 professores que participaram de programas de intercâmbio enquanto estudantes e já como professores, 16 (88,88%) realizaram Pós-Doutorado, apenas 1 (5,55%) não e outro (5,55%) deixou a resposta em branco.

Do total de 32 professores que realizaram intercâmbio apenas na condição de professor, 15 (46,87%) chegaram a fazer Pós-Doutorado, 16 (50%) não e 1 (3,13%) deixou a resposta em branco.

Já dos 37 professores que participaram de intercâmbio somente como estudantes a realização de Pós-Doutorado caiu para 7 (18,92%) “Sim” e 30 (81,08%) “Não”.

Dos 5 que responderam apenas “Sim” quanto a terem realizado intercâmbio, apenas 2 realizaram Pós-Doutorado e 3 não.

Certamente, os professores que realizaram intercâmbio somente como estudantes podem estar aguardando a oportunidade de realizar um intercâmbio já como professores, num possível pós-doutorado, ajudando no estabelecimento de parcerias, estudos posteriores e aprofundamento das pesquisas. De todo modo, observamos que:

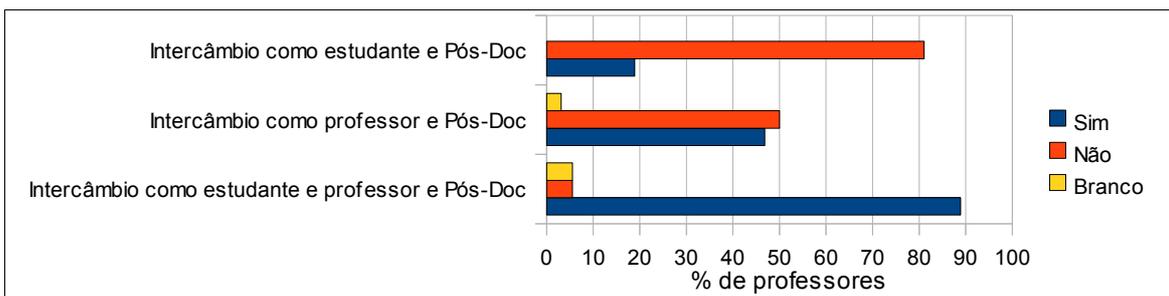


Gráfico 57. Intercâmbio e Pós-Doc.

### 3.1.4. Pós-Doutores e interação.

Com relação aos 59 professores que realizaram Pós-Doutorado observamos uma interação mais definida com a realização de trabalhos conjuntos com outros professores do mesmo departamento, de outros departamentos, de outras instituições, com empresas, em comparação com os dados gerais da UnB, o que reafirma a importância desta atividade.

#### 3.1.4.1. Pós-Doutores e trabalho conjunto no mesmo departamento.

Dos professores que realizaram Pós-Doutorado, 19 (32,76%) responderam “Sim” à questão sobre trabalhar com outros professores no mesmo departamento; 14 (24,14%) “Sim, mais de uma vez, eventualmente”; 16 (27,58%) “Sim, todo semestre; 7 (12,07%) “Sim, todo ano”; 2 (3,45%) “Não”; 1 (1,69%) em branco.

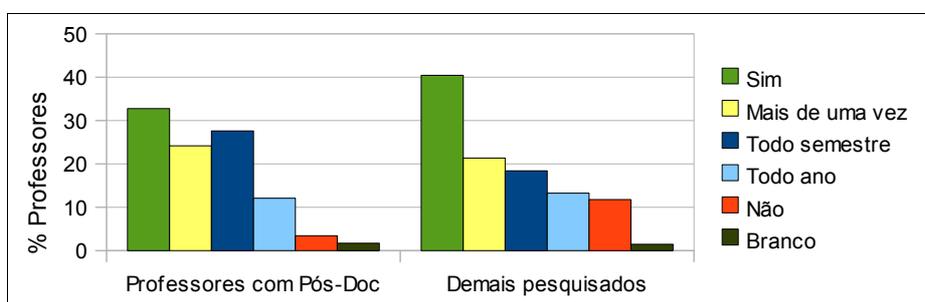


Gráfico 58. Pós-Doutores e trabalho conjunto no mesmo departamento.

#### 3.1.4.2. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outros

### departamentos.

Dentro deste mesmo Grupo de professores, 12 (20,34%) responderam “Não” à questão sobre realizar pesquisas com professores de outros departamentos; 15 (25,42%) “Sim”; 17 (28,81%) “Sim, mais de uma vez, eventualmente”; 9 (15,25%) “Sim, todo semestre”; e 6 (10,17%) “Sim, todo ano”.

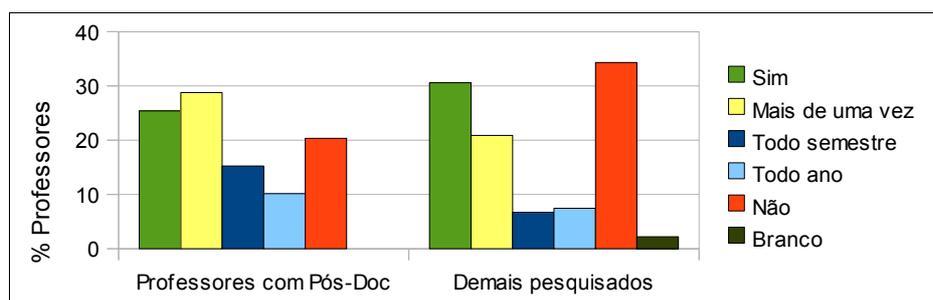


Gráfico 59. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outros departamentos.

### 3.1.4.3. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outras instituições.

Evidentemente, os professores com Pós-Doutorado têm uma relação maior com outras instituições, mas, destacamos que essa interação é o dobro dos demais pesquisados quando se trata de trabalhos realizados “4 vezes ou mais”. Os dados são: 8 professores (13,56%) com Pós-Doutorado responderam “Não” sobre realizar pesquisas com outras instituições; 5 (8,47%) “Sim, 1 vez”; 3 (5,08%) “Sim, 2 vezes”; 6 (10,17%) “Sim, 3 vezes”; 37 (62,71%) “Sim, 4 vezes ou mais”.

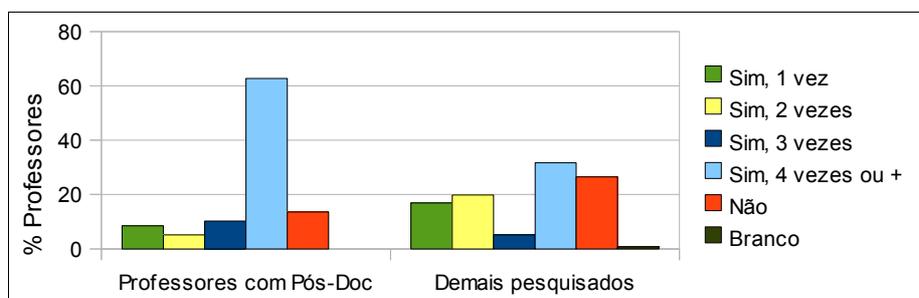


Gráfico 60. Pós-Doutores e trabalho conjunto com outras instituições.

### 3.1.4.4. Pós-Doutores e trabalho conjunto com empresas.

Já com relação aos trabalhos em conjunto com empresas, 38 professores com Pós-Doutorado (64,41%) responderam “Não”; 5 (8,47%) “Sim, 1 vez”; 6 (10,17%) “Sim, 2 vezes”; 3 (5,08%) “Sim, 3 vezes”; 7 (11,86%) “Sim, frequentemente”.

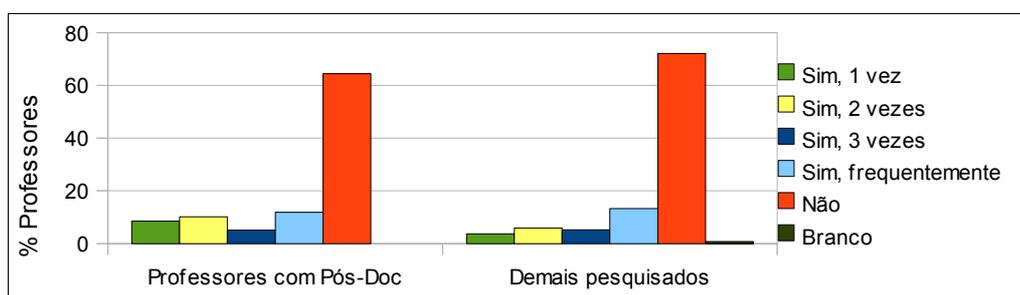


Gráfico 61. Pós-Doutores e trabalho conjunto com empresas.

### 3.1.4.5. Pós-Doutores e religião.

Por fim, 23 professores deste mesmo Grupo (39,65%) responderam “Sim” sobre ter uma religião; 7 (12,07%) “Sim, participo de encontros toda semana”; 6 (10,34%) “Sim, participo de encontros todo mês”; 16 (27,59%) “Não”; 5 (8,62%) “Não, sou agnóstico”; 1 (1,72%) “Não, sou ateu”; e 1 resposta (1,69%) foi deixada em branco.

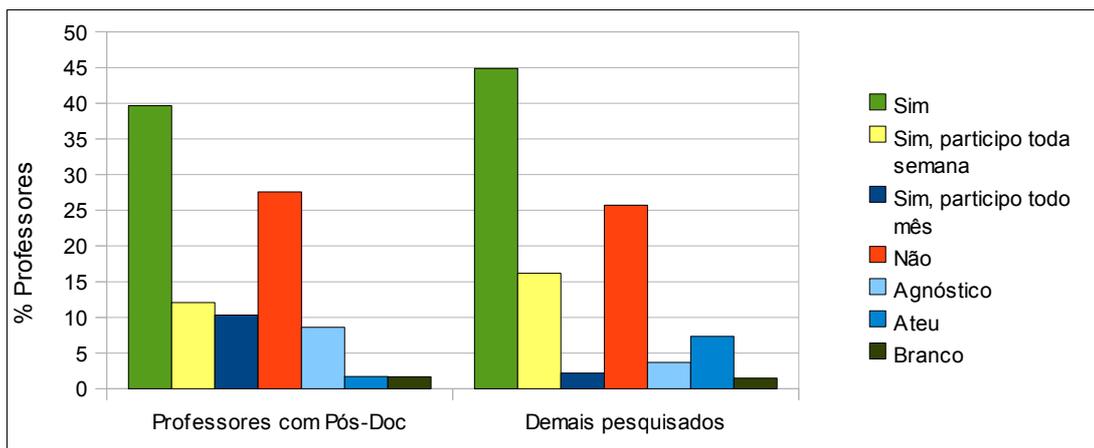


Gráfico 62. Pós-Doutorado e religião.

### 3.1.5. Professores Titulares.

Considerando que os professores titulares têm uma experiência maior na universidade, procuramos sondar a visão deles com relação ao próprio trabalho no futuro, sobre os estudantes e sobre a expansão da universidade.

#### 3.1.5.1. Professores Titulares e visualização dos trabalhos.

Podemos observar que dos 15 professores titulares, 10 (71,43%) consideram que o seu trabalho continuará seguindo as diretrizes já delineadas, 4 (28,57%) que ele sofrerá pequenas modificações. Uma resposta foi deixada em branco. Desse modo, no geral, a percepção destes professores titulares é a de que os seus trabalhos continuarão seguindo as linhas já delineadas de uma forma mais intensa do que na comparação com os dados gerais da UnB.

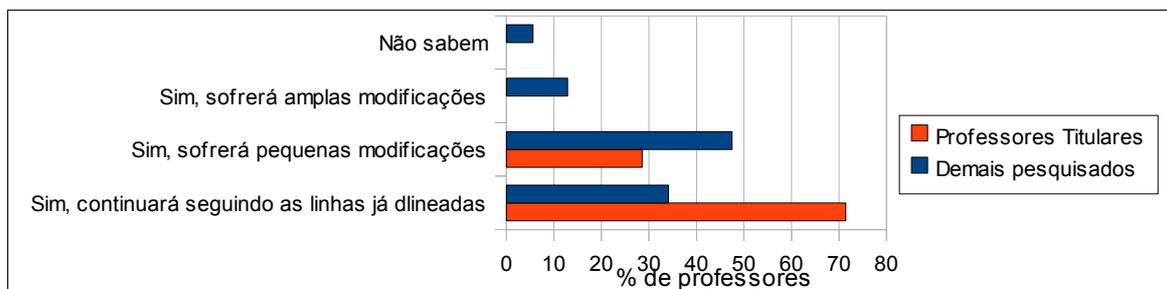


Gráfico 63. Professores Titulares e visualização do trabalho.

### 3.1.5.2. Professores Titulares e estudantes de graduação.

Com relação aos estudantes de graduação, apenas 1 professor titular (6,67%) os considera “Muito interessados e envolvidos”, 3 (20%) os consideram “Interessados e envolvidos”, 4 (26,67%) que eles apenas “Cumprem os seus deveres”, 5 (33,33%) que “São pouco interessados e envolvidos”, 1 (6,67%) que “Não são interessados e envolvidos” e 1 (6,67%) preferiu não opinar. Esta percepção é um pouco mais positiva do que a dos demais pesquisados.

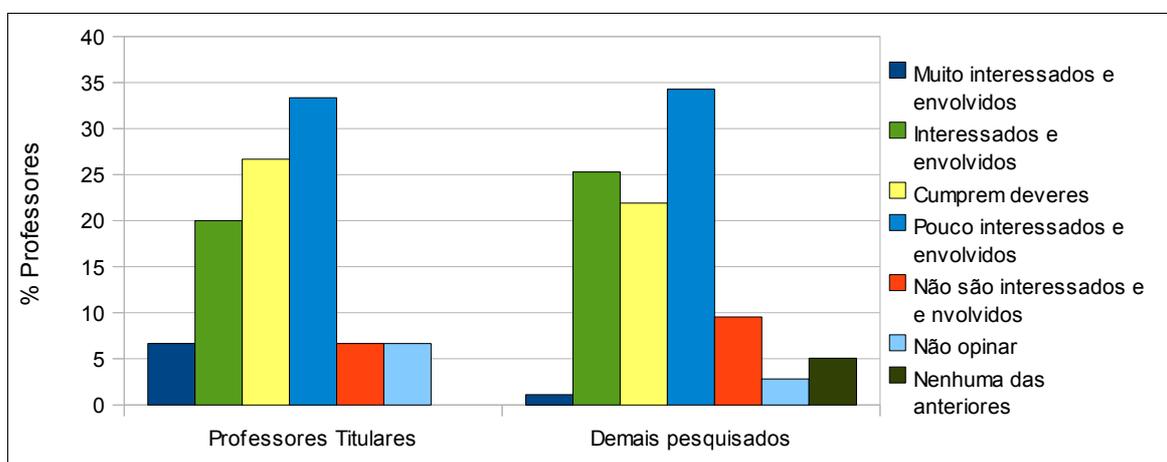


Gráfico 64. Professores Titulares e estudantes de graduação.

### 3.1.5.3. Professores Titulares e estudantes de pós-graduação.

Com relação aos estudantes de pós-graduação, 6 professores titulares (40%) consideram que eles são “Interessados e envolvidos”, 4 (26,67%) que eles apenas “Cumprem os seus deveres”, 3 (20%) que eles são “Pouco interessados e envolvidos”, 1 (6,67%) que “Não são interessados e envolvidos” e, 1 (6,67%) preferiu não opinar.

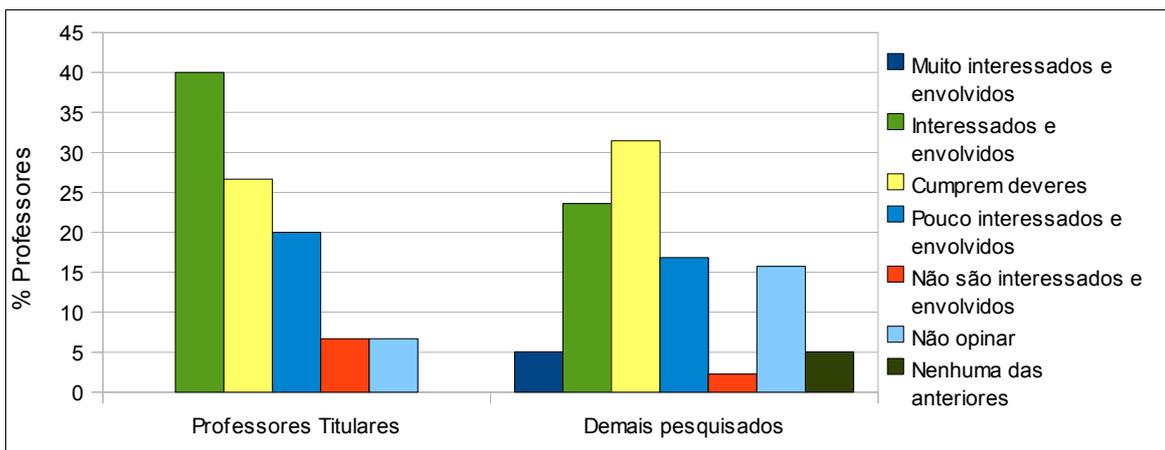


Gráfico 65. Professores Titulares e estudantes de pós-graduação.

#### 3.1.5.4. Professores Titulares e a expansão institucional da UnB.

Com relação à expansão, 3 professores titulares (20%) a consideraram “Ótima”, 2 (13,33%) “Boa”, 6 (40%) “Regular”, 3 (20%) “Ruim” e 1 (6,67%) preferiu não opinar.

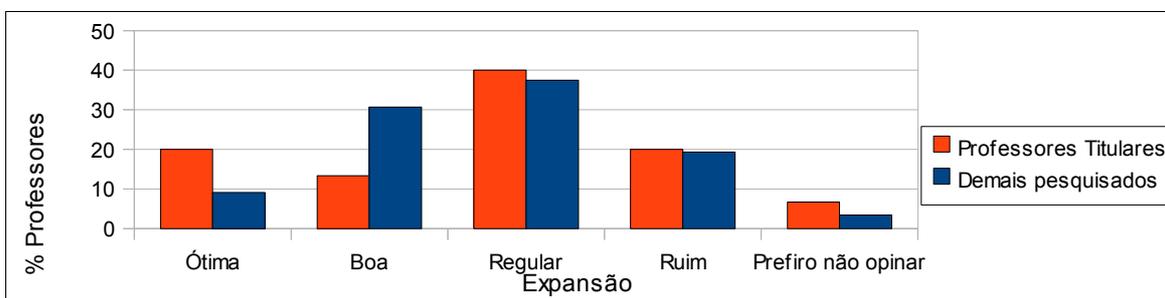


Gráfico 66. Professores Titulares e expansão.

#### 3.1.6. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento.

Com relação aos 18 professores que nunca realizaram um projeto em conjunto com os professores do mesmo departamento, núcleo ou laboratório, é possível observar que, isso se deve, em parte, ao fato de que muitos deles, 5, estão na instituição a menos de 1 ano; 7 estão entre 1 e 5 anos na UnB; e 5 têm mais de 5 anos de casa. Destes, uma resposta foi deixada em branco com relação ao tempo de UnB. Mesmo assim, no todo, esta questão merece atenção.

### 3.1.6.1. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e trabalhos com outros departamentos.

Dos 18 professores que não realizam trabalhos conjuntos no próprio departamento, 11 (61,11%) nunca realizaram projeto em conjunto com outros departamentos, 4 (27,78%) “Sim”, 2 (11,11%) “Sim mais de uma vez” e 1 (5,55%) “Sim, todo ano”.

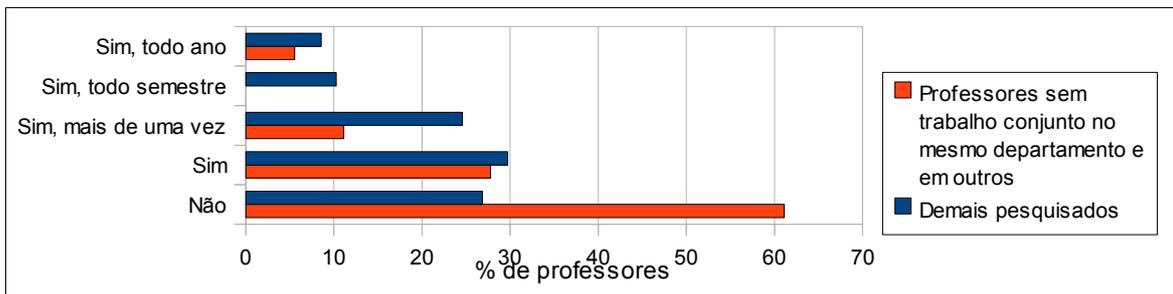


Gráfico 67. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e em outros departamentos.

### 3.1.6.2. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e trabalhos com outras instituições.

Deste mesmo Grupo, 7 professores (38,89%) nunca realizaram pesquisa em conjunto com outras instituições, 2 (11,11%) uma vez, 2 (11,11%) duas vezes, 2 (11,11%) três vezes e 5 (27,78%) 4 vezes ou mais.

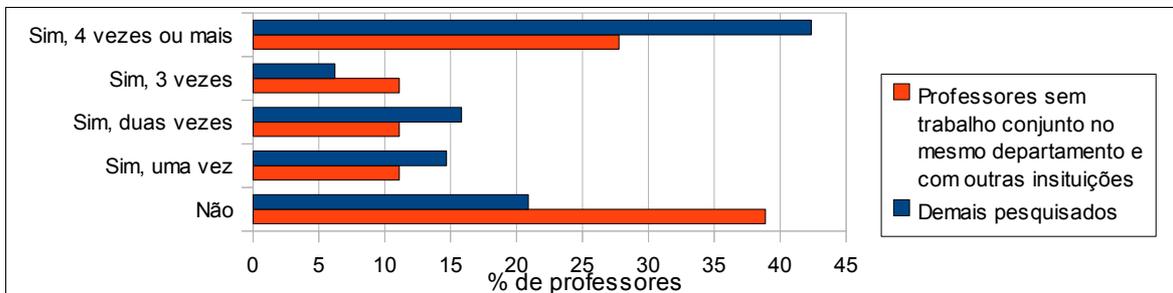


Gráfico 68. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e outras instituições.

### 3.1.6.3. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e trabalhos com empresas.

Dos 18 professores que não realizam trabalhos conjuntos no próprio departamento, 14 (77,78%) nunca realizaram pesquisa em conjunto com empresas, 1 (5,55%) “Sim, duas vezes” e 3 (16,67%) “Sim, frequentemente”.

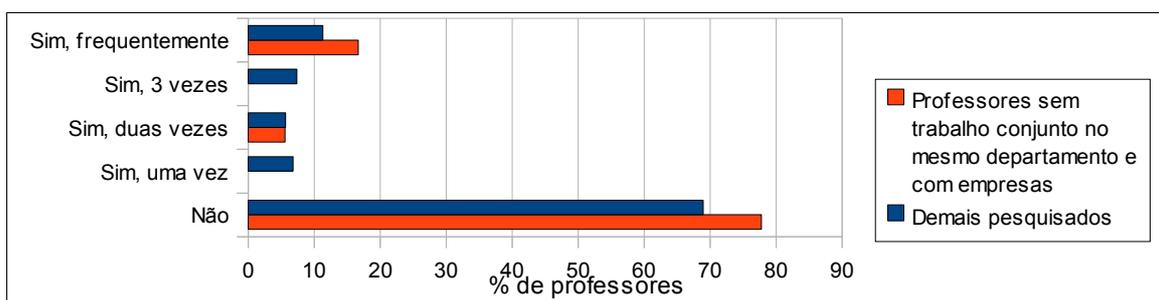


Gráfico 69. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e empresas.

### 3.1.6.4. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e participação em grupos informais.

Com relação à participar de grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos, fora da UnB, com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, 13 professores deste mesmo Grupo (72,22%) disseram “Não”, 4 (22,22%) “Eventualmente” e 1 (5,55%) “Toda semana”. De modo geral estes dados evidenciam que os professores que não participam de atividades dentro do próprio departamento têm a tendência de não participar em outras esferas, o que merece ser entendido e respeitado.

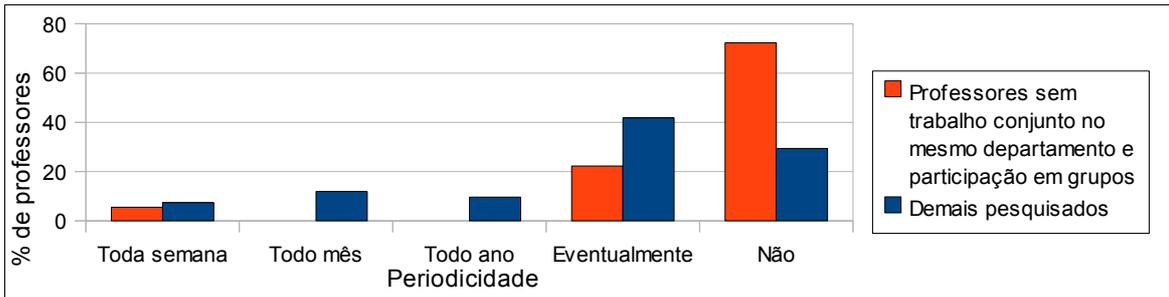


Gráfico 70. Professores sem trabalho conjunto no mesmo departamento e reuniões informais.

### 3.1.7. Professores que trabalham com empresas.

No que diz respeito aos 59 professores que já trabalharam em conjunto com empresas há apenas uma pequena diferença sobre a perspectiva deles com relação a possibilidade das suas pesquisas resultarem em pedidos de patentes e o que eles visualizam para o trabalho nos próximos anos.

#### 3.1.7.1. Trabalho com empresas e patentes.

42 professores (71,19%) dos 59 que trabalham com empresas afirmaram que “Não se aplica” a questão sobre a possibilidade do trabalho que realizam gerar alguma patente. Outros 12 (20,34%) afirmaram apenas que “Sim”, outros 3 (5,08%) “Sim, em cotitularidade com empresas”, 1 (1,69%) “Sim, em cotitularidade com outras instituições” e 1 (1,69%) sim, em cotitularidade com outras empresas e instituições.

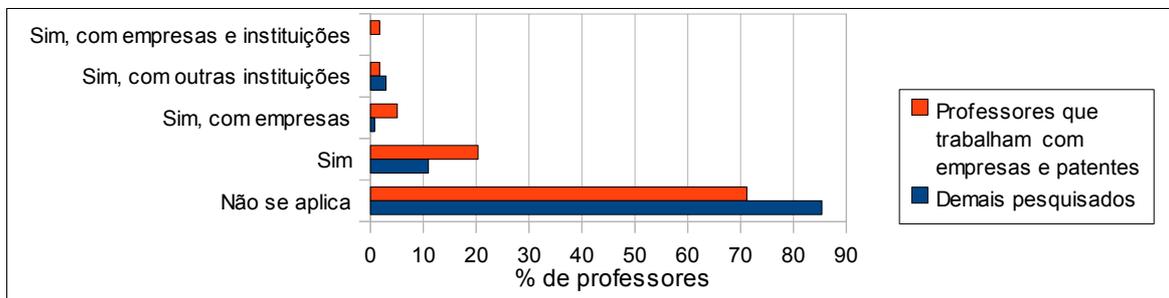


Gráfico 71. Trabalho com empresas e patentes.

### 3.1.7.2. Trabalho com empresas e perspectivas do trabalho.

Para este mesmo grupo de professores, 27 (45,76%) consideram que os seus trabalhos continuarão seguindo as diretrizes já delineadas nos próximos 3 anos, outros 26 (44,07%) que ele sofrerá pequenas modificações, apenas 4 (6,78%) que ele sofrerá amplas modificações e 2 (3,39%) não sabem, demonstrando que a interação destes professores com a dinâmica própria das empresas tem tido um baixo impacto nos seus trabalhos na universidade.

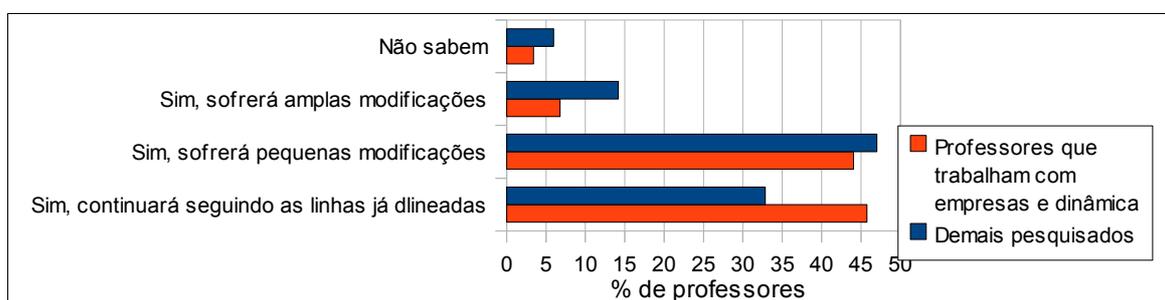


Gráfico 72. Trabalho com empresas e mudanças no trabalho na UnB.

### 3.1.8. Envolvimento político, expansão, potencial de mercado, contribuição social e conflitos.

Os professores que são filiados a algum partido político (6) e os que já foram (20) possuem uma percepção um pouco diferente com relação à expansão da universidade, ao potencial de mercado de um eventual produto das pesquisas, à contribuição social do seus trabalhos e possíveis conflitos surgidos com outros professores ou com a administração da universidade.

#### 3.1.8.1. Envolvimento político e expansão institucional.

Dos 26 professores deste grupo, 5 (19,23%) acharam a expansão institucional da universidade “Ótima”, 10 (38,46%) “Boa”, 8 (30,77%) “Regular”, 2 (7,69%) “Ruim” e 1 (3,85%) preferiu não opinar, evidenciando uma visão mais positiva do processo do que os demais professores pesquisados.

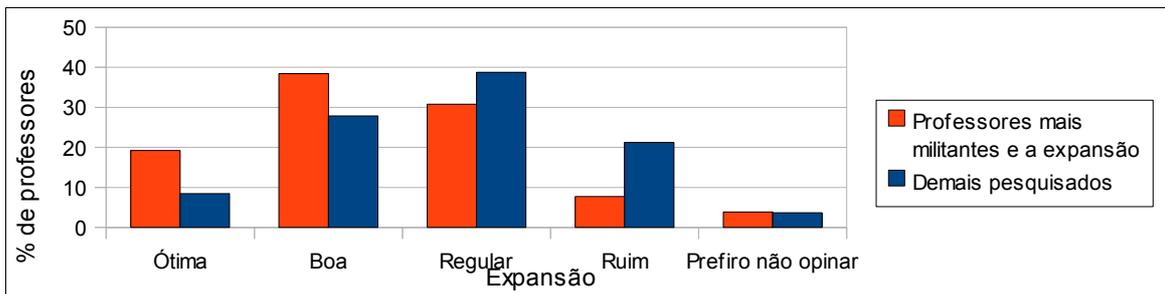


Gráfico 73. Envolvimento político e expansão.

### 3.1.8.2. Envolvimento político e potencial de mercado das pesquisas.

Com relação se ao potencial de mercado para um eventual produto final da pesquisa, este Grupo apresentou uma configuração mais concentrada nos extremos “1” e “5” em comparação com os demais professores.

Tabela 24. Potencial de mercado e militância.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	11	2	3	4	6	0	26
%	42,31	7,69	11,54	15,38	23,08	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

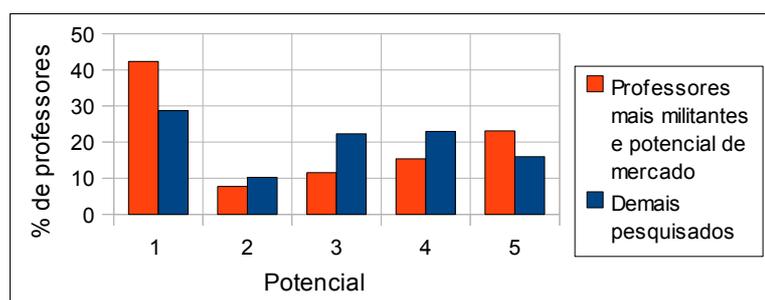


Gráfico 74. Envolvimento político e potencial de mercado das pesquisas.

### 3.1.8.3. Envolvimento político e contribuição social das pesquisas.

Já o potencial de contribuição social das pesquisas tem um peso maior para este Grupo, conforme as evidências a seguir.

Tabela 25. Potencial de contribuição social e militância.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	1	3	5	16	0	26
%	3,85	3,85	11,54	19,23	61,54	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

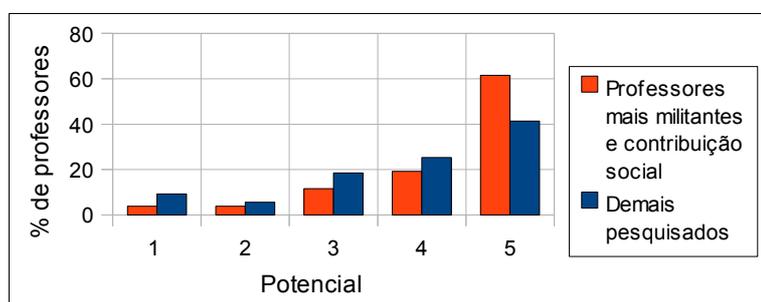


Gráfico 75. Envolvimento político e contribuição social das pesquisas.

#### 3.1.8.4. Envolvimento político e conflitos.

Neste Grupo em análise, 13 professores tiveram algum problema com outros professores ou com a administração da UnB, o que os coloca bem próximo da média da UnB.

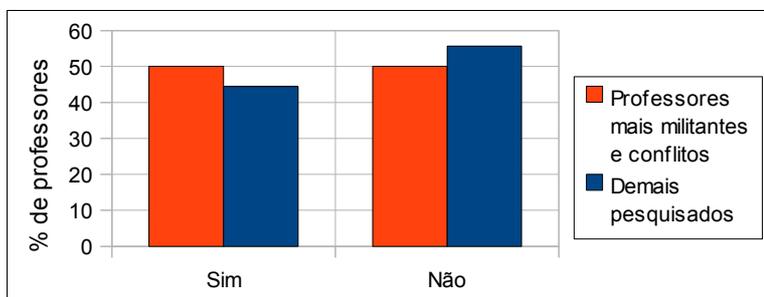


Gráfico 76. Envolvimento político e conflitos.

### 3.1.9. Fraudes, publicações, trabalhos conjuntos e controle das pesquisas.

Com relação aos 69 professores que já ouviram falar de fraude ou perceberam algum rumor neste sentido, podemos observar uma diferença nas suas percepções sobre publicações, trabalhos conjuntos com outros professores e a necessidade de controle das pesquisas.

#### 3.1.9.1. Fraudes e publicações.

Dos 69 professores deste grupo, 34 (49,27%) consideram que 1 artigo por semestre é suficiente, 14 (20,29%) consideram que sejam 3, 11 (15,94%) mais de 3 artigos, 9 (13,04%) somente publicações eventuais, 1 (1,45%) que não é importante publicar artigos, denotando que, para estes professores, as fraudes têm um impacto relativo nas opiniões sobre as quantidades de publicações em comparação com a média da UnB.

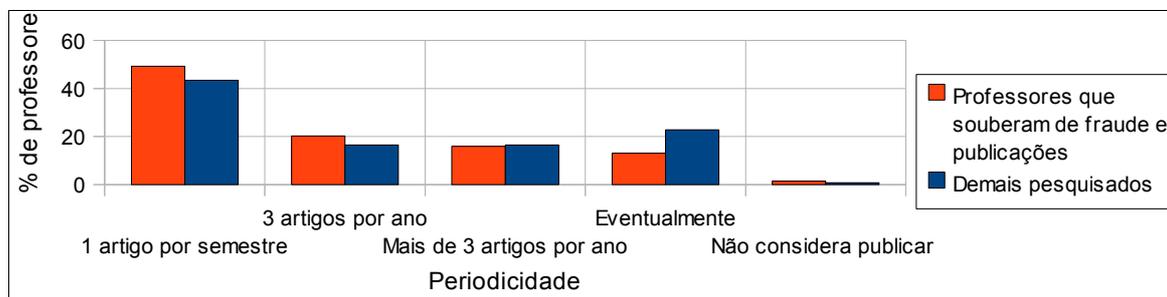


Gráfico 77. Fraudes e publicações.

#### 3.1.9.2. Fraudes e importância de outros professores.

Já a importância dos outros professores na escolha e desenvolvimento dos projetos de pesquisa foi um pouco mais afetada para este mesmo Grupo em comparação com a UnB em geral. Aos invés de nos concentrarmos nos termos correntes da discussão que muitas vezes fica centrada motivos dos indivíduos que cometeram falhas neste sentido, é preciso levar em consideração possíveis repercussões nos “departamentos”. Grupos que possuem

proporções altas deste tipo de conduta podem ser afetados principalmente no que tange aos trabalhos em equipe.

Tabela 26. Fraudes e importância de outros professores.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	12	10	23	17	1	69
%	8,82	17,65	14,71	33,82	25	1,45	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

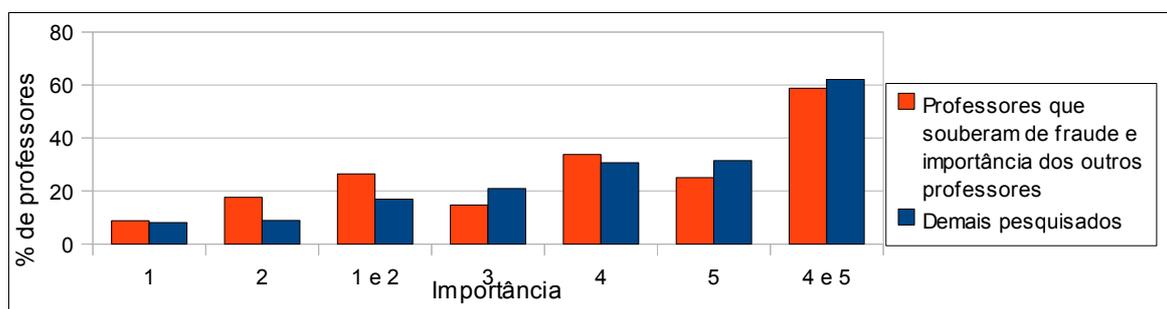


Gráfico 78. Fraudes e importância de outros professores.

### 3.1.9.3. Fraudes e controle das pesquisas.

Apesar de terem conhecimento de alguma fraude, a maior proporção de professores deste Grupo acredita na importância do controle das pesquisas, mas, somente em alguns casos, o que pode indicar uma preocupação em não afetar o todo pelo comportamento de alguns. Neste caso, o controle das pesquisas é importante para 15 professores (22,06%), 28 (41,18%) “Em alguns casos”, 17 (25%) “Não”, 8 (11,76%) “Prefiro não opinar” e 1 (1,45% do total) deixou a resposta em branco.

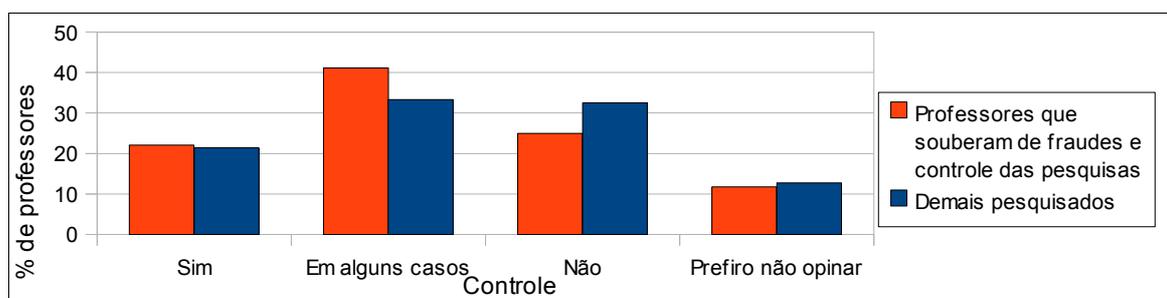


Gráfico 79. Fraudes e controle das pesquisas.

#### **4. Considerações finais.**

Os sistemas de ensino, ciência, tecnologia e inovação, a produção e o desenvolvimento de conhecimento e, por conseguinte, as próprias universidades, estão passando por uma série de profundas transformações nos últimos anos, entre as quais destacamos a expansão das matrículas escolares, a diversificação das modalidades organizacionais, bem como a internacionalização das pesquisas e das instituições.

Ao longo do trabalho procuramos demonstrar que este processo tem sido fortemente influenciado pela atuação de uma parcela dos pesquisadores, principalmente os universitários. No caso do Brasil, algumas iniciativas importantes podem ser observadas neste sentido desde o início do século XX com a constituição de associações científicas ou mesmo a participação direta deles em alguns empreendimentos governamentais que pretendiam intervir na economia, na política, na cultura, ou seja, na sociedade como um todo.

Algumas campanhas nacionais em defesa da educação e uma crescente presença na gestão administrativa e política de algumas fundações, autarquias, agências governamentais, entre outras, estão entre os mais importantes campos de protagonismo dos pesquisadores, como no caso da Capes que começou como uma campanha em defesa da educação e se transformou numa importante instituição de avaliação e fomento da pesquisa, do CNPq que durante muito tempo desempenhou um papel semelhante ao exercido por um ministério, da Finep, do FNDCT. Assim, com a predominância de uma participação mais institucionalizada, esta atuação pode ser organizada e, em muitos casos, controlada pelos próprios professores e pelos aparelhos do Estado.

A possibilidade de influenciar a sociedade como um todo atuando sobre a elaboração e a implantação de diretrizes governamentais favoreceu uma modificação relativa dos sistemas juntamente com um relativo incremento dos recursos financeiros para diferentes áreas consideradas estratégicas para o país, mas, algumas distorções comuns à situações de uso irregular da força política, numa sociedade com baixo desempenho democrático, refletiu num excessivo controle estatal principalmente das universidades públicas. Frente a essa situação, uma parcela dos pesquisadores procurou enfatizar a defesa de uma certa autonomia dos seus trabalhos, o que não se confunde com uma declaração de soberania ou de independência deles frente aos outros professores, às demandas do Estado

ou da sociedade como um todo. Esta autonomia procura em essência assegurar uma determinada liberdade na condução do ensino, da pesquisa e da extensão, sem interferências indevidas, seja do Estado ou do mercado.

Convergindo neste sentido, uma divisão teórica e política das pesquisas em básicas e aplicadas começou a ganhar corpo nos EUA, depois de 1945, influenciando em seguida muitas agências governamentais no mundo todo. Segundo esta divisão, as pesquisas básicas consistiriam em trabalhos experimentais ou teóricos que não tem uma aplicação ou um uso como objetivo mais imediato e por isso poderiam se manter um pouco mais distante de uma série de pressões. Já as pesquisas aplicadas também visariam desenvolver novos conhecimentos, mas possuíram um objetivo prático determinado no atendimento de algumas demandas que lhes chegam. Aos poucos, esta divisão promoveu uma acomodação de perspectivas sobre o trabalho científico e tecnológico que foi muito usual tanto para os cientistas, para as empresas, como para as agências governamentais de fomento.

Entretanto, a conformação do conceito de autonomia decorrente não refletiu adequadamente a sua riqueza. De fato, incorreu na divisão dos pesquisadores que recebem ou não recursos estatais conforme as prioridades governamentais e a discricionariedade dos agentes públicos; na dependência de algumas empresas que se especializaram demais e não dominam todo o conhecimento necessário ao processo de produção; no isolamento de algumas agências que acabaram se transformando em “ilhas de excelência burocráticas”, ou seja, instituições que não se sentem obrigadas a prestar contas à sociedade dos diagnósticos que criam, dos meios utilizados e dos objetivos que consideram importantes serem alcançados, ainda que abriguem parte das “comunidades científicas” na sua gestão e cheguem a movimentar boa parte dos recursos públicos.

Os pesquisadores não contemplados pelas diretrizes governamentais geralmente acabam se enfraquecendo e precisam readequar os seus trabalhos para sobreviver; muitas empresas especializadas, num contexto de forte competição, sofrem para resolver problemas, desenvolver processos e produtos ou mesmo com a falta premeditada ou com a recusa de fornecimento de componentes dos seus produtos; e o insulamento, que não se restringe às organizações e às instituições, constitui um grande desafio à democracia no país. Estes temas foram problematizados por Darcy Ribeiro, entre outros, que, juntamente com Anísio Teixeira, pautou há muito tempo a necessidade de se transformar o Brasil, o que poderia ocorrer através da criação de instituições diferenciadas como a UnB, não como

reflexo de uma modernização que tinha sido experimentada por outros países, mas que representasse um motor para o desenvolvimento autônomo da sociedade brasileira.

No entanto, o projeto inovador da universidade recém-criada não resistiu à ditadura iniciada em 1964. O que se seguiu ao golpe de estado foi uma forte intervenção militar do campus da UnB em Brasília, com reflexos na descontinuidade do projeto político, pedagógico e administrativo da instituição, ocasionando a demissão do reitor e da maioria dos professores, a prisão de muitos estudantes, o redirecionamento das pesquisas científicas aos interesses do Estado e do mercado. A UnB, que pretendia impulsionar uma série de transformações necessárias ao país, acabou sob uma forte tutela estatal, com reflexos negativos sobre o seu aspecto inovador.

Em seguida, com a exaustão do padrão de financiamento das políticas da ditadura, dado o aumento dos custos dos empréstimos externos depois das crises do petróleo, o país passou por uma grave crise de governança e de governabilidade, ao passo que uma nova efervescência política e a oportunidade de (re)encaminhar seus desafios pela construção de uma via democrática tomaram conta da universidade, do Brasil e de muitos países da América Latina que se encontravam em situação semelhante.

Embora a atuação dos professores venha historicamente sendo crucial para o desenvolvimento do país, principalmente nos momentos decisivos, como no processo de redemocratização, na constituinte de 1988, na configuração das políticas sociais, inclusive da área educacional, científica, tecnológica e de inovação, algumas defasagens não podem deixar de ser consideradas quando confrontamos as intenções políticas declaradas na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas e o crescimento da violência, os gargalos da infraestrutura do país, o fraco desempenho dos estudantes frente à sucessivas avaliações educacionais oficiais que reprovam, ano após ano, os resultados alcançados pela área.

Portanto para além da necessidade de se avançar na ampliação da efetividade, da responsividade e da democracia nos processos de definição de políticas e da transparência na escolha de dirigentes da administração direta e indireta, das empresas públicas, de economia mista e privadas, procuramos pautar a importância de uma perspectiva fundamentada num olhar mais cuidadoso no trato de aspectos da vida social, da produção e do desenvolvimento de conhecimento, da economia, da política que não se restringisse à preocupação tradicional de se saber se a transformação das condições de existência

antecede e condiciona a transformação das disposições ou, o contrário, se as condições de particulares podem estruturar a experiência dos atores sociais.

A pesquisa que realizamos através de um simples formulário eletrônico abrangendo quase 200 professores da instituição sobre os mais variados temas, ilustra um ponto de partida diferenciado para o conhecimento mais amplo dos comportamentos e das ações sociais que em muitos casos são ignorados ou minimizados diante de índices, estatísticas, *scores*, metadados oficiais, estes que apesar de serem usuais para os Estados, empresas e governos, são insuficientes, do nosso ponto de vista, para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades de forma responsável e ética.

Por esta razão, para além de propostas apontadas por alguns autores como a criação de associações internacionais de pesquisadores refletindo prioritariamente sobre políticas, a disseminação de uma autorreflexão e uma autocriação deliberada – o que exige autonomia, além da necessidade das pessoas construírem relações entre elas e com o mundo, deliberadamente, com ética, pontuamos a necessidade de se abrir espaço para se enfatizar as potencialidades e as capacidades dos professores que estão sendo subaproveitadas, quando não mal direcionadas, inclusive pelas próprias organizações e instituições. Não fosse por isso, do nosso ponto de vista, sem um olhar mais cuidadoso das pessoas, das organizações e das instituições, novas associações internacionais, podem acabar apenas refletindo a estrutura de um tipo de organização e instituição já existente nos Estados nacionais no plano internacional.

Obviamente, pela ótica estatal, a consideração dos comportamentos e das ações sociais dos professores, por exemplo, na sua diversidade e pluralidade, na elaboração, implementação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas direcionadas para a universidade, deve soar como algo inviável ou desnecessário. Porém, consideramos que as próprias instituições, se valendo de iniciativas próprias e criativas, podem desenvolver trabalhos de impacto, resolver problemas, gerar oportunidades, inovar, como já fizeram muitas vezes no exercício da sua autonomia.

Estas características, juntamente com a capacidade da universidade atrair e oferecer condições para excelentes professores e estudantes interessados e envolvidos, reforçam as credenciais da instituição rumo a um padrão de qualidade Federal World-Class. Além das vantagens organizacionais e institucionais para as diferentes comunidades diretamente envolvidas com uma universidade deste padrão, uma Federal World-Class fortalece ainda a

importância do espaço público e pode continuar contribuindo com as demandas dos sistemas ocupacionais e dos desenvolvimentos nacionais, bem como, ao mesmo tempo, propicia condições para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da troca de ideias, do compartilhamento de sentimentos construtivos, principalmente através de iniciativas que ultrapassam as fronteiras das organizações, das instituições e dos Estados Nacionais, considerando principalmente as oportunidades criadas através da atuação dos professores.

Nos espaços autônomos de uma Federal World-Class, as pessoas podem criar, interpretar e negociar diferentes imaginários sociais, com respeito e com uma sensibilidade que estão tradicionalmente fora do arcabouço de atuação dos estados, das empresas, das instituições e das organizações. Sem dúvida, no caso da UnB, ao delinear os alguns sentimentos, pensamentos e ações sociais das comunidades científicas da universidade notamos que existem possibilidades, tendências e questões que poderiam ser consideradas pela própria organização ou deveriam ser melhor compreendidas pela instituição antes de serem entregues ao controle estatal e sofrerem normatização do governo federal.

Restringindo-se à algumas questões levantadas pelo nosso questionário eletrônico, como no caso da importância na atualidade da socialização de pesquisadores pensando juntos os mais diversos problemas, notamos que, na UnB, a realização de pesquisas em equipe, através do estreitamento de laços entre os pesquisadores da mesma ou de diferentes áreas do conhecimento, possui algumas características, especificidades, similaridades que precisam ser consideradas teoricamente e na prática. É o caso dos trabalhos com pesquisadores do mesmo departamento e de outras instituições que possuem uma frequência mais definida em comparação com os trabalhos realizados com pesquisadores de outros departamentos, com empresas e com organizações não-estatais, indicando a necessidade da universidade estimular alguns trabalhos em conjunto entre as áreas.

Outra questão que merece destaque trata da quantidade de publicações consideradas ideais pelos professores. Houve importantes disparidades de percepções entre as áreas a este respeito, o que demanda uma reflexão das próprias comunidades sobre as suas especificidades na produção e no desenvolvimento de conhecimento.

A importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa também revela questões que a própria universidade deve encaminhar. Neste quesito é notável a pouca importância atribuída aos servidores e técnicos, às empresas e

indústrias, às ONGs, de um modo geral. Estes atores poderiam ser mais importantes para os pesquisadores? Sem dúvida que sim, ainda que de forma diferenciada entre as áreas do conhecimento.

As questões que mais chamaram a atenção, no entanto, envolvem problemas como uma forte preocupação dos professores com saúde, carga de trabalho, financiamento, problemas de relacionamento com a organização, fraudes. O mais grave porém, num contexto em que o papel de estudantes pelos trabalhos desenvolvidos pela instituição é fundamental, foi observar que uma grande parte dos professores da UnB os consideram, no geral, como que apenas cumprindo seus deveres ou pouco interessados e envolvidos. A superação desta percepção representa certamente o mais importante desafio para a instituição se esta almeja ter a sua qualidade reconhecida internacionalmente.

Um ponto que merece destaque é que nenhuma questão chegou perto de ser uma unanimidade entre os pesquisados, seja de uma forma geral ou mesmo quando separados em grupos. Pelo contrário. Existem diferenças entre 8 grandes áreas do conhecimento, conforme o Anexo 2, no que tange a maneira como concebem e fazem educação, ciência, tecnologia e inovação, que não são devidamente consideradas. Podemos pontuar contudo que algumas diferenças foram mais acentuadas, podendo servir como uma primeira iniciativa para conhecermos melhor os diferentes grupos.

O que observamos é que estes grupos apresentam a preponderância de determinadas características, assim como singularidades, o que não nos autoriza a generalizá-las ou relativizá-las totalmente. De um modo geral existem diferenças no que tange à proporção dos professores que trabalham com outros professores do mesmo departamento, de outros departamentos, de outras instituições; que trabalham com empresas; que atribuem uma alta importância ao departamento, às associações científicas, aos outros professores, às agências governamentais; sobre a quantidade de artigos a serem publicados por ano; da contribuição dos projetos de pesquisa; sobre o acesso às instalações físicas e aos recursos financeiros; sobre preocupação com a saúde, com o financiamento das pesquisas, com a aposentadoria; sobre como veem os estudantes de graduação e da pós-graduação.

Podemos observar, por exemplo, que os professores dos Grupos 2 e 6 possuem um destaque com relação a realização de intercâmbio, pelo menos 30 pontos percentuais acima dos professores do Grupos 3 e 4. Ao mesmo tempo, os professores dos Grupos 3 e 5

declararam realizar trabalhos com pesquisadores de outros departamentos, pelo menos 50 pontos acima dos professores do Grupo 7.

A disparidade também é grande quando comparamos os professores dos Grupos 2 e 3 que declararam realizar trabalhos com empresas, ao menos 60 pontos acima dos professores do Grupo 4. Do mesmo modo, os professores do Grupo 6 que trabalham com organizações não-estatais ficaram 40 pontos acima dos professores dos Grupos 1 e 4.

Outras questões como a importância dos outros professores e dos estudantes, intenções de publicar artigos com coautoria internacional, preocupações com saúde e com financiamento, além de problemas de relacionamento e conhecimento de fraudes, participar de grupos informais fora da UnB, possuir uma religião, também apresentaram diferenças importantes entre os 8 Grupos, mas numa frequência menor.

Na consideração de possíveis relações entre as questões, por sua vez, observamos uma forte presença de alguns fatores, sem que com isso pudessem alcançar o status de causa ou efeito. Um bom exemplo neste sentido se encontra no impacto do pós-doutorado nos índices de trabalhos em conjunto, ou seja, aqueles professores que realizaram pós-doutorado têm uma relação mais estreita com outros pesquisadores, ainda que, na UnB, apenas 30% dos professores em questão realizaram este tipo de aprimoramento. Os professores que realizaram pós-doutorado apresentaram um índice superior de trabalhos realizados com pesquisadores do mesmo departamento, com de outros departamentos, com outras instituições, empresas, organizações não-estatais. O pós-doutorado pode ser um entre muitos fatores que influenciam os trabalhos em equipe, com espaço para ser estimulado na UnB.

Do mesmo modo, a maioria dos professores pesquisados considera o conteúdo das disciplinas que ministram como sendo ótimo ou bom (89%), mas, ao mesmo tempo, eles têm uma visão tanto dos estudantes de graduação, como de pós-graduação, não muito positiva. Esta disparidade pode indicar a necessidade de se conhecer um pouco mais os estudantes e as dinâmicas das aulas, das pesquisas, dos trabalhos de extensão, enfim, é preciso encontrar uma maneira de inovar, agregando inúmeros ingredientes de reflexão e motivação. Além disso, grande parte dos professores considera que os seus trabalhos não sofrerão modificações (37%) ou que sofrerão pequenas modificações (46%) nos próximos anos. Numa Federal World-Class é essencial ter estudantes envolvidos e interessados e que o dia a dia da universidade seja mais dinâmico. Para melhorar este quadro na UnB é

fundamental que a universidade reveja as suas próprias atividades, processos, estruturas. Esta não é, reafirmamos, uma tarefa dos governantes, mas da própria universidade.

Outro desafio para a UnB reside no fato de que, apesar da importância das sociedades científicas ou das associações de área entre os professores da instituição, observamos que apenas uma pequena parte do tempo deles é despendida com eventos, de uma forma geral. A organização deste tipo de atividade na universidade pode oferecer uma alternativa às aulas tradicionais, uma visão mais ampla e atualizada dos campos de estudos sob diferentes perspectivas, bem como, uma troca de experiência entre estudantes e professores de dentro e de fora da instituição.

De todo modo, seria de grande valia realizar este tipo de pesquisa em outros momentos comparando os resultados alcançados em cada um deles assim como compará-los com pesquisas sobre professores de outras instituições, do Brasil e de outros países.

## 5. Referências Bibliográficas:

- ABREU, Jayme. Projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei 3.998 de 15 de dezembro de 1961. *In*: RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública. Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Cadernos Enap*. Nº10, 1997. <http://www.enap.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=258>. Acesso em maio de 2013.
- \_\_\_\_\_. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *RAP*. Rio de Janeiro. Edição Especial Comemorativa, 67-86, 1967- 2007, 2007.
- ALDERFER, Clayton P. *Existence, Relatedness and Growth: Human Needs in Organizational Settings*. New York: Free Press, 1972.
- ALDERMAN, Geoffrey. “The Globalization of Higher Education: Some Observations Regarding the Free Market and the National Interest”. *In*: *Higher Education in Europe*, Vol. XXVI, nº 1, 2001.
- APPADURAI, Arjun. Grassroots Globalisation and the Research Imagination. *In*: APPADURAI, A. (ed.) *Public Culture (Special Issue on Globalisation)*. Vol. 12, 2000, pp.1-19.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. “Processos decisórios em política científica, tecnológica e de inovação no Brasil: Análise crítica”. *In*: *Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação: Seminário Internacional – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégico*, pp. 61-91. 2010.
- \_\_\_\_\_. Recursos humanos em áreas estratégicas para a inovação: a experiência internacional. *In*: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, CGEE. (Org.). *Formação de recursos humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação*. 1 ed. Brasília: CGEE, 2010, v. 1, p. 175-198.
- BALÁN, Jorge. Higher Education Policy and the Research University. *In* *Asia and Latin America*. *In*: *World Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 286-308.

- BARROS, Fernando Antônio Ferreira de. *A tendência concentradora da produção do conhecimento no mundo contemporâneo*. Brasília: Paralelo 15 / Abipti, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de Uma Estabilidade Inaceitável. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 15 n° 42. 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes: sobre a modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Tradução: Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BECK, Ulrich. Como não se tornar uma peça de museu. Dossie: Teoria Política e Social na Contemporaneidade. In: *Mediações*, Londrina, v.15, n.2, jul/dez. 2010, pp. 16-27.
- BECKER, Howard Saul. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENASCONI, Andrés. Are There Research Universities in Chile? In: *World Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 234-259.
- BERGAMINI, C. W. Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos. *Revista de Administração de Empresas*, pp. 23-34. Abr./Jun. De 1990.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann & CHAUI, Marilena de Souza. “Challenges of the University in the Knowledge Society, Five Years After the World Conference on Higher Education. In: *UNESCO Forum Occasional Paper Series*, Paper No. 4. 2003.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. University of California Press. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Homo academicus*. Les editions de minuit. Paris. 1984.
- \_\_\_\_\_. “O campo científico”. In: Ortiz, Renato (org). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. Ática, São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Bárbara Catani. Editora UNESP. 2004.
- \_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2008.
- \_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola. Coleção Pensamento

- Contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BRANDÃO, H. P., & BAHRY, C. P. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. *Revista do Serviço Público*, 5(2), 179-94. Abr/Jun de 2005.
- BRANT, Vera. A ousadia na criação da UnB. 2012. Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/19-noticias/artigos/161-a-ousadia-na-criacao-da-unb>. Acesso em maio de 2013.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, DF. 1995.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. *Conhecimento para um Brasil mais desenvolvido e mais justo* / Assessoria de Comunicação, Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília: MARE/ENAP, 1996. 28 f. (Texto para discussão, 9).  
\_\_\_\_\_. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de Transformações*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001.  
\_\_\_\_\_. Reforma do Estado para a cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34. 1998.
- BUSEMEYER, Marius R. & TRAMPUSCH, Christine, (2011). Review Article: Comparative Political Science and the Study of Education. *British Journal of Political Science*, 41, pp 413-443 doi:10.1017/S0007123410000517. Disponível em: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0007123410000517](http://journals.cambridge.org/abstract_S0007123410000517), acesso em maio de 2013.
- BUSH, Vannemar. *Science: The endless frontier*. 1945. Reprint, North Stratford, NH: Ayer Co. 1995.
- Cadernos ANDES – n.2 (1981). Proposta do ANDES-SN para a universidade Brasileira. 4ª Edição atualizada e revisada 2013. Florianópolis: Andes, 1981
- CALLON, M. *La Science et ses Reseaux: gènes e circulations des faits scientifiques*. La Découverte. Paris, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares, aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro:

- EDUERJ/FGV. 1999. p. 55 a 82.
- CASTORIADIS, Cornelius. *The Imaginary Institution of Society*. Oxford: Polity; Cambridge, MA: MIT Press. 1987.
- CASTRO E SILVA, Jorge Luiz de, FERNANDES, Maria Wilda e ALMEIDA, Rosa Livia Freitas de. *Estatística e Probabilidade*. Secretaria de Educação à Distância (SEAD/UECE), 2010.
- CASTRO, Lavínia Barros de. “Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989)”. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, Andre; CASTRO, Lavínia Barros de & HERMANN, Jennifer (Orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994)”. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, Andre; CASTRO, Lavínia Barros de & HERMANN, Jennifer (Orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 2º edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.
- COCCO, Guisepppe. *Indicadores de Inovação e Capitalismo Cognitivo*. In: Bases conceituais em pesquisa, desenvolvimento e inovação: implicações para políticas no Brasil. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Brasília, pp. 33-69. 2010
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política clássica**. Economia & Planejamento. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.
- DELANTY, Gerard. *Challenging Knowledge: The University in the Knowledge Society*. Open Univerty Press. 2002.
- \_\_\_\_\_. *The University in the Knowledge Society*. Published by Sage. 2001, pp.149-153.
- DUBET, François, & MARTUCCELLI, Danilo. *À l'École. Sociologie de l'Expérience Scolaire*, Paris, Éditions du Seuil. 1996.
- FALLON, D. *The German university: A heroic idea in conflict with the modern world*. Boulder: Colorado Associated University Press, 1980.
- FANELLI, Ana M. García. *The Challenge of Building Research Universities in Middle-Income Countries. The Case of the University of Buenos Aires*. In: *World Class*

- Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 260-285.
- FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. 1991. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/languages.htm>>. Acesso em: junho de 2012.
- FERNADES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPq, 1990.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “**All The Wold Was America**”. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. In: *Revista USP*. Nº 17, março/abril/maio. 1993. p. 30-53.
- FRASCATI, Manual. Metodologia proposta para definição da pesquisa e desenvolvimento experimental. OCDE. F. Iniciativas. Assessoria em P&D. 2013.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. *Cadernos de Pesquisa*. v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.
- GELLNER, Enest O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: os Mitos da Nação e de Classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional* Rio Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 107 a 154.
- GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P. & TROW, M. *The new production of knowledge: the dynamys of science and research in the contemporary societies*. Sages, London, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva, São Paulo. 1974.
- \_\_\_\_\_. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Editora Vozes. Petrópolis. 10a. Edição. 2002.
- GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.54. São Paulo. Fev. 2004.
- GUSMÃO, Luís de. *O Fetichismo do Conceito. Limites do Conhecimento Teórico na Investigação Social*. Editora Topbooks. 2012.
- HARTMANN, Eva. Editorial. The new research agenda in critical higher education studies. In: *Globalisation, Societies and Education*, vol. 8, nº2, jun, 2010, pp.169-221

173.

- HERMANN, Jennifer. “Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento. O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974 – 1984)”. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, Andre; CASTRO, Lavínia Barros de & HERMANN, Jennifer (Orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973)”. In: *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, Andre; CASTRO, Lavínia Barros de & HERMANN, Jennifer (Orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- HELLMAN, Hal. *Grandes debates da ciência. Dez maiores contendas de todos os tempos*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. - São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- INDIRESAN, P. V. Prospects for World-Class Research. Universities in India. In: *World Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 95-121.
- JOAS, Hans e KNOBL, Wolfgang. *Social Theory: Twenty Introductory Lectures*. Cambridge University Press. 2009.
- JORGE, Thaís de Mendonça (Org). *UNB 50 Anos: História contada: a história da Universidade de Brasília contada por seus personagens: reportagens, depoimentos, entrevistas*. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- KENWAY, Jane & FAHEY, Johannah. *A Transgressive Global Research Imagination*. In: *Thesis Eleven*. Published by Sage. 2009, pp.109-128.
- KING, Roger. *The University in the Global Age*. Palgrave. Londres, 2004.
- KITCHER, Philip. *Science, vérité et démocratie*. Traduit de l’anglais (États-Unis) par Stéphanie Ruphy. Press Universitaires de France, 2010.
- KNORR-CETINA, K. “Scientific communities or transepistemic arenas of reserch. A critique of quasi economic models of science”. In: *Social Studies of Science*, n. 12, 101-130, 1982.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- KWIEK, Marek. *The University and the State in a Global Age: renegotiating the traditional*

- social contract? *European Educational Research Journal*, vol.4, n°4, 2003, pp.324-341.
- LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica I*. Traduzido por Marcos Barbosa de Oliveira, Eduardo Salles de Oliveira Barra, Carlos Eduardo Ortolan Miranda; Introdução e prefácio de Paulo Rubém Mariconda. 2a. Edição. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008.
- LATOUR, Bruno. *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Pour l'édition française, Éditions La Découverte, Paris, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Ciência em ação*. São Paulo, Unesp, 2000.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. *Revista do Serviço Público*. Ano 49, n°2, 1998. Disponível em [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2723](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2723). Acessado em Maio de 2013.
- LIU, Nian Cai. Research Universities in China. Differentiation, Classification, and Future World-Class Status. In: *World Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 54-69.
- LUZ, Madel T. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Política & Sociedade*, n°13, out. 2008, pp. 205-228.
- MALDONADO-MALDONADO, Alma. Latin American Higher Education. Hope in the Struggle? In: *Structuring Mass Higher Education: The Role of Elite Institutions*. Editado por David Palfreyman & Ted Tapper, 2009, pp. 73-93.
- MALO, Salvador. The Role of Research Universities in Mexico. A Change of Paradigm. In: *World Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. ALTBACH, Philip G. & BALÁN, Jorge. The Johns Hopkins University Press, 2007, pp. 216-233.
- MARTINS, Ananda de Melo. Rede de Resistência Solidária: Resistência e Cotidiano na Luta pelo Direito à Cidade em Recife-PE. Brasília, 2010. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5161/1/2009\\_AnandadeMeloMartins.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5161/1/2009_AnandadeMeloMartins.pdf). Acesso em: maio de 2013.
- MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Notas Sobre a Noção da Prática em Peirre

- Bourdieu. Cadernos Cebrap, Novos Estudos, nº62, março de 2002.
- \_\_\_\_\_. O ensino superior nos anos 90. In: São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE. V. 14, n.1, jan/mar. 2000. pp.41-60.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 23, n. 68, Oct. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300011&lng=en&nrm=iso)>. access on 11 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300011>.
- MASLOW, Abraham H. A Theory of human motivation. Psychological Review, Vol 50(4), Jul 1943, pp. 370-396.
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia – Brasil. *Indicadores de Ciência & Tecnologia – 2008*. Brasília: MCT, 2010.
- McClelland, David. Business drive and national achievement. *Harvard Business Review*, 40(4): 99-112. 1962.
- MCGREGOR, Douglas. The human side of enterprise. In: *The Management Review*, 46, nº11, 1957.
- MENEZES, Raul Miranda. Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira. Em Aberto, Brasília, DF, v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001.
- MERTON, Robert F. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Social theory and social structure*. Glencoe, III. Free Press of Glencoe, 1949.
- MOHRMAN, Kathryn & MA, Wanhua & BAKER, David. The Research University in Transition: The Emerging Global Model. In: *Higher Education Policy*. 2008.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. Os níveis de análise das políticas públicas. In: *Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi*. – Brasília: ENAP, 2006.
- MOTTA, Luiz. A primeira Assembleia a gente nunca esquece. 2012. Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/19-noticias/artigos/54-a-primeira-assembleia-a-gente-nunca-esquece>. Acesso em maio de 2013.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). USP 70 anos. Imagens de uma história vivida. Edusp. 2006.
- MOTOYAMA, Shozo . À Guisa de Introdução: Ciência e Tecnologia no Brasil – Para

- Onde? In: MOTOYAMA, Shozo (org). Colaboradores Marilda Nagamini, Francisco Assis de Queiroz, Milton Vargas.. *Prelúdio para uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. 1930-1964: Período Desenvolvimentista. In: MOTOYAMA, Shozo (org). Colaboradores Marilda Nagamini, Francisco Assis de Queiroz, Milton Vargas. *Prelúdio para uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MOTOYAMA, Shozo, QUEIROZ, Francisco Assis de & VARGAS, Milton. Sob o signo do Desenvolvimentismo. In: MOTOYAMA, Shozo (org). Colaboradores Marilda Nagamini, Francisco Assis de Queiroz, Milton Vargas.. *Prelúdio para uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MOTOYAMA, Shozo & QUEIROZ, Milton. 1985-2000: A Nova República. In: MOTOYAMA, Shozo (org). Colaboradores Marilda Nagamini, Francisco Assis de Queiroz, Milton Vargas. *Prelúdio para uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- NAGAMINI, Marilda. “1808-1930: Ciência e Tecnologia na Trilha da Liberdade”. In: MOTOYAMA, Shozo (org). *Prelúdio para uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil*. - Colaboradores Marilda Nagamini, Francisco Assis de Queiroz, Milton Vargas. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- OLMOS, Liliana Esther & TORRES, Carlos Alberto. “Teorias do Estado, expansão educacional, desenvolvimento e globalizações: abordagem marxista e crítica”. In: *Educação comparada. Panorama internacional e perspectivas*. Vol. 1, Brasília, UNESCO/Capes. 2012.
- OSLO, Manual. Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. OCDE e Finep. 1997.
- PARSONS, Talcott. *Essays in Sociological Theory*. The Free Press, Glencoe, Illinois, 1954.
- PAULANI, Leda Maria. A Utopia da Nação: Esperança e Desalento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; Rego, José Marcio (orgs.) *A Grande Esperança em Celso Furtado*. Editora 34. 2001. p. 139-156.
- PAULANI, Leda Maria & PATO, C. G. “Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil do último quarto de século”. In DE PAULA, J. A. (org). *Adeus ao Desenvolvimento –*

- a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. p 37-68.
- PESTRE, D. “La science et la guerre: 400 ans d’histoire partagée”. *In: Revue la Recherche*, hors-série, n.7, Paris, 2002.
- PINHEIRO, Alessandro Maia & TIGRE, Paulo Bastos. Os serviços de TI e a inovação do século 21: necessidade de uma nova agenda para a produção de indicadores. *In: Bases conceituais em pesquisa, desenvolvimento e inovação: implicações para políticas no Brasil*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Brasília, pp. 69-119. 2010.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Aspectos Jurídicos da Autonomia Universitária no Brasil. *Revista CEJ*, V.9 n. 31 out./dez. 2005. Disponível em <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/685>. Acesso em 12/2012.
- RAUD, Cécile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. *Tempo Social*, volume 19, n.2, novembro de 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1969.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil como problema*. Coleção Darcy no Bolso. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras. 2006.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- RIZVI, Fazal. “Imagination and the globalization of educational policy research”. *In: Globalisation, Societies and Education*. Vol 4, nº2. 2006.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Cura, culpa e imaginário radical em Cornelius Castoriadis: percursos de um sociobárbaro. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641998000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 Fev. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200004>.
- SALMI, Jamil. “The Challenge of Establishing World-Class Universities.” *The World Bank*. 2009.
- SANTOS, Ester C. do Couto. Opção de desenvolvimento estratégico brasileiro em CT&I. *In: Parceiras Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*. V.14, n.28.

- 2009.
- SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006.
- SARTORE, Marina de Souza. Estado, mercado e índices de sustentabilidade. Soc. estado., Brasília, v. 27, n. 3, dez. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000300010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 maio 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300010>.
- SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. Educação e Sociedade. Vol. 20, no. 69, pp. 119-136. 1999
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência. Formação da comunidade científica no Brasil*. Capítulo 9 – O grande salto à frente. Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>. (acesso em nov. 2011).
- \_\_\_\_\_. “Brazil’s Leading University. Original Ideals and Contemporary Goals”. In: *World-Class Worldwide. Transforming research universities in Asia and Latin America*, edited by Philip Altbach and Jorge Bálán. Baltimore. The Johns Hopiking University. 2007, pp.143-172.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e História da Ciência*. Publicado por FINEP, Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Ciência, Documento de Trabalho n. 2, 1976 (mimeografado). Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/cciencia.htm> Acesso em: 12/2012.
- SCOTT, John C. “The Mission of the University: Medieval to Postmodern Transformations”. In: *The Journal of Higher Education*, Vol. 77, nº 1 (January/February). The Ohio State University. 2006.
- SCOTT, Peter. Challenges to Academic Values and Organization of Academic Work in a Time of Globalization. In: *Higher Education in Europe*, Vol. XXVIII, nº. 3. 2003, pp. 295-306.
- SHILS, EDWARD. *O Apelo da educação: a ética acadêmica e outros ensaios sobre educação superior*. Edusc. 2001.

- \_\_\_\_\_. The Academic Ethos. In: *The American Scholar*. 2001. Acesso em 04 de janeiro de 2013.
- SHINN, Terry & RAGOUET, Pascal. *Controvérsias sobre a ciência. Por uma sociologia transversalista da atividade científica*. Editora 34, São Paulo, 2008.
- STOKES, Donald E. *O Quadrante de Pasteur: a ciência básica e inovação tecnológica*. Tradutor: José Emílio Maiorino. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: uma crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- SUBIRATS, Joan. Definición del problema. relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: *Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006.*
- SUCIU, Leonina-Emilia; MORTAN, Maria & LAZĂR, Lucreția. Vroom's Expectancy Theory. An empirical study: civil servant's performance appraisal influencing expectancy. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, No. 39 E/2013, pp. 180-200.
- SZTOMPKA, Piotr. *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London: SAGE Publications Ltd. Doi: 10.4135/9781446221396. Patel, S. (Ed.). 2010.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. “A formação de cientistas: necessidades e soluções”. In: BAUMGARTEN, Máira (org). *A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?* Porto Alegre / Brasília: Editora Universidade/UFRGS/Editora UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. O debate sobre a autonomia/não-autonomia da tecnologia na sociedade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº22, jul./dez. 2009, p. 158-197.
- \_\_\_\_\_. “Formação de Recursos Humanos em áreas estratégicas de inovação no Brasil: contribuição para a construção de uma agenda”. In: *Formação de Recursos Humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, pp. 17-95. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da Tecnologia: Bioprospecção e Legitimação*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.
- TURNER. Bryan S. Theories of Globalization. Issues and origins. In: *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*. 2010.
- VASCONCELOS, Isamara Martins. *A Federalização do Ensino Superior no Brasil*.

Brasília, 2007. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007\\_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf). Acesso em maio de 2013.

VELHO, Léa Maria Leme Strini. “A política científica, tecnológica e de inovação baseada em evidência: a “velha” e a “nova” geração”. *In: Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação: Seminário Internacional*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, pp. 09-23, 2010.

\_\_\_\_\_. “Modos de produção de conhecimento e inovação. Estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação”. *In: Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação: Seminário Internacional*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, pp. 23-41. 2010.

VIANA, Rosângela; OLIVEIRA JR, Gilberto & MARTINS, Ananda de Melo. O empreendedorismo urbano na cidade de Brasília: a subordinação das políticas urbanas ao mercado imobiliário. *GEOgraphia*, Vol. 12, No 24, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/379/298>. Acesso em maio de 2013.

VILLELA, André. Dos Anos Dourados de JK à Crise Não Resolvida: 1956-63. *In: Fabio Giambiagi; André Villela; Lavinia B. de Castro; Jennifer Hermann. (Org.). Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

VROOM, Victor H. *Work and Motivation*, New York: Wiley, 1964.

WILDAVSKY, Ben. *The Great Brain Race. How Global Universities Are Reshaping the World*. Princeton University Press. 2010.

### **Legislação Citada**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: <  
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=161211>> Acesso em: 07/2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para

promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=161737>> Acesso em: 05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 3.998 de 15 de dezembro de 1961. Cria a Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 07/2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 10/2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.881 A, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=116158>>. Acesso em: 04/2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Trata da reestruturação das universidades federais. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 12/2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em:12/2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 12/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 62.082, de 8 de janeiro de 1968. Provê sobre a aplicação de recursos destinados ao incremento das matrículas no ensino superior. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 02/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 63.341, de 1 de outubro de 1968. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 02/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>> Acesso em: 05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 11/2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/utilidades/download/legislacao/emc1.doc>>  
Acesso em: 06/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8958.htm)> Acesso em: 05/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27833-27841.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília: DF, 2001d.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)> Acesso em: 10/2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm)> Acesso em 10/2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm)> Acesso em: 05/2011.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)> Acesso: 01/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no

âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm)>

Acesso em: 12/2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)> Acesso em: 12/2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 5.918 de 18 de outubro de 1960. Lei orgânica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

## Anexo 1

### Questionário utilizado

\*Obrigatório

1 - Local de trabalho principal \*

(Informação essencial)

- Campus Darcy Ribeiro
- Faculdade UnB Planaltina
- Faculdade UnB Ceilândia
- Faculdade UnB Gama

Departamento, Núcleo, Laboratório \*

2 - Ano de nascimento

3 - Sexo

- Feminino
- Masculino
- Não especificado

4 - Cidade e Estado de origem

Cidade/Estado

5 - Ingressou no Ensino Superior com:

- Menos de 18 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Mais de 25 anos

6 - Curso de Graduação

7 - Curso de Mestrado

8 - Curso de Doutorado

9 - Realizou algum tipo de intercâmbio?

(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim
- Sim, como estudante
- Sim, como professor(a)
- Não

10 - Realizou Pós-Doutorado?

- Sim
- Não

Se sim, qual área/especialidade, trabalhos desenvolvidos/realizados?

11 - Trabalho anterior à UnB:

(Atividades desenvolvidas, informações relevantes, motivo da mudança para a UnB)

12 - Há quanto tempo é professor(a) da UnB?

13 - Vínculo atual com a UnB:

- Professor(a) substituto(a)
- Professor(a) auxiliar
- Professor(a) assistente
- Professor(a) adjunto(a)
- Professor(a) associado(a)

- Professor(a) titular
- Outro

14 - Já trabalhou ou trabalha em conjunto num mesmo projeto com outros(as) professores(as) do seu departamento, núcleo, laboratório?

- Sim
- Sim, todo semestre
- Sim, todo ano
- Sim, mais de uma vez, eventualmente
- Não

15 - Já trabalhou ou trabalha num mesmo projeto com professores(as) de outros departamentos, núcleos, laboratórios da UnB?

- Sim
- Sim, todo semestre
- Sim, todo ano
- Sim, mais de uma vez, eventualmente
- Não

16 - Já trabalhou ou trabalha num mesmo projeto com professores(as) ou técnicos(as) de outras instituições de ensino ou pesquisa?

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, 4 ou mais vezes
- Não

17 - Já pesquisou ou pesquisa em conjunto com empresas?

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, frequentemente
- Não

18 - Já pesquisou ou pesquisa em conjunto com organizações não-estatais? (ONGs)

- Sim, uma única vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 vezes
- Sim, frequentemente
- Não

19 - Considera o conteúdo programático das disciplinas que ministra: (Currículo, ementas)

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

20 - Qual importância atribui ao seu Departamento?

(Efetividade das deliberações, representação frente à reitoria, canal de comunicação)

1 2 3 4 5

Pouco importante         Muito importante

21 - Qual importância atribui à ADUNB?

1 2 3 4 5

Pouco importante         Muito importante

22 - Qual importância atribui à sociedade científica ou associação da sua área?

1 2 3 4 5

Pouco importante         Muito importante

23 - Qual importância atribui à ANDES?

1 2 3 4 5

Pouco importante         Muito importante

24 - Já participou ou participa como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais?

- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Sim, 3 ou mais vezes

- Não, nunca participei formalmente

25 - Participa de grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB?

- Sim, toda semana
- Sim, todo mês
- Sim, todo ano
- Sim, eventualmente
- Não

26 - Possui alguma religião?

- Sim
- Sim, participo de encontros toda semana
- Sim, participo de encontros todo mês
- Não
- Não, sou ateu
- Não, sou agnóstico

27 - É filiado a algum partido político?

- Sim
- Sim, mas participo apenas de momentos importantes como as eleições
- Sim, mas não participo
- Já fui filiado
- Não, nunca fui

28 - Faz parte de alguma ONG?

- Sim
- Já fiz parte
- Não

Se sim, a organização atua em qual área e tem quais objetivos?

29 - Realiza outro trabalho remunerado fora da UnB?

(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim, como docente
- Sim, como diretor(a), gerente
- Sim, como técnico(a)
- Sim, como consultor(a)
- Sim
- Não

30 - Nos últimos 12 meses qual importância pode ser atribuída aos seguintes atores na escolha e no desenvolvimento do(s) seu(s) projeto(s) de pesquisa?

Outros(as) professores(as)

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Servidores(as) e técnicos(as)

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Estudantes

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Agências de fomento

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Empresas ou indústrias

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

ONGs

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Família

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Mídia

1 2 3 4 5  
Pouco importantes      Muito importantes

Outros

1 2 3 4 5

Pouco importantes      Muito importantes

31 - Nos últimos 12 meses qual tem sido o percentual da condição real (não formal ou ideal) das suas atividades e/ou trabalho na UnB?

% Ensino

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Pesquisa

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Pesquisa de interesse a princípio unicamente pessoal

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Extensão

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Administração

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Eventos

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

% Publicações

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

0%            100%

32 - Considera importante publicar:

(Não o que efetivamente publica)

- 1 artigo por semestre
- 3 artigos por ano
- Mais de 3 artigos por ano

- Eventualmente
- Não considera importante publicar artigos

33 - Pretende publicar algum artigo com coautoria internacional?

- Sim
- Sim, nos próximos meses
- Sim, no próximo ano
- Eventualmente
- Não

34 - Considera que o seu trabalho poderá gerar alguma patente?

(Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim
- Sim, em cotitularidade com outras instituições
- Sim, em cotitularidade com empresas
- Não se aplica

35 - Com relação às patentes, considera que:

- O processo é facilitado na UnB
- Há muita dificuldade para patentear
- Não é um objetivo da pesquisa
- Não se aplica

36 - Há potencial de mercado para um eventual produto final da sua pesquisa?

1 2 3 4 5

Pouco potencial      Muito potencial

37 - Há potencial de contribuição social da sua pesquisa?

1 2 3 4 5

Pouco potencial      Muito potencial

38 - Tem acesso facilitado aos seguintes recursos para a realização das suas pesquisas com qual intensidade?

Equipe técnica

1 2 3 4 5

Acesso limitado      Acesso facilitado

Instalações físicas

1 2 3 4 5  
Acesso limitado      Acesso facilitado

Recursos financeiros

1 2 3 4 5  
Acesso limitado      Acesso facilitado

39 - Consegue visualizar o seu trabalho daqui a 3 anos?

- Sim, continuará seguindo as linhas já delineadas
- Sim, sofrerá pequenas modificações
- Sim, sofrerá mudanças amplas
- Não

40 - Qual importância tem as seguintes questões no seu dia a dia na UnB?

Salário

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Promoção/progressão na carreira

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Saúde

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Carga de trabalho

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Avaliação da pesquisa e da pós-graduação

1 2 3 4 5  
Pouco importante      Muito importante

Aposentadoria

1 2 3 4 5

Pouco importante         Muito importante

41 - Já teve algum problema relacional com colegas ou com a administração da UnB?

(Pode assinalar mais de uma alternativa)

- Sim
- Sim, precisei ficar uns dias em casa
- Sim, pensei em mudar de departamento, núcleo, laboratório
- Sim, pensei em mudar de emprego
- Não

42 - Conhece ou já ouviu falar de alguma fraude no seu departamento, núcleo ou laboratório? (Qualquer tipo de fraude, acadêmica, administrativa, financeira)

- Sim
- Já ouvi rumores
- Não

43 - Entre os recursos utilizados na construção ou reforma do seu departamento, núcleo, laboratório estão:

(Pode assinalar mais de uma alternativa)

- Recursos próprios da UnB
- Oriundos de programas específicos do governo federal ou distrital
- De empresas ou indústrias
- De agências de fomento e/ou pesquisa
- Outros
- Não sei

44 - Como observa a atual expansão institucional da UnB [incluindo a ampliação do número de cursos, estudantes, professores(as)]?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Prefiro não opinar

45 - Como observa o atual interesse e envolvimento dos estudantes da Graduação da UnB em geral?

- São muito interessados e envolvidos
- São interessados e envolvidos

- Cumprem os seus deveres
- São pouco interessados e envolvidos
- Não são interessados e envolvidos
- Nenhuma das anteriores
- Prefiro não opinar

46 - Como observa o atual interesse e envolvimento dos estudantes da Pós-Graduação da UnB em geral?

- São muito interessados e envolvidos
- São interessados e envolvidos
- Cumprem os seus deveres
- São pouco interessados e envolvidos
- Não são interessados e envolvidos
- Nenhuma das anteriores
- Prefiro não opinar

47 - Considera importante controlar as pesquisas realizadas pela UnB?

- Sim
- Não
- Em alguns casos
- Prefiro não opinar

48 - Tem algum comentário sobre a greve dos Professores das Universidades Federais no ano de 2012?  
(Breve posicionamento pessoal)

49 - Descreva o que mais almeja com o seu trabalho.

50 - Tem alguma sugestão, crítica, comentário sobre esta pesquisa?

Enviar

## Anexo 2.

### Divisão dos Formulários em 8 Grupos

Neste Anexo 2 nós iremos analisar de uma maneira mais objetiva os 8 Grupos dos formulários, divididos em grandes áreas de conhecimento conforme uma proposta da Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP<sup>147</sup>, um pouco diferente da classificação atual que possui uma 9ª área classificada como “Outros<sup>148</sup>”. Com este tipo de análise pretendemos criar um “mosaico” da universidade com relação às diferenças e às semelhanças do comportamento e da ação social dos professores e das comunidades científicas da UnB.

#### 1. Grupos.

Tabela 1. Distribuição dos formulários.

<b>Grupo</b>	<b>Grandes áreas</b>	<b>Quantidade de Formulários</b>
1	Ciências Matemáticas e Naturais	34 (17,35%)
2	Engenharias e Computação	20 (10,20%)
3	Ciências Biológicas	18 (9,18%)
4	Ciências Médicas e da Saúde	33 (16,84%)
5	Ciências Agronômicas e Veterinárias	11 (5,61%)
6	Ciências Humanas	30 (15,31%)
7	Ciências Socialmente Aplicáveis	35 (17,86%)

147 Disponível em: [http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas\\_do\\_conhecimento.pdf](http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf). Acesso em novembro de 2013.

148 A atual 9ª Grande Área inclui áreas que foram redistribuídas pela Comissão Especial de Estudos, tais como: administração hospitalar; administração rural; carreira militar; carreira religiosa; ciências; biomedicina; ciências atuariais; ciências sociais; decoração; desenho de moda; desenho de projetos; diplomacia; engenharia de agrimensura; engenharia cartográfica; engenharia de armamentos; engenharia mecatrônica; engenharia têxtil; estudos sociais; história natural; química industrial; relações internacionais; relações públicas; secretariado executivo.

<b>Grupo</b>	<b>Grandes áreas</b>	<b>Quantidade de Formulários</b>
8	Linguagens e Artes	15 (7,65%)
Total		196 (100%)

Fonte: Dados coletados pelo autor.

### 1.1. Grupo 1 – Ciências Matemáticas e Naturais.

O Grupo 1 dos formulários respondidos contempla professores das seguintes áreas e subáreas:

Tabela 27. Áreas e subáreas – Grupo 1.

Áreas	Subáreas
Matemática	Álgebra; Análise; Geometria; Sistemas Dinâmicos; Matemática Aplicada.
Probabilidade	Fundamentos da Probabilidade; Processos Estocásticos; Sistemas de Partículas; Probabilidade Aplicada.
Estatística	Fundamentos da Estatística; Modelagem Estatística; Teoria da Amostragem; Estatística Aplicada.
Astronomia	Astronomia de Posição e Mecânica Celeste; Astrofísica Estelar; Astrofísica do Meio Interestelar; Astrofísica Extragaláctica; Astrofísica do Sistema Solar; Instrumentação Astronômica.
Física	Física de Partículas e Campos; Física Nuclear; Física Atômica e Molecular; Física de Plasmas e Fluidos; Física da Matéria Condensada; Física Aplicada.
Química	Química Teórica; Química Orgânica; Química Inorgânica; Físico-Química; Química Analítica; Química de Materiais; Química Medicinal; Química Ambiental; Catálise; Eletroquímica e Eletroanalítica.
Geologia	Mineralogia e Petrologia; Paleontologia; Geologia Sedimentar; Geoquímica; Geodinâmica; Hidrogeologia; Geologia Aplicada.
Geofísica	Sismologia; Geomagnetismo; Gravimetria; Geodésia; Geotermia; Glaciologia; Geofísica Aplicada.
Ciências Atmosféricas	Processos Radiativos; Dinâmica da Atmosfera; Climatologia; Aeronomia; Química da Atmosfera; Meteorologia Aplicada.
Oceanografia	Oceanografia Biológica; Oceanografia Física; Oceanografia Química; Oceanografia Geológica; Oceanografia Pesqueira.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.1.1. Grupo 1 – Sistematização dos dados.

Os 34 professores do Grupo 1 – Ciências Matemáticas e Naturais, possuíam em 2013 uma média 43,97 anos, a segunda menor entre os 8 Grupos; aproximadamente 10,94 anos na UnB; sendo que 22 (64,71%) eram do sexo masculino e 12 (35,29%) do sexo feminino.

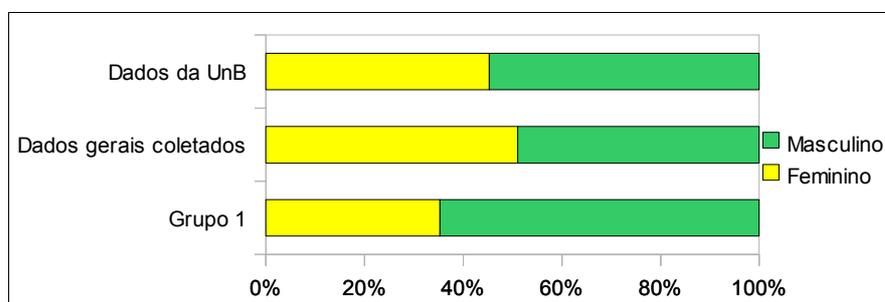


Gráfico 80. Sexo – Grupo 1.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 1 está assim distribuído: o próprio DF tem 8 professores e Estados próximos como MG têm 6; SP, 5; e GO, 3. Do PR são 2 e do Estrangeiro também. Do AL, MT, PE, RJ e RN há apenas 1 de cada um. Em branco, 3 respostas.

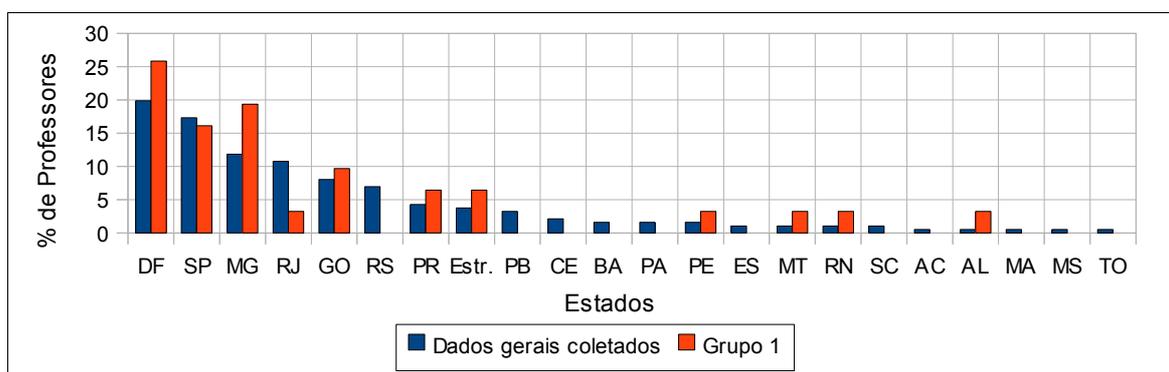


Gráfico 81. Estados de origem dos Professores – Grupo 1.

No que diz respeito à idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 9 (26,47) ingressaram no ensino superior com menos de

18 anos, 14 (41,18%) com 18 anos, 2 (5,88%) com 19 anos, 5 (14,71%) com 20 anos e 4 (11,76%) com mais de 25 anos.

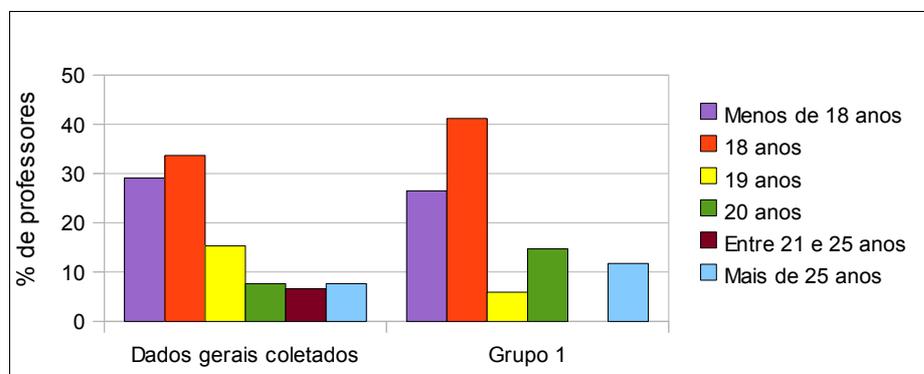


Gráfico 82. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 1.

A proporção da participação dos professores do Grupo 1 em programas de intercâmbio, está próxima dos dados gerais da UnB. A maioria, 15 (46,87%), não realizou nenhum tipo; 1 (3,13%) “Sim”; outros 7 (21,87%) responderam “Sim, como estudantes”; 5 (15,63%) “Sim, como professores”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (12,5%) responderam sim como professores e estudantes, a segunda maior proporção. 2 questionários (5,88% do total) foram deixados em branco e não foram utilizados nos cálculos.

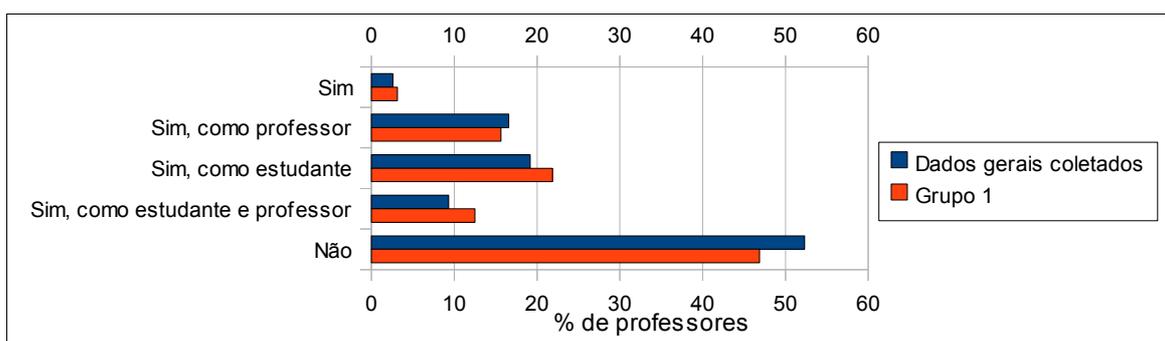


Gráfico 83. Intercâmbio – Grupo 1.

No que tange à realização de Pós-Doutorado, os professores do Grupo 1 estão em uma situação um pouco melhor que os dados gerais coletados da UnB. 19 professores (55,88%) responderam “Não” e 15 (44,12%) “Sim”.

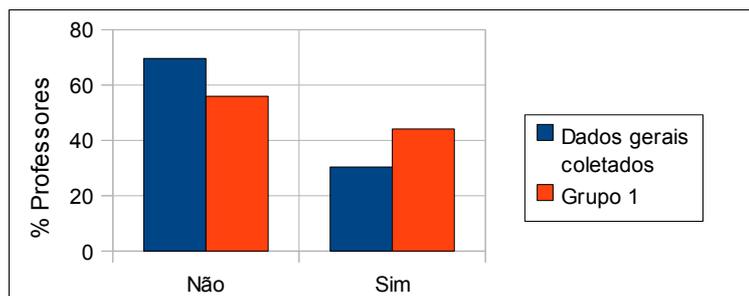


Gráfico 84. Pós-Doutorado – Grupo 1.

Sobre o vínculo atual dos professores do Grupo 1 com a UnB, constatamos que a grande maioria, 25 (73,53%), é adjunto, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,88%) são assistentes; 2 (5,88%) associados, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 3 (8,82%) titulares, a maior proporção.

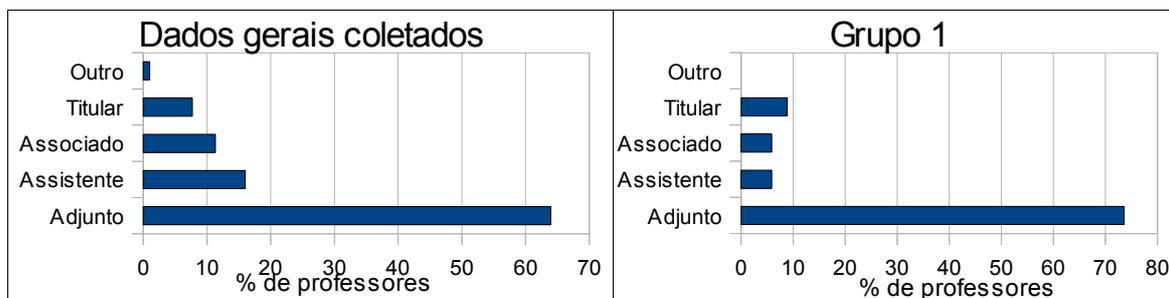


Gráfico 85. Vínculo atual com a UnB – Grupo 1.

No caso da questão sobre possíveis trabalhos realizados em conjunto com professores do mesmo departamento, 16 professores do Grupo 1 (47,06%) responderam apenas “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (14,71%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 8 (23,53%) “Sim, todo semestre”; e 5 (14,71%) “Sim, todo ano”, a maior proporção entre os 8 Grupos.

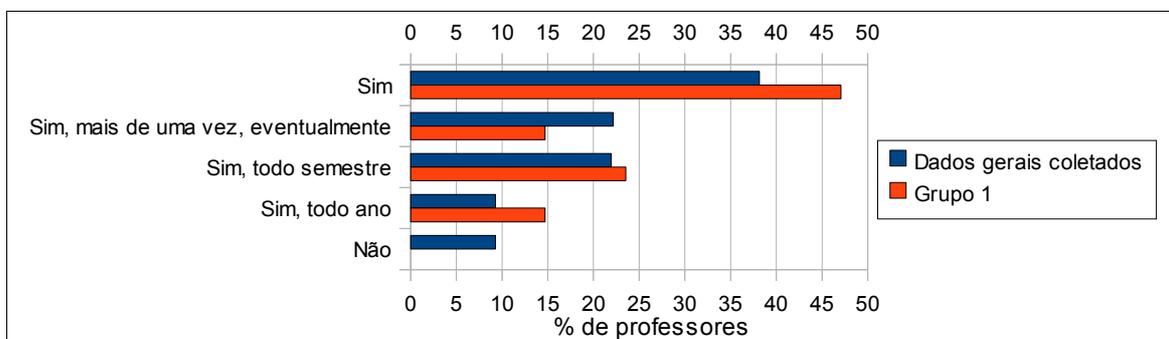


Gráfico 86. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 1.

Uma outra questão sobre possíveis trabalhos deste mesmo Grupo realizados em conjunto com professores de outros departamentos, núcleos, laboratórios apresentou o seguinte resultado: 10 professores (32,26%) responderam “Não”; 8 (25,81%) responderam apenas “Sim”; 8 (25,81%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 2 (6,45%) “Sim, todo semestre”; 3 (9,68%) “Sim, todo ano”; e 3 (8,82% do total) deixaram em branco e não foram contabilizados.

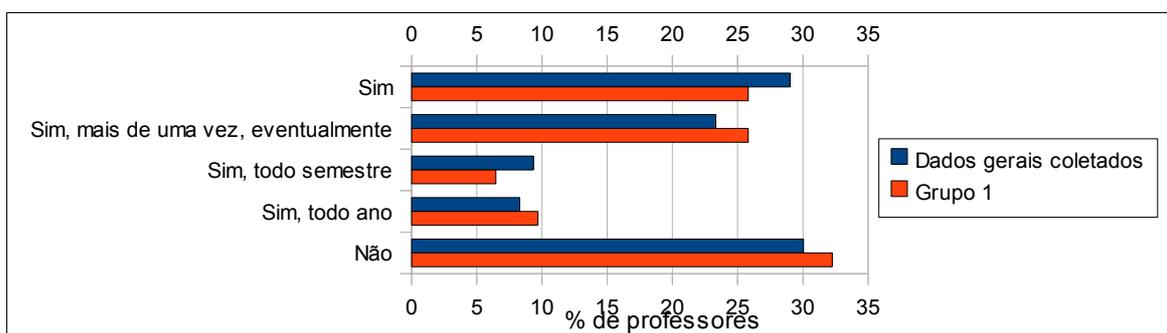


Gráfico 87. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 1.

Já a proporção dos trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 1 com outras instituições de ensino e pesquisa foi um pouco mais frequente do que a apresentada pelos dados gerais da UnB. Apenas 1 professor (2,94%) respondeu “Sim, 1 vez”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (8,82%) “Sim, 2 vezes”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,88%) “Sim, 3 vezes”; 19 (58,82%) “Sim, 4 ou mais vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 9 (26,47%) “Não”, a segunda maior proporção.

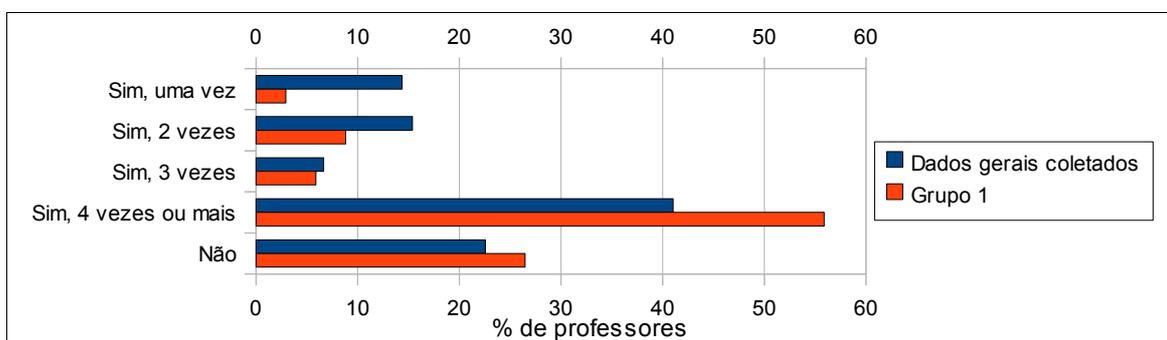


Gráfico 88. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 1.

No caso do relacionamento com empresas, 20 professores do Grupo 1 (58,82%)

responderam “Não”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (8,82%) “Sim, uma vez”; 2 (5,88%) “Sim, 2 vezes”; 2 (5,88%) “Sim, 3 vezes”; e 7 (20,59%) “Sim, frequentemente”, a segunda maior proporção.



Gráfico 89. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 1.

A frequência das pesquisas em conjunto dos professores deste Grupo com organizações não-estatais apresentou uma variação importante em comparação com os dados gerais da UnB. 29 professores (85,29%) responderam “Não” à questão, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (2,94%) “Sim, 2 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (2,94%) “Sim, 3 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 3 (8,82%) “Sim, frequentemente”.

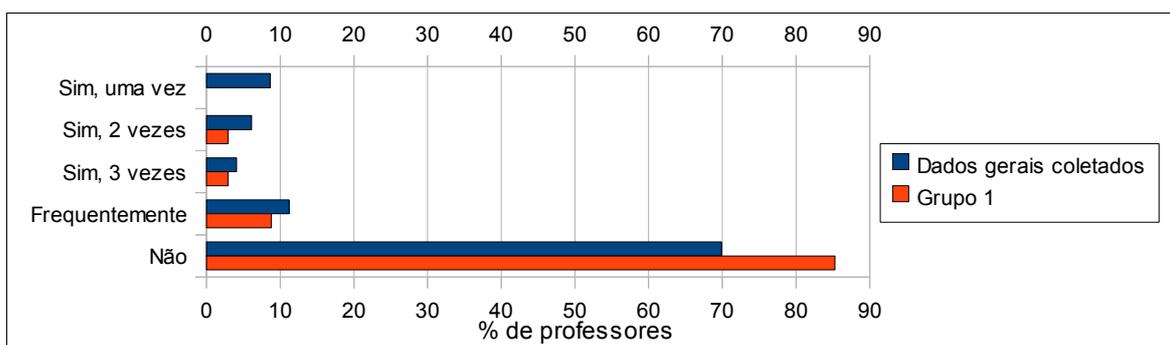


Gráfico 90. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 1.

Para este mesmo Grupo, 6 professores (17,65%) consideram o currículo que ministram “Ótimo”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 23 (67,65%) “Bom”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (11,76%) “Regular”; e 1 (2,94%) “Ruim”, a maior proporção.

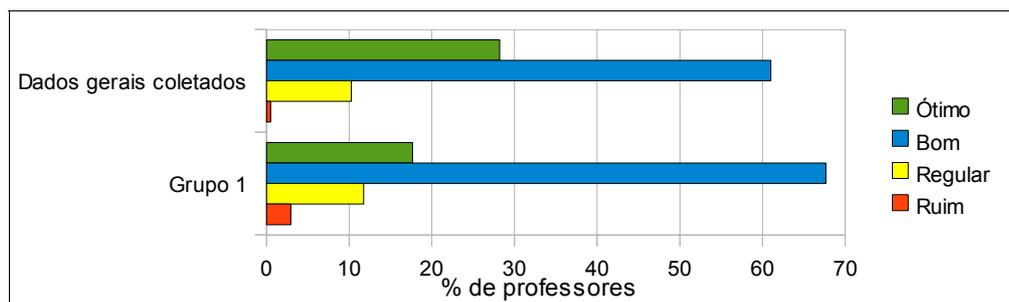


Gráfico 91. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 1.

Com relação à importância do departamento, os dados demonstram que esta unidade da universidade continua importante para os professores deste Grupo e, se somarmos as importâncias “4” e “5”, resulta na maior proporção entre os 8 Grupos.

Tabela 28. Importância do departamento – Grupo 1.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	0	4	4	13	13	0	34
%	0	11,76	11,76	38,24	38,24	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

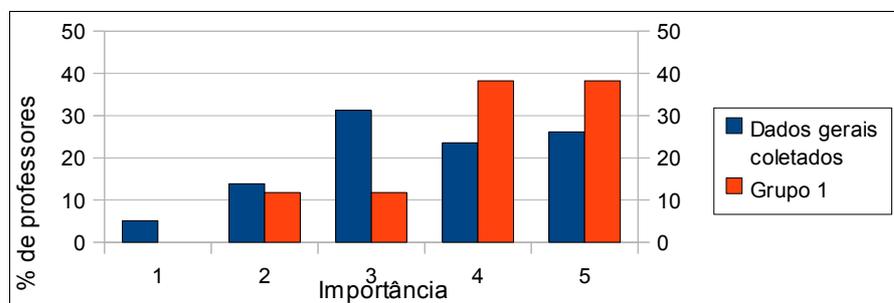


Gráfico 92. Importância do departamento – Grupo 1.

Com relação à importância da ADUnB, no geral, o resultado auferido neste Grupo se manteve próximo à média dos dados gerais coletados.

Tabela 29. Importância da ADUnB – Grupo 1.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	7	11	7	7	0	34
%	5,88	20,59	32,35	20,59	20,59	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

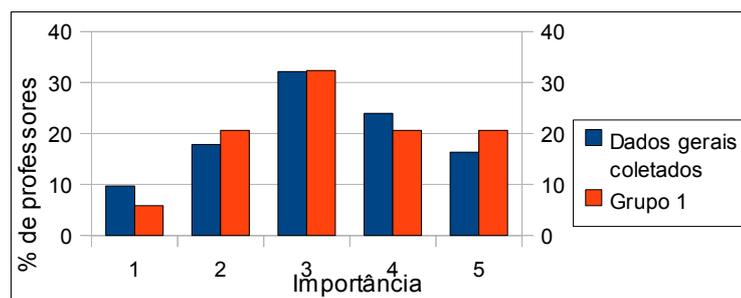


Gráfico 93. Importância da ADUnB – Grupo 1.

Já a importância das associações científicas é proporcionalmente a maior neste Grupo entre todos os outros se somarmos as importâncias “4” e “5”. Neste sentido, seriam fundamentais as políticas da universidade e dos departamentos destinadas a propiciar uma participação mais organizada dos professores deste Grupo nestes “fóruns”.

Tabela 30. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 1.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	0	4	14	15	0	34
%	2,94	0	11,76	41,18	44,12	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

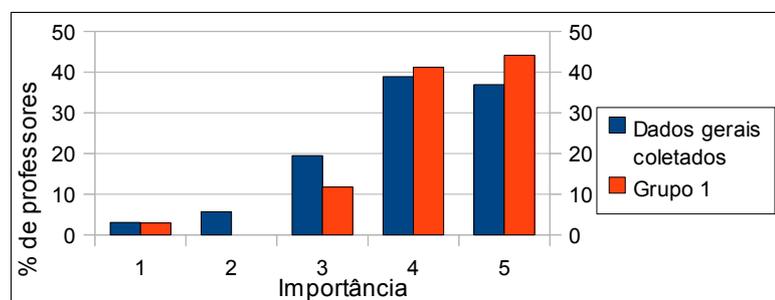


Gráfico 94. Importância da Sociedade Científica – Grupo 1.

A importância da ANDES também foi ponderada neste Grupo apresentando um resultado que se somadas as importâncias “4” e “5” resulta na segunda menor proporção entre os 8 Grupos.

Tabela 31. Importância da ANDES – Grupo 1.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	6	15	5	3	0	34
%	14,71	17,65	44,12	14,71	8,82	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

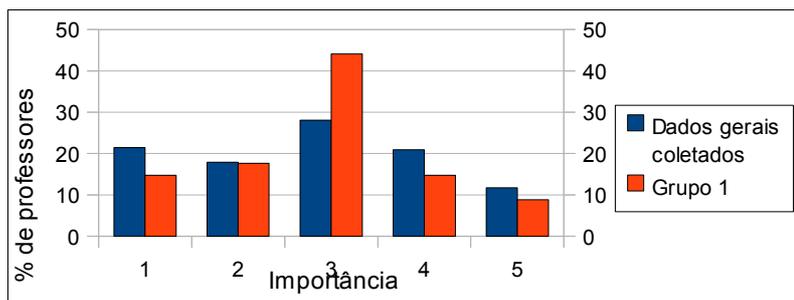


Gráfico 95. Importância da ANDES – Grupo 1.

Com relação à participação como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, 4 professores do Grupo 1 (11,76%) responderam “Sim, 1 vez”; 2 (5,88%) “Sim, 2 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,88%) “Sim, 3 vezes ou mais”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 26 (76,47%) “Não, nunca fiz parte formalmente”.



Gráfico 96. Participação como representante – Grupo 1.

No que diz respeito à participação em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos, fora da UnB, com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, 3 professores deste Grupo (8,82%) responderam “Sim, todo mês”, 3 (8,82%) “Sim, todo ano”, 16 (47,06%) “Sim, eventualmente” e 12 (35,29%) “Não”.

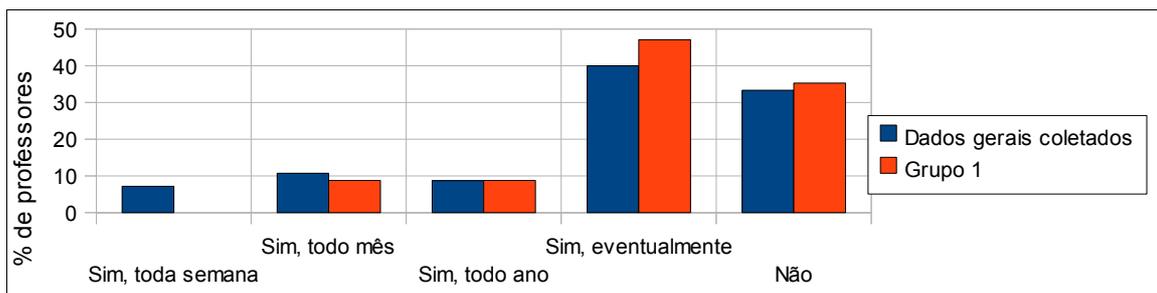


Gráfico 97. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 1.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 20 (58,82%) professores deste Grupo responderam “Sim”, de alguma forma, e 14 (41,18%) “Não”.

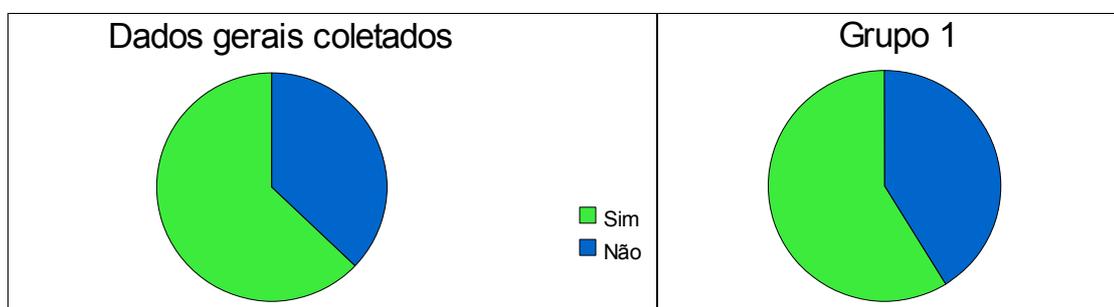


Gráfico 98. Religião – Grupo 1.

A participação em Organizações Não-Estatais, refletindo os trabalhos conjuntos dos professores deste Grupo com estas entidades, se mostrou baixa. Apenas 1 professor (2,94%) respondeu “Sim”, 2 (5,88%) “Já fiz parte” e 31 (91,18%) “Não”.

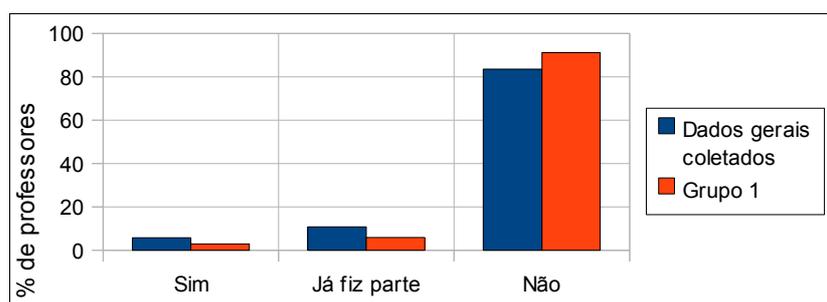


Gráfico 99. Participação em ONGs – Grupo 1.

Com relação a importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento das pesquisas podemos observar entre os professores do Grupo 1 que:

Tabela 32. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 1.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	1 (3,03%)*	2 (6,06%)*	6 (18,18%)*	13 (39,39%)*	11 (33,33%)*	1 (2,94%)	34
Servidores e técnicos	11 (34,37%)*	7 (21,88%)*	7 (21,88%)*	4 (12,5%)*	3 (9,38%)*	2 (5,88%)	34
Estudantes	3 (9,09%)*	3 (9,09%)*	4 (12,12%)*	12 (35,14%)*	11 (33,33%)*	1 (2,94%)	34
Agências	4 (12,12%)*	2 (6,06%)*	3 (9,09%)*	10 (30,30%)*	14 (42,42%)*	1 (2,94%)	34
Empresas e indústrias	12 (36,36%)*	9 (27,27%)*	7 (21,21%)*	4 (12,12%)*	1 (3,03%)*	1 (2,94%)	34
ONGs	29 (87,87%)*	4 (12,12%)*				1 (2,94%)	34
Família	8 (24,24%)*	5 (15,15%)*	5 (15,15%)*	2 (6,06%)*	13 (39,39%)*	1 (2,94%)	34
Mídia	19 (61,29%)*	7 (22,58%)*	3 (9,68%)*	2 (6,45%)*		3 (8,82%)	34
Outros	18 (64,28%)*	4 (14,29%)*	3 (10,71%)*	2 (7,14%)*	1 (3,57%)*	6 (17,65%)	34

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

A importância dos outros professores e a das Agências alcançaram a maior proporção neste Grupo em comparação com os outros 8 se somarmos as importâncias “4” e “5”. Já a importância dos técnicos, dos estudantes, das famílias e da mídia permaneceram próximos à média geral enquanto a proporção da importância das empresas ficou um pouco abaixo da média. Com relação a importância das ONGs, este Grupo apresentou a menor média, juntamente com o Grupo 2, se somarmos as importâncias “4” e “5”.

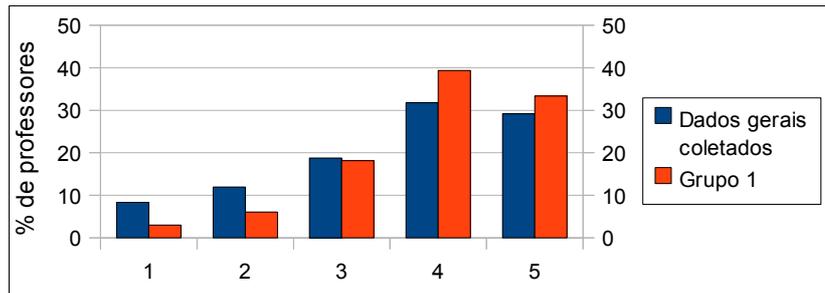


Gráfico 100. Outros professores – Grupo 1.

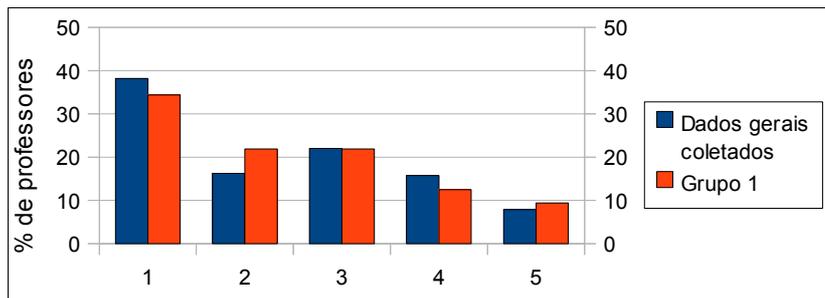


Gráfico 101. Técnicos – Grupo 1.

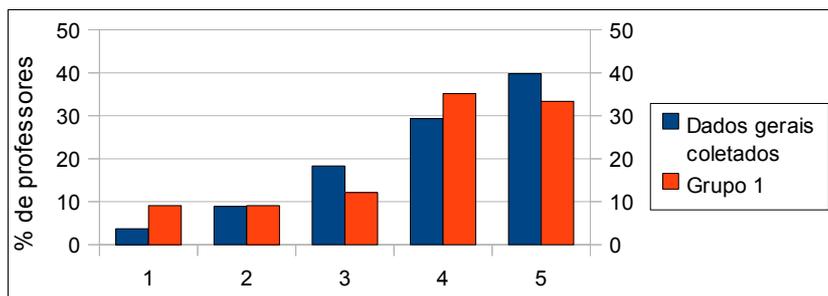


Gráfico 102. Estudantes – Grupo 1.

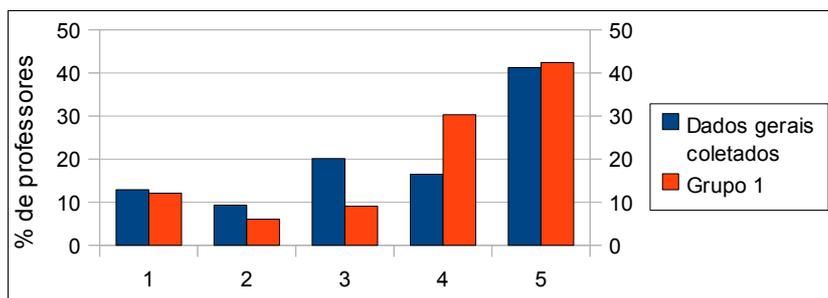


Gráfico 103. Agências – Grupo 1.

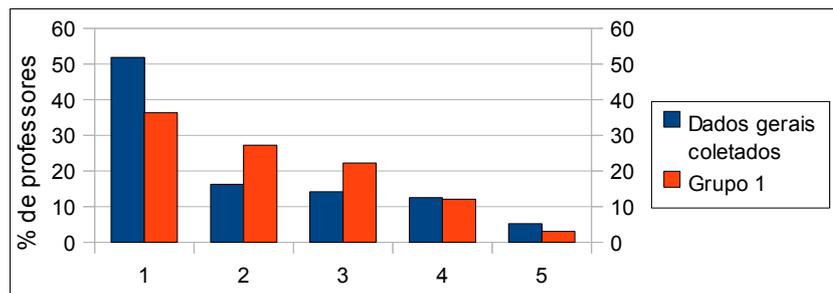


Gráfico 104. Empresas e indústrias – Grupo 1.

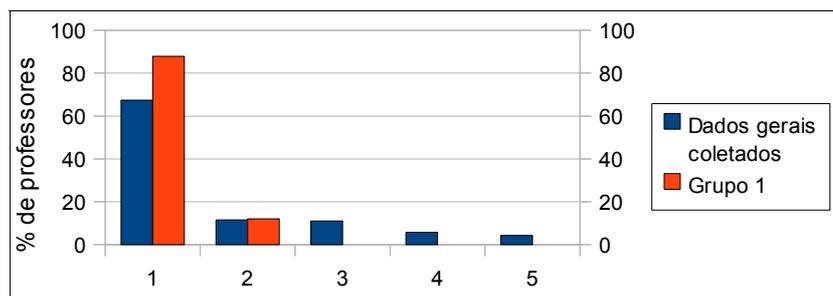


Gráfico 105. ONGs – Grupo 1.

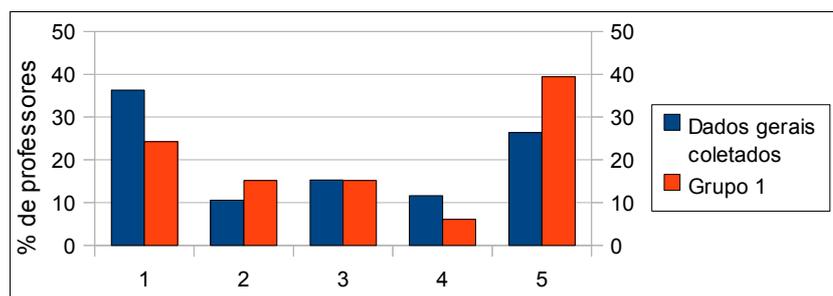


Gráfico 106. Família – Grupo 1.

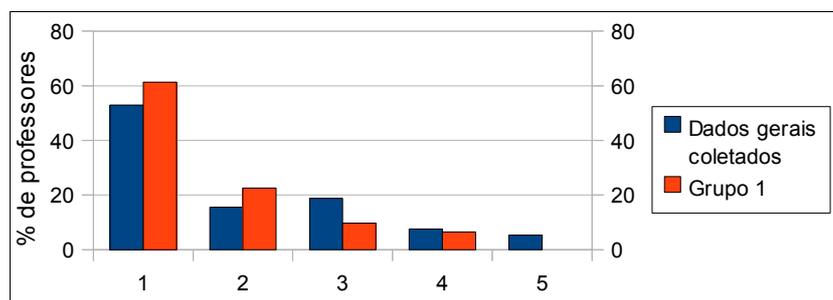


Gráfico 107. Mídia – Grupo 1.

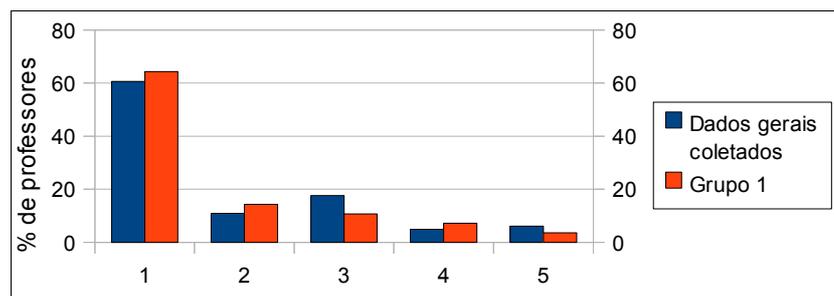


Gráfico 108. Outros – Grupo 1.

Sobre a quantidade de artigos a serem publicados, podemos verificar que mais da metade dos professores deste Grupo, 22 (64,71%), considera importante publicar apenas um por semestre, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 7 (20,59%) “Eventualmente”; e 5 (14,70%) “3 artigos por ano”.

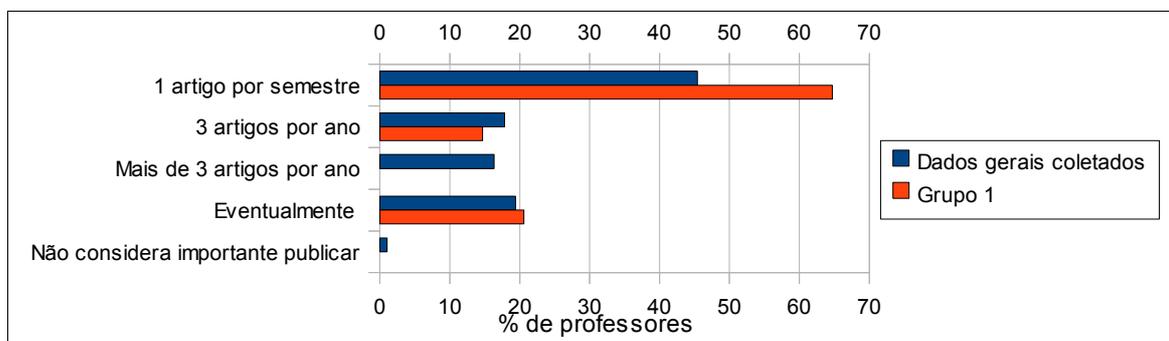


Gráfico 109. Quantidade de publicações – Grupo 1.

No que diz respeito às publicações com coautoria internacional, 9 professores deste Grupo (26,47%) responderam “Sim”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 10 (29,41%) “Sim, nos próximos meses”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,88%) “Sim, no próximo ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 8 (23,53%) “Eventualmente”; e 5 (14,71%) “Não”.

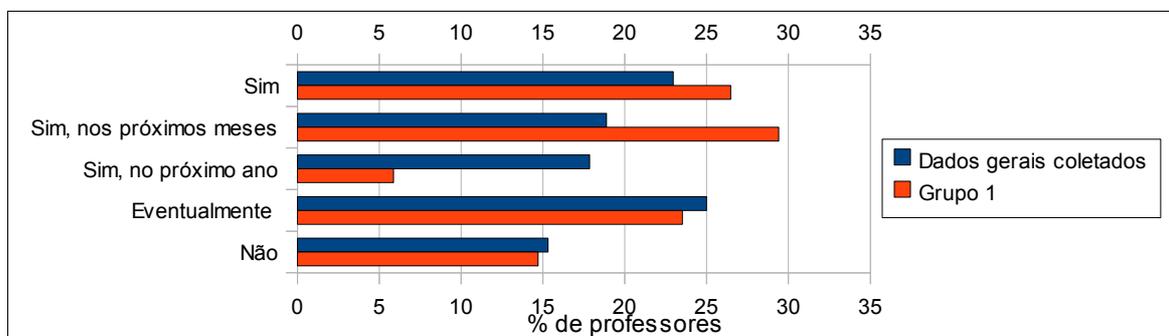


Gráfico 110. Publicação com coautoria internacional – Grupo 1.

O registro de patentes, por sua vez, é preocupação para apenas uma pequena parte dos professores deste Grupo. 5 (14,71%) responderam “Sim” à questão, 2 (5,88%) “Sim, em cotitularidade com outras instituições” e 27 (79,41%) “Não se aplica”.

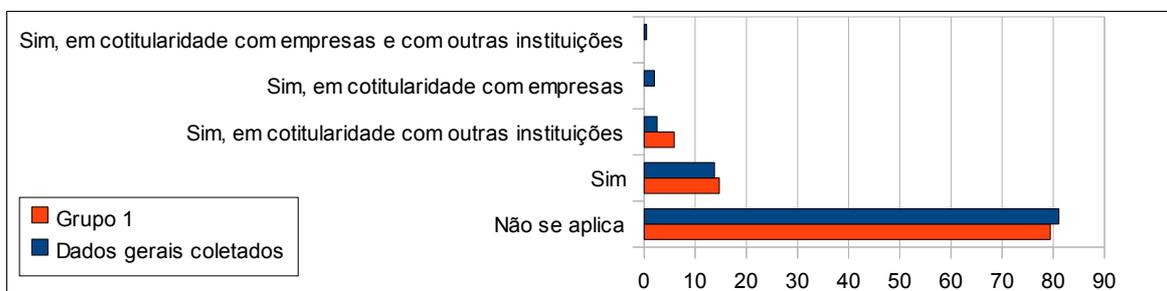


Gráfico 111. Patentes – Grupo 1.

Com relação à possibilidade das pesquisas resultarem num produto com potencial de mercado, observamos que a tendência deste Grupo é de baixa.

Tabela 33. Potencial de mercado – Grupo 1.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	13	3	5	7	4	2	34
%	40,62*	9,38*	15,62*	21,88*	12,5*	5,88	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

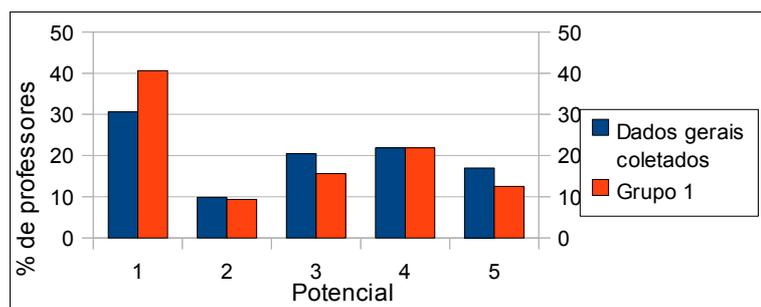


Gráfico 112. Potencial de mercado – Grupo 1.

Ao mesmo tempo, com uma perspectiva do potencial de contribuição social da pesquisa, o Grupo 1 foi o que apresentou os menores resultados proporcionais entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 34. Potencial contribuição social – Grupo 1.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	5	8	7	6	2	34
%	18,75*	15,62*	25*	21,88*	18,75*	5,88	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

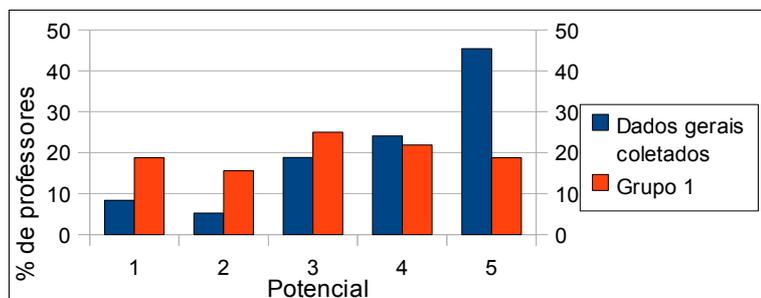


Gráfico 113. Contribuição social – Grupo 1.

No que diz respeito ao acesso do Grupo 1 à equipe técnica pode-se observar que é um pouco limitado, mas está levemente melhor do que os dados gerais coletados.

Tabela 35. Acesso à equipe técnica – Grupo 1.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	11	7	11		4	1	34
%	33,33*	22,21*	33,33*		12,12*	2,94	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

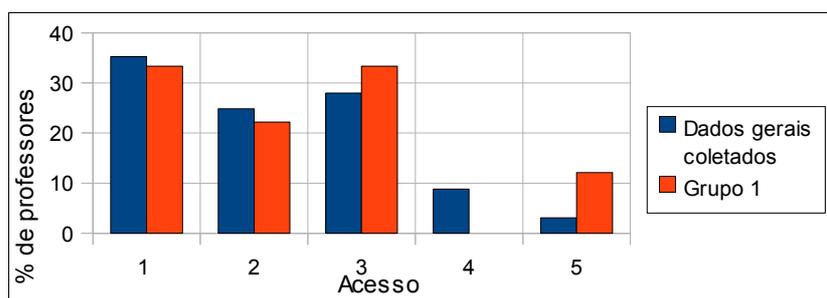


Gráfico 114. Acesso à equipe técnica – Grupo 1.

Já com relação ao acesso às instalações físicas, o Grupo 1 apresentou o segundo maior resultado entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 36. Acesso à instalações físicas – Grupo 1.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	6	11	5	6	1	34
%	15,15*	18,18*	33,33*	15,15*	18,18*	2,94	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

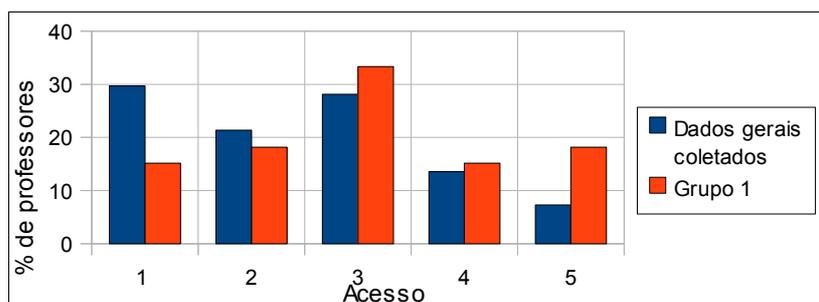


Gráfico 115. Acesso à instalações físicas – Grupo 1.

Por sua vez, no que tange ao acesso à recursos financeiros, o Grupo 1 apresentou o maior resultado entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 37. Acesso à recursos financeiros – Grupo 1.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	9	3	9	10	2	1	34
%	27,27*	9,09*	27,27*	30,30*	6,06	2,94	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

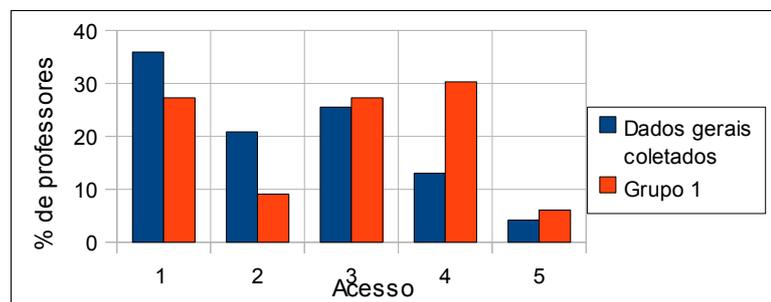


Gráfico 116. Acesso à recursos financeiros – Grupo 1.

Com relação à uma perspectiva futura sobre os próprios trabalhos, 20 professores do Grupo 1 (58,82%) consideram que ele sofrerá pequenas modificações, a maior

proporção entre os 8 Grupos; 8 (23,53%) que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas, a menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (11,76%) que ele sofrerá amplas modificações; e 2 (5,88%) não sabem, a segunda maior proporção.

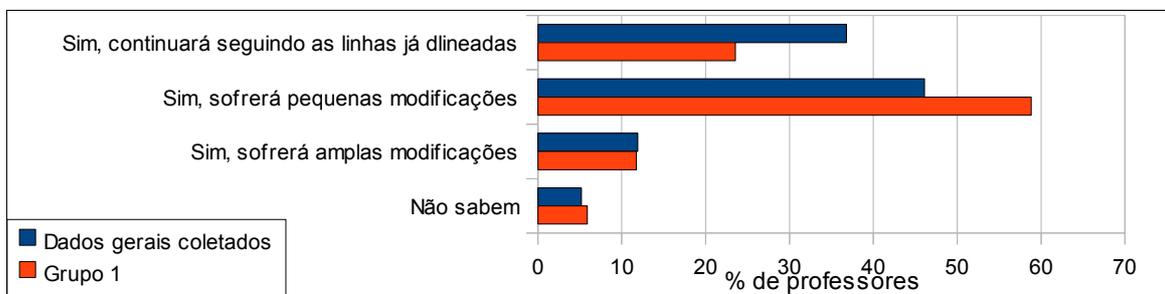


Gráfico 117. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 1.

A importância no dia a dia dos professores deste Grupo do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão, da avaliação da pós-graduação e, da aposentadoria, resultou na seguinte configuração:

Tabela 38. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 1.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário	2 (6,06%)*	1 (3,03%)*	7 (21,21%)*	6 (18,18%)*	17 (51,51%)*	1 (2,94%)	34
Progressão / Promoção	3 (9,09%)*	1 (3,03%)*	5 (15,15%)*	8 (24,24%)*	16 (48,48%)*	1 (2,94%)	34
Saúde		2 (5,88%)*	3 (8,82%)*	5 (14,71%)*	24 (70,59%)*		34
Carga Horária		1 (2,94%)*	6 (17,65%)*	7 (20,59%)*	20 (58,82%)*		34
Financiamento	1 (3,12%)*	1 (3,12%)*	7 (21,88%)*	2 (6,25%)*	20 (62,5%)*	2 (5,88%)	34
Avaliação	1 (3,03%)*	1 (3,03%)*	9 (27,27%)*	9 (27,27%)*	13 (39,39%)*	1 (2,94%)	34
Aposentadoria	6 (20%)*	4 (13,33%)*	10 (33,33%)*	4 (13,33%)*	6 (20%)*	4 (13,33%)	34

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância dos salários e da progressão na carreira neste Grupo permaneceram próximos à média geral da UnB. Já a importância da saúde alcançou a segunda menor média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. A aposentadoria por sua vez apresentou a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

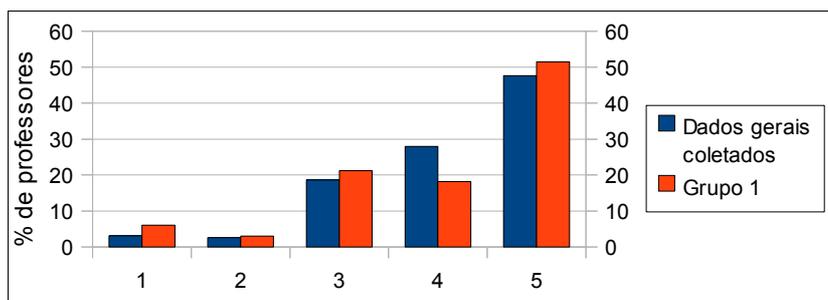


Gráfico 118. Salário – Grupo 1.

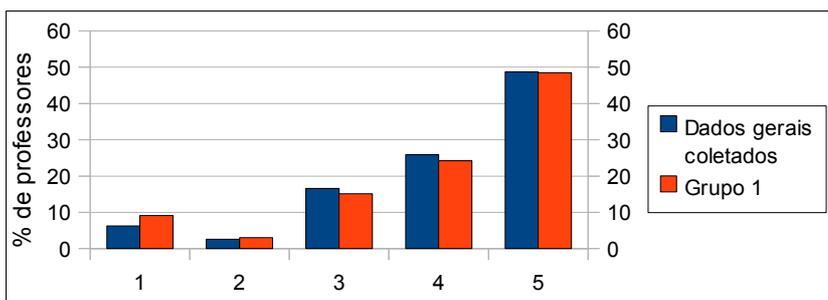


Gráfico 119. Promoção/progressão – Grupo 1.

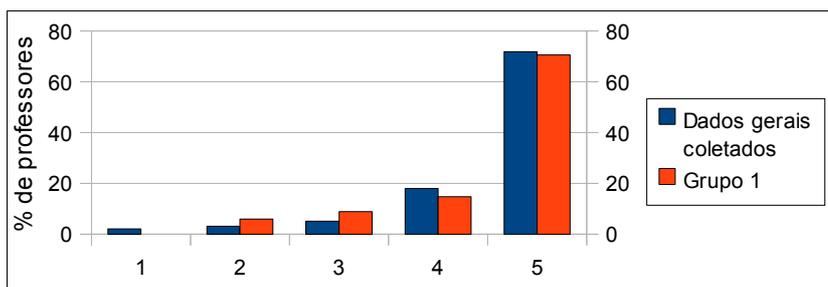


Gráfico 120. Saúde – Grupo 1.

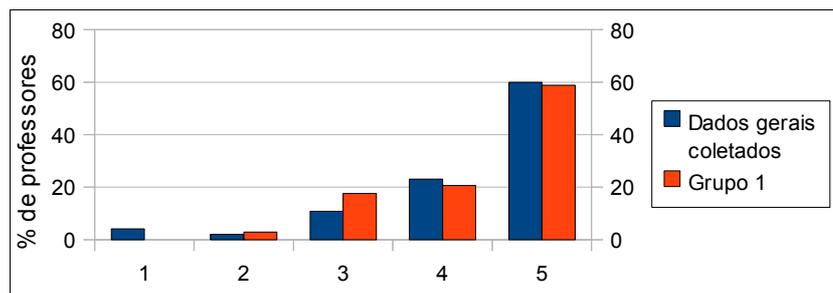


Gráfico 121. Carga horária – Grupo 1.

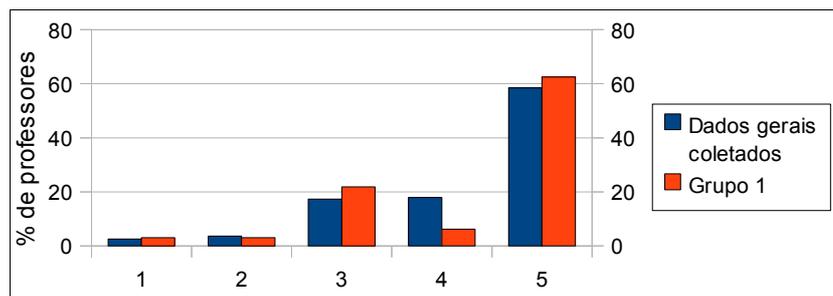


Gráfico 122. Financiamento – Grupo 1.

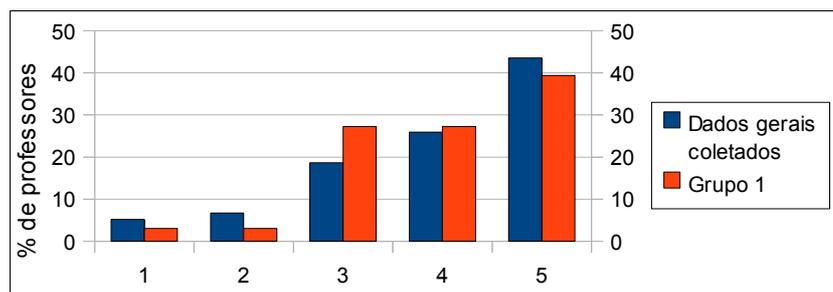


Gráfico 123. Avaliação – Grupo 1.

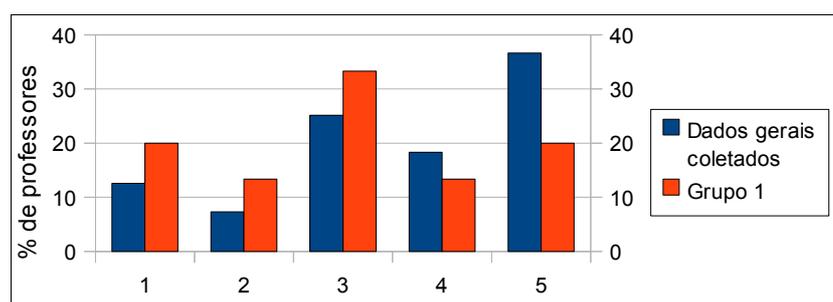


Gráfico 124. Aposentadoria – Grupo 1.

Com relação aos problemas de relacionamento, 14 professores do Grupo 1 (41,18%) responderam “Sim” e 20 (58,82%) “Não”.

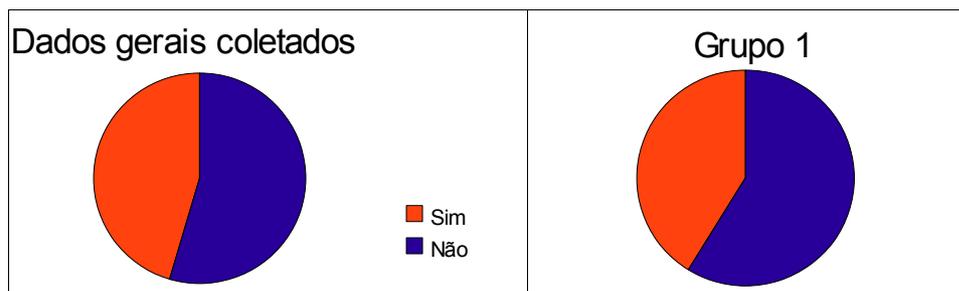


Gráfico 125. Problemas de relacionamento – Grupo 1.

Sobre o problema das fraudes, 6 professores do Grupo 1 (18,18%) responderam “Sim”, 6 (18,18%) “Já ouvi rumores” e 21 (63,63%) “Não”. 1 (2,94% do total) deixou a resposta em branco.



Gráfico 126. Fraudes – Grupo 1.

No que tange à expansão da universidade, apenas 1 professor deste Grupo (3,12%) a considerou “Ótima”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 10 (31,25%) “Boa”; 14 (43,75%) “Regular”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 6 (18,75%) “Ruim”; 1 (3,12%) “Prefiro não opinar”. 2 respostas (5,88% do total) foram deixadas em branco e não foram contabilizadas.



Gráfico 127. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 1.

Sobre os alunos de graduação, 3 professores do Grupo 1 (9,09%) consideram que “São interessados e envolvidos”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 9 (27,27%) que “Cumrem os seus deveres”; para 17 (51,51%) que “São pouco interessados e envolvidos”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,06%) “Não são interessados”; para 2 (6,06%) “Nenhuma das anteriores”. 1 resposta (2,94% do total) foi deixada em branco.

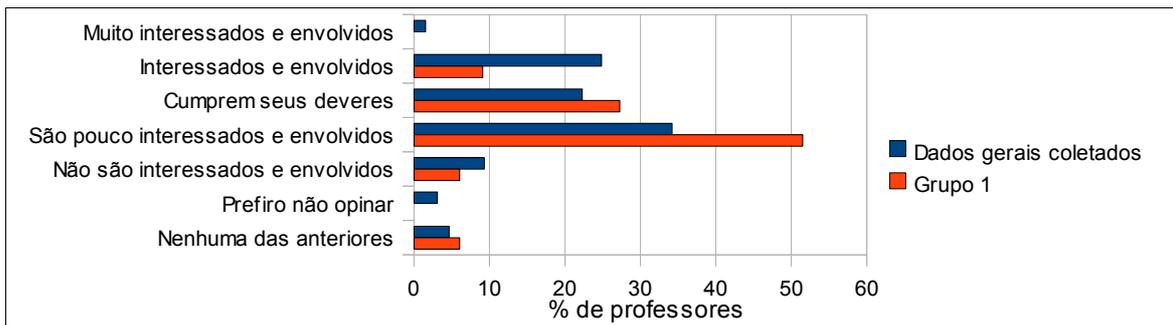


Gráfico 128. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 1.

No que diz respeito aos estudantes de Pós-Graduação, 10 professores deste Grupo (30,30%) consideram que “São interessados e envolvidos”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 12 (36,36%) que “Cumrem os seus deveres”, a maior proporção entre os 8 Grupos; para 6 (18,18%) que “São pouco interessados e envolvidos”; para 2 (6,06%) “Nenhuma das anteriores”; 3 (9,09%) “Preferiram não opinar”, a segunda menor proporção. 1 resposta (2,94% do total) foi deixada em branco.

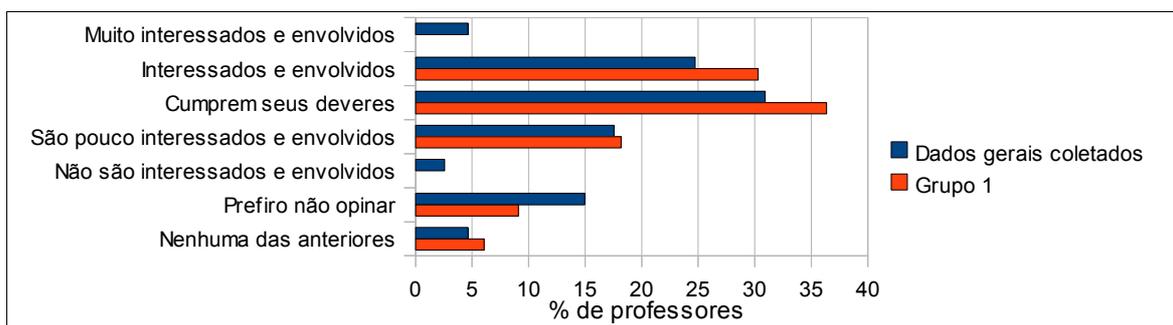


Gráfico 129. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 1.

Por fim, sobre uma possível necessidade de controlar as pesquisas, 3 professores deste Grupo (9,09%) responderam “Sim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 12 (36,36%) “Não”; 11 (33,33%) “Em alguns casos”; 7 (21,21%) “Prefiro não opinar”, a

maior proporção, juntamente com o Grupo 4. 1 resposta (2,94% do total) foi deixada em branco e não foi contabilizada.



Gráfico 130. Controle das pesquisas – Grupo 1.

### 1.1.2. Grupo 1 – Destaques gerais.

Como podemos observar, no geral, o Grupo 1 possui a segunda menor idade média entre os 8 Grupos pesquisados; além disso, possui uma alta proporção de professores que:

- trabalham com outros professores do mesmo departamento, de outras instituições, com empresas;
- atribuem uma alta importância ao departamento, às associações científicas, aos outros professores, às agências governamentais;
- não trabalham com ONGs;
- consideram importante publicar 1 artigo por semestre;
- consideram ter projetos de pesquisa com uma baixa contribuição social em comparação com os outros 8 Grupos;
- têm acesso facilitado às instalações físicas e aos recursos financeiros;
- não estão muito preocupados com a saúde, com o financiamento das pesquisas, com a aposentadoria;
- veem os estudantes de graduação pouco interessados e envolvidos, enquanto os da pós-graduação, um pouco mais interessados e envolvidos.

## 1.2. Grupo 2 - Engenharias e Computação.

Os formulários respondidos do Grupo 2 estão relacionados às seguintes áreas e subáreas:

Tabela 39. Áreas e subáreas – Grupo 2.

Área	Subárea
Engenharia Civil	Construção Civil; Estruturas; Geotécnica; Hidráulica; infraestrutura de Transporte; Gestão Territorial.
Engenharia de Minas	Pesquisa Mineral; Lavra; Tratamento de Minérios; Estudos Especializados.
Engenharia de Materiais e Metalurgia	Instalações e Equipamentos Metalúrgicos; Processos de Extração e Recuperação; Processos de Transformação; Processos Físico-químicos; Processos de Síntese; Materiais Metálicos; Materiais Não-metálicos.
Engenharia Elétrica	Telecomunicações; Processamento de Sinais; Eletrônica Analógica e Digital; Sistemas Elétricos de Potência; Eletrônica de Potência; Controle Automático.
Engenharia Biomédica	Bioengenharia; Engenharia Médica; Instrumentação.
Computação	Teoria da Computação; Matemática da Computação; Metodologia e Técnicas da Computação; Sistemas de Computação.
Engenharia Mecânica	Fenômenos de Transporte; Engenharia Térmica; Automação e Mecanização; Projetos de Máquinas; Processos de Fabricação.
Mecatrônica e Robótica	Tribologia; Sensoriamento; Modelagem e Simulação; Acústica e Vibrações.
Engenharia Química	Processos Industriais; Operações e Equipamentos; Tecnologia Bioquímica; Fenômenos de Transporte.
Engenharia Sanitária	Recursos Hídricos; Tratamento de Águas de Abastecimento e Residuárias; Saneamento Básico; Saneamento Ambiental.
Engenharia de Produção	Gerência de Produção; Pesquisa Operacional; Engenharia de Produto; Engenharia Econômica; Tecnologia e Inovação.
Engenharia Nuclear	Radioisótopos; Combustível Nuclear; Tecnologia dos Reatores; Radiação.
Engenharia de Transportes.	Planejamento de Transportes; Veículos e Equipamentos de Controle; Operações de Transportes; Logística e Transporte de Cargas.
Engenharia Naval e Oceânica	Hidrodinâmica de Navios e Sistemas Oceânicos; Estruturas Navais e Oceânicas; Máquinas Marítimas; Projeto de Navios e de Sistemas Oceânicos; Tecnologia de Construção Naval e de

	Sistemas Oceânicos; Tecnologia Submarina.
Engenharia Aeroespacial	Aerodinâmica; Dinâmica de Vôo; Estruturas Aeroespaciais; Materiais e Processos para Engenharia Aeronáutica e Aeroespacial; Propulsão Aeroespacial; Sistemas Aeroespaciais.
Engenharia Têxtil	Materiais Têxteis; Processos Mecânicos; Processos Químicos; Instalações e Equipamentos.
Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Cartografia Temática; Cartografia Básica; Geomática.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.2.1. Grupo 2 – Sistematização dos dados.

Os 20 professores do Grupo 2 – Engenharias e Computação, possuíam em 2013 uma média 44,55 anos; aproximadamente 11,25 anos de casa; sendo que 13 (65%) eram do sexo masculino, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 7 (35%) do sexo feminino.

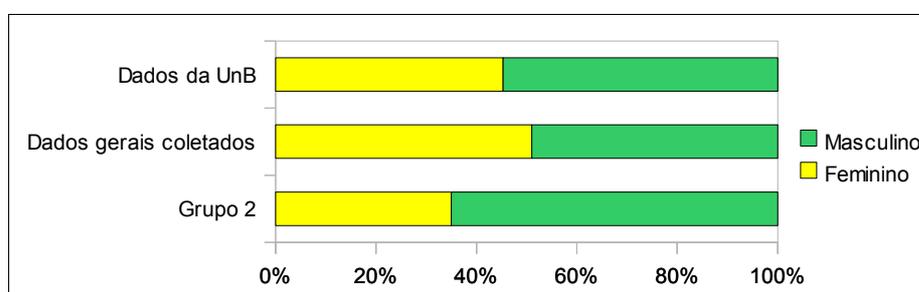


Gráfico 131. Sexo – Grupo 2.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 2 está bem distribuído pelo país, sendo que 5 são do próprio DF e Estados como MG, GO, PB, RS, RJ têm 2 cada um. Da BA, do Estrangeiro, do PR e de SC há apenas 1 de cada um. Em branco 1 resposta.

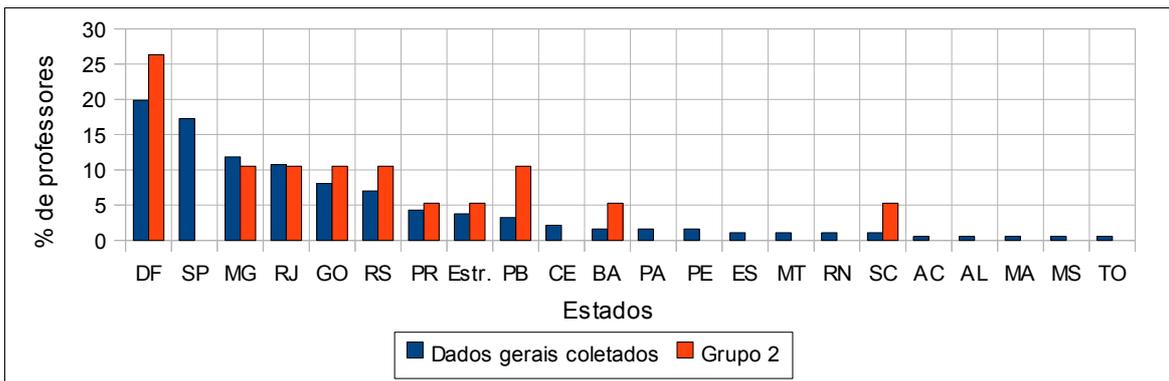


Gráfico 132. Estados de origem dos Professores – Grupo 2.

Sobre a idade de ingresso dos professores do Grupo 2 no ensino superior podemos verificar que: 6 (30%) ingressaram no ensino superior com menos de 18 anos e 9 (45%) com 18 anos, proporções que somadas resultam na maior entre os 8 Grupos. 1 (5%) ingressou com 19 anos, 2 (10%) entre 21 e 25 anos e 2 (10%) com mais de 25 anos.

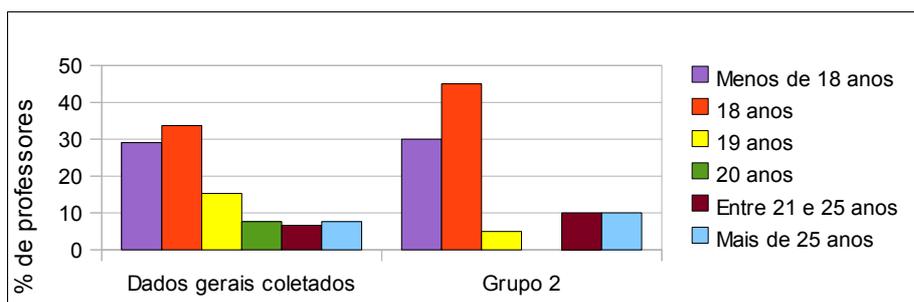


Gráfico 133. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 2.

No que tange à participação dos professores do Grupo 2 em programas de intercâmbio podemos observar que: 7 (36,84%) não realizou nenhum tipo, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,26%) “Sim”; outros 3 (15,79%) responderam “Sim, como estudantes”; 6 (31,58%) “Sim, como professores”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (10,53%) responderam sim como professores e estudantes. 1 questionário (5% do total) foi deixado em branco e não foi utilizado nos cálculos.

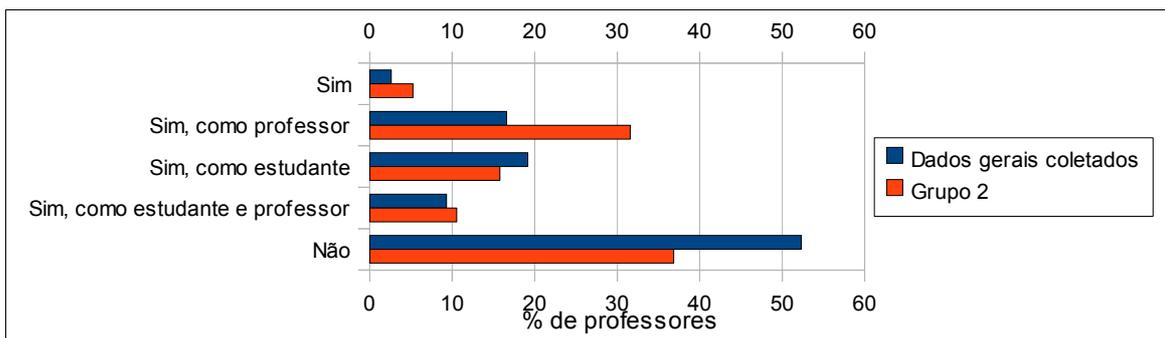


Gráfico 134. Intercâmbio – Grupo 2.

A realização de Pós-Doutorado pelos professores deste Grupo apresentou uma boa variação em comparação com os dados gerais da UnB, sendo que 9 (47,37%) não fizeram, 10 (52,63%) responderam “Sim” e uma resposta (5%) foi deixada em branco.

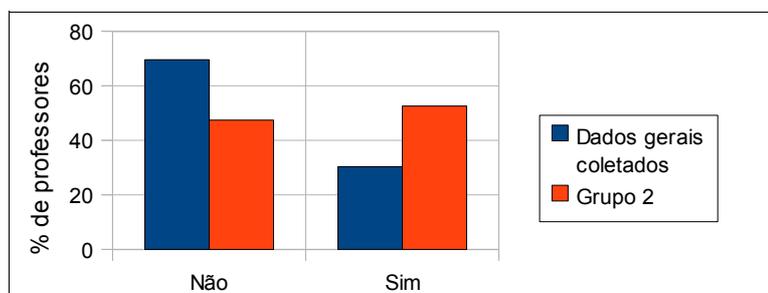


Gráfico 135. Pós-Doutorado – Grupo 2.

Com relação ao vínculo atual do professores do Grupo 2 com a UnB, a grande maioria, 14 (73,68%), respondeu que é Adjunto, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,26%) que é Assistente, a menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (10,53%) que são Associados; 1 (5,26%) que é Titular, a menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,26%) Outro; e um questionário (5%) foi deixado em branco.

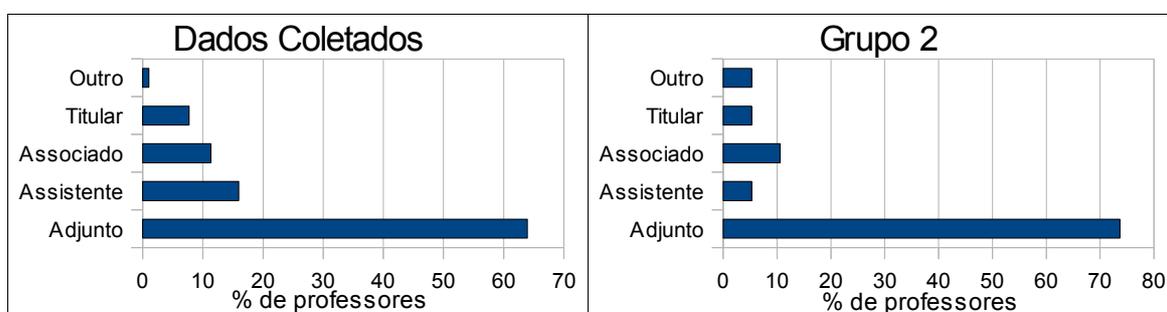


Gráfico 136. Vínculo atual com a UnB – Grupo 2.

No caso da questão sobre possíveis trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 5 professores deste Grupo (25%) responderam apenas “Sim”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 6 (30%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 6 (30%) “Sim, todo semestre”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) “Sim, todo ano”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (10%) “Não”.

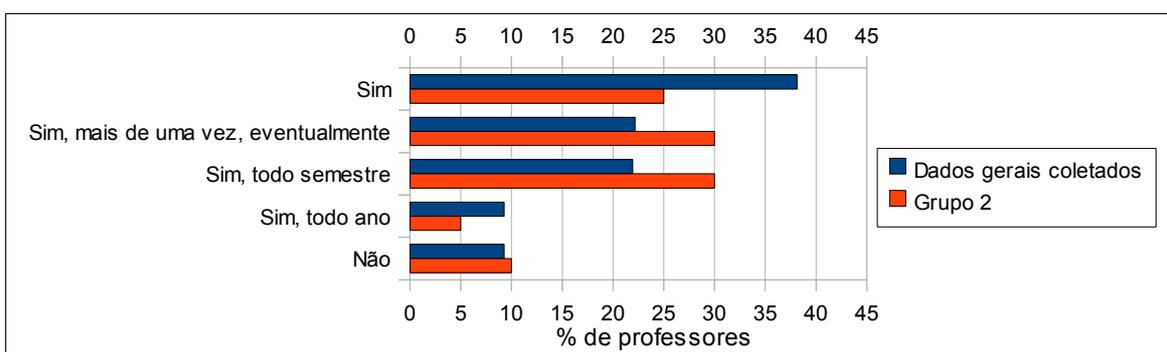


Gráfico 137. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 2.

Outra questão sobre possíveis trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 2 com os de outros departamentos, núcleos, laboratórios foi assim delineada: 7 professores (35%) responderam “Não”; 4 (20%) responderam apenas “Sim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (20%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 4 (20%) “Sim, todo semestre”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (5%) “Sim, todo ano”, a segunda menor proporção.

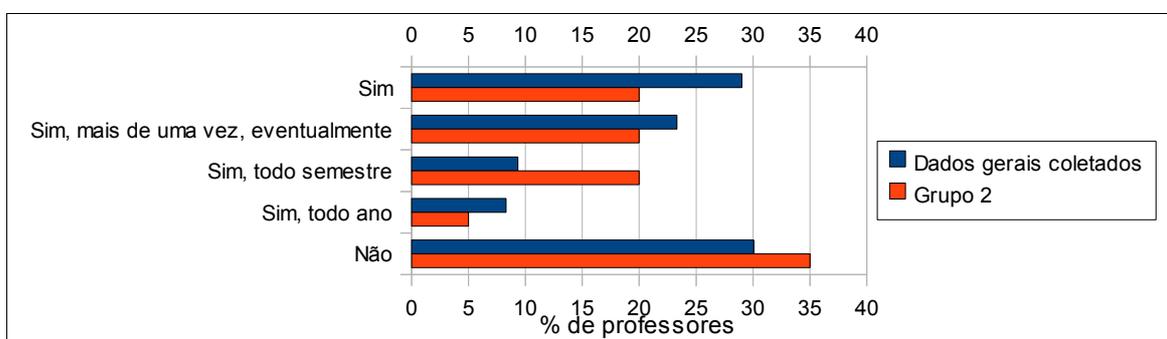


Gráfico 138. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 2.

Sobre possíveis trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 2 com outras

instituições de ensino e pesquisa, apenas 1 professor (5%) respondeu “Sim, 1 vez”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (10%) “Sim, 2 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) “Sim, 3 vezes”; 11 (55%) “Sim, 4 ou mais vezes”; e 5 (25%) ”Não”.

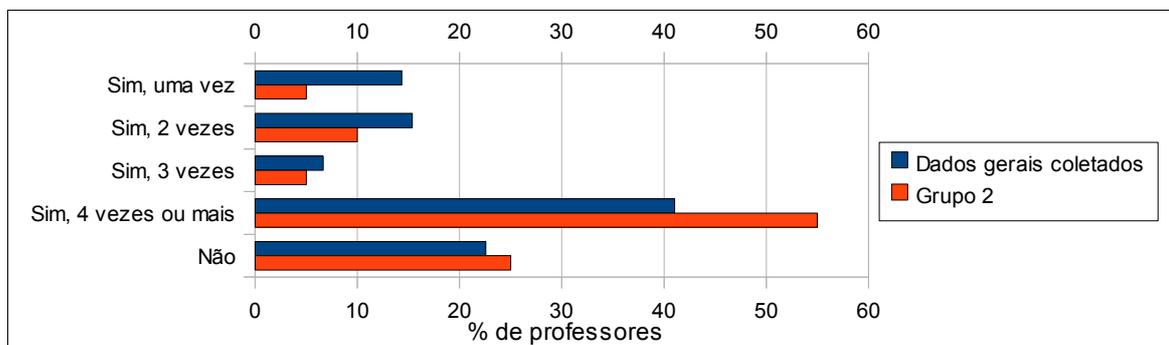


Gráfico 139. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 2.

No caso de terem trabalhado ou não com empresas, 6 professores do Grupo 2 (30%) responderam “Não”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (15%) “Sim, uma vez”; 2 (10%) “Sim, 2 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) Sim, 3 vezes” e 8 (40%) “Sim, frequentemente”, a maior proporção.

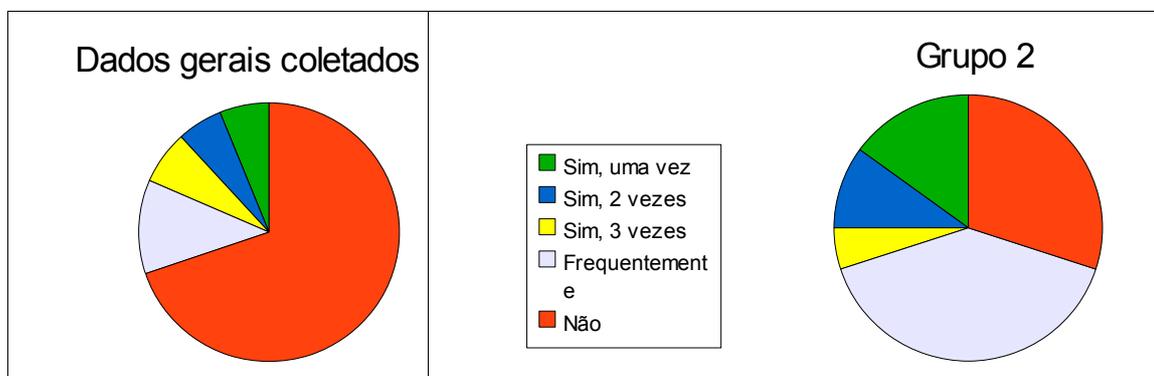


Gráfico 140. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 2.

As pesquisas em conjunto com as Organizações não-estatais apresentou uma pequena variação em comparação com os dados da UnB em geral. 12 professores (60%) responderam “Não” a esta questão; 2 (10%) “Sim, uma vez”; 4 (20%) “Sim, 2 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (10%) “Sim, frequentemente.

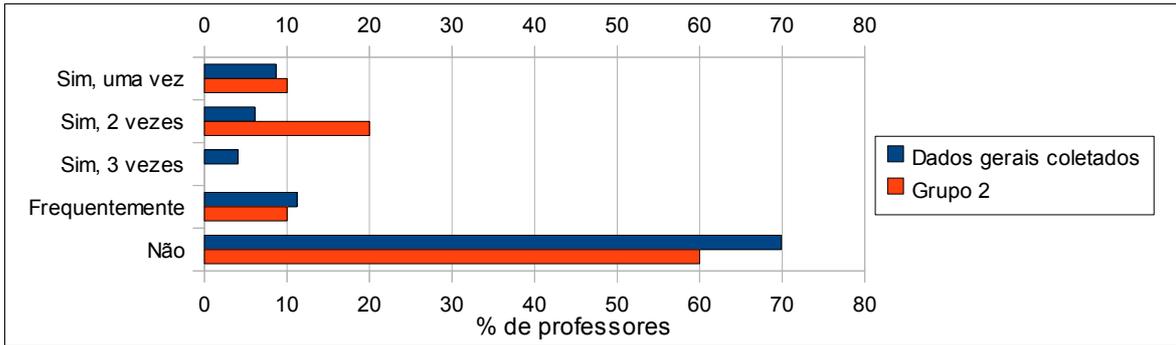


Gráfico 141. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 2.

Com relação ao conteúdo das disciplinas, 5 professores deste Grupo (25%) o consideram “Ótimo”, 12 (60%) “Bom” e 3 (15%) “Regular”.

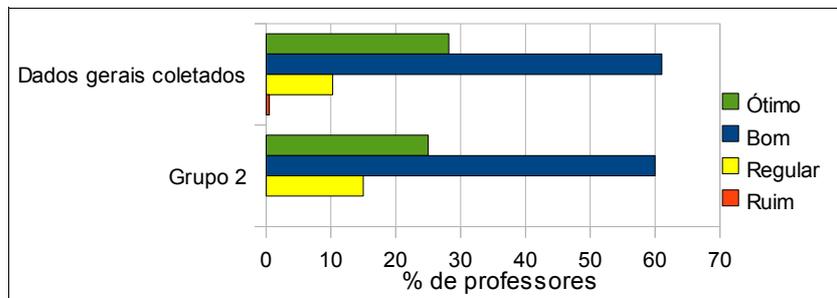


Gráfico 142. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 2.

A importância dos departamentos, por sua vez, permaneceu próxima à média da UnB em geral para os professores do Grupo 2.

Tabela 40. Importância do departamento – Grupo 2.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1		10	5	4	0	20
%	5		50	25	20	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

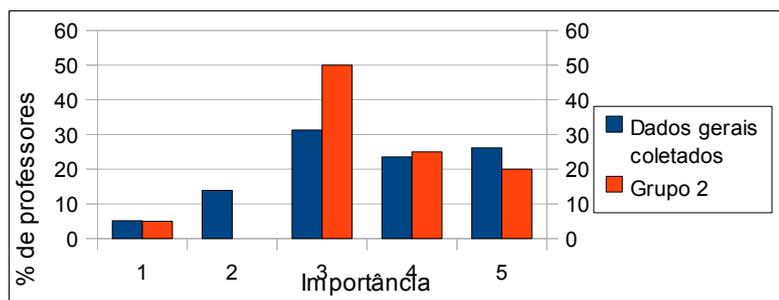


Gráfico 143. Importância do departamento – Grupo 2.

Já a importância da ADUnB apresentou a maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 41. Importância da ADUnB – Grupo 2.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	2	8	4	5	0	20
%	5	10	40	20	25	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

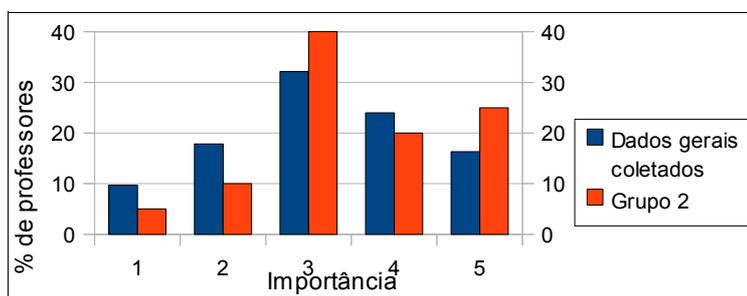


Gráfico 144. Importância da ADUnB – Grupo 2.

A importância das associações científicas por sua vez não apresentou uma variação muito grande em comparação com a UnB em geral.

Tabela 42. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 2.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		2	4	5	9	0	20
%		10	20	25	45	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

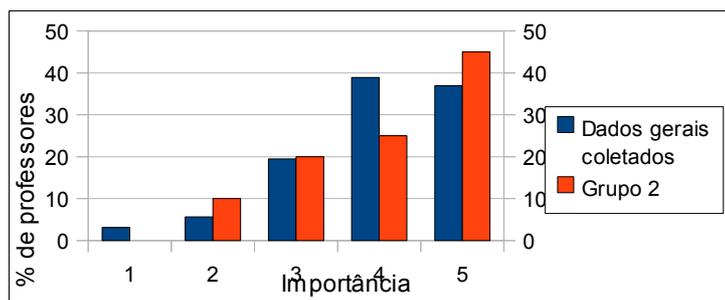


Gráfico 145. Importância da Sociedade Científica – Grupo 2.

A importância da ANDES por sua vez resultou na menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 43. Importância da ANDES – Grupo 2.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	7	7	4	1	1	0	20
%	35	35	20	5	5	0	100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

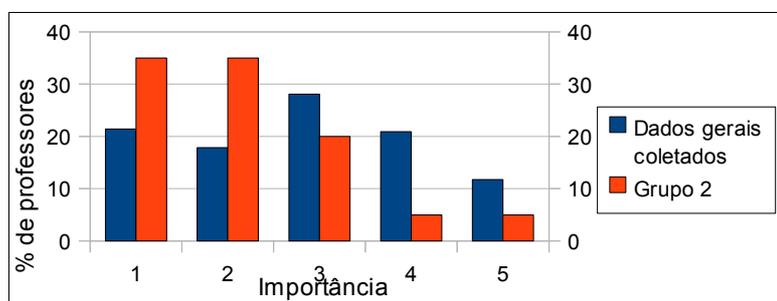


Gráfico 146. Importância da ANDES – Grupo 2.

Com relação à participação como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, obtivemos a seguinte composição deste Grupo: 4 (20%) professores responderam “Sim, 1 vez”, juntamente com o Grupo 6 com a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (15%) “Sim, 2 vezes”; 1 (5%) “Sim, 3 vezes ou mais”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 12 (60%) “Não, nunca fiz parte formalmente”.



Gráfico 147. Participação como representante – Grupo 2.

No que diz respeito à participação dos professores do Grupo 2 em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB, com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, podemos observar que: 2 professores (10%) responderam “Sim, toda semana”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) “Sim, todo mês”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (20%) “Sim, todo ano”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (15%) “Sim, eventualmente”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 10 (50%) “Não”, a segunda maior proporção.

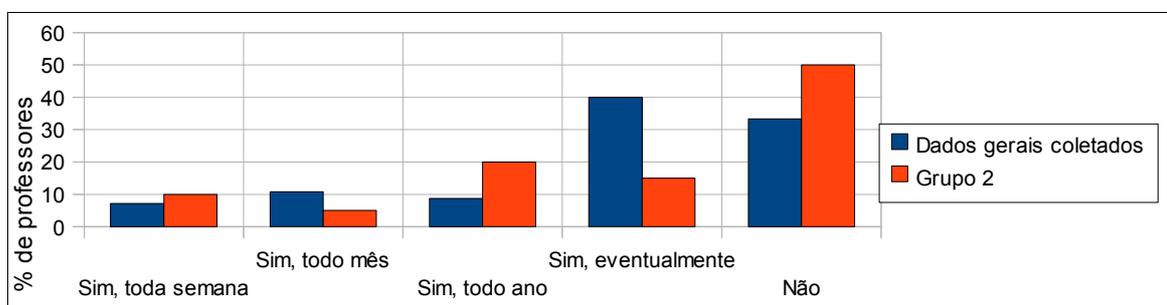


Gráfico 148. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 2.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 15 professores (75%) do Grupo 2 responderam “Sim”, de alguma forma, e, 5 (25%) “Não”.



Gráfico 149. Religião – Grupo 2.

A participação dos professores do Grupo 2 em Organizações Não-Estatais é baixa. Apenas 2 (10%) responderam “Já fiz parte” e 18 (90%) “Não”.

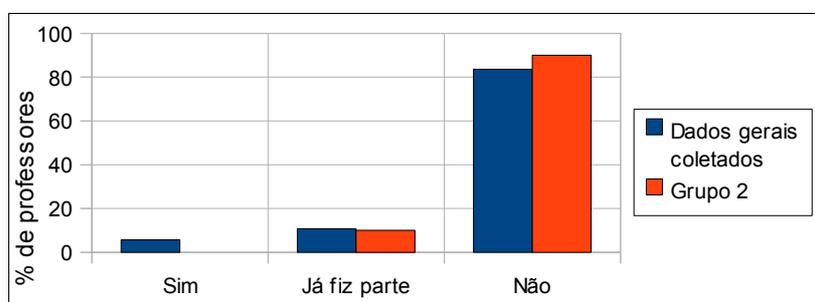


Gráfico 150. Participação em ONGs – Grupo 2.

Com relação a importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa podemos observar entre os professores do Grupo 2 que:

Tabela 44. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 2.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	2 (10%)	1 (5%)	3 (15%)	5 (25%)	9 (45%)		20
Servidores e técnicos	8 (40%)	6 (30%)	3 (15%)	1 (5%)	2 (10%)		20
Estudantes		3 (15%)	2 (10%)	3 (15%)	12 (60%)		20
Agências	3 (15%)	2 (10%)	3 (15%)	2 (10%)	10 (50%)		20
Empresas e indústrias	5 (25%)	1 (5%)	4 (20%)	5 (25%)	5 (25%)		20
ONGs	14	4	2				20

	(70%)	(20%)	(10%)				
Família	8 (40%)	3 (15%)	4 (20%)	2 (10%)	3 (15%)		20
Mídia	11 (55%)	4 (20%)	4 (20%)		1 (5%)		20
Outros	11 (73,33%)*	2 (13,33%)*	2 (13,33%)*			5 (25%)	20

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

A importância dos outros professores e dos estudantes para este Grupo apresentou a segunda maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Com relação aos técnicos, este Grupo apresentou a segunda menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Reforçando a importância das empresas, observamos a maior média neste quesito entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Por sua vez, a mídia apresentou a menor proporção neste Grupo entre os 8 se somarmos as importâncias “4” e “5”.

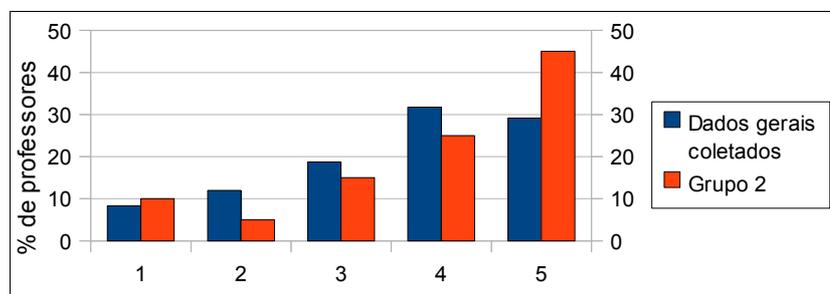


Gráfico 151. Outros professores – Grupo 2.

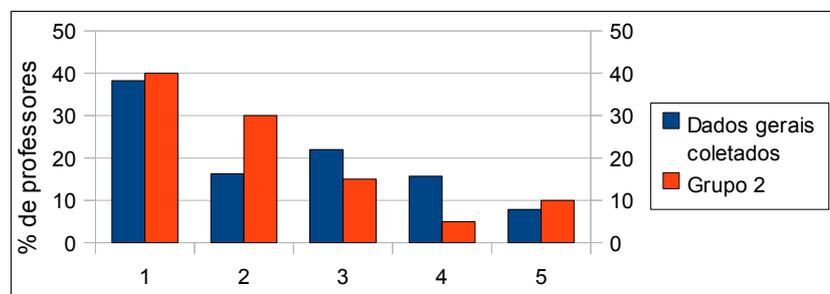


Gráfico 152. Técnicos – Grupo 2.

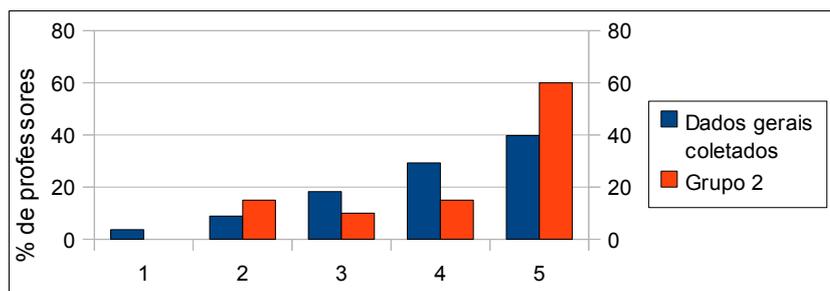


Gráfico 153. Estudantes – Grupo 2.

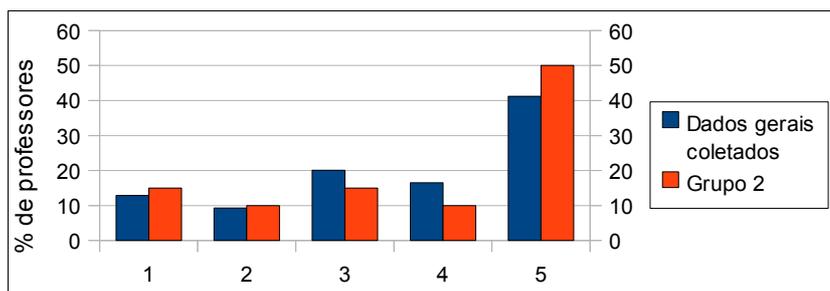


Gráfico 154. Agências – Grupo 2.

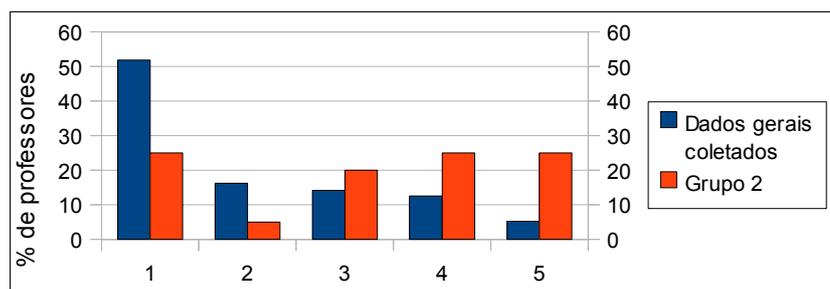


Gráfico 155. Empresas e indústrias – Grupo 2.

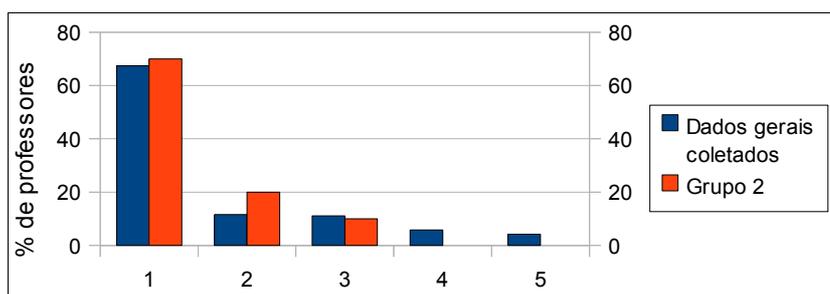


Gráfico 156. ONGs – Grupo 2.

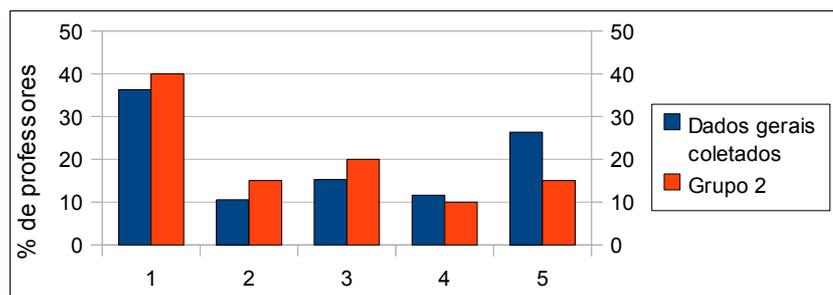


Gráfico 157. Família – Grupo 2.

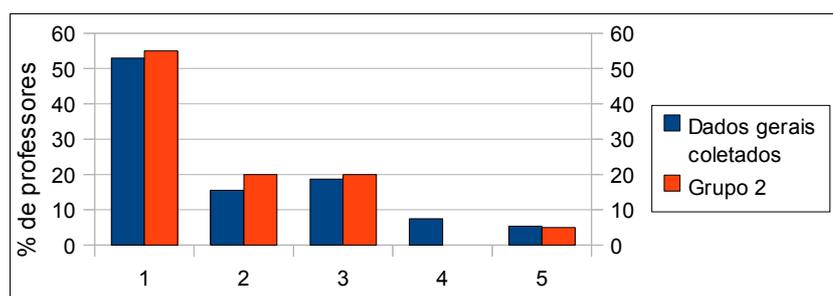


Gráfico 158. Mídia – Grupo 2.

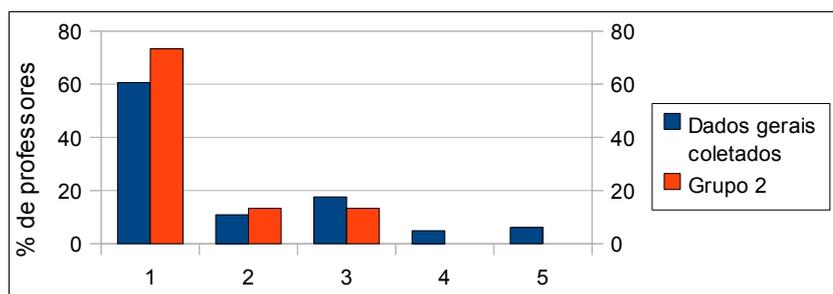


Gráfico 159. Outros – Grupo 2.

Com relação à publicação de artigos científicos, podemos verificar que este Grupo tem a maior proporção de professores que considera importante publicar mais de três artigos por ano, 10 (50%). Outros 6 (30%), considera importante publicar apenas um artigo por semestre, a menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (10%) “Eventualmente”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (10%) “3 artigos por ano”.

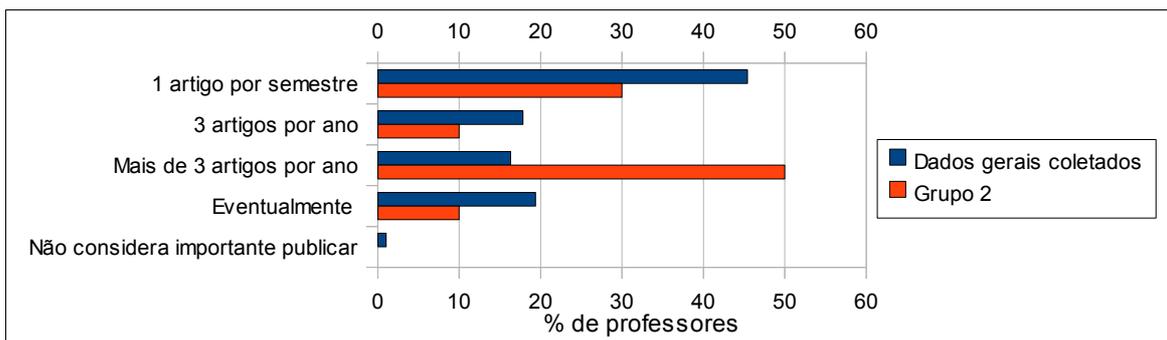


Gráfico 160. Quantidade de publicações – Grupo 2.

No que diz respeito à publicação com coautoria internacional, 5 professores deste Grupo (25%) responderam “Sim”; 8 (40%) “Sim, nos próximos meses”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (10%) “Sim, no próximo ano”; 3 (15%) “Eventualmente”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (10%) “Não”, a segunda menor proporção.

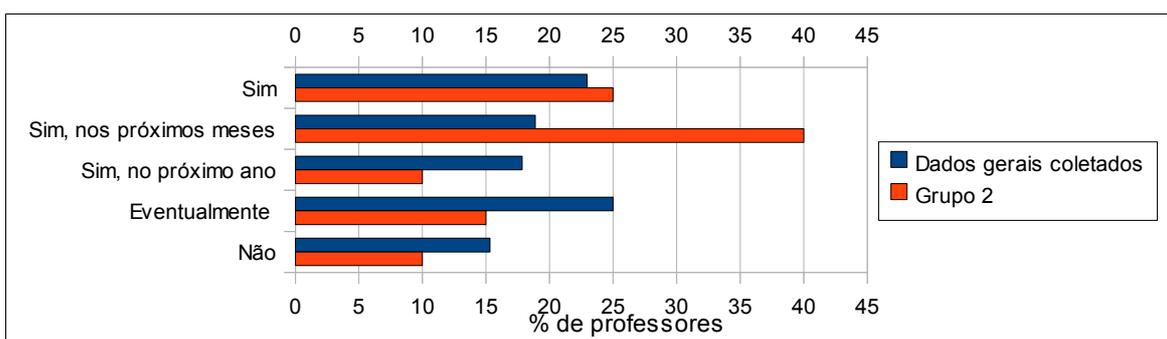


Gráfico 161. Publicação com coautoria internacional – Grupo 2.

O registro de patentes também é destaque no Grupo 2. Do total, 7 Professores (35%) responderam “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) “Sim, em cotitularidade com outras instituições”; 2 (10%) “Sim, em cotitularidade com empresas”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5%) sim, em cotitularidade com outras instituições e empresas, o único caso; e 9 (45%) “Não se aplica”, a menor proporção.

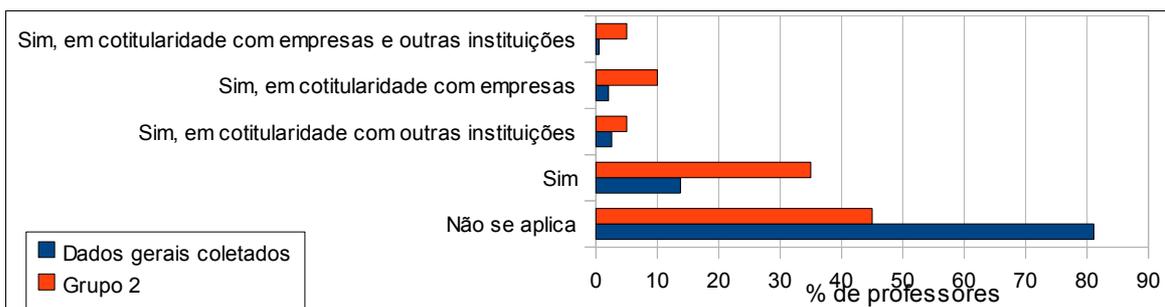


Gráfico 162. Patentes – Grupo 2.

Sobre a possibilidade das pesquisas resultarem num produto com potencial de mercado, o Grupo 2 apresentou o segundo maior resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 45. Potencial de mercado – Grupo 2.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	1	6	3	7	1	20
%	10,53*	5,26*	31,58*	15,79*	36,84*	5	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

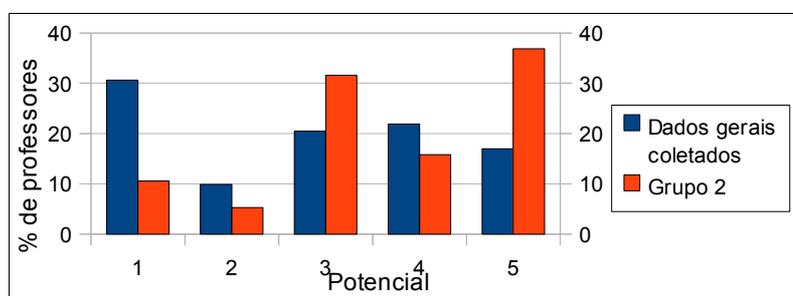


Gráfico 163. Potencial de mercado – Grupo 2.

Já com uma perspectiva do potencial de contribuição social da pesquisa, o Grupo 2 foi o que apresentou o segundo menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 46. Potencial contribuição social – Grupo 2.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	2	4	3	8	1	20
%	10,53*	10,53*	21,05*	15,79*	42,10*	5	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

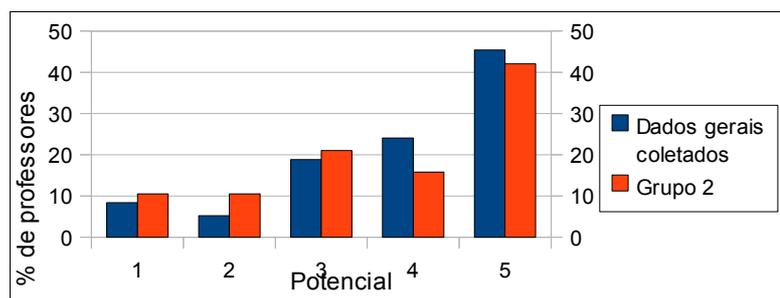


Gráfico 164. Contribuição social – Grupo 2.

Com relação ao acesso à equipe técnica, Grupo 2 apresentou o menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 47. Acesso à equipe técnica – Grupo 2.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	10	4	1			20
%	25	50	20	5			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

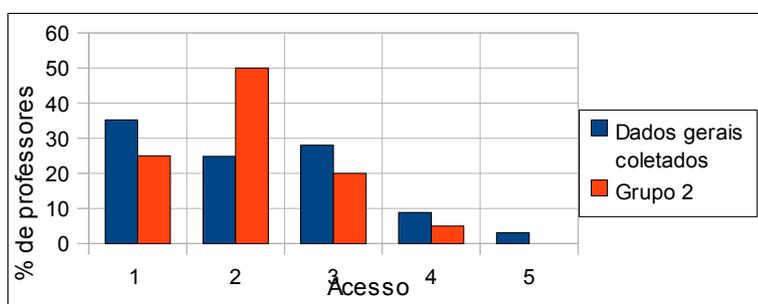


Gráfico 165. Acesso à equipe técnica – Grupo 2.

O acesso dos professores do Grupo 2 às instalações físicas registrou uma forte limitação em comparação à média geral da UnB.

Tabela 48. Acesso às instalações físicas – Grupo 2.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	7	7	3	2	1		20
%	35	35	15	10	5		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

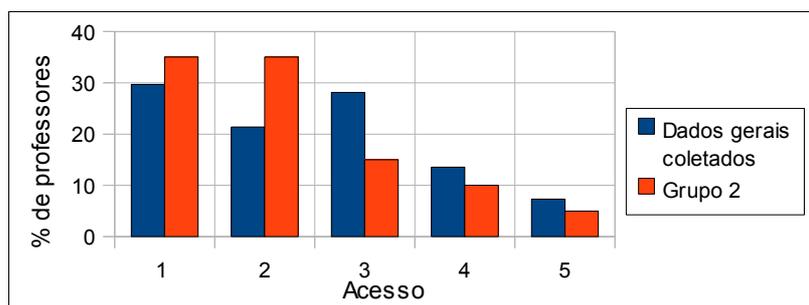


Gráfico 166. Acesso às instalações físicas – Grupo 2.

O acesso dos professores do Grupo 2 aos recursos financeiros, por sua vez, permaneceu próximos à média geral da UnB.

Tabela 49. Acesso à recursos financeiros – Grupo 2.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	7	4	5	2	2		20
%	35	20	25	10	10		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

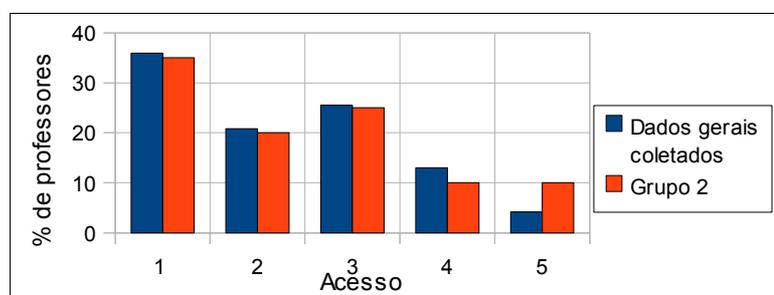


Gráfico 167. Acesso à recursos financeiros – Grupo 2.

No que diz respeito à uma perspectiva dos próprios trabalhos, 11 professores deste Grupo (55%) consideram que que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas, a maior proporção entre os 8 Grupos; 6 (30%) que ele sofrerá pequenas modificações, a menor proporção entre os 8; 1 (5%) que ele sofrerá amplas modificações; e 2 (10%) não sabem, a maior proporção.

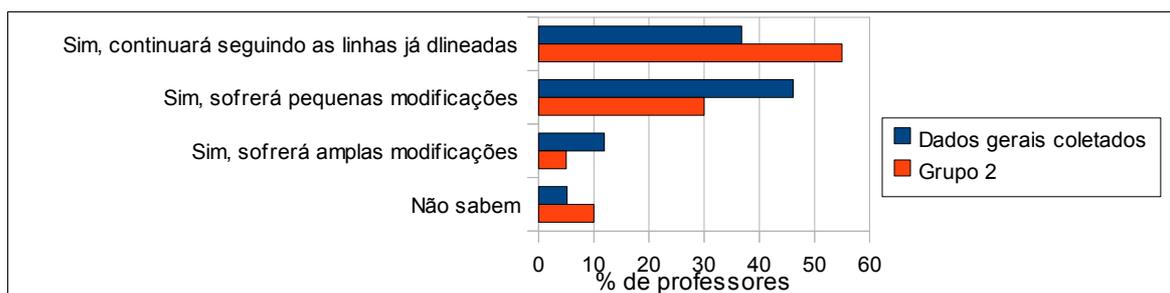


Gráfico 168. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 2.

Com relação a importância no dia a dia dos professores do Grupo 2 do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, podemos observar que:

Tabela 50. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 2.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário		2 (10%)	7 (35%)	2 (10%)	9 (45%)		20
Progressão / Promoção	1 (5,26%)*		6 (31,58%)*	6 (31,58%)*	6 (31,58%)*	1 (5%)	20
Saúde	1 (5%)	1 (5%)	2 (10%)	5 (25%)	11 (55%)		20
Carga Horária	3 (15%)	1 (5%)	1 (5%)	5 (25%)	10 (50%)		20
Financiamento		2 (10,53%)*	2 (10,53%)*	3 (15,79%)*	12 (63,16%)*	1 (5%)	20
Avaliação	3 (15%)	1 (5%)	1 (5%)	5 (25%)	10 (50%)		20
Aposentadoria	4 (21,05%)*	1 (5,26%)*	7 (36,84%)*		7 (36,84%)*	1 (5%)	20

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância dos outros professores, da progressão na carreira, da saúde e da aposentadoria alcançaram neste Grupo a segunda menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”, enquanto a importância da Carga horária e a do financiamento não apresentaram grandes variações em comparação com a UnB em geral.

No quesito avaliação, este Grupo apresentou a segunda “maior preocupação” média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

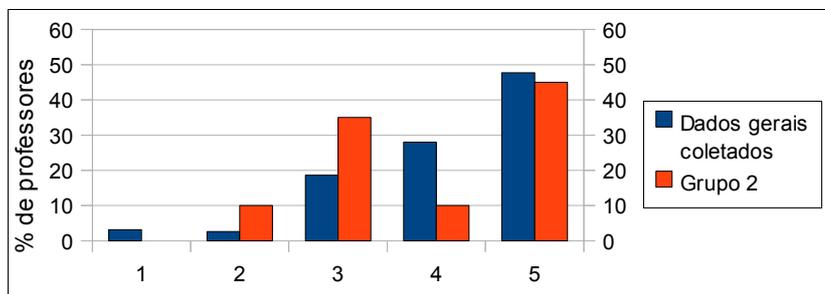


Gráfico 169. Salário – Grupo 2.

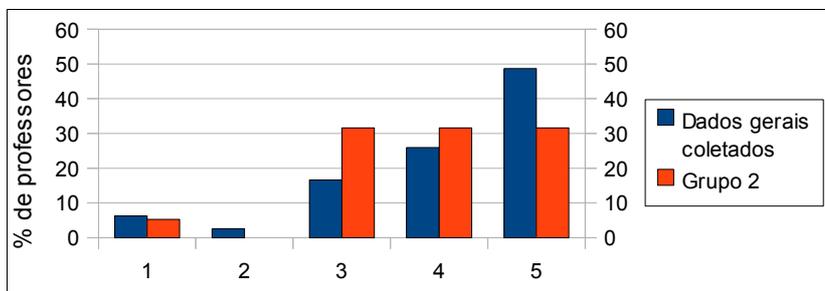


Gráfico 170. Promoção/progressão – Grupo 2.

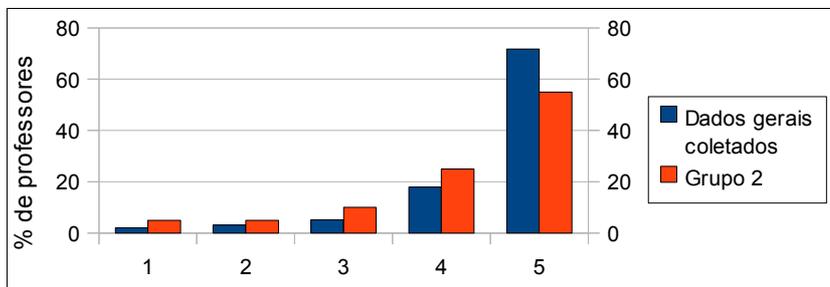


Gráfico 171. Saúde – Grupo 2.

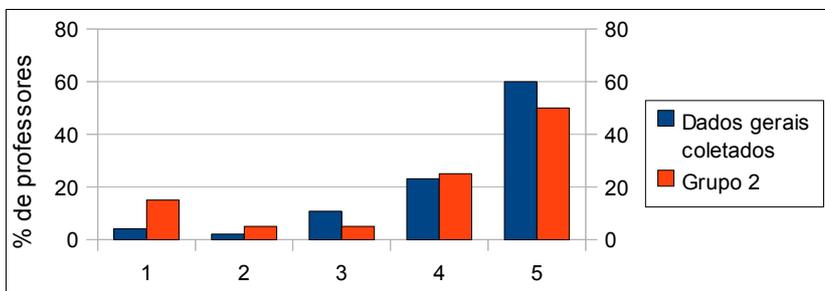


Gráfico 172. Carga horária – Grupo 2.

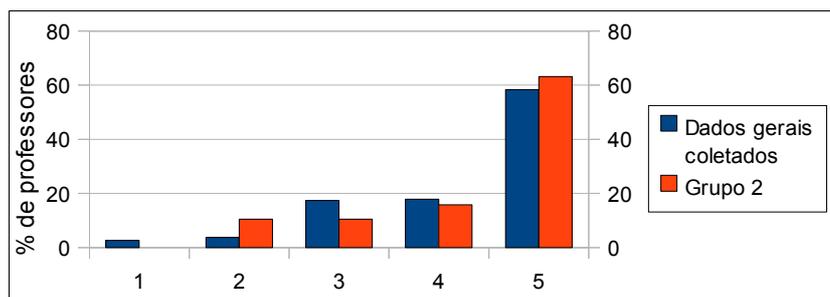


Gráfico 173. Financiamento – Grupo 2.

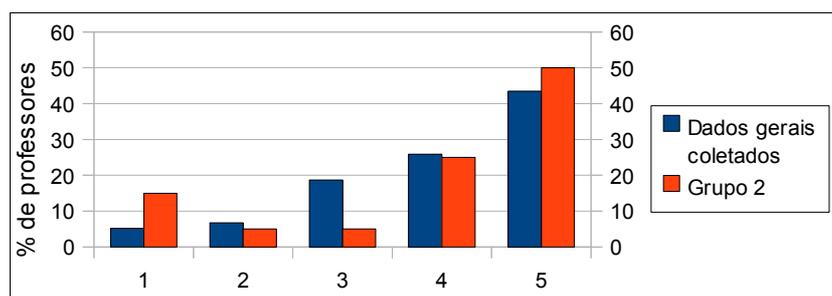


Gráfico 174. Avaliação – Grupo 2.

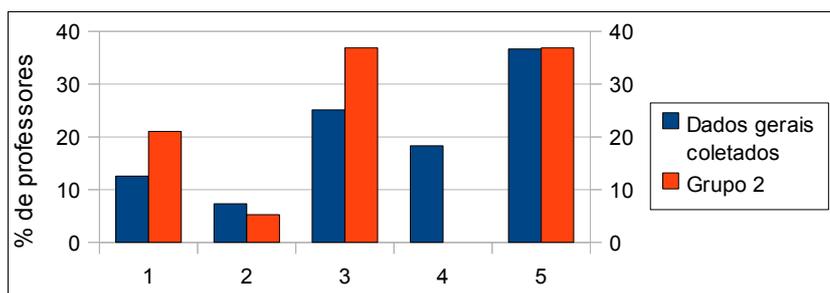


Gráfico 175. Aposentadoria – Grupo 2.

Os problemas de relacionamento podem representar um problema potencial para o Grupo 2 pois 11 professores (55%) responderam “Sim”, de alguma forma, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 9 (45%) “Não”.



Gráfico 176. Problemas de relacionamento – Grupo 2.

Já o problema das fraudes foi relatado por apenas 1 professor (5%) que respondeu “Sim”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (25%) ”Já ouvi rumores”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 14 (70%) “Não”.

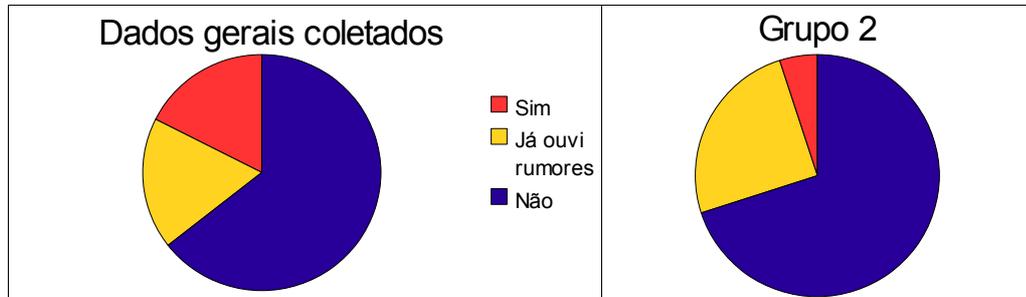


Gráfico 177. Fraudes – Grupo 2.

Sobre a expansão, 2 professores do Grupo 2 (10%) a consideraram “Boa”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 12 (60%) “Regular”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (25%) “Ruim”; e 1 (5%) “Prefiro não opinar”.



Gráfico 178. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 2.

Com relação aos alunos de graduação, apenas 1 professor deste Grupo (5%) considera que “São muito interessados e envolvidos”; 6 (30%) que “São interessados e envolvidos”; 3 (15%) que “Cumprem os seus deveres”; para 6 (30%) que “São pouco interessados e envolvidos”; 1 (5%) “Não são interessados e envolvidos”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (15%) “Prefiro não opinar”, a maior proporção.

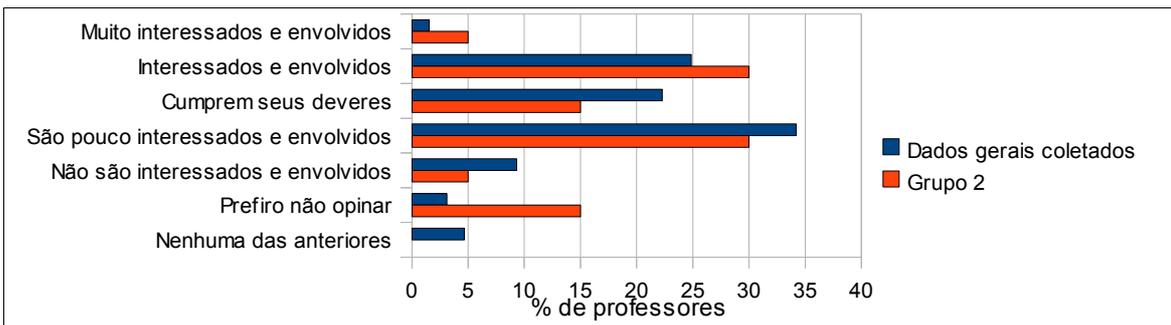


Gráfico 179. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 2.

Sobre os estudantes de Pós-Graduação, apenas 1 professor deste Grupo (5%) considera que “São muito interessados e envolvidos”; 1 (5%) que “São interessados e envolvidos”; 7 (35%) que “Cumrem os seus deveres”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; para 6 (30%) que “São pouco interessados e envolvidos”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; para 1 (5%) “Nenhuma das anteriores”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 4 (20%) “Prefiro não opinar”, a segunda maior proporção.

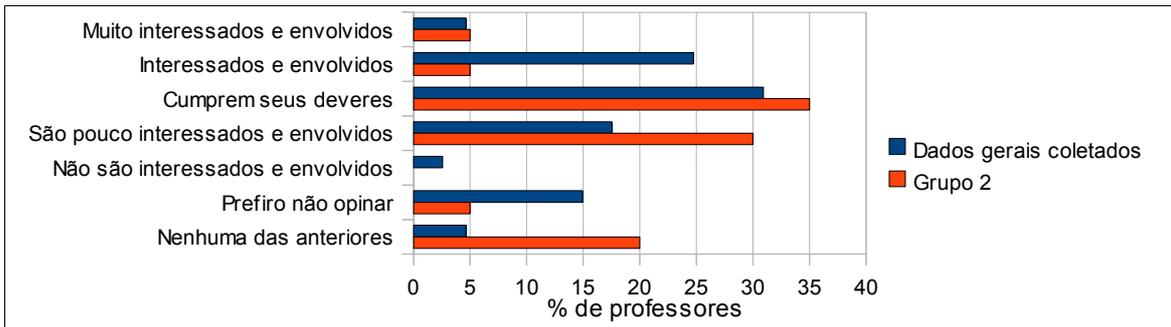


Gráfico 180. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 2.

Sobre o controle das pesquisas, 5 professores do Grupo 2 (25%) responderam “Sim”; 8 (40%) “Não”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (25%) “Em alguns casos”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (10%) “Prefiro não opinar”.

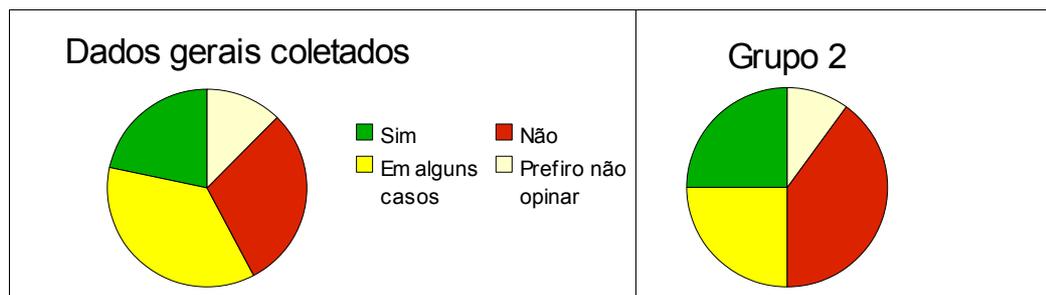


Gráfico 181. Controle das pesquisas – Grupo 2.

### 1.2.2. Grupo 2 – Destaques gerais.

No geral, o Grupo 2 é composto em grande parte pelo sexo masculino; além disso, possui uma alta proporção de professores que:

- realizam trabalhos com outros professores do mesmo departamento e de outros departamentos todo semestre;
- trabalham com empresas;
- atribuem uma certa importância à outros professores, estudantes e empresas;
- consideram que é importante publicar mais de 3 artigos por ano;
- pretendem publicar com coautoria internacional nos próximos meses;
- possuem a intenção de patentear o resultado de suas pesquisas;
- têm um forte potencial de mercado das suas pesquisas, mas pouca contribuição social;
- têm acesso limitado à equipe técnica;
- estão comparativamente pouco preocupados com salário, progressão/promoção, saúde, aposentadoria;
- têm problemas de relacionamento;
- consideram no geral a expansão da UnB regular;
- consideram que os estudantes de pós-graduação estão compreendidos entre o cumprimento de seus deveres e pouco interessados.

### 1.3. Grupo 3 - Ciências Biológicas.

Os formulários respondidos do Grupo 3 estão relacionados às seguintes áreas e subáreas:

Tabela 51. Áreas e subáreas – Grupo 3.

Áreas	Subáreas
Biologia	Biologia Geral; Biologia Celular; Biologia do Desenvolvimento; Biologia Aplicada.
Genética	Genética Quantitativa; Genética de micro-organismos; Genética Vegetal; Genética Animal; Genética Humana e Médica; Genética da Conservação; Genética Neurocomportamental; Mutagênese; Biologia Evolutiva; Genética Aplicada.
Botânica	Morfologia Vegetal; Fisiologia Vegetal; Sistemática Vegetal; Fitogeografia; Etnobotânica; Botânica Aplicada.
Zoologia	Morfologia; Fisiologia; Comportamento e Zoogeografia; Taxonomia; Filogenia; Zoologia Aplicada.
Morfologia	Embriologia; Histologia; Anatomia.
Fisiologia	Fisiologia Geral; Fisiologia dos Órgãos e Sistemas; Fisiologia do Esforço; Fisiologia Comparada.
Bioquímica	Bioquímica de micro-organismos; Metabolismo e Bioenergética; Biologia Molecular; Bioquímica Estrutural; Radicais Livres e Antioxidantes; Radicais Livres em Sistemas Biológicos; Bioquímica Aplicada.
Biofísica	Biofísica Molecular; Biofísica Celular; Biofísica de Processos e Sistemas; Radiologia e Fotobiologia; Biofísica Aplicada.
Neurociências	Neurofarmacologia; Neuroquímica; Neurofisiologia; Neuroanatomia; Neurobiologia do Desenvolvimento; Neuropatologia Experimental.
Microbiologia	Bacteriologia; Virologia; Micologia; Microbiologia Médica.
Parasitologia	Protozoologia; Helminologia; Entomologia; Acarologia.
Ecologia	Fundamentos Teóricos; Biomas; Limnologia; Degradação Ambiental; Gestão Ambiental; Ecossistemas; Ecologia Aplicada.
Bioética	Fundamentos Teóricos; Aspectos Jurídicos; Estudos Especializados.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

#### 1.3.1. Grupo 3 – Sistematização dos dados.

Dos 18 professores do Grupo 3 – Ciências Biológicas, 16 possuíam em 2013 uma

média 48,94 anos, a segunda maior média; aproximadamente 10,93 anos de casa; sendo que 10 (55,55%) eram do sexo masculino e 8 (44,45%) do sexo feminino.

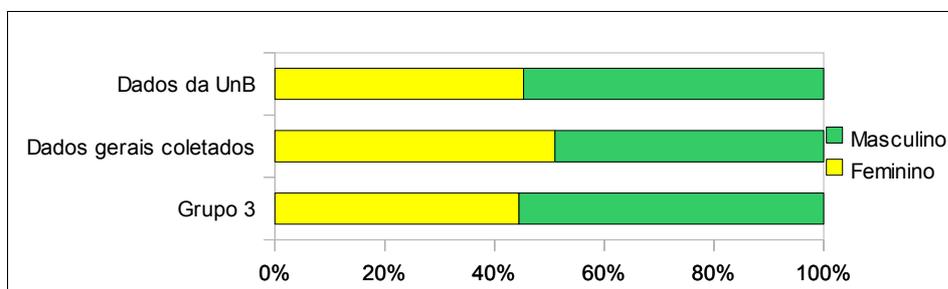


Gráfico 182. Sexo – Grupo 3.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 3 está assim distribuído: 3 são de MG; o DF, RJ e SP têm 2 cada um. O Estr., o PA, a PB, o PE, o PR e o RS têm 1 cada um. Em branco 3.

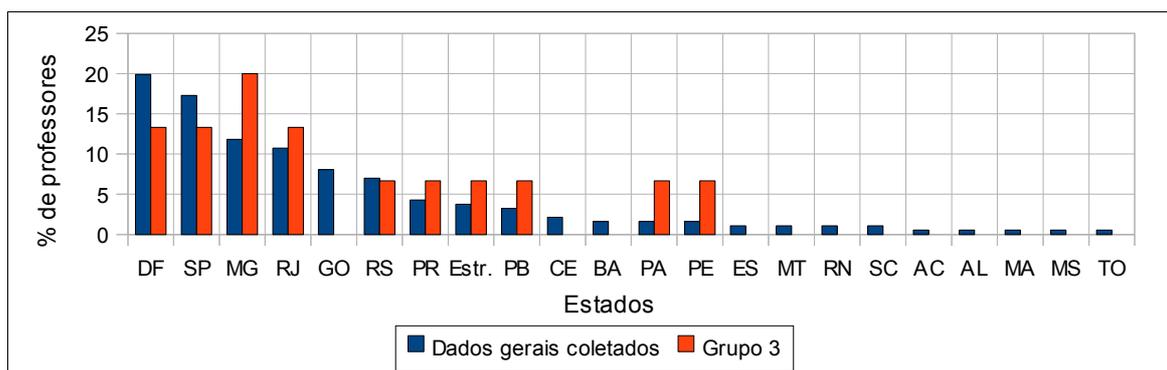


Gráfico 183. Estados de origem dos Professores – Grupo 3.

No que tange à idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 5 (27,78%) tinham menos de 18 anos e 8 (44,44%) 18 anos, proporções que somadas resultam na segunda maior entre os 8 grupos. Outros 3 (16,67%) ingressaram com 19 anos, 1 (5,55%) entre 21 e 25 anos e 1 (5,55%) com mais de 25 anos.

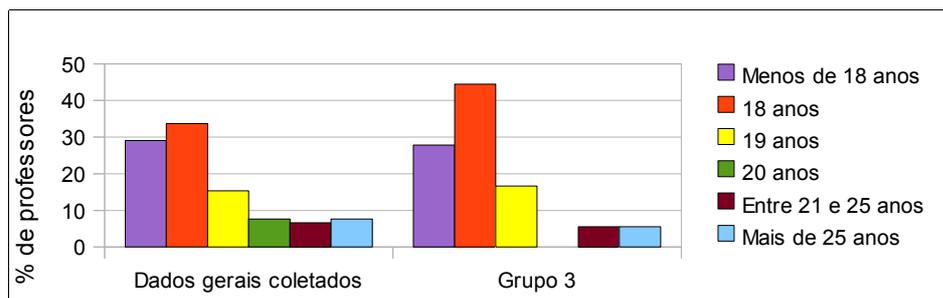


Gráfico 184. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 3.

Sobre a participação dos professores do Grupo 3 em programas de intercâmbio podemos observar que: 13 (72,22%) não realizaram nenhum tipo, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (11,11%) “Sim, como estudantes”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,55%) “Sim, como professores”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (11,11%) responderam sim como professores e estudantes.

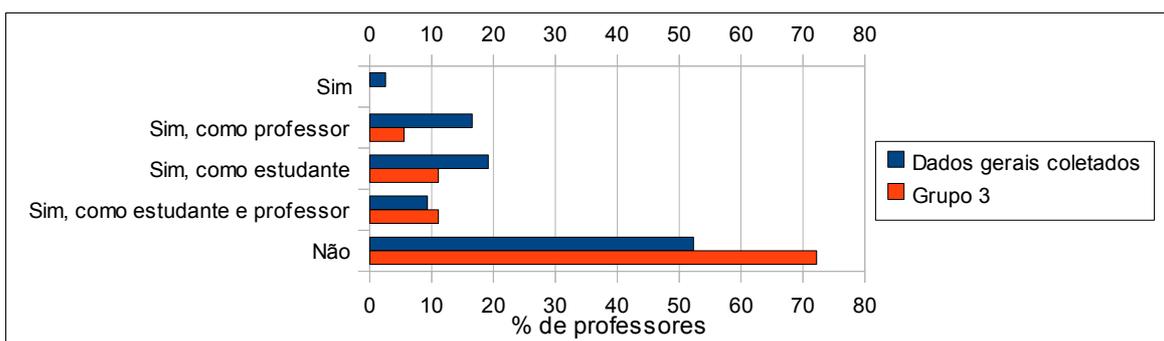


Gráfico 185. Intercâmbio – Grupo 3.

A realização de Pós-Doutorado entre os professores do Grupo 3 está um pouco acima da média da UnB. 11 professores (61,11%) responderam “Não” e 7 (38,89%) “Sim”.

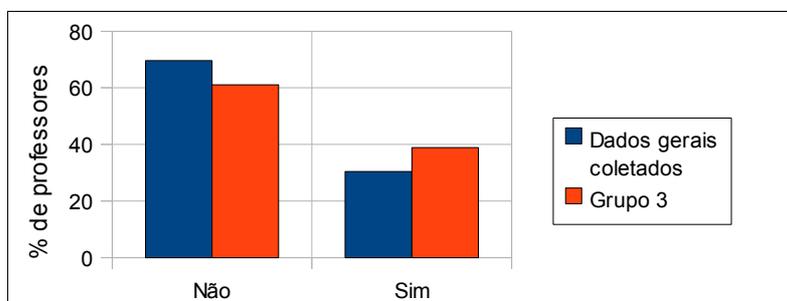


Gráfico 186. Pós-Doutorado – Grupo 3.

No que diz respeito ao vínculo atual com a UnB, a grande maioria dos professores

deste Grupo, 11 (61,11%), é Adjunto; 1 (5,55%) é Assistente, a menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (22,22%) são Associados, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (11,11%) são Titulares, a maior proporção.

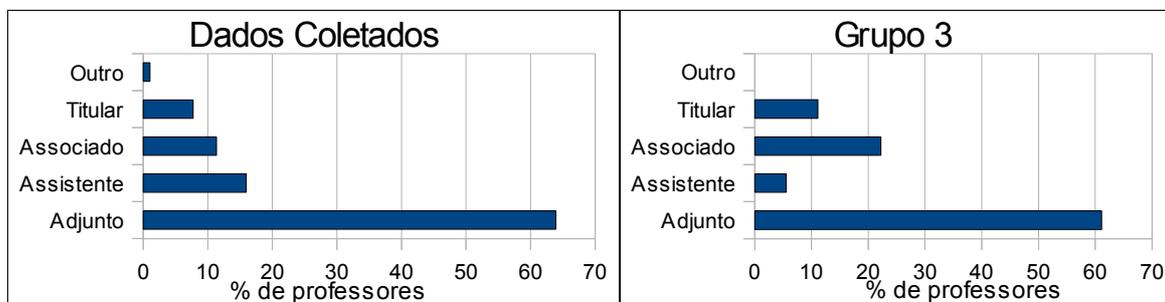


Gráfico 187. Vínculo atual com a UnB – Grupo 3.

No caso da realização de trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 5 professores do Grupo 3 (29,41%) responderam apenas “Sim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (23,53%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 3 (17,65%) “Sim, todo semestre”; 2 (11,76%) “Sim, todo ano”; e 3 (17,65%) “Não”, a segunda maior proporção. Uma resposta (5,55% do total) foi deixada em branco.

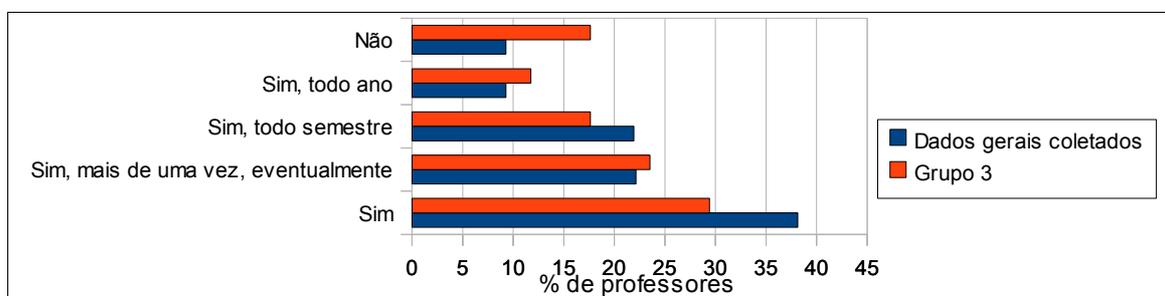


Gráfico 188. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 3.

A realização ou não de trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 3 com os de outros departamentos, núcleos, laboratórios foi assim configurada: 2 professores (11,11%) responderam “Não”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 6 (33,33%) responderam apenas “Sim”; 6 (33,33%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, juntamente com o Grupo 6 com a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,55%) “Sim, todo semestre”; e 3 (16,67%) “Sim, todo ano”, juntamente com Grupo 6 com a maior proporção .

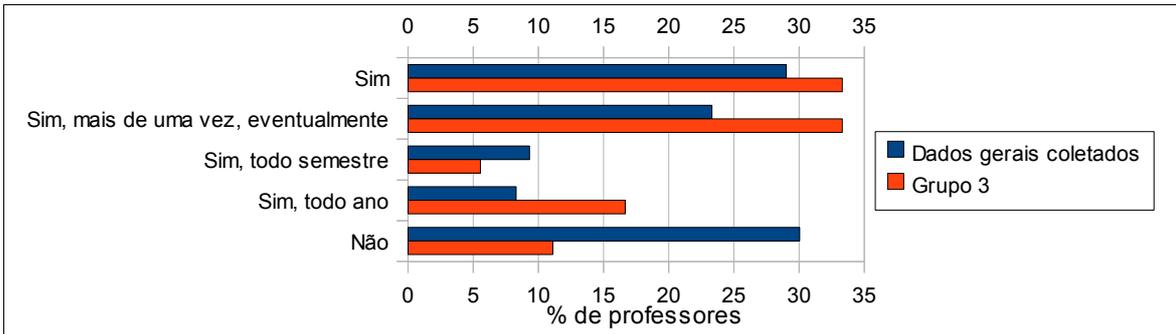


Gráfico 189. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 3.

Sobre os trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 3 com outras instituições de ensino e pesquisa podemos observar que: 2 professores (11,11%) responderam “Sim, 1 vez”; 3 (16,67%) “Sim, 2 vezes”; 1 (5,55%) “Sim, 3 vezes”; 11 (61,11%) “Sim, 4 ou mais vezes”; e 1 (5,55%) ”Não”, a menor proporção.

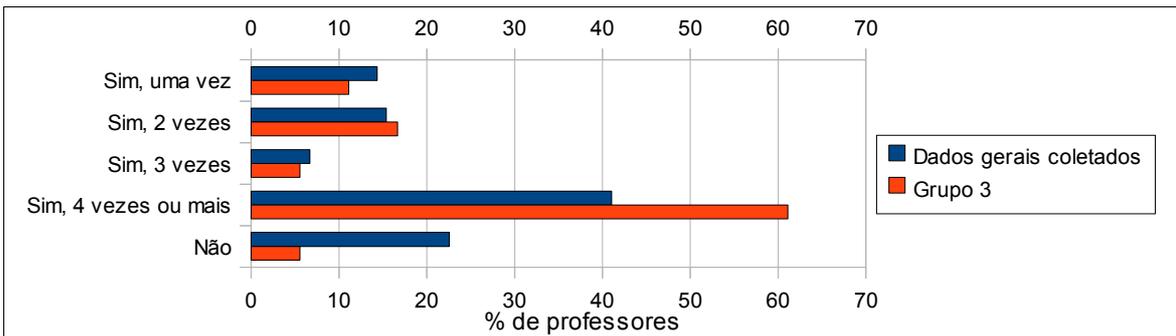


Gráfico 190. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 3.

No que tange à realização de trabalhos em conjunto com empresas, 13 professores do Grupo 3 (72,22%) responderam “Não”; 1 (5,55%) “Sim, 2 vezes”; 3 (16,67%) Sim, 3 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (5,55%) “Sim, frequentemente”, a segunda menor proporção.



Gráfico 191. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 3.

Em relação à realização de pesquisas em conjunto com Organizações não-estatais, 13 professores do Grupo 3 (72,22%) responderam “Não”; 2 (11,11%) “Sim, uma vez”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 3 (16,67%) “Sim, frequentemente”.

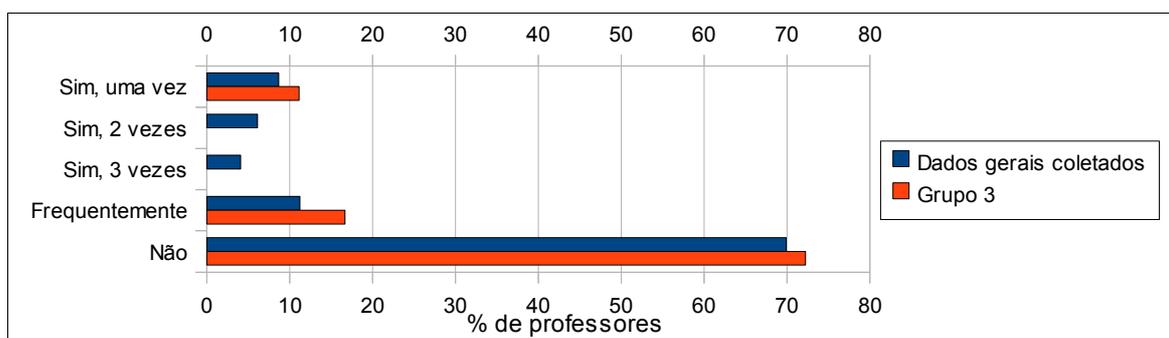


Gráfico 192. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 3.

Para este mesmo conjunto de professores, 5 (27,78%) consideram o currículo que ministram “Ótimo”, 11 (61,11%) “Bom” e 2 (11,11%) “Regular”.

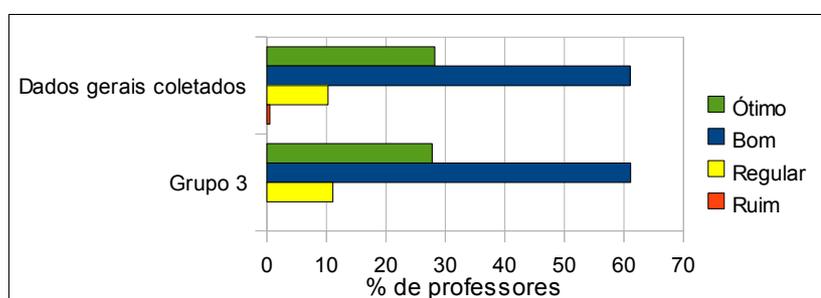


Gráfico 193. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 3.

Com relação à importância do departamento para os professores do Grupo 3, se somarmos as importâncias “4” e “5”, resulta na segunda maior proporção entre os 8

Grupos.

Tabela 52. Importância do departamento – Grupo 3.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	2	2	4	8		18
%	5,55	11,11	11,11	22,22	44,44		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

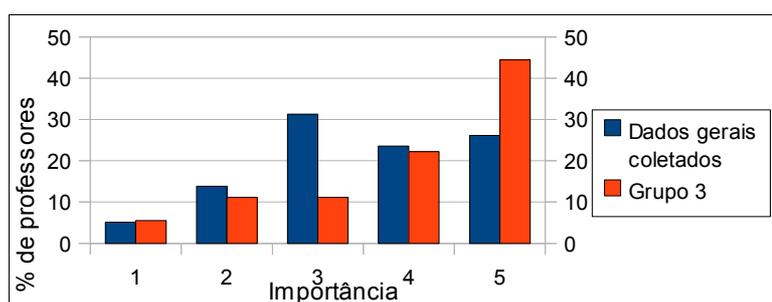


Gráfico 194. Importância do departamento – Grupo 3.

A ADUnB também alcançou neste Grupo a segunda maior importância proporcional entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 53. Importância da ADUnB – Grupo 3.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	1	7	5	3		18
%	11,11	5,55	38,89	27,78	16,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

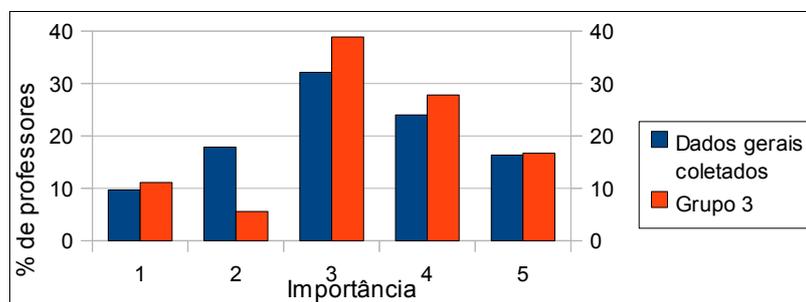


Gráfico 195. Importância da ADUnB – Grupo 3.

As associações científicas, por sua vez, apresentaram uma importância “5” mais proeminente neste Grupo em comparação com a UnB em geral.

Tabela 54. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 3.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	1	2	4	10		18
%	5,55	5,55	11,11	22,22	55,55		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

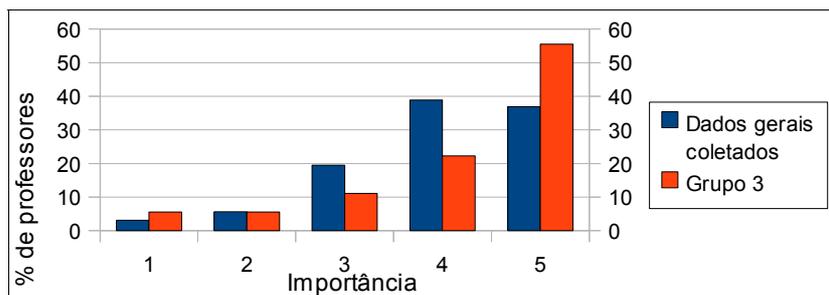


Gráfico 196. Importância da Sociedade Científica – Grupo 3.

A importância da ANDES apresentou um resultado que se somadas as importâncias “4” e “5” resulta na maior proporção entre os 8 Grupos.

Tabela 55. Importância da ANDES – Grupo 3.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	3	2	8	3		18
%	11,11	16,67	11,11	44,44	16,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

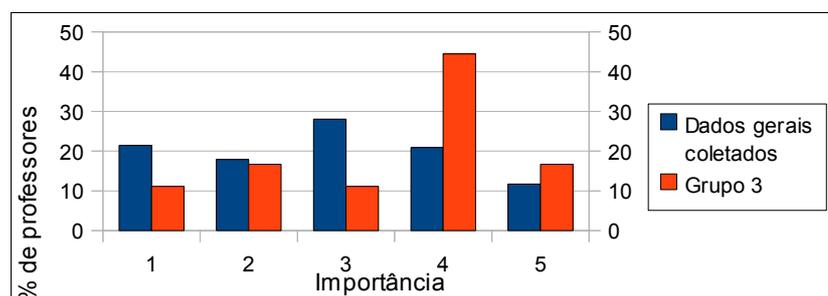


Gráfico 197. Importância da ANDES – Grupo 3.

Sobre a participação dos professores do Grupo 3 como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, podemos observar que: 3 professores (16,67%)

responderam “Sim, 1 vez”; 3 (16,67%) “Sim, 3 vezes ou mais”, proporção que, juntamente com o Grupo 6, é a segunda maior entre os 8 Grupos; e 12 (66,67%) “Não, nunca fiz parte formalmente”.



Gráfico 198. Participação como representante – Grupo 3.

No que diz respeito a participação em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, obtivemos o seguinte resultado do Grupo 3: 1 professor (5,88%) respondeu “Sim, toda semana”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (11,76%) “Sim, todo mês”; 1 (5,88%) “Sim, todo ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (23,53%) “Sim, eventualmente”; 10 (58,82%) “Não”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 resposta (5,55% do total) em branco.

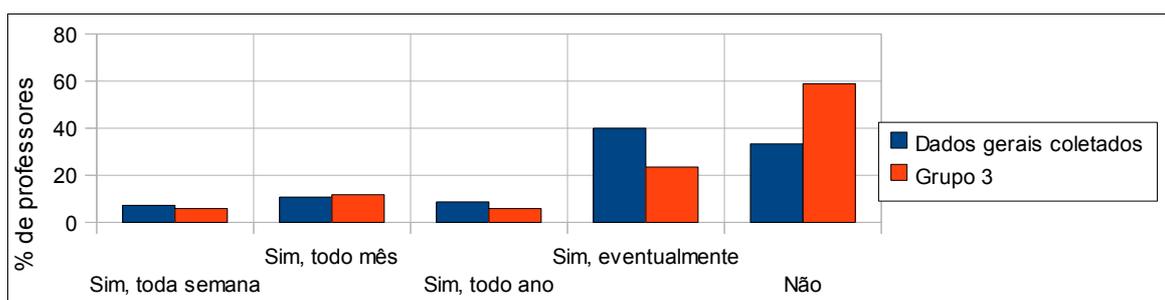


Gráfico 199. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 3.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 6 professores do Grupo 3 (35,29%) responderam “Sim”, de alguma forma, a menor proporção entre os 8 Grupos; 11 (64,71%) “Não”; e uma resposta (5,55%) foi deixada em branco.

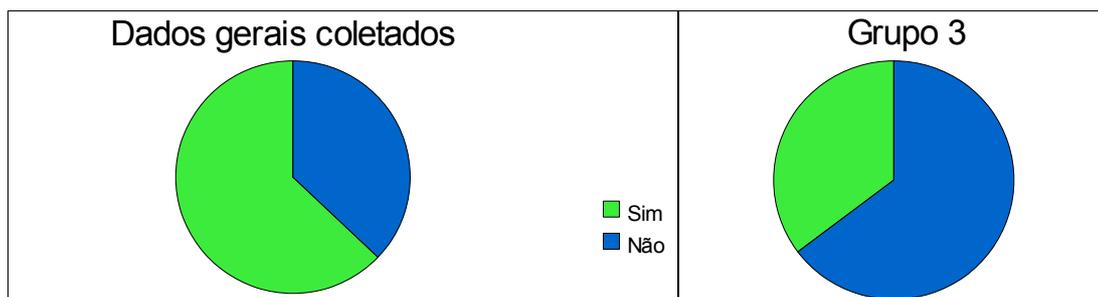


Gráfico 200. Religião – Grupo 3.

A participação em organizações não-estatais também foi baixa entre os professores deste Grupo. Apenas 1 (5,55%) respondeu que “Já fez parte”, 1 (5,55%) “Sim” e 16 (88,88%) “Não”.

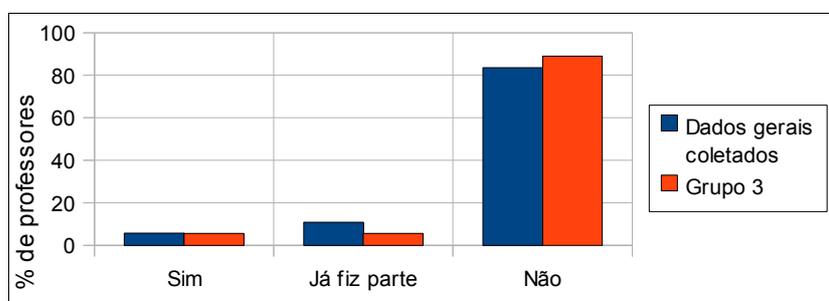


Gráfico 201. Participação em ONGs – Grupo 3.

Com relação a importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento das pesquisas, observamos entre os professores do Grupo 3 que:

Tabela 56. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 3.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	2 (11,11%)	2 (11,11%)	3 (16,67%)	4 (22,22%)	7 (38,89%)		18
Servidores e técnicos	8 (44,44%)	2 (11,11%)	4 (22,22%)	1 (5,55%)	3 (16,67%)		18
Estudantes			6 (33,33%)	4 (22,22%)	8 (44,44%)		18
Agências	1 (5,55%)	1 (5,55%)	3 (16,67%)	3 (16,67%)	10 (55,55%)		18
Empresas e indústrias	12 (66,67%)	5 (27,78%)	1 (20%)				18

ONGs	15 (83,33%)	1 (5,55%)		2 (11,11%)			18
Família	9 (50%)	1 (5,55%)	1 (5,55%)	2 (11,11%)	5 (27,78%)		18
Mídia	13 (72,22%)	4 (22,22%)		1 (5,55%)			18
Outros	13 (76,47%)*	1 (5,88%)*	1 (5,88%)*		2	1 (5,55%)	18

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

A importância dos outros professores, dos técnicos, dos estudantes e das ONGs não apresentaram uma variação muito grande em comparação com a UnB em geral. Já com relação a importância das Agências, este Grupo apresentou a segunda maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. O contrário para a importância das empresas, a qual para este Grupo apresentou a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. No quesito família, este Grupo apresentou a maior média, juntamente com o Grupo 6, se somarmos as importâncias “4” e “5”. Por sua vez, a mídia, alcançou a segunda menor média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

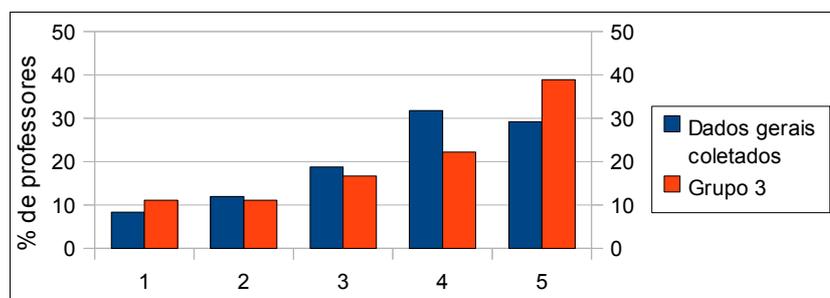


Gráfico 202. Outros professores – Grupo 3.

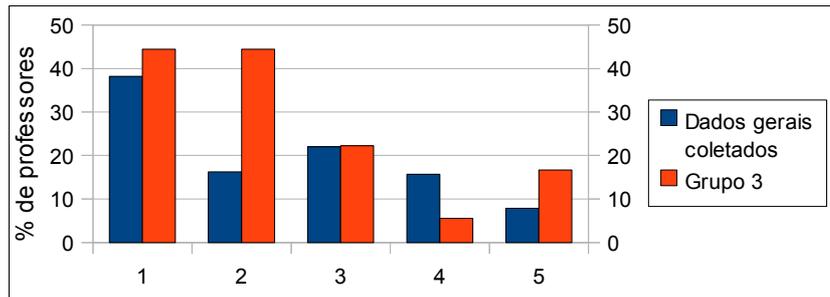


Gráfico 203. Técnicos – Grupo 3.

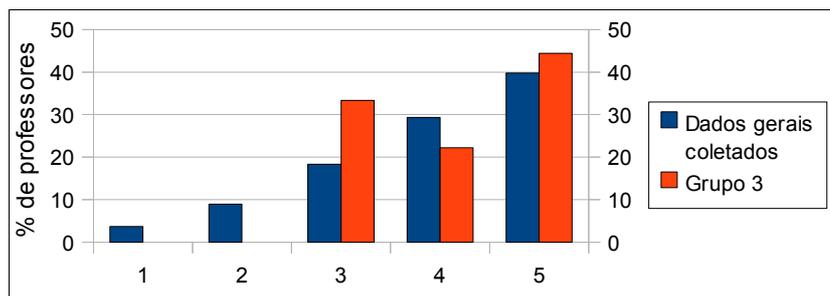


Gráfico 204. Estudantes – Grupo 3.

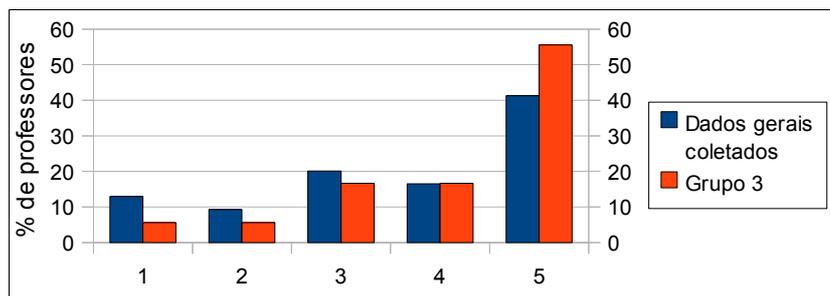


Gráfico 205. Agências – Grupo 3.

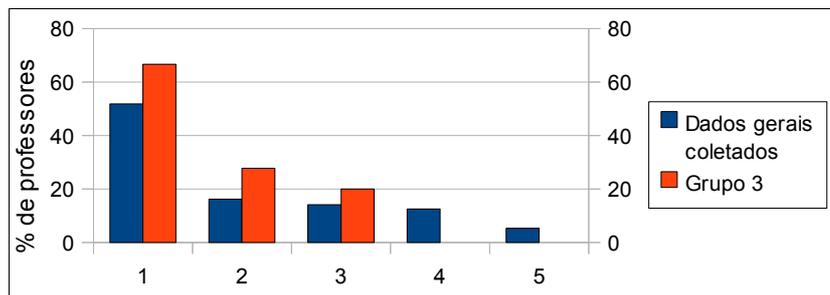


Gráfico 206. Empresas e indústrias – Grupo 3.

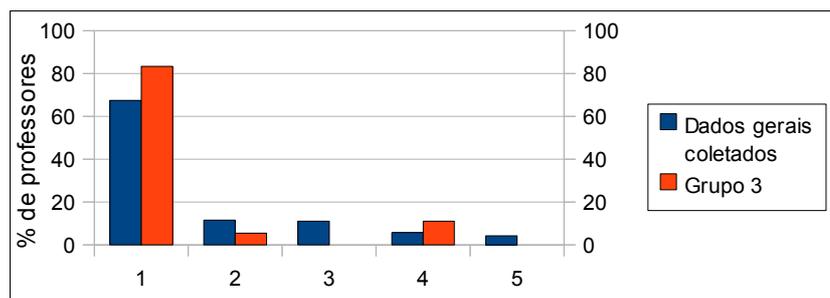


Gráfico 207. ONGs – Grupo 3.

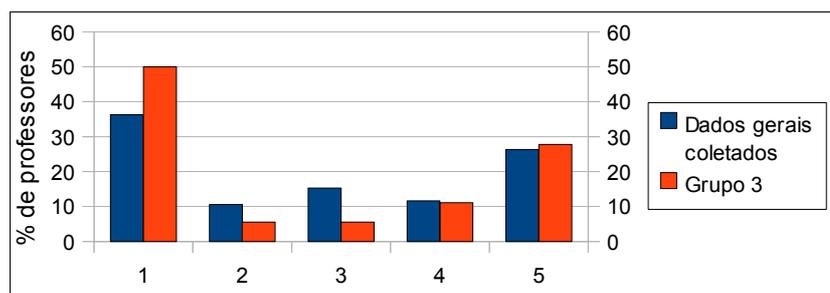


Gráfico 208. Família – Grupo 3.

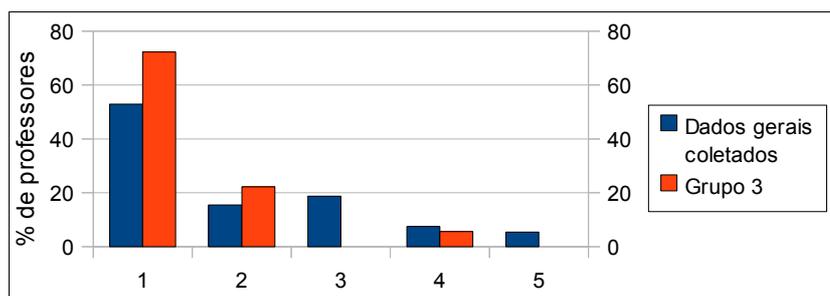


Gráfico 209. Mídia – Grupo 3.

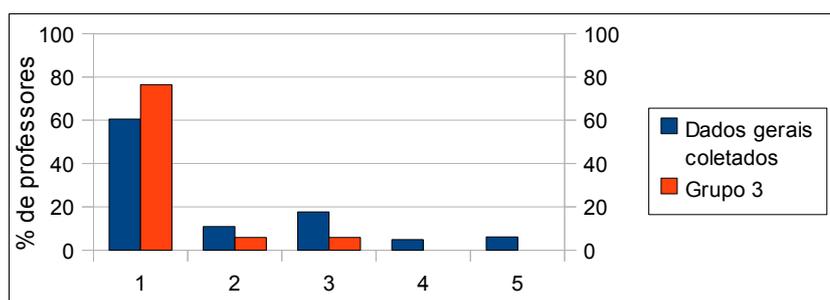


Gráfico 210. Outros – Grupo 3.

Em relação à publicação de artigos científicos podemos verificar que 5 professores do Grupo 3 (27,78%) consideram mais importante publicar mais de três artigos por ano, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 8 (44,44%) consideram importante publicar

apenas um artigo por semestre; 2 (22,22%) “Eventualmente”; e 3 (16,67%) “3 artigos por ano”.

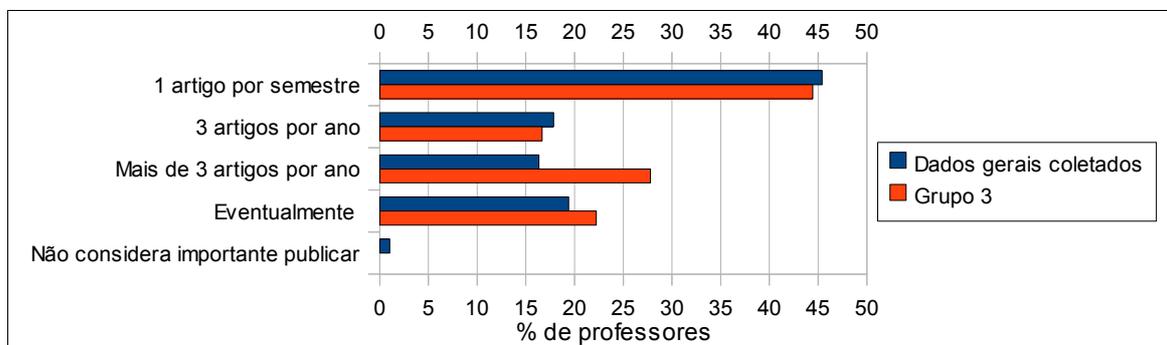


Gráfico 211. Quantidade de publicações – Grupo 3.

No que diz respeito à publicação com coautoria internacional, 4 professores deste Grupo (22,22%) responderam apenas “Sim”; 4 (22,22%) “Sim, nos próximos meses”; 4 (22,22%) “Sim, no próximo ano”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 6 (33,33%) “Eventualmente”.

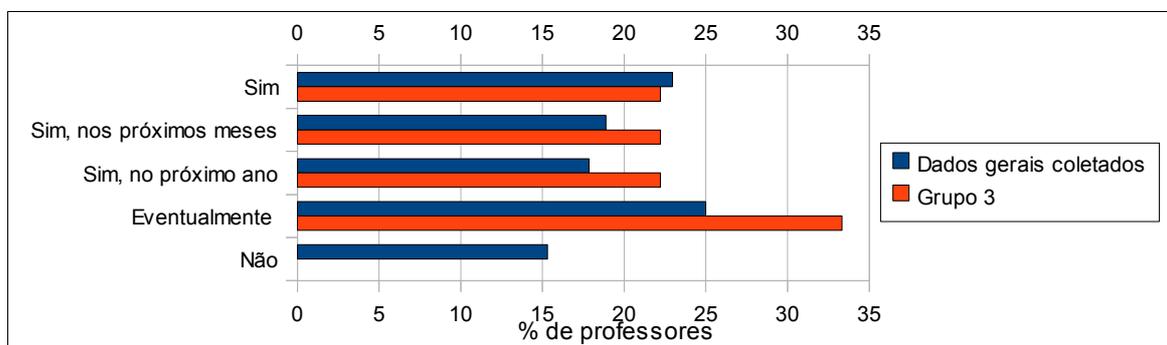


Gráfico 212. Publicação com coautoria internacional – Grupo 3.

A possibilidade do registro de patentes para o Grupo 3 tem a sua proporção no Grupo 3 com 3 professores (16,67%) respondendo “Sim”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (11,11%) “Sim, em cotitularidade com outras instituições”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 13 (72,22%) “Não se aplica”, a segunda menor proporção.

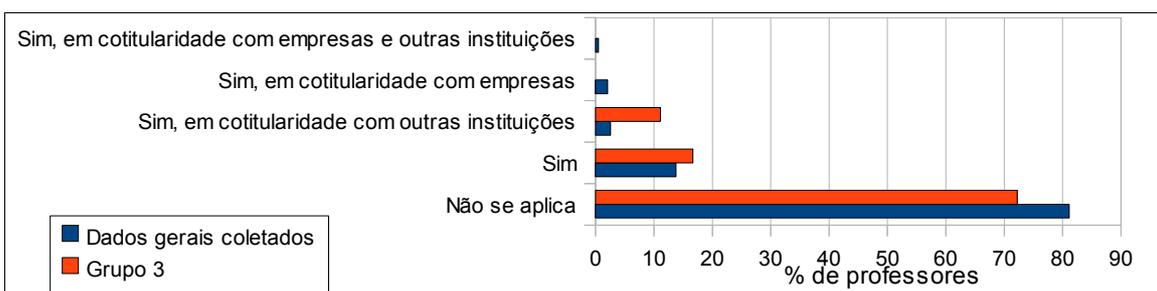


Gráfico 213. Patentes – Grupo 3.

Já a possibilidade das pesquisas dos professores resultarem num produto com potencial de mercado alcançou o seu menor resultado no Grupo 3 se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 57. Potencial de mercado – Grupo 3.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	8	2	3	3	1	1	18
%	47,06*	11,76*	17,65*	17,65*	5,88*	5,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

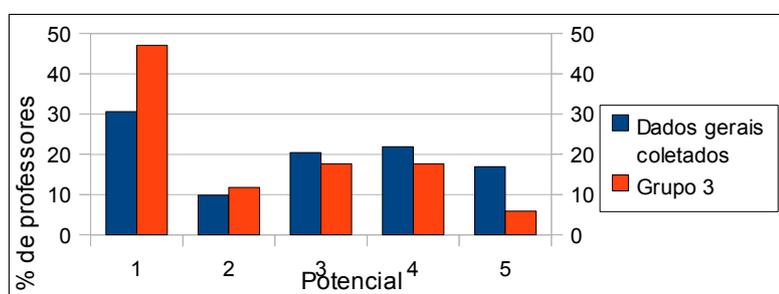


Gráfico 214. Potencial de mercado – Grupo 3.

O potencial de contribuição social da pesquisa das pesquisas dos professores do Grupo 3 não apresentou grandes destaques. O resultado foi o seguinte:

Tabela 58. Potencial contribuição social – Grupo 3.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		2	5	2	8	1	18
%		11,76*	29,41*	11,76*	47,06*	5,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

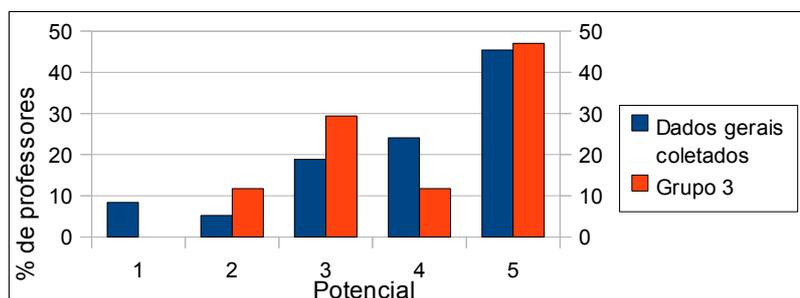


Gráfico 215. Contribuição social – Grupo 3.

Por sua vez, o acesso à equipe técnica entre os professores alcançou o seu maior resultado no Grupo 3 se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 59. Acesso à equipe técnica – Grupo 3.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	3	5	7	1	1	18
%	29,41*	17,65*	29,41*	41,18*	5,88*	5,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

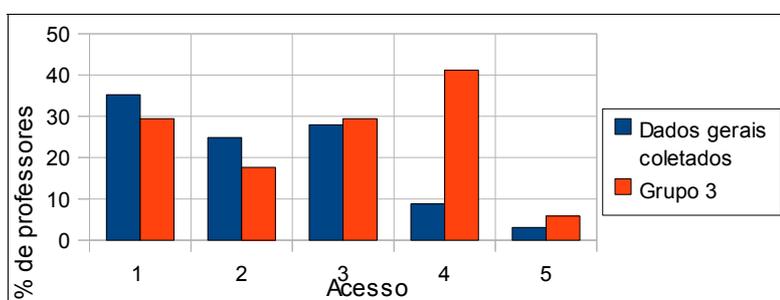


Gráfico 216. Acesso à equipe técnica – Grupo 3.

O mesmo para o acesso à instalações físicas, no qual o Grupo 3 também apresentou a maior proporção se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 60. Acesso à instalações físicas – Grupo 3.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		4	5	7	1	1	18
%		23,53*	29,41*	41,18*	5,88*	5,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

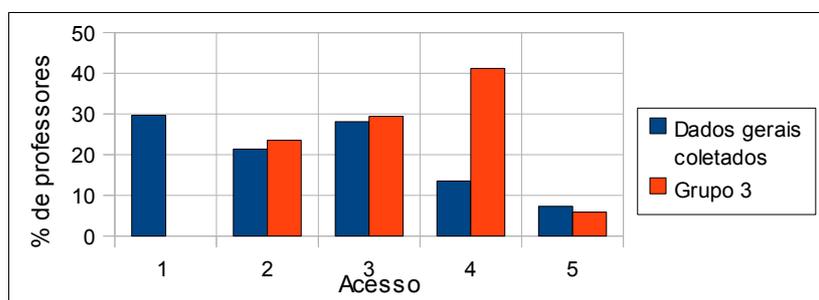


Gráfico 217. Acesso às instalações físicas – Grupo 3.

O acesso à recursos financeiros, por sua vez, se manteve com uma tendência média entre os professores do Grupo 3.

Tabela 61. Acesso à recursos financeiros – Grupo 3.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	5	6	2		1	18
%	23,53*	29,41*	35,29*	11,76*		5,55	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

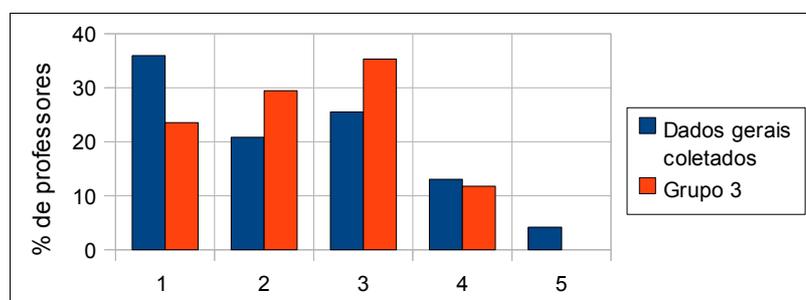


Gráfico 218. Acesso à recursos financeiros – Grupo 3.

No que tange a uma perspectiva sobre os próprios trabalhos, 7 professores (43,75%) consideram que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 8 (50%) que ele sofrerá pequenas modificações; 1 (6,25%) que ele sofrerá amplas modificações; e 2 respostas (11,1%) foram deixadas em branco.

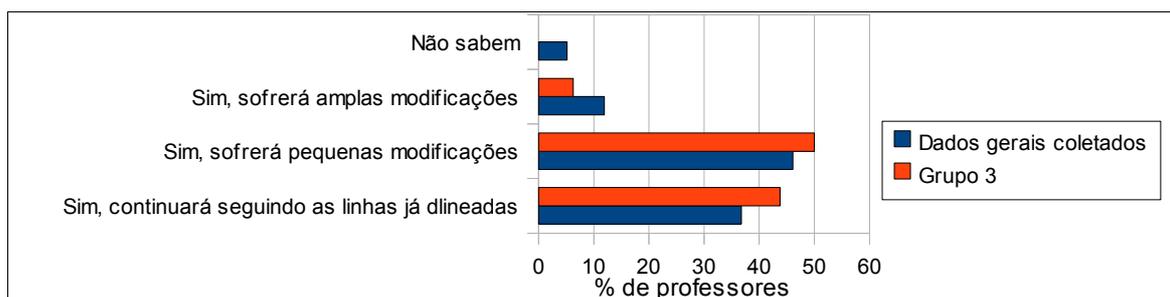


Gráfico 219. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 3.

Com relação a importância no dia a dia dos professores do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, observamos no Grupo 3 que:

Tabela 62. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 3.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário	1 (5,88%)*		3 (17,65%)*	5 (29,41%)*	8 (47,06%)*	1 (5,55%)	18
Progressão / Promoção		1 (5,55%)	2 (11,11%)	7 (31,58%)	8 (44,44%)		18
Saúde	1 (5,55%)	1 (5,55%)		3 (16,67%)	13 (72,22%)		18
Carga Horária			1 (5,55%)	6 (33,33%)	11 (61,11%)		18
Financiamento	2 (11,11%)		2 (11,11%)	2 (11,11%)	12 (66,67%)		18
Avaliação	1 (5,55%)	1 (5,55%)	4 (22,22%)	2 (11,11%)	10 (55,55%)		18
Aposentadoria	1 (5,55%)	2 (11,11%)	5 (27,78%)	2 (11,11%)	8 (44,44%)		18

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância dos salários, da progressão na carreira, da saúde, do financiamento, das pesquisas, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria possuem uma proporção bastante similar deste Grupo com a da UnB em geral. Já a importância da carga horária apresentou a maior proporção neste Grupo entre os 8 se somarmos as importâncias “4” e

“5”.

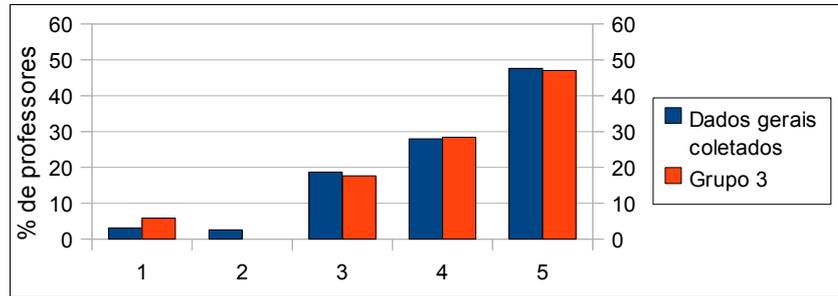


Gráfico 220. Salário – Grupo 3.

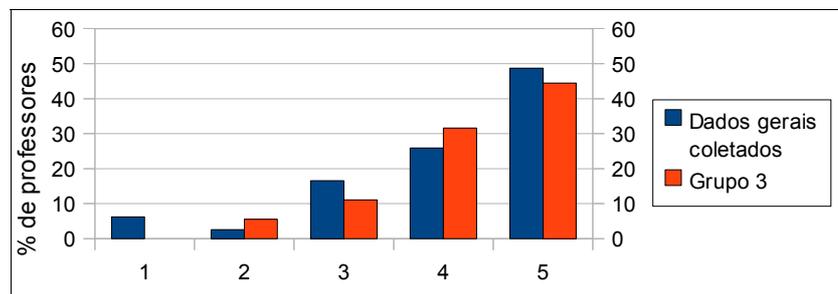


Gráfico 221. Promoção/progressão – Grupo 3.

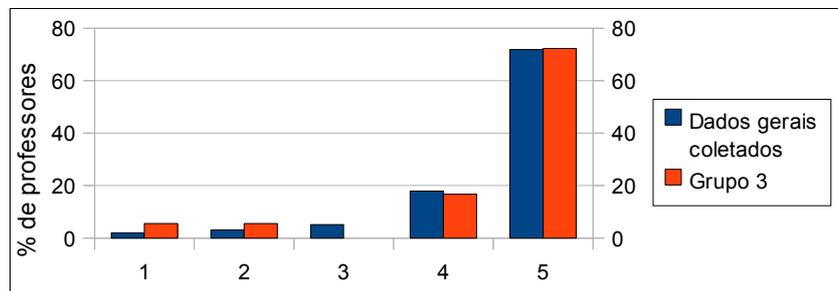


Gráfico 222. Saúde – Grupo 3.

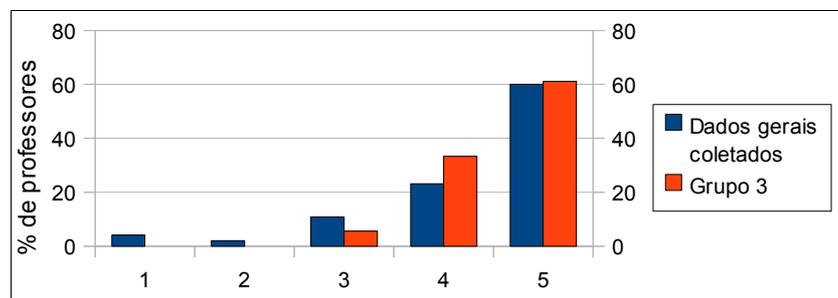


Gráfico 223. Carga horária – Grupo 3.

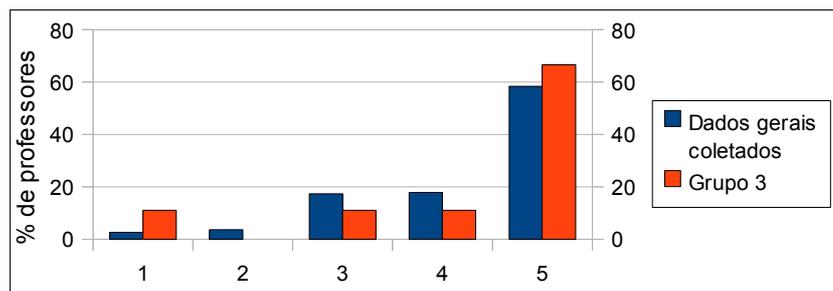


Gráfico 224. Financiamento – Grupo 3.

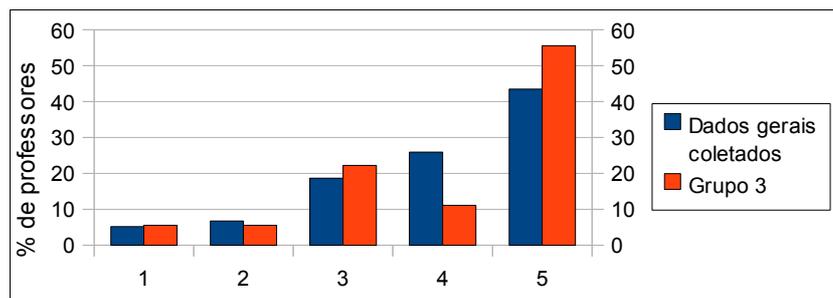


Gráfico 225. Avaliação – Grupo 3.

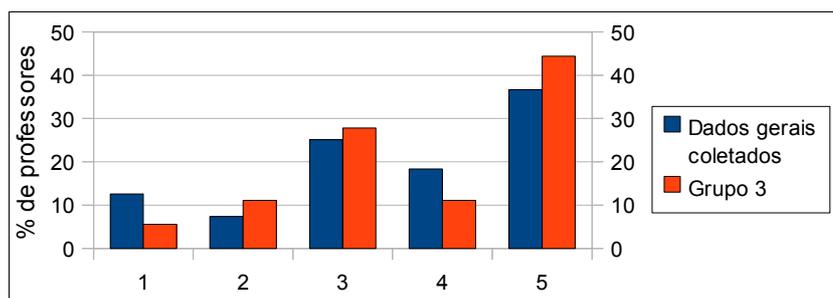


Gráfico 226. Aposentadoria – Grupo 3.

Com relação aos problemas de relacionamento, 7 professores do Grupo 3 (41,18%) responderam “Sim”, de alguma forma, 10 (58,82%) “Não” e uma resposta (5,55% do total) foi deixada em branco.



Gráfico 227. Problemas de relacionamento – Grupo 3.

Sobre o problema das fraudes, 2 professores deste Grupo (11,11%) responderam “Sim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (11,11%) ”Já ouvi rumores”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 14 (77,78%) “Não”, a maior proporção.

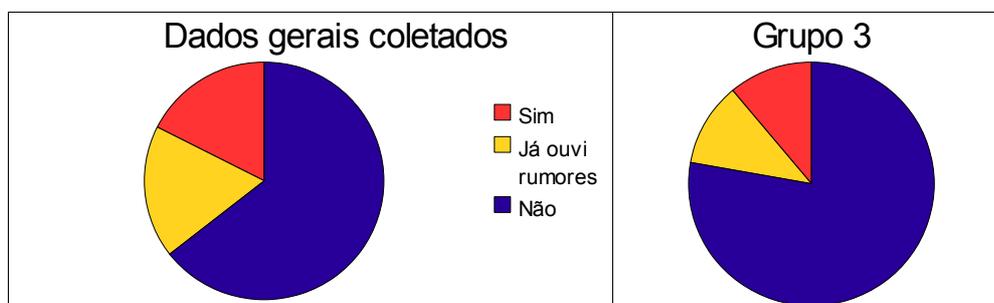


Gráfico 228. Fraudes – Grupo 3.

No que diz respeito à expansão, 2 professores deste Grupo (11,76%) a consideraram “Ótima”; 8 (47,06%) “Boa”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (23,53%) “Regular”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (11,76%) “Ruim”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 1 (5,88%) “Prefiro não opinar”. Uma resposta (5,55% do total) foi deixada em branco.



Gráfico 229. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 3.

Já com relação aos alunos de graduação, 6 professores do Grupo 3 (35,29%) consideram que “São interessados e envolvidos”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (17,65%) que “Cumprem os seus deveres”; para 7 (41,18%) “São pouco interessados e envolvidos”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (5,88%) “Não são interessados”, a segunda menor proporção. Uma resposta (5,55%) foi deixada em

branco.

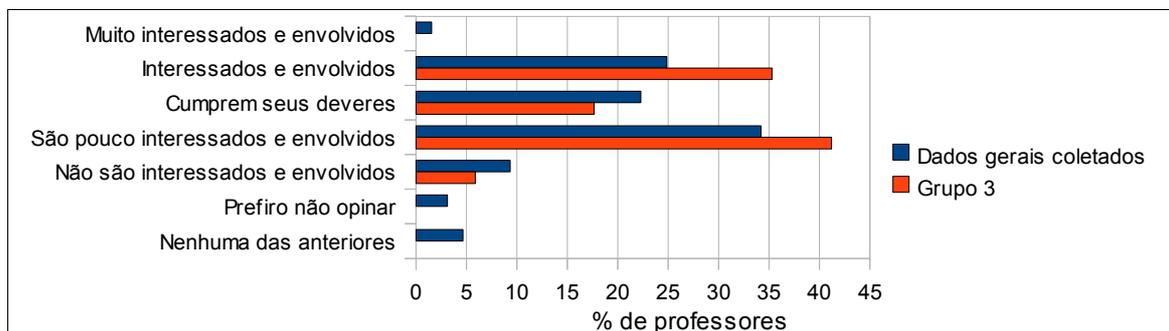


Gráfico 230. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 3.

Os estudantes de Pós-Graduação, por sua vez, “São muito interessados e envolvidos” para apenas 2 professores do Grupo 3 (11,11%), a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; para 7 (38,89%) “São interessados e envolvidos”, a maior proporção entre os 8 Grupos; para 6 (33,33%) “Cumprem os seus deveres”; para 2 (11,11%) “São pouco interessados e envolvidos”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; para 1 (5,55%) “Prefiro não opinar”, a menor proporção.

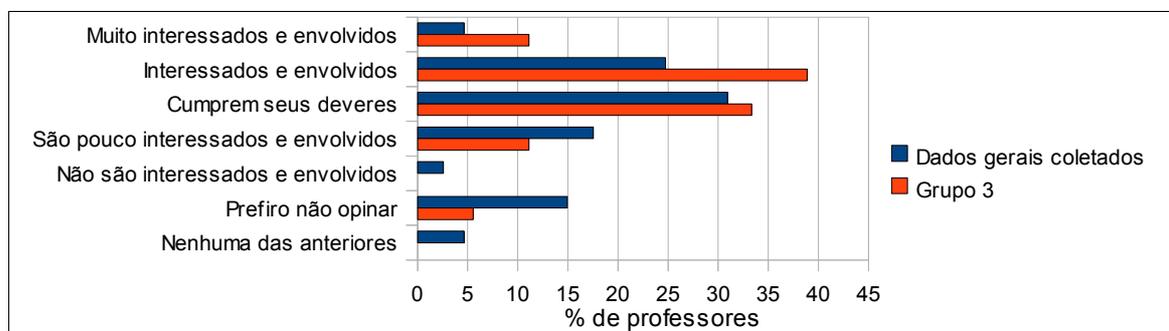


Gráfico 231. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 3.

Por fim, o controle das pesquisas teve a sua maior rejeição proporcional neste Grupo, com 12 professores (66,67%) respondendo “Não”, demonstrando que este tipo de controle pode estar afetando negativamente este Grupo; 5 professores (27,78%) responderam “Em alguns casos”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 1 (5,55%) “Prefiro não opinar”.

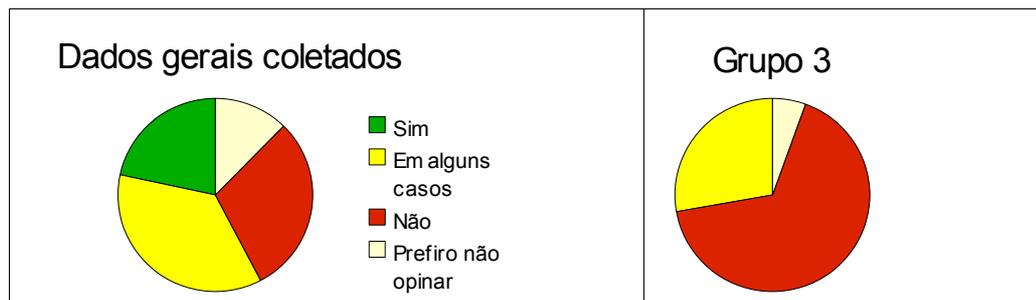


Gráfico 232. Controle das pesquisas – Grupo 3.

### 1.3.2. Grupo 3 – Destaques gerais.

O Grupo 3 como podemos observar possui a segunda maior média de idade entre os 8 Grupos; além disso, possui uma alta proporção de professores que:

- têm poucos trabalhos desenvolvidos com outros professores do mesmo e de outros departamentos, assim como com outras instituições;
- atribuem uma forte importância ao departamento, à ADUnB, à ANDES;
- têm uma forte participação em entidades governamentais;
- possuem uma baixa religiosidade;
- atribuem uma forte importância às agências e às famílias; o contrário para as empresas e mídia;
- consideram importante publicar mais de 3 artigos por ano;
- consideram que seus trabalhos podem gerar patentes;
- têm um acesso facilitado à equipe técnica e instalações físicas;
- têm uma forte preocupação com a carga horária;
- rejeitam o controle das pesquisas.

#### 1.4. Grupo 4 - Ciências Médicas e da Saúde.

Os formulários respondidos do Grupo 4 estão relacionados às seguintes áreas e subáreas:

Tabela 63. Áreas e subáreas – Grupo 4.

Áreas	Subáreas
Medicina	Clínica Médica; Cirurgia; Psiquiatria; Patologia Clínica; Medicina Legal e Deontologia; Medicina Especializada.
Odontologia	Clínica Odontológica; Cirurgia Odontológica; Radiologia Odontológica; Odontologia Social e Preventiva; Patologias e Complementação Diagnóstica; Materiais e Próteses; Odontologia Especializada.
Farmácia	Tecnologia Farmacêutica e Farmacotécnica; Farmacognosia, Produtos Naturais e Fitoterápicos; Toxicologia e Análises Toxicológicas; Garantia da Qualidade Farmacêutica; Análises Clínicas; Química Farmacêutica; Assistência Farmacêutica; Bromatologia.
Enfermagem	Enfermagem Médico-Cirúrgica; Enfermagem de Saúde Pública; Gestão em Enfermagem; Enfermagem Especializada.
Nutrição	Dietética; Avaliação Nutricional; Nutrição Experimental; Nutrição Clínica.
Saúde Coletiva	Epidemiologia; Saúde Ambiental; Sistemas de Saúde; Gestão dos Serviços de Saúde.
Saúde Pública	Fundamentos da Saúde Pública; Medicina Preventiva; Planejamento e Administração em Saúde.
Farmacologia	Farmacologia Geral; Farmacologia Clínica; Etnofarmacologia; Toxicologia; Farmacologias Especializadas.
Imunologia	Imunologia Humoral e Imunoquímica; Imunologia Celular; Imunogenética; Imunologia Aplicada.
Fonoaudiologia	Audiologia; Voz; Linguagem; Motricidade Oral.
Fisioterapia	Cardiorespiratória; Músculo-esquelética; Neuromuscular; Terapias Especializadas.
Educação Física e Esportes	Biodinâmica do Comportamento Humano; Aspectos Culturais da Educação Física; Gestão em Educação Física; Esportes Específicos.
Informática em Saúde	Sistemas de Informação em Saúde; Telessaúde e Telemedicina; Sistemas de Apoio à Decisão em Saúde; Bioinformática; Educação em Saúde Mediada por Computador.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.4.1. Grupo 4 – Sistematização dos dados.

Dos 33 professores do Grupo 4 – Ciências Médicas e da Saúde, 32 possuíam em 2013 uma média 41,38 anos, a menor entre os 8 Grupos; aproximadamente 7,55 anos de casa, também a menor; sendo que 10 (30,30%) eram do sexo masculino, a menor proporção entre os 8 Grupos; e, 23 (69,70%) do sexo feminino, consequentemente, a maior proporção.

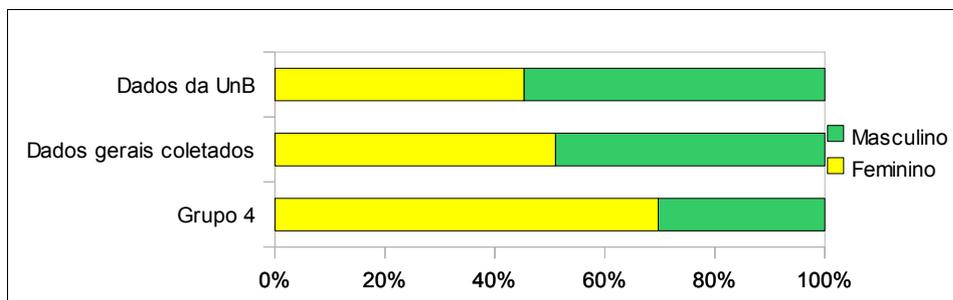


Gráfico 233. Sexo – Grupo 4.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 4 está assim distribuído: 8 são de SP; 7 do DF; 4 de MG; 4 de GO; 2 do RS. Os estados da BA, do CE, do PA, de PE, do PR, do RJ e do RN têm 1 cada um. Em branco uma resposta.

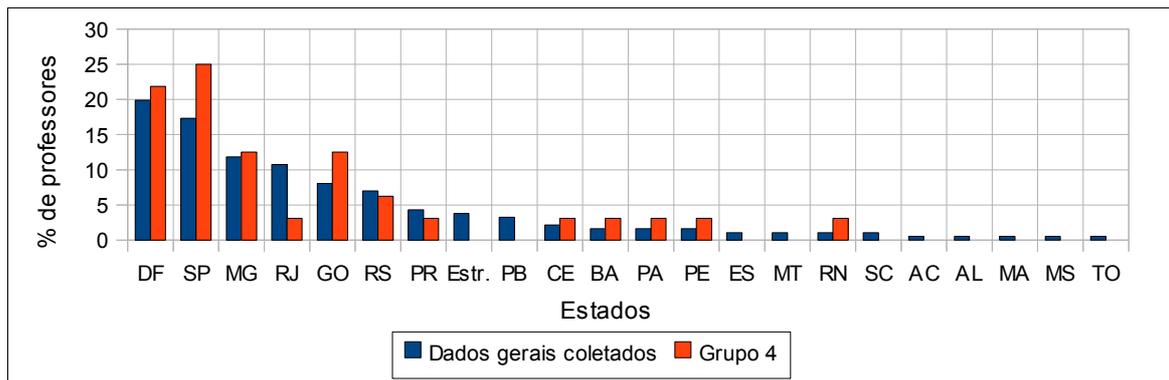


Gráfico 234. Estados de origem dos Professores – Grupo 4.

Sobre a idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 12 (36,36%) ingressaram no ensino superior com menos de 18 anos, 9 (27,27%) com 18 anos, outros 3 (9,09%) com 19 anos, 2 (6,06%) com 20 anos, 5 (15,15%)

entre 21 e 25 anos e 2 (6,06%) com mais de 25 anos.

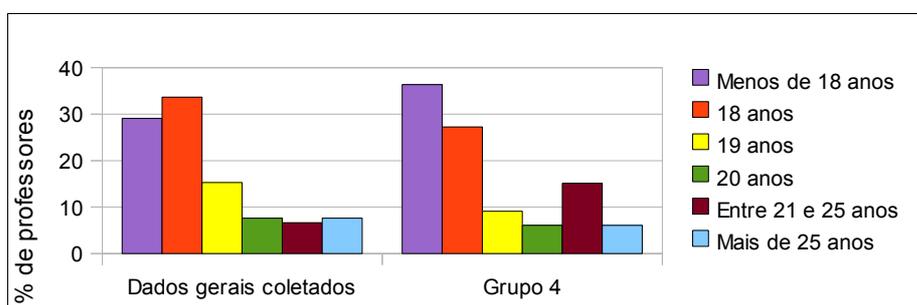


Gráfico 235. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 4.

A proporção dos professores do Grupo 4 que não participou de programas de intercâmbio é a maior entre os 8 Grupos e poderia representar uma preocupação para a universidade, mas precisamos considerar algumas especificidades desta área como a qualidade das pesquisas e dos tratamentos desenvolvidos pelos profissionais brasileiros. Isto talvez justifique que 24 professores (72,72%) não realizou nenhum tipo; 4 (12,5%) “Sim, como estudantes”; 3 (9,37%) “Sim, como professores” e 2 (6,06%) responderam sim como professores e estudantes.

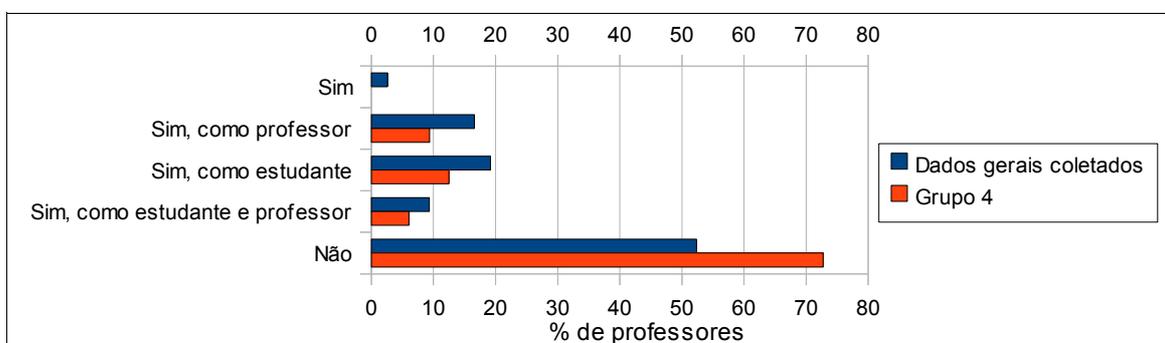


Gráfico 236. Intercâmbio – Grupo 4.

No que tange à realização de Pós-Doutorado, os professores do Grupo 4 estão em situação abaixo que o geral da UnB, sendo que 27 (84,37%) não fizeram e 5 (15,63%) responderam “Sim”. Uma resposta (3,12%) foi deixada em branco.

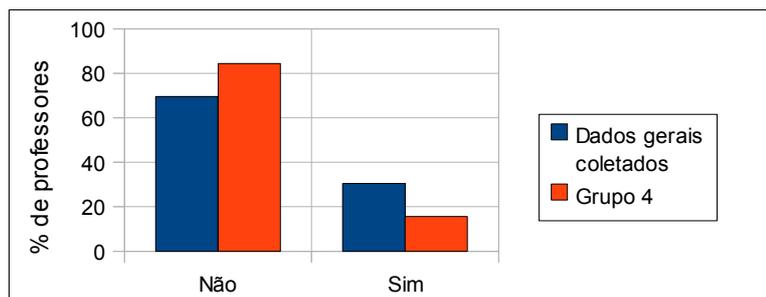


Gráfico 237. Pós-Doutorado – Grupo 4.

No que diz respeito ao vínculo atual com a UnB, a maioria dos professores deste Grupo, 17 (51,51%), é Adjunto, a menor proporção entre os 8 Grupos; 12 (36,36%) são Assistentes, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,06%) são Associados; e 2 (6,06%) são Titulares, a segunda menor proporção.

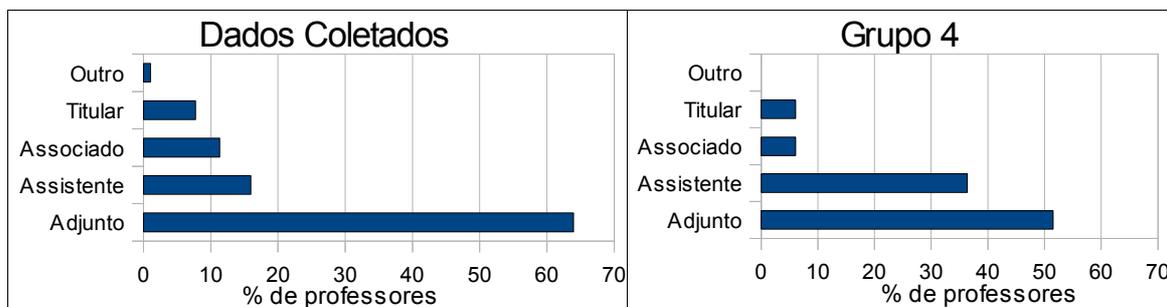


Gráfico 238. Vínculo atual com a UnB – Grupo 4.

No caso da realização de trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 11 professores do Grupo 4 (33,33%) responderam apenas “Sim”; 10 (30,30%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (27,27%) “Sim, todo semestre”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 3 (9,09%) “Não”.

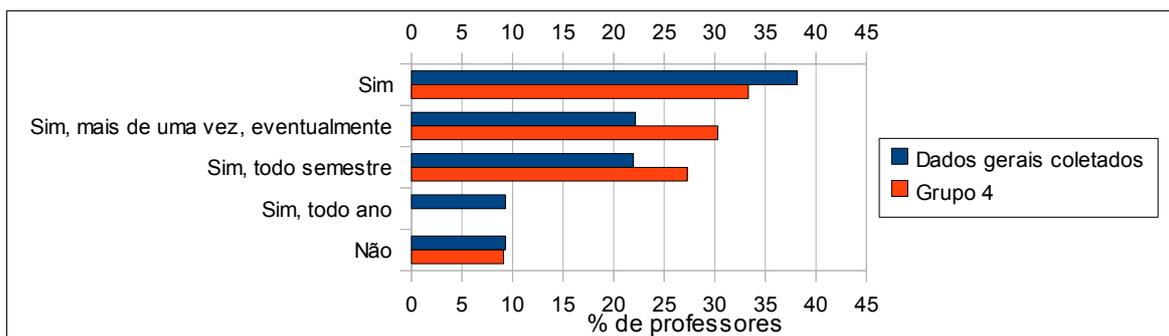


Gráfico 239. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 4.

A realização de trabalhos em conjunto dos professores deste Grupo com os outros departamentos, núcleos, laboratórios foram assim configurados: 12 professores (36,36%) responderam “Não”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; outros 12 (36,36%) responderam apenas “Sim”; 4 (12,12%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 5 (15,15%) “Sim, todo semestre”, a segunda maior proporção.

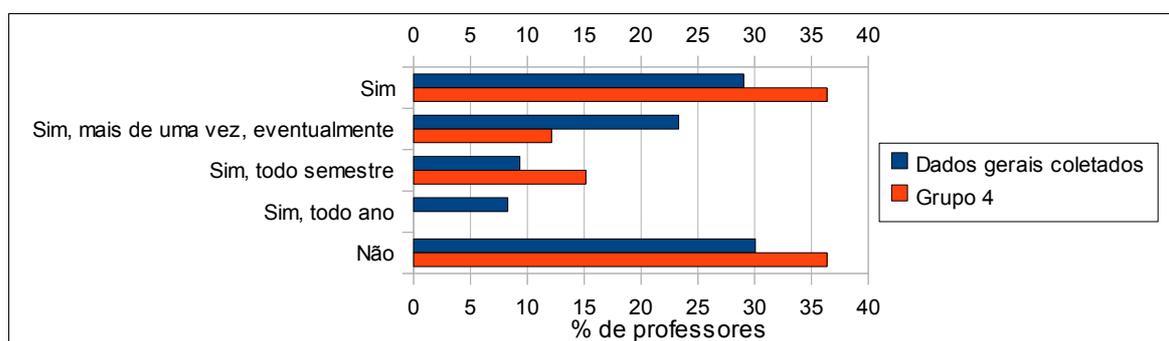


Gráfico 240. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 4.

Sobre a realização de trabalhos em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa, 5 professores do Grupo 4 (15,15%) responderam “Sim, 1 vez”; 8 (24,24%) “Sim, 2 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (3,03%) “Sim, 3 vezes”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 6 (18,18%) “Sim, 4 ou mais vezes”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 13 (39,39%) ”Não”, a maior proporção.

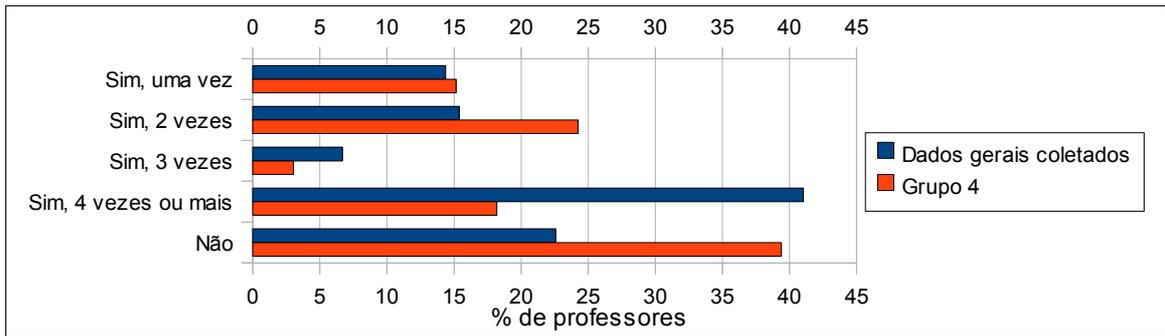


Gráfico 241. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 4.

No caso de trabalhos em conjunto dos professores do Grupo 4 com empresas, podemos observar que: 29 professores (87,88%) responderam “Não”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (3,03%) “Sim, 1 vez”; 2 (6,06%) “Sim, 3 vezes”; e 1 (3,03%) “Sim, frequentemente”, a menor proporção entre os 8 Grupos.



Gráfico 242. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 4.

A realização de pesquisas dos professores do Grupo 4 em conjunto com Organizações não-estatais apresentaram uma relativa variação em comparação com a UnB em geral. 29 professores (87,88%) responderam “Não” a esta questão, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,06%) “Sim, uma vez”; e 2 (6,06%) “Sim, frequentemente, a segunda menor proporção.

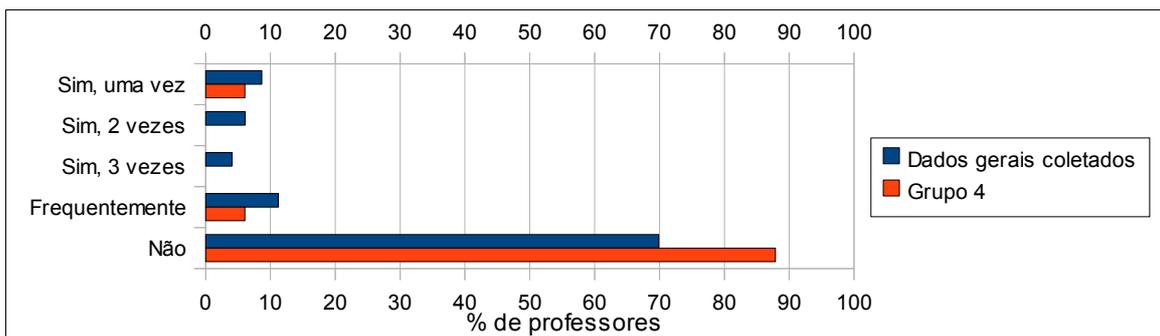


Gráfico 243. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 4.

No caso do currículo ministrado, 12 professores deste Grupo (36,36%) o consideram “Ótimo”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 16 (48,48%) “Bom”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 4 (12,12%) “Regular”, a segunda maior proporção. Uma resposta (3,03%) foi deixada em branco.

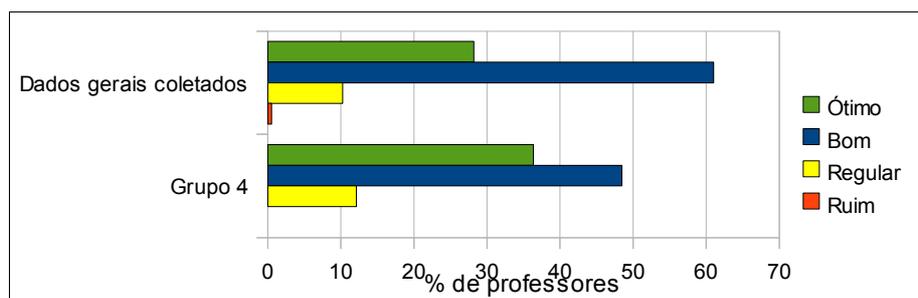


Gráfico 244. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 4.

Com relação ao departamento, os dados demonstram que esta unidade da universidade tem uma importância média para os professores do Grupo 4.

Tabela 64. Importância do departamento – Grupo 4.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		8	12	7	6		33
%		24,24	36,36	21,21	18,18		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

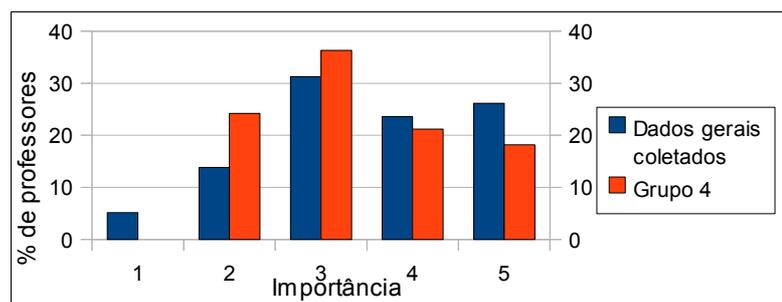


Gráfico 245. Importância do departamento – Grupo 4.

Já a importância da ADUnB se concentrou mais no extrato médio entre os professores do Grupo 4.

Tabela 65. Importância da ADUnB – Grupo 4.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	3	4	13	9	4		33
%	9,09	12,12	39,39	27,27	12,12		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

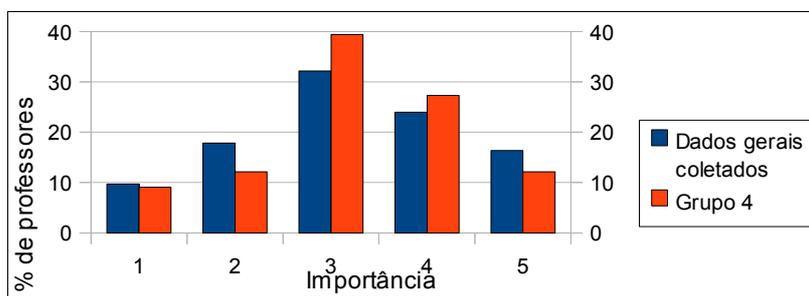


Gráfico 246. Importância da ADUnB – Grupo 4.

As associações científicas, por sua vez, alcançaram a menor importância proporcional neste Grupo, entre os 8, se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 66. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 4.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	4	11	7	9		33
%	6,06	12,12	33,33	21,21	27,27		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

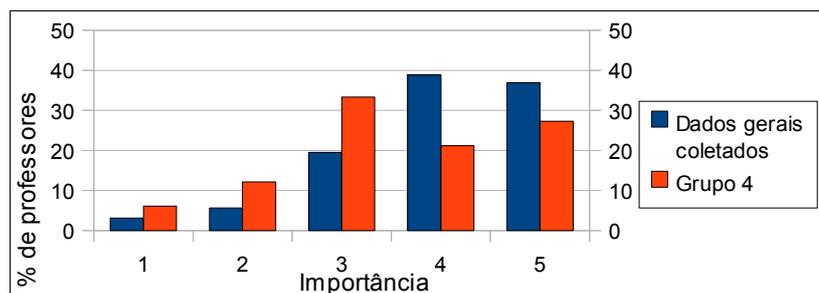


Gráfico 247. Importância da Sociedade Científica – Grupo 4.

A importância da ANDES apresentou um resultado próximo ao da UnB em geral entre os professores do Grupo 4, resultando na seguinte configuração:

Tabela 67. Importância da ANDES – Grupo 4.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	5	6	10	7	4	1	33
%	15,62*	18,75*	31,25*	21,88*	12,5*	3,03	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem as respostas em branco.

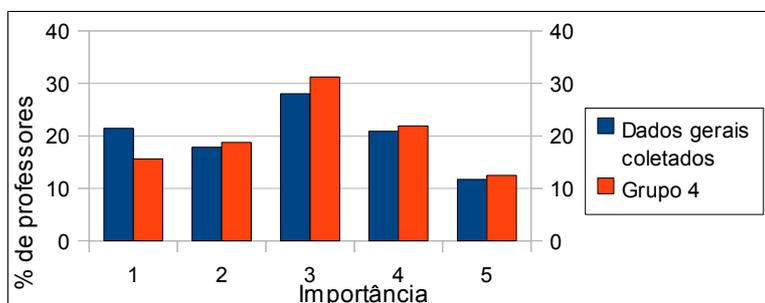


Gráfico 248. Importância da ANDES – Grupo 4.

A participação dos professores do Grupos 4 como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, resultou na seguinte composição: 1 professor (3,03%) respondeu “Sim, 1 vez”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,06%) “Sim, 2 vezes”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (9,09%) “Sim, 3 vezes ou mais”; e 27 (81,82%) “Não, nunca fiz parte formalmente”, a maior proporção.

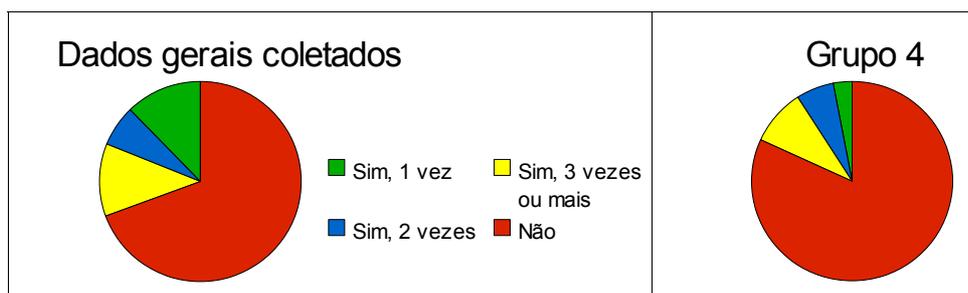


Gráfico 249. Participação como representante – Grupo 4.

Com relação a participação em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, obtivemos o seguinte resultado para o Grupo 4: 3 professores (9,09%) responderam “Sim, toda semana”, 4 (12,12%) “Sim, todo mês”, 2 (6,06%) “Sim, todo ano”, 13 (39,39%) “Sim, eventualmente” e 11 (33,33%) “Não”.

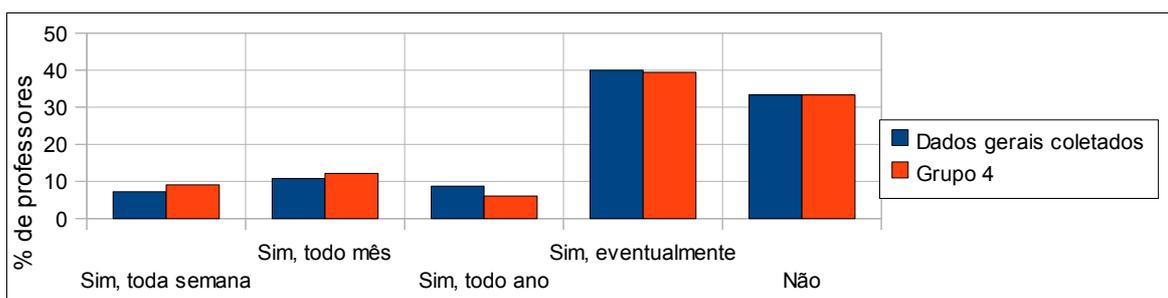


Gráfico 250. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 4.

Ao mesmo tempo, observamos entre os professores do Grupo 4 a maior proporção entre os 8 Grupos que têm religião, 29 (87,88%). Apenas 4 (12,12%) responderam “Não”.

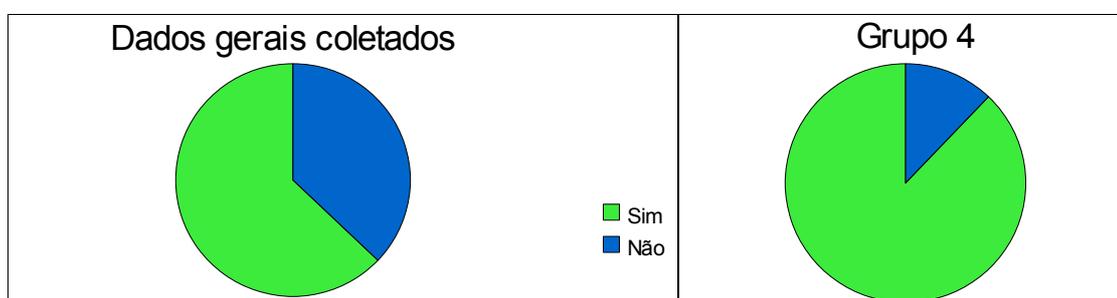


Gráfico 251. Religião – Grupo 4.

Em relação a uma participação dos professores do Grupo 4 em Organizações Não-Estatais podemos observar que uma média foi mantida. 3 professores (9,09%) responderam

que “Já fizeram parte”, 2 (6,06%) “Sim” e 28 (84,85%) “Não”.

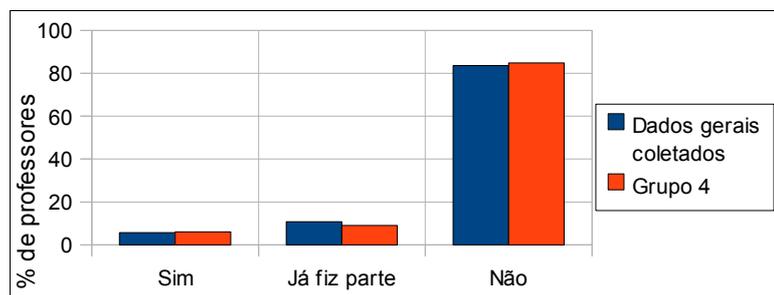


Gráfico 252. Participação em ONGs – Grupo 4.

A importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento das pesquisas foi assim configurada entre os professores do Grupo 4:

Tabela 68. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 4.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	2 (6,25%)*	7 (21,87%)*	5 (15,62%)*	8 (25%)*	10 (31,25%)*	1 (3,03%)	33
Servidores e técnicos	9 (29,03%)*	3 (9,68%)*	5 (16,13%)*	10 (32,26%)*	4 (12,90%)*	2 (6,06%)	33
Estudantes	2 (6,67%)*	3 (10%)*	4 (13,33%)*	8 (26,67%)*	13 (43,33%)*	3 (9,09%)	33
Agências	4 (12,5%)*		7 (21,87%)*	4 (12,5%)*	17 (53,13%)*	1 (3,03%)	33
Empresas e indústrias	14 (45,16%)*	7 (22,58%)*	6 (19,35%)*	3 (9,68%)*	1 (3,22%)*	2 (6,06%)	33
ONGs	17 (58,62%)*	6 (20,69%)*	1 (3,45%)*	3 (10,34%)*	2 (6,90%)*	4 (12,12%)	33
Família	9 (29,03%)*	2 (6,45%)*	5 (16,13%)*	5 (16,13%)*	10 (32,26%)*	2 (6,06%)	33
Mídia	13 (41,93%)*	3 (9,68%)*	9 (29,03%)*	2 (6,45%)*	4 (12,90%)*	2 (6,06%)	33
Outros	15 (60%)*	1 (4%)*	5 (20%)*	2 (8%)*	2 (8%)*	8 (24,24%)	33

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

A importância dos técnicos alcançou a maior média neste Grupo entre os 8 Grupos

pesquisados se somarmos as importâncias “4” e “5”, uma especificidade da área que poderia ser melhor aproveitada, tendo em vista que o acesso à equipe técnica por este Grupo se manteve próximo à média dos dados gerais coletados como veremos à seguir. Já a importância das famílias e a da mídia alcançaram a segunda maior média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

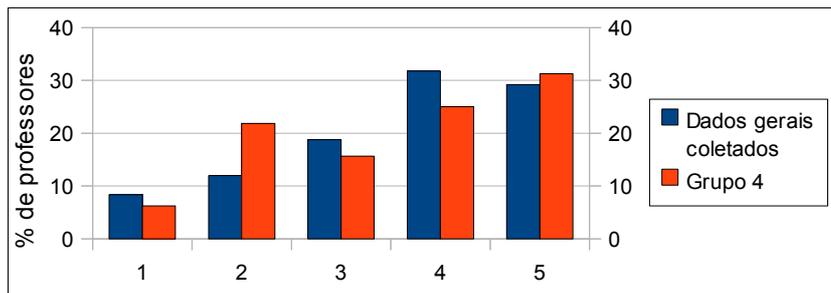


Gráfico 253– Outros professores – Grupo 4.

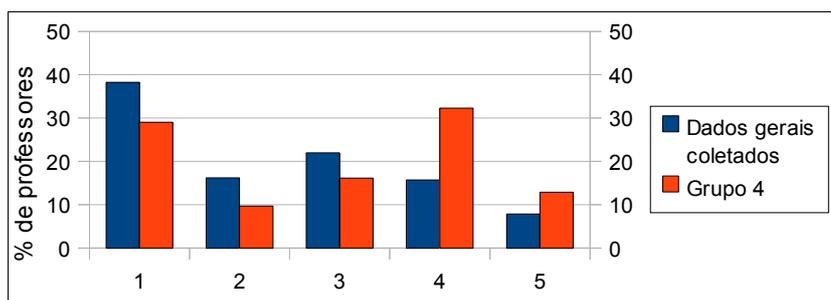


Gráfico 254. Técnicos – Grupo 4.

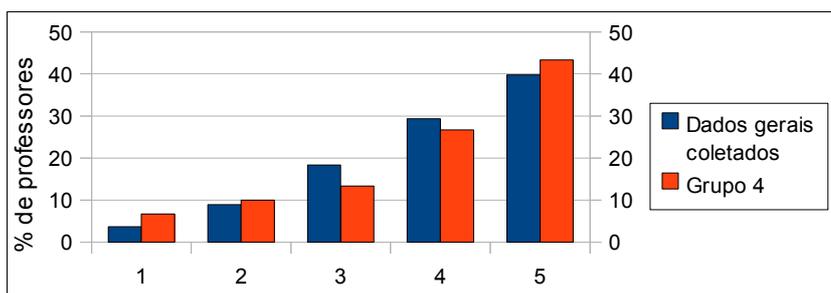


Gráfico 255. Estudantes – Grupo 4.

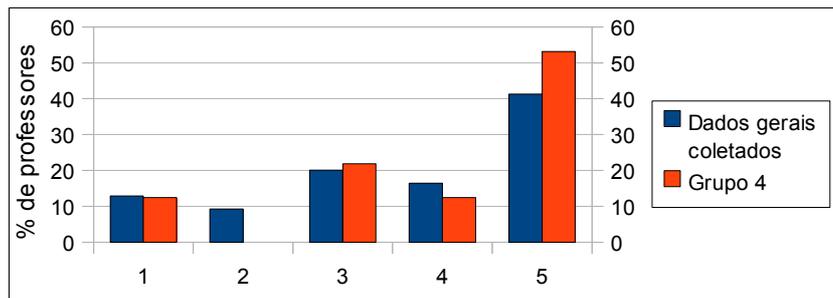


Gráfico 256. Agências – Grupo 4.

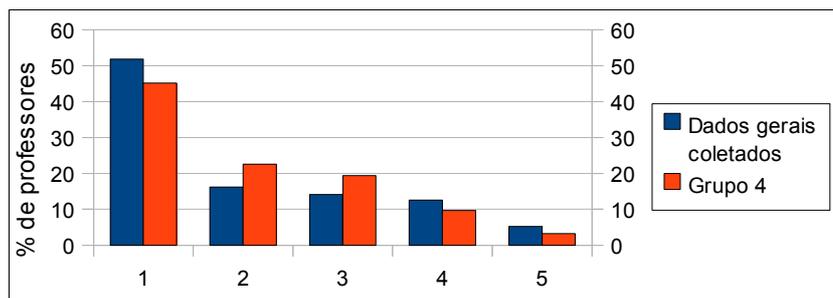


Gráfico 257. Empresas e indústrias – Grupo 4.

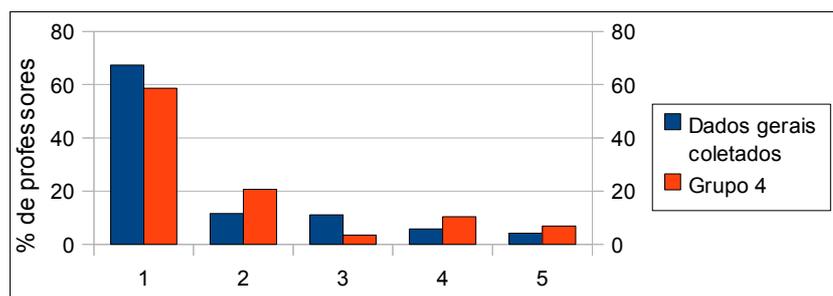


Gráfico 258. ONGs – Grupo 4.

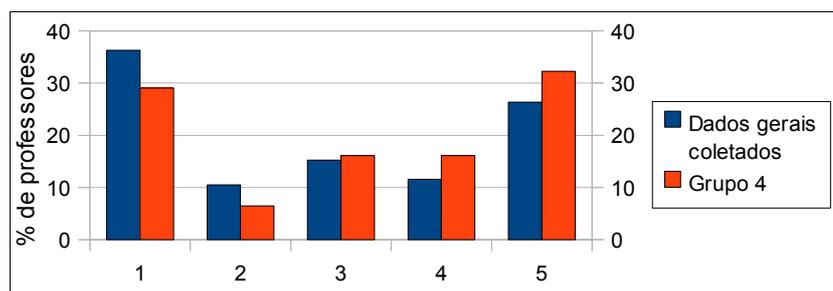


Gráfico 259. Família – Grupo 4.

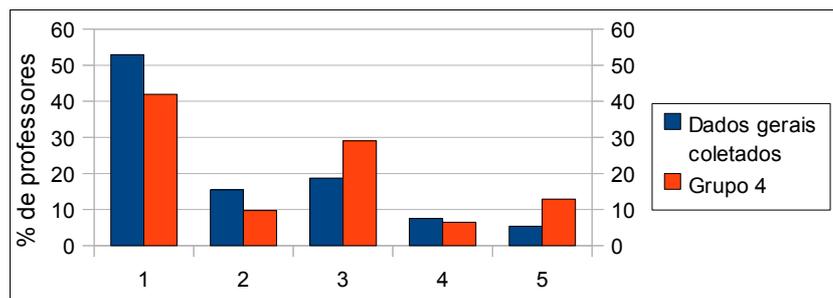


Gráfico 260. Mídia – Grupo 4.

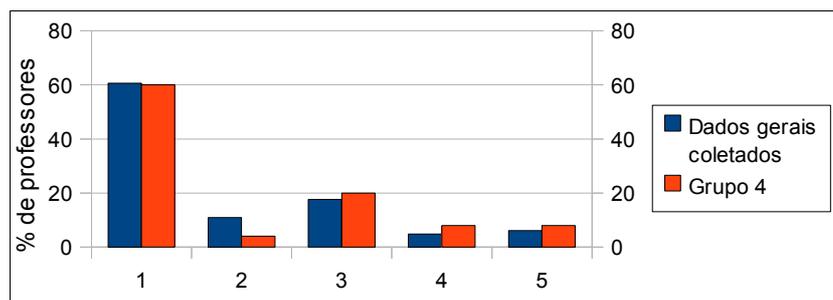


Gráfico 261. Outros – Grupo 4.

Com relação à publicação de artigos científicos podemos verificar que 16 professores deste Grupo (48,48%) consideram mais importante publicar um artigo por semestre; 4 (12,12%) “Eventualmente”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 10 (30,30%) “3 artigos por ano”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,06%) “Mais de 3 artigos por ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 1 (3,03%) não considera importante publicar artigos.

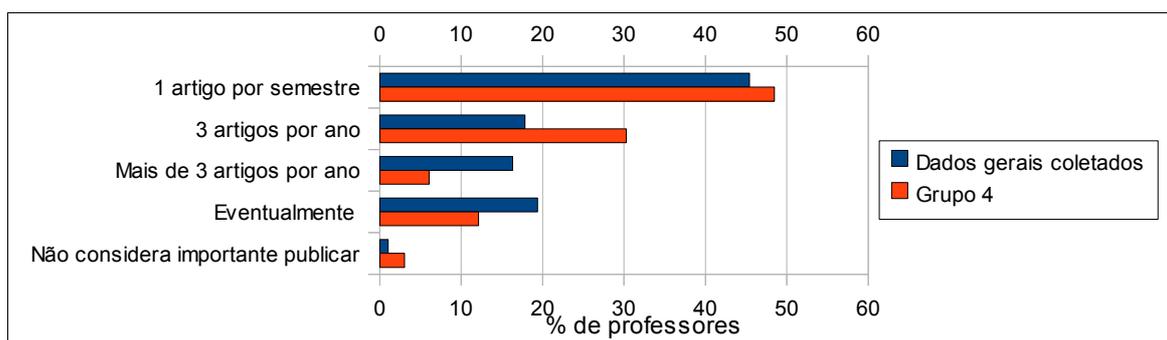


Gráfico 262. Quantidade de publicações – Grupo 4.

Sobre uma possibilidade de publicar com coautoria internacional 9 professores do Grupo 4 (27,27%) responderam apenas “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (15,15%) “Sim, nos próximos meses”; 7 (21,21%) “Sim, no próximo ano”; 8 (24,24%)

“Eventualmente”; e 4 (12,12%) “Não”.

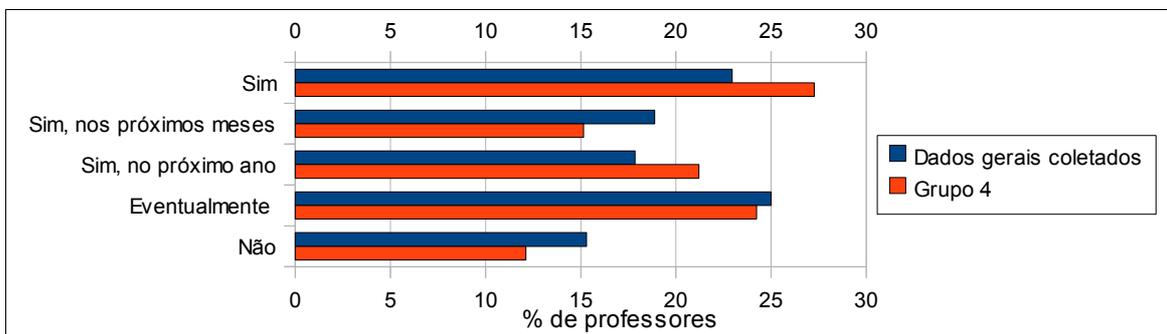


Gráfico 263. Publicação com coautoria internacional – Grupo 4.

Já a possibilidade de registro de patentes permaneceu baixa neste grupo, com 2 professores (6,06%) respondendo “Sim”, 1 (3,03%) “Sim, em cotitularidade com empresas” e 30 (90,90%) “Não se aplica”.

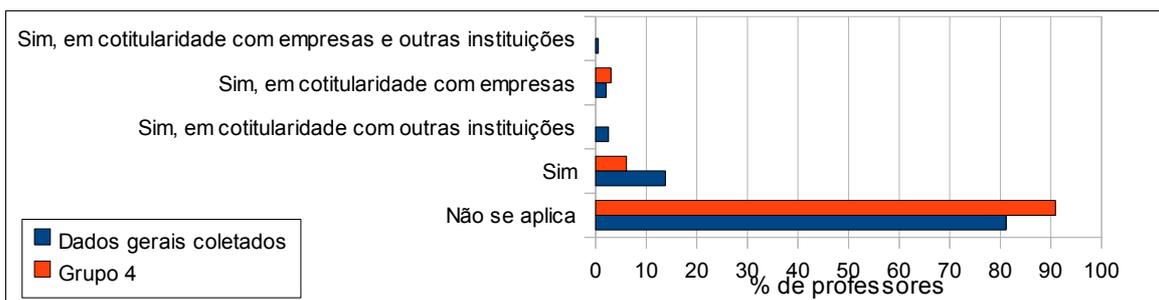


Gráfico 264. Patentes – Grupo 4.

A possibilidade das pesquisas resultarem num produto com potencial de mercado também permaneceu sem grandes variações neste Grupo.

Tabela 69. Potencial de mercado – Grupo 4.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	7	3	6	7	6	4	33
%	24,14*	10,34*	20,69*	24,14*	20,69*	12,12	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco

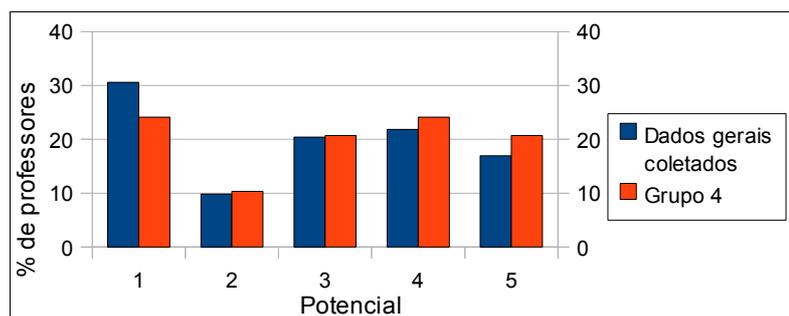


Gráfico 265. Potencial de mercado – Grupo 4.

O resultado do potencial da contribuição social das pesquisas dos professores do Grupo 4 foi o seguinte:

Tabela 70. Potencial contribuição social – Grupo 4.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2		6	7	17	1	33
%	6,25*		18,75*	21,87*	53,13*	3,03	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

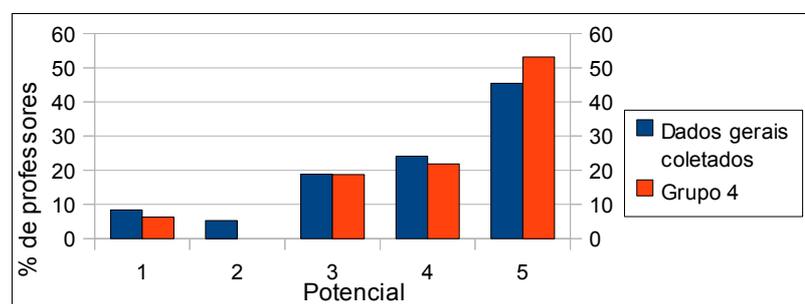


Gráfico 266. Contribuição social – Grupo 4.

Com relação ao acesso à equipe técnica, o Grupo 4 não apresentou variações muito grandes em comparação com a UnB em geral.

Tabela 71. Acesso à equipe técnica – Grupo 4.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	11	6	10	3	2	1	33
%	34,37*	18,75*	31,25*	9,37*	6,25*	3,03	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

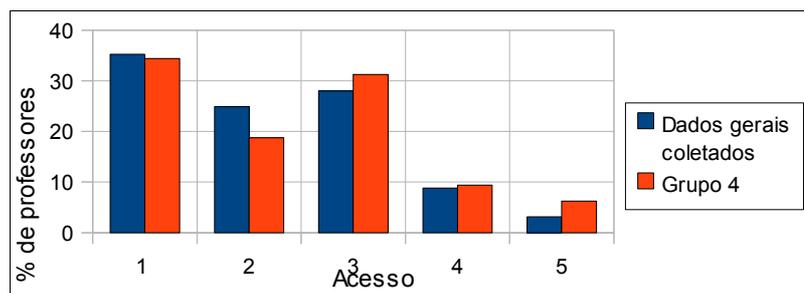


Gráfico 267. Acesso à equipe técnica – Grupo 4.

Já com relação ao acesso às instalações físicas há uma percepção de uma limitação mais forte entre os professores do Grupo 4.

Tabela 72. Acesso às instalações físicas – Grupo 4.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	13	4	10	3	2	1	33
%	40,63*	12,5*	31,25*	9,37*	6,25*	3,03	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

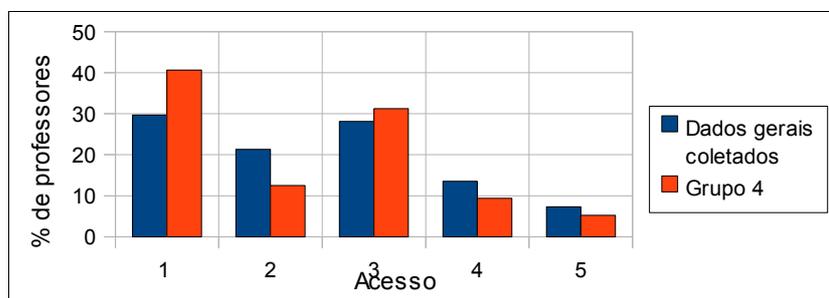


Gráfico 268. Acesso às instalações físicas – Grupo 4.

Com relação ao acesso facilitado aos recursos financeiros, o Grupo 4 apresentou a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 73. Acesso aos recursos financeiros – Grupo 4.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	17	9	4	2		1	33
%	53,13*	28,12*	12,5*	6,25*		3,03	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

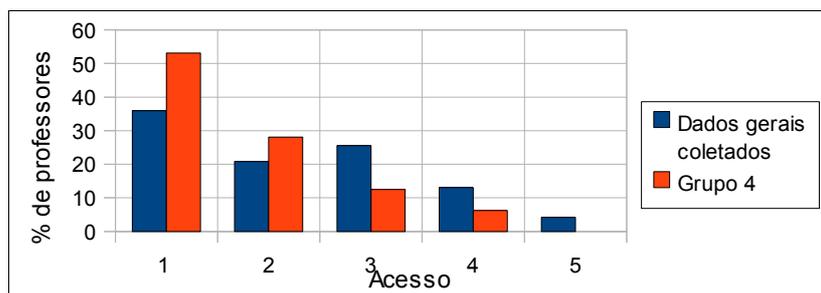


Gráfico 269. Acesso à recursos financeiros – Grupo 4.

Sobre uma possível dinâmica futura dos seus próprios trabalhos, 12 professores do Grupo 4 (37,5%) consideram que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas; 14 (43,75%) que ele sofrerá pequenas modificações; 3 (9,37%) que ele sofrerá amplas modificações; 3 (9,37%) “Não sabem”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 resposta (3,03%) foi deixada em branco.

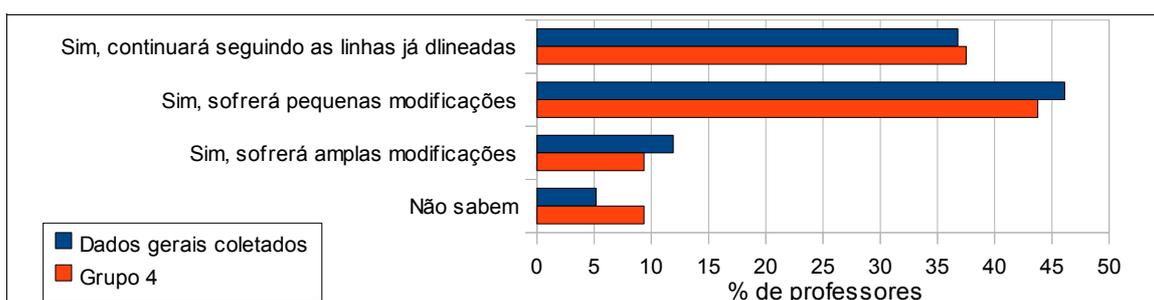


Gráfico 270. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 4.

Em relação à importância no dia a dia dos professores do Grupo 4 do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, podemos notar que:

Tabela 74. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 4.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário	1 (3,12%)*	1 (3,12%)*	2 (6,25%)*	10 (25%)*	18 (56,25%)*	1 (3,03%)	33
Progressão / Promoção	3 (9,09%)		4 (12,12%)	8 (24,24%)	18 (54,54%)		33

Saúde	1 (3,03%)	1 (3,03%)	1 (3,03%)	3 (9,09%)	27 (81,81%)		33
Carga Horária	2 (6,06%)	1 (3,03%)	1 (3,03%)	5 (15,15%)	24 (72,72%)		33
Financiamento	1 (3,03%)	1 (3,03%)	4 (12,12%)	5 (15,15%)	22 (66,67%)		33
Avaliação	2 (6,06%)	2 (6,06%)	7 (21,21%)	7 (21,21%)	15 (45,45%)		33
Aposentadoria	5 (15,15%)	4 (12,12%)	3 (9,09%)	7 (21,21%)	14 (42,42%)		33

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância do salário têm um forte peso para os professores deste Grupo. A importância da progressão na carreira, do financiamento e da aposentadoria também, alcançando a segunda maior proporção de professores entre os 8 Grupos, se somarmos as importâncias “4” e “5”.

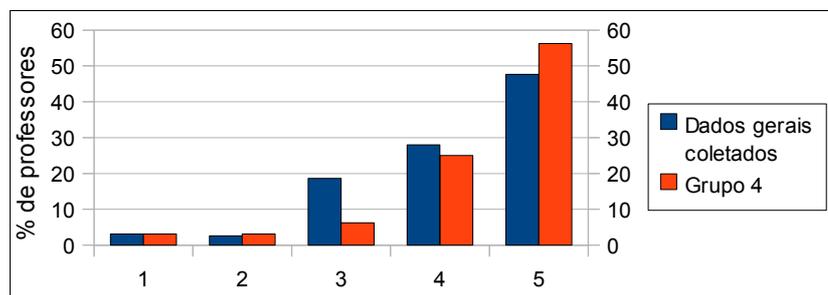


Gráfico 271. Salário – Grupo 4.

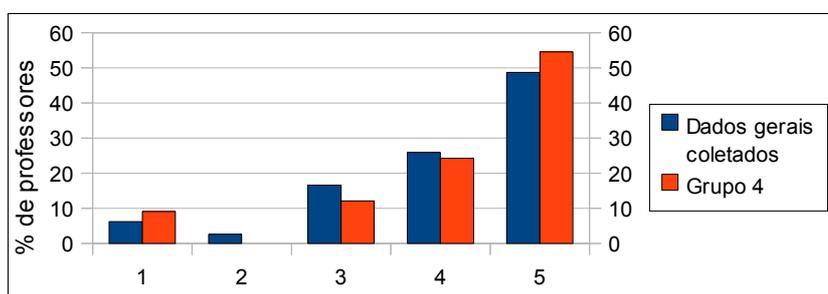


Gráfico 272. Promoção/progressão – Grupo 4.

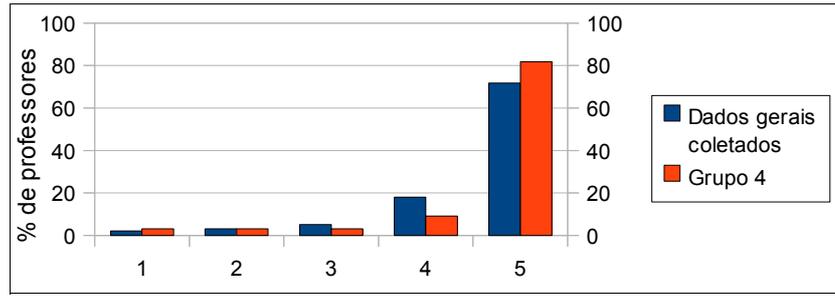


Gráfico 273. Saúde – Grupo 4.

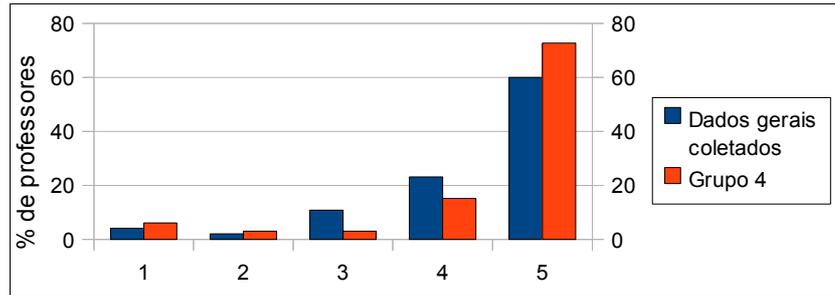


Gráfico 274. Carga horária – Grupo 4.

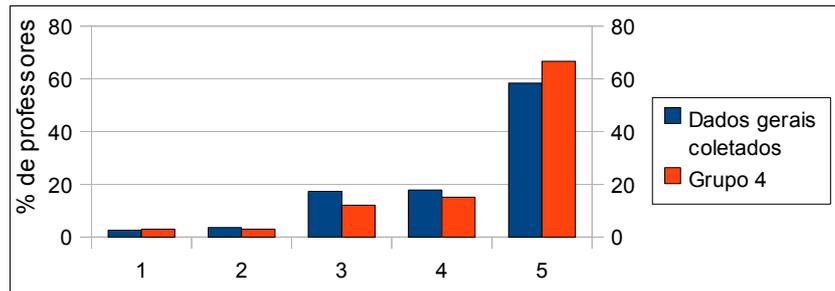


Gráfico 275. Financiamento – Grupo 4.

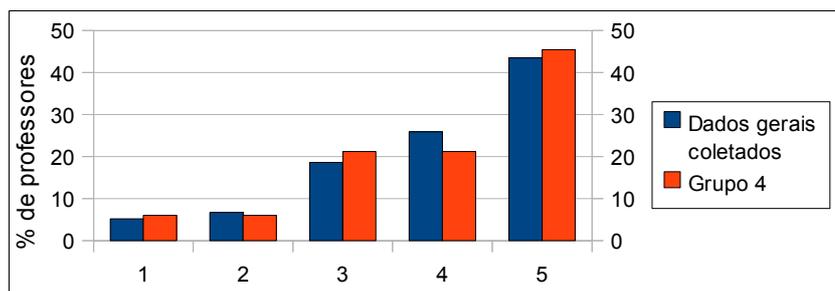


Gráfico 276. Avaliação – Grupo 4.

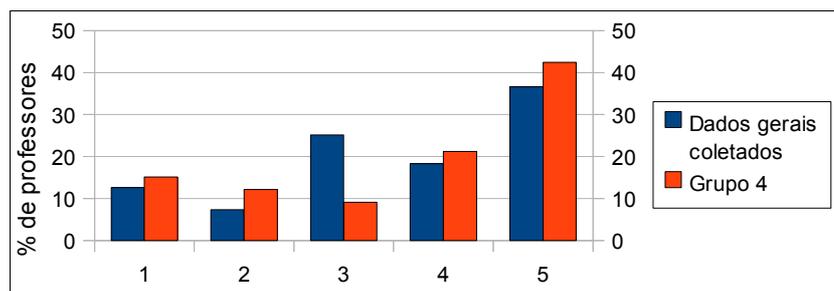


Gráfico 277. Aposentadoria – Grupo 4.

Com relação aos problemas de relacionamento, 13 professores do Grupo 4 (39,39%) responderam “Sim”, de alguma forma, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 20 (60,61%) “Não”.

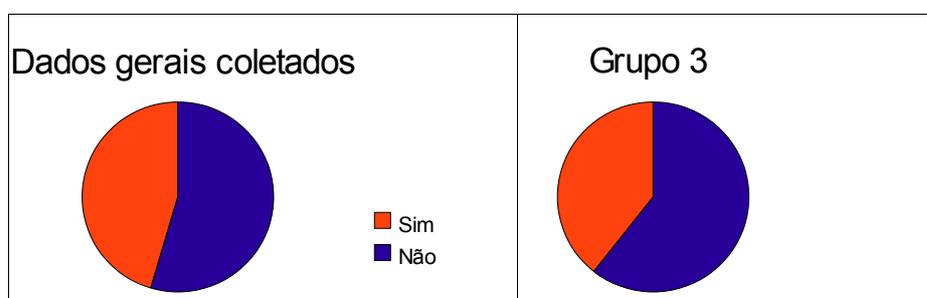


Gráfico 278. Problemas de relacionamento – Grupo 4.

No que tange ao problema das fraudes, 6 professores do Grupo 4 (18,18%) responderam “Sim”; 10 (30,30%) “Já ouvi rumores”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 17 (51,51%) “Não”, a maior proporção.

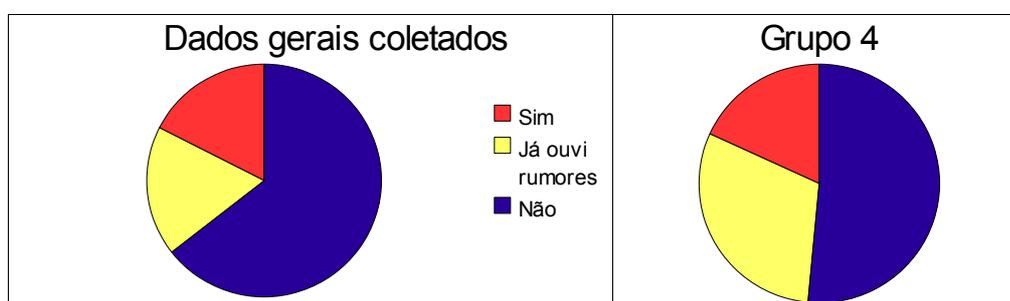


Gráfico 279. Fraudes – Grupo 4.

Sobre a expansão, 4 professores deste Grupo (12,5%) a consideraram “Ótima”; 11

(34,38%) “Boa”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (28,12%) “Regular”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 6 (18,75%) “Ruim”; e 2 (6,25%) “Prefiro não opinar”, a segunda maior proporção. Uma resposta (3,03% do total) foi deixada em branco.



Gráfico 280. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 4.

No que diz respeito aos alunos de graduação podemos observar que: 10 professores deste Grupo (30,30%) consideram que “São interessados e envolvidos” ; 10 (30,30%) que “Cumprem os seus deveres”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; para 8 (24,24%) “São pouco interessados e envolvidos”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; para 3 (9,09%) “Não são interessados”; e 2 (6,06%) preferiram não opinar.

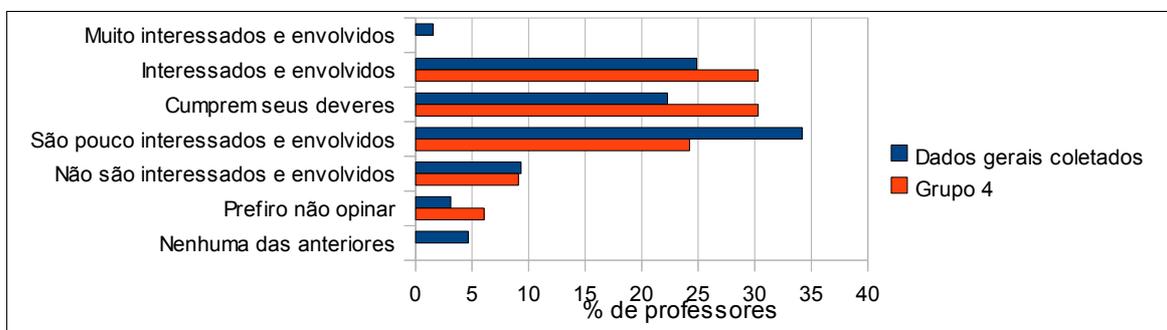


Gráfico 281. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 4.

Sobre os estudantes de Pós-Graduação, 8 professores deste mesmo Grupo (25%) consideram que “São interessados e envolvidos”; 11 (34,38%) que “Cumprem os seus deveres”; para 5 (15,62%) que “São pouco interessados e envolvidos”; 8 (25%) “Prefiro não opinar”, a maior proporção. Uma resposta (3,03%) foi deixada em branco.

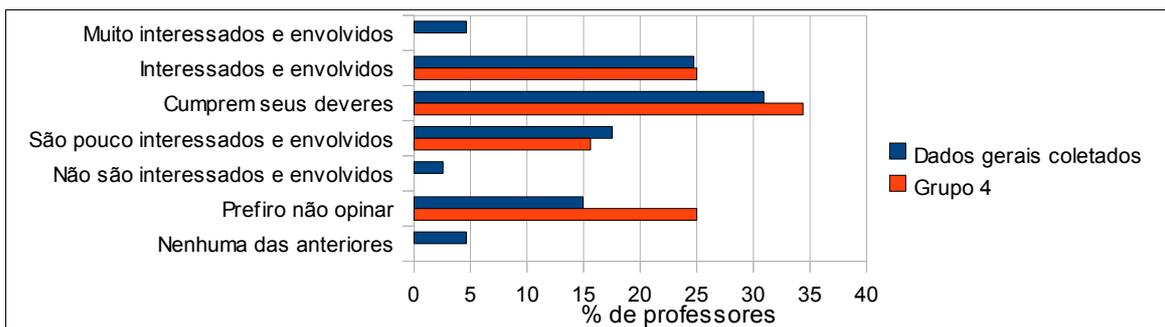


Gráfico 282. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 4.

Por fim, o resultado das ponderações sobre o controle das pesquisas é quase o contrário do grupo anterior. Neste, apenas 2 professores (6,06%) responderam “Não”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 12 (36,36%) “Sim”, a maior proporção, demonstrando que este é um problema a ser debatido por este Grupo; 12 (36,36%) “Em alguns casos”; e 7 (21,21%) “Prefiro não opinar”, a maior proporção.



Gráfico 283. Controle das pesquisas – Grupo 4.

#### 1.4.2. Grupo 4 – Destaques gerais.

O Grupo 4 como podemos observar possui a menor idade média comparativa entre os 8 Grupos; a maior proporção de mulheres; uma baixa proporção de trabalhos com outros departamentos, com outras instituições, com empresas, com ONGs; a menor representatividade em instituições governamentais; além disso, têm uma alta proporção de professores que:

- têm religião;
- atribuem uma forte importância aos técnicos, à família, à mídia;

- consideram importante publicar 3 artigos por ano;
- têm acesso limitado à recursos financeiros;
- atribuem uma forte importância à progressão/promoção, ao financiamento das pesquisas, à aposentadoria;
- têm poucos problemas de relacionamento;
- ao contrário do Grupo 3, consideram necessário controlar as pesquisas.

### 1.5. Grupo 5 - Ciências Agronômicas e Veterinárias.

Os formulários respondidos do Grupo 5 estão relacionados às seguintes áreas e subáreas:

Tabela 75. Áreas e subáreas – Grupo 5.

Áreas	Subáreas
Agronomia	Ciência do Solo; Fitossanidade; Fitotecnia; Parques e Jardins; Agrometeorologia; Extensão Rural.
Engenharia	Agronômica; Máquinas e Implementos Agrícolas; Manejo do Ambiente Agrícola; Processamento de Produtos Agrícolas; Construções Rurais e Ambiência; Gestão em Agronomia; Energização Rural.
Recursos Florestais	Sistemas Florestais; Manejo Florestal; Economia Florestal; Energia da Biomassa Florestal; Silvicultura; Engenharia Florestal.
Medicina Veterinária	Reprodução Animal; Nutrição Animal; Clínica e Cirurgia Animal; Patologia Animal; Veterinária Preventiva; Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Zootecnia	Alimentação, Pastagens e Forragicultura; Ecologia dos Animais Domésticos e Etologia; Melhoramento Animal; Nutrição e Alimentação Animal.
Recursos Pesqueiros	Recursos Pesqueiros Marinhos; Recursos Pesqueiros de Águas Interiores; Aqüicultura; Engenharia de Pesca.
Alimentos	Ciência de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Alimentos.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

#### 1.5.1. Grupo 5 - Sistematização dos dados.

Os 11 professores do Grupo 5 – Ciências Agronômicas e Veterinárias, possuíam em 2013 uma média 51,18 anos, a maior entre os 8 Grupos; aproximadamente 11,45 anos de casa, também a maior média; sendo que 8 (72,73%) eram do sexo masculino, a maior proporção; e 3 (27,27%) do sexo feminino.

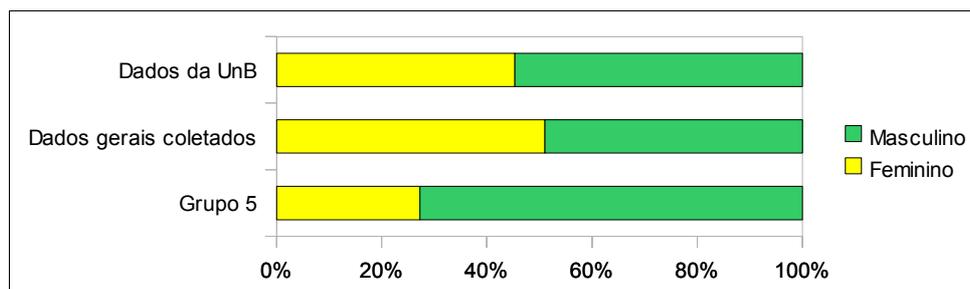


Gráfico 284. Sexo – Grupo 5.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 5 está assim distribuído: 3 são de SP, 2 do ES, 2 do RJ. Os estados de MG, MS, PB e RS têm 1 cada um.

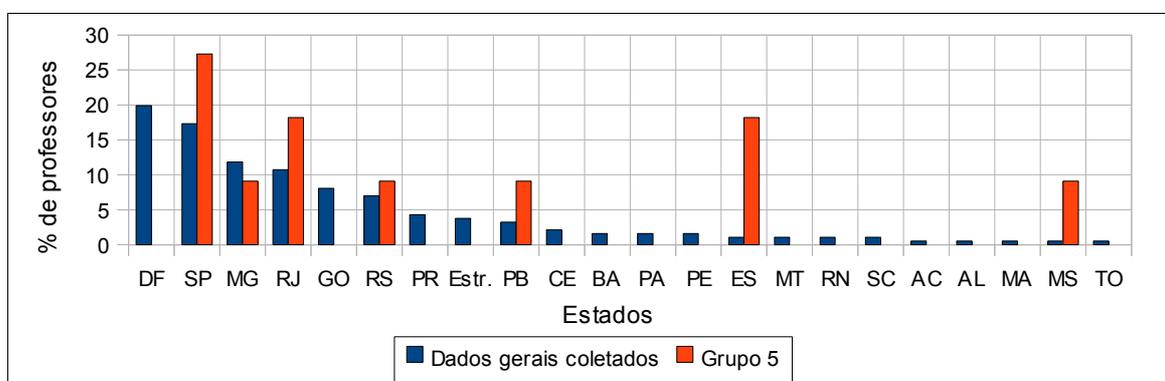


Gráfico 285. Estados de origem dos Professores – Grupo 5.

Sobre a idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 4 (36,36%) ingressaram com menos de 18 anos, 3 (27,27%) com 18 anos, 1 (9,09%) ingressou com 19 anos e 3 (27,27%) com 20 anos.

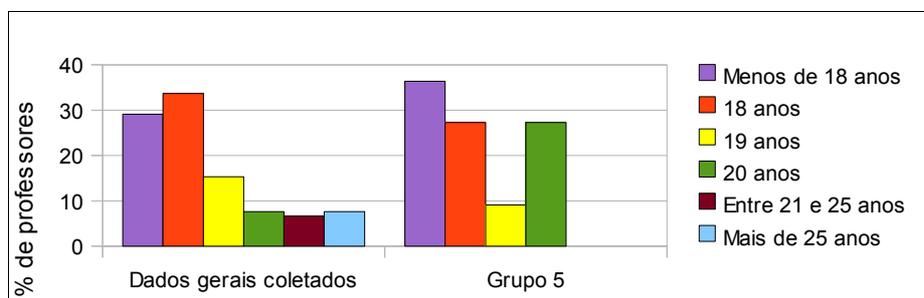


Gráfico 286. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 5.

No que diz respeito à participação dos professores do Grupo 5 em programas de intercâmbio observamos que: 6 (54,54%), não realizou nenhum tipo; 4 (36,36%) “Sim,

como estudantes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Sim, como professor”.

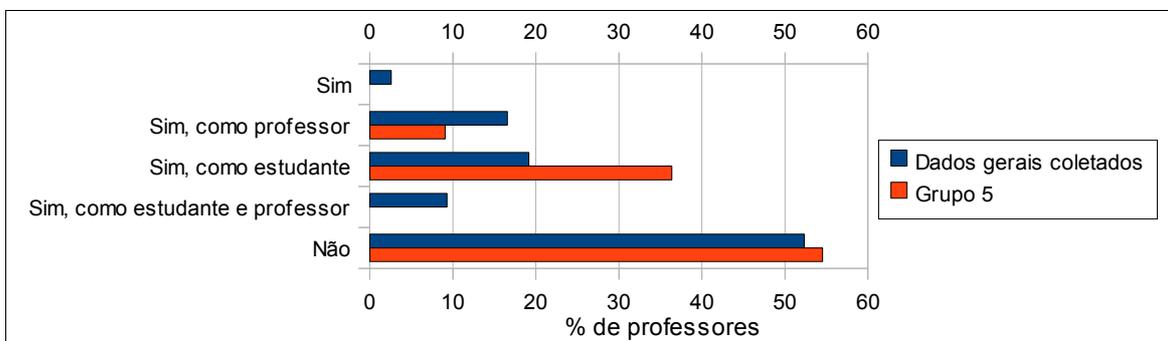


Gráfico 287. Intercâmbio – Grupo 5.

Por outro lado, no que tange à realização de Pós-Doutorado, 10 dos professores do Grupo 5 (90,90%) responderam “Não” e apenas 1 (9,09%) respondeu “Sim”, a menor proporção.

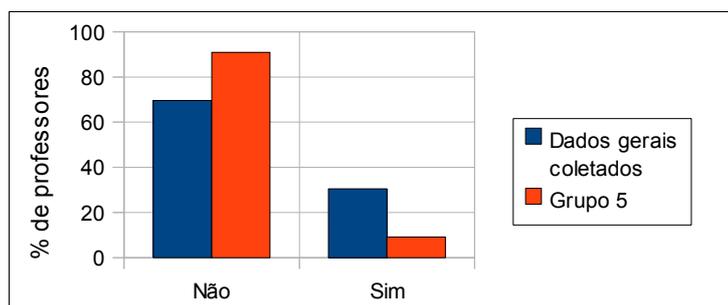


Gráfico 288. Pós-Doutorado – Grupo 5.

O vínculo atual dos professores do Grupo 5 com a UnB também se concentra na categoria Adjunto com 7 (70%), 1 (10%) como Assistente, 1 (10%) como Associado e 1 (10%) como Titular. Uma resposta (9,09%) foi deixada em branco.

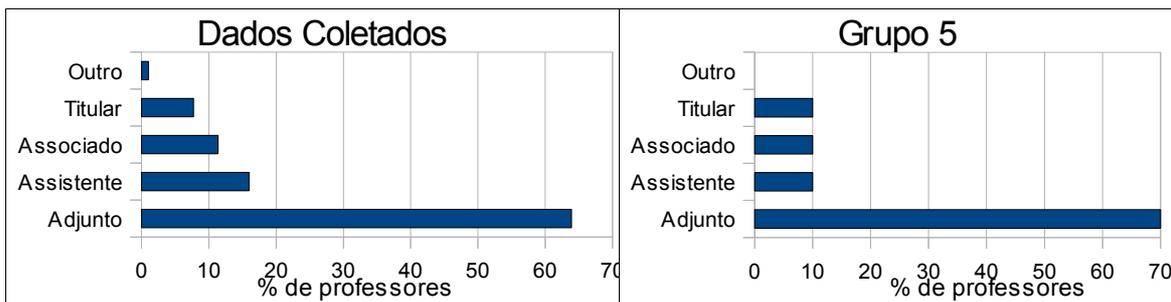


Gráfico 289. Vínculo atual com a UnB – Grupo 5.

No caso da realização de trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 6 professores deste Grupo (54,54%) responderam apenas “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (18,18%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 1 (9,09%) “Sim, todo semestre”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (9,09%) “Sim, todo ano”; e 1 (9,09%) “Não”.

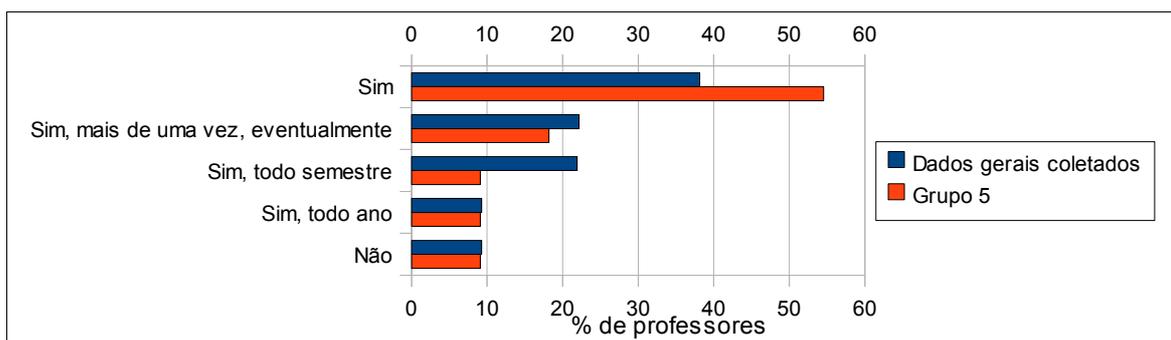


Gráfico 290. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 5.

A realização ou não de trabalhos em conjunto dos professores deste Grupo com os de outros departamentos, núcleos, laboratórios foi assim configurada: 1 professor (9,09%) respondeu “Não”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (45,45%) respondeu apenas “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (36,36%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Sim, todo semestre”.

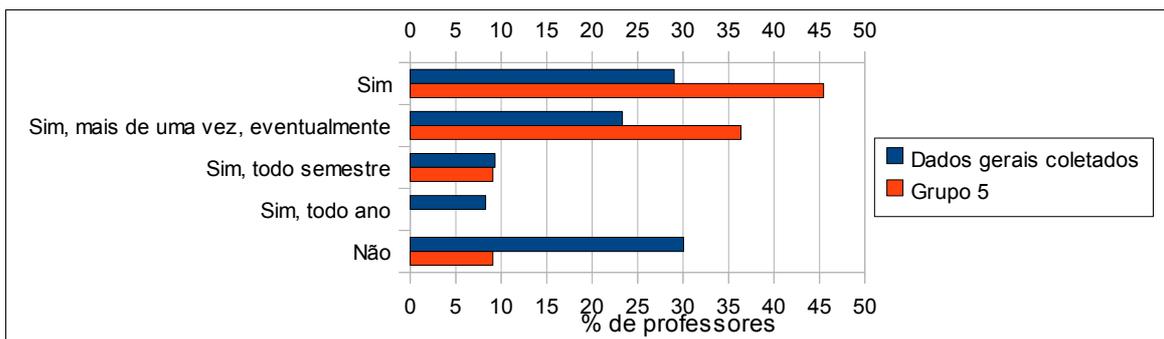


Gráfico 291. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 5.

Sobre a realização de trabalhos em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa, 2 professores do Grupo 5 (18,18%) responderam “Sim, 1 vez”; 2 (18,18%) “Sim, 2 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (18,18%) “Sim, 3 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (27,27%) “Sim, 4 ou mais vezes” e 2 (18,18%) “Não”.

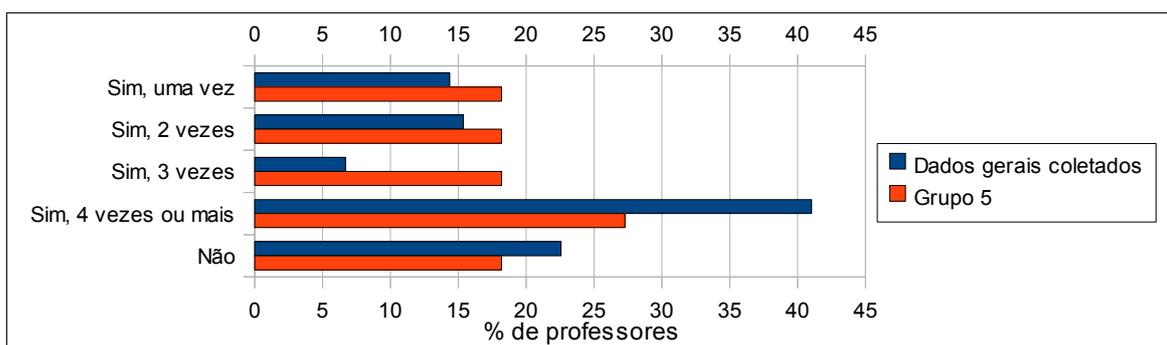


Gráfico 292. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 5.

No caso de trabalhos desenvolvidos em conjunto com empresas, 7 professores do Grupo 5 (63,64%) responderam “Não”; 1 (9,09%) “Sim, 1 vez”; 2 (18,18%) “Sim, 3 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Sim, frequentemente”.



Gráfico 293. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 5.

As pesquisas em conjunto dos professores deste Grupo com Organizações não-estatais apresentou uma pequena variação em comparação com a UnB em geral. 6 professores (54,54%) responderam “Não”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (9,09%) “Sim, uma vez”; 1 (9,09%) “Sim, 2 vezes”; 1 (9,09%) “Sim, 3 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (18,18%) “Sim, frequentemente”, a segunda maior proporção.

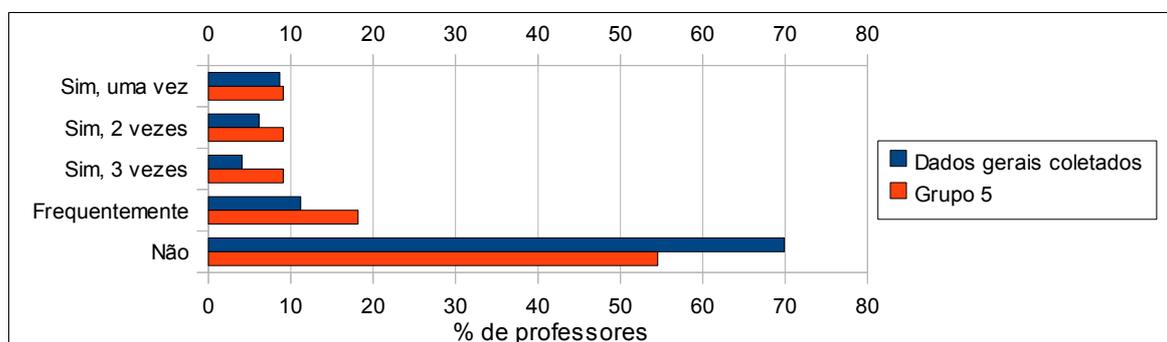


Gráfico 294. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 5.

No caso em tela, apenas 1 professor (9,09%) considerou o currículo que ministra “Ótimo”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 9 (81,81%) “Bom”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Regular”.

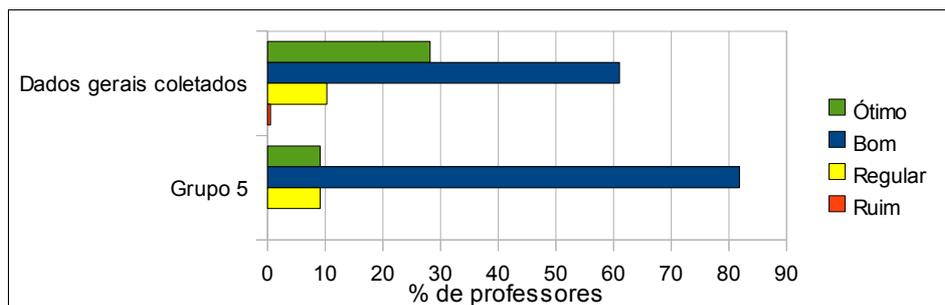


Gráfico 295. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 5.

O departamento, por sua vez, tem uma importância média para os professores do Grupo 5, mas se somarmos as importâncias “4” e “5” resulta na segunda menor proporção entre os 8 Grupos.

Tabela 76. Importância do departamento – Grupo 5.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	1	5	3	1		11
%	9,09	9,09	45,45	27,27	9,09		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

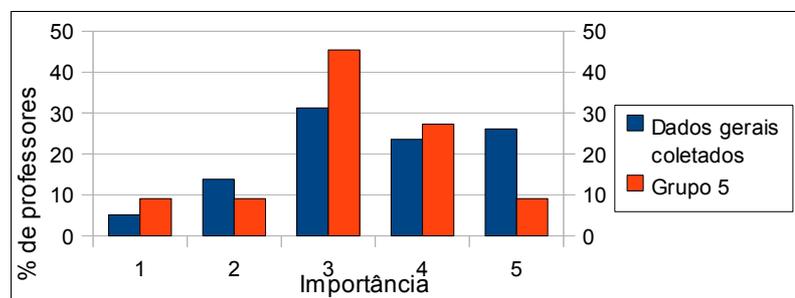


Gráfico 296. Importância do departamento – Grupo 5.

Já a ADUnB atingiu a menor importância proporcional entre os professores no Grupo 5 se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 77. Importância da ADUnB – Grupo 5.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	5	1	4			11
%	9,09	45,45	9,09	36,36			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

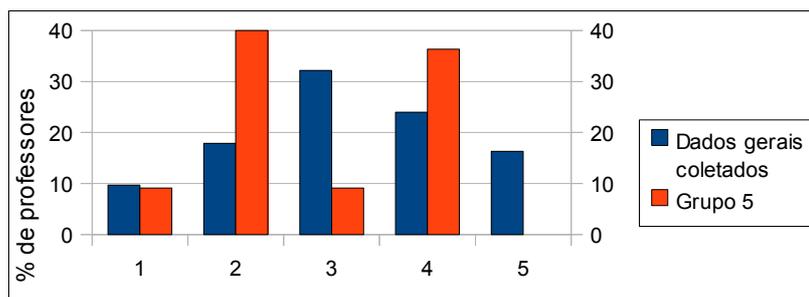


Gráfico 297. Importância da ADUnB – Grupo 5.

As associações científicas também têm uma importância baixa para este grupo, alcançando a segunda menor importância proporcional entre os Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 78. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 5.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	1	2	4	3		11
%	9,09	9,09	18,18	36,36	27,27		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

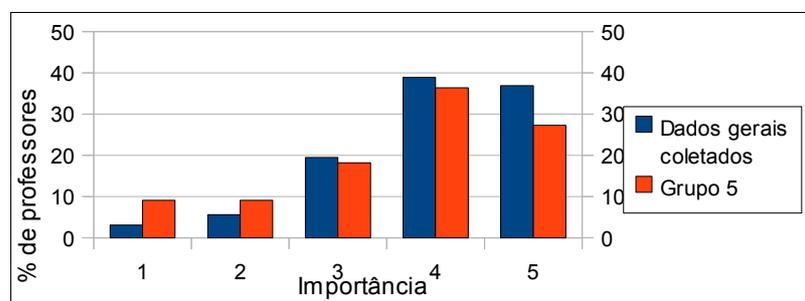


Gráfico 298. Importância da Sociedade Científica – Grupo 5.

A importância da ANDES apresentou, no entanto, um resultado bastante dividido em extremos, resultando na seguinte configuração:

Tabela 79. Importância da ANDES – Grupo 5.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	1	1	3	2		11
%	36,36	9,09	9,09	27,27	18,18		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

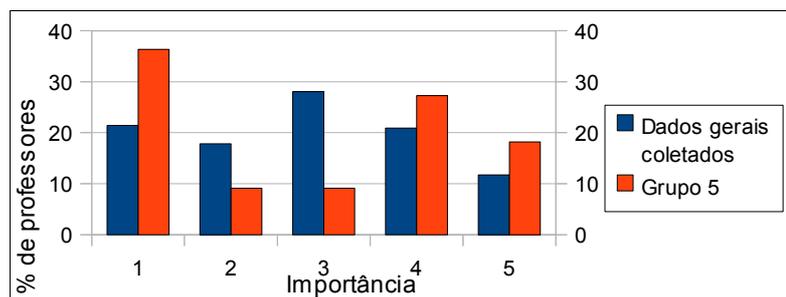


Gráfico 299. Importância da ANDES – Grupo 5.

A participação dos professores do Grupo 5 como representantes de área ou como ocupantes de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, apresenta alguns destaques, com a seguinte composição: 2 (18,18%) professores responderam “Sim, 1 vez”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (18,18%) “Sim, 2 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (27,27%) “Sim, 3 vezes ou mais”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 4 (36,36%) “Não, nunca fez parte formalmente”, a menor proporção.



Gráfico 300. Participação como representante – Grupo 5.

Com relação à participação em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, obtivemos o seguinte resultado do Grupo 5: 1 professor (9,09%) respondeu “Sim, toda semana”, 1 (9,09%) “Sim, todo ano”, 5 (45,45%) “Sim, eventualmente” e 4 (36,36%) “Não”.

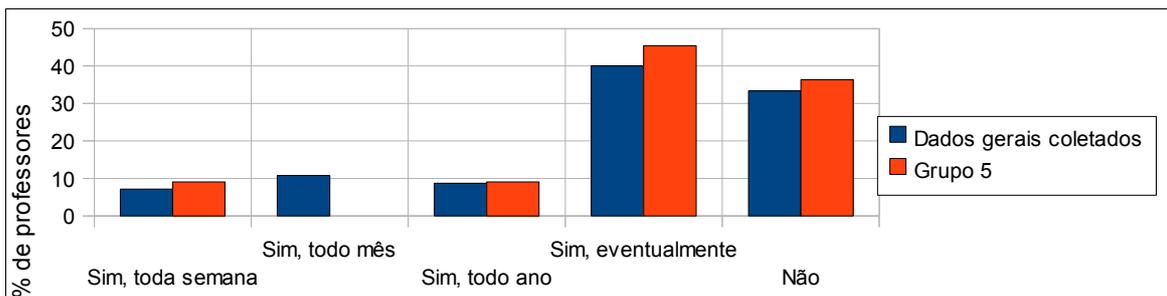


Gráfico 301. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 5.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 9 (81,82%) professores deste Grupo responderam “Sim”, de alguma forma, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (18,18%) “Não”.

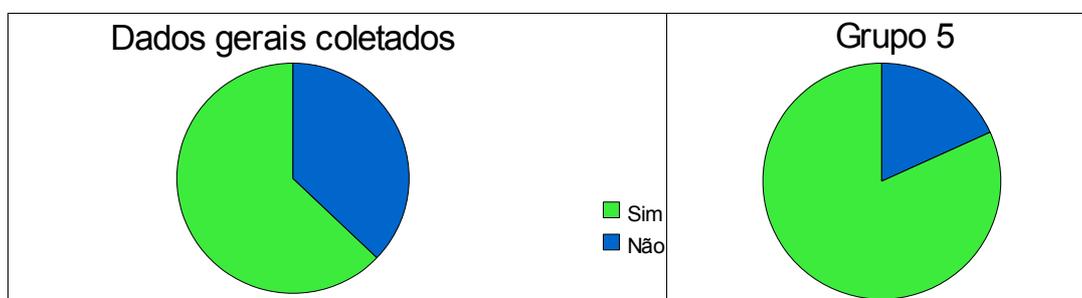


Gráfico 302. Religião – Grupo 5.

A participação dos professores do Grupo 5 em Organizações Não-Estatais se mostrou um pouco acima da média, mas continuou baixa. Apenas 2 professores deste Grupo (18,18%) responderam que “Já fiz parte”, 2 (18,18%) “Sim” e 7 (63,64%) “Não”.

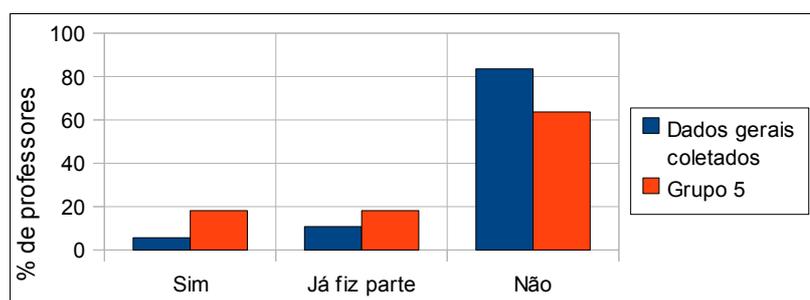


Gráfico 303. Participação em ONGs – Grupo 5.

Com relação à importância de outros atores para a escolha e para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, obtivemos o seguinte resultado entre os professores do Grupo 5:

Tabela 80. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 5.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	1 (9,09%)	1 (9,09%)	4 (36,36%)	4 (36,36%)	1 (9,09%)		11
Servidores e técnicos	3 (27,27%)	2 (18,18%)	3 (27,27%)	3 (27,27%)			11
Estudantes	1 (9,09%)		3 (27,27%)	4 (36,36%)	3 (27,27%)		11
Agências	1 (9,09%)	2 (18,18%)	4 (36,36%)	2 (18,18%)	2 (18,18%)		11
Empresas e indústrias	7 (63,64%)	1 (9,09%)	2 (18,18%)	1 (9,09%)			11
ONGs	6 (54,54%)	1 (9,09%)	2 (18,18%)		2 (18,18%)		11
Família	3 (27,27%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)	3 (27,27%)	3 (27,27%)		11
Mídia	5 (45,45%)	3 (27,27%)	2 (18,18%)	1 (9,09%)			11
Outros	4 (40%)*	4 (40%)*	1 (10%)*	1 (10%)*		1 (9,09%)	11

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

A importância dos outros professores, das agências e das empresas alcançaram o menor patamar neste Grupo quando comparado aos outros, se somarmos as importâncias “4” e “5”. Já a importância dos técnicos alcançou a segunda maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Por outro lado, a importância dos estudantes atingiu a segunda menor média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Por sua vez, a importância das ONGs e das famílias alcançaram neste Grupo a maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

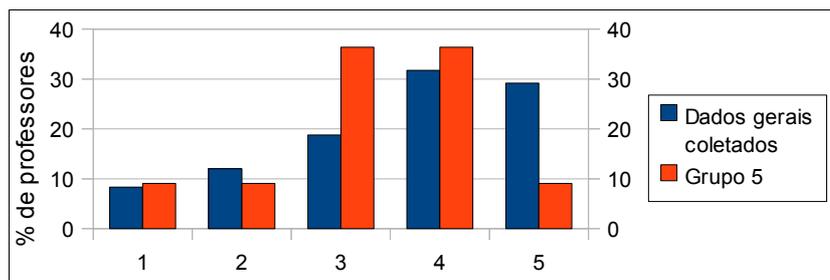


Gráfico 304. Outros professores – Grupo 5.

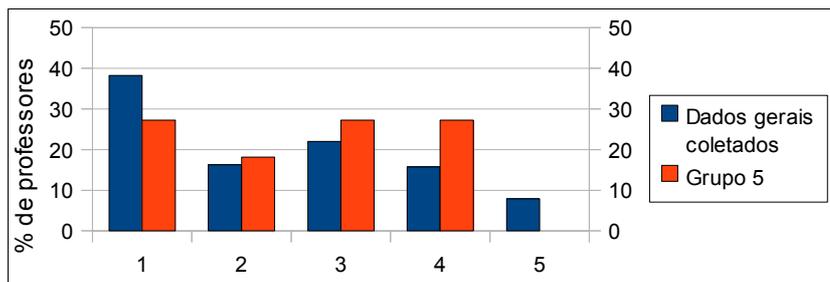


Gráfico 305. Técnicos – Grupo 5.

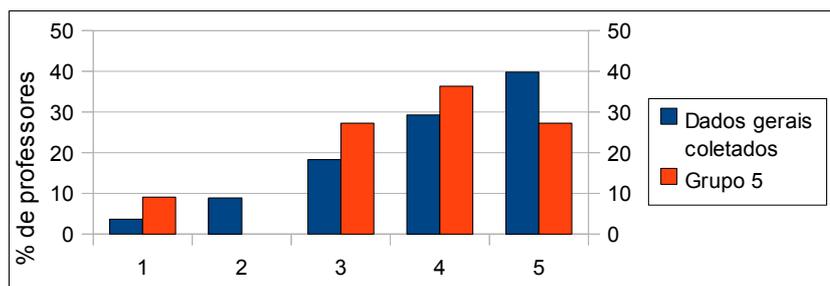


Gráfico 306. Estudantes – Grupo 5.

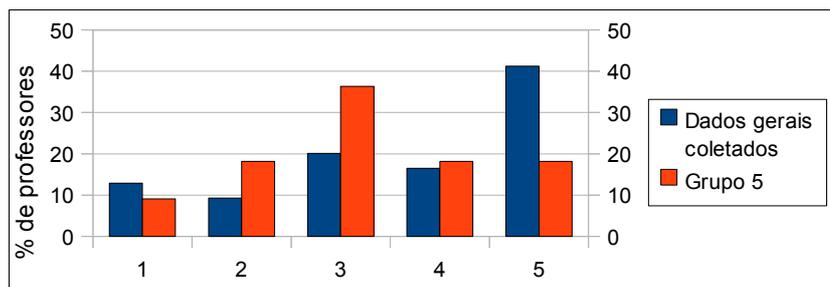


Gráfico 307. Agências – Grupo 5.

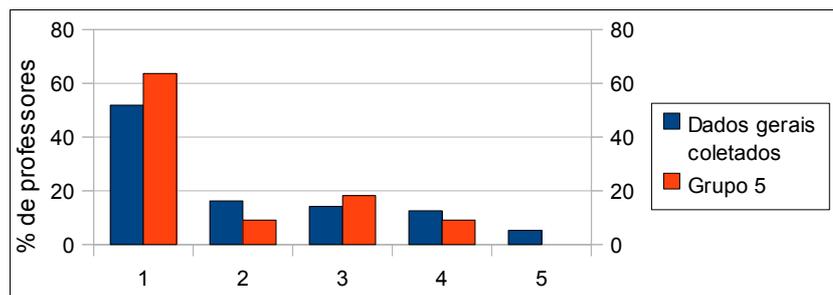


Gráfico 308. Empresas e indústrias – Grupo 5.

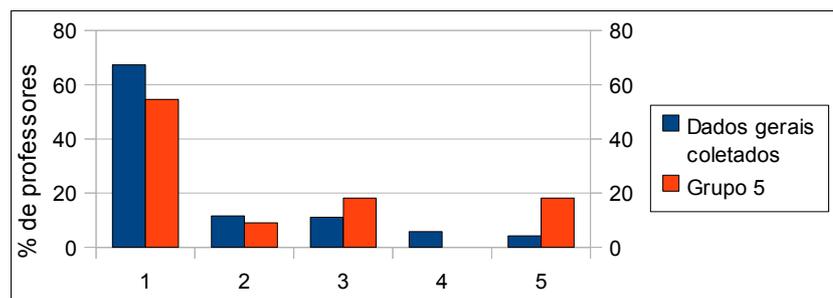


Gráfico 309. ONGs – Grupo 5.

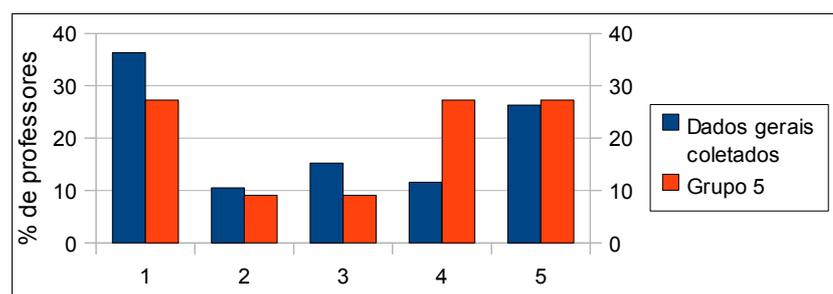


Gráfico 310. Família – Grupo 5.

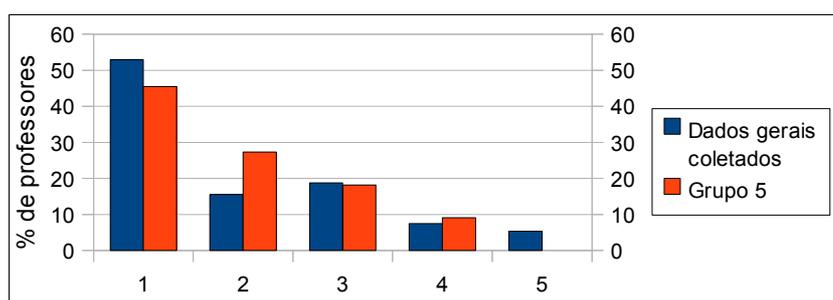


Gráfico 311. Mídia – Grupo 5.

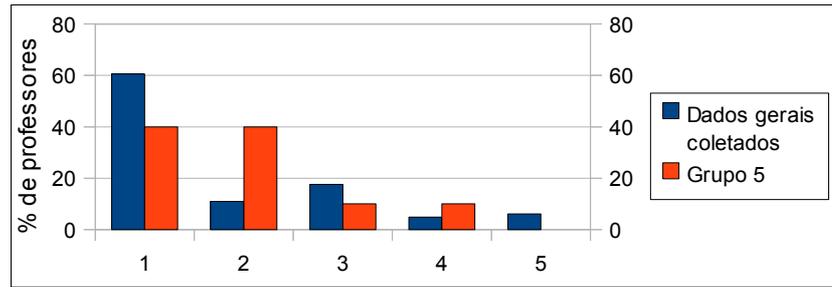


Gráfico 312. Outros – Grupo 5.

Com relação à publicação de artigos científicos podemos verificar entre os professores do Grupo 5 que: 5 (45,45%) consideram mais importante publicar um artigo por semestre; 4 (36,36%) “Eventualmente”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (18,18%) “Mais de 3 artigos por ano”.

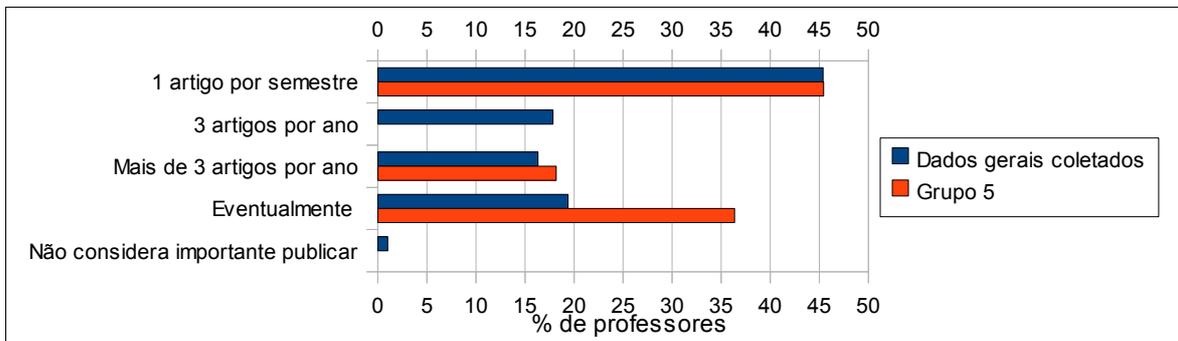


Gráfico 313. Quantidade de publicações – Grupo 5.

No que diz respeito à publicação com coautoria internacional, 2 professores deste Grupo (18,18%) responderam “Sim”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 1 (9,09%) “Sim, no próximo ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (45,45%) “Eventualmente”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 3 (27,27%) “Não”, a maior proporção.

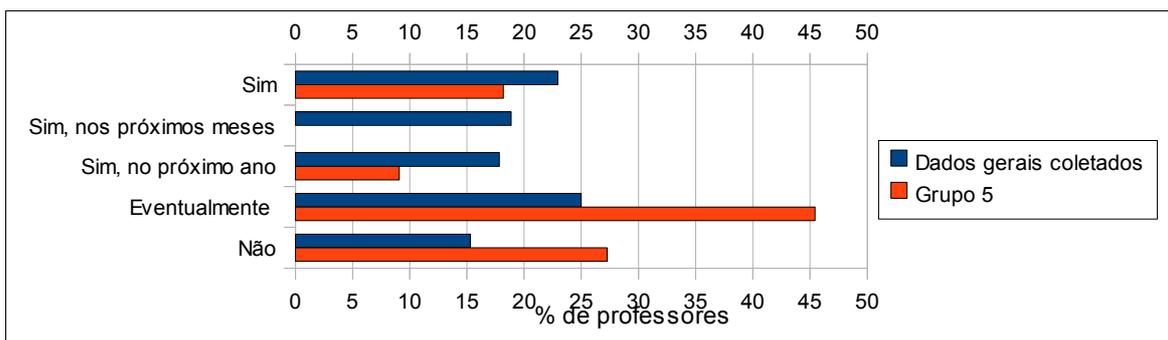


Gráfico 314. Publicação com coautoria internacional – Grupo 5.

No que tange à possibilidade das pesquisas resultarem num pedido de registro de patentes, 1 professor do Grupo 5 (9,09%) respondeu “Sim”; e 10 (90,91%) “Não se aplica”, a segunda maior proporção.

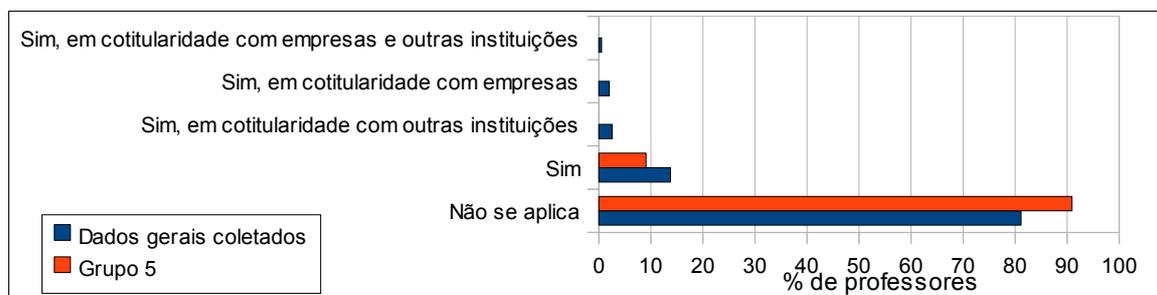


Gráfico 315. Patentes – Grupo 5.

Com relação à possibilidade das pesquisas deste Grupo resultarem num produto com potencial de mercado, observamos uma forte tendência entre a média “3” e o potencial “4”.

Tabela 81. Potencial de mercado – Grupo 5.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	1	4	4	1		11
%	9,09	9,09	36,36	36,36	9,09		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

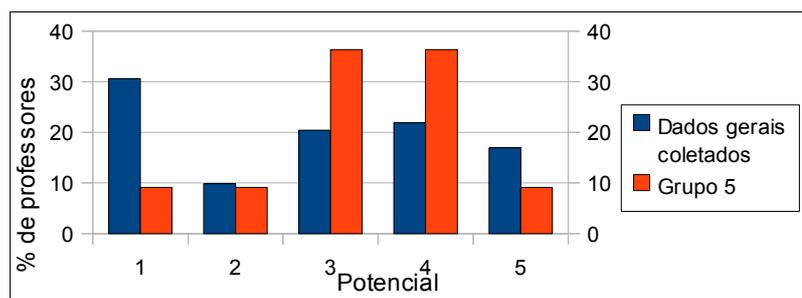


Gráfico 316. Potencial de mercado – Grupo 5.

Já uma perspectiva do potencial de contribuição social das pesquisas deste Grupo apresentou o segundo maior resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 82. Potencial contribuição social – Grupo 5.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade			2	4	5		11
%			18,18	36,36	45,45		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

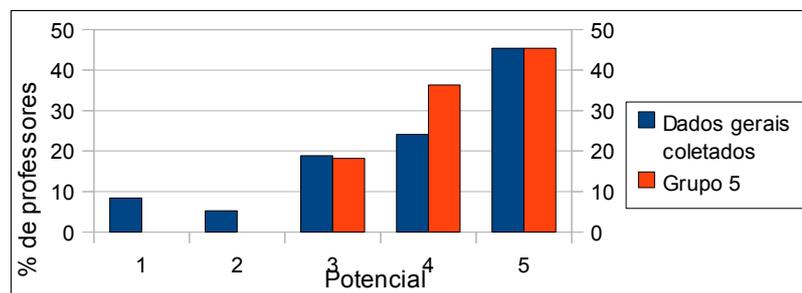


Gráfico 317. Contribuição social – Grupo 5.

Um forte tendência à média foi observada com relação ao acesso deste Grupo à equipe técnica.

Tabela 83. Acesso à equipe técnica – Grupo 5.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	2	6	2			11
%	9,09	18,18	54,55	18,18			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

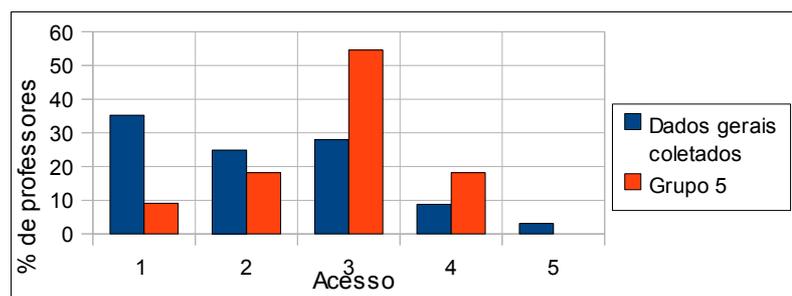


Gráfico 318. Acesso à equipe técnica – Grupo 5.

Já com relação ao acesso às instalações físicas, o Grupo 5 apresentou o menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 84. Acesso às instalações físicas – Grupo 5.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	3	5	1			11
%	18,18	27,27	45,45	9,09			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

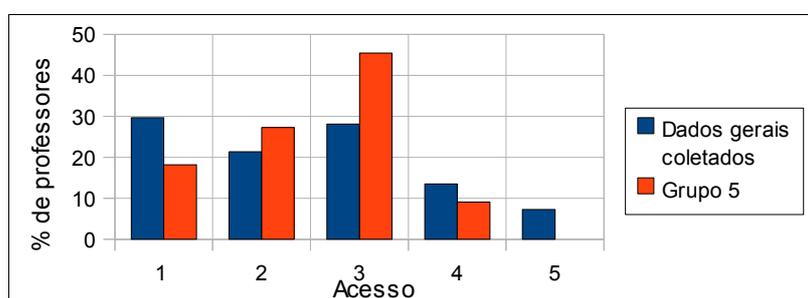


Gráfico 319. Acesso às instalações físicas – Grupo 5.

Por sua vez, com relação ao acesso à recursos financeiros, o Grupo 5 apresentou uma forte tendência a um acesso médio “3”.

Tabela 85. Acesso à recursos financeiros – Grupo 5.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	3	1	5	1	1		11
%	27,27	9,09	27,27	9,09	9,09		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

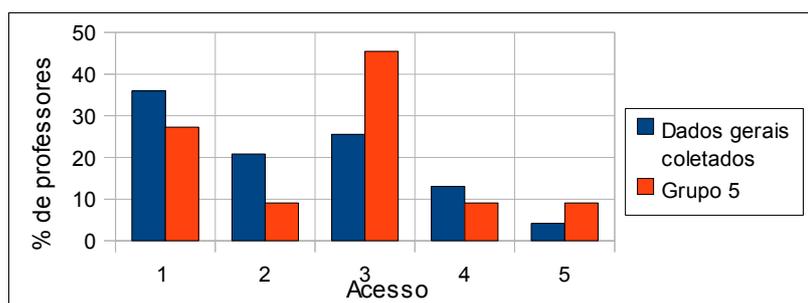


Gráfico 320. Acesso à recursos financeiros – Grupo 5.

Sobre uma perspectiva futura da dinâmica dos seus próprios trabalhos, 4 professores do Grupo 4 (36,36%) consideram que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas; 5 (45,45%) que ele sofrerá pequenas modificações; e 2 (18,18%) que ele sofrerá amplas modificações, a maior proporção.

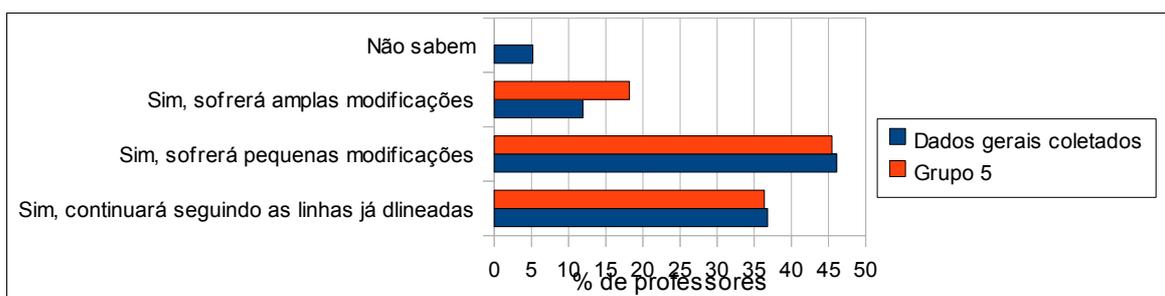


Gráfico 321. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 5.

Com relação a importância no dia a dia dos professores do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, podemos notar entre os professores do Grupo 5 que:

Tabela 86. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 5.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário			2 (18,18%)	8 (72,73%)	1 (9,09%)		11
Progressão / Promoção	1 (9,09%)		4 (36,36%)	5 (45,45%)	1 (9,09%)		11
Saúde			1 (9,09%)	4 (36,36%)	6 (54,55%)		11

Carga Horária			4 (36,36%)	4 (36,36%)	3 (27,27%)		11
Financiamento			2 (18,18%)	4 (36,36%)	5 (45,45%)		11
Avaliação		2 (18,18%)	2 (18,18%)	4 (36,36%)	3 (27,27%)		11
Aposentadoria		1 (9,09%)	5 (45,45%)	3 (27,27%)	2 (18,18%)		11

Fonte: Dados coletados pelo autor.

A importância do salário para os professores do Grupo 5 se concentrou no extrato “4”. Já a importância da progressão na carreira, da carga horária e da avaliação alcançaram a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. A importância do financiamento, por outro lado, apresentou a maior proporção média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

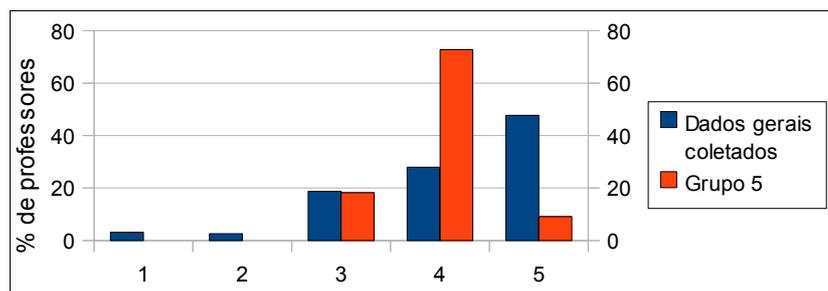


Gráfico 322. Salário – Grupo 5.

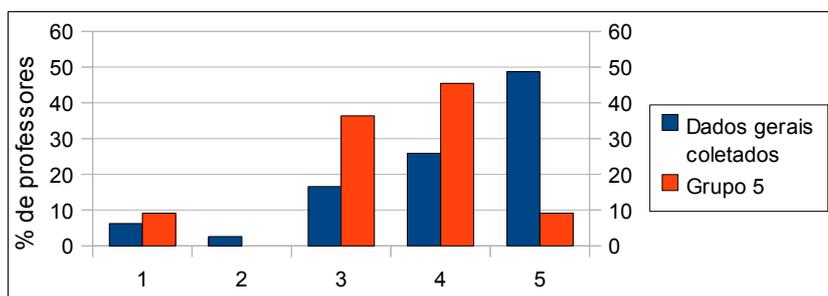


Gráfico 323. Promoção/progressão – Grupo 5.

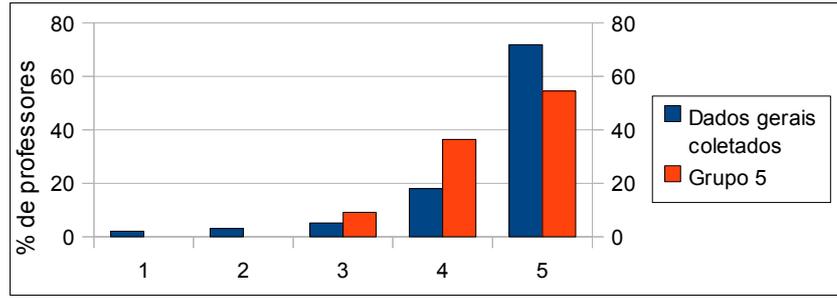


Gráfico 324. Saúde – Grupo 5.

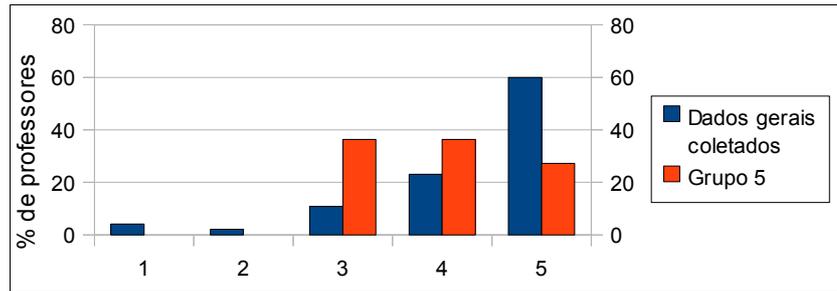


Gráfico 325. Carga horária – Grupo 5.

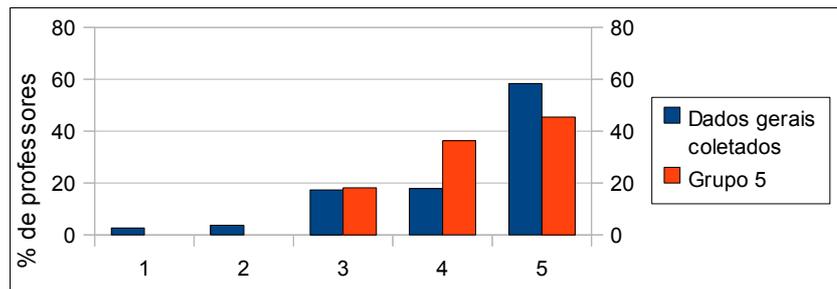


Gráfico 326. Financiamento – Grupo 5.

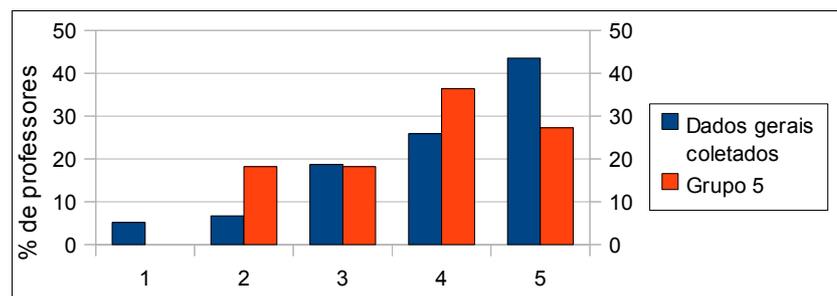


Gráfico 327. Avaliação – Grupo 5.

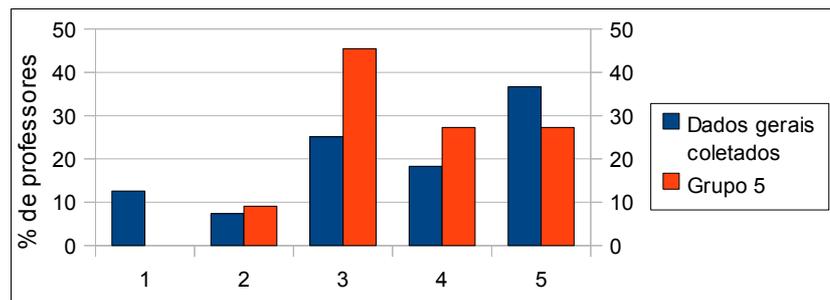


Gráfico 328. Aposentadoria – Grupo 5.

Com relação aos problemas de relacionamento, 3 professores do Grupo 5 (27,27%) responderam “Sim”, de alguma forma, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 8 (72,73%) “Não”.



Gráfico 329. Problemas de relacionamento – Grupo 5.

Sobre o problema das fraudes, 2 professores deste Grupo (18,18%) responderam “Sim”, 2 (18,18%) “Já ouvi rumores” e 7 (63,64%) “Não”.

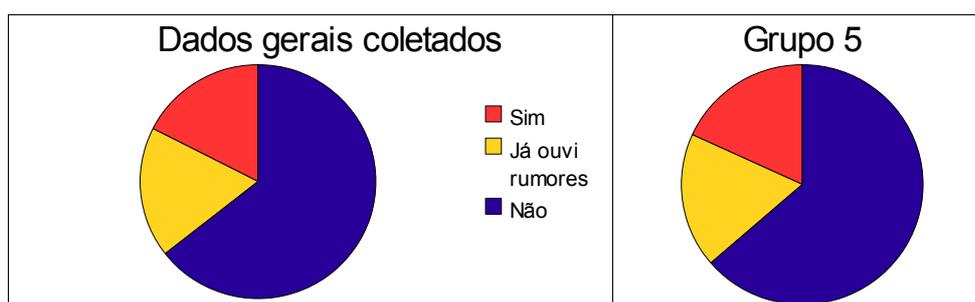


Gráfico 330. Fraudes – Grupo 5.

No que diz respeito à expansão, 3 professores do Grupo 5 (27,27%) a consideraram “Boa”; 4 (36,36%) “Regular”; 3 (27,27%) “Ruim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Prefiro não opinar”, a maior proporção.

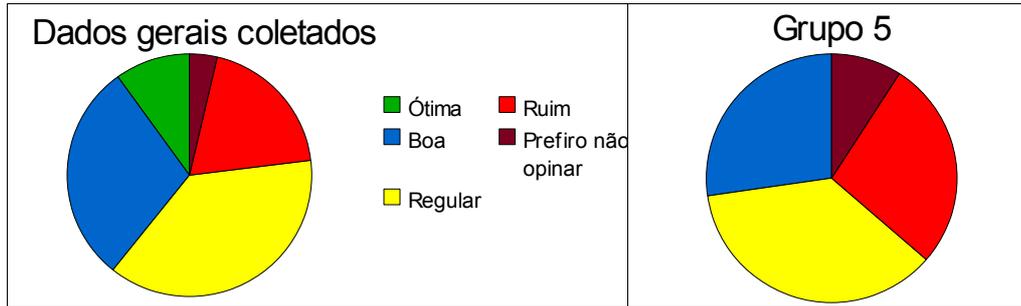


Gráfico 331. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 5.

Em relação aos alunos de graduação, 4 professores deste Grupo (36,36%) consideram que “São interessados e envolvidos”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (36,36%) que “São pouco interessados e envolvidos”; 2 (18,18%) “Não são interessados”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (9,09%) “Nenhuma das anteriores”, a segunda maior proporção.

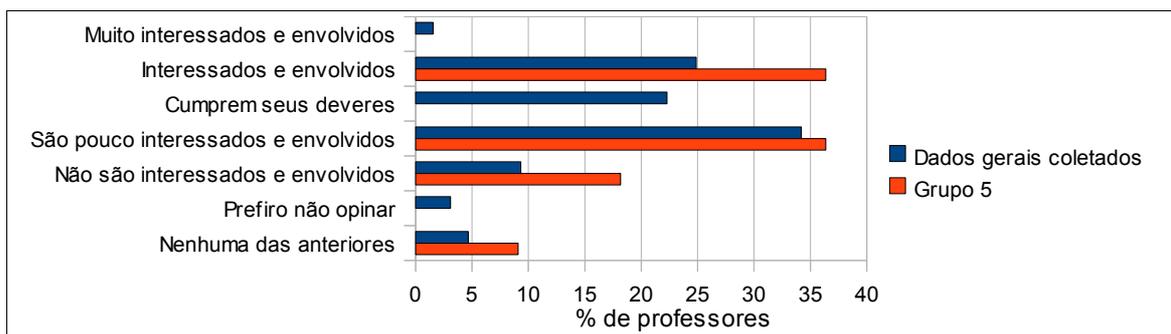


Gráfico 332. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 5.

Já sobre os estudantes de Pós-Graduação, apenas 1 professor deste Grupo (9,09%) considera que “São muito interessados e envolvidos”; 2 (18,18%) que “São interessados e envolvidos”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (18,18%) que “Cumprem os seus deveres”, a menor proporção entre os 8 Grupos; para 5 (45,45%) que “São pouco interessados e envolvidos”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (9,09%) “Prefiro não opinar”, a segunda menor proporção.

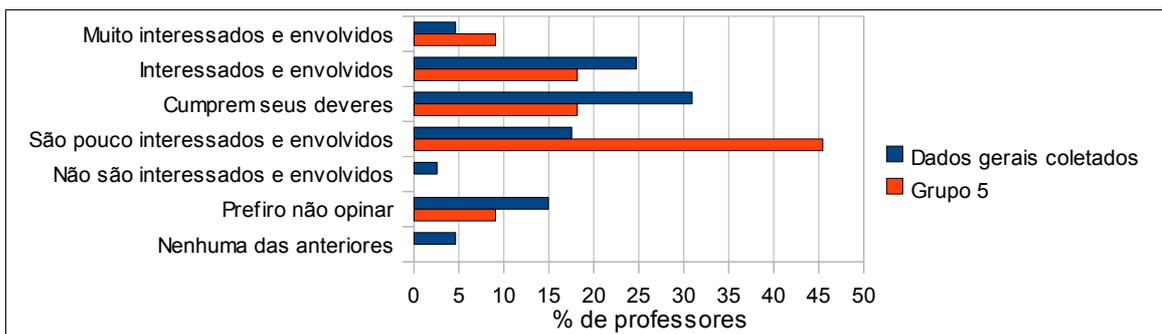


Gráfico 333. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 5.

No que tange ao controle das pesquisas, apenas 1 professor do Grupo 5 (9,09%) respondeu “Não”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (18,18%) “Sim”; e 8 (72,73%) “Em alguns casos”, a maior proporção.

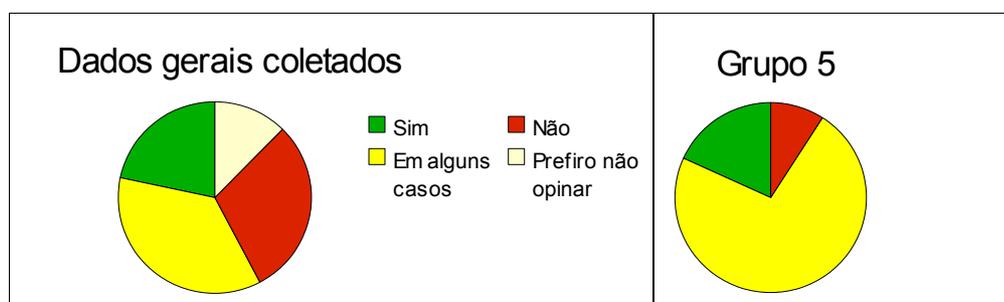


Gráfico 334. Controle das pesquisas – Grupo 5.

### 1.5.2. Grupo 5 – Destaques gerais.

O Grupo 5 possui a maior idade média entre os 8 Grupos pesquisados; é composto na maioria pelo sexo masculino; além disso, possui uma grande proporção de professores que:

- desenvolvem eventualmente trabalhos com outros professores do mesmo e de outros departamentos, com outras instituições, com empresas, com ONGs;
- atribuem uma baixa importância ao departamento, à ADUnB, às associações científicas;
- têm uma forte participação em instituições governamentais;
- possuem uma forte religiosidade;
- atribuem uma baixa importância aos outros professores, estudantes, agências,

empresas; o contrário para técnicos, ONGs, famílias;

- consideram importante publicar eventualmente;
- atribuem um forte potencial de contribuição social às suas pesquisas;
- têm acesso limitado à instalações físicas;
- consideram que seus trabalhos sofrerão amplas modificações;
- têm forte preocupação com financiamento das pesquisas, mas pouca com progressão/promoção na carreira, carga horária, avaliação;
- consideram a expansão da UnB ruim;
- consideram que as pesquisas devem ser controladas em alguns casos.

## 1.6. Grupo 6 - Ciências Humanas.

Os formulários respondidos do Grupo 6 estão relacionados às seguintes áreas e subáreas:

Tabela 87. Áreas e subáreas – Grupo 6.

Áreas	Subáreas
Filosofia	História da Filosofia; Lógica; Epistemologia; Ontologia e Metafísica; Ética; Filosofia Política; Estética e Filosofia da Arte.
Sociologia	Pensamento Sociológico; Sociologias Especializadas.
Antropologia	Pensamento Antropológico; Etnologia Indígena; Antropologia Biológica; Antropologia Simbólica; Antropologias Temáticas.
Arqueologia	Teoria e Método em Arqueologia; Arqueologia Pré-Histórica; Arqueologia Histórica.
História	Teoria e Filosofia da História; Métodos da História; Historiografia; Histórias Temáticas.
História do Conhecimento	Fundamentos Teóricos; História das Instituições Científicas; História das Ciências Naturais; História das Ciências da Saúde; História do Pensamento Social; História da Tecnologia.
Geografia	Teoria Geográfica; Espaço Geográfico; Geografias Especializadas.
Psicologia	Psicologia Social; Psicologia Educacional; Psicologia Clínica; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicometria; Psicologia Especializadas.
Educação	Fundamentos da Educação; Política Educacional; Educação do Indivíduo Especial; Educação Ambiental; Ensino em Ciências.
Ciência Política	Teoria Política; Estado, Governo e Instituições; Políticas Públicas; Estudos Políticos Especializados.
Relações Internacionais	Fundamentos Teóricos; Diplomacia; Relações Internacionais Especializadas.
Teologia	Teologia Moral; Teologia Sistemática; Teologia Pastoral; Ecumenismo.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.6.1. Grupo 6 – Sistematização dos dados.

Os 30 professores do Grupo 6 – Ciências Humanas, possuíam em 2013 uma média de 48,07 anos; aproximadamente 11,27 anos de casa, a segunda maior média entre os 8

Grupos; sendo que 16 (57,14%) eram do sexo masculino e 12 (42,86%) do sexo feminino.

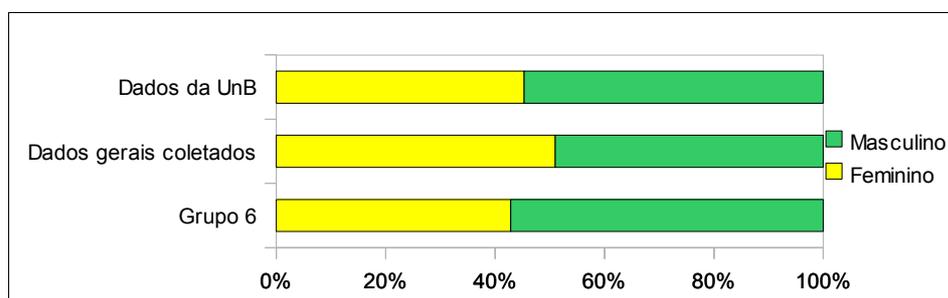


Gráfico 335. Sexo – Grupo 6.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 6 está assim distribuído: 6 são do DF, 5 do RJ. Os estados de GO, MG, RS, SP têm 3 cada um. CE, PR, RN, SC têm 1 cada um. 2 professores são do Estrangeiro. Uma resposta foi deixada em branco.

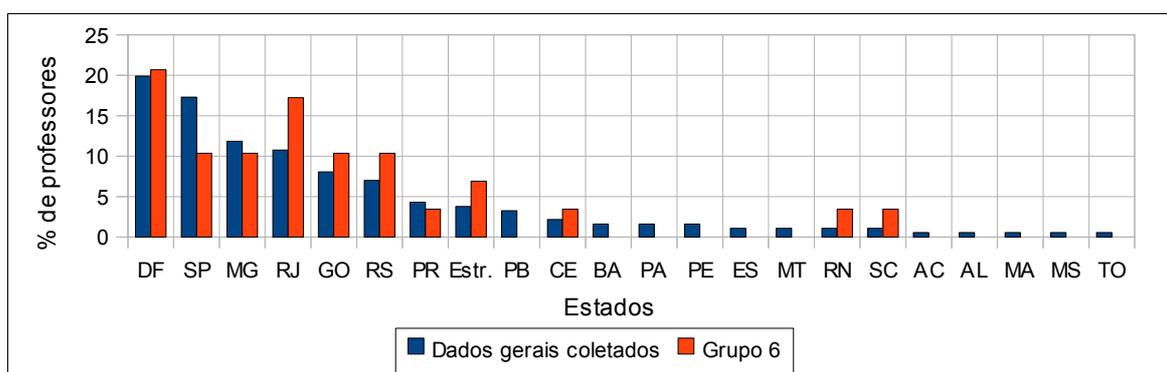


Gráfico 336. Estados de origem dos Professores – Grupo 6.

Sobre a idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 6 (20%) ingressaram no ensino superior com menos de 18 anos e 11 (36,67%) com 18 anos, proporções que somadas resultam na segunda menor entre os 8 grupos. 6 (20%) ingressaram com 19 anos, 2 (6,67%) com 20 anos, 2 (6,67%) entre 21 e 25 anos e 3 (10%) com mais de 25 anos.

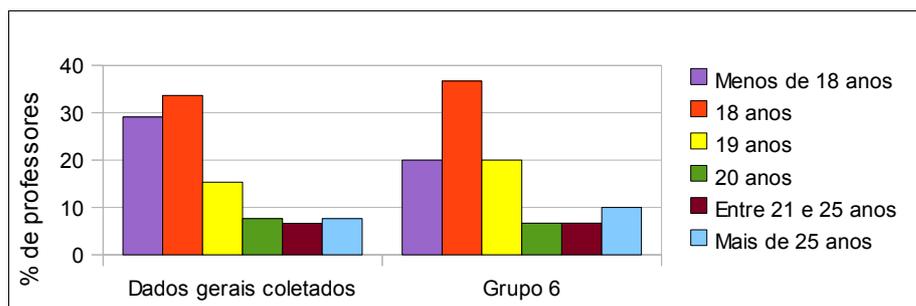


Gráfico 337. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 6.

Já a participação dos professores do grupo 6 em programas de intercâmbio possui alguns destaques: podemos verificar que 8 (26,67%), não realizou nenhum tipo, a menor proporção entre os 8 Grupos; 8 (26,67%) “Sim, como estudantes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (30%) “Sim, como professor”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 5 (16,67%) como professor e estudante, a maior proporção entre os 8 Grupos.

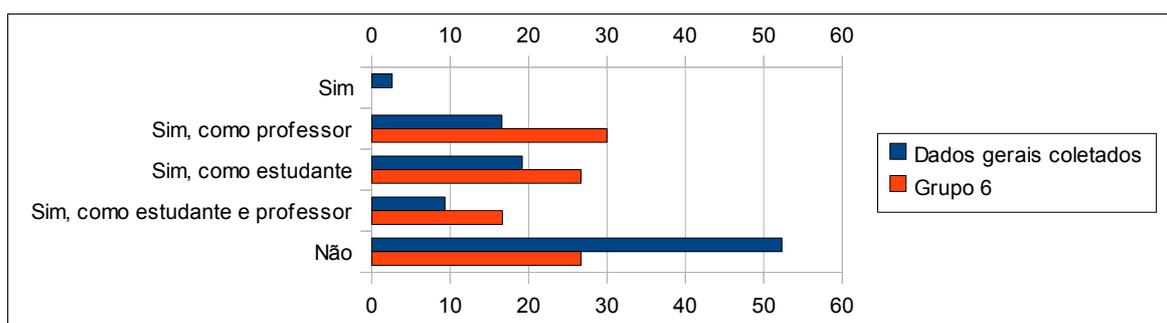


Gráfico 338. Intercâmbio – Grupo 6.

No que tange à realização de Pós-Doutorado, 17 professores do Grupo 6 (56,67%) responderam “Não” e 13 (44,83%) “Sim”.

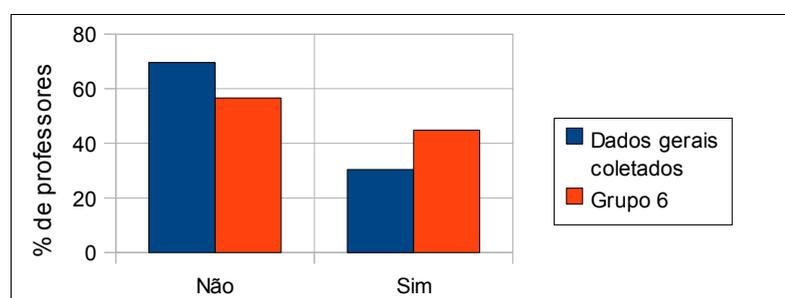


Gráfico 339. Pós-Doutorado – Grupo 6.

Com relação ao vínculo atual com a UnB, a maioria dos professores do Grupo 6, 22 (73,33%), é Adjunto, 5 (16,67%) são Associados, 2 (6,67%) são Titulares e 1 (3,33%)

Outro.

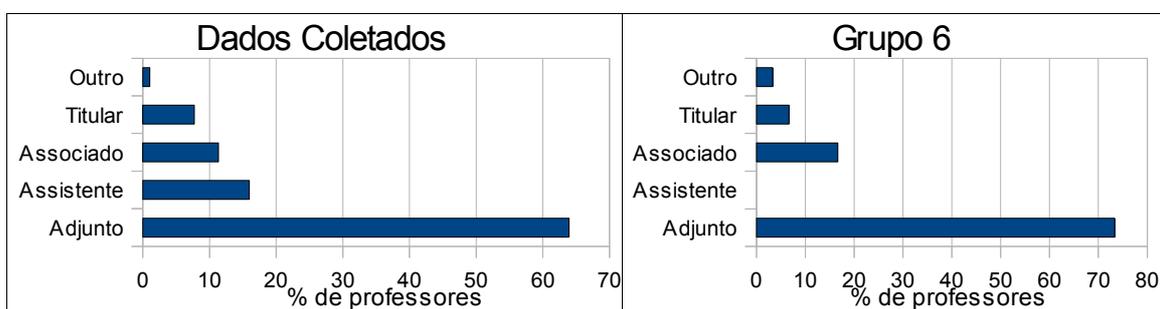


Gráfico 340. Vínculo atual com a UnB – Grupo 6.

No caso da realização ou não de trabalhos em conjunto com professores do mesmo departamento, 12 professores do Grupo 6 (41,38%) responderam apenas “Sim”; 6 (20,69%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 6 (20,69%) “Sim, todo semestre”; 4 (13,79%) “Sim, todo ano”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (3,45%) “Não”. Uma resposta (3,33%) foi deixada em branco.

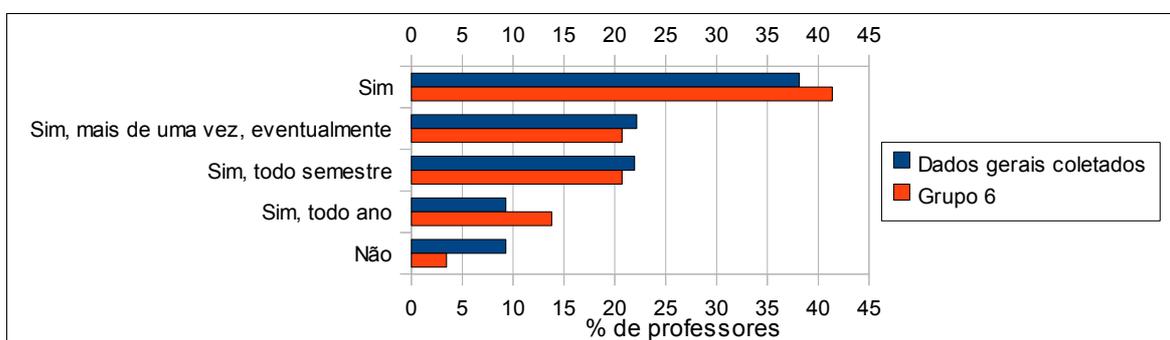


Gráfico 341. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 6.

Já a realização de trabalhos em conjunto dos professores deste Grupo com os de outros departamentos, núcleos, laboratórios, foi assim configurada: 6 professores (20%) responderam “Não”; 6 (20%) responderam apenas “Sim”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 10 (33,33%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (10%) “Sim, todo semestre”; e 5 (16,67%) “Sim, todo ano”, a maior proporção.

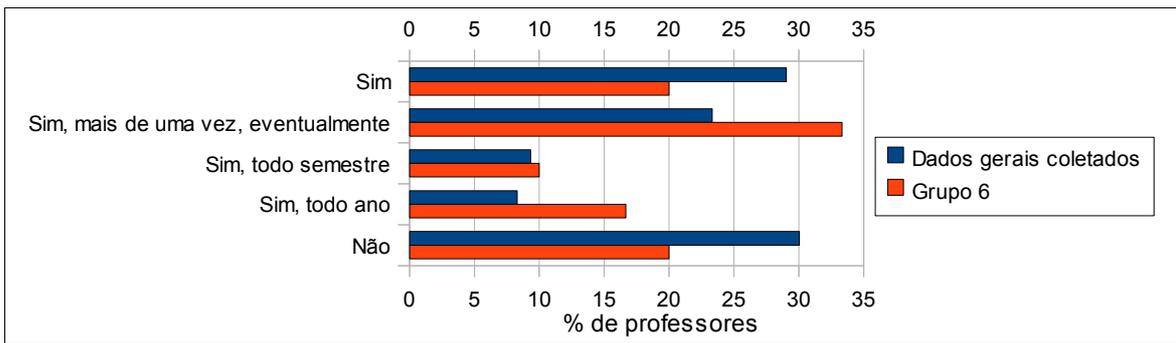


Gráfico 342. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 6.

Sobre os trabalhos em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa, 5 professores do Grupo 6 (17,24%) responderam “Sim, 1 vez”; 4 (13,79%) “Sim, 2 vezes”; 1 (3,45%) “Sim, 3 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 16 (55,17%) “Sim, 4 ou mais vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 3 (10,34%) ”Não”, a segunda menor proporção. Uma resposta (3,33%) foi deixada em branco.

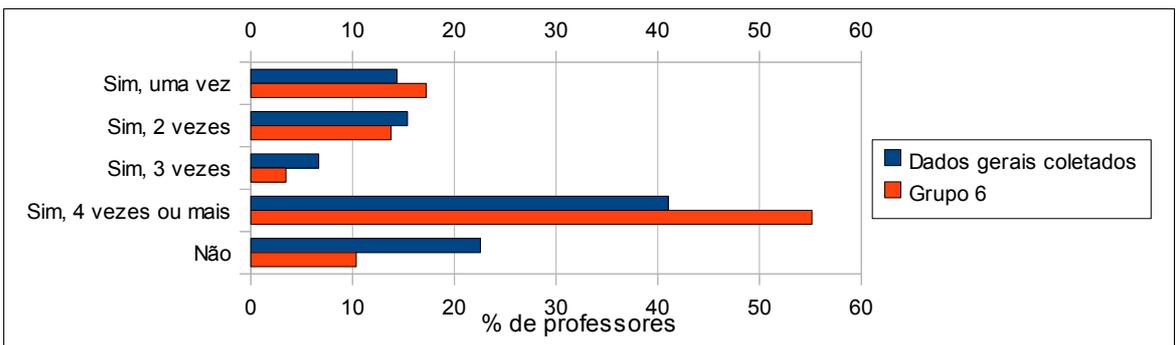


Gráfico 343. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 6.

No caso de trabalhos com empresas, 22 professores do Grupo 6 (73,33%) responderam “Não”; 3 (10%) “Sim, 1 vez”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (3,33%) “Sim, 2 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,67%) “Sim, 3 vezes”; e 2 (6,67%) “Sim, frequentemente”.



Gráfico 344. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 6.

A realização de pesquisas em conjunto dos professores do Grupo 6 com Organizações não-estatais apresentou uma importante variação em comparação com a UnB em geral. 13 professores (43,33%) responderam “Não” a esta questão, a menor proporção entre os 8 Grupos; 7 (23,33%) “Sim, uma vez”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (13,33%) “Sim, 2 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,67%) “Sim, 3 vezes”; e 4 (13,33%) “Sim, frequentemente”.

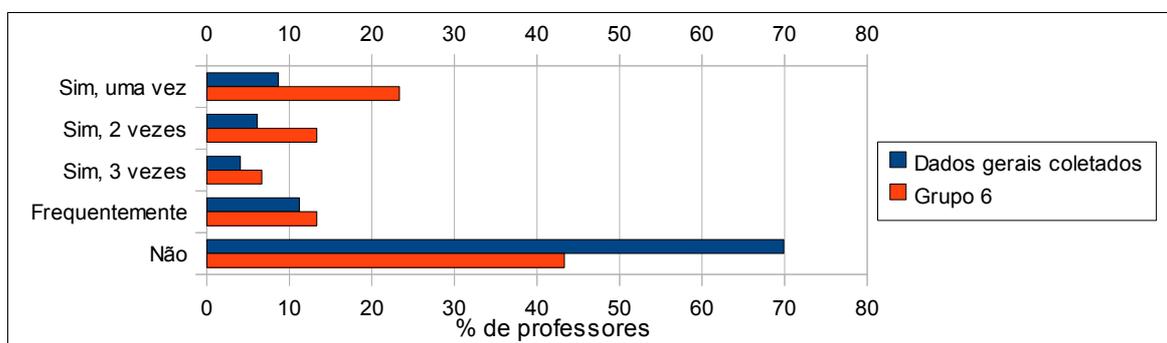


Gráfico 345. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 6.

No caso dos professores em questão, 13 (43,33%) consideram o currículo que ministram “Ótimo”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 16 (53,33%) “Bom”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 1 (3,45%) “Regular”, a menor proporção.

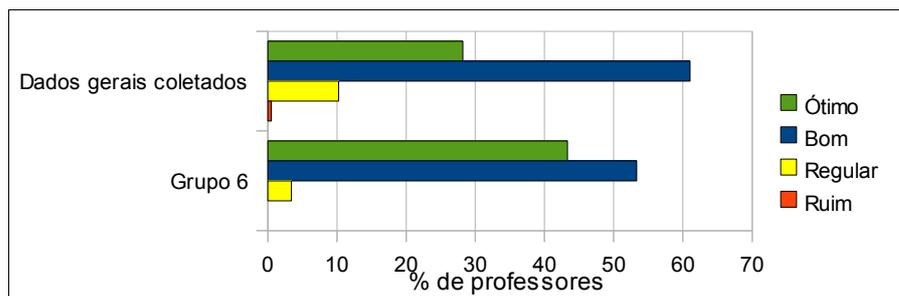


Gráfico 346. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 6.

Com relação ao departamento, os dados demonstram que esta unidade da universidade tem uma importância média forte para os professores do Grupo 6:

Tabela 88. Importância do departamento – Grupo 6.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	4	12	5	8		30
%	3,33	13,33	40	16,67	26,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

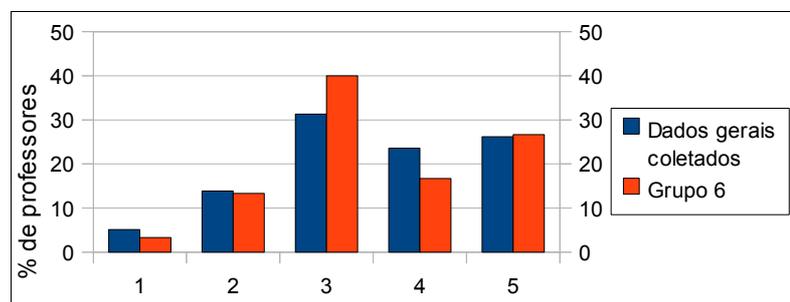


Gráfico 347. Importância do departamento – Grupo 6.

No que diz respeito à importância da ADUnB, o resultado foi o seguinte para os professores do Grupo 6:

Tabela 89. Importância da ADUnB – Grupo 6.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	3	7	8	9	3		30
%	10	23,33	26,67	30	10		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

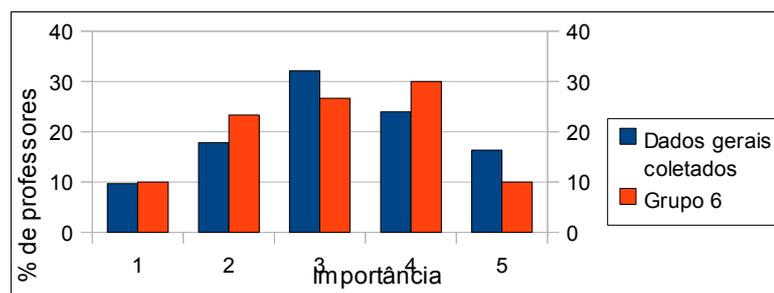


Gráfico 348. Importância da ADUnB – Grupo 6.

A importância das associações científicas também se aproxima bastante da média dos dados gerais coletados entre os professores do Grupo 6.

Tabela 90. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 6.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		2	6	11	10	1	30
%		6,9*	20,69*	37,93*	34,48*	3,33	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

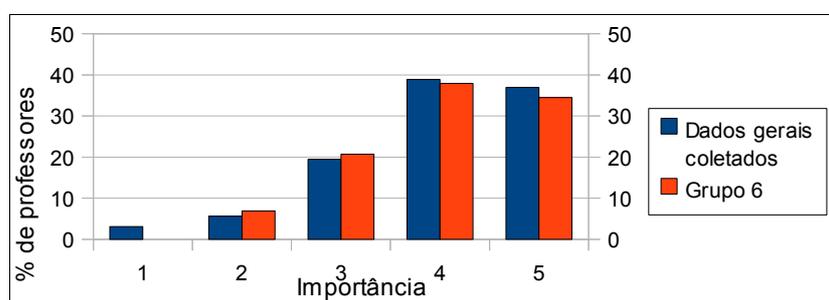


Gráfico 349. Importância da Sociedade Científica – Grupo 6.

O mesmo para a importância da ANDES que também apresentou um resultado médio bastante similar à média da UnB em geral, resultando na seguinte configuração:

Tabela 91. Importância da ANDES – Grupo 6.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	5	9	6	4		30
%	20	16,67	30	20	13,33		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

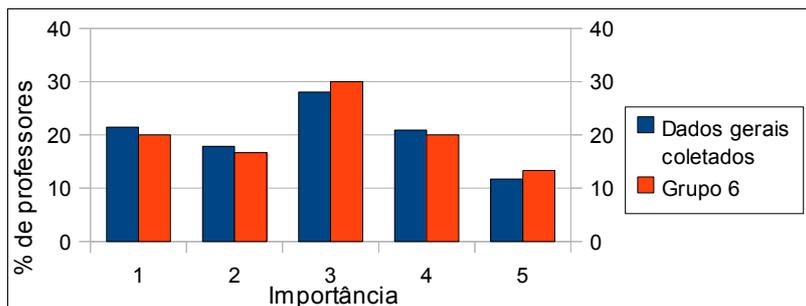


Gráfico 350. Importância da ANDES – Grupo 6.

No que tange à participação dos professores do Grupo 6 como representantes de área ou como ocupantes de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, obtivemos a seguinte composição: 6 professores (20%) responderam “Sim, 1 vez”, juntamente com o Grupo 2 com a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,67%) “Sim, 2 vezes”; 5 (16,67%) “Sim, 3 vezes ou mais”; e 17 (56,67%) “Não, nunca fiz parte formalmente”, a segunda menor proporção.



Gráfico 351. Participação como representante – Grupo 6.

Sobre a participação dos professores do Grupo 6 em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, podemos observar que: 2 professores (6,67%) responderam “Sim, toda semana”; 6 (20%) “Sim, todo mês”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (6,67%) “Sim, todo ano”; 15 (50%) “Sim, eventualmente”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 5 (16,67%) “Não”, a segunda menor proporção.

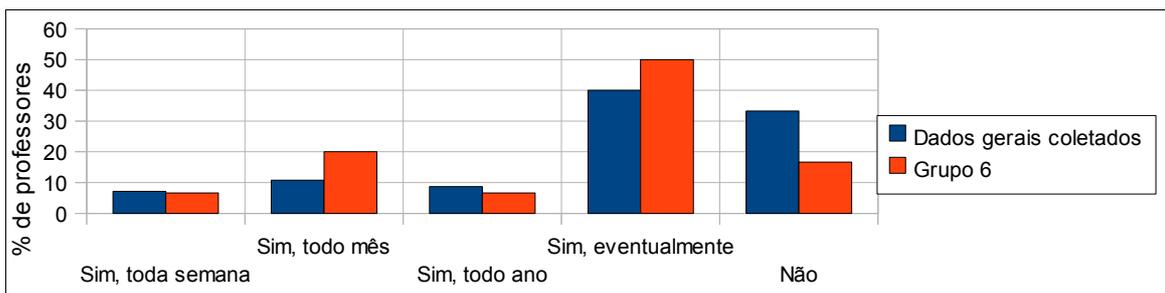


Gráfico 352. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 6.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 18 professores do Grupo 6 (60%) responderam “Sim”, de alguma forma e 12 (40%) “Não”.

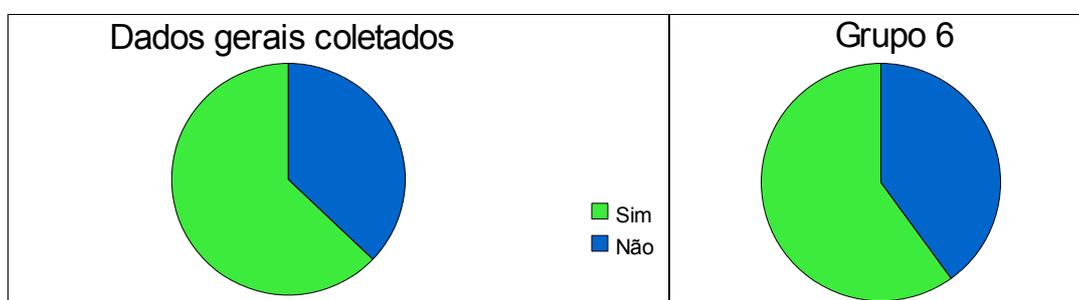


Gráfico 353. Religião – Grupo 6.

A participação dos professores do Grupo 6 em Organizações Não-Estatais se mostrou baixa neste Grupo também. 6 professores (20%) responderam que “Já fiz parte”, 3 (10%) “Sim” e 21 (70%) “Não”.

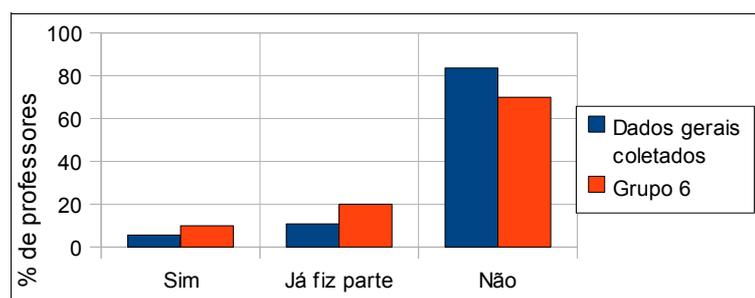


Gráfico 354. Participação em ONGs – Grupo 6.

Com relação a importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa podemos observar entre os professores do Grupo 6 que:

Tabela 92. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 6.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	2 (7,14%)*	6 (21,43%)*	5 (17,86%)*	9 (32,14%)*	6 (21,43%)*	2 (6,67%)	30
Servidores e técnicos	15 (51,72%)*	2 (6,90%)*	7 (24,14%)*	2 (6,90%)*	3 (10,34%)*	1 (3,33%)	30
Estudantes	1 (3,45%)*	7 (24,14%)*	5 (17,24%)*	6 (20,69%)*	10 (34,48%)*	1 (3,33%)	30
Agências	5 (16,67%)*	6 (20%)*	4 (13,33%)*	3 (10%)*	12 (40%)*		30
Empresas e indústrias	19 (63,33%)*	2 (7,14%)*	1 (3,57%)*	4 (14,29%)*	2 (7,14%)*	2 (6,67%)	30
ONGs	16 (55,17%)*		8 (27,59%)*	2 (6,90%)*	3 (10,34%)*	1 (3,33%)	30
Família	13 (46,43%)*	2 (7,14%)*	6 (21,43%)*	3 (10,71%)*	4 (14,29%)*	2 (6,67%)	30
Mídia	19 (63,33%)*	2 (7,14%)*	3 (10,71%)*	2 (7,14%)*	2 (7,14%)*	2 (6,67%)	30
Outros	15 (57,69%)*	1 (3,85%)*	7 (26,92%)*	1 (3,85%)*	2 (7,69%)*	4 (13,33%)	30

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

Este Grupo apresentou a segunda menor proporção de importância atribuída aos outros professores se somarmos as importâncias “4” e “5”. Aos estudantes e à família, a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Já a importância das empresas e das ONGs alcançaram a segunda maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”, enquanto as Agências e a mídia permaneceram relativamente na média geral da UnB.

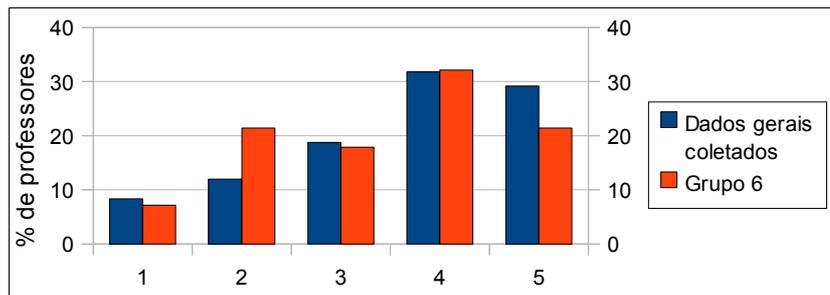


Gráfico 355. Outros professores – Grupo 6.

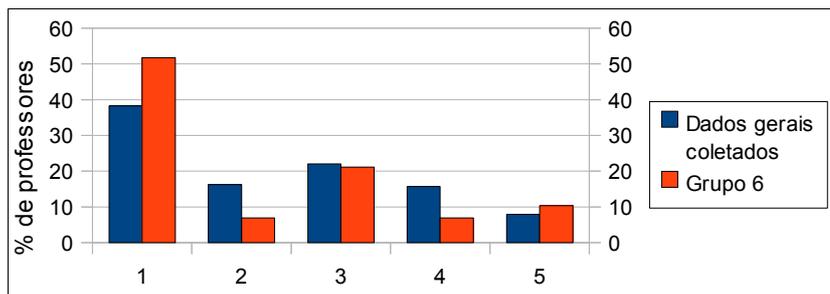


Gráfico 356. Técnicos – Grupo 6.

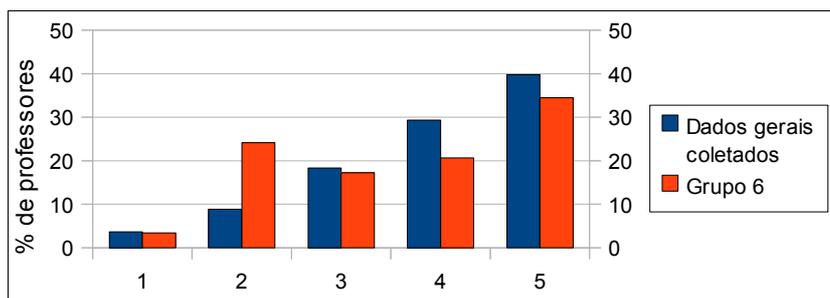


Gráfico 357. Estudantes – Grupo 6.

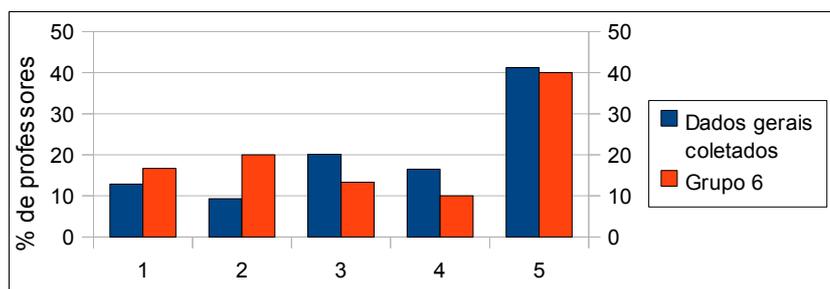


Gráfico 358. Agências – Grupo 6.

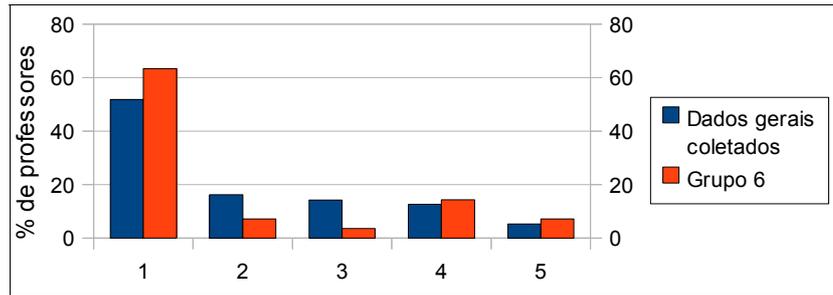


Gráfico 359. Empresas e indústrias – Grupo 6.

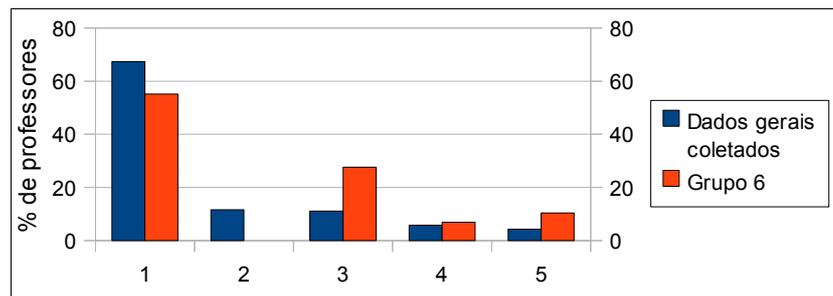


Gráfico 360. ONGs – Grupo 6.

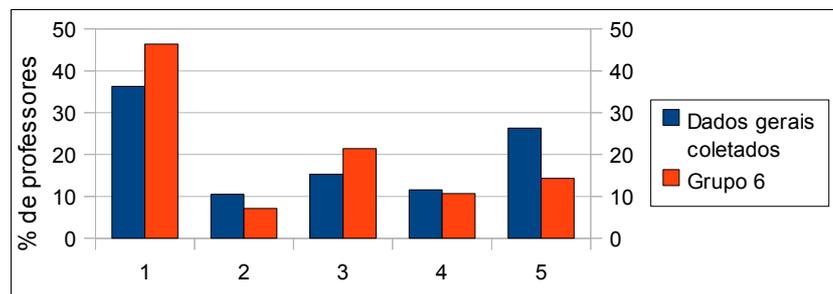


Gráfico 361. Família – Grupo 6.

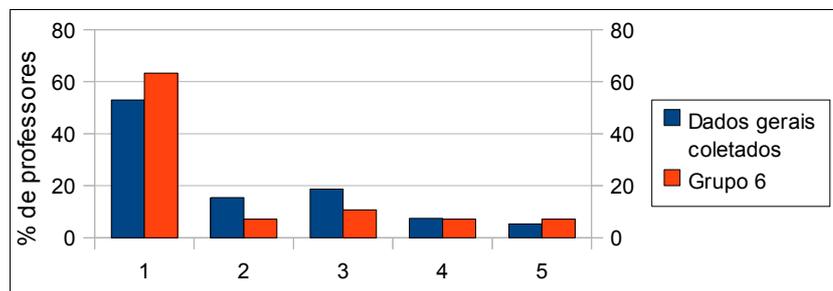


Gráfico 362. Mídia – Grupo 6.

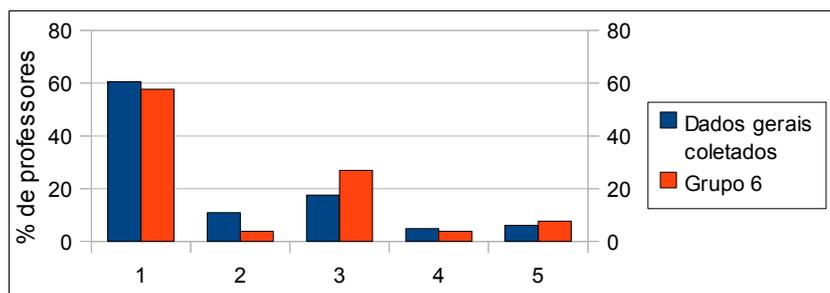


Gráfico 363. Outros – Grupo 6.

Sobre a quantidade de artigos científicos a serem publicados, 10 professores deste Grupo (33,33%) consideram mais importante publicar um por semestre, a segunda menor proporção entre os 8; 6 (20%) “3 artigos por ano”; 7 (23,33%) “Mais de 3 artigos por ano”; 6 (20%) “Eventualmente”; e 1 (3,33%) “Não considera importante publicar”.

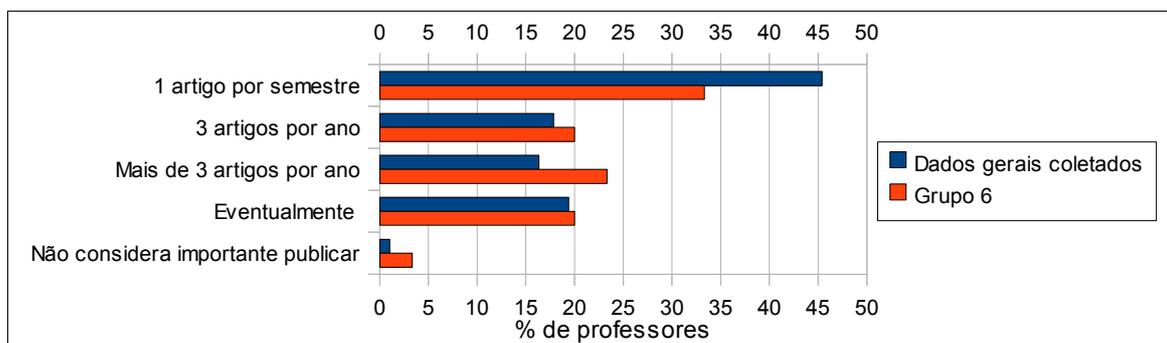


Gráfico 364. Quantidade de publicações – Grupo 6.

No que diz respeito à publicação com coautoria internacional, 6 professores do Grupo 6 (20%) responderam “Sim”, 6 (20%) “Sim, nos próximos meses”, 6 (20%) “Sim, no próximo ano”, 8 (26,67%) “Eventualmente” e 4 (13,33%) “Não”.

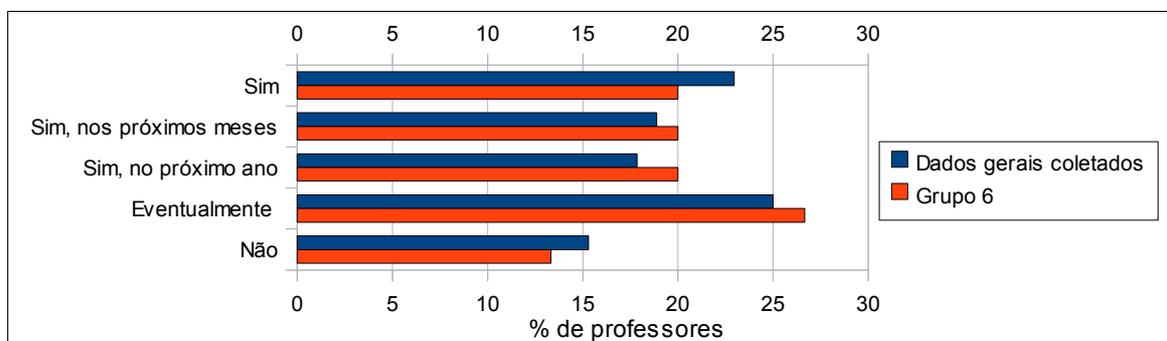


Gráfico 365. Publicação com coautoria internacional – Grupo 6.

Com relação ao registro de patentes, 3 professores deste Grupo (10%) responderam “Sim” e 27 (90%) “Não se aplica”.

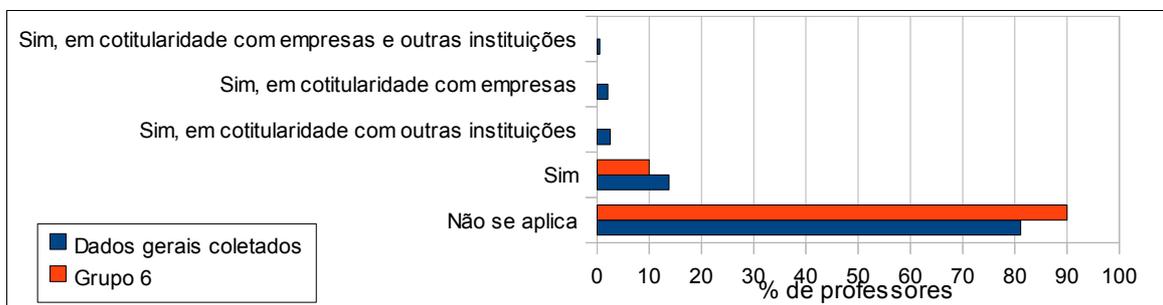


Gráfico 366. Patentes – Grupo 6.

No que tange à possibilidade das pesquisas dos professores do Grupo 6 resultarem num produto com potencial de mercado, observamos que:

Tabela 93. Potencial de mercado – Grupo 6.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	15	2	2	5	3	3	30
%	55,56*	7,41*	7,41*	18,52*	11,11*	10	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui branco

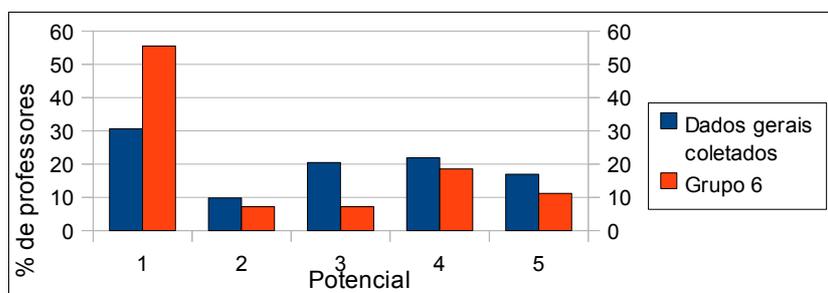


Gráfico 367. Potencial de mercado – Grupo 6.

Sobre o potencial de contribuição social da pesquisa dos professores deste Grupo, o resultado foi o seguinte:

Tabela 94. Potencial contribuição social – Grupo 6.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	1	3	8	14		30
%	13,33	3,33	10	26,67	46,67		

Fonte: Dados coletados pelo autor.

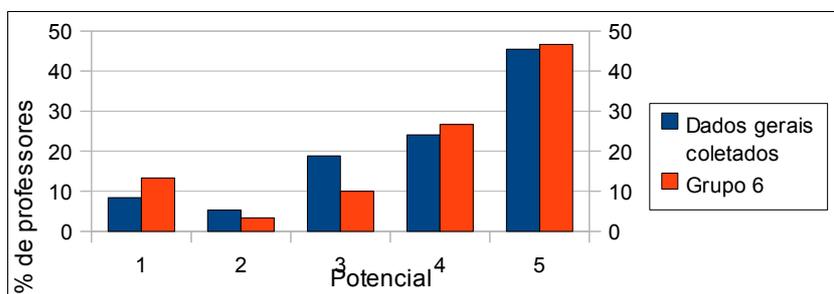


Gráfico 368. Contribuição social – Grupo 6.

Com relação ao acesso dos professores à equipe técnica, o Grupo 6 apresentou o segundo menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 95. Acesso à equipe técnica – Grupo 6.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	16	6	5	3			30
%	53,33	20	16,67	10			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

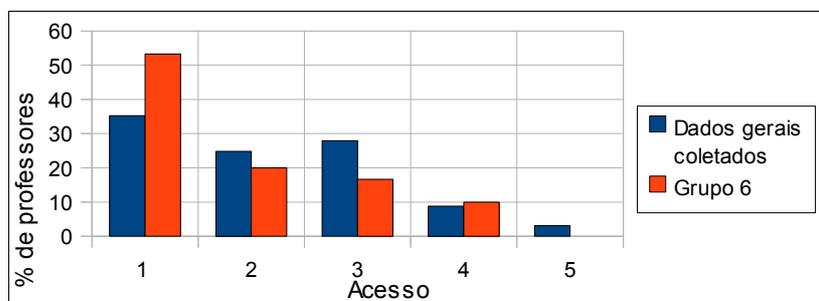


Gráfico 369. Acesso à equipe técnica – Grupo 6.

O acesso dos professores do Grupo 6 às instalações físicas, por sua vez, apresentou uma forte limitação “1”.

Tabela 96. Acesso às instalações físicas – Grupo 6.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	13	6	6	3	1	1	30
%	44,83*	20,69*	20,69*	10,34*	3,45*	3,33	

Fonte: Dados coletados pelo autor.  
 \* % sem os questionários em branco.

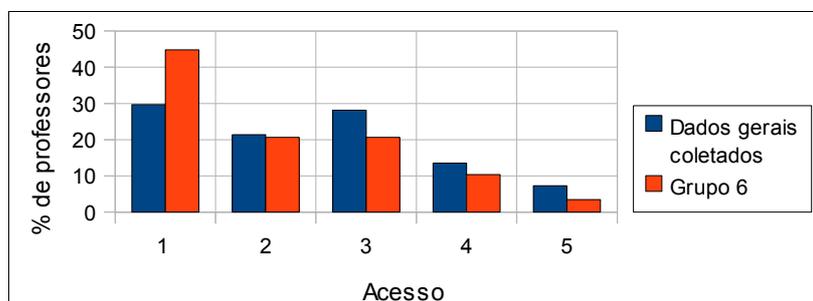


Gráfico 370. Acesso à instalações físicas – Grupo 6.

Já no que tange ao acesso dos professores à recursos financeiros, o Grupo 6 apresentou o segundo maior resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 97. Acesso à recursos financeiros – Grupo 6.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	9	7	6	5	2	1	30
%	31,03*	24,14*	20,69*	17,24*	6,9*	3,33	

Fonte: Dados coletados pelo autor.  
 \* % sem os questionários em branco.

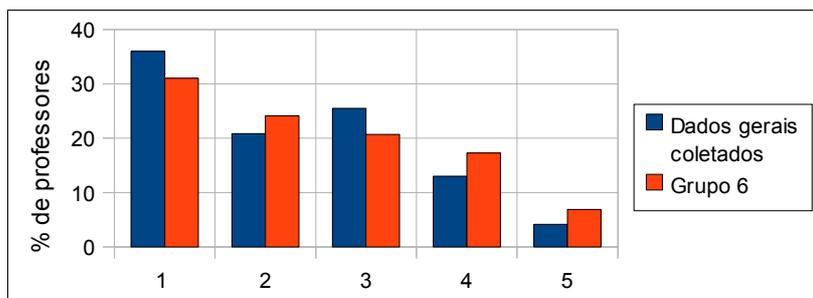


Gráfico 371. Acesso à recursos financeiros – Grupo 6.

Sobre uma perspectiva futura dos seus próprios trabalhos, 12 professores deste Grupo (40%) consideram que que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas; 13 (43,33%) que ele sofrerá pequenas modificações; e 5 (16,67%) que ele sofrerá amplas modificações, a segunda maior proporção.

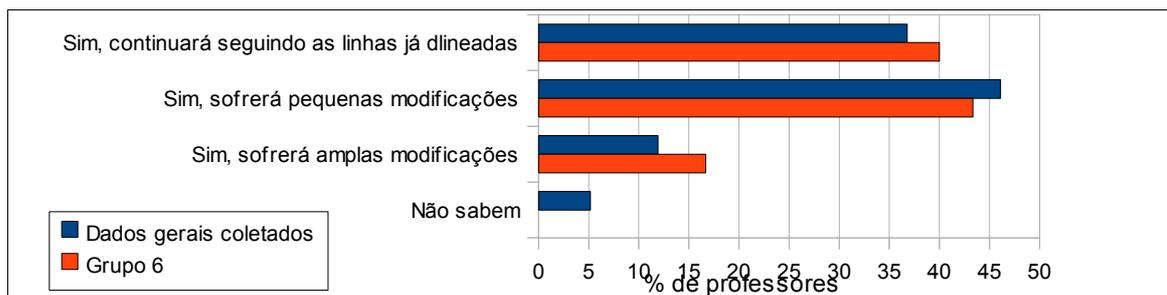


Gráfico 372. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 6.

Com relação à importância no dia a dia dos professores do Grupo 6 do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, podemos observar que:

Tabela 98. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 6.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário	2 (6,67%)		3 (10%)	9 (30%)	16 (53,33%)		30
Progressão / Promoção	3 (10,34%)*	2 (6,90%)*	3 (10,34%)*	6 (20,69%)*	15 (51,72%)*	1 (3,33%)	30
Saúde		1 (3,45%)*	1 (3,45%)*	4 (13,79%)*	23 (79,31%)*	1 (3,33%)	30
Carga Horária	1 (3,45%)*		2 (6,90%)*	7 (24,14%)*	19 (65,52%)*	1 (3,33%)	30
Financiamento			7 (24,14%)*	4 (13,79%)*	18 (62,07%)*	1 (3,33%)	30
Avaliação	1 (3,45%)*	1 (3,45%)*	8 (27,59%)*	9 (31,03%)*	10 (34,52%)*	1 (3,33%)	30
Aposentadoria	4 (13,33%)	1 (3,33%)	5 (16,67%)	4 (13,33%)	16 (53,34%)		30

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância do salário e da aposentadoria alcançaram as maiores proporções neste Grupo em comparação com os outros 8 se somarmos as importâncias “4” e “5”. A importância da saúde e da carga horária atingiram a segunda maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”, enquanto a importância da progressão na

carreira e a do financiamento permaneceram próxima a média. Por outro lado, a importância da avaliação alcançou a segunda menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

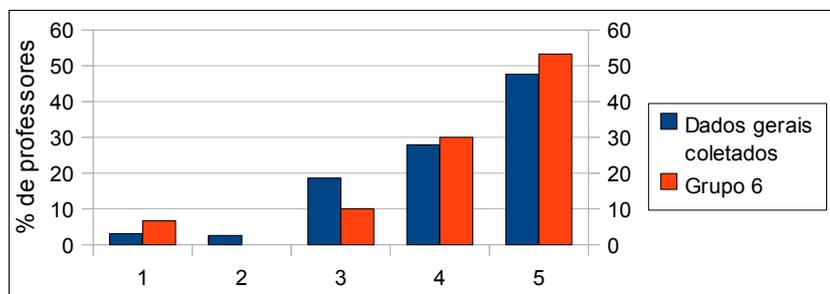


Gráfico 373. Salário – Grupo 6.

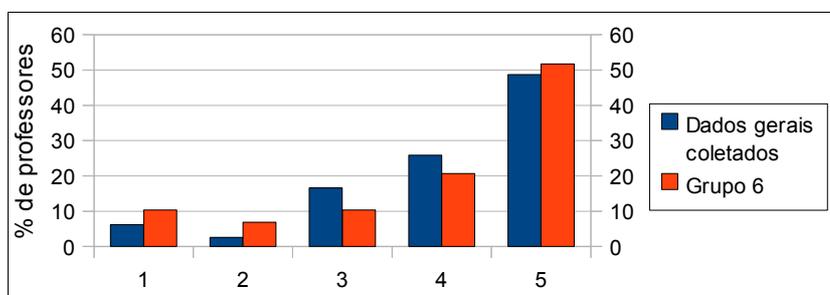


Gráfico 374. Promoção/progressão – Grupo 6.

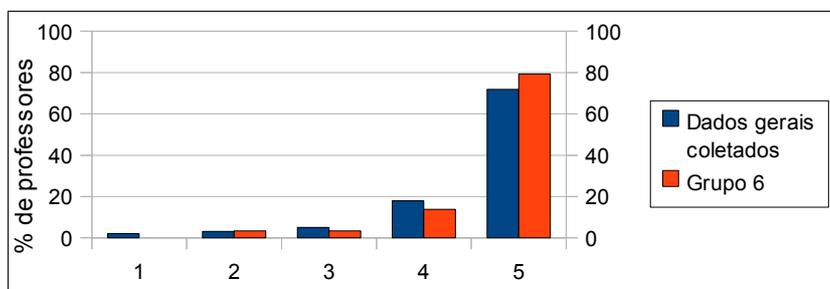


Gráfico 375. Saúde – Grupo 6.

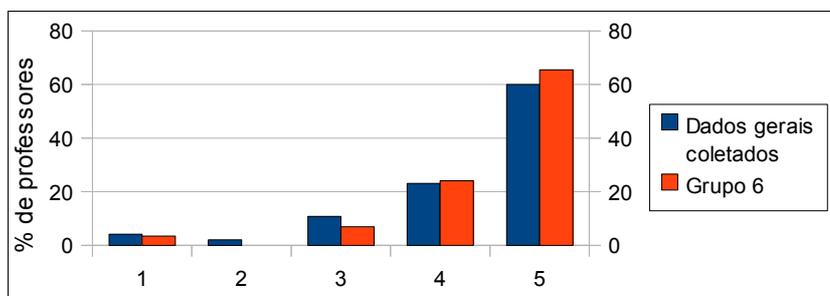


Gráfico 376. Carga horária – Grupo 6.

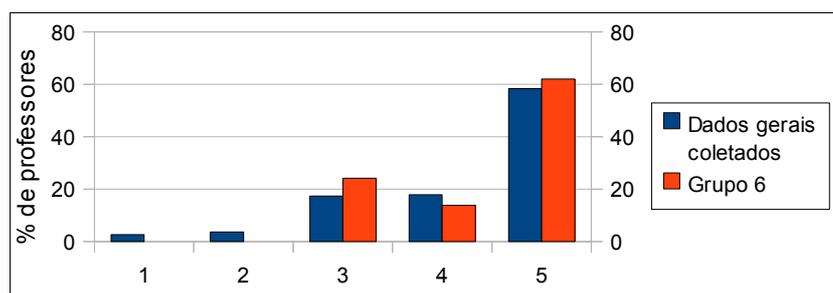


Gráfico 377. Financiamento – Grupo 6.

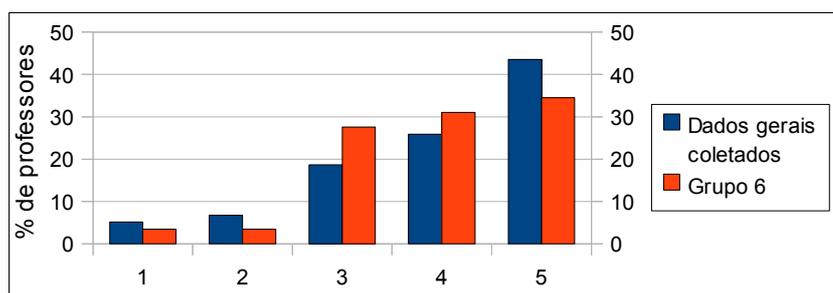


Gráfico 378. Avaliação – Grupo 6.

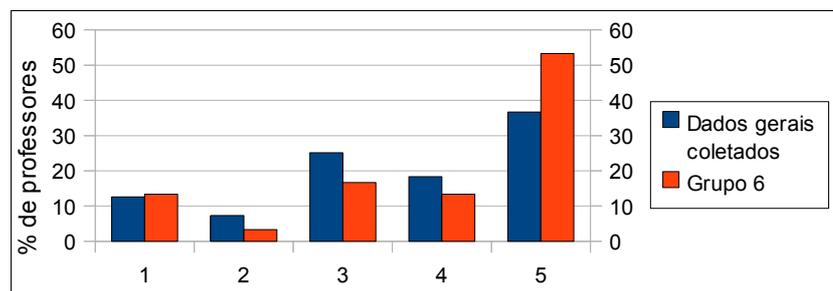


Gráfico 379. Aposentadoria – Grupo 6.

Em relação aos problemas de relacionamento, 13 professores do Grupo 6 (43,33%) responderam “Sim” de alguma forma e 17 (56,67%) “Não”.

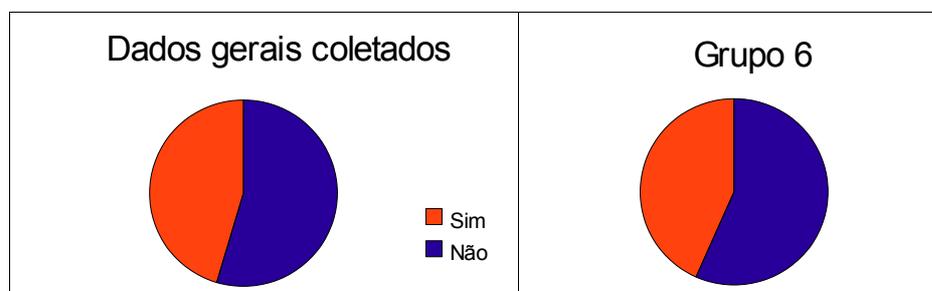


Gráfico 380. Problemas de relacionamento – Grupo 6.

Sobre o problema das fraudes, 7 professores deste Grupo (23,33%) responderam “Sim”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (16,67%) ”Já ouvi rumores”; e 18 (60%) “Não”, a segunda menor proporção.

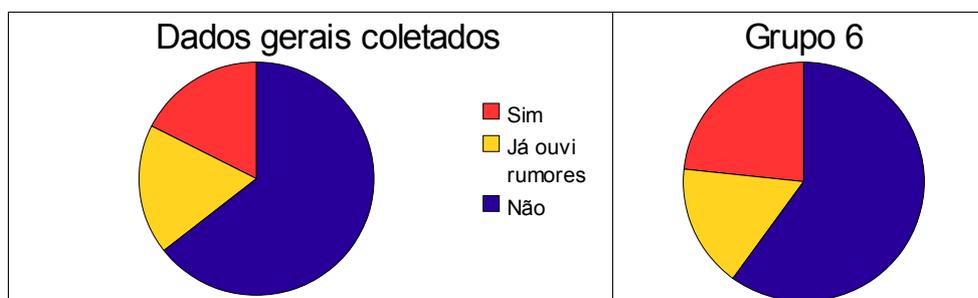


Gráfico 381. Fraudes – Grupo 6.

No que tange à expansão, 4 professores do Grupo 6 (13,79%) a consideram “Ótima”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (31,03%) “Boa”; 10 (34,48%) “Regular”; e 6 (20,69%) “Ruim”. Uma resposta (3,33% do total) foi deixada em branco e não foi contabilizada.

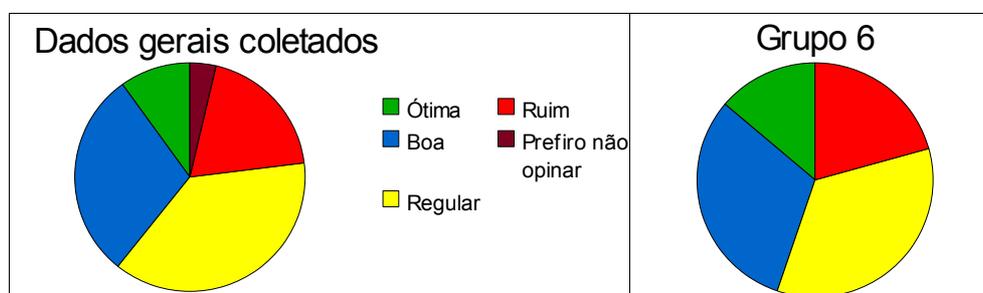


Gráfico 382. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 6.

Os alunos de graduação, por sua vez, “São muito interessados e envolvidos” para apenas 1 professor deste Grupo (3,33%); outros 10 (33,33%) consideram que “São interessados e envolvidos”; 4 (13,33%) que “Cumrem seus deveres”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 7 (23,33%) que “São pouco interessados e envolvidos”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 4 (13,33%) que “Não são interessados”; 1 (3,33%) “Prefiro não opinar”; e 3 (10%) “Nenhuma das anteriores”, a maior proporção.

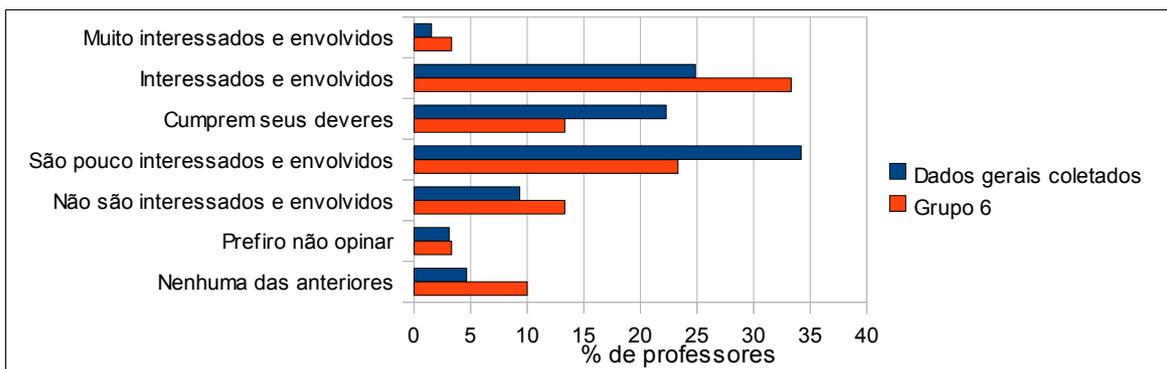


Gráfico 383. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 6.

Já os estudantes de Pós-Graduação “São muito interessados e envolvidos” para 4 professores do Grupo 6 (13,33%), a maior proporção entre os 8 Grupos; para 8 (26,67%) “São interessados e envolvidos”; para 8 (26,67%) “Cumprem os seus deveres”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; para 3 (10%) “São pouco interessados e envolvidos”, a menor proporção entre os 8 Grupos; para outros 3 (10%) “Não são interessados e envolvidos, a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (10%) “Prefiro não opinar”; e 1 (3,33%) “Nenhuma das anteriores”.

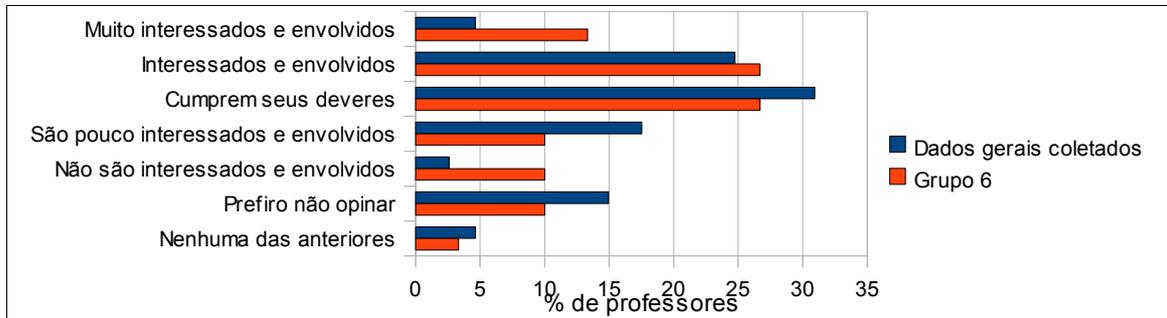


Gráfico 384. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 6.

Por sua vez, ponderações sobre o controle das pesquisas demonstram que para 11 professores deste Grupo (37,93%) ele “Não” deve ser realizado; para 6 (20,69%) “Sim”; para 11 (37,93%) “Em alguns casos”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (3,45%) “Prefiro não opinar”, a segunda menor proporção. Uma resposta (3,33%) foi deixada em branco.



Gráfico 385. Controle das pesquisas – Grupo 6.

### 1.6.2. Grupo 6 – Destaques gerais.

O Grupo 6 possui a segunda maior média de tempo de trabalho na UnB; além disso, possui uma alta proporção de professores que:

- desenvolvem trabalhos com outros professores do mesmo e de outros departamentos todo ano;
- possuem muitos trabalhos desenvolvidos com outras instituições, com ONGs;
- consideram o currículo que ministram ótimo;
- têm uma forte participação em instituições governamentais;
- participam ativamente de grupos fora da UnB;
- atribuem uma baixa importância à outros professores, aos estudantes, à família, no desenvolvimento das pesquisas, mas uma forte importância à empresas, à ONGs;
- têm acesso limitado à equipe técnica, mas facilitada à recursos financeiros;
- consideram que seus trabalhos podem sofrer amplas modificações nos próximos 3 anos;
- têm uma forte preocupação com salário, saúde, carga horária, aposentadoria;
- já ouviram falar de fraude;
- consideram importante controlar as pesquisas apenas em alguns casos.

### 1.7. Grupo 7 - Ciências Socialmente Aplicáveis.

Os formulários respondidos do Grupo 7 estão incluídos entre as seguintes áreas e subáreas:

Tabela 99. Áreas e subáreas – Grupo 7.

Áreas	Subáreas
Direito	Teoria do Direito; Direito Público; Direito Privado; Direitos Especiais.
Administração	Administração de Empresas; Administração Pública; Administração de Setores Específicos.
Contabilidade	Teoria da Contabilidade; Sistemas Contábeis; Contabilidade e Finanças; Auditoria Contábil; Perícia Contábil; Controladoria; Contabilidades Específicas.
Economia	Fundamentos Teóricos; Economia Política; Planejamento Econômico; Economia Instrumental; Estudos Temáticos.
Demografia	População e Espaço; Componentes da Dinâmica Populacional; Demografia Histórica; Política Pública e População; Estudos Demográficos Especializados.
Arquitetura e Urbanismo	Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo; Projeto de Arquitetura e Urbanismo; Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo; Paisagem e Ambiente; Projetos Específicos.
Planejamento Urbano e Regional	Teorias e Métodos do Planejamento Urbano e Regional; Processos e Dinâmicas Urbanas e Regionais; Meio Ambiente Urbano; Políticas Urbanas e Regionais; Gestão Urbana; Planejamentos Especializados.
Desenho Industrial	Programação Visual; Desenhos de Produtos; Desenhos de Projetos.
Ciência da Informação	Fundamentos da Ciência da Informação; Gestão da Informação; Tecnologias da Informação; Informação Especializada.
Biblioteconomia	Fundamentos da Biblioteconomia; Gestão de Sistemas, Unidades e Recursos de Informação; Técnicas de Tratamento Documental; Documentação Especializada.
Arquivologia	Fundamentos da Arquivologia; Gestão Arquivística; Técnicas Arquivísticas; Arquivologia Especializada.
Museologia	Fundamentos da Museologia; Gestão de Instituições Museológicas; Curadoria de Mostras em Museus; Museus Temáticos.
Comunicação	Teorias da Comunicação; Processos Sociais; Mídias; Relações Públicas e Propaganda; Estética e Linguagens.

Serviço Social	Fundamentos do Serviço Social; Serviços Sociais Especializados.
Economia Doméstica	Família e Economia do Consumo Familiar; Economia do Consumo Familiar; Bem-estar Social e Políticas Públicas
Turismo	Fundamentos Teóricos; Turismo e Hotelaria; Planejamento e Projetos Turísticos.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.7.1. Grupo 7 – Sistematização dos dados.

Dos 35 professores do Grupo 7 – Ciências Socialmente Aplicáveis, 34 possuíam em 2013 uma média 46,32 anos; aproximadamente 10,67 anos de casa; sendo 11 (31,43%) do sexo masculino, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 24 (68,57%) do sexo feminino.

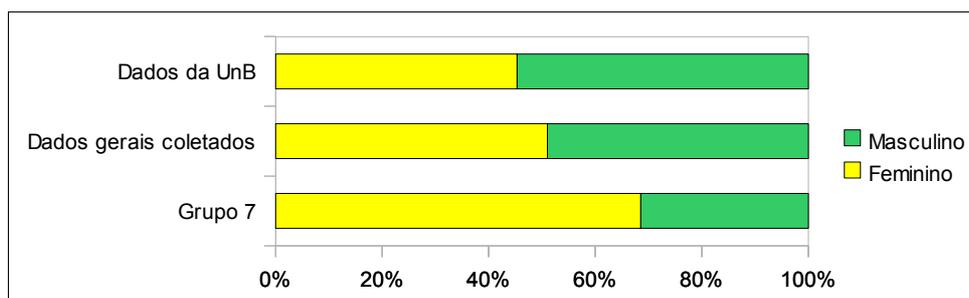


Gráfico 386. Sexo – Grupo 7.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 7 está assim distribuído: 9 são de SP, 6 do RJ, 5 do DF. Os estados do CE, GO, MG, PR, RS têm 2 cada um. BA, MT, PB e TO têm 1 cada um. Uma resposta foi deixada em branco.

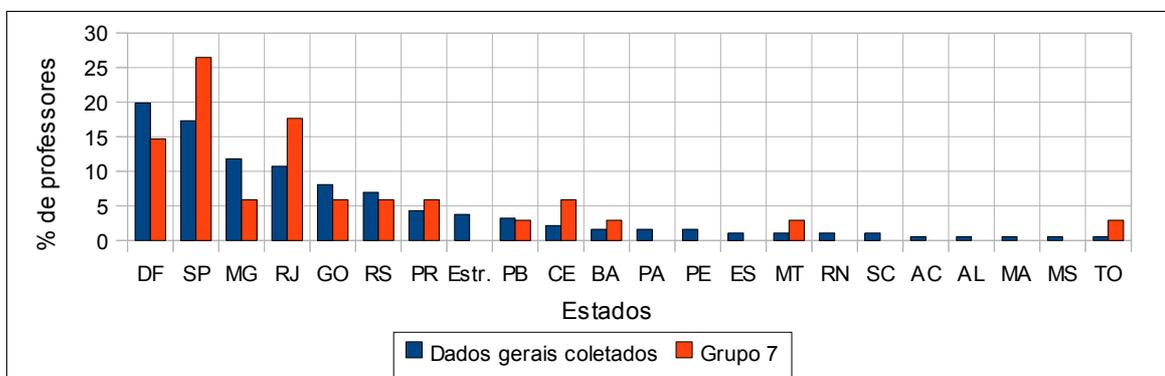


Gráfico 387. Estados de origem dos Professores – Grupo 7.

No que diz respeito à idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 9 (25,71%) ingressaram no ensino superior com menos de 18 anos e 8 (22,86%) com 18 anos, proporções que somadas resultam na menor entre os 8 grupos. Outros 11 (31,43%) ingressaram com 19 anos, 2 (5,71%) com 20 anos, 3 (8,57%) entre 21 e 25 anos e 2 (5,71%) com mais de 25 anos.

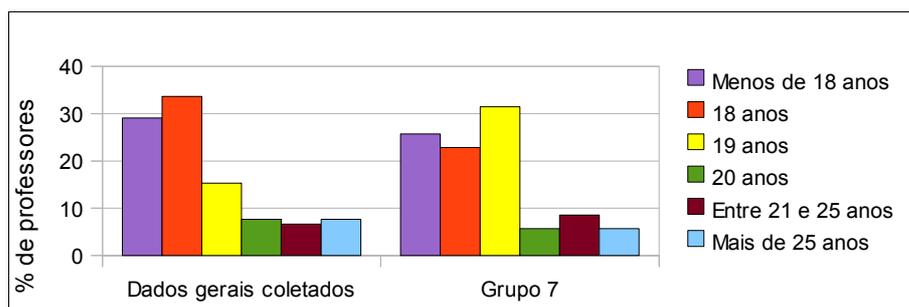


Gráfico 388. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 7.

Com relação a participação dos professores do grupo 7 em programas de intercâmbio, observamos que: 20 (57,15%) não realizou nenhum tipo; 1 (2,86%) respondeu apenas “Sim”, 7 (20%) “Sim, como estudantes”, 5 (14,28%) “Sim, como professor” e 2 (5,71%) sim como professor e estudante.

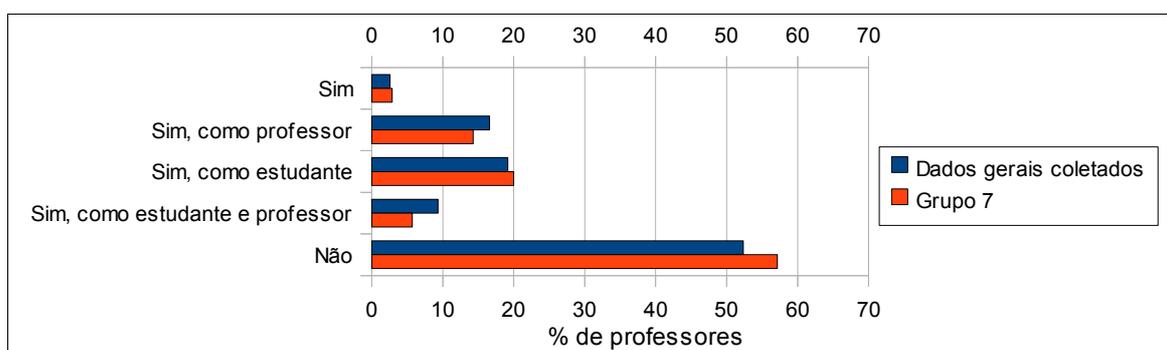


Gráfico 389. Intercâmbio – Grupo 7.

No que tange à realização de Pós-Doutorado, 29 professores do Grupo 7 (82,86%) responderam “Não” enquanto 6 (17,14%) responderam “Sim”.

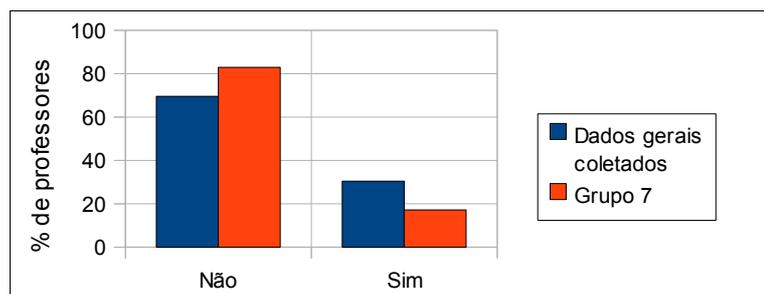


Gráfico 390. Pós-Doutorado – Grupo 7.

O vínculo institucional dos professores do Grupo 7 também se concentra na categoria Adjunto com 21 professores (60%); 9 (25,72%) são Assistentes; 2 (5,71%) Associados, a menor proporção entre os 8 Grupos; e, 3 (8,57%) Titulares.

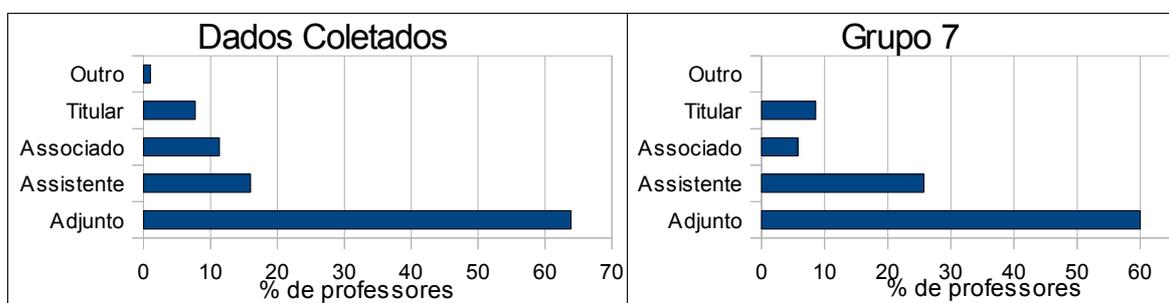


Gráfico 391. Vínculo atual com a UnB – Grupo 7.

No caso da realização ou não de trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 13 professores do Grupo 7 (37,14%) responderam apenas “Sim”; 9 (25,71%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; 5 (14,29%) “Sim, todo semestre”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (8,57%) “Sim, todo ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 5 (14,29%) “Não”.

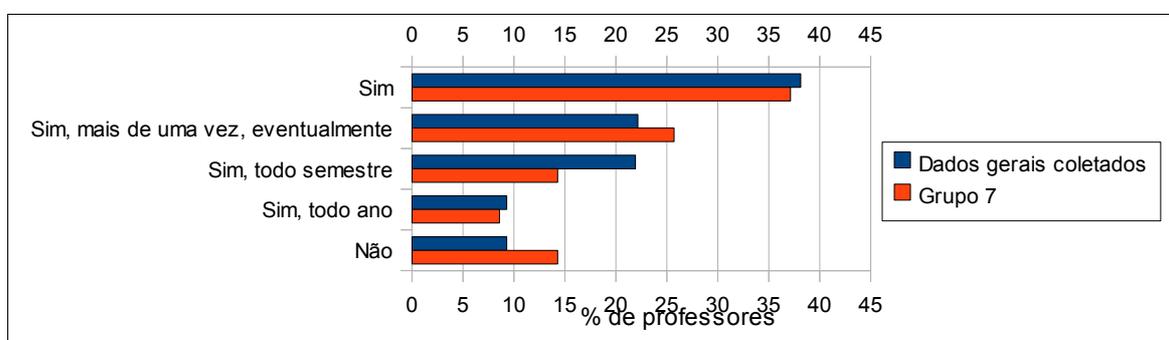


Gráfico 392. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 7.

Já a realização ou não de trabalhos dos professores do Grupo 7 em conjunto com os de outros departamentos, núcleos, laboratórios possui a mais baixa proporção em comparação com a UnB em geral: 17 professores (48,58%) responderam “Não”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (25,71%) responderam apenas “Sim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (14,29%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,71%) “Sim, todo semestre”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 2 (5,71%) “Sim, todo ano”, a segunda menor proporção.

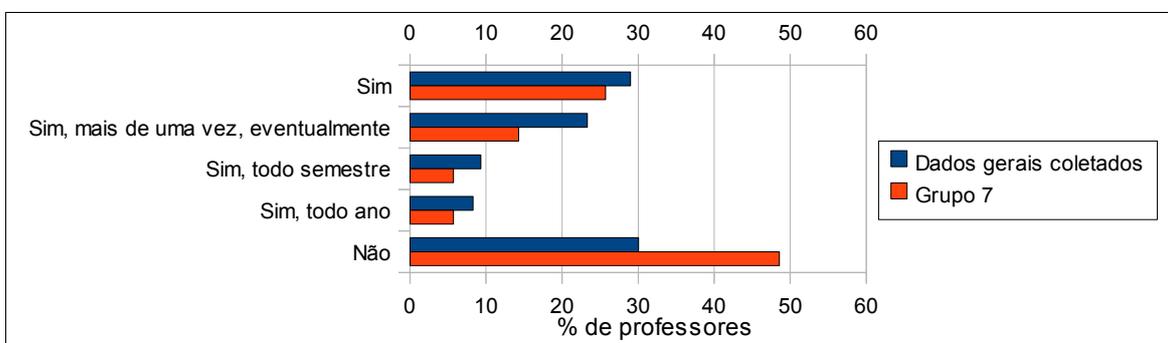


Gráfico 393. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 7.

Por sua vez, 8 professores do Grupo 7 (22,86%) responderam “Sim, 1 vez” que trabalhavam ou já tinham trabalhado em conjunto num mesmo projeto com outras instituições de ensino e pesquisa, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 6 (17,14%) “Sim, 2 vezes”, 3 (8,57%) “Sim, 3 vezes”, 10 (28,57%) “Sim, 4 ou mais vezes” e 8 (22,86%) ”Não”.

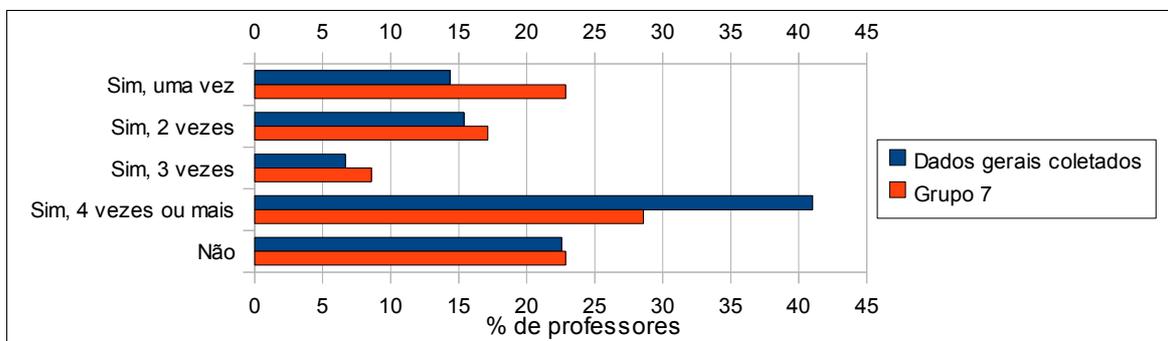


Gráfico 394. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 7.

Em relação à realização de trabalhos conjuntos com empresas, 28 professores do Grupo 7 (80%) responderam “Não”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (2,85%) “Sim, 1 vez”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,71%) “Sim, 2 vezes”; 1 (2,85%) “Sim, 3 vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 3 (8,57%) “Sim, frequentemente”.



Gráfico 395. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 7.

A proporção das pesquisas dos professores do Grupo 7 em conjunto com Organizações não-estatais não apresentou grande variação em comparação com a UnB em geral. 25 professores (71,43%) responderam “Não” a esta questão; 2 (5,71%) “Sim, uma vez”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 2 (5,71%) “Sim, 2 vezes”; 4 (11,43%) “Sim, 3 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (5,71%) “Sim, frequentemente”, a menor proporção.

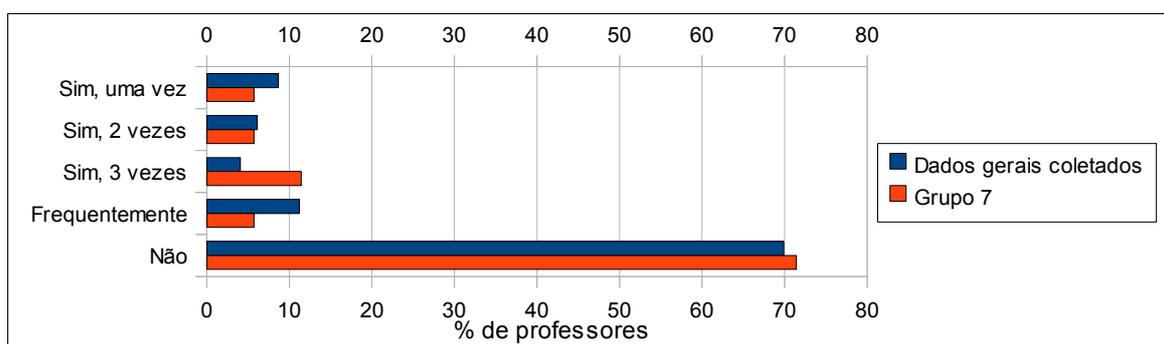


Gráfico 396. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 7.

No caso em tela, 9 (25,71%) Professores consideram o currículo que ministram “Ótimo”, 23 (65,72%) “Bom” e 3 (8,57%) “Regular”, a segunda menor proporção.

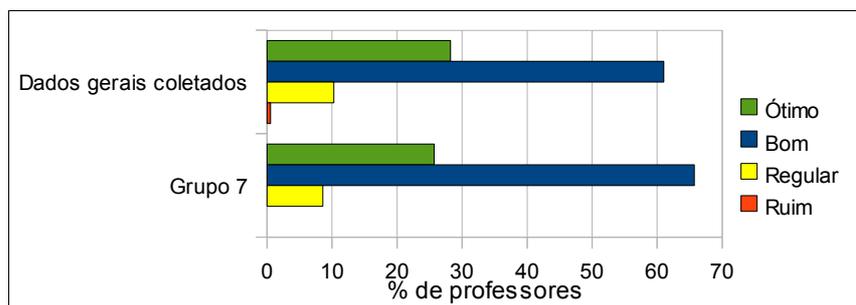


Gráfico 397. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 7.

Com relação ao departamento, os dados demonstram que esta unidade da universidade tem uma importância média para os professores deste Grupo, mas se somarmos as importâncias “4” e “5” resulta na menor proporção entre os 8 Grupos, o que pode estar associada a uma baixa média de trabalhos com professores do mesmo departamento no semestre e/ou no ano.

Tabela 100. Importância do departamento – Grupo 7.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	6	12	6	6	1	35
%*	11,76*	17,65*	35,29*	17,65*	17,65*	2,86	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

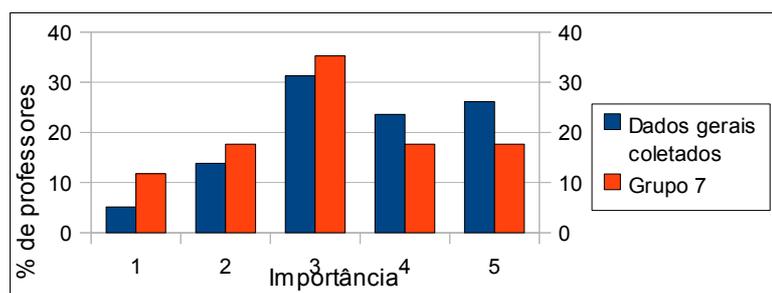


Gráfico 398. Importância do departamento – Grupo 7.

Para este grupo a ADUnB apresentou a segunda menor importância proporcional entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 101. Importância da ADUnB – Grupo 7.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	7	11	4	9		35
%	11,43	20	31,43	11,43	25,71		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

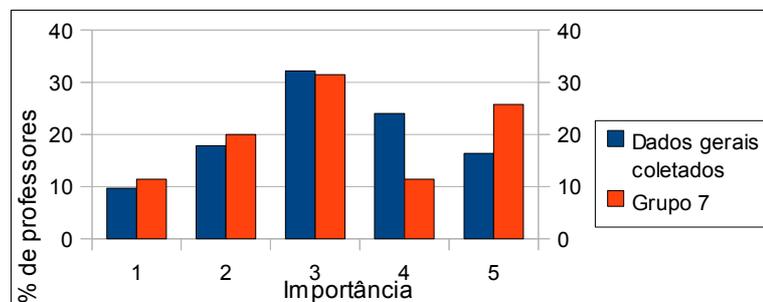


Gráfico 399. Importância da ADUnB – Grupo 7.

A importância das associações científicas, por sua vez, permaneceu próxima à média geral da UnB se considerarmos a soma das importâncias “4” e “5”.

Tabela 102. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 7.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade		1	7	17	10		35
%		2,86	20	48,57	28,57		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

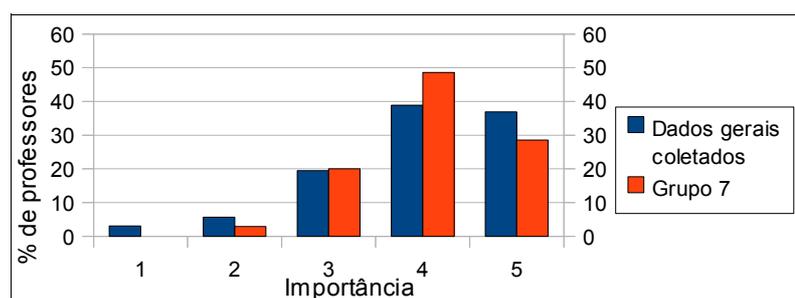


Gráfico 400. Importância da Sociedade Científica – Grupo 7.

A importância da ANDES entre os professores do Grupo 7 tendeu levemente para baixo, resultando na seguinte configuração:

Tabela 103. Importância da ANDES – Grupo 7.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	9	5	12	5	4		35
%	25,72	14,28	34,29	14,28	11,43		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

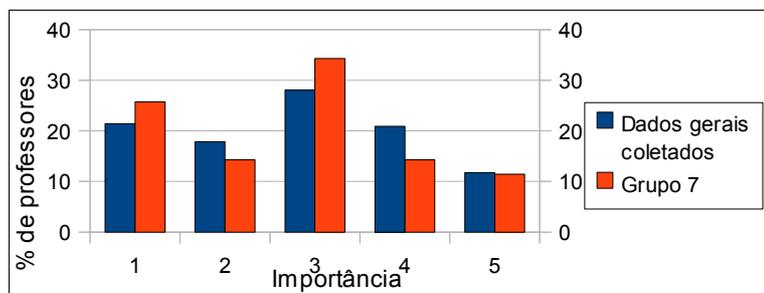


Gráfico 401. Importância da ANDES – Grupo 7.

Com relação à participação como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Orgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades internacionais, obtivemos a seguinte composição do Grupo 7: 4 professores (11,43%) responderam “Sim, 1 vez”; 5 (14,28%) “Sim, 3 vezes ou mais”; e 26 (74,29%) “Não, nunca fiz parte formalmente”.



Gráfico 402. Participação como representante – Grupo 7.

Sobre a participação dos professores do Grupo 7 em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, podemos observar que: 3 (8,57%) responderam “Sim, toda semana”; 3 (8,57%) “Sim, todo mês”; 4 (11,43%) “Sim, todo ano”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 13 (37,14%) “Sim, eventualmente”; e 12 (34,29%) “Não”.

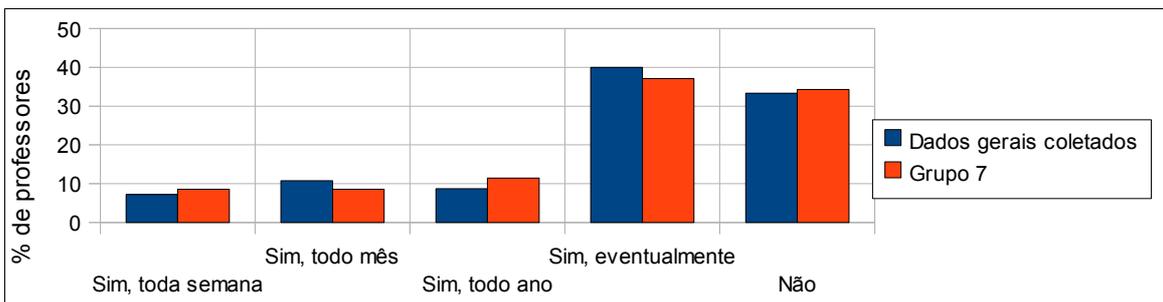


Gráfico 403. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 7.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 18 professores deste Grupo (52,94%) responderam “Sim”, de alguma forma, 16 (47,06%) “Não” e uma resposta (2,86%) foi deixada em branco.



Gráfico 404. Religião – Grupo 7.

A participação em Organizações Não-Estatais não apresentou grande variação entre os professores deste Grupo e se manteve baixa. 5 (14,29%) responderam que “Já fiz parte” e 30 (85,71%) “Não”.

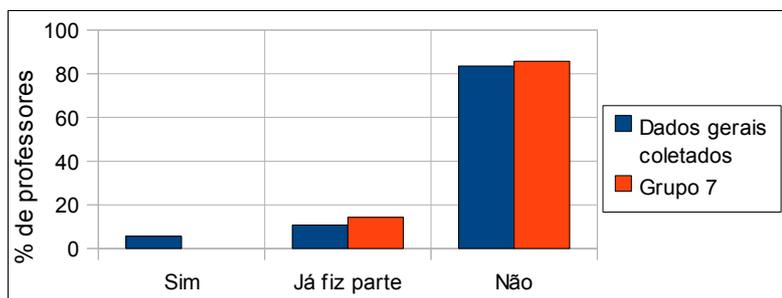


Gráfico 405. Participação em ONGs – Grupo 7.

Com relação a importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa o Grupo 7 apresentou a seguinte configuração:

Tabela 104. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 7.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	4 (11,43%)	3 (8,57%)	8 (22,86%)	14 (40%)	6 (17,14%)		35
Servidores e técnicos	16 (45,72%)	7 (20%)	7 (20%)	5 (14,28%)			35
Estudantes		1 (2,86%)	8 (22,86%)	14 (40%)	12 (34,28%)		35
Agências	4 (11,43%)	5 (14,28%)	10 (28,57%)	6 (17,14%)	10 (28,57%)		35
Empresas e indústrias	21 (60%)	4 (11,43%)	4 (11,43%)	5 (14,28%)	1 (2,86%)		35
ONGs	21 (60%)	5 (14,28%)	6 (17,14%)	3 (8,57%)			35
Família	14 (41,18%)*	5 (14,71%)*	4 (11,76%)*	3 (8,82%)*	8 (23,53%)*	1 (2,86%)	35
Mídia	15 (45,46%)*	5 (15,15%)*	7 (21,21%)*	5 (15,15%)*	1 (3,03%)*	2 (5,71%)	35
Outros	19 (59,38%)*	5 (15,62%)*	5 (15,62%)*	2 (6,25%)*	1 (3,13%)*	3 (8,57%)	35

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

Como podemos observar, a importância dos outros professores, dos estudantes, das empresas, das famílias, não apresentaram neste Grupo grande variação em comparação com a UnB em geral. Já a importância dos técnicos atingiu a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. A importância das Agências e das ONGs, por sua vez, atingiu a segunda menor proporção neste Grupo entre os 8 se somarmos as importâncias “4” e “5”.

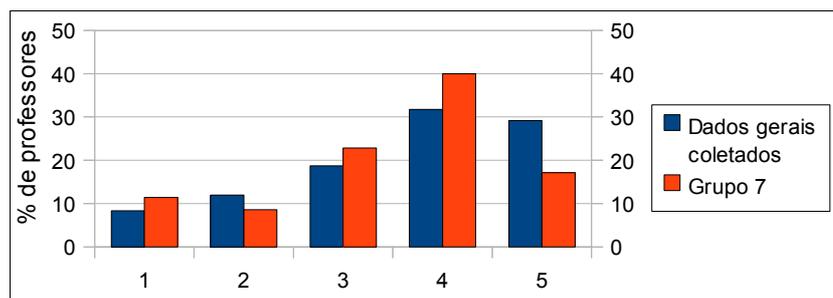


Gráfico 406. Outros professores – Grupo 7.

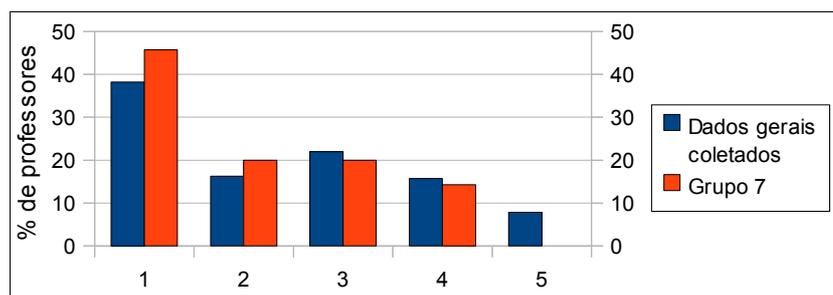


Gráfico 407. Técnicos – Grupo 7.

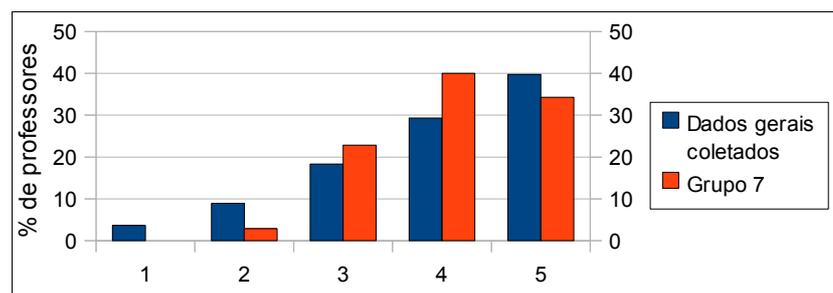


Gráfico 408. Estudantes – Grupo 7.

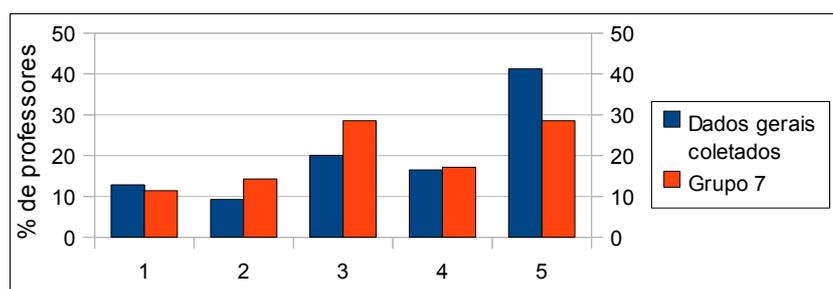


Gráfico 409. Agências – Grupo 7.

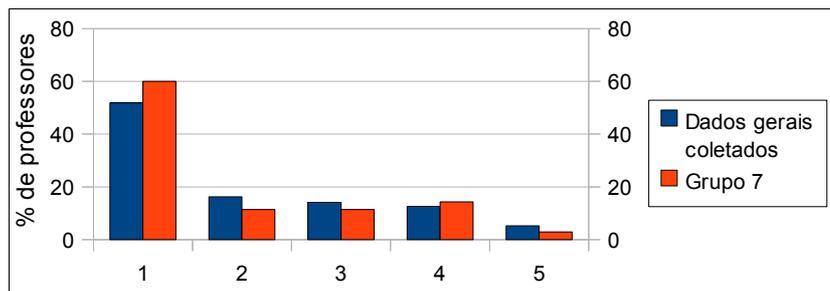


Gráfico 410. Empresas e indústrias – Grupo 7.

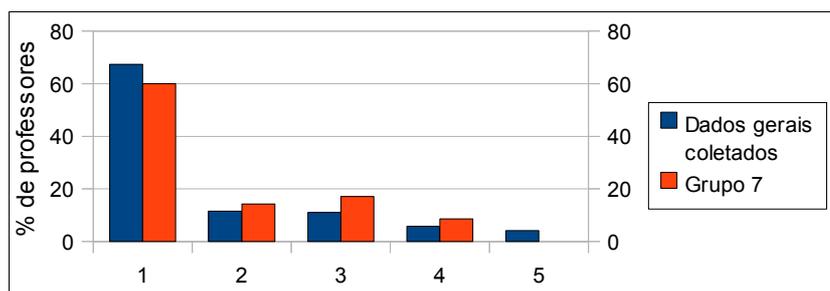


Gráfico 411. ONGs – Grupo 7.

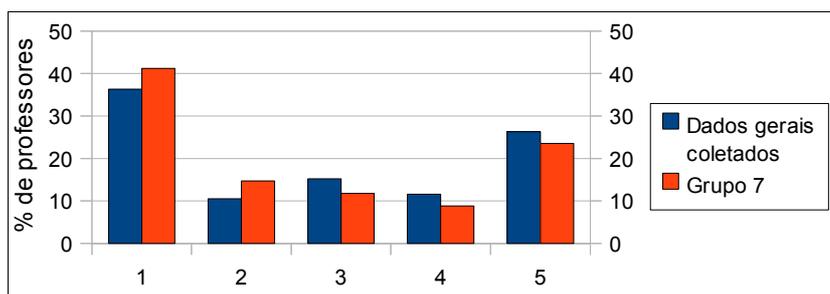


Gráfico 412. Família – Grupo 7.

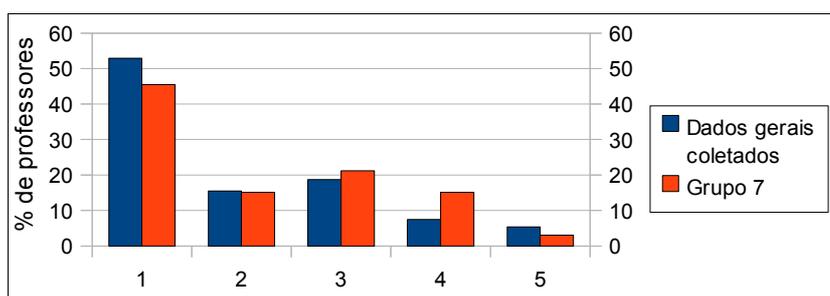


Gráfico 413. Mídia – Grupo 7.

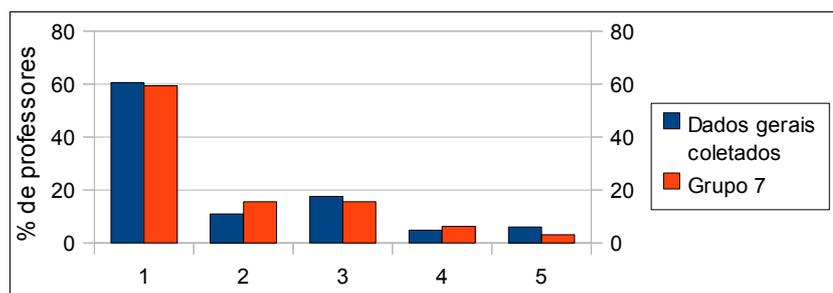


Gráfico 414. Outros – Grupo 7.

Com relação à publicação de artigos científicos podemos verificar que 12 professores do Grupo 7 (34,28%) consideram mais importante publicar um artigo por semestre; 8 (22,86%) “3 artigos por ano”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 6 (17,14%) “Mais de 3 artigos por ano”; e 9 (25,72%) “Eventualmente”.

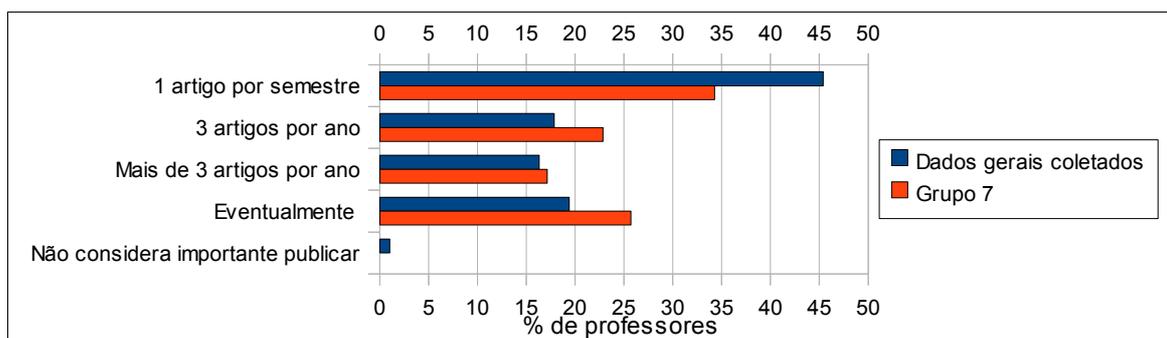


Gráfico 415. Quantidade de publicações – Grupo 7.

Sobre publicar com coautoria internacional, 7 professores deste Grupo (20%) responderam “Sim”; 4 (11,43%) “Sim, nos próximos meses”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 13 (37,14%) “Sim, no próximo ano”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (8,57%) “Eventualmente”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 8 (22,86%) “Não”.

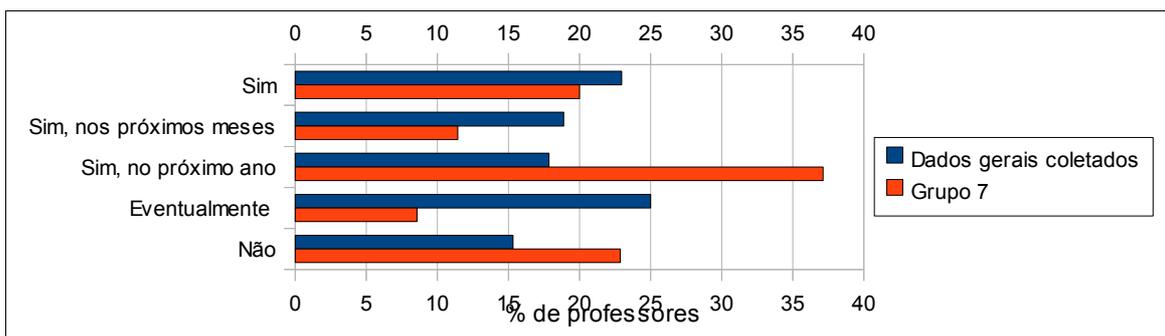


Gráfico 416. Publicação com coautoria internacional – Grupo 7.

Com relação ao registro de patentes, apenas 1 professor do Grupo 7 (2,86%) respondeu “Sim”; 1 (2,86%) “Sim, em cotitularidade com empresas”; e 33 (94,28%) “Não se aplica”, a maior proporção.

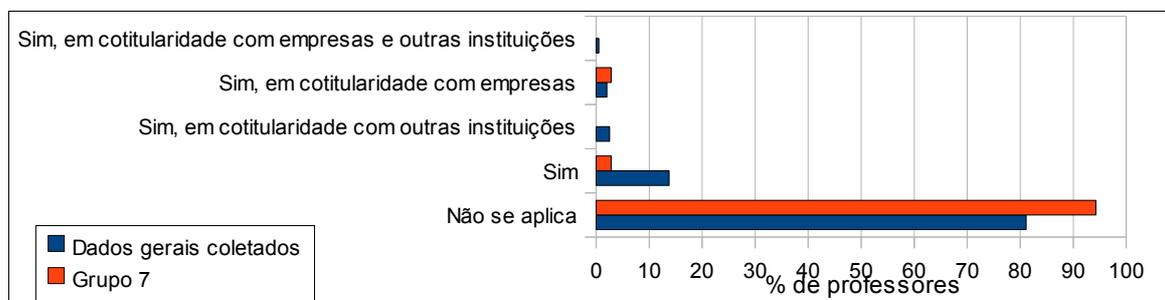


Gráfico 417. Patentes – Grupo 7.

No que tange à possibilidade das pesquisas resultarem num produto com potencial de mercado, o Grupo 7 apresentou o segundo menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 105. Potencial de mercado – Grupo 7.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	9	4	12	4	5	1	35
%	26,47	11,76	35,3	11,76	14,71	2,86	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco

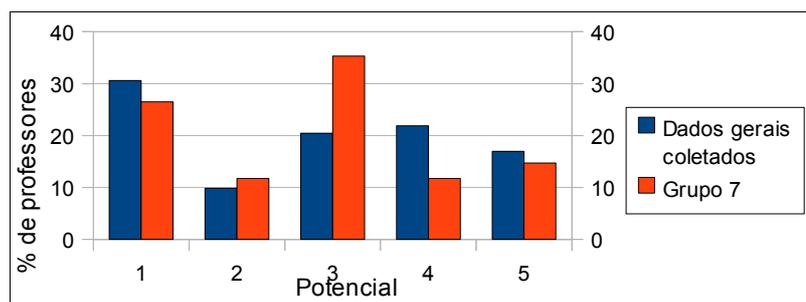


Gráfico 418. Potencial de mercado – Grupo 7.

Com uma perspectiva do potencial de contribuição social da pesquisa, o Grupo 7 alcançou o seguinte resultado:

Tabela 106. Potencial contribuição social – Grupo 7.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2		6	10	17		35
%	5,72		17,14	28,57	48,57		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

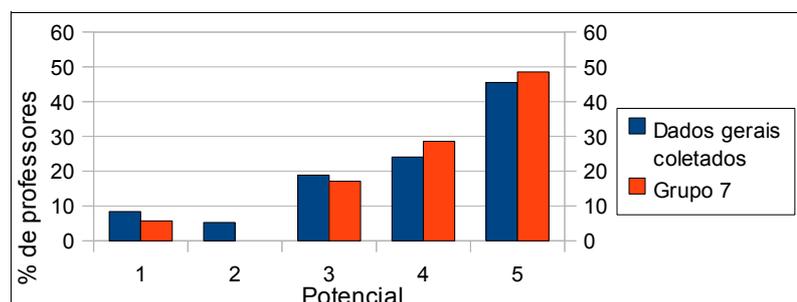


Gráfico 419. Contribuição social – Grupo 7.

Com relação ao acesso à equipe técnica, o Grupo 7 apresentou disparidades em comparação com a UnB em geral, demonstrando ser esse um problema institucional grave para a área:

Tabela 107. Acesso à equipe técnica – Grupo 7.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	15	11	5	4			35
%	42,86	31,43	14,28	11,43			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

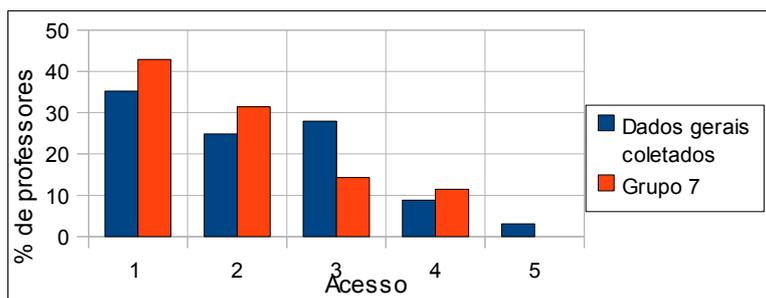


Gráfico 420. Acesso à equipe técnica – Grupo 7.

Já no que diz respeito ao acesso às instalações físicas, o Grupo 7 apresentou uma leve percepção de limitação deste acesso.

Tabela 108. Acesso às instalações físicas – Grupo 7.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	11	9	9	4	2		35
%	31,43	25,71	25,71	11,43	5,72		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

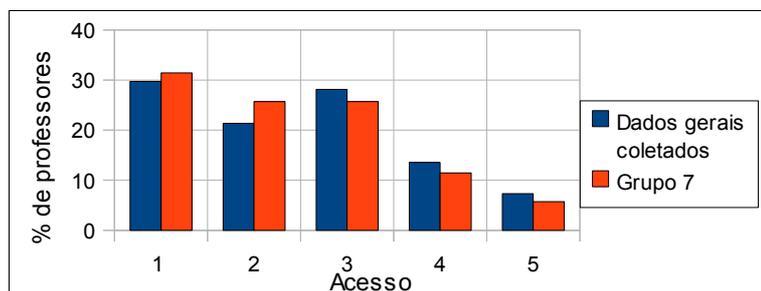


Gráfico 421. Acesso às instalações físicas – Grupo 7.

Em relação ao acesso dos professores aos recursos financeiros, o Grupo 7 apresentou o acesso mais limitado na comparação com os 8 Grupos se somarmos os extratos “4” e “5”.

Tabela 109. Acesso aos recursos financeiros – Grupo 7.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	15	9	8	2	1		35
%	42,86	25,71	22,85	5,72	2,86		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

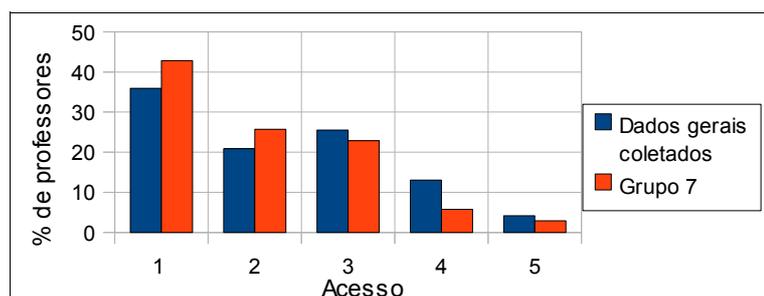


Gráfico 422. Acesso à recursos financeiros – Grupo 7.

No que tange à uma perspectiva futura sobre os seus próprios trabalhos, 13 professores do Grupo 7 (37,14%) consideram que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas; 15 (42,86%) que ele sofrerá pequenas modificações, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (14,28%) que ele sofrerá amplas modificações; e 2 (5,72%) “Não sabem”.

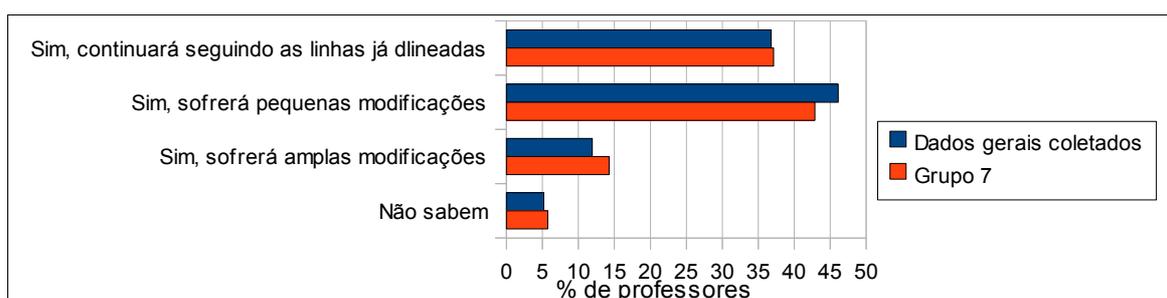


Gráfico 423. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 7.

A importância no dia a dia dos professores do Grupo 7 do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, por sua vez, atingiu os seguintes resultados:

Tabela 110. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 7.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário			6 (17,14%)	12 (34,29%)	17 (48,57%)		35
Progressão / Promoção			6 (17,14%)	8 (22,86%)	21 (60%)		35
Saúde			1	8	26		35

			(2,86%)	(22,86%)	(74,28%)		
Carga Horária	1 (2,86%)	1 (2,86%)	2 (5,71%)	8 (22,86%)	23 (65,71%)		35
Financiamento		2 (5,88%)*	6 (17,65%)*	10 (29,41%)*	16 (47,06%)*	1 (2,86%)	35
Avaliação	1 (2,94%)*	4 (11,76%)*	4 (11,76%)*	10 (29,41%)*	15 (44,12%)*	1 (2,86%)	35
Aposentadoria	3 (8,57%)		10 (28,57%)	11 (31,43%)	11 (31,43%)		35

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

A importância do salário atingiu neste Grupo a segunda maior média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. A importância da progressão na carreira e da saúde alcançaram a maior média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Já a importância da carga horária, do financiamento, da avaliação e da aposentadoria não apresentaram grandes variações em comparação com a UnB em geral se somarmos as importâncias “4” e “5”.

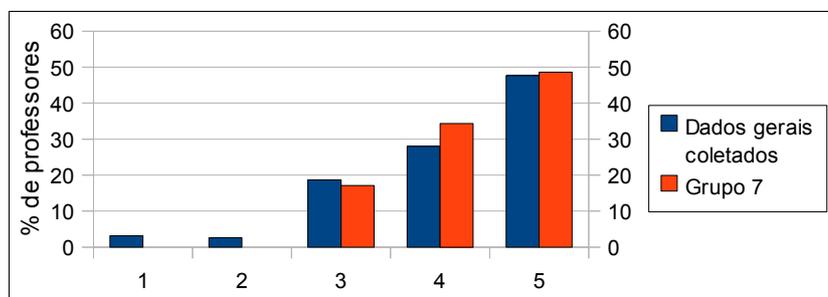


Gráfico 424. Salário – Grupo 7.

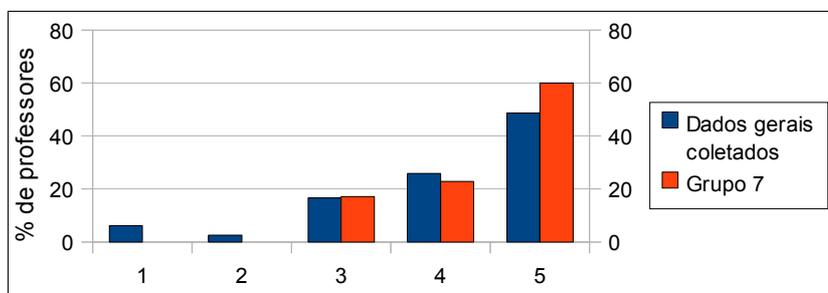


Gráfico 425. Promoção/progressão – Grupo 7.

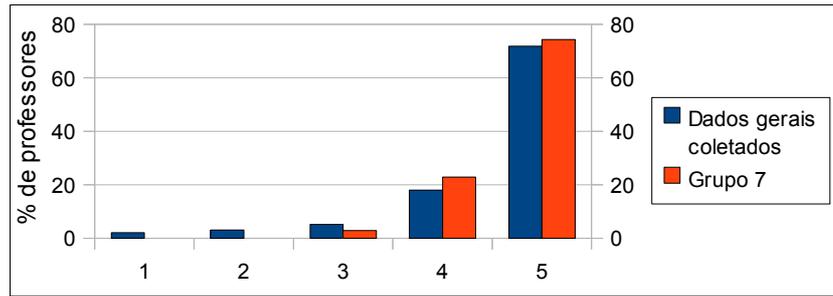


Gráfico 426. Saúde – Grupo 7.

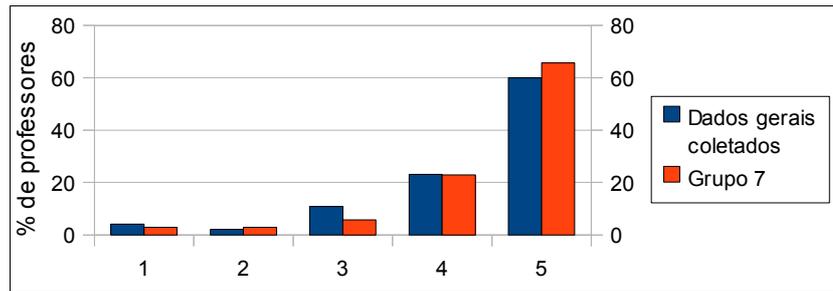


Gráfico 427. Carga horária – Grupo 7.

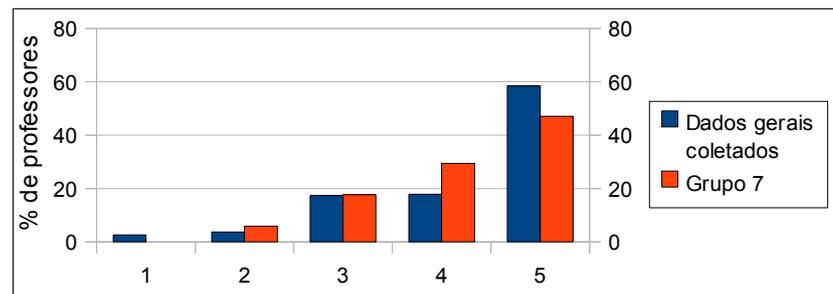


Gráfico 428. Financiamento – Grupo 7.

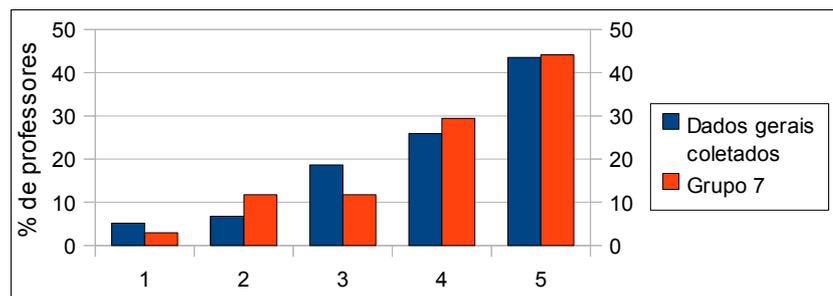


Gráfico 429. Avaliação – Grupo 7.

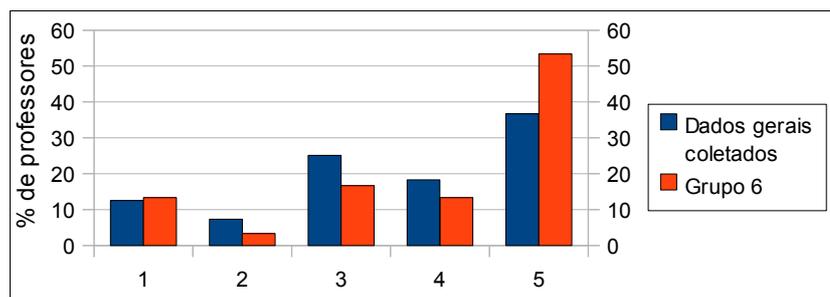


Gráfico 430. Aposentadoria – Grupo 7.

Os problemas de relacionamento, no entanto, representam um problema a ser enfrentado pelos professores do Grupo 7. Neste caso, 21 professores (60%) responderam “Sim”, terem tido algum problema de alguma forma, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 14 (40%) “Não”.

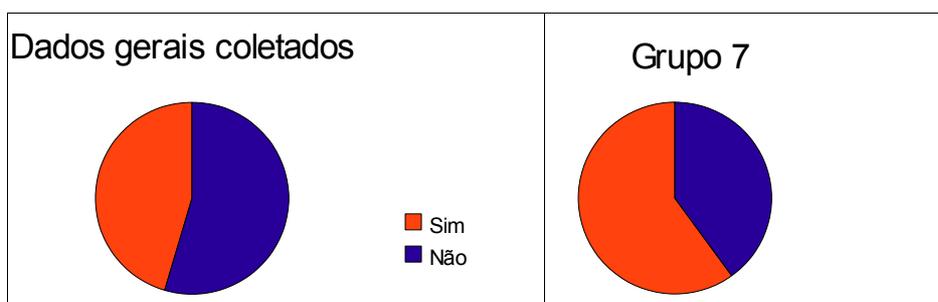


Gráfico 431. Problemas de relacionamento – Grupo 7.

Sobre o problema das fraudes 8 professores deste Grupo (22,86%) responderam “Sim”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (8,57%) “Já ouvi rumores”, a menor proporção entre os 8 Grupos; e 24 (68,57%) “Não”.

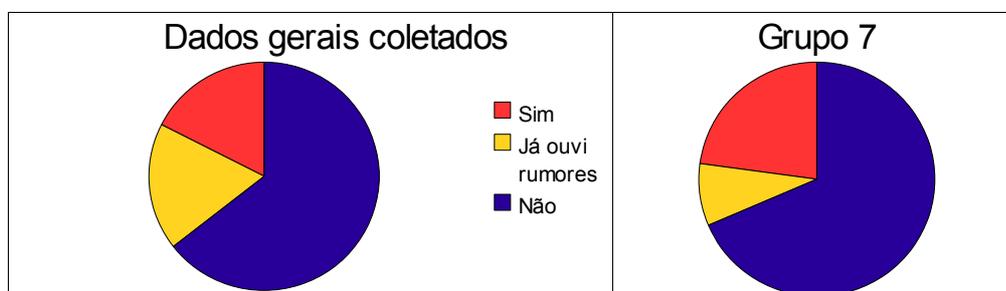


Gráfico 432. Fraudes – Grupo 7.

Em relação à expansão, 6 professores deste Grupo (17,14%) a consideraram

“Ótima”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 10 (28,57%) “Boa”; 13 (37,14%) “Regular”; 5 (14,29%) “Ruim”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 1 (2,86%) preferiu não opinar, a segunda menor proporção.



Gráfico 433. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 7.

No que tange ao interesse e ao envolvimento dos alunos de graduação, 2 professores do Grupo 7 (5,88%) consideram que “São muito interessados e envolvidos”; 6 (17,65%) que “São interessados e envolvidos”; 9 (26,47%) que “Cumprem seus deveres”; 13 (38,24%) que “São pouco interessados e envolvidos”; 2 (5,88%) que “Não são interessados”; e 2 (5,88%) “Nenhuma das anteriores”. Uma resposta (2,86%) foi deixada em branco.

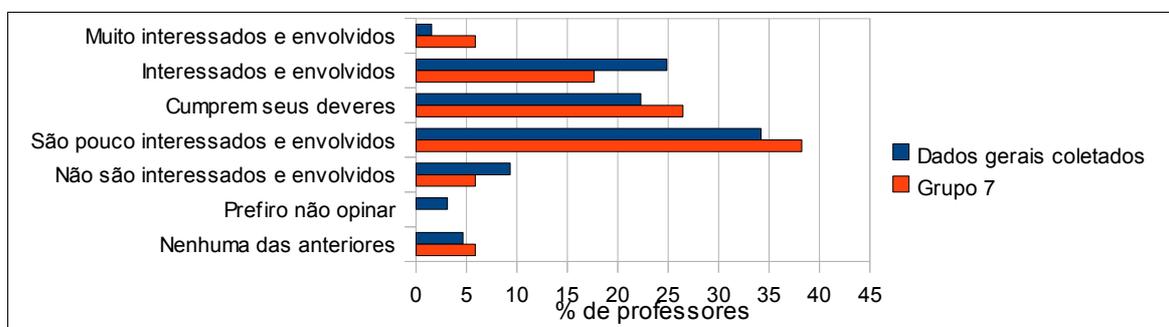


Gráfico 434. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 7.

Os estudantes de pós-graduação, por sua vez, “São muito interessados e envolvidos”, para apenas 1 professor deste Grupo (2,86%); para 8 (22,86%) “São interessados e envolvidos”; para 10 (28,57%) “Cumprem os seus deveres”; para 5 (14,28%) “São pouco interessados e envolvidos”; para 1 (2,86%) “Não são interessados e envolvidos; 6 (17,14%) “Prefiro não opinar” e; 4 (11,43%) “Nenhuma das anteriores”, a maior proporção.

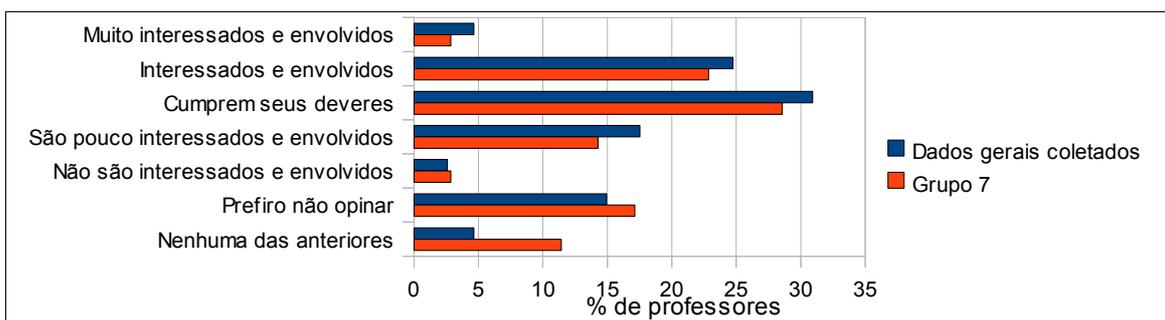


Gráfico 435. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 7.

Sobre o controle das pesquisas, 8 professores deste Grupo (22,86%) responderam “Não”; 9 (25,71%) “Sim”; 13 (37,14%) “Em alguns casos”; e 5 (14,29%) “Prefiro não opinar”, a segunda maior proporção.



Gráfico 436. Controle das pesquisas – Grupo 7.

### 1.7.2. Grupo 7 – Destaques gerais.

O Grupo 7 em geral é composto pela segunda menor proporção de professores do sexo masculino; estes desenvolvem poucos trabalhos com professores do mesmo e de outros departamentos, com outras instituições, com empresas; atribuem uma baixa importância ao departamento, à ADUnB, aos técnicos, às Agências, às ONGs; além disso, este Grupo possui uma alta proporção de professores que:

- consideram importante publicar 3 artigos por ano;
- têm uma forte preocupação com salários, progressão/promoção na carreira, saúde;
- têm problemas de relacionamento;
- consideram no geral a expansão da UnB como ótima.

## 1.8. Grupo 8 - Linguagens e Artes.

Os formulários respondidos do Grupo 8 estão compreendidos entre as seguintes áreas e subáreas:

Tabela 111. Áreas e subáreas – Grupo 8.

Áreas	Subáreas
Linguagem	Teoria da Linguagem Verbal; Teoria e Análise do Discurso; Teoria e Análise do Texto; Linguagem Verbal Não Oral; Linguagens Não Verbais; Linguagens Sincréticas; Teoria e Prática da Tradução; Filosofia da Linguagem; História das Idéias Lingüísticas.
Línguas	Fonética e Fonologia; Morfologia e Sintaxe; Semântica; Lexicologia, Lexicografia e Terminologia; Variação Lingüística; Mudança Lingüística; Uso Lingüístico; Aquisição da linguagem; Patologias da Linguagem; Tratamento Automático das Línguas; Língua Portuguesa; Línguas Clássicas; Línguas Estrangeiras Modernas; Línguas Indígenas; Outras Línguas.
Literatura	História da Literatura; Teoria da Literatura; Literatura Comparada; Literaturas Vernáculas; Literaturas Clássicas; Literaturas Estrangeiras Modernas; Literatura Infantil.
Artes Cênicas	Fundamentos das Artes Cênicas; Dramaturgia; Teatro; Cenografia.
Artes Visuais	Fundamentos das Artes Visuais; Pintura; Desenho; Fotografia; Cinema; Audiovisual; Escultura; Cerâmica; Gravura; Tecelagem; Design.
Música	Teoria da Música; Regência; Musicologia; Educação Musical; Composição Musical; Práticas Interpretativas; Musicoterapia.
Dança	Fundamentos da Dança; Execução da Dança; Coreografia da Dança; Técnicas Corporais.

Fonte: Comissão Especial de Estudos do CNPq, da CAPES e da FINEP.

### 1.8.1 Grupo 8 – Sistematização dos dados.

Os 15 professores do Grupo 8 – Linguagens e Artes, possuíam em 2013 uma média 45 anos; aproximadamente 9,53 anos de casa, a segunda menor média; sendo 5 (33,33%) do sexo masculino e 10 (66,67%) do sexo feminino.

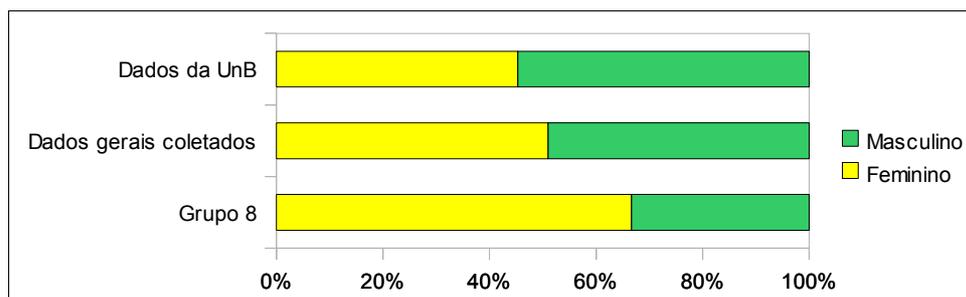


Gráfico 437. Sexo – Grupo 8.

Com relação aos Estados de origem dos professores, o Grupo 8 está assim distribuído: 3 são do RJ, 2 de MG, 2 de SP e 2 do RS. Os estados do AC, DF, GO, MA, PB, têm 1 cada um. Um professor é estrangeiro.

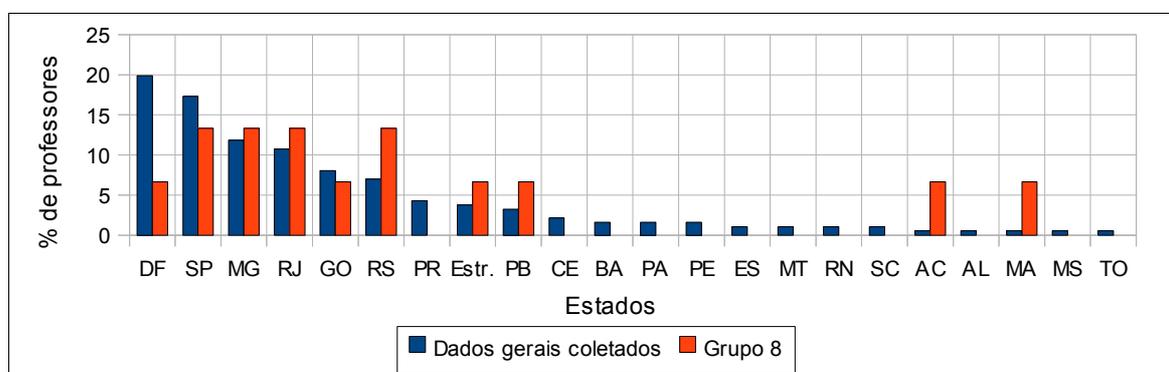


Gráfico 438. Estados de origem dos Professores – Grupo 8.

No que diz respeito à idade de ingresso dos professores deste Grupo no ensino superior podemos verificar que: 6 (40%) ingressaram com menos de 18 anos, 4 (26,67%) com 18 anos, 3 (20%) ingressaram com 19 anos, 1 (6,67%) com 20 anos e 1 (6,67%) com mais de 25 anos.

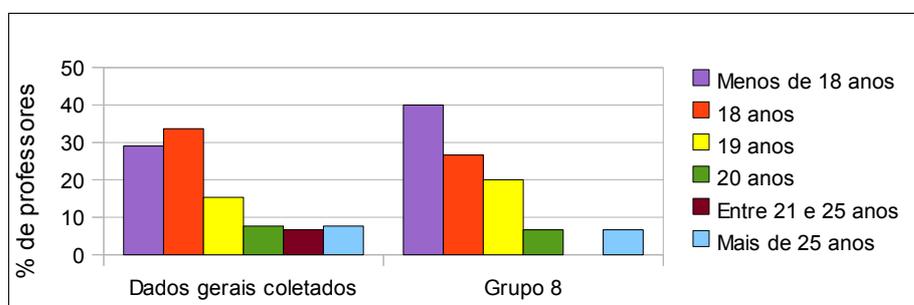


Gráfico 439. Idade de ingresso no Ensino Superior – Grupo 8.

Sobre a participação dos professores do Grupo 8 em programas de intercâmbio, podemos observar que: 8 (53,33%), não realizaram nenhum tipo; 2 (13,33%) responderam apenas “Sim”, 2 (13,33%) “Sim, como estudantes”, 2 (13,33%) “Sim, como professor” e 1 (6,67%) como professor e estudante.

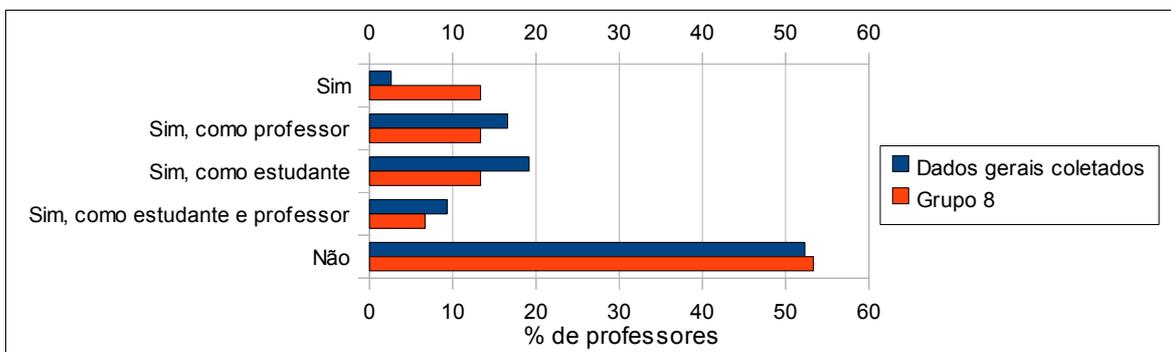


Gráfico 440. Intercâmbio – Grupo 8.

No que tange à realização de Pós-Doutorado, 13 professores do Grupo 8 (86,67%) responderam “Não”; e 2 (13,33%) “Sim”, a segunda menor proporção.

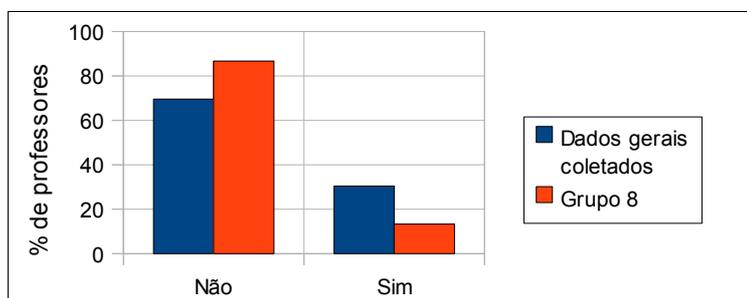


Gráfico 441. Pós-Doutorado – Grupo 8.

Com relação ao vínculo atual com a UnB, a maioria dos professores deste Grupo, 7 (46,67%) é Adjunto, a menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (33,33%) são Assistentes, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (13,33%) são Associados; e 1 (6,67%) é Titular.

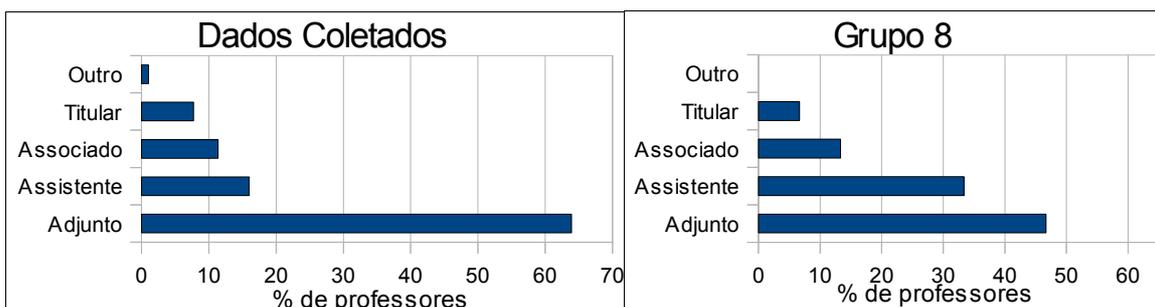


Gráfico 442. Vínculo atual com a UnB – Grupo 8.

No caso da realização ou não de trabalhos em conjunto com outros professores do mesmo departamento, 6 professores do Grupo 8 (40%) responderam apenas “Sim”; 1 (6,67%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”, a menor proporção entre os 8 Grupos; 3 (20%) “Sim, todo semestre”; 2 (13,33%) “Sim, todo ano”; e 3 (20%) “Não”, a maior proporção.

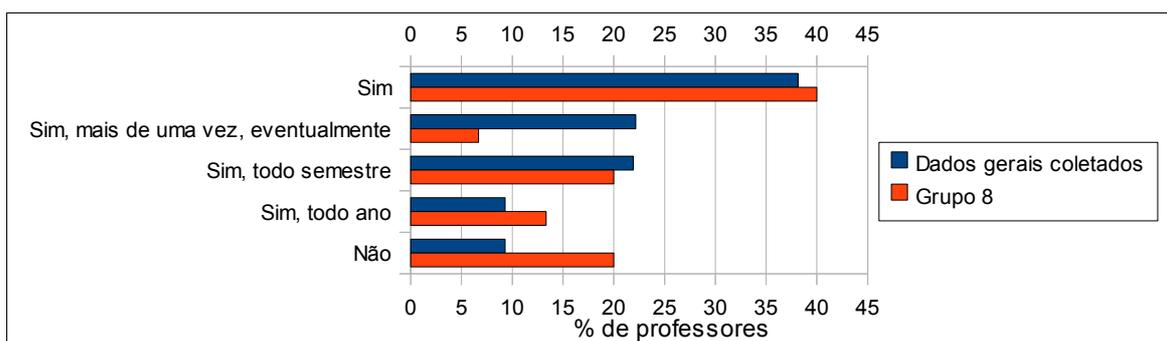


Gráfico 443. Trabalho em conjunto com professores do mesmo departamento – Grupo 8.

Por sua vez, 3 professores do Grupo 8 (20%) responderam “Não”, sobre trabalhar em conjunto com professores de outros departamentos, núcleos, laboratórios; 6 (40%) responderam apenas “Sim”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (26,67%) “Sim, mais de uma vez eventualmente”; e 2 (13,33%) “Sim, todo ano”, a segunda maior proporção.

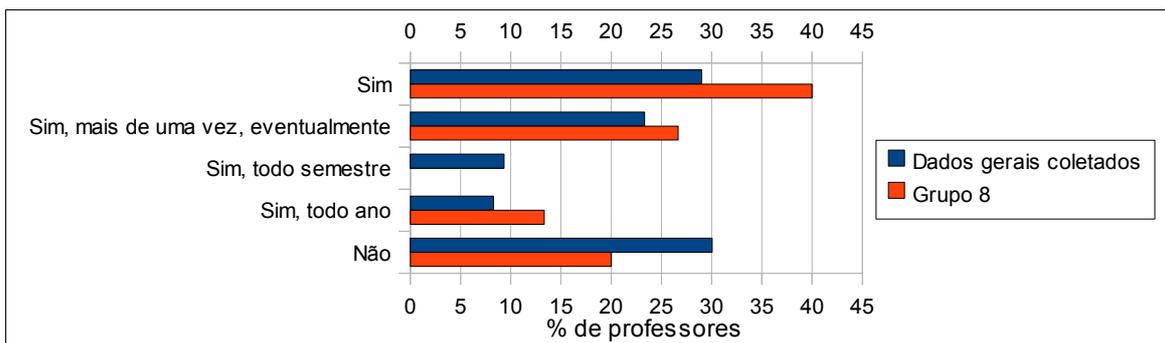


Gráfico 444. Trabalho em conjunto com professores de outros departamentos – Grupo 8.

Em relação à realização de trabalhos em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa, 4 professores deste Grupo (26,67%) responderam “Sim, 1 vez”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (13,33%) “Sim, 2 vezes”; 2 (13,33%) “Sim, 3 vezes”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (26,67%) “Sim, 4 ou mais vezes”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 3 (20%) ”Não”.

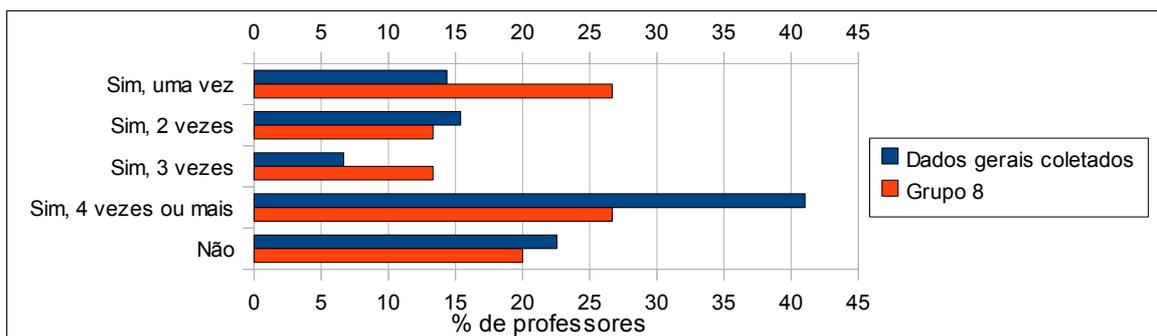


Gráfico 445. Trabalho em conjunto com outras instituições – Grupo 8.

No caso da realização de trabalhos em conjunto com empresas, 11 professores do Grupo 8 (78,57%) responderam “Não”; 3 (21,43%) “Sim, 2 vezes”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e uma resposta (6,67%) foi deixada em branco.



Gráfico 446. Pesquisa em conjunto com empresas – Grupo 8.

No que tange às pesquisas dos professores deste Grupo em conjunto com Organizações não-estatais, 10 professores (66,67%) responderam “Não”; 1 (6,66%) “Sim, uma vez”; e 4 (26,67%) “Sim, frequentemente, a maior proporção entre os 8 Grupos.

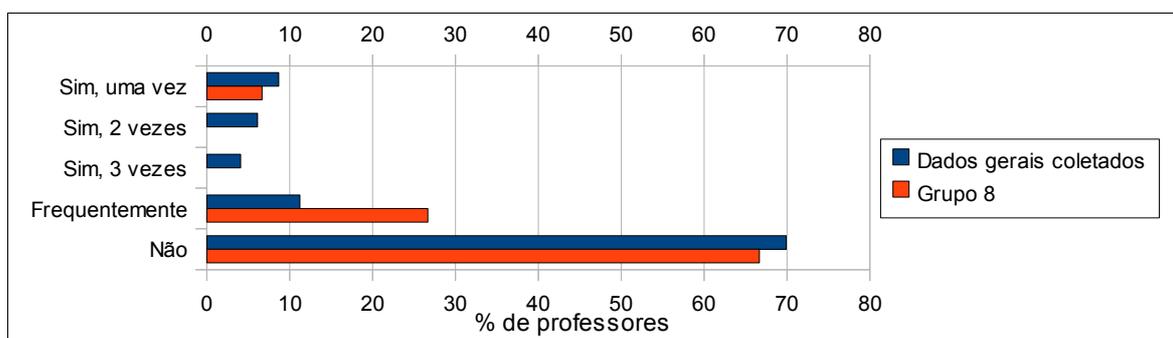


Gráfico 447. Pesquisa em conjunto com Organizações Não-Estatais – Grupo 8.

Sobre o currículo que ministram, 4 professores deste Grupo (26,67%) o consideram “Ótimo”; 9 (60%) “Bom”; e 2 (13,33%) “Regular”, a maior proporção entre os 8 Grupos.

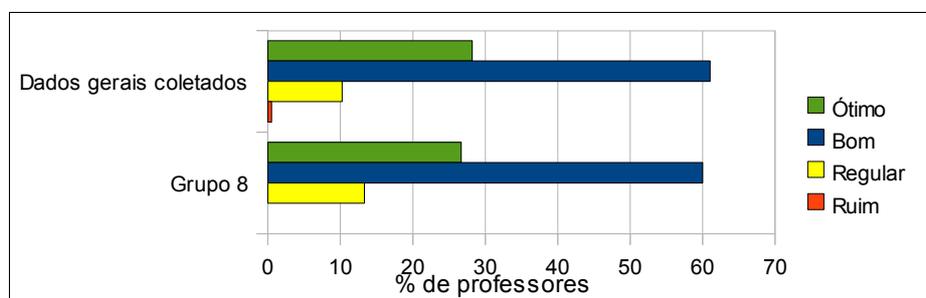


Gráfico 448. Conteúdo programático das disciplinas – Grupo 8.

Com relação à importância do departamento, os dados demonstram que este Grupo

não possui uma variação muito significativa em comparação com a UnB em geral.

Tabela 112. Importância do departamento – Grupo 8.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	2	2	4	3	4		15
%*	13,33	13,33	26,67	20	26,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

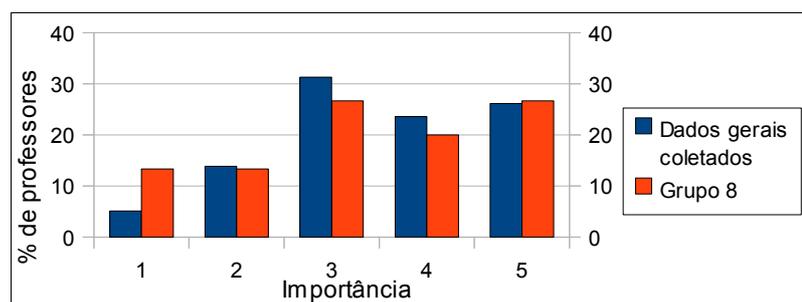


Gráfico 449. Importância do departamento – Grupo 8.

Já a proporção das importâncias “1” e “4” atribuídas à ADUnB foram um pouco maior para este Grupo em comparação com a UnB em geral.

Tabela 113. Importância da ADUnB – Grupo 8.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	3	2	4	5	1		15
%	20	13,33	26,67	33,33	6,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

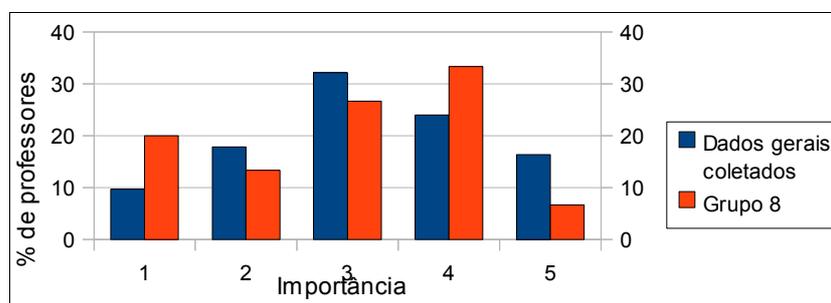


Gráfico 450. Importância da ADUnB – Grupo 8.

A importância das associações científicas atingiu neste caso a segunda maior proporção na comparação com os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 114. Importância da sociedade científica ou associação da área – Grupo 8.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1		2	6	6		15
%	6,67		13,33	40	40		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

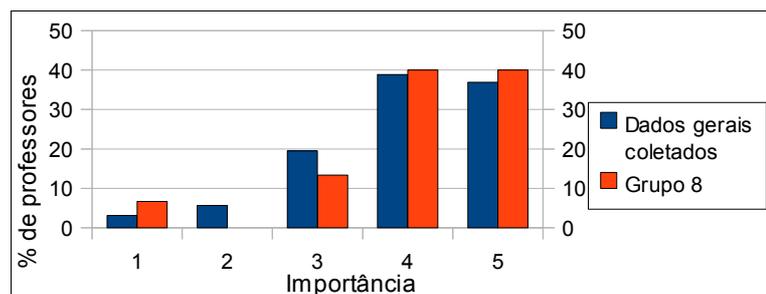


Gráfico 451. Importância da Sociedade Científica – Grupo 8.

A importância da ANDES também apresentou um resultado que se somadas as importâncias “4” e “5” resulta na segunda maior proporção entre os 8 Grupos.

Tabela 115. Importância da ANDES – Grupo 8.

Importância	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	1	2	6	2		15
%	26,67	6,67	13,33	40	13,33		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

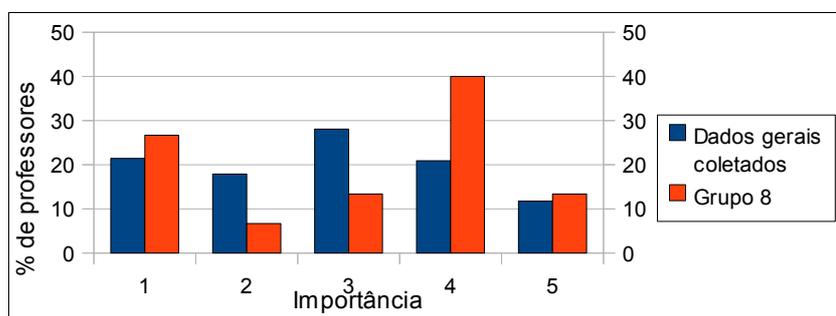


Gráfico 452. Importância da ANDES – Grupo 8.

No que tange à participação como representante de área ou como ocupante de cargo das Agências de Fomento, Órgãos de Pesquisa, Ministérios, Secretarias ou entidades

internacionais, 2 professores do Grupo 8 (13,33%) responderam “Sim, 2 vezes”; 1 (6,67%) “Sim, 3 vezes ou mais”; e 12 (80%) “Não, nunca fiz parte formalmente”, a segunda maior proporção.

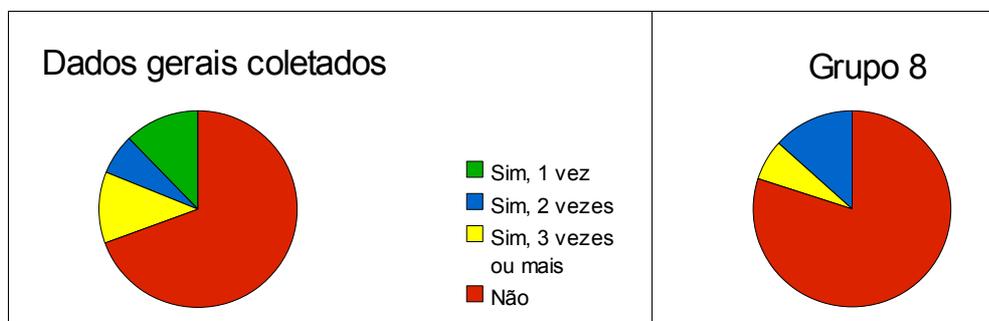


Gráfico 453. Participação como representante – Grupo 8.

Com relação a participação em grupos de estudos informais, reuniões particulares, festas, eventos esportivos fora da UnB com outros(as) professores(as), servidores(as), técnicos(as), ou estudantes da UnB, 2 professores deste Grupo (13,33%) responderam “Sim, toda semana”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (13,33%) “Sim, todo mês”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 9 (60%) “Sim, eventualmente”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 2 (13,33%) “Não”, a menor proporção.

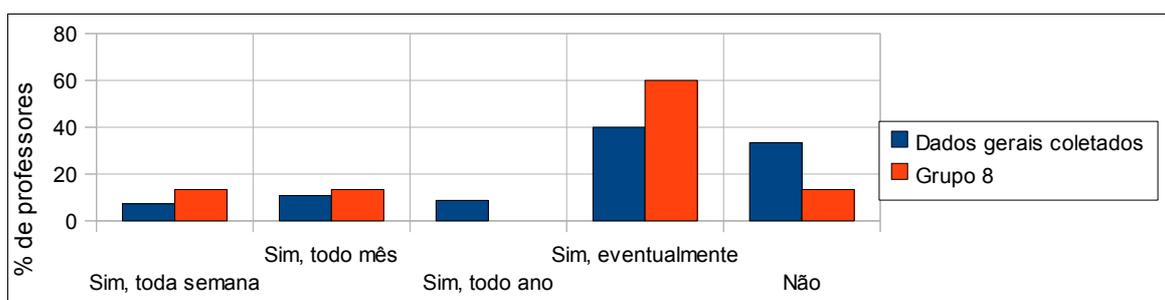


Gráfico 454. Participação de grupos fora da UnB – Grupo 8.

Questionados sobre possuir ou não uma religião, 7 professores do Grupo 8 (46,67%) responderam “Sim”, de alguma forma, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 8 (53,33%) “Não”.



Gráfico 455. Religião – Grupo 8.

A participação dos professores deste Grupo em Organizações Não-Estatais também é baixa. 3 professores (21,43%) responderam que “Sim”, 1 (7,14%) “Já fiz parte” e 10 (71,43%) “Não”. Uma resposta (6,67%) foi deixada em branco.

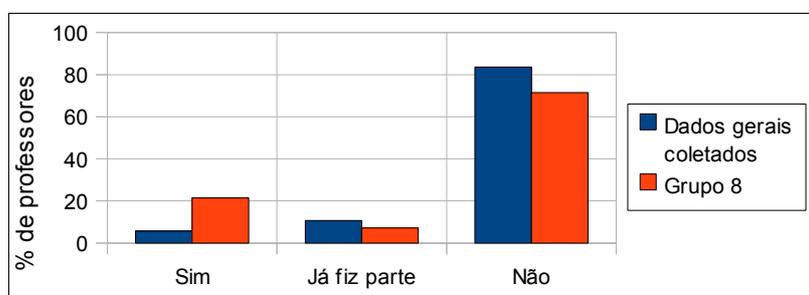


Gráfico 456. Participação em ONGs – Grupo 8.

A importância de outros atores na escolha e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa resultou na seguinte configuração no Grupo 8:

Tabela 116. Importância de outros atores na pesquisa – Grupo 8.

Importância / Atores	1	2	3	4	5	Branco	Total
Outros Professores	2 (13,33%)	1 (6,67%)	2 (13,33%)	4 (26,67%)	6 (40%)		15
Servidores e técnicos	3 (20%)	2 (13,33%)	6 (40%)	4 (26,67%)			15
Estudantes			3 (20%)	5 (33,33%)	7 (46,67%)		15
Agências	3 (20%)		5 (33,33%)	2 (13,33%)	5 (33,33%)		15
Empresas e indústrias	9 (60%)	2 (13,33%)	2 (13,33%)	2 (13,33%)			15

ONGs	10 (66,67%)	1 (6,67%)	2 (13,33%)	1 (6,67%)	1 (6,67%)		15
Família	5 (33,33%)	1 (6,67%)	3 (20%)	2 (13,33%)	4 (26,67%)		15
Mídia	4 (26,67%)	1 (6,67%)	7 (46,67%)	1 (6,67%)	2 (13,33%)		15
Outros	5 (41,67%)*		5 (41,67%)*		2 (16,67%)*	3 (20%)	15

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

Como podemos observar, a importância dos outros professores, dos técnicos, das agências, das empresas, das ONGs e das famílias permaneceram próximas à média da UnB em Geral. Já a importância dos estudantes e a da mídia alcançaram a maior proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

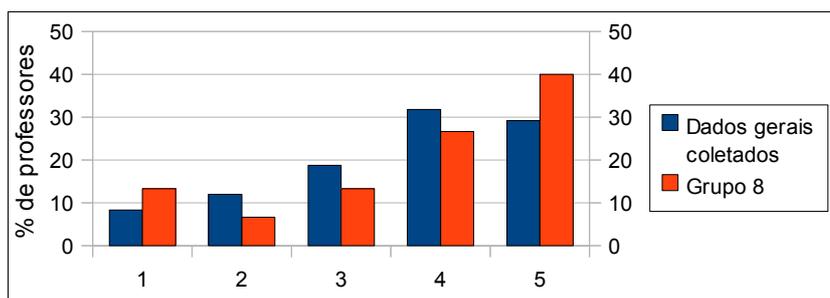


Gráfico 457. Outros professores – Grupo 8.

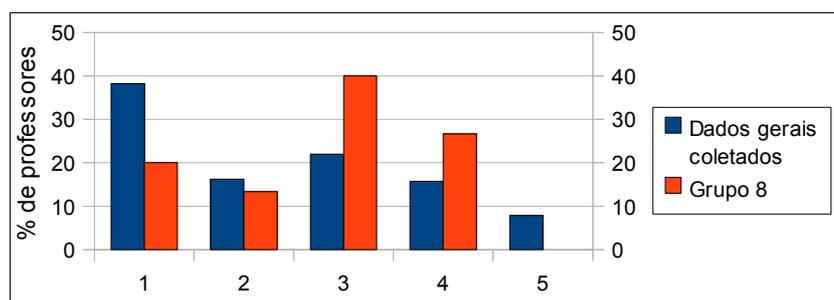


Gráfico 458. Técnicos – Grupo 8.

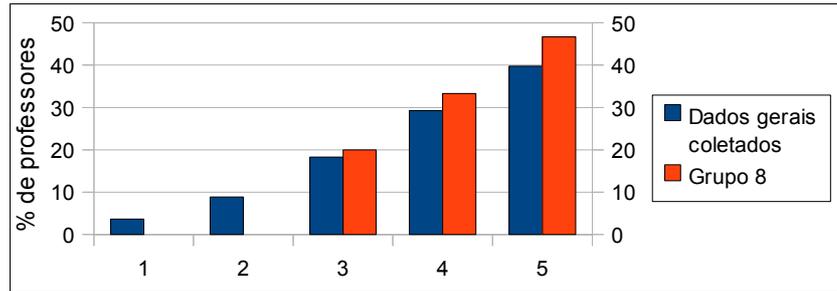


Gráfico 459. Estudantes – Grupo 8.

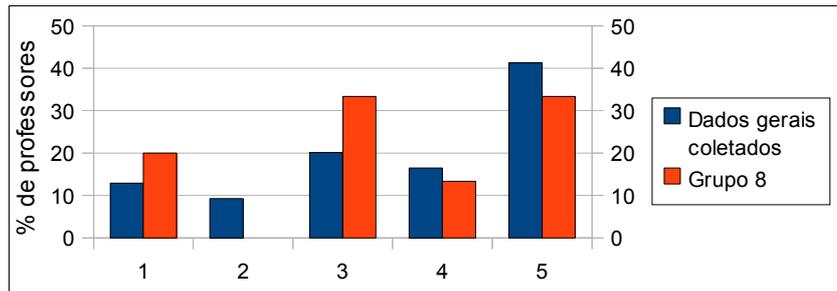


Gráfico 460. Agências – Grupo 8.

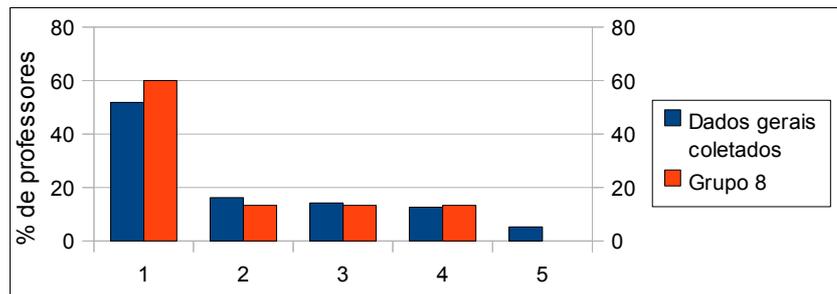


Gráfico 461. Empresas e indústrias – Grupo 8.

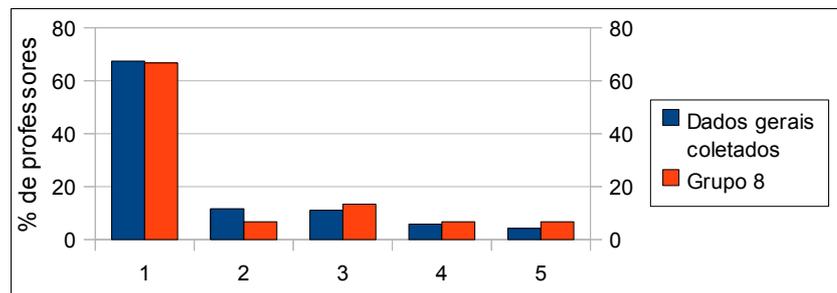


Gráfico 462. ONGs – Grupo 8.

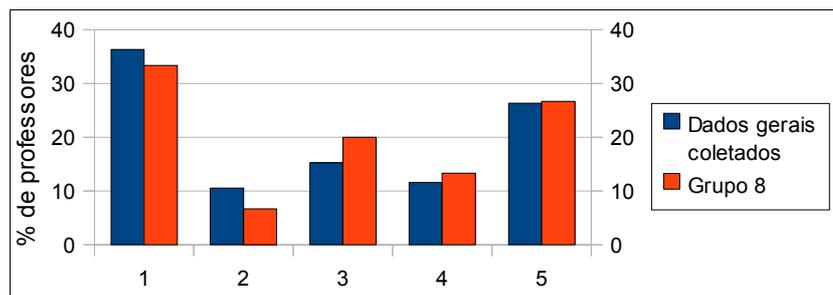


Gráfico 463. Família – Grupo 8.

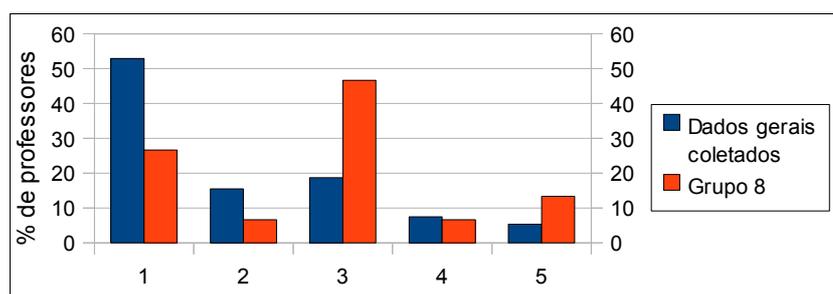


Gráfico 464– Mídia – Grupo 8.

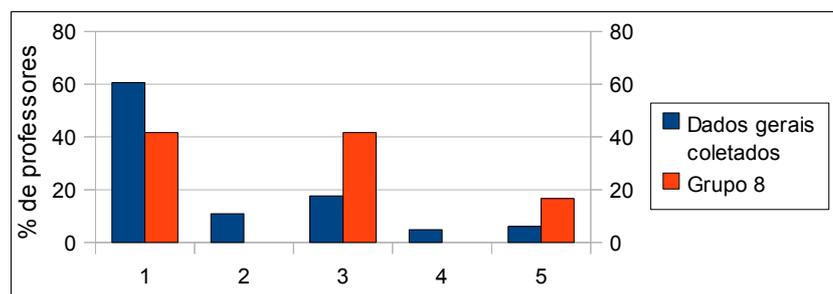


Gráfico 465. Outros – Grupo 8.

Sobre uma quantidade ideal de artigos a serem publicados, 10 professores do Grupo 8 (66,67%) responderam que é um por semestre, a maior proporção entre os 8 Grupos; 1 (6,67%) “3 artigos por ano”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; e 4 (26,66%) “Eventualmente”, a segunda maior proporção.

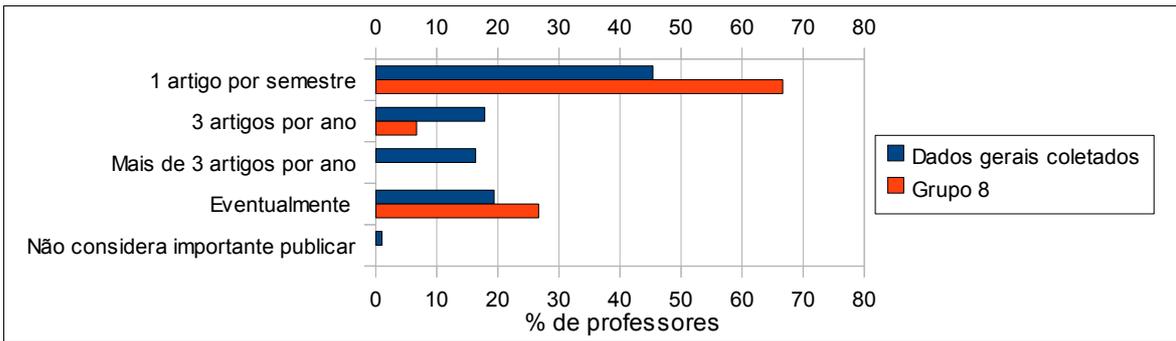


Gráfico 466. Quantidade de publicações – Grupo 8.

No que diz respeito à publicação com coautoria internacional, 3 professores deste Grupo (20%) responderam “Sim”; 8 (53,33%) “Eventualmente”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 4 (26,67%) “Não”, a segunda maior proporção.

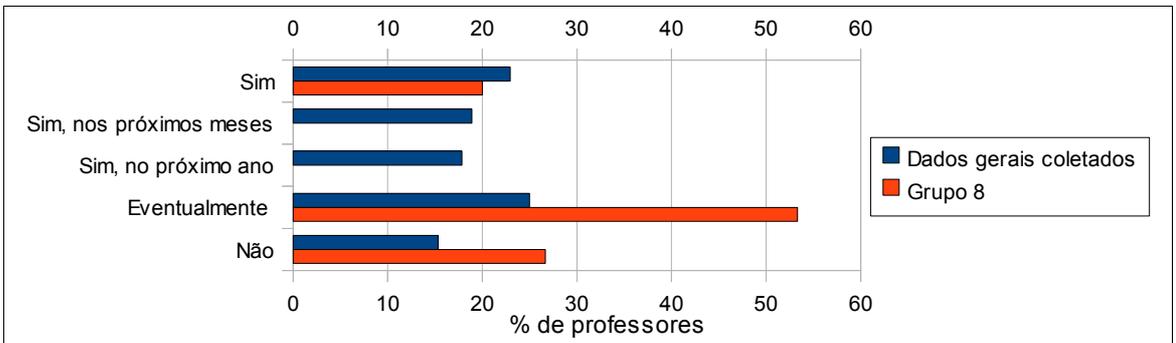


Gráfico 467. Publicação com coautoria internacional – Grupo 8.

Com relação ao registro de patentes, 2 professores do Grupo 8 (13,33%) responderam “Sim” e 13 (86,67%) “Não se aplica”.

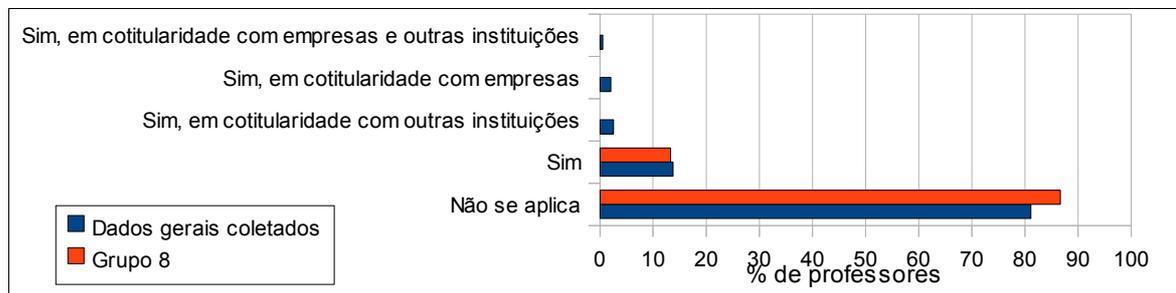


Gráfico 468. Patentes – Grupo 8.

Sobre a possibilidade das pesquisas resultarem num produto com potencial de mercado, o Grupo 8 foi o que apresentou os maiores resultados se somarmos as

importâncias “4” e “5”.

Tabela 117. Potencial de mercado – Grupo 8.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	1	2		7	4	1	15
%	7,14*	14,29*		50*	28,57*	6,67	

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % não inclui respostas em branco.

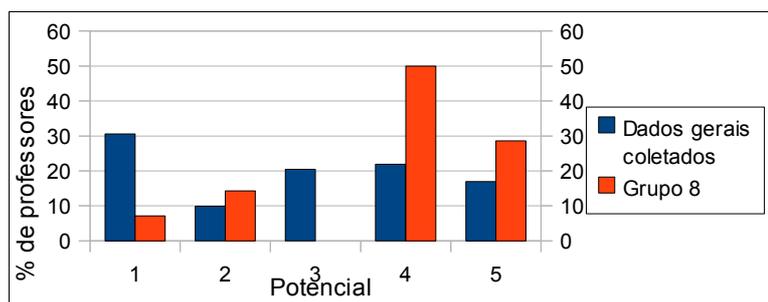


Gráfico 469. Potencial de mercado – Grupo 8.

Com uma perspectiva do potencial de contribuição social da pesquisa, o Grupo 8 também foi o que apresentou os maiores resultados se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 118. Potencial contribuição social – Grupo 8.

Potencial	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade			2	5	8		15
%			13,33	33,33	53,33		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

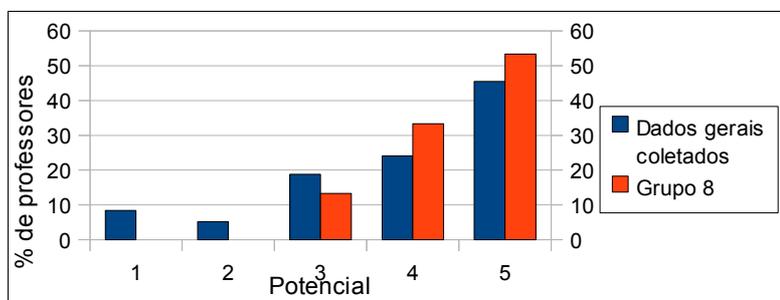


Gráfico 470. Contribuição social – Grupo 8.

No que tange ao acesso à equipe técnica, o Grupo 8 apresentou o segundo maior resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 119. Acesso à equipe técnica – Grupo 8.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	4	2	6	3			15
%	26,67	13,33	40	20			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

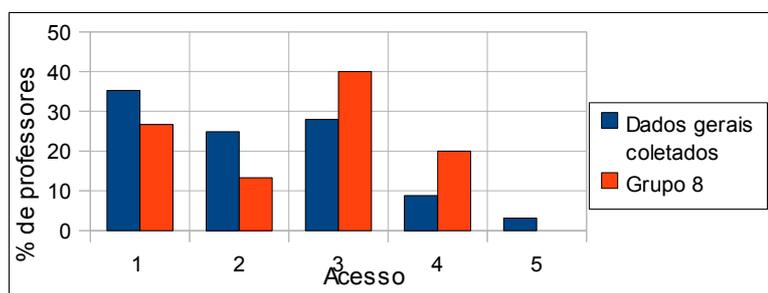


Gráfico 471. Acesso à equipe técnica – Grupo 8.

Já com relação ao acesso à instalações físicas, o Grupo 8 apresentou o segundo menor resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 120. Acesso à instalações físicas – Grupo 8.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	2	5	1	1		15
%	40	13,33	33,33	6,67	6,67		100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

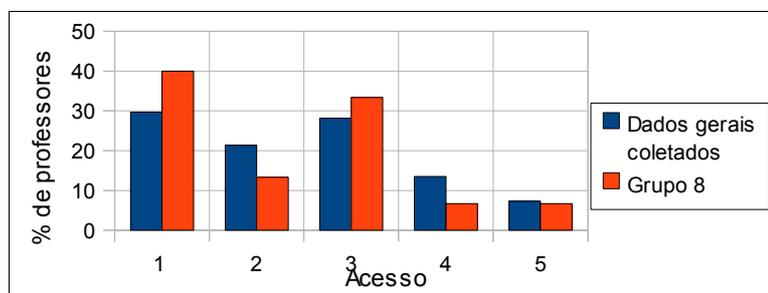


Gráfico 472. Acesso às instalações físicas – Grupo 8.

Sobre o acesso à recursos financeiros, o Grupo 8 apresentou o segundo menor

resultado se somarmos as importâncias “4” e “5”.

Tabela 121. Acesso à recursos financeiros – Grupo 8.

Acesso	1	2	3	4	5	Branco	Total
Quantidade	6	2	6	1			15
%	40	13,33	40	6,67			100

Fonte: Dados coletados pelo autor.

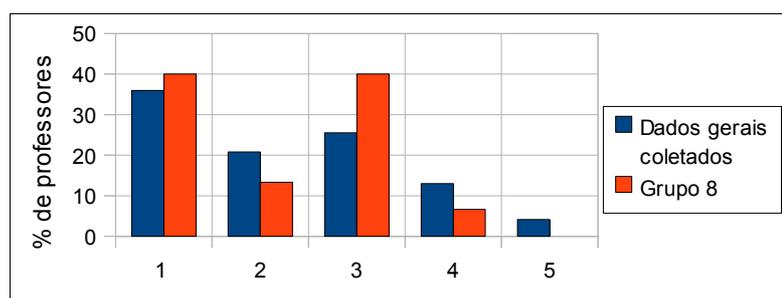


Gráfico 473. Acesso à recursos financeiros – Grupo 8.

No que tange à uma perspectiva futura dos próprios trabalhos, 4 professores do Grupo 8 (26,67%) consideram que que ele continuará seguindo as diretrizes já delineadas, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 8 (53,33%) que ele sofrerá pequenas modificações, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 2 (13,33%) que ele sofrerá amplas modificações; e 1 (6,67%) “Não sabe”.

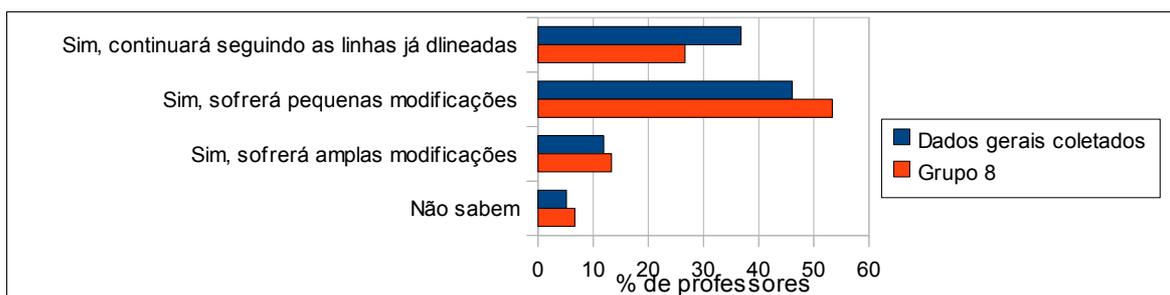


Gráfico 474. Percepções futuras sobre o trabalho – Grupo 8.

Em relação à importância no dia a dia dos professores deste Grupo do salário, da progressão/promoção na carreira, da saúde, da carga de trabalho, do financiamento do ensino, pesquisa e extensão, da avaliação da pós-graduação e da aposentadoria, podemos observar que:

Tabela 122. Importância de questões diversas no cotidiano – Grupo 8.

Importância / Quantidade	1	2	3	4	5	Branco	Total
Salário		1 (6,67%)	6 (40%)	2 (13,33%)	6 (40%)		15
Progressão / Promoção	1 (6,67%)	1 (6,67%)	2 (13,33%)	2 (13,33%)	9 (60%)		15
Saúde	1 (6,67%)		1 (6,67%)	3 (20%)	10 (66,67%)		15
Carga Horária	1 (6,67%)		4 (26,67%)	3 (20%)	7 (46,67%)		15
Financiamento	1 (7,14%)*	1 (7,14%)*	3 (21,43%)*	3 (21,43%)*	6 (42,86%)*	1 (6,67%)	15
Avaliação	1 (6,67%)	1 (6,67%)	1 (6,67%)	4 (26,67%)	8 (53,33%)		15
Aposentadoria	1 (6,67%)	1 (6,67%)	3 (20%)	4 (26,67%)	6 (40%)		15

Fonte: Dados coletados pelo autor.

\* % sem os questionários em branco.

Dessa forma, a importância do salário e do financiamento atingiram entre os professores deste Grupo a menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Com relação à carga horária, este Grupo apresentou a segunda menor proporção entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”. Já com relação a importância da avaliação e da aposentadoria, este Grupo apresentou a maior “preocupação” média entre os 8 Grupos se somarmos as importâncias “4” e “5”.

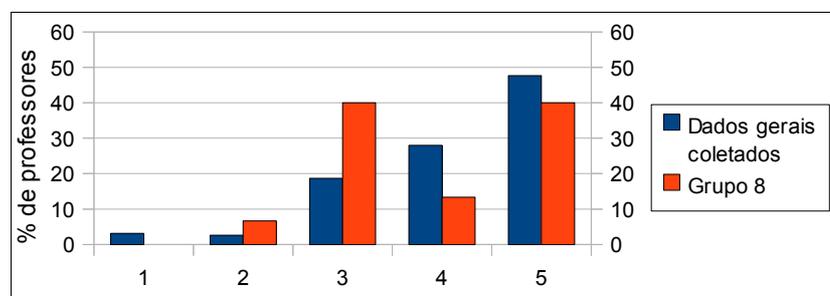


Gráfico 475. Salário – Grupo 8.

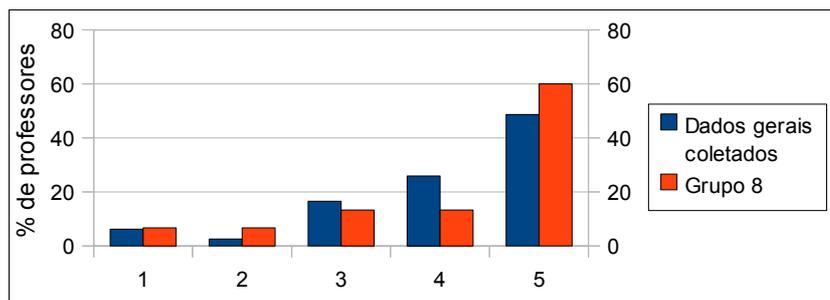


Gráfico 476. Promoção/progressão – Grupo 8.

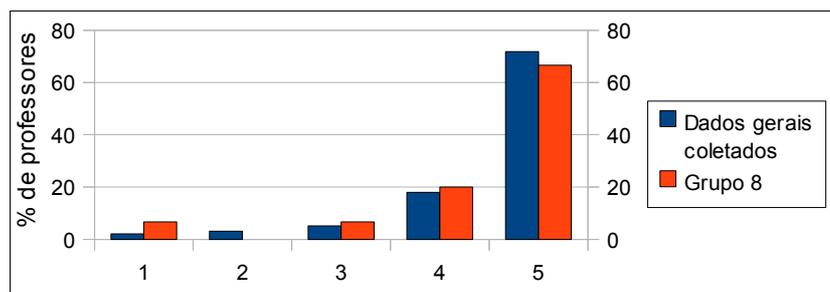


Gráfico 477. Saúde – Grupo 8.

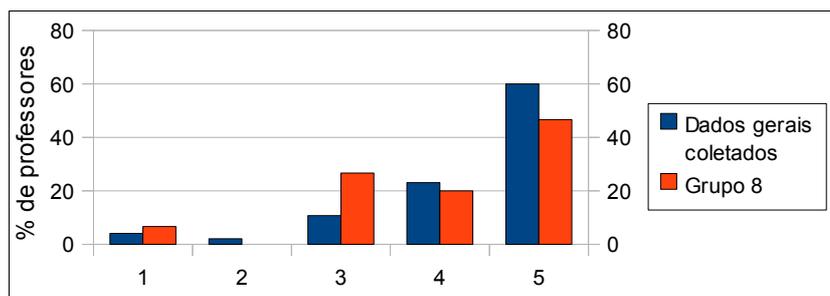


Gráfico 478. Carga horária – Grupo 8.

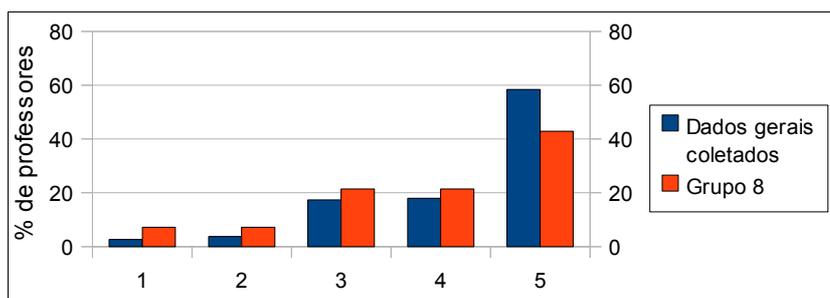


Gráfico 479. Financiamento – Grupo 8.

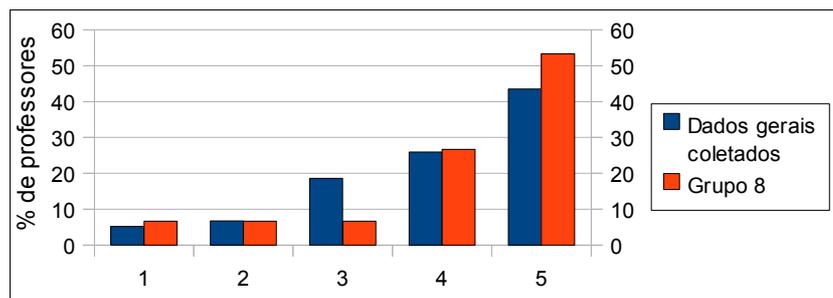


Gráfico 480. Avaliação – Grupo 8.

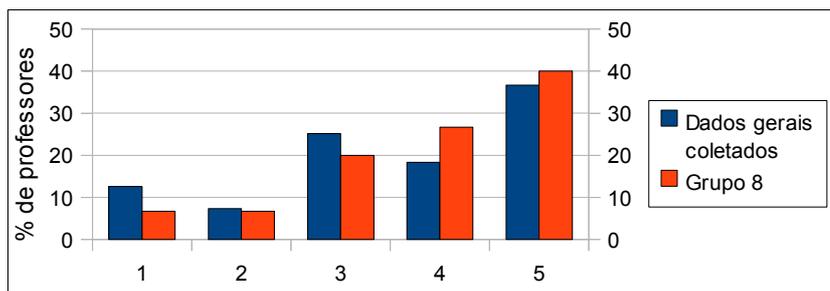


Gráfico 481. Aposentadoria – Grupo 8.

Com relação aos problemas de relacionamento, 6 professores do Grupo 8 (40%) responderam “Sim”, de alguma forma, e 9 (60%) “Não”.

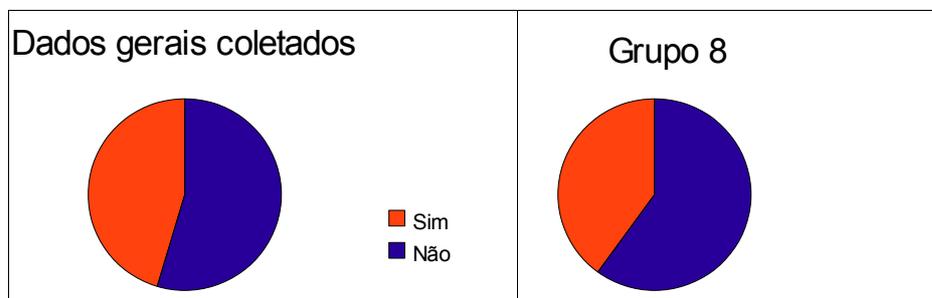


Gráfico 482. Problemas de relacionamento – Grupo 8.

Sobre o problema das fraudes 2 professores deste Grupo (14,28%) responderam “Sim”; 2 (14,28%) ”Já ouvi rumores”; e 10 (71,43%) “Não”, a segunda maior proporção. Uma resposta (6,67%) foi deixada em branco.

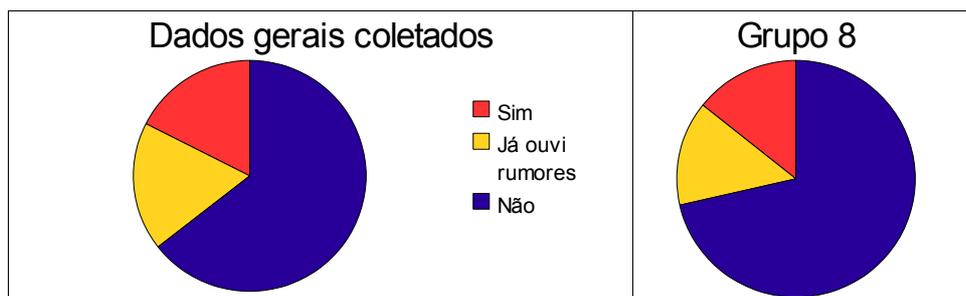


Gráfico 483. Fraudes – Grupo 8.

Em relação à expansão, 2 professores do Grupo 8 (13,33%) a consideraram “Ótima”; 3 (20%) “Boa”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 6 (40%) “Regular”; e 4 (26,67%) “Ruim”, a segunda maior proporção.



Gráfico 484. Perspectiva sobre a expansão institucional – Grupo 8.

No que diz respeito aos alunos de graduação, 2 professores deste Grupo (13,33%) consideram que “São interessados e envolvidos”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; 5 (33,33%) que “Cumprem seus deveres”, a maior proporção entre os 8 Grupos; 4 (26,67%) que “São pouco interessados e envolvidos”; 3 (20%) que “Não são interessados”, a maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (6,67%) “Nenhuma das anteriores”.

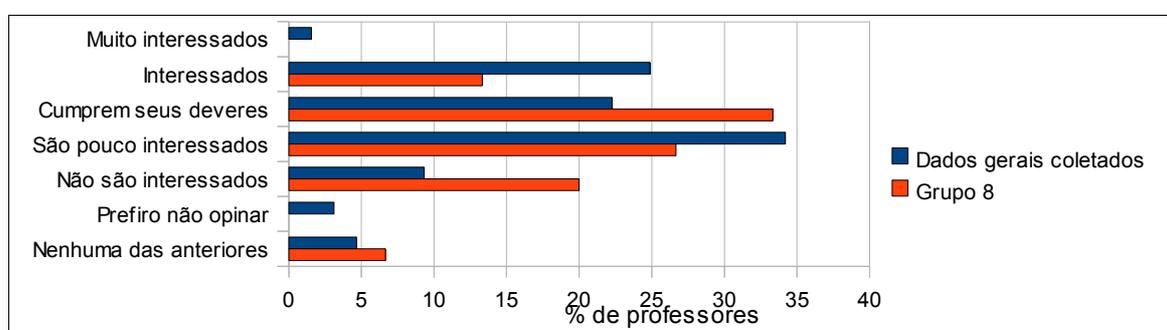


Gráfico 485. Percepções sobre estudantes da graduação – Grupo 8.

Já os estudantes de pós-graduação “São interessados e envolvidos” para 4 professores deste Grupo (26,67%); para outros 4 (26,67%) apenas “Cumprem os seus deveres”, a segunda menor proporção entre os 8 Grupos; para 2 (13,33%) “São pouco interessados e envolvidos”; para 1 (6,67%) que “Não são interessados e envolvidos, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 3 (20%) preferiram não opinar, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; e 1 (6,67%) “Nenhuma das anteriores”, a segunda maior proporção.

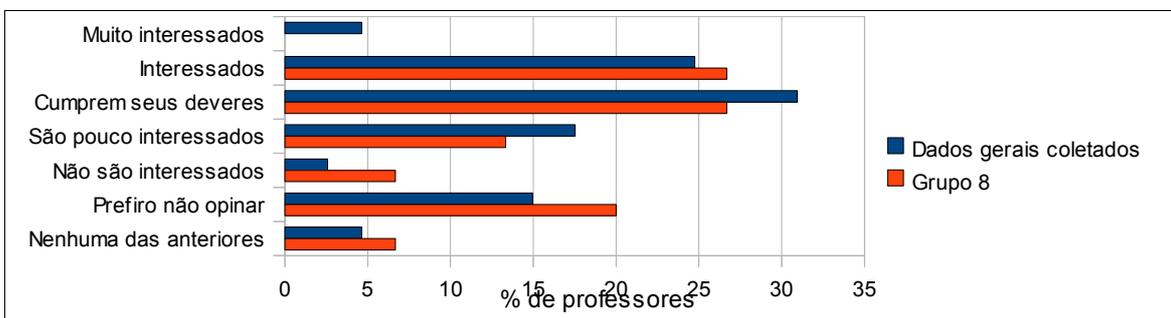


Gráfico 486. Percepções sobre estudantes da pós-graduação – Grupo 8.

Por fim, 4 professores deste Grupo (26,67%) consideram que as pesquisas não devem ser controladas; 5 (33,33%) “Sim”, a segunda maior proporção entre os 8 Grupos; 5 (33,33%) “Em alguns casos”; e 1 (6,67%) preferiu não opinar.

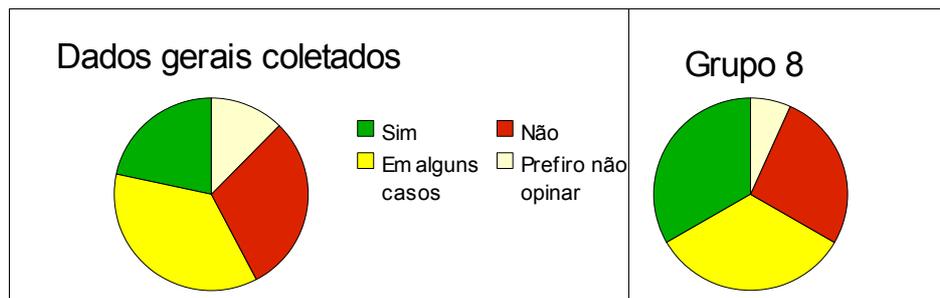


Gráfico 487. Controle das pesquisas.

### 1.8.2. Grupo 8 – Destaques gerais.

O Grupo 8 possui em geral a segunda menor média de tempo de trabalho na UnB; a

menor taxa de trabalho com professores do mesmo departamento; além disso, uma alta proporção de professores que:

- trabalham com frequência com ONGs;
- consideram o currículo que ministram regular;
- atribuem uma alta importância às associações científicas, à ANDES;
- têm uma forte participação em entidades governamentais;
- participam ativamente de grupos fora da UnB;
- têm uma baixa religiosidade;
- atribuem uma forte importância aos estudantes e à mídia;
- consideram mais importante publicar um artigo por semestre;
- atribuem um alto potencial de mercado e de contribuição social às suas pesquisas;
- têm acesso facilitado à equipe técnica, mas limitada à instalações físicas e à recursos financeiros;
- consideram que seus trabalhos podem sofrer pequenas modificações nos próximos três anos;
- atribuem pouca importância à salários, carga horária, financiamento, mas muita importância à avaliação e à aposentadoria;
- têm uma perspectiva um pouco ruim da expansão da UnB;
- veem os estudantes de uma forma geral pouco interessados;
- acreditam que as pesquisas devem ser controladas.

### 1.9. Mapa 1.

Nesta sessão do trabalho, apresentaremos dois “mapas” considerando algumas questões fundamentais na atualidade para a universidade, com as devidas ressalvas pertinentes, a exemplo da discussão que realizamos no que tange a cautela necessária com relação aos trabalhos em conjunto com empresas, com ONGs, às especificidades do Grupos com relação à publicação com coautoria internacional, às patentes, entre outras.

Dessa forma, ilustraremos uma situação da universidade com relação à: os professores que fizeram intercâmbio; os professores que tem relações com outros departamentos, com outras instituições, com empresas, com ONGs; o conjunto da importância “4” e “5” atribuída aos outros professores e aos estudantes; a pretensão de publicar com coautoria internacional; os casos em que as patentes “se aplicam”; preocupações “1”, “2” e “3” com relação à saúde e ao financiamento; não existência de problemas de relacionamento; os professores que não souberam de fraudes ou já ouviram rumores.

Tabela 123. Mapa 1.

Questões	%
Intercâmbio realizado (Intercâmbio)	47,67
Profs. com trabalho conjunto com outros departamentos (T. dptos.)	69,95
Profs. com trabalho conjunto com outras instituições (T. instit.)	77,44
Profs. com trabalho conjunto com empresas (T. emp.)	30,26
Profs. com trabalho conjunto com ONGs (T. ONGs)	30,1
Importância “4” e “5” dos outros professores (Imp. prof.)	60,94
Importância “4” e “5” dos estudantes (Imp. estud.)	69,11
Pretensão de publicar com coautoria internacional (Coautoria)	84,69
Patentes (Patentes)	18,88
Preocupações “1”, “2” e “3” com saúde (Saúde)	10,26
Preocupações “1”, “2” e “3” com financiamento (Finan.)	23,69
Sem problemas de relacionamento (Problemas)	45,13
Sem fraudes (Fraudes)	64,44

Fonte: Dados coletados pelo autor.

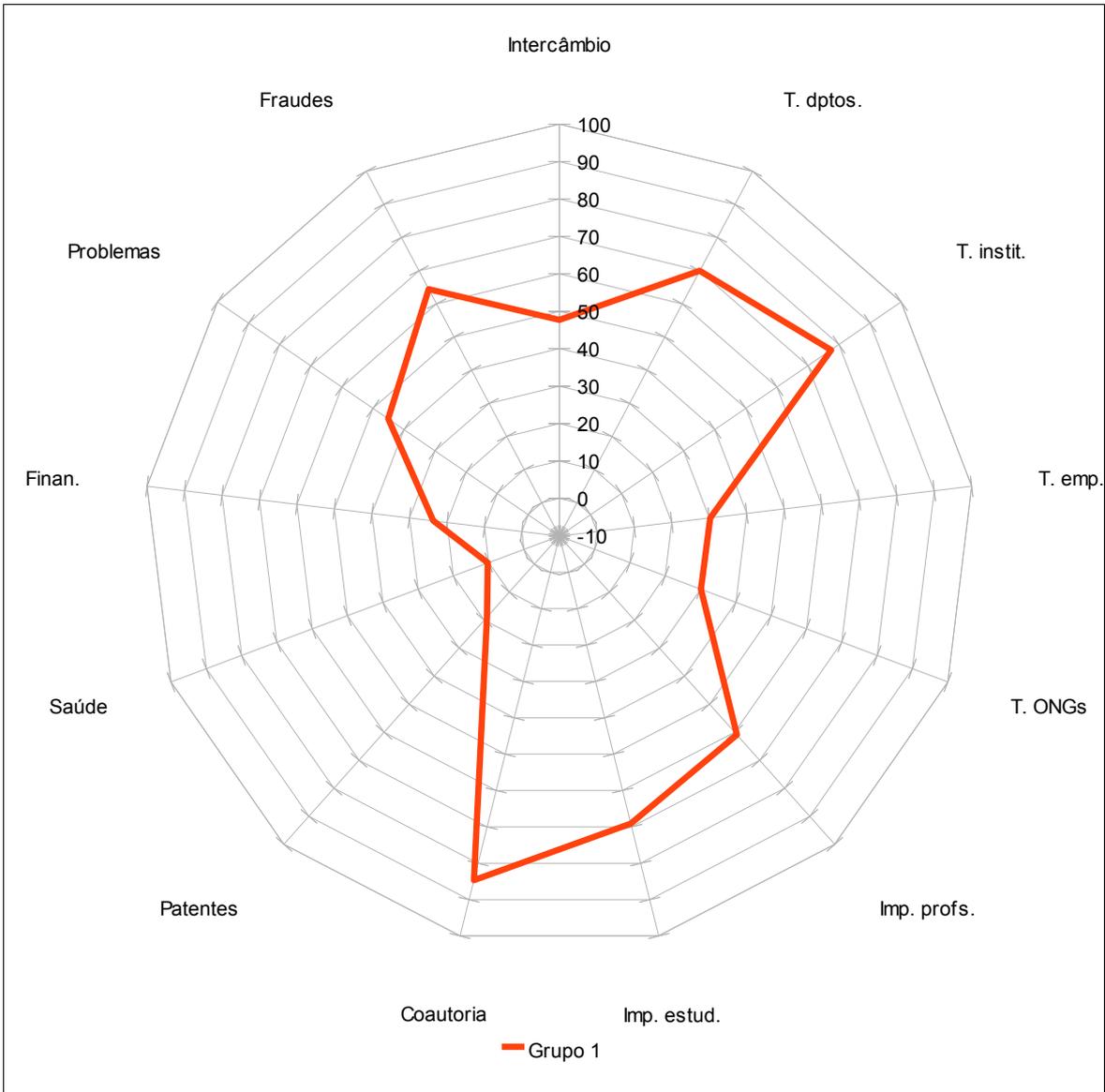


Gráfico 488. Mapa 1.

### 1.10. Mapa 2.

O segundo mapa, por sua vez, apresenta 8 linhas, cada uma representando um Grupo de formulários, espelhando os mesmos critérios do “mapa 1”.

Tabela 124. Mapa 2.

Questões	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8
Intercâmbio	53,13	63,16	27,78	27,28	45,46	73,33	46,67	47,67
T. dptos.	67,74	65	88,89	63,64	90,91	80	51,42	80
T. instit.	73,53	75	94,45	60,61	81,82	89,66	77,14	80
T. emp.	41,18	70	72,22	12,12	36,36	26,67	20	21,43
T. ONGs	14,71	40	27,78	12,12	45,46	56,67	28,57	33,33
Imp. prof.	72,73	70	61,61	56,26	45,46	53,57	57,14	66,67
Imp. estud.	69,7	75	66,67	70	63,64	55,17	74,28	80
Coautoria	85,29	90		87,88	72,73	86,67	77,14	73,33
Patentes	20,59	55	27,78	9,1	9,09	10	5,72	13,13
Saúde	14,7	20	11,11	9,1	9,09	6,9	2,86	13,13
Finan.	31,25	21,05	22,22	18,18	18,19	24,14	23,53	35,71
Problemas	58,82	45	58,82	60,61	72,73	56,67	40	60
Fraudes	63,64	70	77,78	51,52	63,64	60	68,57	71,44

Fonte: Dados coletados pelo autor.

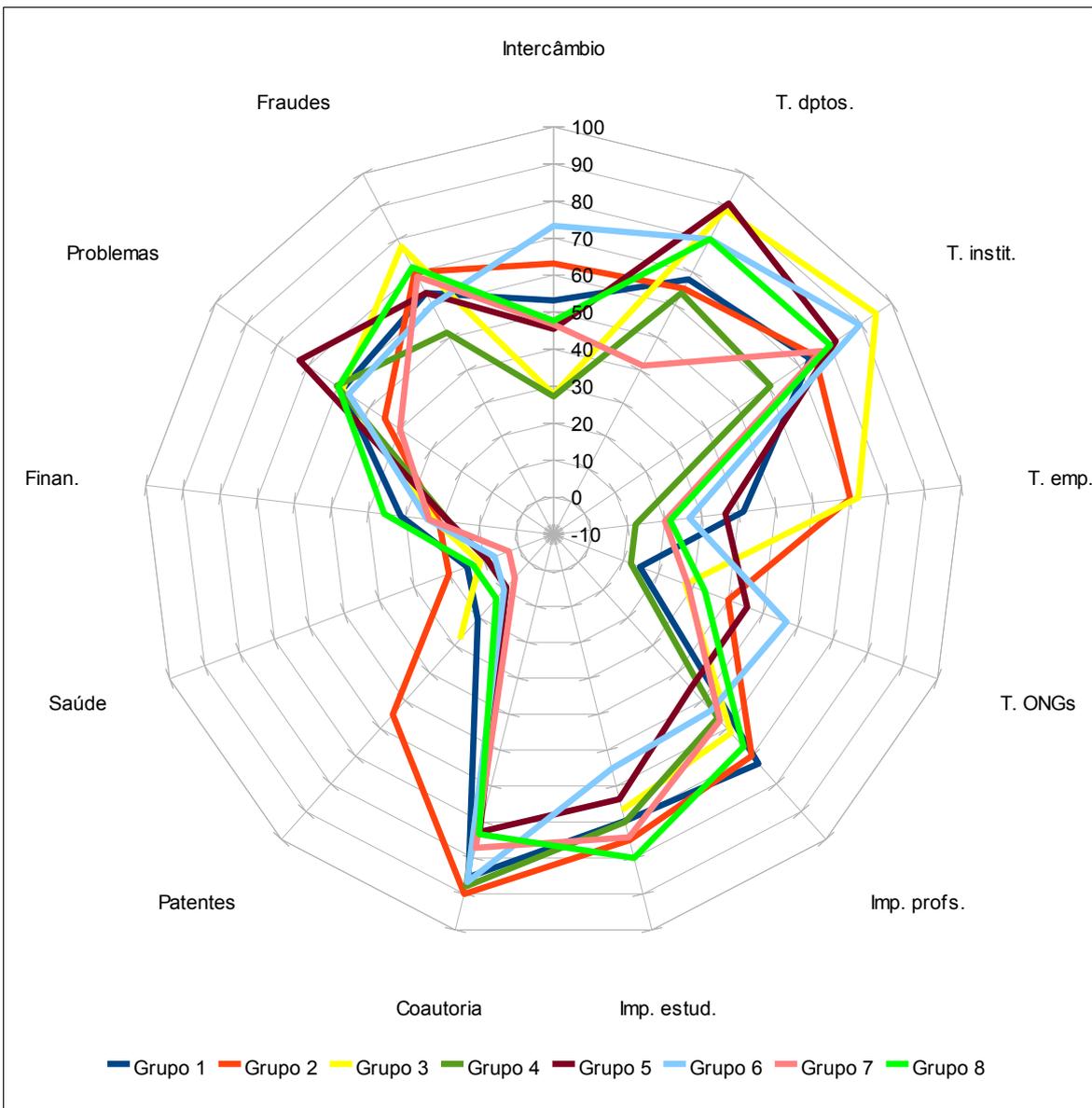


Gráfico 489. Mapa 2.